



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Faculdade de Arquitetura

Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Bruno Cesar Eufrasio de Mello

**O URBANISMO DOS ARQUITETOS:  
Genealogia de uma experiência de ensino.**

Porto Alegre - RS

2016

Bruno Cesar Euphrasio De Mello

**O URBANISMO DOS ARQUITETOS:  
Genealogia de uma experiência de ensino.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional e os Processos Sociais.

Linha de Pesquisa: Cidade, Cultura e Política.

Orientador: Prof. Dr. João Farias Rovati

Porto Alegre - RS

2016

### CIP - Catalogação na Publicação

Mello, Bruno Cesar Euphrasio de  
O Urbanismo dos arquitetos: Genealogia de uma  
experiência de ensino. / Bruno Cesar Euphrasio de  
Mello. -- 2016.  
389 f.

Orientador: João Farias Rovati.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de  
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto  
Alegre, BR-RS, 2016.

1. Urbanismo. 2. Ensino. 3. História. 4. Faculdade  
de Arquitetura. 5. Porto Alegre. I. Rovati, João  
Farias, orient. II. Título.

*Dedico este trabalho  
aos meus pais, Marisa e João;  
aos meus irmãos, Tiago e Lucas;  
à Juliana e à pequena Elis, minhas amadas;  
e àquele que está dentro da barriga da Juliana.*

## AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa é trabalho impossível de ser realizado sem a ajuda de muitas pessoas. Dirijo meu profundo agradecimento a vocês que contribuíram demais com esta modesta trajetória. Meu eterno sentimento de gratidão ao querido professor orientador, João Farias Rovati. Obrigado pela permanente disponibilidade, dedicação e amizade com que acompanhou esta experiência de doutorado. Nesta vida, passamos por muitos professores. Contudo, bem poucos são realmente decisivos em nossa formação (não só profissional, mas humana). E você certamente é um deles. Aos colegas do grupo de pesquisa *Cidade em Projeto* (são tantos que tenho medo de esquecer alguém); à Luciana Marson Fonseca, colega de travessia pelos mares agitados do doutorado; à Inês Martina Lersch, pela gentileza da cessão de material sobre a Escola de Engenharia e pelo otimismo em relação ao meu trabalho; ao companheiro de lida sindical e de militância pela profissão, Cícero Alvarez, que me cedeu material sobre a Faculdade de Arquitetura; à Medianeira Goulart, responsável pelo arquivo do Instituto de Artes da UFRGS; à Diretora da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Maria Cristina Dias Lay, e todos seus funcionários, que tão gentilmente sempre me receberam e abriram as portas dos arquivos da direção; à coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Daniela Cidade, e aos funcionários da coordenação; à Silvia Rossi, funcionária da biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS; à Daniela Fialho, pelo entusiasmo e eterna disponibilidade; aos membros da banca, Briane Panitz Bicca, Geisa Bugs, Inês Martina Lersch, Leandro Marino Andrade, Maria Soares de Almeida, pela generosidade dos comentários e sugestões sobre a tese; aos funcionários do PROPUR; e a tantos outros que devo ter esquecido, sintam-se abraçados; a todos vocês, valeu!

## RESUMO

Este é um trabalho historiográfico. Realiza uma genealogia do ensino de urbanismo na Faculdade de Arquitetura da UFRGS (FA-UFRGS). Busca, com isso, compreendê-lo e identificar seus sentidos subjacentes. Para tanto, recupera a trajetória do ensino da arquitetura e do urbanismo nas instituições que a deram origem – a Escola de Engenharia e o Instituto de Belas Artes – e percorre suas três primeiras décadas de existência. O recorte temporal se encerra nos anos 1970, momento em que ocorrem fatos que se revelariam capitais para o programa de ensino até hoje oferecido pela instituição: a extinção do curso de urbanismo, existente desde os anos 1940, a criação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) e a “migração” dos conteúdos do curso desaparecido ao PROPUR e à graduação em arquitetura. A tese sustenta que, na FA-UFRGS – desde o início, e até hoje – o ensino do urbanismo é tributário de saberes e práticas análogos aos do ensino da arquitetura, voltados essencialmente para o projeto de edificações. Sendo assim, a instrução em urbanismo buscou desenvolver a aptidão para elaborar projetos, entendidos como momento de síntese dos conhecimentos-diretores da produção de artefatos, em ponto grande ou pequeno (Alberti). Este seria o eixo central, o tronco ou a espinha dorsal do ensino de urbanismo naquela instituição, abordado finalmente como uma extensão (marginal) da arquitetura. O trabalho dialoga teórico e metodologicamente com a pesquisa historiográfica. De um lado, com a história dos conceitos, que articula seus sentidos a um tempo. Mas também com aquela que trata da constituição do urbanismo como domínio de saberes e práticas. Todavia, o faz a partir de corpo documental pouco usual, relativo ao ensino.

Palavras-chave: urbanismo, ensino, história, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre.

## ABSTRACT

This is a historiographical study on the genealogy of urban planning teaching at the School of Architecture of the Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil (FA-UFRGS), aiming at understanding and identifying its underlying directions. It retraces the first three decades of the history of architecture and urban planning from its origins - the School of Engineering and the Institute of Fine Arts. The last period studied is the 1970s, when landmarks of the current trajectory were established: the extinction of urban planning course that existed since the 1940s, the creation of the Graduate Program in Urban and Regional Planning (PROPUR) and the "migration" of the contents of the extinct course to PROPUR and to the undergraduate course in architecture. The thesis argues that at FA-UFRGS, since the beginning and until today, urban planning teaching is secondary to knowledge and practices applied in the teaching of architecture, essentially focused on building design. Therefore, urban planning education has sought to develop skills to develop projects, understood as the synthesis between guiding knowledge and the production of artifacts, according to Alberti. This is be the central axis, the trunk or the backbone of urban planning teaching, which has been essentially approached as an (marginal) extension of architecture. This thesis establishes a theoretical and methodological dialogue with historiographical research. On one hand, the history of concepts that links their meanings to a determined period, and on the other hand, it also discusses urban planning as a domain of knowledge and practices. However, this discussion is made from an unusual perspective – that of teaching.

Key-words: urban planning, teaching, history, School of Architecture, Porto Alegre.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 1: ARQUITETURA, “RAMO” DA ENGENHARIA</b>	<b>45</b>
1.1. Primeiros anos da Escola de Engenharia: arquitetura como “ramo”	46
1.2. Reforma de 1910/1911 e anos 1920: supressão do ensino de arquitetura (será mesmo?) e os traçados da cidade	53
1.3. Nota sobre a arquitetura-urbanismo na Revista Egatea – 1914/1934’	59
1.4. A federalização e a década de 1930	63
1.5. O curso de engenheiros arquitetos da Escola de Engenharia: 1945-1950	65
1.5.1. A cadeira de planejamento e o curso de extensão de urbanismo	73
1.5.2. Curso de arquitetura: cadeiras e conteúdos	75
<b>CAPÍTULO 2: ARQUITETURA, “SECÇÃO” DA ARTE. URBANISMO, “MODALIDADE” DA ARQUITETURA</b>	<b>79</b>
2.1. Os primeiros anos do Instituto Livre de Bellas Artes	80
2.2. O Curso Técnico de Arquitetura	84
2.3. O curso de arquitetura do IBA de 1945	89
2.3.1. Curso de arquitetura: cadeiras e conteúdos	93
2.4. O curso de Urbanismo do IBA	103
2.4.1. Cadeiras e conteúdos do curso de urbanismo	108
2.5. 12 dias que abalaram o urbanismo no RS? O curso de Cravotto no IBA	122
<b>CAPÍTULO 3: CHOQUE DE CONCEPÇÕES: FUNDIR PARA CRIAR</b>	<b>137</b>
3.1. Arquitetura e urbanismo na Escola de Engenharia e no IBA: breve balanço	138
3.2. A polêmica sobre a “fusão” dos cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA	139
3.3. O debate além das fronteiras da universidade	148
3.4. A propósito das dicotomias arte-técnica, síntese-análise	154
3.5. PUFA	159
3.6. Fim da contenda: a Faculdade de Arquitetura como pôde ser	167



<b>CAPÍTULO 4: A FACULDADE DE ARQUITETURA POSSÍVEL: NEM VITÓRIA, NEM DERROTA, UMA ACOMODAÇÃO</b>	<b>168</b>
<b>4.1. O período de implantação da Faculdade de Arquitetura</b>	<b>169</b>
<b>4.2. O Curso de Arquitetura</b>	<b>173</b>
4.2.1. A exposição de motivos de 1952	173
4.2.2. A estrutura do curso (cadeiras, seriação, departamentos) e os professores	176
4.2.3. Professores: titulação e origem	179
4.2.4. O regulamento de 1955	182
4.2.5. Proposta de reforma no ensino (1957)	184
4.2.6. Curso de arquitetura: cadeiras e conteúdos	193
<b>4.3. O curso de urbanismo</b>	<b>196</b>
4.3.1. O processo de instalação	196
4.3.2. O curso de urbanismo a partir do regimento de 1955	201
4.3.3. A extinção do curso de urbanismo	202
4.3.4. Curso de urbanismo: cadeiras e conteúdos	207
<b>CAPÍTULO 5: MUDAR PARA FICAR IGUAL</b>	<b>218</b>
<b>5.1. A década de 1960 – tempos difíceis</b>	<b>219</b>
<b>5.2. O curso de Arquitetura – propostas de reforma que não reformam e o ensino como farsa</b>	<b>222</b>
5.2.1. Proposta de novo currículo (1962): conservar e reorganizar	225
5.2.2. O currículo mínimo de 1962	232
5.2.3. O novo regimento interno (1963)	234
5.2.4. Primeira semana de estudos (1966)	240
5.2.5. Nosso ensino é uma farsa	242
5.2.6. Seminário de Estudos para uma Nova Estrutura de Ensino (1968)	245
5.2.7. O (novo?) currículo mínimo de 1969	253
5.2.8. A cadeira de urbanismo no curso de arquitetura	255
<b>5.3. O Curso de Urbanismo</b>	<b>256</b>
5.3.1. Novo exame de admissão: planejamento	257
5.3.2. O currículo no início da década de 1960 como superação do “padrão federal”	259
5.3.3. O novo regimento interno (1963) e sua repercussão no curso de urbanismo	265
5.3.4. O GAPUR	267
5.3.5. Primeira semana de estudos (1966): parecer do departamento de urbanismo	270
5.3.6. Da primeira semana ao final da década	273
<b>5.4. O Curso de Urbanismo (1961) da Faculdade: cadeiras e conteúdos</b>	<b>273</b>
<b>CAPÍTULO 6: EXTINGUIR, CRIAR, MIGRAR</b>	<b>284</b>
<b>6.1. A década de 1970</b>	<b>285</b>
<b>6.2. A extinção do curso de urbanismo</b>	<b>286</b>

<b>6.3. O PROPUR</b>	<b>289</b>
6.3.1 A criação do PROPUR	289
6.3.2. As dependências do PROPUR (e do departamento de urbanismo)	293
6.3.3. O processo de reconhecimento	298
6.3.4. O Projeto do PROPUR	301
6.3.5. Os programas das disciplinas	307
<b>6.4. O curso de paisagismo, fugaz, e o de especialização em planejamento urbano, só proposto.</b>	<b>313</b>
<b>6.5. A migração do curso de urbanismo para a graduação em arquitetura</b>	<b>317</b>
6.5.1. O início do processo	317
6.5.2. O “Plano Geral”	321
6.5.3. As disciplinas, os professores e os conteúdos do departamento de urbanismo ano a ano na década de 1970	327
6.5.4. Conteúdos das disciplinas vinculados ao urbanismo/planejamento urbano	333
<b>6.6. O seminário de ensino de 1978, seus desdobramentos e breve nota sobre os anos seguintes</b>	<b>335</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>342</b>
<b>CORPUS DOCUMENTAL</b>	<b>354</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>380</b>

## LISTAS DE FIGURAS

- FIGURA 1 - GENEALOGIA DO ENSINO DE URBANISMO PRESENTE NA FA-UFRGS. FONTE: ELABORADO PELO AUTOR. ....44
- FIGURA 2: CERIMONIA DE COLAÇÃO DE GRAU DA PRIMEIRA TURMA DE FORMANDOS DO CURSO DE URBANISMO DO IBA. DA ESQUERDA PARA A DIREITA: EDVALDO PEREIRA PAIVA, LUIZ ARTHUR UBATUBA DE FARIA, FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO, DESCONHECIDO, TASSO BOLIVAR DIAS CORRÊA, OSCAR NIEMEYER, CAPITÃO CARLOS PANDOLFO, SÉRGIO CORRÊA, NELLY PEIXOTO MARTINS, DESCONHECIDO, DESCONHECIDO. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....108
- FIGURA 3: CERIMÔNIA DE COLAÇÃO DE GRAU DA PRIMEIRA TURMA DE FORMANDOS DO CURSO DE URBANISMO DO IBA. FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO ASSINA DOCUMENTO. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....109
- FIGURA 4: CERIMONIA DE COLAÇÃO DE GRAU DA PRIMEIRA TURMA DE FORMANDOS DO CURSO DE URBANISMO DO IBA. OSCAR NIEMEYER EM SUA CONFERÊNCIA. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS.....110
- FIGURA 5: ENCONTRO ENTRE OSCAR NIEMEYER E A INTEGRANTES DA PRIMEIRA TURMA DE URBANISTAS DIPLOMADOS PELO CURSO DO IBA. DA ESQUERDA PARA A DIREITA: NELLY PEIXOTO MARTINS, SÉRGIO CORRÊA E FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....111
- FIGURA 6: EXERCÍCIO DA CADEIRA *TEORIA E PRÁTICA DOS PLANOS DE CIDADES I E II* ELABORADO POR FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO, NELLY PEIXOTO MARTINS E SÉRGIO CÔRREA. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....113
- FIGURA 7: EXERCÍCIO DA CADEIRA *TEORIA E PRÁTICA DOS PLANOS DE CIDADES I E II* ELABORADO POR FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO, NELLY PEIXOTO MARTINS E SÉRGIO CÔRREA. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....113
- FIGURA 8: EXERCÍCIO DA CADEIRA *TEORIA E PRÁTICA DOS PLANOS DE CIDADES I E II* ELABORADO POR FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO, NELLY PEIXOTO MARTINS E SÉRGIO CÔRREA. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....114
- FIGURA 9: EXERCÍCIO DA CADEIRA *TEORIA E PRÁTICA DOS PLANOS DE CIDADES I E II* ELABORADO POR FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO, NELLY PEIXOTO MARTINS E SÉRGIO CÔRREA. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....114

FIGURA 10: EXERCÍCIO DA CADEIRA <i>TEORIA E PRÁTICA DOS PLANOS DE CIDADES I E II</i> ELABORADO POR FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO, NELLY PEIXOTO MARTINS E SÉRGIO CÔRREA. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....	115
FIGURA 11: EXERCÍCIO DA CADEIRA <i>EVOLUÇÃO URBANA</i> ELABORADO POR FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO, NELLY PEIXOTO MARTINS E SÉRGIO CÔRREA. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....	117
FIGURA 12: EXERCÍCIO DA CADEIRA <i>EVOLUÇÃO URBANA</i> ELABORADO POR FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO, NELLY PEIXOTO MARTINS E SÉRGIO CÔRREA. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....	118
FIGURA 13: EXERCÍCIO DA CADEIRA <i>EVOLUÇÃO URBANA</i> ELABORADO POR FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO, NELLY PEIXOTO MARTINS E SÉRGIO CÔRREA. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....	118
FIGURA 14: EXERCÍCIO DA CADEIRA <i>EVOLUÇÃO URBANA</i> ELABORADO POR FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO, NELLY PEIXOTO MARTINS E SÉRGIO CÔRREA. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....	119
FIGURA 15: MAURICIO CRAVOTTO. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....	123
FIGURA 16: ESTA IMAGEM, SEM REFERÊNCIA, PARECE SER DO EVENTO DE HOMENAGEM FINAL A MAURÍCIO CRAVOTTO “NO BAR DO EDUCANDÁRIO”. CRAVOTTO, À DIREITA, APERTA A MÃO DE ENILDA RIBEIRO. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....	128
FIGURA 17: CARTA MANUSCRITA DE MAURÍCIO CRAVOTTO, DATADA DE 10 DE JUNHO DE 1948, ENDEREÇADA A TASSO CORREA, DIRETOR DO INSTITUTO DE BELAS ARTES. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....	129
FIGURA 18: MAURICIO CRAVOTTO (AO CENTRO) RECEPCIONADO EM PORTO ALEGRE. À ESQUERDA DE CRAVOTTO, TASSO CORREA (DIRETOR DO IBA) E À SUA DIREITA, EDVALDO PEREIRA PAIVA (QUE FOI ALUNO DE CRAVOTTO EM MONTEVIDÉU). FONTE: ESPAÇO: REVISTA DE ARQUITETURA-URBANISMO- ARTE. PORTO ALEGRE: ORGANIZADO POR UM GRUPO DE ALUNOS DO IBA, ANO 2, Nº 4, DEZ.,1949:7. ....	129
FIGURA 19: CAPA DA CADERNETA DE FREQUÊNCIA DA CADEIRA MINISTRADA POR MAURÍCIO CRAVOTTO NO IBA. FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ....	130
FIGURA 20: DESENHO DO EXERCÍCIO DA CADEIRA DE <i>GRANDES COMPOSIÇÕES</i> MINISTRADA POR MAURICIO CRAVOTTO AO CURSO DE ARQUITETURA DO IBA. FONTE: INSTITUTO DE BELAS ARTES. CURSO DE ARQUITETURA. Nº 1 – PONTO SORTEADO PARA O 1º EXAME	

PARCIAL DA CADEIRA DE ‘GRANDES COMPOSIÇÕES DE ARQUITETURA’ NA 4ª SÉRIE. 3 FOLHAS AVULSAS. PORTO ALEGRE, [1948]. .....	132
FIGURA 21: CAPA DO FOLHETO DE EDGAR GRAEFF. FONTE: SIMON (2003). .....	150
FIGURA 22: TEXTO DE LÚCIO COSTA PUBLICADO NA REVISTA ESPAÇO, COM DIAGRAMA QUE SINTETIZA SUA CONCEPÇÃO SOBRE AS DIFERENÇAS NO ENSINO DA ARQUITETURA E DA ENGENHARIA (ABAIXO À DIREITA). FONTE: COSTA, LUCIO. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA ARQUITETURA. IN. ESPAÇO: REVISTA DE ARQUITETURA-URBANISMO- ARTE. PORTO ALEGRE: ORGANIZADO POR UM GRUPO DE ALUNOS DO IBA, ANO 1, N.3, JUN., 1949. P.14-15.....	152
FIGURA 23: DETALHE DOS DIAGRAMAS QUE SINTETIZAM EXPOSIÇÃO DE LUCIO COSTA SOBRE AS DIFERENÇAS NO ENSINO DA ARQUITETURA E DA ENGENHARIA. FONTE: COSTA, LUCIO. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA ARQUITETURA. IN. ESPAÇO: REVISTA DE ARQUITETURA-URBANISMO- ARTE. PORTO ALEGRE: ORGANIZADO POR UM GRUPO DE ALUNOS DO IBA, ANO 1, N.3, JUN., 1949. P.14-15. ....	152
FIGURA 24: ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO EM TRÊS CICLOS. FONTE: CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. CURRÍCULO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO. UNIVERSIDADE DO RGS. PORTO ALEGRE: [S.N.], 1962..	232
FIGURA 25: ESQUEMA SÍNTESE DO MODELO DE ENSINO PROPOSTO. FONTE: SEMINÁRIO DE ESTUDOS PARA UMA NOVA ESTRUTURA DE ENSINO DA FACULDADE DE ARQUITETURA DA U.F.R.G.S. – 09 A 23 SET. 68. RELATÓRIO FINAL. 8F. [S.L.], 1968 (F) .....	252
FIGURA 26: LOTE DA PROVA DE “PLANEJAMENTO” DO CONCURSO DE HABILITAÇÃO AO CURSO DE URBANISMO, 1960. FONTE: FACULDADE DE ARQUITETURA. EDITAL Nº 33. CONCURSO DE HABILITAÇÃO. 22F. PORTO ALEGRE, 1960. ....	259
FIGURA 27: CROQUI DAS DEPENDÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO DA FACULDADE DE ARQUITETURA. FONTE: MULLER, DÓRIS MARIA [OFÍCIO 172-71] 12 DE OUTUBRO DE 1971, PORTO ALEGRE [PARA] VIANNA, LUIZ DUARTE, PORTO ALEGRE. 5F. ENCAMINHADO AO DIRETOR DO SETOR FÍSICO TERRITORIAL (SEFIT) DA UFRGS DESCRIÇÃO DO PAVILHÃO ONDE ESTAVA INSTALADO O DEPARTAMENTO DE URBANISMO: 1. ....	296

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: AULAS DO CURSO DE ARCHITECTURA DA ESCOLA DE ENGENHARIA DO ANO DE 1896. ....	48
QUADRO 2: AULAS DO CURSO DE ARCHITECTURA DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE. ....	49
QUADRO 3: NÚMERO DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM CURSOS NO INSTITUTO DE ENGENHARIA DA ESCOLA DE ENGENHARIA ENTRE SUA FUNDAÇÃO E O ANO DE 1908.....	52
QUADRO 4: AULAS, PROFESSORES, DIAS DA SEMANA E HORÁRIOS DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA ESCOLA DE ENGENHARIA.....	54
QUADRO 5: SERIAÇÃO DO CURSO DE ENGENHEIROS ARQUITETOS DA ESCOLA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE. ....	68
QUADRO 6: COMPARAÇÃO DOS NOMES DAS DISCIPLINAS DOS CURSOS DE ENGENHEIROS ARQUITETOS E DE ENGENHARIA CIVIL DA ESCOLA DE ENGENHARIA. ....	71
QUADRO 7: SERIAÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA DE 1939. ....	84
QUADRO 8: SERIAÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA DE 1941. ....	86
QUADRO 9: COMPARAÇÃO ENTRE AS TRÊS SERIAÇÕES DO CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA DO IBA (1939 – 1941-1943). ....	88
QUADRO 10: DISCIPLINAS DO CURSO DE ARQUITETURA DO INSTITUTO DE BELAS ARTES, 1949. ....	92
QUADRO 11: SERIAÇÃO DO CURSO DE URBANISMO DO INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. ....	105
QUADRO 12: SERIAÇÃO E PROFESSORES DO CURSO DE ARQUITETURA DA FACULDADE DE ARQUITETURA EM 1952. ....	176
QUADRO 13: DEPARTAMENTOS E SUAS RESPECTIVAS CADEIRAS, 1952. ....	178
QUADRO 14: RELAÇÃO DE PROFESSORES DA FACULDADE DE ARQUITETURA E SUAS RESPECTIVAS TITULAÇÕES, 1953.....	180
QUADRO 15: ORIGEM INSTITUCIONAL DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS DA FACULDADE DE ARQUITETURA.....	181
QUADRO 16: DEPARTAMENTOS DA FACULDADE DE ARQUITETURA, 1955.....	184
QUADRO 17: DISCIPLINAS DO CURSO DE URBANISMO DA FACULDADE DE ARQUITETURA, 1954. ....	198
QUADRO 18: SERIAÇÃO E PROFESSORES DO CURSO DE URBANISMO, 1956. ....	202
QUADRO 19: CURRÍCULO DO CURSO DE URBANISMO, 1959.....	206

QUADRO 20: COMPARAÇÃO ENTRE OS CURRÍCULOS DO CURSO DE URBANISMO DE 1954 E 1959. .....	206
QUADRO 21: CURRÍCULO DO CURSO DE ARQUITETURA DA FACULDADE DE ARQUITETURA, 1959. ....	223
QUADRO 22: DISCIPLINAS E PROFESSORES DO CURSO DE ARQUITETURA DA FACULDADE DE ARQUITETURA, 1964.....	238
QUADRO 23: CURRÍCULO E PROFESSORES DO CURSO DE URBANISMO DA FACULDADE DE ARQUITETURA, 1960/61.....	261
QUADRO 24: DISCIPLINAS E PROFESSORES, CURSO DE URBANISMO DA FACULDADE DE ARQUITETURA, 1964.....	266
QUADRO 25: DISCIPLINAS DO CURSO DE URBANISMO DA FACULDADE DE ARQUITETURA EM SEUS RESPECTIVOS TRONCAIS, 1973. ....	272
QUADRO 26: DISCIPLINAS MINISTRADAS DO PRIMEIRO E SEGUNDO SEMESTRE DE 1972 DO CURSO DE URBANISMO DA FACULDADE DE ARQUITETURA. ....	288
QUADRO 27: DISCIPLINAS DO PROPUR, 1971. ....	293
QUADRO 28: DISCIPLINAS E PROFESSORES CONFORME O PROJETO DE CRIAÇÃO DO PROPUR, 1971. ....	304
QUADRO 29: PROFESSORES DO PROPUR E SEU REGIME DE CONTRATAÇÃO CONFORME PROJETO DO PROPUR, 1971.....	307
QUADRO 30: CURRÍCULO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO, 1977. .....	316
QUADRO 31: PROPOSTA DE DISCIPLINAS DO EXTINTO CURSO DE URBANISMO QUE DEVERIAM “MIGRAR” PARA O DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA DA FACULDADE DE ARQUITETURA, 1970. ....	319
QUADRO 32: DISCIPLINAS DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO MINISTRADAS NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA DA FACULDADE DE ARQUITETURA, 1972. ....	320
QUADRO 33: LISTA DE PROFESSORES DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO DA FACULDADE DE ARQUITETURA, 1972.....	321
QUADRO 34: DISCIPLINAS DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO NO CURSO DE GRADUAÇÃO CONFORME O PLANO GERAL..., 1973.....	321
QUADRO 35: QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS DISCIPLINAS DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO MINISTRADAS NA GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA DA FACULDADE DE ARQUITETURA, DE 1972 A 1976. ....	329

QUADRO 36: QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS DISCIPLINAS DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO MINISTRADAS NA GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA DA FACULDADE DE ARQUITETURA E SEUS RESPECTIVOS PROFESSORES, DE 1972 A 1976. ....	330
QUADRO 37: CURRÍCULO DO CURSO DE ARQUITETURA DA FACULDADE DE ARQUITETURA, 1977. ....	331



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura  
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
CEAU – Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo  
CEUA – Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura  
CFE – Conselho Federal de Educação  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COCEP – Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa da UFRGS  
COMCAR/ARQ – Comissão de Carreira do curso de Arquitetura  
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
CTA – Conselho Técnico Administrativo  
ENBA – Escola Nacional de Belas Artes  
FA-UFRGS – Faculdade de Arquitetura da UFRGS  
FAU-USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo  
FNA – Faculdade Nacional de Arquitetura  
FUNTEC – Fundo Tecnológico  
GAPUR – Gabinete de Planejamento Urbano e Regional  
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil  
IAB-RS – Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul  
IBA – Instituto de Belas Artes  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ILBA – Instituto Livre de Bellas Artes  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
PROPAR – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura  
PUFA – Movimento Por Uma Faculdade de Arquitetura  
PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional  
SAERGS – Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul  
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo  
SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

# INTRODUÇÃO

*Ora se a cidade é, na opinião dos filósofos, uma casa em ponto grande e, inversamente, a casa é uma cidade em ponto pequeno, porque não se há de dizer que as partes mais pequenas da casa são habitações em ponto pequeno?*

*Leon Battista Alberti*

A Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA-UFRGS) é uma instituição singular. Seu curso de graduação em arquitetura e urbanismo há anos figura entre os melhores do país<sup>1</sup>. Conta com três programas de pós-graduação: em Arquitetura (PROPAR), em Design (PgDesign) e em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), todos bem-conceituados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É ainda uma instituição que tem longa tradição no ensino do urbanismo. Desde a década de 1940 o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul (uma das instituições que a originou) já contava com um curso de urbanismo. Seu curso de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, criado em 1970, é o mais antigo do país nesta área. Apesar disso, a presença do urbanismo é pouco expressiva na graduação do arquiteto e urbanista diplomado pela instituição. Os dados abaixo assim o demonstram.

A carga horária total de disciplinas obrigatórias do curso é de 4.260 horas. Ela é distribuída entre os três departamentos que integram a Faculdade – (i) Arquitetura, (ii) Urbanismo e (iii) Design e Expressão Gráfica – e outros departamentos da Universidade.

O trabalho de conclusão do curso (TCC), ao qual são destinadas 360 horas/aula, é a única atividade de ensino não vinculada a um desses departamentos. As demais 3.900

---

<sup>1</sup> Por exemplo, entre 2013 e 2016 o curso de arquitetura e urbanismo da FA-UFRGS figurou entre os três melhores cursos brasileiros, segundo o Ranking Universitário Folha (2013, 2014, 2015 e 2016) das melhores instituições em qualidade de ensino do país. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2016/rankingdecursos/arquiteturaeurbanismo/>>. Acessado em: 19 de setembro de 2016.

horas estão distribuídas pelos departamentos, nas 54 disciplinas obrigatórias do curso, da seguinte maneira<sup>2</sup>:

- Departamento de Arquitetura: 2.160 horas (55,4% do total) – 26 disciplinas<sup>3</sup>.
- Departamento de Urbanismo: 705 horas (18,1% do total) – 9 disciplinas<sup>4</sup>.
- Departamento de Design e Expressão Gráfica: 105 horas (2,7% do total) – 2 disciplinas<sup>5</sup>.
- Outros departamentos: 930 horas (23,8% do total) – 17 disciplinas<sup>6</sup>

Percebe-se que, correspondendo a menos de 20% da carga horária obrigatória do curso, o urbanismo é conteúdo marginal neste programa de ensino. Evidências disso não faltam. Apenas um exemplo: a grade curricular do curso, claramente centrado no ensino do projeto (13 disciplinas, totalizando 1725 horas/aula, o que corresponde a 44,2% da carga horária obrigatória do curso), dá muito mais importância ao “projeto arquitetônico” (edificação) do que ao “projeto urbanístico”: ao primeiro são destinadas 1320 horas/aula (33,8% da carga horária obrigatória do curso, 76,5% daquela destinada especificamente ao ensino do projeto); ao segundo, 405 horas (10,5% da carga horária obrigatória do curso, 23,5% daquela destinada especificamente ao ensino do projeto); enquanto aos ateliês de projeto arquitetônico são destinadas entre 9 e 10 horas/aulas

---

<sup>2</sup> Os dados se referem ao período letivo 2016/02. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod\\_curso=300](http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=300). Acessado em: 17 de setembro de 2016.

<sup>3</sup> São as seguintes disciplinas: Arq01001 – História da Arquitetura e da Arte I; Arq01044 – Introdução ao Projeto Arquitetônico I; Arq01046 – Linguagens Gráficas I; Arq01045 – Maquetes; Arq01003 – História da Arquitetura e da Arte II; Arq01049 – Introdução ao Projeto Arquitetônico II; Arq01047 – Linguagens Gráficas II; Arq01075 – Representação Gráfica I; Arq01005 – Arquitetura no Brasil; Arq01004 – História da Arquitetura e da Arte III; Arq01007 – Projeto Arquitetônico I; Arq01076 – Representação Gráfica II; Arq01006 – Teoria e Estética da Arquitetura I; Arq01053 – Desenho Arquitetônico III; Arq01008 – Projeto Arquitetônico II; Arq01010 – Habitabilidade das Edificações; Arq01009 – Projeto Arquitetônico III; Arq01011 – Projeto Arquitetônico IV; Arq01073 – Economia e Gestão da Edificação; Arq01013 – Projeto Arquitetônico V; Arq01012 – Teoria e Estética da Arquitetura II; Arq01017 – Legislação e Exercício Profissional na Arquitetura; Arq01074 – Práticas em Obra; Arq01016 – Projeto Arquitetônico VI; Arq01020 – Projeto Arquitetônico VII; Arq01018 – Técnicas Retrospectivas.

<sup>4</sup> São as seguintes disciplinas: Arq02020 – Práticas Sociais na Arquitetura e no Urbanismo; Arq02201 – Evolução Urbana; Arq02001 – Teorias do Espaço Urbano; Arq02002 – Urbanismo I; Arq02213 – Morfologia e Infraestrutura Urbana; Arq02003 – Urbanismo II; Arq02004 – Urbanismo III; Arq02006 – Urbanismo IV.

<sup>5</sup> São as seguintes disciplinas: Arq03004 – Geometria Descritiva Aplicada à Arquitetura; Arq03006 – Técnicas de Representação Arquitetônica.

<sup>6</sup> São as seguintes disciplinas: Mat01339 – Cálculo e Geometria Analítica para Arquitetos; Eng01139 – Mecânica para Arquitetos; Geo05501 – Topografia I; IPH02045 – Instalações Hidráulicas Prediais A; IPH 02046 – Instalações Hidráulicas Prediais B; Eng01169 – Resistência dos Materiais para Arquitetos; Eng01171 – Técnicas de Edificação A; Eng01129 – Análise dos Sistemas Estruturais; Eng01170 – Estabilidade das Edificações; Eng01172 – Técnicas de Edificações B; Eng01173 – Estruturas de Aço e de Madeira A; Eng04482 – Instalações Elétricas Prediais A; Eng01176 – Técnicas de Edificação C; Eng03015 – Acústica Aplicada; Eng01174 – Estrutura de Concreto Armado A; Eng01175 – Estrutura de Concreto Armado B; Eng03016 – Climatização Artificial – Arquitetura.

semanais (distribuídas em três encontros semanais), aos de projeto urbanístico são destinadas entre 6 e 7 horas (distribuídas em dois encontros semanais).

Para além destas evidências de natureza quantitativa, esta distribuição de cargas horárias parece supor uma distinção de natureza qualitativa: para a formação do arquiteto e urbanista, o aprendizado do projeto na escala do edifício, além de mais importante, demandaria “mais tempo” do que o destinado ao aprendizado ao projeto na escala do urbano.

Este sumário levantamento provoca muitas interrogações. Qual afinal a origem desta assimetria entre as disciplinas dos departamentos? E entre as disciplinas voltadas ao aprendizado do projeto? O conteúdo destinado especificamente ao urbanismo e ao aprendizado do projeto na escala urbana sempre foi assim, marginal? Como o presente “chegou” a ser o que é?

### **Prática e via legal-institucional**

A lei 12.378, sancionada em 2010, estabeleceu de maneira definitiva o vínculo do exercício da arquitetura e urbanismo ao criar o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (BRASIL, 2010). Esta perspectiva foi reafirmada quando, em julho de 2013, o CAU aprovou a resolução nº 51 (CAU, 2013). Segundo ela o *projeto* de arquitetura e de urbanismo é, dentre outras, uma atividade privativa da profissão<sup>7</sup>.

Assim, do ponto de vista da regulamentação – e, conseqüentemente, da instrução – hoje, no Brasil, todo arquiteto é urbanista. E mais: o projeto de urbanismo é uma atividade privativa. Ninguém, além dos profissionais registrados no CAU, pode exercê-la.

A busca por reforçar esta “personalidade” – a do *arquiteto-e-urbanista* – alcança inclusive a percepção sobre o passado. O volume X da coleção *Trajectoria e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia* (CONFEEA, 2010), dedicado à história do ensino em arquitetura e urbanismo, é exemplar neste sentido. Esta obra, logo no início, numa nota de rodapé, informa:

---

<sup>7</sup> O artigo 2º da Resolução 51 do CAU estabelece que “ficam especificadas como privativas dos arquitetos e urbanistas as seguintes áreas de atuação: I – Da Arquitetura e Urbanismo: (...); II – Da Arquitetura de Interiores: (...); III – Da Arquitetura Paisagística: (...); IV – Do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico: (...); V – Do Planejamento Urbano e Regional: (...); VI – Do Conforto Ambiental: (...)” (CAU, 2013).

Por uma questão de consolidação de uma identidade profissional e uniformização de texto, adotaremos sempre a nomenclatura arquitetura e urbanismo independentemente do período histórico estudado (CONFEA, 2010: 31).

Emprega-se uma titulação acadêmica e profissional utilizada no presente – e especificamente brasileira<sup>8</sup> – para denominar até mesmo atividades exercidas em épocas distantes. Imhotep, Vitruvius e Alberti, no livro editado pelo CONFEA, tornaram-se todos *arquitetos-e-urbanistas*. Enfim, altera-se o olhar sobre o passado por uma necessidade “sentida” no presente: o de consolidar uma identidade. Mesmo que para isso seja necessário fazer tábula rasa na variedade de significados, formas de atuação e contextos em que o trabalho de construção de edifícios e cidades foi realizado.

No Brasil, o urbanismo nem sempre foi uma atividade exclusiva dos arquitetos. Tampouco a denominação do título profissional conferido pelas escolas de arquitetura foi sempre a mesma. Deve-se, mesmo que brevemente, percorrer a disputa corporativa por seu controle e o movimento de legitimação da prática profissional da arquitetura e urbanismo como atividades indissociáveis para perceber a aproximação entre ambos.

Leme (1999) tratou deste processo histórico ao analisar a trajetória de urbanistas de destaque entre 1895 e 1965. Ela os agrupou em três gerações.

A primeira, dos pioneiros, atuou na virada do século XIX para o XX. Foi constituída fundamentalmente por engenheiros civis e militares. Nomes importantes são, por exemplo, os dos engenheiros Francisco Pereira Passos, Francisco de Paula Bicalho, Aarão Leal de Carvalho Reis, Francisco Saturnino de Brito, dentre outros.

A segunda geração atuou até meados do século XX. Foi integrada por engenheiros civis e engenheiros-arquitetos, dentre eles, Leme (1999) cita os engenheiros Américo Furtado de Simas, João Florence de Ulhôa Cintra, Benno Hoffman; e os engenheiros-arquitetos Luiz Ignácio Anhaia Mello, Francisco Prestes Maia, Attílio Corrêa Lima e Lucio Costa, por exemplo.

A terceira geração, que trabalhou no terceiro quarto do século XX, estendeu o urbanismo para um campo profissional mais amplo, envolvendo além de engenheiros civis e engenheiros-arquitetos, arquitetos, sociólogos e geógrafos. A presença de engenheiros nessa geração, entretanto, ainda é muito relevante. Leme (1999) se refere,

---

<sup>8</sup> Até os anos 1990, a maior parte dos cursos brasileiros dessa área conferia a seus diplomados o título de “arquiteto”. O mesmo acontece em muitos outros países como, por exemplo, a Argentina e a França.

por exemplo, aos engenheiros civis Luiz Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva e aos engenheiros-arquitetos Luís Saia, Affonso Eduardo Reidy, Roberto Cerqueira, entre outros.

Esta rápida passagem por nomes, referências no exercício do urbanismo do país, retrata de alguma maneira como ocorreu a aproximação entre arquitetura e urbanismo: de um primeiro momento, onde, sobretudo os engenheiros o praticaram, ao paulatino movimento de aproximação, até a hegemonia dos arquitetos.

Reforça esta ideia o percurso de legitimação legal da profissão de arquiteto-e-urbanista. Vejamos alguns momentos importantes deste processo.

No país, a regulamentação da profissão de arquiteto – bem como de engenheiro e de agrimensor – se deu em 1933, pelo Decreto Federal nº 23.569. Até então, apesar de existir ensino formal, seu exercício era permitido tanto a diplomados quanto aos chamados leigos. Com a intenção de impedir que “a profissão fosse exercida impunemente por indivíduos desprovidos das credenciais necessárias e que vinham competindo ilegalmente com os que concluíam seus cursos superiores” (PEREIRA, 2008: 32), engenheiros e arquitetos mobilizaram-se para regulamentar da profissão.

Através do decreto de 1933 estas profissões passaram a ser exclusividade de diplomados. Os artigos que tratam das competências e atribuições do engenheiro civil, do arquiteto e do engenheiro-arquiteto concedem a eles a prerrogativa de exercerem o “projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo”, em condição de igualdade. Diante da obsolescência desta lei, foi sancionada uma nova regulando as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo: a lei nº 5.194 de 1966 (BRASIL, 1966) estabeleceu que, dentre as atribuições próprias do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo, está o “planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária”. Note-se que, neste caso, a palavra urbanismo não é sequer mencionada, embora estejam presentes termos como regiões e cidades. Como no Decreto de 1933, o planejamento e projeto de cidades continuaram sob responsabilidade dos mesmos profissionais. Não há, na lei, qualquer menção ao título arquiteto e urbanista.

Anos depois, em 1973, dada a dificuldade em delimitar o campo de atuação das profissões abrigadas no sistema CONFEA/CREA, é publicada a resolução nº 218 (CONFEA, 1973). Ela procura dar precisão às atividades da engenharia, arquitetura e

agronomia. Determinava que ao arquiteto (ou engenheiro-arquiteto) caberia as atividades referentes a “edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores, planejamento físico, local, urbano e regional, seus serviços afins correlatos” (CONFEA, 1973). Que aos engenheiros civis competiam atividades alusivas às edificações, estradas, portos, pontes, dentre outros, inexistindo qualquer menção ao urbanismo ou planejamento de cidades. E se refere ainda especificamente às competências do *urbanista*, agora como profissional desvinculado da arquitetura ou da engenharia. A ele eram reservados o “desenvolvimento urbano e regional, paisagismo e trânsito” (CONFEA, 1973). Percebe-se que, apesar de expostas autonomamente, as atividades do urbanista se assemelham, em parte, às do arquiteto.

O reconhecimento da titulação arquiteto-e-urbanista só veio em 1990. Naquele ano, provocado pelo Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul, o plenário do Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação aprovou o parecer nº 714/90 (BRASIL, 1990), relativo à regularização da habilitação “Arquiteto Urbanista”.

Dali em diante, esta titulação deveria ser facultada a todos os portadores de diplomas de arquiteto, de engenheiro-arquiteto e aos profissionais que se formassem nos cursos de arquitetura e arquitetura e urbanismo existentes no país. A iniciativa pretendia evitar que, no futuro, “os profissionais dessa área sofram limitações no exercício da profissão” (BRASIL, 1990). O fundamento da decisão supunha, portanto, que o urbanismo já era ensinado aos arquitetos; e que todo e qualquer egresso da carreira estava habilitado a praticá-lo.

Faltava apenas consagrar o título no âmbito do Conselho para fins de fiscalização. Isto ocorre mais de uma década depois, em 2005, quando o CONFEA publica a resolução nº 1.010, dispondo sobre as atribuições de títulos profissionais, dentre outros temas. Esta resolução estabelece que “as profissões inseridas no Sistema CONFEA/CREA são as de engenheiro, de *arquiteto e urbanista* [grifo nosso], de engenheiro agrônomo, de geólogo, de geógrafo, de meteorologista, de tecnólogo e de técnico” (CONFEA, 2005). O âmbito do Sistema CONFEA/CREA passa a admitir, a parir de então, o par *arquiteto-e-urbanista*.

Em 2010, como já referido, é sancionada a lei nº 12.378, que criou o CAU. As atribuições profissionais, antes discutidas em resoluções, ficam agora estabelecidas em



lei. Ganha respaldo legal a mencionada trajetória de aproximação entre arquitetura e urbanismo.

As descrições anteriores testemunham dois processos: i) a paulatina aproximação do urbanismo do rol de atribuições dos arquitetos; ii) o esforço realizado pelos arquitetos, no âmbito da regulamentação profissional, em assumi-lo como domínio privativo. Ambos deixam claro que essa titulação “casada”, e a exclusividade do exercício do urbanismo, são condições impostas pelo presente. Nem sempre foi assim.

Como este processo de aproximação repercutiu no ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS? A abordagem historiográfica permite responder?

### **A relevância da abordagem histórica**

As páginas precedentes expuseram situações aparentemente contraditórias: de um lado, o urbanismo é “conquistado” pelos arquitetos como campo profissional. De outro, até hoje comparece marginalmente na formação acadêmica – ao menos na Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

É necessário, portanto, dedicar-lhe atenção. Mas, para avaliá-lo de forma adequada, não se pode tomá-lo anacronicamente – como o faz a publicação do CONFEA, que projeta a titulação do presente, arquiteto-e-urbanista, ao passado. É preciso reconhecer que seus sentidos são contingentes. Por isso, situá-los historicamente é imperioso, já que “os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário” (BLOCH, 2001: 59). Só no tempo podemos apreender o significado das palavras que utilizamos.

Esta tese, portanto, toma o *urbanismo*<sup>9</sup> como vocabulário e conceito cujos significados só podem ser descortinados no tempo. Um conceito é, segundo Japiassu (1996: 48), uma “noção abstrata ou ideia geral, designando seja um objeto suposto único (...), seja uma classe de objetos”. Um conceito, como resume Bunge (2012: 65), é uma “unidade de significado”.

---

<sup>9</sup> Não aprofundaremos este tema, mas cabe observar que os neologismos *urbanismo* e *urbanista* foram criados, na França, no início do século XX (CHOAY, 1992: 2).

Ele se caracteriza por sua compreensão, os atributos que o constituem, e por sua extensão, o número de elementos aos quais se estende. Compreensão e extensão, “se encontram numa relação inversa: quanto maior for a compreensão, menor será a extensão; quanto menor for a compreensão, maior será a extensão” (JAPIASSU, 1996: 49).

Reinhart Koselleck, historiador dos *conceitos*, os diferencia das *palavras*. Estas, apesar de nos remeterem a um sentido, podem ser quase irrelevantes para a história. Já um conceito requer certo nível de teorização. Sugere associações mais amplas. Com o tempo, “novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas” (KOSELLECK, 1992: 140).

Para Koselleck, o conceito é sempre “único” e somente pode ser compreendido a partir da “situação histórica” que o engendra e o torna “inteligível” (KOSELLECK, 1992: 140). Koselleck, portanto, estabelece um vínculo estreito e incontornável entre os processos de alteração dos sentidos dos conceitos e o contexto social que os tornam compreensíveis.

Assim, a abordagem proposta pela história conceitual dá a conhecê-los como produtos de seu tempo. A historiografia propõe também a interpretação da realidade a partir de um movimento do hoje para o ontem.

A “incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOCH, 2001: 65). Para Bloch, o que motiva a busca da temporalidade dos fenômenos são interrogações pertinentes à atualidade. Ao contrário disso, “ao proceder, mecanicamente, de trás para frente, corre-se sempre o risco de perder tempo na busca das origens ou das causas dos fenômenos que, à luz da experiência, irão revelar-se, talvez, imaginários” (KOSELLECK, 1992: 67).

Este movimento presente-passado não busca uma explicação do tipo causa-efeito. Pretende, na realidade, interpretar os processos que levaram o presente a ser o que é. Esta é a base teórico-metodológica que orienta esta busca por melhor compreender o percurso do *urbanismo dos arquitetos*.

Ainda segundo Bloch, “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001: 75). E isto só se dá na medida em que novas questões são colocadas, novas fontes são buscadas, novas interpretações são realizadas.

As fontes documentais buscadas são as relativas ao ensino. O ensino é escolhido como momento chave deste processo de conceptualização do urbanismo. É nele que os iniciantes são transformados em praticantes no ofício. E este processo se dá através da apresentação/incorporação de saberes, práticas, de um repertório de objetos, temas e métodos. O ensino é a ocasião em que estes pressupostos devem ser apresentados clara e explicitamente.

Como este trabalho pretende capturar os sentidos do urbanismo, o emprego desse vocábulo será, preliminarmente, polissêmico<sup>10</sup>. Sua definição ou indefinição, neste caso, é consequência das fontes e objetivos da tese. Reconhece-se, simplesmente, que tal palavra abriga significados diversos sempre associados a diferentes formas de ação sobre a cidade. Como outros, esse vocábulo abriga conceitos historicamente engendrados e sofre alterações de sentido a cada época. Portanto, dada a perspectiva historiográfica do trabalho, estabelecê-lo aprioristicamente limitaria sua compreensão no tempo.

Todavia, cabe uma breve referência à palavra urbanismo. *Urbs*, em latim, se refere à cidade. Foi Ildenfonso Cerdá que, em 1867, retomou este termo por meio do neologismo *urbanización*, em sua *Teoría general de la urbanización y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona*. Por inaugurar uma disciplina nova e autônoma, diferente das artes urbanas anteriores e com pretensões científicas, Cerdá teve de introduzir termos novos até então.

E foi a partir de sua *Teoría*, que um derivado mais simples do termo *urbs* passou a ser utilizado: urbanismo. Conforme Gaston Bardet (1990: 8) a “ciência da organização das massas sobre o solo” foi batizada na França, por volta de 1910, de urbanismo. E, segundo Choay (1992), ele só passou a ser ensinado na Escola de Belas Artes de Paris em 1953, por A. Gutton.

Percebe-se a partir destes poucos dados que o emprego da palavra urbanismo para designar a abordagem “científica” sobre a cidade tem aproximadamente um século e meio. E que seu ensino é relativamente recente.

---

<sup>10</sup> É notório o dissenso sobre o sentido da palavra urbanismo, confundida constantemente com termos correlatos como planejamento urbano e desenho urbano. Esta dificuldade em estabelecer, com precisão, as fronteiras do urbanismo é identificada, por exemplo, por Rovati (2013). Seu artigo *Urbanismo versus Planejamento Urbano?* examina a forma ambígua como esses termos são empregados por programas de pós-graduação das áreas da CAPES de “Arquitetura, Urbanismo e Design” e de “Planejamento Urbano e Regional e Demografia”. Ele observa que mesmo no campo da pesquisa científica, lugar onde os conceitos são objeto de rigorosa investigação, há enorme imprecisão no uso dos termos urbanismo e planejamento urbano.

A seguir, serão delineados os procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa a partir da abordagem da história dos conceitos.

### **Objetivos, questões, hipótese**

Como já foi apontado, o objetivo mais geral do trabalho é situar historicamente, no plano conceitual e epistêmico, o urbanismo ensinado na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Para isso, aborda a trajetória da arquitetura e do urbanismo nas instituições que a deram origem e percorre suas três primeiras décadas de existência. O recorte temporal se encerra nos anos 1970. As principais questões que orientaram a pesquisa, em resumo, são:

- Que urbanismo tem sido ensinado aos arquitetos?
- Que repertório de saberes, práticas, objetos, temas e métodos são a ele atribuídos ao longo do tempo?
- Que habilidades a formação em urbanismo pretendeu desenvolver no arquiteto?
- Como se justificou, no ensino, a relação entre arquitetura e urbanismo?

A hipótese que orienta esta tese, igualmente já delineada, sustenta que, na FA-UFRGS, o urbanismo se vinculou a saberes e práticas análogos aos da arquitetura; que ali a formação em urbanismo buscou desenvolver sobretudo a aptidão para elaborar *projetos*, entendidos como momento de síntese dos conhecimentos-diretores da produção de artefatos, em *ponto grande* ou *pequeno* (ALBERTI, 2011) e situado como eixo central do ensino naquela instituição, onde o *urbanismo* comparece finalmente como extensão (marginal) da *arquitetura*.

Neste caso, algumas precisões conceituais se fazem necessárias.

Como já mencionado, a referência teórico-metodológica desta tese é a história conceitual, da maneira como foi elaborada por Reinhart Koselleck.

A história conceitual é, “em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político” (KOSELLECK, 2006: 103). Para o historiador, “é evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história da língua, mas

também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguísticas” (KOSELLECK, 2006: 103).

Nem todos os significados atribuídos às palavras são relevantes à história dos conceitos. Um conceito requer certo nível de teorização/abstração. É sintetizador de associações mais amplas. Acolhe alterações em seus significados ao longo do tempo. Há, na permanência da palavra, transformações e inovações significativas em seu conteúdo. E é sobre – e através da – alteração de sentidos dos conceitos que se dá este tipo de investigação histórica.

Estabelece-se, a partir desta premissa, uma relação entre situação histórica e formulação conceitual, contexto e conteúdo. Nesta relação, ambos se tornam claros. No caso particular desta tese, o estudo do urbanismo é impulso para apreender, para além dele, uma realidade mais ampla.

Mas há aí um obstáculo, que precisa necessariamente ser transposto pelo pesquisador. Como alerta Kosellech, não podemos esquecer que os conceitos “existem” nas fontes históricas examinadas pelo pesquisador e na própria historiografia que ele constrói:

Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos [grifo nosso]. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada. (Koselleck, 2006: 305).

Assim, justamente porque sua própria prática movimenta-se *entre dois planos*, o historiador necessariamente deve diferenciar as palavras e conceitos encontrados nas suas fontes de suas próprias palavras e conceitos.

Em nossa hipótese, supomos que na FA-UFRGS, desde o início, e até hoje, o ensino do *urbanismo* é tributário de saberes e práticas análogos aos do ensino da

*arquitetura*, voltados essencialmente para o *projeto* de edificações. Os termos grifados demandam uma explicitação.

Foi dito anteriormente que, como este trabalho pretende capturar os sentidos do *urbanismo*, o emprego desse vocábulo, ao longo da tese, seria polissêmico. Sua definição (ou indefinição), portanto, seria buscada nas fontes consultadas pela pesquisa. Admite-se simplesmente que tal palavra abriga significados diversos sempre associados a diferentes formas de ação sobre a cidade ou o urbano. Será realizado movimento semelhante no que se refere aos sentidos da *arquitetura*, neste caso admitindo simplesmente que tal palavra abriga significados diversos *sempre associados a diferentes formas de ação sobre a edificação*.

Mas, *edificação* e *cidade* não seriam, ambas, “artefatos” arquitetônicos apenas diferenciados pela *escala*? Respostas a esta questão igualmente serão buscadas em nossas fontes. Contudo, sejam quais forem as respostas encontrados, assumiremos desde logo que o *projeto* normalmente associado aos saberes arquitetônicos, cujo objeto central é a edificação, não alcança a *cidade*. Porque o *projeto normalmente associado aos saberes arquitetônicos* implica numa definição *precisa* de um artefato a ser construído, feita através de plantas, cortes, fachadas e outras representações – igualmente *precisas* – de uma materialidade futura.

Desse ponto de vista, nossa hipótese de fato supõe que, na FA-UFRGS, o urbanismo foi se fazendo como busca de resposta à pergunta formulada por Alberti no Renascimento: “Ora se a cidade é, na opinião dos filósofos, uma casa em ponto grande e, inversamente, a casa é uma cidade em ponto pequeno, porque não se há de dizer que as partes mais pequenas da casa são habitações em ponto pequeno?” (ALBERTI, 2011: 170)<sup>11</sup>.

No presente, são inúmeras as evidências empíricas que o *architéctus* albertiano – esse intelectual da construção que, por seu saber projetual, deveria comandar os demais atores envolvidos na produção edilícia – de fato e por muitas razões raras vezes ocupa esse lugar, nem com relação ao edifício e, muito menos, com relação à cidade (ROVATI, 2014). A construção de edifícios e cidades, hoje, está submetida a lógicas de

---

<sup>11</sup> O tratado de Alberti não será analisado nesta tese. Mas, cabe sublinhar que, no trecho citado, ele faz uma pergunta. Ela muitas vezes é tomada, na interpretação de sua obra, como assertiva, segundo a qual o projeto da “casa” e da “cidade” teriam a mesma natureza epistêmica. Esta é uma interpretação contestada, por exemplo, por Mario Gandelsonas (2009).

poder e divisão do trabalho onde o *architéctus*, contrariando o que esta palavra supõe por sua etimologia, muitas vezes ocupa o lugar de *constrúctor subalténurs*.

Não se pretende enfrentar tais questionamentos. Eles aqui comparecem no sentido de esclarecer a hipótese. Contudo, o esforço deste trabalho, de propósitos bem mais modestos, parece relevante em outras direções.

O Brasil, hoje um país urbano, abriga vastas áreas metropolitanas. A sanção do Estatuto das Cidades, em 2001, e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, foram motivadas, dentre outras razões, pelos problemas advindos da urbanização acelerada ocorrida durante a segunda metade do século XX. A demanda por reflexão e atuação profissional relacionada à urbanização tomou grande impulso a partir de então.

Hoje, o número de cursos de graduação em arquitetura e urbanismo no país é expressivo. Em 2015, segundo a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), o país contava com 466 cursos de arquitetura e urbanismo<sup>12</sup>. Quase metade desses cursos (220) se localizam em quatro estados da Federação: São Paulo (133 cursos), Minas Gerais (50), Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ambos com 37).

O grande número de cursos de arquitetura e urbanismo, bem como as diversas demandas resultantes da urbanização, tornam necessárias reflexões sobre os rumos do ensino nesta área. Esta tese quer contribuir para o exame da formação deste crescente contingente profissional que atuará em ambientes urbanos plenos de dilemas e desafios. Tornará possível, quem sabe, que os profissionais se posicionem com maior propriedade frente aos rumos de sua instrução e atuação.

De outro modo, como demonstraremos adiante, existe uma lacuna em relação ao tema. Dissertações e teses raramente abordam o ensino do urbanismo nas instituições nacionais. Em geral, buscam compreender o ensino da arquitetura e os procedimentos pedagógicos vinculados ao projeto.

Nosso estudo dialoga ainda com a historiografia do urbanismo produzida no Brasil nas últimas décadas. Estas pesquisas partem, geralmente, de planos, projetos e biografias de personagens destacados. Este trabalho participa do esforço em tornar mais completo o entendimento sobre o urbanismo enquanto campo de saberes e práticas através de fontes pouco usuais, ligadas à formação acadêmica. Sua originalidade está

---

<sup>12</sup> Dados disponíveis no site da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo em < [http://www.abea.org.br/?page\\_id=11](http://www.abea.org.br/?page_id=11) >. Acessado em 20 de setembro de 2016.

em propor o debate sobre o urbanismo, ancorado numa perspectiva histórica, utilizando como principais fontes documentos relativos ao *ensino* da arquitetura e urbanismo.

Por fim, pretende-se que esta tese produza maior inteligibilidade acerca dos caminhos atuais do urbanismo no país, explicitando as decisões adotadas ao longo do tempo e descortinando novos horizontes: o debate sobre as competências dos profissionais que têm como objeto a cidade evidentemente extrapola as fronteiras acadêmicas e corporativas.

### **Revisão bibliográfica: uma razão para pesquisar**

Pesquisas nem partem nem começa do zero. Pelo contrário, tomam por base os conhecimentos acumulados. Por essa razão é necessário situar aqui a bibliografia existente sobre o tema da tese. Foram buscadas pesquisas – principalmente teses e dissertações, mas não exclusivamente – com recortes temáticos semelhantes ao proposto por esta tese.

Como foi observado, no estudo sobre o ensino de arquitetura e urbanismo é hegemônica a preocupação com a habilitação para o projeto arquitetônico. Cabe citar alguns exemplos: a dissertação de Flávio de Lemos Carsalade (1997), *Ensino de projeto de arquitetura: uma visão construtivista*, investiga a pedagogia de ensino de projeto de arquitetura à luz da teoria construtivista de educação; a dissertação de Paulo Roberto de Almeida(2001), *Sobre o ensino do projeto*, trata do ensino de projeto de arquitetura nas disciplinas iniciais da Faculdade de Arquitetura da UFRGS; a tese de Antônio Carlos Barossi (2005), *Ensino de projeto na FAUUSP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*, reflete sobre o ensino de projeto de arquitetura da instituição; a tese de Minoru Naruto (2006), *Repensar a formação do arquiteto*, investiga o ensino de arquitetura da FAUUSP, partindo do pressuposto de que seu problema é, na realidade, problema de ensino de projeto em ateliê; a tese de Vera Lúcia Domschke (2007), *O ensino da arquitetura e a construção da modernidade*, discute o ensino de projeto de arquitetura; a dissertação de Virgínia Laise da Silva Rodriguez (2008), *É ensinando que se aprende: as práticas atuais de ensino de projeto no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, estuda as disciplinas de Projeto de Arquitetura do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN,



analisando as práticas de ensino e seu efeito sobre os aprendizes; a tese de Ângela Becker Maciel (2009), *Iniciação ao ensino do projeto arquitetônico: paradigmas e reducionismos*, debate os pressupostos teóricos subjacentes a procedimentos didáticos tidos como adequados ao ensino de projeto nas escolas de arquitetura; a tese de Maria de Lourdes Nogueira (2009), *Ensino de projeto no primeiro ano e suas abordagens*, trata da transmissão de conhecimento na disciplina de projeto arquitetônico; a tese de Emerson José Vidigal (2010), *Ensino de projeto arquitetônico: um estudo sobre as práticas didáticas no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Paraná*, estuda as práticas didáticas adotadas no ateliê de projeto da escola de arquitetura da UFPR; a tese de Marilze Barcellos Góes (2010), *A educação no projeto e o projeto na educação: um estudo sobre o ensino e a aprendizagem de projeto de arquitetura*, aborda o papel do desenho no processo de ensino e aprendizagem de projeto na arquitetura; a tese de Cláudia Maria Arcipreste (2012), *Entre o discurso e o fazer arquitetônico: reflexões sobre o ensino de arquitetura e urbanismo e seus referenciais a partir do trabalho final de graduação*, estuda as dimensões didático-pedagógicas envolvidas no processo de projeto a partir dos produtos do trabalho final de graduação; a tese de Amélia de Farias Panet Barros (2013), *Permanências e perspectivas no ensino de projeto de arquitetura no Brasil: uma análise a partir da produção científica dos Seminários UFRGS (1985) e Projetar (2003-2011)*, estuda o ensino de projeto de arquitetura a partir da produção científica de dois seminários acadêmicos.

Encontramos ainda pesquisas que abordam o processo de projeto a partir de recortes temáticos muito específicos como, por exemplo, a cor, a sustentabilidade, o trabalho colaborativo, a questão de gênero, a relação professor-aluno, a dimensão técnica/estrutural, o uso de modelos tridimensionais, a matemática. Alguns exemplos: a tese de Mônica de Queiroz Fernando Araújo (2007), *A cor incorporada ao ensino de projeto*, trata da viabilidade de incorporar a cor no ensino de projeto de arquitetura; a dissertação de Dianna Santiago Villela (2007), *A sustentabilidade na formação atual do arquiteto e urbanista*, estuda como o conceito de sustentabilidade tem sido incorporado à formação do arquiteto e urbanista; a dissertação de Elke Berenice Kolln (2009), *Aprendendo a compartilhar: uma experiência de projeto em equipe*, estuda as relações entre arquitetos no processo colaborativo de elaboração de projetos; a dissertação de Flávia Carvalho de Sá (2010), *Profissão: Arquiteta. Formação profissional, mercado de*

*trabalho e projeto arquitetônico na perspectiva das relações de gênero*, busca identificar a participação das mulheres arquitetas e urbanistas na produção do projeto arquitetônico; a dissertação de Ricardo Barros Marques (2010), *A Relação professor-aluno e a afirmação do discente como sujeito do processo projetual: um estudo exploratório sobre a produção do trabalho final de graduação em arquitetura e urbanismo na UFC e na UFRN*, discute a relação orientador-orientando na disciplina de conclusão do curso de arquitetura e urbanismo; a dissertação de Rita de Cássia Pereira Saramago (2011), *Ensino de estruturas nas escolas de arquitetura do Brasil*, analisa o processo de transferência do conhecimento acerca do comportamento estrutural para graduandos de arquitetura e urbanismo; a tese de Fernando José de Medeiros Costa (2013), *Do modelo geométrico ao modelo físico: o tridimensional na educação do arquiteto e urbanista*, discute o papel do modelo tridimensional (maquetes físicas ou digitais) como instrumento de ensino do projeto; a dissertação de Deise Cristina Moreira da Silva (2013), *Arquitetura sem matemática? Formação e atuação do arquiteto na contemporaneidade*, examina a existência e a necessidade da matemática na atuação e formação do arquiteto contemporâneo.

Estes exemplos, embora não resultem de pesquisa exaustiva, retratam a recorrência da investigação sobre o ensino de projeto em suas variadas dimensões.

Outra abordagem, menos comum, mas ainda expressiva, relaciona ensino de arquitetura à prática profissional. Alguns exemplos: a dissertação de João de Paula Lima Neto (2007), *O ensino de arquitetura como agente transformador da prática profissional*; a tese de Ana Maria Reis de Góes Monteiro (2007), *O ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: a expansão dos cursos no estado de São Paulo no período de 1995 a 2005* estuda como o ensino de arquitetura e urbanismo no Estado de São Paulo é influenciado por agentes externos à universidade; a tese de Ana Paula Farah (2012), *Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado – o caso das escolas do Estado de São Paulo*, estuda a relação entre a formação profissional e as atuação na preservação do patrimônio edificado; a dissertação de Taiana Car Vidotto (2014), *A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948-1962*, estuda como a aproximação entre o Instituto de Arquitetos do Brasil, seção São Paulo e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP ensejou mudanças no ensino.

Pode-se citar ainda um conjunto de obras que tratam da formação em arquitetura e urbanismo *stricto sensu* – estrutura curricular, organização institucional, história das faculdades e escolas de arquitetura e urbanismo brasileiras. São exemplos: a dissertação de Roberto Eustaaquio dos Santos (2002), *Atrás das grades curriculares: da fragmentação do currículo de graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil*, aborda o currículo de graduação de Arquitetura e Urbanismo no Brasil indicando que um dos principais problemas do ensino decorre de um processo de taylorização do conhecimento, evidenciado pela fragmentação do currículo no formato grade; a tese de Katia Azevedo Teixeira (2005), *Ensino de projeto: integração de conteúdos*, avalia a estrutura curricular dos cursos de arquitetura e urbanismo; a tese de Sylvia Adriana Dobry Pronsato (2008), *Para quem e com quem: ensino de Arquitetura e Urbanismo*, relaciona a formação do arquiteto e urbanista da Faculdade de Arquitetura de São José dos Campos à experiências de outras instituições através da organização dos currículos e projetos pedagógicos; a obra *Trajatória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia: Volume X – Arquitetura e Urbanismo* (2010), organizada pelo CONFEA, trata do ensino da arquitetura e urbanismo historicamente cotejando-o à regulamentação do exercício profissional no país; a obra organizada por Ester Judite Bendjouya Gutierrez (2013), *A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo*, comemorativa ao aniversário da ABEA, reúne artigos que registram a trajetória da entidade e a forma como ela participou da consolidação do ensino de arquitetura e urbanismo do país; o livro organizado por João Farias Rovati e Fabiano Mesquita Padão (2002), *Faculdade de Arquitetura: 1952-2002*, comemorativa aos 50 anos da faculdade; a tese de Sylvia Ficher, *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo* (2005), estuda o ensino de arquitetura na cidade de São Paulo, tendo como objeto central o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica; a tese de Marcos Osmar Fávero (2009), *Dos mestres sem escola à escola sem mestres: ensino de arquitetura no Rio de Janeiro – 1816-1965*, trata das principais instituições responsáveis pelo ensino de arquitetura no Rio de Janeiro no período de 1826 a 1965.

Percebe-se, a partir destas listas, a recorrência de temas vinculados à arquitetura e, particularmente, ao *projeto*. Especificamente nesse âmbito, alguns trabalhos consultados são de difícil classificação, como é o caso da tese de doutorado de Leandro Andrade (2011), *Construção e abertura: diálogos Alexander-Piaget* – a qual, nas

palavras do autor, “examina a construção do conhecimento no campo da arquitetura e urbanismo” (ANDRADE, 2011: iii). No que se refere ao projeto, como mostra Andrade, as fronteiras entre arquitetura e urbanismo se embaralham. Por esta e outras razões, a revisão bibliográfica acima resumida não deve levar à conclusão que pesquisas voltadas para o ensino do projeto urbanístico não existam.

Mas, vejamos a seguir que aspectos abordam alguns trabalhos que lidam explicitamente com o urbanismo. Inicialmente, é necessário apontar que, em geral, as pesquisas atentas ao urbanismo estão, sobretudo, preocupadas em analisar sua constituição como campo profissional e científico. Estes trabalhos tomam como fonte os planos, projetos e a trajetória profissional de personagens expoentes.

Podemos citar, como exemplo de obra de abrangência nacional, a publicação *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*, coordenada por Maria Cristina da Silva Leme (1999), trabalho que reúne textos de diversos pesquisadores, muitos deles resultados de dissertações e teses. É material que debate ideias, realizações e a formação do campo de atuação e de conhecimento do urbanismo. Apresenta ainda a trajetória de profissionais urbanistas que atuaram no Brasil no período. Outro exemplo é a tese de Sônia Marques (1996), *Les professions de l'urbanisme au Brésil*, que examina as estratégias profissionais de urbanistas e planejadores urbanos brasileiros comparando-as à profissão em outros países. Explicita o que acredita ser um paradoxo: de um lado, o reconhecimento da atividade do urbanista como profissão “progressista” e, de outro, seu exercício recorrente sob regimes autoritários. Reflete, enfim, sobre a profissão de urbanista, não sobre sua formação.

Esse tema – urbanismo como campo profissional e científico – também é objeto de estudo no Estado do Rio Grande do Sul. Podemos citar como exemplos: a tese de João Farias Rovati (2001), *La modernite est Ailleurs: “ordre et progres” dans l'urbanisme D'Edvaldo Pereira Paiva – 1911-1981*, que estuda a trajetória e atuação profissional de Edvaldo Pereira Paiva; a tese de Célia Ferraz de Souza (2004), *O Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: da concepção às permanências*, que trata da elaboração do plano geral de melhoramentos para a capital, da participação de João Moreira Maciel em sua equipe de preparação e da permanência destas propostas ao longo do século XX; a tese de Maria Soares de Almeida (2004), *Transformações Urbanas: atas, normas, decretos, leis na administração da cidade – Porto Alegre 1937-1961*, que analisa as relações entre ideias/práticas urbanísticas e os dispositivos legais

de ordenamento e controle do espaço urbano, tudo no âmbito da administração municipal da capital gaúcha. Este trabalho, apesar de não concentrar atenção no ensino do urbanismo, trata da atuação de profissionais urbanistas em Porto Alegre como, por exemplo, Arnaldo Gladosh, Luiz Arthur Ubatuba de Faria, do uruguaio Mauricio Cravotto; a tese de Sílvio Belmonte de Abreu (2006), *Porto Alegre como Cidade Ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre*, que avalia os planos e projetos urbanos para a capital gaúcha ao longo do século XX relacionando-os aos paradigmas urbanísticos hegemônicos em seu tempo.

Há trabalhos que tratam mais especificamente da formação em planejamento urbano. Como exemplos, podemos citar: a tese de concurso para provimento de cátedra na FAU-USP de Lauro Bastos Birkholz (1967), *O ensino do planejamento territorial*, que aborda a evolução do conceito de Planejamento Territorial relacionando-o aos conceitos de urbanismo, planejamento urbano. Este trabalho faz ainda reflexão acerca do ensino do Planejamento Territorial em países da América Latina e Europa, além do Brasil. Este autor finaliza sua obra apontando diretrizes para o ensino do tema no Estado de São Paulo; o artigo de Ana Clara Torres Ribeiro (2002), *O ensino de Planejamento Urbano e Regional. Proposta à ANPUR*, que trata do ensino de planejamento urbano; o artigo de Rosélia Périssé da Silva e Ana Clara Torres Ribeiro (2008), *Tempos, ideias e lugares. O Ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil*, também sobre o ensino de planejamento urbano no país; e o trabalho de Tiago Cargini Gonçalves e Maria Helena Lenzi (2012), *O ensino de planejamento urbano e regional: uma revisão de literatura no âmbito da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, que identifica a escassez de debate acerca do ensino de planejamento urbano nos seminários de História da Cidade e do Urbanismo.

Como resumo dos parágrafos precedentes, relativos ao ensino de arquitetura e urbanismo, se pode afirmar:

- é hegemônica a preocupação com o ensino das habilidades para o *projeto*, o *desenho* e a *composição*, quase sempre de arquitetura, sendo esta por sua vez compreendida como edificação ou *ponto pequeno*, inclusive em temas específicos deste processo como, por exemplo, a cor, a sustentabilidade, o trabalho colaborativo, a questão de gênero, a relação professor-aluno, a dimensão técnica/estrutural, o uso de modelos tridimensionais, a matemática;

- há ainda trabalhos que abordam outros aspectos, como a relação entre ensino de arquitetura e prática profissional, a formação e as faculdades de arquitetura e urbanismo *stricto sensu* – estrutura curricular, organização e história das instituições de ensino;
- em geral, as pesquisas que concentram atenção no tema urbanismo o fazem preocupadas com sua constituição como campo profissional e científico, tomando como fonte os planos, projetos e a trajetória de personagens expoentes;
- poucos são os trabalhos que abordam especificamente a formação em urbanismo e planejamento urbano.

Resta-nos, enfim, identificar a produção sobre o ensino de arquitetura e de urbanismo sul-rio-grandense. Como a FA-UFRGS – e as instituições que a dão origem – foram estudadas por pesquisadores locais?

Gunter Weimer (1989), em sua tese *Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*, trata da produção dos arquitetos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul durante a República Velha. O capítulo sexto de sua tese trata mais especificamente do ensino de Arquitetura na Escola de Engenharia, instituição fundada no fim do século XIX. Nele, Weimer trata das concepções de arquitetura e urbanismo manifestos pela Escola, de sua pedagogia, professores. Apesar disso, o ensino da arquitetura e urbanismo não é o tema central de sua investigação. Tampouco o autor investe mais profundamente nos conteúdos das disciplinas – projetos pedagógicos, exercícios, bibliografia.

Renato Holmer Fiori (1992), em sua dissertação *Arquitetura Moderna e Ensino de Arquitetura: os cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951*, por sua vez, estuda os dois cursos de arquitetura surgidos em 1945 em Porto Alegre – o do Instituto de Belas Artes e o da Escola de Engenharia. Para ele, a criação destes cursos é uma etapa fundamental da afirmação e difusão da arquitetura moderna local. O centro do debate realizado por Fiori é circunscrito à formação em arquitetura, mais especificamente no ensino dos preceitos da arquitetura moderna, em curto período temporal. Não há debate acerca do ensino do urbanismo, lacuna deixada propositalmente por Fiori pelo recorte escolhido.

Círio Simon (2003), em sua tese *Origens do Instituto de Artes da UFRGS: etapas entre 1908-1962 e contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema de artes visuais do Rio Grande do Sul*, realiza uma história do Instituto de Belas Artes da UFRGS, centrando sua atenção nas artes visuais. Simon trata da criação do

curso, de sua organização institucional, de seus diversos currículos, enfim, de suas transformações. Aborda apenas brevemente, no capítulo IV, a criação e instalação do curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes. Faz referência ao currículo dos cursos de Arquitetura (graduação) e Urbanismo (pós-graduação). Contudo, trata-os como apenas um momento passageiro dentro da trajetória do Instituto de Belas Artes, sem dar maior atenção ao assunto.

Elena Salvatori (2005), em sua tese *De la Originalidad a la Competencia: la enseñanza de Arquitectura em la UFRGS, Porto Alegre, Brazil – 1962 a 1994*, estuda a relação entre o ensino da arquitetura e a constituição do campo profissional do arquiteto no contexto local. Reflete sobre a relação formação-profissão concentrando atenção aos exercícios acadêmicos do trabalho final de graduação.

Inês Martina Lersch (2014), em sua tese *A Busca de um Ideário Urbanístico no início do séc. XX*, reflete sobre o papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre como lugar da introdução e difusão de ideias, autores e obras acadêmicas/científicas germânicas sobre construção de cidades. Como recorte temporal adota o período da República Velha. Sua pesquisa discute as principais reflexões germânicas sobre cidades e o intercâmbio Alemanha – Escola de Engenharia gaúcha.

Paula Mello Oliveira Alquati (2014), em sua dissertação *A vanguarda europeia e o ensino no Rio Grande do Sul: repercussões de escolas centro-europeias de arquitetura no sul do país entre 1945 e 1951*, lida com a transferência de ideários das vanguardas artística e arquitetônica europeias para o Rio Grande do Sul. Aborda, para isso, as novas linguagens da Escola de Artes e Ofícios de Viena e da Bauhaus e sua repercussão no contexto de formação em arquitetura do Estado.

Estes trabalhos – Weimer (1989), Fiori (1992), Simon (2003), Salvatori (2005), Lersch (2014) e Alquati (2014) – tangenciam o tema tratado nesta tese. Uns lidam com o ensino de projeto de arquitetura, outros com a formação em geral, outros ainda com recortes temáticos/temporais mais restritos – seja o período da República Velha, o intervalo entre as décadas de 1960 e 1990, a circulação de ideias germânicas sobre a construção de cidades ou os trabalhos de conclusão de curso. Em momento algum tomam o ensino de urbanismo como centro de sua preocupação desde uma perspectiva temporal.

Reside aí a contribuição que esta tese pretende: propor o debate sobre o ensino do urbanismo, utilizando como fontes os documentos ligados à formação em arquitetura

e urbanismo, articulando historicamente seus significados às conjunturas. Preencherá, assim, uma lacuna claramente identificável na pesquisa científica.

## **Metodologia e fontes**

Quem busca a história não pode viver os fenômenos que estuda, a não ser por meio de testemunhos. É um conhecimento que se dá indiretamente. Como declara Bloch (2001: 73), “o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser (...) um conhecimento através de vestígios”.

Os vestígios do passado que interessa à esta pesquisa se relacionam à formação acadêmica em arquitetura e urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e das instituições que a deram origem – a Escola de Engenharia e o Instituto de Belas Artes. Integram esse *corpus*, portanto, documentos relativos ao ensino: informações das disciplinas da grade curricular (ementa, objetivos, conteúdo programático, programa de aprendizagem, estratégias de ensino), provas, exames, exercícios ministrados em aula. Eles revelaram o sentido de urbanismo e as habilidades subjacentes ao processo de formação acadêmica.

Há ainda outras fontes escritas que contribuíram para este estudo, mesmo não estando diretamente relacionados às disciplinas. Foram regimentos internos, atas departamentais e de reuniões colegiadas, anais e relatórios de seminários sobre o ensino, debates sobre o tema na imprensa.

Os principais arquivos de onde foram obtidos os documentos do nosso *corpus* são os seguintes: i) Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS; ii) Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS; iii) Arquivo da coordenação do curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS; iv) Arquivo da direção da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Para que estes documentos – vinculados à formação acadêmica – se articulassem ao momento que os torna inteligíveis, fez-se necessário buscar fontes externas ao *corpus*. Contudo, estas fontes (que chamaremos de fontes contextuais) foram buscadas na medida em que o *corpus* a elas se referiu. Foram elas: o material de outros cursos de arquitetura e urbanismo do país que, paralelamente ao do Rio Grande do Sul, formam



arquitetos-e-urbanistas; a biografia de alguns importantes personagens; e o debate corporativo sobre o domínio e a autonomia da arquitetura e urbanismo.

Com o *corpus* delimitado e conhecidos os arquivos onde foi procurado, a próxima etapa foi iniciada. Foram feitas cópias impressas e imagens digitais de todos os documentos que, numa leitura prévia, pareceram relevantes para esta pesquisa. Elas foram organizadas em ordem cronológica – década a década, ano a ano. Dispostas de forma ordenada foram lidas cuidadosamente. A partir daí, foram destacados trechos, passagens e citações relevantes à pesquisa. O que conduziu esta “filtragem” foi, além dos objetivos, questões e hipótese da tese, a necessidade de identificar, ao longo do tempo, as permanências e alterações no sentido do urbanismo subjacente à instrução acadêmica. Segue-se, assim, preceito defendido por Koselleck: a história dos conceitos trabalha “sob a premissa teórica da obrigatoriedade de confrontar e medir permanências e alterações, tendo esta como referência daquela” (KOSELLECK, 2006: 115). Como já foi apontado, este foi o método de trabalho que orientou esta tese.

Por fim, cabe fazer duas considerações finais. A primeira, de cunho pessoal. Como arquiteto e urbanista egresso da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, tenho empatia com a instituição. Isto trouxe riscos à pesquisa, pois, como argumenta Bachelard, “o primeiro obstáculo [à pesquisa] é a experiência primeira, a experiência colocada antes e acima da crítica” (BACHELARD, 1996: 29). Buscamos, por isso, atitude de vigilância, estranhamento e polêmica, próprios da investigação científica, para ultrapassar este obstáculo epistemológico.

A segunda trata da razão de pesquisar o passado. Para Bloch, “por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que a criaram, são os homens que a história quer capturar” (BLOCH, 2001: 54-55). O intuito da investigação histórica é, além compreender como o presente chegou a ser o que é, entender os homens em seu tempo. São, enfim, eles e seu pensamento que se buscou capturar.

## **A estrutura da tese**

A tese, além desta introdução e das considerações finais, tem seis capítulos. Seus conteúdos são, resumidamente, os seguintes:

**Capítulo 1:** apresenta a experiência de ensino de arquitetura e de urbanismo da Escola de Engenharia de Porto Alegre, uma das instituições que deram origem à Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Nele é demonstrado que, para esta instituição, a arquitetura era um “ramo” da engenharia. E que o urbanismo seguia, fundamentalmente, a tradição higienista sanitaria do início do século XX. Neste capítulo são apresentados: a fundação da escola de engenharia e seus cursos até 1910; a reforma do ensino de 1910/1911, que dá à arquitetura nova posição; a federalização da instituição e a década de 1930; notas de como a arquitetura e o urbanismo são tratados na Revista Egatea; a experiência de ensino de arquitetura da década de 1940.

**Capítulo 2:** lida com a experiência de ensino de arquitetura e de urbanismo do Instituto de Belas Artes, a outra instituição que, junto com a Escola de Engenharia, dá origem à Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Nele é demonstrado que, para esta instituição, a arquitetura era uma “secção” da arte. E, o urbanismo, uma formação paralela a ela, dominada pelos engenheiros. Neste capítulo são apresentados: os primeiros anos do Instituto Livre de Bellas Artes; a experiência do curso técnico de arquitetura; o curso de arquitetura da década de 1940; a passagem de Mauricio Cravotto pela instituição; o curso de urbanismo.

**Capítulo 3:** trata do choque de concepções surgido com o processo de fusão dos cursos de arquitetura da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes para criação da Faculdade de Arquitetura. Neste capítulo são apresentados: as polêmicas surgidas a partir da promulgação da lei estadual nº 413, de 1948, que determinou a fusão dos cursos; as posições defendidas pelos membros de ambas as instituições; o debate realizado além das fronteiras da universidade, principalmente na imprensa; os pressupostos que fundamentavam as propostas (criação de um instituto ou uma faculdade, por exemplo); o fim da disputa; a conquista da autonomia para a arquitetura.

**Capítulo 4:** apresenta o funcionamento da Faculdade de Arquitetura nos anos 1950. Argumenta que a faculdade surgiu a partir de uma acomodação entre as concepções confrontadas no processo de fusão dos cursos da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes. Neste capítulo são apresentados: o currículo adotado (o padrão federal representado pela Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro); os professores que migraram de ambas as instituições para a Faculdade; a experiência de retorno, interrupção e nova retomada do curso de urbanismo.

**Capítulo 5:** aborda os anos 1960, momento de intensos debates e de propostas de alteração do ensino da Faculdade de Arquitetura. Neste capítulo são apresentados: a reforma curricular de 1962/1963; a “primeira semana de estudos”, de 1966; o manifesto “nosso ensino é uma farsa” e sua repercussão; o “seminário de estudos para a nova estrutura de ensino”, de 1968; o curso de urbanismo, a alteração de seu exame de admissão, suas disciplinas e conteúdos, a criação do Gabinete de Planejamento Urbano e Regional (GAPUR).

**Capítulo 6:** discorre sobre os anos 1970, período final analisado pela tese. Trata de três fatos que ocorrem simultaneamente: a extinção do curso de urbanismo, a criação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) e a “migração” dos conteúdos do curso desaparecido ao PROPUR e à graduação em arquitetura. Além disso, neste capítulo são apresentados: o processo de criação do PROPUR, suas dependências, seu reconhecimento, seu projeto pedagógico e programas de parte das disciplinas; o fugaz curso de paisagismo e o de especialização em planejamento urbano, só proposto; o “plano geral de ensino das disciplinas do departamento de urbanismo a serem ministradas no curso de arquitetura”.

Cabe destacar que não haverá capítulo do tipo “quadro teórico”, apartado dos demais. O debate sobre os conceitos que fundamentam o trabalho será realizado ao longo da tese. Necessário salientar também que as referências do trabalho foram organizadas da seguinte forma: livros, teses e artigos foram citados no sistema autor/data, no corpo do texto. As referências ao *corpus* documental, pela sua extensão e variedade, foram citadas nas notas de rodapé.

## **A genealogia**

A genealogia – diagrama que representa origens e ramificações – do ensino de urbanismo presente na FA-UFRGS é apresentada na Figura 1. Assim, é oferecido ao leitor um panorama prévio do caminho que percorrerá ao ler a tese. Além disso, permitirá sua consulta ao longo da leitura, possibilitando que, sempre que necessário, o leitor se posicione em relação à toda história do ensino do urbanismo na FA-UFRGS.

A genealogia é revelada não só graficamente (figura 1), mas também textualmente. A intenção é que o texto conduza a interpretação da imagem. Ambas as informações são sintéticas, mas suficientes para sua compreensão.

O percurso se inicia com a criação da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Nela, a arquitetura era um dos cinco “ramos” próprios de sua formação (juntamente com agrimensura, estradas, hidráulica e eletrotécnica). No início da década de 1910 é criado o curso de engenharia civil, que acaba por “absorver” estes ramos. Ao longo da década de 1930 o Instituto de Belas Artes, criado em 1908, incorpora aos cursos da instituição o ensino de arquitetura por meio de um curso técnico. Para esta instituição a arquitetura era uma “secção” das artes. Em 1945 são iniciados os cursos de arquitetura da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes. Em 1947, passa a funcionar o curso de urbanismo no Instituto, experiência breve, que dura até 1949 e diploma poucos profissionais. Em 1952, após intenso embate, é criada a Faculdade de Arquitetura por meio da “fusão” dos cursos de arquitetura da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes. Sai vitoriosa a tese defendida pelo Instituto, de que deveria ser criada uma Faculdade onde o ensino da arquitetura fosse autônomo. Em 1954 é retomado o ensino de urbanismo em curso desvinculado da graduação em arquitetura. Ele é interrompido em 1958 e retomado no ano seguinte, 1959, sob bases alteradas. Na década de 1960 ocorrem debates e propostas de alteração do ensino da Faculdade de Arquitetura. Todavia, nenhum deles o modifica significativamente. O curso de urbanismo é extinto na década seguinte, em 1972. Parte de seus conteúdos migra para o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, criado em 1970. Outros conteúdos migram para a graduação em arquitetura.

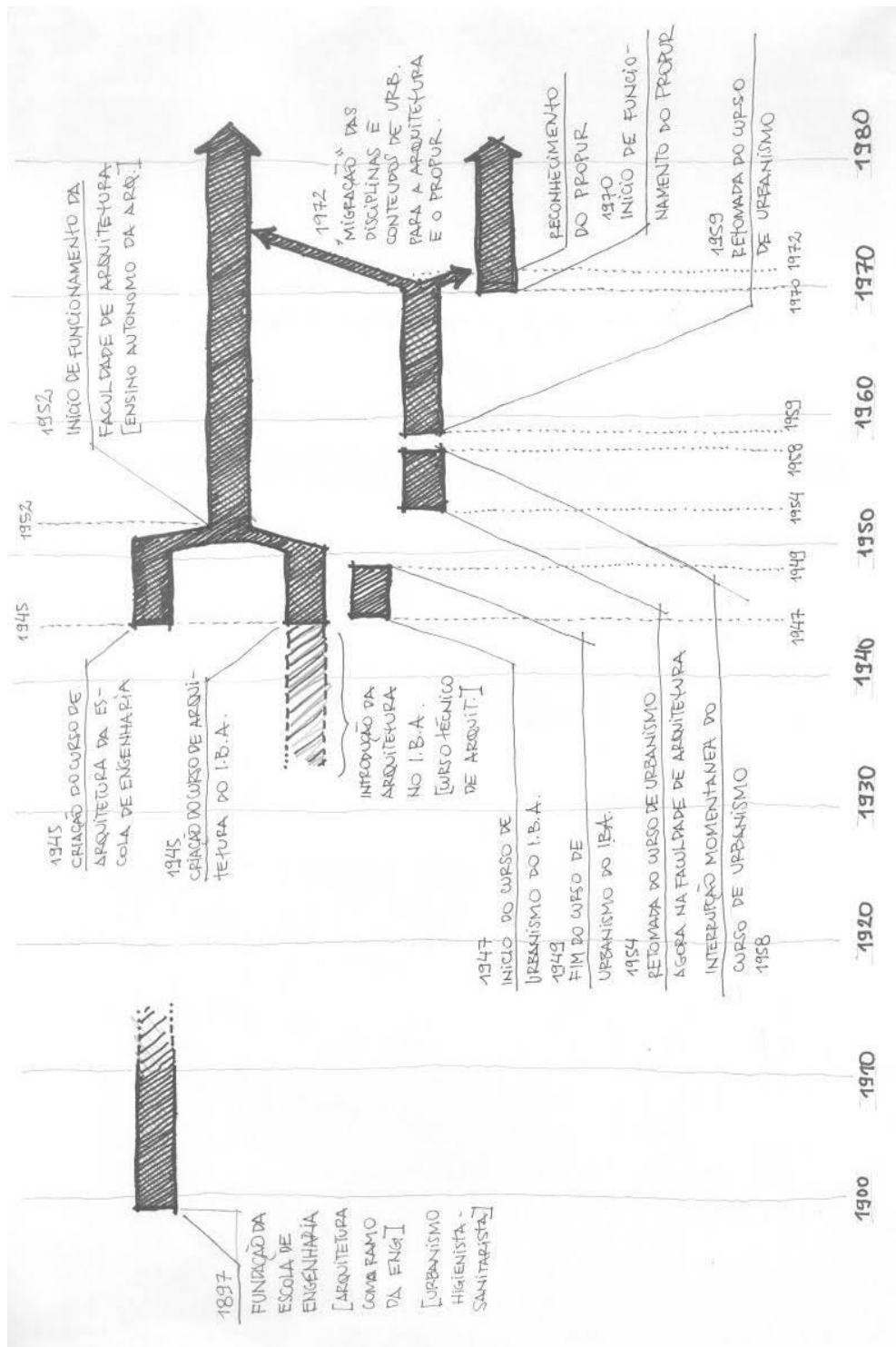


Figura 1 - Genealogia do ensino de urbanismo presente na FA-UFRGS. Fonte: elaborado pelo autor.

## CAPÍTULO 1

### ARQUITETURA, “RAMO” DA ENGENHARIA

Para compreender os significados do urbanismo presentes no ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS é necessário, antes, apreender a experiência dos cursos que a deram origem. Por esta razão, este capítulo apresenta a experiência de ensino de arquitetura e de urbanismo da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Nele é demonstrado que, para esta instituição, a arquitetura era um “ramo” da engenharia. E que o trato com a cidade seguia a tradição higienista sanitaria do início do século XX e a concepção de projeto da grande escala. São apresentados aqui: a fundação da Escola de Engenharia e seus cursos até 1910; a reforma do ensino de 1910/1911, que dá à arquitetura nova posição; a federalização da instituição e a década de 1930; notas de como a arquitetura, os temas da cidade e a profissão de engenheiro são tratados na Revista Egatea; a experiência de ensino de arquitetura da década de 1940. Por não ser a instituição de ensino que está no centro da investigação, a Escola de Engenharia será tratada apenas na medida em que contribua para a melhor compreensão do fenômeno em pauta. Há, contudo, trabalhos que penetram na experiência desta instituição. Dentre eles, se pode citar os trabalhos de Weimer (1989), Fiori (1992), Hassen (1996) e Lersch (2014).

## 1.1. Primeiros anos da Escola de Engenharia: arquitetura como “ramo”

Quando a Escola de Engenharia de Porto Alegre é fundada, a República havia sido proclamada a menos de uma década. O governo sul-rio-grandense, estabilizado após a Revolução Federalista, era monopolizado pelo Partido Republicano Rio Grandense (PRR). O chefe do executivo, Júlio de Castilhos, comandava o Estado sob a égide do positivismo, buscando conciliar progresso com a manutenção da ordem social (PESAVENTO, 2002; FAUSTO, 2004).

Em Porto Alegre o cargo de intendente era exercido interinamente pelo major Querubim da Costa, seguido, logo após, por José Montauray de Aguiar. A capital contava com uma população próxima a 70 mil habitantes ocupando não só seu centro, mas também os arrabaldes de Navegantes, São Manoel, São Miguel e Menino Deus (MULLER; SOUZA, 2007; MONTEIRO, 2012).

Nesta cidade, em agosto de 1896, um pequeno grupo de engenheiros militares, professores da Escola Militar de Porto Alegre, “reuniram-se na casa de residência do Sr. Dr. Meira, à Rua Duque de Caxias n.252, n’esta capital, e resolveram iniciar a fundação de uma Escola de Agrimensura, como primeiro passo para a realização de uma Escola de Engenharia em Porto Alegre”<sup>13</sup>. Contudo, já em setembro do mesmo ano, resolvem “fundar desde logo uma escola de engenharia com programmas diferentes dos do ensino oficial, pelos moldes dos institutos ingleses e americanos, isto é, uma escola technica-profissional”<sup>14</sup>. Em 1º de janeiro de 1897 a escola foi solenemente inaugurada.

A Escola pretendia “criar apenas engenheiros, verdadeiros profissionais, aos que, se fornecerá o cabedal theorico tão somente indispensável á boa compreensão do estudo pratico correspondente”<sup>15</sup>. Faria isso “dividindo a vasta sciencia do engenheiro em cursos especializados”, formando assim “profissionais especialistas, mais habilitados, portanto, em algum dos ramos da engenharia”<sup>16</sup>.

O ensino estava dividido em “cinco cursos independentes: os de agrimensura, de estradas, de hydraulica, de architectura e de eletro technica”<sup>17</sup>. Estes “cursos

---

<sup>13</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1887. Porto Alegre, Typographia de Cesar Reinhardt, 1898: 5.

<sup>14</sup> Ibid., loc.cit.

<sup>15</sup> Ibid.: 26-27.

<sup>16</sup> Ibid., loc.cit.

<sup>17</sup> Ibid.: 28.

independentes” tinham três anos de duração, cada um com suas *aulas* (disciplinas, diríamos hoje).

Mas por que uma Escola de Engenharia não criaria, no ato de sua fundação, um curso de engenharia? Pode-se responder a esta pergunta da seguinte forma. A proposta da instituição era formar profissionais nas diversas especialidades em que a engenharia se compartia. Estes ramos não eram autônomos, mas estavam contidos em campo que associava diferentes saberes e formas de atuação. Logo, estudar em um dos cinco cursos significava se tornar apto a exercer um dos ramos da engenharia.

Weimer (1989) compreende esta relação de maneira distinta. Para ele, “é difícil entender porque na documentação oficial da Escola todos os arquitetos que ela formou até 1910 tenham *arbitrariamente* [grifo nosso] sido declarados como sendo engenheiros civis” (WEIMER, 1989: Q.97).

Ainda para este autor, os diplomas expedidos para fins de registro profissional no CREA apresentavam a “qualificação de engenheiro civil ainda que a documentação primária não possa deixar qualquer dúvida sobre o verdadeiro conteúdo de arquitetura dos cursos realizados” (WEIMER, 1989: Q.97).

Não parece haver arbitrariedade, como refere Weimer. Ao contrário. À época, a arquitetura era ramo da engenharia. Por isso seria impossível diplomar arquitetos, mas apenas engenheiros com ênfase em algum de seus campos de atuação. É preciso, como se percebe, inserir o termo em seu tempo para compreender-lhe o sentido.

Retomando a trajetória da Escola, Weimer (1989) aponta que, segundo o estatuto de 1896, os três anos do curso de arquitetura eram compostos pelas aulas apresentadas no Quadro 1<sup>18</sup>.

As aulas do 1º ano eram as mesmas para todos os cursos, espécie de ciclo básico de formação. A partir daí os cursos iam, paulatinamente, ganhando contornos distintos. Para Weimer (1989: Q.92), “as disciplinas específicas de arquitetura são as das 2<sup>as</sup>, 3<sup>as</sup> e 4<sup>as</sup> aulas além da prática fora da Escola”. Para não realizar uma leitura anacrônica da documentação, é necessário destacar: saberes “específicos” de um dos ramos da engenharia, a arquitetura. Além disso, podemos afirmar, a partir do exposto no quadro

---

<sup>18</sup> Não foi possível, ao longo do período de pesquisa, acessar o estatuto da Escola de Engenharia de 1896. Parte da documentação da instituição esteve indisponível para pesquisa. Alguns documentos só foram utilizados nesta pesquisa pela generosa contribuição de Inês Martina Lersch, que me cedeu as imagens digitais de documentos e relatórios reunidas para sua tese de doutorado.



1, que a preocupação com aspectos das cidades estava ausente do curso de arquitetura, ao menos no nome das disciplinas.

Quadro 1: Aulas do curso de Architectura da Escola de Engenharia do ano de 1896.

<b>CURSO DE ARCHITECTURA</b>	
<b>1º ano</b>	
1ª aula	Matemática - <i>Aritmética</i> : Explicação da prática das operações fundamentais. Progressão aritmética; <i>Álgebra</i> : Objeto da álgebra. Explicação dos cinco pares de formação elementares que entram na construção das equações. Resolução das equações de 1º grau. Transformações algébricas, incluindo o binômio de Newton. Extração das raízes de qualquer grau. Resolução das equações de 2º grau. Progressão geométrica. Explicação dos logaritmos. Uso das tábuas respectivas; <i>Geometria</i> : Teoria da reta, do plano e do círculo. Quadraturas das arcas planas e circulares. Cubata dos poliedros. Medidas dos três corpos redondos, cilindro, cone e esfera. <i>Trigonometria</i> : linhas trigonométricas; taboas trigonométricas; resolução dos triângulos retilíneos e esféricos. <i>Reações algébricas de geometria</i> : Construção gráfica das fórmulas algébricas. Construção da equação de 2º grau.
2ª aula	Ciências naturais – Suprimida
3ª aula	Desenho: Desenho linear.
4ª aula	Estudo dos terrenos, minerais e vegetais.
	Aprendizagem fora da Escola
<b>2º ano – Estudos na Escola</b>	
1ª aula	Matemática: Noções de cálculo infinitesimal. Mecânica geral.
2ª aula	Física: Barologia. Termologia.
3ª aula	Topografia.
4ª aula	Desenho: Geometria Descritiva. Desenho de plantas e perfis.
	Aprendizagem fora da Escola: Levantamentos e nivelamentos. Observações nas oficinas de fundição de ferro.
<b>3º ano</b>	
1ª aula	Fórmulas de resistência. Máquinas.
2ª aula	Construção em geral. Estabilidade e higiene das construções.
3ª aula	Arquitetura: histórico e princípios gerais; composição e estética dos edifícios.
4ª aula	Desenho arquitetônico e de obras de arte.
	Aprendizagem fora da Escola. Manipulação dos materiais de construção. Observação de obras em construção. Projetos de edifícios, pontes e parques.

Fonte: Weimer (1989).

Anos após, em março de 1900, o estatuto da Escola, reformado, substitui o curso de eletrotécnica pelo de agrimensura. Isto correspondeu “às necessidades de nosso Estado, cujo progresso depende do desenvolvimento das indústrias pastoril e agrícola (...). Além disso o curso de Eletro-technica constitue uma especialidade que não pode ainda ter grande aplicação entre nós”<sup>19</sup>.

Paralelamente, as aulas do curso de arquitetura sofreram uma pequena alteração. O artigo 3º do novo estatuto determinava que as aulas do primeiro ano do curso de arquitetura seriam as mesmas do de Agrimensura; as aulas do segundo ano, as mesmas

<sup>19</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1898. Porto Alegre: Typographia e Livraria de Franco & Irmão, 1899.

do curso de estradas; e as do terceiro ano, as seguintes: 1ª aula – *Formulas de resistência. Machinas. Desenho de machinas*; 2ª aula – *Construção em geral. Estabilidade e Hygiene das construcções*; 3ª aula – *Architectura: Historico e princípios geraes; composição e esthetica dos edifícios. Desenho de architectura e de obras de arte*; 4ª aula – *Chimica. Aplicações de electricidade*; E uma atividade listada, mas não como aula – *Aprendisagem fora da Escola. Technologia das profissões elementares. Manipulação dos materiaes de construcção. Observação das obras em construcção. Projectos de edifícios, pontes e parques*<sup>20</sup>.

Esta nova seriação de disciplinas está exposta no Quadro 2:

Quadro 2: Aulas do curso de Architectura da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

<b>CURSO DE ARCHITECTURA</b>	
<b>1º anno – Estudo na Escola (o mesmo do curso de Agrimensura)</b>	
1ª aula	Mathemática: Geometria algébrica. Geometria Differencial e integral
2ª aula	Desenho; Geometria descriptiva e suas applicações.
	Aprendisagem fora da Escola. Estudo dos terrenos, mineraes e vegetaes.
<b>2º anno – Estudos na Escola (o mesmo do curso de Estradas)</b>	
1ª aula	Mathemática: Mecânica racional.
2ª aula	Astronomia. Geodesia.
3ª aula	Physica.
4ª aula	Topographia.
	Aprendizagem fora da Escola: Levantamentos e nivelamentos com todos os instrumentos. Levantamentos geodésicos. Desenhos respectivos. Determinação de longitudes e latitudes.
<b>3º anno (próprio do curso de Architectura)</b>	
1ª aula	Fórmulas de resistência. Machinas. Desenho de Machinas.
2ª aula	Construcção em geral. Estabilidade e Hygiene das construcções.
3ª aula	Architectura: Historico e princípios geraes; composição e esthetica dos edifícios. Desenho de architectura e de obras de arte.
4ª aula	Chimica. Aplicações de electricidade.
	Aprendisagem fora da Escola. Technologia das profissões elementares. Manipulação dos materiaes de construcção. Observação das obras em construcção. Projectos de edifícios, pontes e parques..

Fonte: ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1901. Porto Alegre: Officinas a vapor da Livraria do Commercio, 1902.

As alterações introduzidas foram pequenas: remanejamento, supressão e inclusão de conteúdos. Nada significativo<sup>21</sup>. E, como se nota, permaneceram ausentes, nas disciplinas, referências às cidades.

<sup>20</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1901. Porto Alegre: Officinas a vapor da Livraria do Commercio, 1902: 76.

<sup>21</sup> As alterações no quadro de aulas do primeiro ano do curso de arquitetura foram: i) a redução do número de aulas de 5 para 3, incluindo aprendizagem fora da escola; ii) a exclusão das aulas de Ciências naturais e a aula de Estudo dos terrenos, minerais e vegetais, este último indo para a aprendizagem fora da escola; iii) a entrada do conteúdo geometria diferencial e integral na aula de matemática; iv) o conteúdo

Elas não estão presentes no curso de arquitetura, mas no de hidráulica. São as de *Hydraulica. Navegação interior. Portos de mar. Saneamento de cidades e Aprendizagem fora da Escola (...)* Levantamentos hydrograficos, projectos de melhoramentos de rios e portos e saneamento de cidades<sup>22</sup>. Este conteúdo, saneamento de cidades, é similar à preocupação higienista-sanitarista do período dos engenheiros civis e militares que pioneiramente se ocupavam do tema no Brasil na virada do século de XIX para o XX (LEME, 1999)<sup>23</sup>.

É impossível identificar como a cidade foi tratada nas disciplinas citadas, já que não foram encontrados seu programa, exercícios de aula ou conteúdos ministrados. O que se pode é supô-los a partir de sua nomenclatura.

Ainda sobre o estatuto reformulado de 1900, seu art. 10 refere que, “ao alumno aprovado nos cursos de estradas, hydraulica e architectura a Escola conferirá o diploma de engenheiro civil”<sup>24</sup>. Percebe-se que a arquitetura comparece, aqui, como uma subárea da engenharia civil – juntamente com estradas e hidráulica. Logo, em que pese a inexistência, até o momento, de curso de engenharia civil, o conhecimento nestes três ramos habilitava o egresso a ostentar o título de engenheiro civil.

Anos após, em 1907, nova reorganização do ensino reduziu o número de cursos. Está assinalado no relatório sobre este ano: “dentre as reformas (...) assignala-se a supressão dos cursos especiaes de estradas, hydraulica e architectura”<sup>25</sup>. O Instituto de Engenharia – criado a partir de nova organização institucional – passaria a acolher então apenas dois: o de engenharia civil e o de engenheiros agrônomos e veterinários. Os três anteriormente citados foram paulatinamente extintos, à medida da diplomação dos estudantes, dando a eles breve sobrevida.

O relatório sobre o ano de 1908 confirma estas alterações, ao citar que a Escola de Engenharia “sofreu notável modificação, tendo a reforma affectado não só os seus

---

da disciplina de desenho (antes desenho linear, agora geometria descritiva que sai do segundo ano e para o primeiro). As ocorridas no segundo ano foram: i) a retirada do conteúdo de cálculo infinitesimal da aula de matemática; ii) a transferência do conteúdo de geometria descritiva para o primeiro ano; iii) a exclusão do conteúdo de desenho de plantas e perfis; iv) a inclusão da aula Astronomia – Geodesia. As ocorridas no terceiro ano foram: i) a incorporação do conteúdo de Desenho Arquitetônico e de obras de arte à terceira aula; ii) a inclusão da 4ª aula, Química - Aplicações de electricidade.

<sup>22</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1901. Porto Alegre: Oficinas a vapor da Livraria do Commercio, 1902: 76.

<sup>23</sup> Leme (1999) estabeleceu três gerações de urbanistas que atuaram no Brasil. A primeira, dos pioneiros, atuantes na virada do século XIX para o XX, constituída fundamentalmente de engenheiros civis e militares, tendo como nomes de relevo Francisco Pereira Passos e Saturnino de Britto, por exemplo.

<sup>24</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA, Op. cit.: 78.

<sup>25</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1907. Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1908: 13.

programmas de estudo, como a sua organização”<sup>26</sup>. A instituição passou a contar, à ocasião, com os Institutos de Engenharia, Electro-Technica<sup>27</sup>, Technico-Profissional<sup>28</sup>, Astronomico e Meteorologico<sup>29</sup>, Gymnasial Julio de Castilhos<sup>30</sup>. Esta reforma, “reforçou o caráter do ensino prático da Escola” (HASSEN, 1996: 27).

O mesmo relatório, ao tratar das aulas do terceiro ano do curso de arquitetura, fazia referência a apenas três delas: I) *Construcção em geral, etc.*, e II) *Aprendisagem de construcção. Projetos etc.*, ambas ministradas pelo professor Dr. Rodolpho Ahrons; III) *Architectura, etc.*, ministrada pelo professor Dr. Henrique Pereira Netto. Não há menção às aulas: *Fórmulas de resistência. Machinas. Desenho de Machinas; Chimica. Aplicações de electricidade.*

No relatório sobre o ano seguinte, 1909, são referidas cinco aulas, não mais três. As disciplinas do terceiro ano eram: I) *Resistência dos materiaes*, ministrada por João Ferlini; II) *Machinas e desenhos de machinas*, ministrada pelo professor Dr. Conrado Bertinasco; III) *Contrução em geral Estabilidade e hygiene das construcções*, ministrada pelo professor Dr. Rodolpho Ahrons; IV) *Architectura: histórico e princípios geraes composição e esthetica dos edifícios. Desenho de architectura e de obras de arte*, ministrada pelo professor Dr. Manoel Itaquí; e V) *Aprendizagem fora da Escola. Manipulação dos materiaes de construcção, etc.*, ministrada pelo professor Dr. Rodolpho Ahrons<sup>31</sup>.

O relatório sobre os anos de 1908 e 1909 demonstram que as “aulas” ministradas em cada ano se alteravam constantemente, dependendo da demanda de estudantes; e que a extinção dos três cursos – dentre eles o de arquitetura – não se realizou imediatamente.

---

<sup>26</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1907. Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1908: 3.

<sup>27</sup> "Destinado a formar engenheiros mecânicos eletricitas, foi criado em 1908 o Instituto de Eletrotécnica. Primeiro estabelecimento do gênero no Brasil, desenvolvia nas suas diversas secções todos os ramos de mecânica e electricidade existentes então" (HASSEN, 2996: 72).

<sup>28</sup> O Instituto Technico-Profissional foi criado em 1906 para ensinar gratuitamente filhos de operários e meninos pobres, preparando-os para serem contramestres de oficinas. Em 1917 o Instituto foi rebatizado, passando a Instituto Parobé (HASSEN, 1996).

<sup>29</sup> O Instituto Astronomico e Meteorologico foi criado no ano de 1908. Nele, os “serviços mais constantes eram o ensino prático de Astronomia e Geodésia aos alunos do Instituto de Engenharia e o sinal de hora” (HASSEN, 1996: 70).

<sup>30</sup> Identificando deficiências no ensino de seus jovens ingressantes, a Escola de Engenharia criou já no início de seu funcionamento seu próprio curso preparatório. Como referee Hassen (1996: 59), “em 1900, tal curso foi desanexado dos cursos superiores e ganhou vida autônoma”. Em 1908 recebeu o nome de Gymnasial Julio de Castilhos.

<sup>31</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1909. Porto Alegre: Officinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1910.

Entre a fundação da Escola de Engenharia e a reforma de 1908, o número de concluintes dos diversos cursos foi o seguinte (Quadro 3):

Quadro 3: Número de alunos que concluíram cursos no Instituto de Engenharia da Escola de Engenharia entre sua fundação e o ano de 1908.

CURSOS	ANNOS LECTIVOS		TOTAL
	1897 – 1907	1908	
Agrimensura	4	-	4
Agronomia	2	-	2
Estradas	66	5	71
Hydraulica	32	6	38
Architectura	32	7	39

Fonte: ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Ano de 1908. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1909: 134.

O curso de estradas é o que foi cursado pela maioria dos egressos. Em segundo lugar estão os cursos de Arquitetura e Hidráulica. Muito menos expressivo é o número de concluintes dos cursos de Agrimensura e Agronomia.

Logo após apresentar o dado acima, o relatório sobre 1908 expõe a relação nominal dos egressos do Instituto de Engenharia. Nela, a maioria de diplomados é engenheiro civil (38 pessoas)<sup>32</sup>, mesmo não havendo curso de engenharia civil<sup>33</sup>. Apenas um arquiteto é citado – Francisco Telles de Miranda, diplomado em 1908. São mencionados ainda graduados em Estradas (33 pessoas), Engenheiros Agrônomos (2 pessoas) e Agrimensores (4 pessoas)<sup>34</sup>.

Percebe-se que o número de 38 engenheiros civis coincide com o de concluintes do curso de hidráulica e, acrescido de Francisco Telles de Miranda, aos 39 concluintes do curso de arquitetura. Fica claro que a conclusão, concomitantemente, dos cursos de estradas, hidráulica e arquitetura diplomava em engenharia civil.

Em 1910 havia a expectativa de que os cursos de estradas, hidráulica e arquitetura seriam “extinctos no fim do corrente anno com a ultima turma de engenheiros civis que ainda estuda pelos antigos Estatutos”<sup>35</sup>. Com a supressão do curso de arquitetura do Instituto de Engenharia da Escola de Engenharia, o que ocorreria com

<sup>32</sup> O número de graduados em engenharia civil foi, ano a ano, o seguinte: 1900 (8 diplomados); 1901 (2 diplomados); 1903 (5 diplomados); 1904 (8 diplomados); 1905 (5 diplomados); 1906 (2 diplomados); 1907 (2 diplomados); 1908 (2 diplomados).

<sup>33</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Ano de 1908. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1909: 134-137.

<sup>34</sup> Ibid., loc.cit.

<sup>35</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Ano de 1909. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1910: 53.

seus conteúdos? Seriam abandonados? Deixariam de fazer parte do campo de interesse da engenharia? A reforma do ensino de 1910/1911 responde a essas perguntas.

## **1.2. Reforma de 1910/1911 e anos 1920: supressão do ensino de arquitetura (será mesmo?) e os traçados da cidade**

A campanha pela presidência da nação de 1909/1910 foi a primeira disputa eleitoral efetiva da República. Num momento de cisão das oligarquias que comandavam o país, o marechal Hermes da Fonseca saiu candidato com o apoio do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e dos militares. Rui Barbosa, como oposição, teve o apoio de São Paulo e Bahia. Hermes da Fonseca se sagrou vencedor da disputa e, com ele, o Rio Grande do Sul protege os interesses de sua elite econômica e de sua produção voltada para o mercado interno (PESAVENTO, 2002; FAUSTO, 2004). Carlos Barbosa Gonçalves, do PRR, chefiava o executivo estadual. José Montauray permanecia à frente da Intendência Municipal de Porto Alegre (MONTEIRO, 2012).

Na Escola de Engenharia, uma “reorganização” do ensino estingue a pluralidade de cursos do Instituto de Engenharia. Mantem-se o curso de preparação, criado poucos anos antes, e se cria o curso de engenharia civil. Os outros cinco, extintos, acabam assimilados por ele (HASSEN, 1996: 57; WEIMER, 1989: Q93).

Além disso, para Weimer (1989), esta reestruturação de 1910/1911 desprezou a arquitetura. Afirma o mesmo autor que o grande retrocesso da arquitetura na Escola de Engenharia “está situado na reforma de 1911, com a criação do curso de engenharia civil. A junção de quatro cursos eminente técnicos com o de arquitetura se processou com o sacrifício do último. A decadência posterior é apenas um reflexo daquela reforma” (WEIMER, 1989: F.8). O relatório sobre o ano de 1912<sup>36</sup> apresenta o quadro de aulas do curso de engenharia civil, atualizado em relação ao de 1911<sup>37</sup>. E ele permaneceu o mesmo nos anos subsequentes. Por isso, o tomamos como fonte. As aulas, professores, dias da semana e horários estão expostos no Quadro 4.

---

<sup>36</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1912. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913.

<sup>37</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1911. Porto Alegre: Oficinas Graphicas do Instituto de Electro-Technica da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1912.

Quadro 4: Aulas, professores, dias da semana e horários do curso de engenharia civil da Escola de Engenharia.

<b>CURSO DE ENGENHARIA – pela modificação de 1911.</b>			
<b>1º ANNO</b>			
<b>AULAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b>DIAS</b>	<b>HORÁRIO</b>
Resistencia dos materiaes	Dr. Hanz E. Goetze	2as, 4as e 6as	9-10
Grapho-statica	Dr. Sylvio Barbedo	3as, 5as e sab	8-9
Construcção de alvenaria e madeira	Dr. Sylvio Barbedo	3as, 5as e sab	9-10
Estradas de rodagem	Dr. H. Pereira Netto	2as, 4as e 6as	4-5
Machinas, desenhos de machinas	Dr. Fernando M. P. Souza	3as, 5as e Sab.	10-11
Architectura, desenho de Architectura.	Dr. Sylvio Barbedo	3as, 5as e Sab.	11-12
Mineralogia e geologia	Dr. Luiz Englert	3as, 5as e 6as	8-9
Estudo e experiência de resistência dos materiaes para construcção	Dr. Hans E. Goetze	2as, 4as e 6as	2-3
Pratica: aprendizagem no Instituto Technico Profissional	Dr. Hans E. Goetze	3as e 5as	2-5
<b>2º ANNO</b>			
Grapho-statica, applicada às construcções	Dr. Sylvio Barbedo	2as, 4as e 6as	9-10
Pontes	Dr. Sylvio Barbedo	2as, 4as e 6as	2-3
Estradas de ferro	Dr. H. Pereira Netto	2as, 4as e 6as	10-11
Hydraulica. Motores Hydraulicos	Dr. Benito Elejalde	3as, 5as e Sab	8-9
Construcção de ferro em geral e emprego do cimento armado	Dr. Sylvio Barbedo	2as, 4as e 6as	8-9
Electro-technica	Dr. H Rees	2as, 4as e 6as	11-12
Pratica: Aprendizagem no Instituto Technico Profissional	Dr. Hanz E. Goetze	3as e 5as	2-5
<b>3º ANNO</b>			
Abastecimento de aguas, exgottos e saneamento de cidades	Dr. Benito Elejalde	2as, 4as e 6as	8-9
Navegação interior [sai do 2º ano e vem para o 3º ano]	Dr. J. da Costa Gama	3as, 5as e sab	9-10
Obras marítimas. Portos de mar. Pharoes	Dr. J. da Costa Gama	3as, 5as e sab	9-10
Chimica industrial. Metalurgia	Dr. Luiz Englert	5as e sab	4-5
Finanças, precedida de Economia Politica. Administração. Technica commercial.	Dr. J. da Costa Gama	3as, 5as e sab	8-9
Pratica: Aprendizagem no Instituto Technico Profissional.	Dr. Hans E. Goetze	3as e 5as	2-5

Fonte: Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1912. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913.

A aula que se refere explicitamente à arquitetura é a de *Architectura, desenho de Architectura*, no primeiro ano do curso<sup>38</sup>. Por outro lado, a única que aborda a cidade, dentro do viés higienista-sanitarista, é de *Abastecimento de aguas, exgottos e saneamento de cidades*, do 3º ano.

<sup>38</sup> Há algumas aulas que poderiam ser definidas, na concepção de hoje, como tendo conteúdos compartilhados entre arquitetura e engenharia civil. Dentre elas se pode citar: *Resistencia dos materiaes*; *Grapho-statica*, *Construcção de alvenaria e madeira*; *Estudo e experiência de resistência de materiaes para construcção*; e *Construcção de ferro em geral e emprego do cimento armado*.

O professor de *Architectura...* foi, em 1911, Manoel Itaquy, substituído em agosto de 1912 por Sylvio Barbedo. A de *Abastecimento de agua...* não foi ministrada em 1911. Mas em 1912 o foi por Benito Elejalde. Itaquy já havia lecionado aula semelhante do extinto currículo do curso de arquitetura. Elejalde também, mas no de hidráulica.

As alterações curriculares do período pretendiam realizar algo “de accordo com a índole do nosso curso de Engenharia Civil” dando “à parte prática o maior desenvolvimento possível”<sup>39</sup>.

Apesar de já não mais existir o curso de arquitetura, os trabalhos finais de diplomação do curso de engenharia civil apresentavam, dentre outros, trabalhos de infraestrutura urbana – dentro da perspectiva higienista-sanitarista – e projetos arquitetônicos. É possível citar como exemplos, retirados do relatório sobre o ano de 1913, os seguintes:

O trabalho do aluno Godolphim Ramos – “Projectar uma rêde de exgottos sanitários do systema separador parcial, typo inglez, para a cidade de Jaguarão, neste Estado, devendo observar como condições technicas as seguintes velocidades mínimas no calculo dos collectores”<sup>40</sup>.

O trabalho do aluno Nelson Silveira – “Projecto de uma rede de exgottos, systema separador absoluto para a cidade de D. Pedrito”<sup>41</sup>.

O trabalho do aluno Theophilo Borges Barros – “Projecto de um edificio para escola de Bellas Artes, no interior de uma cidade moderna”. Nele eram solicitados os seguintes itens de entrega: “Memoria descriptiva do projecto”, “fachadas na escala 1:50”, “plantas baixas de todos os pavimentos na escala 1:100”, e “todos os cortes necessários para a construcção, bem como os detalhes principaes na escala de 1:20”. Além destes itens, eram solicitados “serviços completos de aguas, exgottos, iluminação e aguas de chuva”, “calculo completo de tesouras e vigas em geral” e “orçamento por unidade de obra”<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1912. Porto Alegre: Officinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913: VIII.

<sup>40</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1913. Porto Alegre: Officinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1914: 30.

<sup>41</sup> Ibid., loc.cit.

<sup>42</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1913. Porto Alegre: Officinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1914: 30.



Como se percebe, são inerentes à engenharia civil as práticas e os saberes ligados à infraestrutura urbana e ao projeto arquitetônico. E esta relação permanece a mesma nos anos subsequentes. Basta verificar os trabalhos finais para obtenção de diploma dos anos seguintes.

O relatório sobre o ano de 1914 anota, por exemplo, os seguintes trabalhos finais:

Aluno João Fagundes de Mello – “Projecto de abastecimento de agua potável à cidade de S. Leopoldo”<sup>43</sup>;

Aluno Ivo Pinto Ribeiro – “Projecto de um edificio para uma biblioteca que deverá conter 40.000 volumes”. Os itens da entrega eram: “Plantas baixas na escala 1:100”, “Fachadas e cortes na escala 1:50” e “detalhes necessários para a construcção em escala de 1:10”<sup>44</sup>;

Aluno João Evangelista Teixeira – “Estudo de uma rêde de exgottos reguladores, systema separador absoluto, para a cidade de S. Leopoldo” (Relatório, 1914: 29);

Aluno Heitor Wagner – “Projecto de uma estação de passagem (2ª classe) em Gravatahy”. Os itens a serem entregues eram: “Projecto detalhado da estação de passagem” além de “plantas baixas na escala de 1:100”, “cortes e fachadas na escala de 1:50”, “detalhes na escala de 1:10” e “memoria justificativa com respectivos cálculos”<sup>45</sup>.

O relatório sobre o ano seguinte, 1915, apresentava, por exemplo, os seguintes trabalhos finais:

Aluno Affonso Goetze Junior – “Projecto de um museu para o Estado do Rio Grande do Sul”. “O projecto a ser executado deverá ser um museu público, contendo as secções de numismática, philatelica, esculptura, pintura, gravura, zoologia, botânica, mineralogia e geologia, historia, laboratório de pesquisas, bibliotheca, etc.”. “Parte do terreno que mede 200 m. de frente por 1.200 m. de fundo (de nível) deverá ser reservado para o horto botânico”. “O terreno resistente acha-se a 0,80 m. de profundidade”. “Deverá acompanhar o projecto um memorial descriptivo com cálculos completos e detalhes constructivos”<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1914. Porto Alegre: Officinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1915: 28.

<sup>44</sup> Ibid.: 29

<sup>45</sup> Ibid.: 31.

<sup>46</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre referente ao anno de 1915. Porto Alegre: Officinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1916: 28.

Aluno Antônio Azambuja Villanova Netto – “Projecto de um edificio para a municipalidade de Conceição do Arroio”. “Condições Técnicas: 1º) O prédio terá dois pavimentos, aproveitando-se o superior para a administração e o térreo para o corpo da guarda; 2º) O terreno destinado à construção mede 30 m. de frente por 50 m. de fundo (conforme planta junto); 3º) O terreno resistente acha-se a 1,10 m. de profundidade e supporta 2,50 K., por cm<sup>2</sup>. 4º) Memorial justificativo, cálculos completos e detalhes construtivos<sup>47</sup>.

Alunos Antônio Klinger Filho e Lincoln Proença Borralho – “Projecto de uma rede de exgottos sanitários, systema separador absoluto, respectivamente para as cidades de Cachoeira e As. João do Montenegro”<sup>48</sup>.

Nota-se, a partir desta pequena lista, a recorrência das formas de abordar a cidade e a edificação.

As posteriores reformas no ensino são pouco significantes. Em 1917 a posição na seriação e a denominação de algumas aulas são alteradas (WEIMER, 1989: Q.93). Em 1922, nova reforma redefine a Escola de Engenharia como Universidade Técnica. Assim, cada instituto passou a ter caráter de faculdade. “Na realidade, os estatutos (...) apenas sacramentaram o que já acontecia desde a concepção desta Escola”, refere Hassen (1996: 99).

Todavia, pouco depois, em 1929, a lista de cadeiras e professores do curso de engenharia civil traz uma novidade que merece destaque. É a presença da cadeira *Architectura – Traçado de cidades*, ministrada por João Baptista Pianca<sup>49</sup>. Segundo o quadro de resultados dos exames finais, ela foi ministrada no quinto ano do curso de engenharia civil<sup>50</sup>.

---

<sup>47</sup> Ibid., loc.cit.

<sup>48</sup> Ibid., loc.cit.

<sup>49</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre. 1929 (extractos). Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1930: 28.

<sup>50</sup> Importante referir que o relatório de 1929 apresenta o curso distribuído em 6 anos. Como refere o relatório, os três primeiros anos eram “dedicados ao ensino dos conhecimentos básicos de ciencias abstractas, experimentaes e auxiliares, indispensáveis ao Engenheiro Civil, dando-se especial atenção a resolução pratica dos problemas referentes à Astronomia, Geodesia e Topographia”. Os três últimos anos eram “consagrados, mais propriamente, à applicação das disciplinas estudadas, nos três primeiros, à Ciencia e à Arte do Engenheiro Civil”. ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre. 1929 (extractos). Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1930.

Como refere Lersch (2014), João Baptista Pianca<sup>51</sup> substituiu Adolpho Stern na cadeira de Arquitetura, em 1928. No ano seguinte o termo “traçado de cidades” é incorporado ao seu nome. Esta inclusão faz com que passasse a fazer parte das preocupações do curso uma nova questão sobre as cidades, não mais vinculada à higiene-saneamento, mas a seu traçado. Infelizmente, é impossível descrever-lhe os conteúdos trabalhados já que não foi encontrado o programa da disciplina<sup>52</sup>.

A citação à esta cadeira se dá quatro anos após a *Egatea* (revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre) publicar o artigo *Notas sobre o arruamento das cidades*, de Benno Hofmann (1925), engenheiro que não era professor da Escola.

Segundo Lersch (2014), Hofmann, natural de São Leopoldo – RS, cursou engenharia civil na Alemanha. Ele traz de lá “conceitos que estão em pauta nos discursos urbanísticos do ambiente germânico” (LERSCH, 2014: 279). É, assim, um difusor destes princípios no país<sup>53</sup>.

Este artigo sobre o arruamento das cidades, destacado por diversos autores por seu pioneirismo (LEME, 1999; ROVATI, 2001; WEIMER, 2004; ABREU, 2006; LERSCH, 2014), se refere às “exigências modernas da ciência ou arte de construção de cidades. (Urbanisme, Town Planning)”<sup>54</sup>.

Hofmann faz, neste artigo, uma breve citação ao ensino deste conteúdo.

Apezar de ter ella [a ciência ou arte de construção de cidades] na nossa pátria, já há annos, um valoroso defensor e propagandista, o eminente engenheiro Dr. F. Saturnino Rodrigues de Brito, apesar de termos o principio de sua applicação na remodelação da cidade do Rio de Janeiro e na construcção da cidade de Bello Horizonte, até hoje, segundo me consta, ainda não temos no Brasil Escola de Engenharia que incluísse em seu programma uma cadeira sobre esta matéria, o que é de deplorar<sup>55</sup>.

---

<sup>51</sup> Lersch (2014) faz as seguintes referências à João Baptista Pianca: “Em 1919, Pianca trabalhava na Diretoria de Obras Públicas, enquanto, no período de 1924 a 1928, ocupou o cargo de intendente de Bento Gonçalves” (LERSCH, 2014: 190).

<sup>52</sup> Possivelmente o emprego do termo traçado de cidades tenha relação com a obra de Saturnino de Brito, *Notes sur le Trace Sanitaire des Villes*, publicada em Paris em 1916, e amplamente conhecida pelos professores da Escola de Engenharia.

<sup>53</sup> Para uma análise profunda sobre Benno Hofmann e seu artigo *Notas sobre o arruamento de cidades*, ver Lersch (2014: 260-286).

<sup>54</sup> HOFMANN, Benno. Notas sobre o arruamento das cidades. EGATEA, Porto Alegre, v.X, n.1, p.1-7, jan.-fev., 1925: 1.

<sup>55</sup> HOFMANN, Benno. Notas sobre o arruamento das cidades. EGATEA, Porto Alegre, v.X, n.1, p.1-7, jan.-fev., 1925: 2.

Nota-se que Hofmann expõe o que, para ele, parecia uma contradição. Por um lado, havia personagens e realizações de destaque sobre o tema no país. De outro, inexistia seu ensino nas escolas de engenharia brasileiras.

Esta lacuna é superada, ao menos na Escola de Engenharia de Porto Alegre, quatro anos após a publicação do artigo de Hofmann, quando Pianca ministra *Architectura – Traçado de cidades*.

Não se quer afirmar, com isso, que Hofmann tenha influenciado a incorporação deste conteúdo ao ensino da Escola. Mas é importante notar a sucessão de fatos: em 1925, a identificação de uma omissão no ensino; em 1929, a incorporação do conteúdo traçado de cidades à cadeira de arquitetura.

Além disso, este exemplo representa fenômeno já identificado por Lersch (2014): o da penetração do ideário germânico sobre a construção de cidades na Escola de Engenharia por meio de livros de referência, atividades acadêmicas, trânsito de profissionais entre Brasil e Alemanha.

Mas a presença desta novidade é fugaz. Nos relatórios sobre os anos posteriores – 1930, 1932 e 1933 – ela desaparece do nome da cadeira, se mantendo apenas a arquitetura.

Cabe destacar, por fim, dois aspectos. O primeiro, que o traçado de cidades, quando incorporado ao ensino da Escola de Engenharia, é associado à cadeira de arquitetura. Este indício nos faz supor que ambos – arquitetura e traçado de cidades – eram interpretados pela instituição como temas próximos ou assemelhados. Mas semelhantes em que? Não é possível afirmar, já que não foram encontrados os programas da cadeira ministrada por Pianca. O segundo, é que os termos “urbanisme” e “town planning” – usados em 1925 por Hofmann – não foram incorporados ao vocabulário utilizado na Escola. Preferiu-se utilizar, no nome da cadeira, o termo “traçado de cidades” a qualquer um deles.

Por sua importância, a revista *Egatea* será tratada a seguir.

### **1.3. Nota sobre a arquitetura-urbanismo na Revista *Egatea* – 1914/1934**

A *Egatea*<sup>56</sup> foi uma revista especializada produzida pela Escola de Engenharia e publicada entre os anos de 1914 e 1934<sup>57</sup>. Foi considerada, no período, uma das melhores revistas técnicas do país (HASSEN, 1996), responsável por difundir a produção técnica-científica do Estado não só à comunidade acadêmica, mas também ao público em geral<sup>58</sup>.

A revista se pretendia “um expositor e registro dos trabalhos executados por aqueles que colaboram nesta officina intelectual que é a Escola de Engenharia e um divulgador das modernas ideias em matéria de sciencia e indústria”<sup>59</sup>. Os temas tratados nela representavam as preocupações da Escola de Engenharia – e por extensão, de seus engenheiros – com o “progresso” do Estado do Rio Grande do Sul. Ela é, enfim, um veículo de divulgação das ideias e trabalhos produzidos na Escola.

Um tema recorrente na publicação é, conforme já identificado por Pesavento (1999), o olhar dos engenheiros sobre a urbs (cidade/urbanismo). Há um número expressivo de artigos que tratam de dimensões variadas da cidade: sua infraestrutura, seus melhoramentos, sua regulamentação edilícia, seu arruamento.

Podemos citar como exemplos os artigos de: João Moreira Maciel, *Melhoramentos de Porto Alegre*<sup>60</sup>; Benito Elizalde, *Saneamento de cidades*<sup>61</sup>; Egydio Hervé, *Municipalização dos serviços: empréstimos municipaes*<sup>62</sup>; Florisbello Leivas, *Saneamento de Rio Grande*<sup>63</sup>; Vivaldo Vivaldi Coaracy<sup>64</sup>, *A energia no Rio Grande do Sul*; João Fagundes de Mello, *As edificações do Rio Grande e a sua regulamentação*<sup>65</sup>;

---

<sup>56</sup> “Seu nome que sugeria a muitos tratar-se de palavra grega ou hebraica, era formada pelas iniciais dos institutos da Escola, do seguinte modo: E Engenharia; G Gymanasial Julio de Castilhos; A Astronomico e Meteorologico; T Técnico Profissional; E Eletrotécnica; A Agronomia e Veterinária” (HASSEN, 1996: 91).

<sup>57</sup> Posteriormente, em na década de 1990, a revista foi reeditada. Contudo, a iniciativa não foi adiante.

<sup>58</sup> O primeiro número da revista refere: “não se infira dahi que esta publicação se destine a ser uma revista de caracter puramente polytechnico, envolta na rigidez hispida das formulas mathematicas, accessivel apenas a um limitado numero de profissionais, hieroglyphica para o publico em geral”. EGATEA, Porto Alegre, v.I, n.1, jul-ago, 1914: 1.

<sup>59</sup> EGATEA, Porto Alegre, v.I, n.1, jul-ago, 1914: 2.

<sup>60</sup> MACIEL, João Moreira. *Melhoramentos de Porto Alegre*. EGATEA, Porto Alegre, v.I, n.3, p.124-128, nov-dez. 1914.

<sup>61</sup> ELEJALDE, Benito. *Saneamento de cidades*. EGATEA, Porto Alegre, v.2, n.1., p.1-4, jul-ago. 1915.

<sup>62</sup> HERVÉ, Egydio. *Municipalização dos serviços: empréstimos municipaes*. EGATEA, Porto Alegre, v.III., n.3, p.144-147, nov.-dez. 1916.

<sup>63</sup> LEIVAS, Florisbello. *Saneamento do Rio Grande: Instruções para locação dos collectores de exgottos*. EGATEA, Porto Alegre, v. III, n.4, p.276-277, jan.-fev., 1917.

<sup>64</sup> COARACY, V. de Vivaldi. *A Energia no Rio Grande do Sul*. EGATEA, Porto Alegre, v.III, n.6, p.249-256, maio-jun., 1917.

<sup>65</sup> MELLO, J. Fagundes de. *Edificação do Rio Grande e sua regulamentação*. EGATEA, Porto Alegre, v. IV, n.1, p.254-261, jul.-ago., 1917.

Saturnino Rodrigues de Brito, *Saneamento de Rio Grande*<sup>66</sup>; Benno Hofmann, *Considerações gerais sobre a água, suas propriedades*<sup>67</sup> e *Notas sobre o arruamento das cidades*.

Há ainda uma série de artigos que apresentam temas vinculados ao projeto de edificações. São projetos de construção<sup>68</sup>, de casas econômicas para veranejar<sup>69</sup>, de construções pitorescas<sup>70</sup>, de vilas<sup>71</sup>, de teatro<sup>72</sup>, de bangalô<sup>73</sup>, de villino<sup>74</sup>.

Todos eles apresentam programa de necessidades, desenhos de fachadas, plantas baixas. O projeto de tipos variados de edificação era, na revista, tema próprio ao universo de interesse de engenheiros.

Dentre os diversos artigos presentes na revista, um se destaca por discutir as atividades profissionais da engenharia. Ele é assinado por Waddell e Harrington<sup>75</sup>, sócios de uma empresa de engenharia americana. Traduzido para a revista, não representa formalmente o pensamento dos professores da Escola. Contudo, ao ser traduzido e incorporado à revista, se pode suspeitar que manifesta ponto de vista reconhecido como importante.

O artigo faz “uma tentativa para formular uma lista tão completa quanto é praticável dos principais tipos de construção e activiade que pertencem aos diferentes ramos da profissão”<sup>76</sup>. Os autores apresentam algumas definições para engenharia,

---

<sup>66</sup> BRITO, Saturnino Rodrigues de. Saneamento de Rio Grande. EGATEA, Porto Alegre, v.V, n.1, junho, 1919.

<sup>67</sup> HOFMANN, Benno. Considerações gerais sobre a água, suas propriedades e sua utilização para o abastecimento de cidades. EGATEA, Porto Alegre, v. IV, n.1, p.34-40jul.-ago., 1917.

<sup>68</sup> BARBEDO, Sylvio. Projecto de Construção. EGATEA, Porto Alegre, v.I, n.6, p.290-291, maio-jun. 1915.

<sup>69</sup> BARBEDO, Sylvio. Construções econômicas: casa para veranejar. EGATEA, Porto Alegre, v.III, n.2, p.97-100, set.-out. 1915.

<sup>70</sup> RIBEIRO, Ivo Pinto. Construções pitorescas. EGATEA, Porto Alegre, v.II, n.3, p.123-126, nov-dez. 1915.

<sup>71</sup> BARBEDO, Sylvio. Projecto de Villa. EGATEA, Porto Alegre, v.III, n.2., set.-out., 1916. p.91; HOOGNSTRATEN, Chrétien. Projecto de Villa. EGATEA, Porto Alegre, v.VI, n.3, p. 122-123, maio-jun., 1921.

<sup>72</sup> SILVA, Ennio P. da. Projecto de um teatro para a cidade de Santa Maria. EGATEA, Porto Alegre, v.VI, n.5, p.256-257, set.-out. 1921.

<sup>73</sup> HOOGNSTRATEN, Chrétien. Projecto de um “Bungalow”. EGATEA, Porto Alegre, v.XII, n.1/6, p.246-249, jan.-dez. 1927.

<sup>74</sup> HOOGNSTRATEN, Chrétien. Projecto de um villino. EGATEA, Porto Alegre, v.XII, n.1/6, p.6-9, jan.-dez. 1927.

<sup>75</sup> Waddell & Harrington foi uma empresa americana de engenharia que funcionou entre 1907 e 1915. Foi criada a partir da parceria de John Alexander Low Waddell e John Lyle Harrington. A empresa era especializada em projetar e construir pontes. Fonte: <<http://www.caddolakedrawbridge.com/Frames/Engineers.htm>>. Acessado em: 06 de fevereiro de 2015.

<sup>76</sup> WADELL & HARRINGTON. A engenharia como profissão. EGATEA, Porto Alegre, v.II, n.3, p.141-143, nov-dez, 1915: 141.

dentre as quais: “A engenharia é uma combinação de *sciencia e arte* [grifo nosso] pela qual todas as produccções estrictamente materiaes que envolvem, directa ou indirectamente, construcção e que são uteis à espécie humana, são *concebidas, projectadas e materializadas* [grifo nosso]”<sup>77</sup>.

A esta definição se segue uma nota do tradutor que traz definição similar. Afirma a nota: “Parece-me que a seguinte definição é concisa, exacta e tão completa quanto se pode desejar, tratando-se de tão vasto objeto: ‘A engenharia é o conjunto de *sciencias e artes* [grifo nosso] que tem por fim melhorar as condições phisicas de habitabilidade do planeta”<sup>78</sup>.

Ambas as definições – de Waddell e Harrington e do tradutor – apontam para a combinação ciência-arte e para a intervenção física-material para benefício do homem e do planeta. A de Waddell e Harrington incorpora ainda a concepção, projeto e materialização desta produção. São definições amplas demais, que podem incorporar atividades variadas.

Segundo o artigo as duas divisões da engenharia – civil e militar – já não correspondiam à realidade de seu tempo. A engenharia civil foi subdividida em quatro grupos: engenharia civil, mecânica, eletrotécnica e de minas. São ramos que, como a definição de engenharia que propõem, ampliam o rol de atividades entendidas como próprias do engenheiro.

Mais adiante o texto lista uma série de atividades da engenharia civil: toda espécie de levantamentos – da agrimensura a hidrografia; o projeto e construção de pontes e de fundações; tuneis, viadutos, diques, cais, portos; trabalhos de saneamento, filtragem, esgoto; dentre outros. E completa, adiante: “Si esta lista não é suficiente, accrescente-se que *o engenheiro está começando a monopolizar parte do trabalho do architecto* [grifo nosso] e do chimico, tal como se pode ver no projecto e construcção de grandes edificios e no terreno da chimica industrial”<sup>79</sup> (WADDELL; HARRINGTON, 1915: 142).

Esta última afirmação, mesmo não indicando exatamente que “parte do trabalho do architecto” a engenharia começa a monopolizar, evidencia a fluidez da relação entre as competências e atribuições profissionais de engenheiros civis e arquitetos. Esta perspectiva acompanha a concepção apresentada já na fundação da Escola de

---

<sup>77</sup> Ibid., loc.cit.

<sup>78</sup> Ibid., loc.cit.

<sup>79</sup> Ibid.: 142.

Engenharia: a da sobreposição de conhecimentos e formas de atuação, inexistindo autonomia entre arquitetura e engenharia.

Esta perspectiva é reforçada pela diversidade de conteúdos apresentados na revista Egatea.

#### **1.4. A federalização e a década de 1930**

Diversos fatos ocorridos no início da década de 1930 impactam a Escola de Engenharia. A República Velha sofreu progressivo desgaste ao longo da década de 1920. O movimento tenentista, ocorrido nesta década, forte contestador do governo da República, prenunciava as mudanças que ocorreriam nos anos vindouros (FAUSTO, 2004).

O rompimento da aliança entre as elites dos Estados de São Paulo e Minas Gerais abriu espaço para a candidatura de oposição, que pretendia suceder Washington Luís. O antagonismo foi representado pela candidatura de Getúlio Vargas, como presidente, e João Pessoa, seu vice, a partir da articulação entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Estas eleições foram vencidas por Júlio Prestes, candidato da situação. Contudo, a Revolução de 1930 impediu sua posse (FAUSTO, 2004).

A chegada de Vargas ao poder marcava o fim da República Velha. Ele permaneceria no poder pelos próximos 15 anos.

Os acontecimentos da Revolução de 1930 não pouparam a Escola de Engenharia. Para Hassen (1996: 104), “esse período trouxe sua mais grave crise política e financeira. Getúlio Vargas, desafeto de João Simplicio [diretor da instituição entre 1915 e 1932], cortou todos os recursos destinados à Escola”.

Por meio do decreto federal nº 20.272, de agosto de 1931, a Escola de Engenharia de Porto Alegre passa a ser Universidade Técnica do Rio Grande do Sul (BRASIL, 1931). Já em fevereiro de 1932, a Universidade Técnica passa à instituição oficial do Estado pelo decreto estadual 4.929 (RIO GRANDE DO SUL, 1932). Por fim, em novembro de 1934, “no intuito de dar uma organização uniforme e racional ao ensino superior no Estado, elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica e concorrer eficientemente para aperfeiçoar a educação do indivíduo e da



sociedade” é criada, pelo Decreto Estadual 5.758, a Universidade de Porto Alegre (RIO GRANDE DO SUL, 1934).

“O interventor do Rio Grande do Sul era então Flores da Cunha que, contrariando uma antiga convicção de se opor ao ensino universitário, oficializou a Universidade de Porto Alegre, encampando a Universidade Técnica”, refere Hassen (1996: 105-106).

As finalidades da Universidade de Porto Alegre estavam expressas no art. 1º do Decreto Estadual 5.758. São elas: formar especialistas e técnicos em todas as profissões científicas e artísticas; aperfeiçoar a educação intelectual, moral e física das novas gerações e ministrar conhecimentos culturais e práticos que preparam cidadãos uteis à Nação e à humanidade; estimular a investigação científica; promover a vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, difusão pelo rádio, por filmes e outros processos adequados (RIO GRANDE DO SUL, 1934).

Já o art. 2º indica que a Universidade de Porto Alegre seria constituída dos seguintes estabelecimentos: Faculdade de Medicina, com escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; Escola de Engenharia; Escola de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Educação Ciências e Letras; Instituto de Belas Artes.

Apesar de todas estas alterações legais-institucionais, as mudanças no ensino do curso de engenharia civil da Escola de Engenharia são mínimas. Segundo Weimer (1989), em 1932 houve reformulação do programa de ensino com alteração da posição da disciplina de arquitetura no quadro geral e de carga horária<sup>80</sup>.

Pouco depois, em 1938, foi feita nova reforma. Nela o ensino de arquitetura “passou a se resumir numa disciplina denominada ‘Construção Civil e Arquitetura’ resultante da fusão das antigas disciplinas de ‘Construções de Alvenaria e Madeira’ com as de ‘Arquitetura’” (WEIMER, 1989: Q.95).

Para Weimer, o ensino de arquitetura só não foi abolido integralmente “por interesses de atribuições profissionais que começaram a ser regulamentadas” (WEIMER, 1989: F.8). No país, a regulação da profissão de arquiteto se deu em 1933 pelo Decreto Federal 23.596, que também tratava do exercício da engenharia e

---

<sup>80</sup> Segundo Weimer (1989: Q.94-Q.95), “houve nova reformulação do programa quando a disciplina de arquitetura deixou de ser dada no 5º ano, restringindo-se a um conteúdo informativo de três horas semanais ministrado no 4º ano. O professor João Baptista Pianca limitava-se a dar algumas noções de história e de composição”.

agrimensura. A partir de então o exercício destas profissões passou a ser exclusividade dos diplomados nestas áreas<sup>81</sup>.

Os artigos que tratam das competências e atribuições do engenheiro-civil, do arquiteto e do engenheiro-arquiteto concediam a eles a prerrogativa de exercerem o “projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo” (BRASIL, 1933) em condição de igualdade, sem distinção.

### **1.5. O curso de engenheiros arquitetos da Escola de Engenharia: 1945-1950**

A segunda metade da década de 1940 apresenta uma novidade para a Escola de Engenharia: a criação do curso de engenheiros arquitetos. Em 1944 constam, nas atas das reuniões do Conselho Técnico Administrativo (CTA) da instituição, referências à sua criação. Ele entra em atividade em 1945, antes do Decreto nº 21.221, de 30 de maio de 1946, autorizar seu funcionamento (BRASIL, 1946).

A ata da reunião do CTA, de 9 de novembro de 1944, se refere a ofício da Reitoria, “solicitando à Direção da Escola, uma vês ouvido o C.T.A. informação sobre o que necessitaria a Escola para instalação de um Curso de Engenheiros-Arquitetos, de conformidade com o Decreto Federal nº 22.897 de 6/7/1933<sup>82</sup>”<sup>83</sup>.

O decreto referido alterava as disposições do de nº 19.852, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931), na parte referente à organização do ensino artístico ministrado pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) da Universidade do Rio de Janeiro. Ou seja, a demanda da reitoria é de que a Escola de Engenharia avaliasse a possibilidade de

---

<sup>81</sup> Até a década de 1930 não havia regulamentação das profissões de engenharia e arquitetura de abrangência nacional. Apesar de existir o ensino formal nas escolas politécnicas, as atividades de engenharia e arquitetura eram permitidas tanto a diplomados quanto a leigos. A Constituição Brasileira de 1891 garantia o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual, industrial. A mesma lei facultava aos Estados poderes para legislar sobre as profissões. A Constituição Rio-Grandense, também de 1891, em seu art. 71, parágrafo 5º, trazia a mesma garantia de liberdade de exercício profissional sem a exigência de diploma. Com a intenção de impedir que “a profissão fosse exercida impunemente por indivíduos desprovidos das credenciais necessárias e que vinham competindo ilegalmente com os que concluíam seus cursos superiores” (PEREIRA, 2008: 32) os profissionais da engenharia e arquitetura mobilizaram-se para tentar levar a cabo a regulamentação da profissão, que veio em 11 de dezembro de 1933 por meio do Decreto Federal nº 23.569.

<sup>82</sup> O Decreto Federal nº 22.897 de 6 de julho de 1933, alterou as disposições do decreto nº 19.852 de 11 de abril de 1931, na parte referente à organização do ensino artístico ministrado pela Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

<sup>83</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 178ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 09 de novembro de 1944. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre, [1945?]. p.177-179.

instalar um curso de engenheiros arquitetos nos moldes do da ENBA carioca. Nesta mesma reunião de novembro, o CTA aprovava, com ligeiras modificações, seriação elaborada por João Baptista Pianca para o curso. Autorizava ainda o diretor da escola a estudar, juntamente com Pianca, questões orçamentarias para sua concretização.

Contudo, o atendimento à demanda da reitoria não era unanimidade dentro da Escola. Na reunião do CTA de 23 de novembro de 1944, “o prof. Álvaro de Magalhães em longo e fundamentado estudo [sobre a criação e manutenção do curso de arquitetura], encarando-o sobre diferentes aspectos, critica-o com elevadas e judiciosas considerações que provocaram o aplauso de seus pares”<sup>84</sup>.

Pouco mais de um mês depois, em 28 de dezembro, a Congregação da Escola designa uma comissão para opinar sobre a criação do curso de arquitetura, composta por João Baptista Pianca, Duilio Bernardi e Luiz Faria. Nesta mesma reunião, o professor Irio Lisboa dizia não ser contrário “à criação do Curso de Arquitetura, mas que era de opinião que o Curso de Minas era de mais importância e necessário, no momento, que o de Arquitetura”<sup>85</sup>. Os professores Gabriel Pedro Moacyr e Leovegildo Paiva “manifestaram-se de acordo com o prof. Lisboa, pedindo também que suas opiniões constassem em ata”<sup>86</sup>.

Logo, não havia unanimidade em relação à importância da criação do curso de engenheiros arquitetos. O de Minas parecia, para alguns, prioridade.

A reunião da Congregação que define a comissão que trataria da criação do curso ocorre três semanas após o CTA receber ofício da reitoria “comunicando a informação dada ao expediente em que o Instituto de Belas Artes solicita auxílio do Governo para instalação do Curso de Arquitetura e remetendo uma cópia do parecer do Sr. Reitor sobre a criação daquele Curso”<sup>87</sup>. O pioneirismo na criação do curso de arquitetura passaria a ser disputado entre a Escola de Engenharia e o Instituto de Belas Artes.

---

<sup>84</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 179ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 23 de novembro de 1944. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre, [1945?]. p.180-182.

<sup>85</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 77ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 28 de dezembro de 1944. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre, [1945?]. p.195-202.

<sup>86</sup> Ibid.

<sup>87</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 180ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 7 de dezembro de 1944. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre, [1945?]. p.183-185.

Para Weimer (1989), o curso de engenheiros arquitetos da Escola de Engenharia foi criado “para fazer frente” (WEIMER, 1989: F.8) ao do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, aprovado em setembro de 1944. Este ponto de vista é compartilhado por Fiori (1992). Ele acredita que “a Escola de Engenharia só se interessa por um curso de arquitetura quando percebe que outra instituição está nesse campo e que isto ameaça seu monopólio sobre a área da construção civil no meio local” (FIORI, 1992: 323).

Em meio ao debate sobre que curso deveria ser criado primeiro – de arquitetura ou o de minas – consta que o “prof. Faria justificou então que o assunto sôbre a criação do curso de Engenheiros Arquitetos teve de ser abordado incontinentemente, em virtude da solicitação urgente por parte do Gôverno do Estado”<sup>88</sup>. Essa é uma indicação da pressão que sofria a Escola de Engenharia pela pronta criação do curso de engenheiros arquitetos.

Todavia, é necessário interpretar esta pressa da Escola à luz de sua trajetória. Para ela, a arquitetura era um “ramo”. Logo, parecia fora de questão perder seu domínio.

Isto fica evidente na manifestação do Reitor interino da Universidade, Egydio Hervé, professor da Escola de Engenharia, registrada na ata da reunião da congregação, ocorrida em 22 de janeiro de 1945. Segundo ele, “à Escola de Engenharia cabia a criação do referido Curso [de Engenheiros-Arquitetos] pois que nenhuma outra Instituição apresentava mais direitos e possibilidades de bom êxito na ministração de ensino daquele ramo que a Escola”<sup>89</sup>.

Por fazer parte da engenharia, na condição de “ramo”, a Escola de Engenharia tinha, portanto, “mais direitos” sobre a arquitetura e deveria requerer prevalência em seu ensino.

Coloca-se, assim, uma disputa que reflete perspectivas diversas sobre a arquitetura: uma, manifesta pela Engenharia, e outra, pelo Belas Artes. Mas esta disputa será tratada em maior profundidade no capítulo 3. Por hora importa apenas apontá-la.

O curso de engenheiros arquitetos da instituição passa a funcionar em 1945. As três disciplinas ministradas em sua primeira turma foram: i) *Cálculo infinitesimal – Geometria analítica – Nomografia*; ii) *Física – 1ª parte*; iii) *Geometria Descritiva –*

---

<sup>88</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 78ª reunião da Congregaçãõ da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre, realizada em 04 de janeiro de 1945. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre, [1946?]. p.185-195.

<sup>89</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 79ª reunião da Congregaçãõ, realizada em 22 de janeiro de 1945. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre, [1946?].

*Geometria projetiva – Aplicações respectivas.* Estas eram disciplinas já existentes no 1º ano do curso de engenharia civil. Os professores do primeiro ano dos cursos de arquitetura e de minas foram os mesmos dos cursos já em funcionamento na Escola.

No ano seguinte, 1946, o Decreto nº 2.027, de 25 de julho (RIO GRANDE DO SUL, 1946), oficializou a organização didática da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre. Estabeleceu o curso de engenheiros arquitetos como um dos cinco<sup>90</sup> mantidos por ela. Definiu ainda que o Instituto de Engenharia, como os demais que faziam parte da Escola, seria constituído de departamentos e respectivos gabinetes e laboratórios.

Dentre eles estava o Departamento de Arquitetura, construções e desenho, que compreendia as seguintes cadeiras: i - Desenho; ii- Desenho artístico a) Arquitetônico e esboço do natural – b) Perspectiva; iii- Estética – Composição Geral e Urbanismo; iv- Composição decorativa e modelagem; v- Materiais de construção – Construções; vi- Arquitetura – Construções civis – História da Arquitetura.

*Estética, Composição Geral e Urbanismo* eram de “importância fundamental para o curso”<sup>91</sup>, conforme a ata da sessão da Congregação, de 04 de janeiro de 1945. Por esta razão, deveriam ser “lecionadas por engenheiros arquitetos especializados”<sup>92</sup>. E como não havia “quem possa tomar a si essa responsabilidade”<sup>93</sup>, a alternativa seria trazer professores do Rio de Janeiro e de São Paulo. O professor escolhido para ministra-las foi Eugênio Steinhof. Trataremos dele um pouco melhor adiante.

A seriação completa do curso estava exposta no art. 6º. O Quadro 5, a seguir, traz a sequência de cadeiras, ano a ano. A lista de professores é a do ano de 1949. Tomamos este quadro de professores, pois é o que se apresenta mais completo, já que o curso tinha estudantes cursando todas suas cadeiras.

Quadro 5: Seriação do curso de Engenheiros Arquitetos da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre.

<b>CURSO DE ENGENHEIROS ARQUITETOS - 1949</b>
<b>1º ANO</b>

<sup>90</sup> Além do curso de Engenheiros Arquitetos, a Escola de Engenharia mantinha, segundo esse decreto, os seguintes cursos: 1- Engenheiros Civis; 2- Engenheiros Mecânicos-Eletricistas; 3- Químicos Industriais; 4- Engenheiros de Minas e Metalurgia.

<sup>91</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 78ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre, realizada em 04 de janeiro de 1945. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre, [1946?]: 187.

<sup>92</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>93</sup> Ibid., loc. cit.

<b>Cadeiras</b>	<b>Professores</b>	<b>C.H.</b>
Cálculo infinitesimal – Geometria Analítica – Nomografia.	Ernesto de Mello Mattos Lassance Ary Nunes Tietbohl	259
Geometria Descritiva – Geometria projetiva – Aplicações respectivas	Leseigneur de Faria Telmo Thompson Flores	160
Física – 1ª parte	João Francisco Simões da	160
Desenho Linear e a mão livre	Sady Domingues Fernandes de Castro <sup>94</sup>	86
<b>2º ANO</b>		
Mecânica. Cálculo Vetorial	Carlos de Carvalho Schmitt Manoel Luiz da Silva Netto	204
Física – 2ª parte	Álvaro Magalhães Rosauero Salles Zambrano	123
Topografia – Desenho Topográfico	Possivelmente, professores Lelis Espartel e/ou Saul Fernandes Sastre <sup>95</sup>	227
Química geral e inorgânica	Bernardo Geisel Alfredo Georg Jaroslow Wieck <sup>96</sup> Álvaro Leão Carvalho da Silva <sup>97</sup>	116
Desenho arquitetônico e esboço do natural	Sady Domingues Fernandes de Castro Júlio Ribeiro de Castilhos (prof. Assistente).	134
<b>3º ANO</b>		
Resistência dos materiais – Grafostática	João Ferlini Eladio Gerardo Requião Petrucci	170
Mineralogia, Petrologia e Geologia	José Rafael Alves de Azambuja Junior Arthur Wentz Schneider	182
Materiais de Construção	Paulo de Aragão Frederico Werner Hugo Diego Gonzales Blanco	65
Estética e composição geral;	Eugênio Steinhof	184
Desenho de perspectiva;	Sady Domingues Fernandes de Castro	138
Composição decorativa, Modelagem	Eugênio Steinhof (?)	100
<b>4º ANO</b>		
Física técnica	<i>Não há referência</i>	90
Estabilidade das construções	Duilio Bernardi	120
Construções civis. Higiene das habitações.	<i>Não há referência.</i>	128
História da Arquitetura	João Baptista Pianca	59
Composição geral	Eugênio Steinhof (?)	188
Composição decorativa. Modelagem	Eugênio Steinhof (?)	100
<b>5º ANO</b>		
Concreto simples e armado. Teoria e aplicações correntes.	Ivo Wolf Eugenio Villanova Castilhos (prof. Assistente)	175
Hidráulica – Hidráulica urbana e saneamento	<i>Não há referência.</i>	44
Composição geral e urbanismo	Eugênio Steinhof	184
Economia política. Finanças. Estatística.	Alexandre Martins da Rosa Antenor Wieck Brum (prof. Assistente)	122

<sup>94</sup> Há a referência a ele como professor da cadeira de *Desenho Artístico. Arquitetônico e Esboço do Natural. Perspectiva.*

<sup>95</sup> Não há nome de professor referido explicitamente para esta disciplina. Contudo, as informações do relatório da Escola de Engenharia nos levam a crer que Lelis Espartel (catedrático) e Saul Fernandes Sastre (assistente), professores da cadeira *Topografia Geodesia e Astronomia de campo*, do curso de engenharia civil, tenham ministrado o mesmo conteúdo para o curso de engenheiros arquitetos.

<sup>96</sup> Professor Assistente da cadeira *Química Geral e Inorgânica. Análise Qualitativa.*

<sup>97</sup> Professor Assistente das cadeiras *Química Geral e Inorgânica. Química tecnológica e Analítica.*

Administração. Organização. Legislação. Contabilidade industrial.	Leovegildo Paiva Carlos Henrique Siegmann (prof. Assistente)	102
Composição decorativa. Modelagem.	Eugênio Steinhof	116

Fonte: ESCOLA DE ENGENHARIA. Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.

A seriação não seguia a solicitação da reitoria de tomar por referência o ensino da ENBA da Universidade do Rio de Janeiro. No curso de engenheiros-arquitetos da Escola de Engenharia a seriação adotada era a da Escola Politécnica de São Paulo, com duração de cinco anos, conforme descrito na ata da reunião do CTA de 24 de agosto de 1945<sup>98</sup>. Esta decisão vinculava o ensino da arquitetura às politécnicas, e não às escolas de arte<sup>99</sup>.

<sup>98</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 191ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de agosto de 1945. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre, [1946?].

<sup>99</sup> Segundo Ficher (2005), a seriação do curso de engenheiros-arquitetos da Politécnica de São Paulo entre os anos de 1934 e 1947 foi, em que pese algumas pequenas alterações, a seguinte: 1º ANO – Cadeiras de I) Cálculo Vetorial; II) Complementos de Geometria Analítica. Elementos de Nomografia. Cálculo Diferencial e Integral; III) Física I; IV) Topografia. Geografia Elementar e Astronomia de Campo; V) Perspectiva. Aplicações Técnicas. Geometria Projetiva e Noções de Cálculo Gráfico. E aulas de I) Desenho Arquitetônico e Esboço do Natural; II) Desenho Topográfico (só permaneceu até 1934. Em 1939 foi introduzida a aula de Cálculo de Observações e Estatísticas. Cálculo Gráfico e Mecânico, Nomografia I'). 2º ANO – Cadeiras de I) Mecânica Racional; II) Física II; III) Química Geral Inorgânica e Noções de Química Orgânica (Química Geral Tecnológica I de 1939 em diante). IV) “Em 1935 passou a ser oferecida uma quarta cadeira, ‘Aplicações Técnicas de Geometria Descritiva’” (2005: 257); V) “Em 1939, entrou uma quinta cadeira, ‘Cálculo Diferencial e Integral, Calculo Vetorial II’” (2005: 258). E as aulas de I) Desenho de Perspectiva; II) “Em 1935, a aula de ‘Desenho Topográfico’ voltou a ser dada no 2º ano” (2005: 258). 3º ANO – Cadeiras de I) Resistência e Estabilidade I (Resistência dos Materiais. Estabilidade das Construções I de 1939 em diante); II) Tecnologia Civil. Materiais de Construções. Fundações (Materiais de Construção depois de 1939); III) Mineralogia Geologia e Petrografia; IV) Composição Geral I (Composição Geral e Estética depois de 1939); V) “Em 1935, veio para esse ano uma quinta cadeira, a primeira parte de ‘Hidráulica. Hidráulica Urbana e Saneamento’” (2005: 260). E as aulas de I) Desenho de Perspectiva; II) Desenho de Composição Geral (denominado Composição Decorativa. Modelagem depois de 1939). 4º ANO – Cadeiras de I) Resistência e Estabilidade II (Resistência dos Materiais. Estabilidade das Construções Cívicas II de 1939 em diante); II) Composição Geral II; III) “Em 1935, a terceira cadeira, ‘Construções Cívicas. Higiene das Habitações. Noções de Arquitetura’ foi unificada com ‘História da Arquitetura’, passando a ser denominada ‘Noções de Arquitetura e Construções Cívicas. Higiene das Habitações e História da Arquitetura I e II’” (2005: 262); IV) Tecnologia Mecânica. E a aula de I) Desenho de Composição Geral (denominada Composição Geral. Modelagem de 1939 em diante). 5º ANO – Cadeiras de I) Composição Geral III e Urbanismo; II) História da Arquitetura (de 1932 a 1934. Em 1939, essa cadeira foi substituída por ‘Concreto Simples e Armado. Teoria, Experiência e Aplicações a Casos Correntes’); III) Hidráulica Urbana e Saneamento (a segunda parte de Hidráulica. Hidráulica Urbana e Saneamento); IV) Economia Política. Estatística Aplicada. Organizações Administrativas. E as aulas de I) Contabilidade Geral e Especial (Contabilidade depois de 1939); II) Desenho de Composição Geral. Modelagem (Composição Decorativa. Modelagem, depois de 1939).

Mas no que diferiam os cursos de engenheiros arquitetos e de engenharia civil? O Quadro 6 compara suas seriações. Assim, é possível medir a distinção ou semelhança entre ambos. Estão assinaladas as cadeiras que só existe num ou noutra curso.

Percebe-se que as cadeiras dos dois primeiros anos dos cursos são idênticas. A partir do terceiro ano passa a haver diferenças, que vão se tornando, ano a ano, maiores.

No terceiro ano, três das seis cadeiras do curso de engenheiros arquitetos não encontram correspondentes no de engenharia civil. E duas das cinco do curso de engenheiros civis não existem no de engenheiros arquitetos. No quarto ano, idem. E no quinto, três das seis cadeiras do curso de engenheiros arquitetos não existem no de engenharia civil. Por outro lado, três das seis cadeiras do curso de engenharia civil não encontram correspondentes no de engenheiros arquitetos.

As cadeiras do curso de engenheiros arquitetos que não existem no curso de engenharia civil são as seguintes: *Estética e composição geral* (3º ano); *Composição geral* (4º ano); *Composição geral e urbanismo* (5º ano); *Desenho de perspectiva* (3º ano); três disciplinas de *Composição Decorativa. Modelagem* (nos 3º, 4º e 5º anos); *Física técnica* (4º ano); *Concreto simples e armado. Teoria e aplicações correspondentes* (5º ano). São, em geral, disciplinas que pretendem desenvolver habilidades para a composição, o projeto, o desenho. As exceções são Física e Concreto.

As cadeiras do curso de engenheiros civis que não existem no de engenheiros arquitetos são as seguintes: duas disciplinas de *Topografia. Geodésia e Astronomia de campo – partes 1 e 2* (2º e 3º anos), semelhante a única disciplina do curso de engenheiros arquitetos, *Topografia – desenho topográfico* (2º ano); *Estradas (rodagem e de ferro) – partes 1 e 2* (3º ano); *Mecânica aplicada* (4º ano); *Portos – rios e canais* (5º ano); *Pontes – grandes estruturas em ferro e concreto – Fundações* (5º ano); *Termodinâmica. Máquinas e motores térmicos* (5º ano). São, em geral, disciplinas que pretendem desenvolver habilidades para lidar com as grandes obras de engenharia – estradas, portos, rios, canais, pontes.

Quadro 6: Comparação dos nomes das disciplinas dos cursos de engenheiros arquitetos e de engenharia civil da Escola de Engenharia.

ENGENHEIROS ARQUITETOS	ENGENHEIROS CIVIS
<b>1º ANO</b>	
Cálculo infinitesimal – geometria analítica – monografia	Cálculo infinitesimal – geometria analítica – monografia
Geometria descritiva – geometria projetiva –	Geometria descritiva – geometria projetiva –



aplicações respectivas	aplicações respectivas
Física – 1ª parte	Física – 1ª parte
Desenho linear e a mão livre	Desenho
<b>2º ANO</b>	
Mecânica, Cálculo Vetorial	Mecânica, Cálculo Vetorial
Física – 2ª parte	Física – 2ª parte
Topografia – desenho topográfico	Topografia – Geodesia e Astronomia de campo – 1ª parte
Química geral e inorgânica	Química geral e inorgânica
Desenho arquitetônico e esboço do natural	Desenho
<b>3º ANO</b>	
Resistência dos materiais – Grafostática	Resistência dos materiais – Grafostática
Mineralogia, Petrologia e Geologia	Mineralogia e geologia
Materiais de Construção (* semelhante à disciplina do 4º ano da Eng. Civil).	<b>Topografia – Geodésia e Astronomia de campo – 2ª parte.</b>
<b>Estética e composição geral</b>	<b>Estradas (rodagem e de ferro) – 1ª parte</b>
<b>Desenho de perspectiva</b>	Hidráulica geral e aplicada – saneamento – 1ª parte.
<b>Composição decorativa, modelagem</b>	
<b>4º ANO</b>	
<b>Física técnica</b>	<b>Mecânica aplicada</b>
Estabilidade das construções	Estabilidade das construções
História da Arquitetura	Arquitetura
Construções civis. Higiene das habitações	Materiais de construção – construções (* semelhante à disciplina do 4º ano de Eng. Arq.).
<b>Composição geral</b>	<b>Estradas (rodagem e de ferro) – 2ª parte</b>
<b>Composição decorativa. Modelagem</b>	
<b>5º ANO</b>	
<b>Concreto simples e armado. Teoria e aplicações correspondentes</b>	<b>Portos – rios e canais</b>
Hidráulica – hidráulica urbana e saneamento	Hidráulica geral e aplicada – Saneamento – 2ª parte.
<b>Composição geral e urbanismo</b>	<b>Pontes – grandes estruturas em ferro e concreto – Fundações.</b>
Economia política. Finanças. Estatística	Economia política. Finanças. Estatística
Administração. Organização. Legislação.	Administração. Organização. Legislação.
Contabilidade industrial	Contabilidade industrial
<b>Composição decorativa. Modelagem.</b>	<b>Termodinâmica. Máquinas e motores térmicos.</b>

Fonte: ESCOLA DE ENGENHARIA. Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.

Sendo assim, se pode afirmar que a formação de engenheiros arquitetos e de engenheiros civis da Escola de Engenharia é, em parte, semelhante. Como indica Fiori (1992), a Escola de Engenharia “utiliza-se da estrutura já existente para cobrir a maior parte possível das necessidades dos novos cursos. E é exatamente este fator (...) que torna possível a rápida montagem dos novos cursos na Escola” (FIORI, 1992: 328).

Para Weimer, “o chamado curso de ‘engenheiro-arquiteto’ tendia muito mais para o primeiro que para o segundo” (WEIMER, 1989: Q.98). Mas é necessário apontar para o que distingue ambos os cursos. E, como visto, a singularidade de cada um residia

nos seguintes aspectos: a arquitetura se preocupava mais com a composição-projeto-desenho; e a engenharia com as grandes obras – pontes, estradas, canais, barragens.

### 1.5.1. A cadeira de planejamento e o curso de extensão de urbanismo

Antes de passar aos conteúdos das cadeiras do curso de engenheiros arquitetos, cabe realizar breve nota sobre duas experiências que não tiveram desdobramentos: a incorporação de uma cadeira que se referia à “planejamento” e o curso de extensão em urbanismo<sup>100</sup>.

Em 1947 estava em debate uma reestruturação dos cursos da Escola de Engenharia. Num deles, registrado na ata da 87ª reunião da Congregação, ocorrida em 13 de junho<sup>101</sup>, Álvaro Magalhães sugere a criação de nova cadeira que incorporasse os conteúdos Geografia Integral e Geografia Econômica e Humana.

Leovegildo Paiva, tomando parte do diálogo, entendia que a cadeira deveria se chamar “Planejamento”. Magalhães, por sua vez, sustentava que seu nome deveria ser “Geografia Econômica e Humana”. Infelizmente não há na ata os argumentos utilizados pelos contendores para defender a inclusão ou exclusão da palavra planejamento.

A Congregação reconhecia, enfim, “que os estudos de Geografia Econômica e Humana são necessários aos cursos da Escola de Engenharia” e que eles deveriam constituir uma cadeira isolada<sup>102</sup>. Ela acabou batizada *Geografia Integral – Planejamento*.

Na reunião da Congregação seguinte, ocorrida dias após, em 19 de junho de 1947<sup>103</sup>, o anteprojeto de reestruturação dos cursos da Escola, elaborado com a ajuda de seus departamentos, é apresentado. Nele, a cadeira *Geografia Integral – Planejamento*

---

<sup>100</sup> Esta experiência já havia sido notada por Almeida (1996) em seu artigo *O Urbanismo em Porto Alegre no início do século – do ensino e das práticas*. Nele, a autora refere que, em 1947, “a Escola de Engenharia reestrutura seu curso de Arquitetura e cria também um curso de extensão em Urbanismo” (ALMEIDA, 1996: 100). Todavia, não avança em sua descrição.

<sup>101</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 87ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 13 de junho de 1947. In. Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1947. Porto Alegre, 1951.

<sup>102</sup> Ibid.: 3.

<sup>103</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da reunião da 88ª Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 19 de junho de 1947. In. Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1947. Porto Alegre, 1951.

está presente na lista de disciplinas dos cursos de engenharia civil<sup>104</sup>, de engenheiros mecânicos eletricitas<sup>105</sup>, de engenheiros mecânicos, de engenheiros eletricitas, de engenheiros geógrafos, de engenheiros de minas e metalurgia, de engenheiros arquitetos e de engenheiros químicos.

Como não foram encontrados documentos que se referissem aos conteúdos desta cadeira, se pode apenas supô-los a partir dos nomes colocados em disputa na 87ª reunião da Congregação. A partir deles, se pode presumir que temas estavam associados à palavra planejamento.

O fato da geografia se manter no nome leva a crer que se tratasse de cadeira preocupada com a localização territorial de fenômenos diversos – econômicos, humanos, por exemplo. Sendo assim, a palavra planejamento se vincularia à relação entre fenômenos sociais e o seu lugar no mundo. Mas, por conta dos limites impostos pela documentação, é impossível afirmar categoricamente.

Além da inclusão de *Geografia Integral – Planejamento*, a proposta de reforma de 1947 sugeria ainda a criação de um curso de extensão para engenheiros arquitetos: o curso de urbanismo.

Ele teria três cadeiras: I) *História do Urbanismo*; II) *Arquitetura Paisagista*; III) *Composição Urbana*. Mas, pelo que foi apurado junto à documentação, não há referências posteriores a ela<sup>106</sup>.

Um mês antes, em 20 de maio, João Baptista Pianca, na reunião do CTA da Escola, sugeria a criação de “um curso de extensão para Arquitetos, o qual poderia ser dado em um ano, ou menos”<sup>107</sup>.

Não cita explicitamente que este curso seria de urbanismo. Mas sua experiência na disciplina *Architectura – Traçado de cidades*, em 1929, citada anteriormente, faz supor que a sugestão de criação do curso de extensão tenha sido de Pianca.

Contudo, não encontramos documentos posteriores que se referissem ao curso de extensão de urbanismo. Tudo leva a crer que não passou de uma proposta.

---

<sup>104</sup> É a 21ª cadeira do curso. Ibid.: 2.

<sup>105</sup> É a 23ª cadeira do curso. Ibid.: 3.

<sup>106</sup> Ibid.: 8.

<sup>107</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 232ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 20 de maio de 1947. In. Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1947. Porto Alegre, 1951: 3.

### 1.5.2. Curso de arquitetura: cadeiras e conteúdos

Por fim, serão tratados os conteúdos de parte das disciplinas do curso de engenheiros arquitetos da Escola de Engenharia conforme o currículo e a lista de professores de 1949, expostos no Quadro 5. Eles foram extraídos das questões das cadeiras, conforme o relatório de atividades do mesmo ano.

As cadeiras aqui examinadas são as preocupadas com questões da cidade (*Composição Geral e Urbanismo*<sup>108</sup>, *Hidráulica Urbana e Saneamento*) e, brevemente, as que caracterizam a singularidade do curso de arquitetura – sua relação com a composição-projeto-desenho (*Estética e Composição Geral*, *Composição Geral*)

Mas, antes de passar aos conteúdos, cabe nota sobre a participação de Eugênio Steinhof no curso. Das cadeiras listadas acima, ele lecionou três – *Composição Geral e Urbanismo*, *Estética e Composição Geral*, *Composição Geral*.

Segundo Fiori (1992), a contratação de Steinhof – representante da arquitetura moderna internacional – pela Escola de Engenharia deve ser entendida no contexto da competição entre ela e o IBA. Na interpretação de Fiori (1992: 335), “um nome de fama internacional viria aumentar o prestígio da Escola. Sendo estrangeiro, acaba também contrapondo-se a certos aspectos da arquitetura moderna brasileira, de grande penetração no IBA”.

Steinhof desprezava a estrutura do curso e busca resolver, em seu próprio atelier, a “preparação especificamente profissional, arquitetônica, com o treinamento em projeto” (FIORI, 1992: 327). Sendo assim, trabalhava de maneira relativamente independente em relação às demais cadeiras do curso. Ainda para Fiori (1992: 417), as disciplinas lecionadas por Steinhof se constituem no “núcleo fundamental do curso” no que tange à preparação “arquitetônica”.

Mas passemos aos conteúdos das cadeiras.

#### **Composição Geral e Urbanismo**

Nesta cadeira, ministrada no quinto ano pelo professor Eugênio Steinhof, as questões formuladas para as primeiras provas parciais foram: 1<sup>a</sup> – Etapas do

---

<sup>108</sup> Os nomes das disciplinas do Departamento de Arquitetura, Construções e Desenhos que constam no art. 4º do Decreto nº 2.027 de 25 de julho de 1946 não são exatamente os mesmos que estão no quadro de disciplinas do Relatório de 1949. Por essa razão buscamos as disciplinas do quadro de 1949 por similaridade com as da lei.

planejamento de uma cidade; 2<sup>a</sup> – Circulações principais externas dum aeroporto; 3<sup>a</sup> – Circulações gerais em certos tipos de edifícios a escolha dos alunos.

Já as formuladas para as segundas provas parciais foram: 1<sup>a</sup> – O zoneamento; 2<sup>a</sup> – Exigências técnicas a atender no planejamento de um cinema; 3<sup>a</sup> – Problemas de segurança de pública em um cinema.

Aqui, a palavra “planejamento”, é dúbia quanto ao seu significado. Ela é usada para se referir ao cinema e à cidade. Sendo assim, não trata de processos político-sociais de administração da cidade. Tampouco está associada, como na proposta de 1947, à geografia ou repercussão territorial de fenômenos sociais. A palavra é usada como sinônimo de projeto.

Nessa disciplina, que sobrepõe composição e urbanismo, é obscuro se o zoneamento lida com a cidade ou a disposição de ambientes numa edificação. De qualquer forma, nela são tratados projetos de grande porte – aeroporto, cinema – bem como as etapas de “planejamento” (ou projeto) de uma cidade.

O que aproxima cidade e construções grandes? A escala e o fato de ambos serem artefatos passíveis de projeto (ou planejamento). É a aptidão para lidar com o “grande” que esta disciplina busca formar no estudante.

### **Hidráulica - Hidráulica Urbana e Saneamento**

Nesta cadeira, ministrada no quinto ano, sem referência a professor, as questões formuladas para as primeiras provas parciais foram: 1<sup>a</sup> – Reflexo da variação diametral e gradiente; 2<sup>a</sup> – Sistemas reticulares e condições gerais a serem cumpridas na trama; 3<sup>a</sup> – Conductos complexos: Definição e identificação do conducto único, sob as mesmas características técnicas.

Já as questões formuladas para as segundas provas parciais foram: 1<sup>a</sup> – Tanques fluxíveis e sua capacidade; 2<sup>a</sup> – Como trabalha a trama reticular de exgotto cloacal e quais as fórmulas correntes na sua identificação técnica; 3<sup>a</sup> – Generalidades sobre a depuração biológica.

Elas não têm relação com composição. Representam a concepção higienista-sanitarista dos pioneiros da virada do século XIX ao início do XX.

Pode-se afirmar, a partir dos dados coletados, que a preocupação com a cidade é, no ensino de arquitetura da Escola de Engenharia, pouco representativa – apenas duas

disciplinas do total do curso. O saber a ela associado é o da composição (análogo à arquitetura, diferindo apenas na escala) e das técnicas higienistas-sanitaristas.

É necessário, à quicá de melhor caracterização do curso, abordar suas disciplinas de composição – o que o diferencia do curso de engenharia civil. Elas são expostas, brevemente, a seguir.

Na cadeira de *Estética e Composição Geral*, ministrada no terceiro ano por Eugenio Steinhof, as questões formuladas para as segundas provas parciais foram: 1ª - Requisitos a atender no planejamento de um restaurante; 2ª – Tipos de restaurante; 3ª – Funções do arquiteto.

Não se teve acesso às respostas dos estudantes. Contudo, parece que, na primeira questão, a palavra “planejamento” é tomada, novamente, como sinônimo de projeto. A terceira, por sua vez, é curiosa. Requer do estudante o conhecimento sobre as funções de um arquiteto. Isso no terceiro ano do curso. Qual a razão de uma questão como essa nesse momento? A resposta pode estar na percepção de Fiori, que argumenta que Steinhof pretendia resolver toda a formação em arquitetura em suas disciplinas.

Não há, aqui, referência ao urbanismo ou às funções do urbanista.

Na cadeira *Composição Geral*, ministrada no terceiro ano pelo professor Eugenio Steinhof, as questões formuladas para as primeiras provas parciais foram: 1ª – Principais circulações de um edifício; 2ª – Circulações principais num sanatório; 3ª – Elementos componentes de um sanatório.

Já as questões formuladas para as segundas provas parciais foram: 1ª – Problemas de circulação em uma escola; 2ª – Famílias e combinações de cores; 3ª – Meios de expressão arquitetônica.

As questões vão desde a organização das circulações em edifícios diferentes – sanatórios e escolas – à cores e expressão em arquitetura. A composição lida, então, com as dimensões de organização dos espaços internos das edificações e as maneiras de sua expressão. É, enfim, uma disciplina de projeto. Não há referência ao urbanismo.

Pôde-se perceber, ao longo deste capítulo, que o urbanismo participou da formação oferecida pela Escola de Engenharia, inicialmente, a partir de uma concepção higienista-sanitarista. Mas ela não é exclusiva já que, noutros documentos (como a revista *Egatea*, por exemplo), também esteve presente o debate acerca dos melhoramentos ou o arruamento das cidades.

Ao longo destas primeiras décadas da Escola o trato com a cidade foi incorporado ao ensino do curso de engenharia civil por meio da cadeira de *Architectura – traçado das cidades*, em 1929. Entretanto, ela logo deixou de ser ministrada e não há notícias posteriores acerca dela.

Já na segunda metade da década de 1940, com a criação do curso de engenheiros-arquitetos, o urbanismo voltou à pauta do ensino a partir de outros princípios. O atelier de *Composição Geral e Urbanismo*, liderado por Steinhof, buscou formar profissionais capazes de lidar com projetos em grande escala (ou na escala urbana).

Após percorrer a experiência do ensino de arquitetura na Escola de Engenharia é necessário, para o propósito da tese, estudar a experiência da instituição que, com ela, no início da década de 1950, dá origem à Faculdade de Arquitetura: o Instituto de Belas Artes. É o que o próximo capítulo apresenta.

## CAPÍTULO 2

### ARQUITETURA, “SECÇÃO” DA ARTE. URBANISMO, “MODALIDADE” DA ARQUITETURA

Este capítulo trata da experiência de ensino de arquitetura e de urbanismo do Instituto de Belas Artes, a outra instituição que, junto com a Escola de Engenharia, dá origem à Faculdade de Arquitetura no início da década de 1950. Nele é demonstrado que, para esta instituição, a arquitetura era uma “secção” da arte e o urbanismo, uma “modalidade” da arquitetura. A preocupação com a cidade estava marginalmente presente na formação do arquiteto e como curso independente, dominado pelos engenheiros (docentes e discentes). O trato com a cidade seguia, também, a tradição higienista sanitaria do início do século XX e a concepção de projeto do grande. Neste capítulo são apresentados: os primeiros anos do Instituto; a experiência do curso técnico de arquitetura; o curso de arquitetura da década de 1940; o curso de urbanismo; a passagem de Mauricio Cravotto pela instituição. Como a Escola de Engenharia, anteriormente apresentada, esta instituição não comparece como centro da investigação, mas apenas na medida em que contribui para a melhor compreensão do fenômeno em pauta. Há trabalhos que vão a fundo às experiências desta instituição. Dentre elas citamos os trabalhos de Fiori (1992), Simon (2003), Brites et al. (2012) e Alquati (2014).



## 2.1. Os primeiros anos do Instituto Livre de Bellas Artes

Pouco mais de dez anos após a fundação da Escola de Engenharia de Porto Alegre é criado o Instituto Livre de Bellas Artes do Rio Grande do Sul – ILBA-RS. Em 22 de abril de 1908 a “acta de instalação” registra a cerimônia que lhe dá início.

Fundado após a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial (1895), a Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896), a Faculdade de Farmácia e Medicina de Porto Alegre (1898) e a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900) (PESAVENTO, 2004), o Instituto participa do projeto civilizatório republicano regional de grupos profissionais criarem e manterem instituições de ensino (SIMON, 2003). Primeiro vieram as guiadas pela razão. Era hora de uma instituição guiada pela expressão, poética e estética (SIMON, 2003).

O estatuto do Instituto apresentava, no parágrafo único do artigo 1º, os cursos que realizariam “o ensino theorico e pratico das Bellas Artes”<sup>109</sup>. Refere o texto: “Este ensino será feito mediante cursos systematisados, formando dous grupos ou secções distinctas: - a *Escola ou Consevatório de musica (...)*; - a *Escola de artes*, compreendendo a pintura, esculptura, a architectura e as artes de applicação industrial”<sup>110</sup>. A arquitetura era, como se percebe, uma das artes, assim como a pintura e a escultura, por exemplo.

Em 1910 o Instituto cria a Escola de Artes do Desenho<sup>111</sup>. Ela era “destinada ao ensino do desenho e da pintura, da esculptura e das artes de applicação industrial, dando assim cumprimento ao disposto no art. 1º dos nossos Estatutos”<sup>112</sup>. Embora referido, o art. 1º não foi contemplado integralmente, já que a arquitetura estava ausente.

Mais tarde, em 1922, novo regulamento era aprovado. Nele, a referência à arquitetura desaparece do paragrafo único, artigo 1º, que reproduz quase integralmente o de 1908.

---

<sup>109</sup> ESTATUTOS do Instituto Livre de Bellas Artes do Rio Grande do Sul. A Federação, Porto Alegre, p.2, 22 ago. 1908.

<sup>110</sup> Ibid.

<sup>111</sup> A criação da Escola de Artes do Desenho está registrada da seguinte maneira na ata da 5ª sessão ordinária da Comissão Central do Instituto Livre de Belas Artes do Rio Grande do Sul, realizada em 10 de fevereiro de 1910: “O Sr. Libindo Ferrás propõe a fundação da Escola de Artes do desenho, (...). A ideia é aprovada. O Dr. Vice-presidente convida o Sr. Libindo Ferrás a organizar e dirigir a nova escola, o que este acceta, apresentando então a sua demissao de membro da Commissão Central e da Directoria”.

<sup>112</sup> INSTITUTO LIVRE DE BELLAS ARTES. Relatórios de 1909 e 1912 do Instituto de Bellas Artes do Rio Grande do Sul apresentados pelo presidente Dr. Olinto de Oliveira. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Livraria do Globo, 1912: 31.

O estatuto posterior, de 1927<sup>113</sup>, reincorpora a arquitetura como conteúdo a ser ensinado pelo Instituto. Apesar disso, ela se mantém apenas como nota, já que nunca compareceu às salas de aula.

Em 1934 o estatuto foi novamente alterado. E, mais uma vez, não há nele qualquer referência à arquitetura, seja como curso ou como conteúdo a ser ministrado.

Postos em perspectiva, os documentos de 1908, 1922, 1927 e 1934 demonstram a hesitação do Instituto Livre de Bellas Artes em relação ao ensino da arquitetura. E, mesmo nos momentos em que comparece, a arquitetura não é ensinada.

Em novembro de 1934, “no intuito de dar uma organização uniforme e racional ao ensino superior no Estado, elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica e concorrer eficientemente para aperfeiçoar a educação do individuo e da sociedade” (RIO GRANDE DO SUL, 1934) foi criada, pelo Decreto Estadual 5.758, a Universidade de Porto Alegre. Seu artigo 2º determinava que seria constituída de uma série de estabelecimentos, dentre eles, o Instituto de Belas Artes (IBA). O Instituto deixa de ser instituição autônoma e é incorporada à universidade.

Tasso Bolívar Dias Corrêa assume sua direção em 1936. A partir daí o vínculo entre a arquitetura e belas artes vai, paulatinamente, ganhando definição. O relatório sobre as atividades do Instituto no ano de 1936<sup>114</sup> evidencia isso.

Nele, Corrêa anota “ser o Instituto de Bellas Artes o único no paiz, em que são feitos, conjuntamente, os estudos da musica, com os seus diversos cursos, e os de artes plásticas, com as suas diversas *secções* [grifo nosso]”<sup>115</sup>. As artes plásticas, em sua concepção, são constituídas de “secções”, dentre elas, a arquitetura.

No mesmo documento, o diretor expõe ao reitor sua posição sobre a criação do curso de arquitetura. Está no relatório: “Suggiro, entretanto, que ainda seja estudada a possibilidade desse curso [de arquitetura] ficar a cargo deste Instituto, dada a grande

---

<sup>113</sup> O Estatuto do Instituto de Bellas Artes de 1927 anota em seu artigo 1º: “O Instituto de Bellas Artes (...) tem por fim o ensino theorico e pratico das Bellas Artes; § único: Este ensino será feito mediante cursos systematisados, formando dous grupos ou secções distinctas: - a Escola ou Conservatório de musica, (...); a Escola de artes, compreendendo a pintura, a esculptura, a architectura e as artes de applicação industrial”.

<sup>114</sup> INSTITUTO DE BELLAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE. Relatório de 1936 apresentado pelo Director Dr. Tasso Corrêa. Porto Alegre, 1937.

<sup>115</sup> Ibid.: 2.

importância do indispensável preparo artístico no exercício da profissão de architecto”<sup>116</sup>.

Ou seja, para o diretor do IBA, a formação de arquitetos deveria ficar sob sua responsabilidade, pois somente o Instituto ofereceria algo indispensável ao exercício da profissão: o preparo artístico. Tasso Correa, assim, resgatava perspectiva que, apesar de hesitante, alicerçava a compreensão do Instituto Livre de Bellas Artes acerca da arquitetura: ela é um conteúdo atinente às belas artes, uma “secção” dela.

Neste mesmo ano, Tasso Corrêa cria o curso de artes plásticas. Em seu currículo<sup>117</sup> – que adotou a mesma seriação do curso de pintura, escultura e gravura da ENBA-RJ – consta, pela primeira vez, a disciplina de *Architectura analytica* (divididas em duas partes, ministradas no primeiro e no segundo ano do curso de artes plásticas). Para ministrá-la, ele chama, ainda em 1936<sup>118</sup>, seu irmão, Ernani Dias Corrêa.

Segundo Simon (2003), Ernani Corrêa tornou possível a relação ente o curso de arquitetura da ENBA-RJ e o IBA, já que se diplomou engenheiro-arquiteto na instituição carioca. Segundo documentação que consta em sua pasta funcional<sup>119</sup>, “foram seus colegas de turma Atílio Corrêa Lima, autor do plano da cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiaz e Lúcio Costa, planejador de Brasília, capital da República Federativa do Brasil”<sup>120</sup>.

---

<sup>116</sup> INSTITUTO DE BELLAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE. Relatório de 1936 apresentado pelo Director Dr. Tasso Corrêa. Porto Alegre, 1937: 18.

<sup>117</sup> O curso de Artes plásticas está assim referido no relatório sobre o ano de 1936: “A seriação do Curso de Artes Plásticas foi organizada de conformidade com o que está disposto no decreto nº 22.897, de 6 de julho de 1933, como segue: 1º ano: Geometria descritiva; Architectura analytica (1ª parte); Anatomia artística (1ª parte); Desenho de modelo-vivo; Desenho; Modelagem (1ª parte); 2º ano: Perspectiva e sombras; Architectura analytica (2ª parte); Anatomia artística (2ª parte); Desenho do modelo vivo; Modelagem (2ª parte); Pintura, escultura ou gravura; 3º ano: Historia da arte (1ª parte); Arte decorativa (1ª parte); Desenho do modelo vivo; Pintura, escultura ou gravura; 4º ano: Historia da arte (2ª parte); Arte decorativa (2ª parte); Desenho do modelo vivo; Pintura, escultura ou gravura” (INSTITUTO DE BELLAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE, 1937: 6-7).

<sup>118</sup> Há certidão que indica que Ernani Dias Corrêa é professor catedrático da cadeira de *Arquitetura analítica e Arte decorativa* do IBA-RS desde 15 de maio de 1936.

<sup>119</sup> Este documento, sem data e não assinado, parece ser uma espécie de autobiografia escrita por Ernani Dias Corrêa. Supomos isso, pois a documentação apresenta pormenores de sua vida que dificilmente seriam expostas por outra pessoa. Exemplos destes pormenores são a breve biografia de seus pais, a morte prematura de dois de seus irmãos, o início de sua vocação desenhando fachadas de casas e sua dedicação ao futebol.

<sup>120</sup> ERNANI Dias Corrêa, nascido em... [Pasta Funcional de Ernani Dias Corrêa. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 196-?]: 3. Contudo, documento da mesma pasta funcional indica que Ernani Dias Corrêa formou-se na ENBA do Rio de Janeiro na turma de 1925. Já Lúcio Costa, por sua vez, segundo informação biográfica da Casa de Lúcio Costa (<http://www.casadeluciocosta.org/>), se formou na ENBA-RJ em 1924. Ou o dado de que foram colegas de turma está equivocado ou Ernani Dias Correa atrasou o curso em um ano. Esta segunda opção nos parece a mais plausível, pois em 1919 Ernani Dias Correa “fez o serviço militar como reservista de segunda categoria no Tiro de Guerra nº 5” (ERNANI, 196-?: 3).

O irmão de Tasso Corrêa, responsável por introduzir a arquitetura no IBA, não estimava sua titulação<sup>121</sup>. Texto de sua pasta funcional refere que “a seu contra-gosto Ernani recebeu o título de engenheiro-arquiteto e, assim, foi registrado no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 8ª Região, em 1934”<sup>122</sup>. Foi após sua formatura que a instituição carioca “restabeleceu o *sensato* [grifo nosso] título de arquiteto”<sup>123</sup>. Ou seja, o que incomodava Ernani Dias Corrêa em sua titulação era a referência à engenharia.

Sua concepção de arquitetura a distinguia da engenharia ou da arquitetura preconizada pelos engenheiros. Isto fica claro em seu relato: “era costume desses engenheiros [da cidade de Porto Alegre] esboçarem a planta baixa e dar para o desenhista passar a limpo com a incumbência de adaptar uma fachada e executar os desenhos dos cortes”<sup>124</sup>.

Essa prática era definida por ele como uma “ignorância de compor arquitetura”<sup>125</sup>. Preocupado com esta situação, Ernani Corrêa buscou “elucidar a maneira de proceder na arquitetura e na construção, distinguindo a profissão do arquiteto que era tida pelos engenheiros como creador de fachadas, pois, a arquitetura, para eles, era tão somente a fachada do edifício”<sup>126</sup>.

Esta forma “ignorante” de compor arquitetura – como desenhista de fachada submetido às determinações do engenheiro – era a concepção que Ernani Corrêa combateria em sua atuação docente.

Ernani Dias Correa, além disso, foi um militante da autonomia e da organização dos arquitetos. Ele foi o primeiro presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Rio Grande do Sul (IAB-RS), em 1948. Esta entidade tinha como

---

<sup>121</sup> Um ano antes de Ernani se formar, o estudante Eduardo Souza Aguiar reivindicou o título de engenheiro-arquiteto, ao invés de somente arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Sua alegação era de que seu currículo também abrangia disciplinas da engenharia. Por essa razão a instituição passou a diplomar, a partir de então, engenheiros-arquitetos. Essa explicação é dada, pelo que nos parece, por Ernani Dias Correa em documento que consta em sua pasta funcional (ERNANI, 196-?: 3-4).

<sup>122</sup> ERNANI Dias Corrêa, nascido em... [Pasta Funcional de Ernani Dias Corrêa. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 196-?]: 3.

<sup>123</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>124</sup> Ibid.: 4.

<sup>125</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>126</sup> Ibid., loc. cit.

finalidade “proporcionar aos arquitetos residentes no Estado, meios de coordenar seus esforços na defesa da profissão e desenvolvimento da arquitetura”<sup>127</sup>.

A disciplina de *Architectura analytica* se manteve como parte do curso de artes plásticas do IBA durante anos. Ainda constava no currículo da instituição, por exemplo, conforme os relatórios da instituição sobre os anos de 1962-1969.

## 2.2. O Curso Técnico de Arquitetura

Em 1939, o Decreto Estadual nº 7.672, de 5 de janeiro, retira o IBA da Universidade de Porto Alegre (SIMON, 2003; BRITES, 2012). Neste mesmo ano, em 16 de janeiro, o CTA discutiu e aprovou a proposta de instalação do curso técnico de arquitetura<sup>128</sup>. Sua seriação é apresentada no Quadro 7.

Quadro 7: Seriação do Curso Técnico de Arquitetura de 1939.

<b>CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA, 1939.</b>	
1º ano	Desenho figurado (1ª parte); Modelagem (1ª parte); História da Arte (1ª parte); Geometria descritiva.
2º ano	Desenho figurado (2ª parte); Modelagem (2ª parte); História da Arte (2ª parte); Perspectiva e Sombras; Arte decorativa (1ª parte); Arquitetura Analítica (1ª parte)
3º ano	Arquitetura analítica (2ª parte); Arte decorativa (2ª parte); Estruturas de construção; Composição clássica e moderna.

Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da primeira Sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Belas Artes, realizada em 16 de janeiro de 1939.

Há, neste currículo, conforme aponta Fiori (1992), “predominância clara de disciplinas ligada à área estético-artística, aproveitando a estrutura já existente na instituição” (FIORI, 1992: 174). Há duas cadeiras que se referem explicitamente à

<sup>127</sup> INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. Estatutos do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil organizados e aprovados pelo Conselho Diretor em sessão realizada aos 7 dias do mês de Abril de 1948. Porto Alegre, 1948.

<sup>128</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da primeira Sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Belas Artes, realizada em 16 de janeiro de 1939.

arquitetura, no 2º e 3º anos. E, no 3º ano, disciplinas de estrutura e composição (projeto).

Fiori crê que a formação de “desenhistas” não se limitou a de executores de trabalhos gráficos. Abriu espaço, também, para “formar profissionais em condições de compor um projeto, pelo menos em seus elementos básicos” (FIORI, 1992: 177).

Sobre o curso técnico de arquitetura, Ernani Corrêa comentou, em carta de 1946 dirigida ao presidente do CREA, Lelis Espartel, que “em 1939, foi criado mais o curso de Desenhistas Técnicos de Arquitetura, destinado a preparar, como indica a denominação do curso, auxiliares técnicos para escritórios de arquitetura”<sup>129</sup>.

Sendo assim, segundo ele, o curso foi criado para formar desenhistas técnicos, auxiliares de escritórios. Aparentemente, responderia à uma demanda do mercado de construção: a de desenhistas de arquitetura. Desenhistas estes que, quando formados, se colocariam no mercado de trabalho em condição análoga àquela combatida pelo próprio Ernani: como profissionais submissos aos engenheiros executando desenhos técnicos. Não era a constituição de um corpo profissional autônomo, mas acessório e submisso.

Mas, mesmo autorizado pelo CTA em 16 de janeiro, o curso técnico de arquitetura não foi referido no novo estatuto<sup>130</sup> e regulamento<sup>131</sup> do IBA, aprovados também em 1939. No que tange à arquitetura, a exceção nestes documentos era, como já dito, a incorporação de *Architectura analytica* no curso de artes plásticas<sup>132</sup>.

Em 1941 o curso técnico incorporou mais cadeiras. Na reunião do CTA, de 14 de março, o diretor do IBA propõe sua reorganização. Era necessário, segundo ele, ampliar “a parte de *caráter técnico* [grifo nosso]”<sup>133</sup>. A nova seriação, aprovada nesta reunião, está exposta no Quadro 8.

---

<sup>129</sup> CORRÊA, Ernani Dias [carta] 23 de agosto de 1946, Porto Alegre [para] ESPARTEL, Lelis, Porto Alegre. Responde ofício do CREA que solicitava informações sobre o Instituto de Belas Artes. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

<sup>130</sup> INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Estatutos. Aprovados em sessão da Congregação realizada em 23 de janeiro de 1939. Porto Alegre, 1939.

<sup>131</sup> INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Regulamento. Aprovado em sessão da Congregação realizada em 24 de março de 1939. Porto Alegre, 1939.

<sup>132</sup> Há o que parece ser um ato falho no regulamento de 1939. O artigo 107 faz referência às cadeiras de *Pequenas Composições de Arquitetura* e o artigo 119 ao curso de arquitetura. Não existiam, no Instituto de Belas Arte, a cadeira ou o curso. A razão deste ato falho parece vir da inspiração – ou cópia literal – do regulamento da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. O artigo 107 do regulamento do Instituto de Belas Artes reproduz boa parte do artigo 18 do Decreto nº 22.897, de 6 de julho de 1933 que altera disposições do decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, na parte referente à organização do ensino artístico ministrado pela Escola Nacional de Belas Artes, e dá outras providências. O artigo 119 do regulamento do Instituto de Belas Artes reproduz boa parte do artigo 30 do mesmo decreto.

<sup>133</sup> INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 18ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 14 de março de 1941.

Quadro 8: Seriação do Curso Técnico de Arquitetura de 1941.

<b>SERIAÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA, 1941</b>	
1º ano	Geometria descritiva; Arquitetura analítica (1ª parte); Anatomia artística (1ª parte); Desenho; Desenho de modelo vivo e modelagem.
2º ano	Perspectiva e sombras – Estereotomia; História da Arte (1ª parte); Arte decorativa (1ª parte); Desenho (molduras, ornatos, capiteis simples, máscaras, grifos e capiteis ricos).
3º ano	Elementos de construção – topografia; Pequenas composições de arquitetura; Historia da Arte (2ª parte); Arte decorativa (2ª parte).
4º ano	Materiais de construção – Terrenos e Fundações; Sistemas e detalhes de construção; Grandes composições de arquitetura; Higiene de habitação – Saneamento de cidades.

Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 18ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 14 de março de 1941.

A alteração de 1941 estende o curso em mais um ano. O primeiro passa a ser o mesmo do curso de artes plásticas. Por isso, os alunos, se nele aprovados, poderiam “matricular-se no 2º de Artes Plásticas ou no 2º de Técnico de Arquitetura, nesta última hipótese, ficam dispensados de aprovação na cadeira de Anatomia artística 1ª parte”<sup>134</sup>.

O segundo ano dos cursos são semelhantes. As alterações significativas estão no terceiro e quarto anos, onde se pode perceber a ampliação de seu “caráter técnico”.

No terceiro, são incorporadas as disciplinas de *Elementos de construção – topografia* e *Pequenas composições de arquitetura*. No quarto, *Materiais de construção – terrenos e fundação*, *Sistemas e detalhes de construção*, além de *Grandes composições de arquitetura* e *Higiene de habitação – Saneamento de cidades*.

As disciplinas de composição – ou seja, projeto – passam a ser duas. E há apenas uma que se refere à cidade.

Cabe notar, para além das cadeiras que se referem à construção, as que se dedicavam à composição – pequenas ou grandes. À exceção da disciplina de *Sistemas e*

<sup>134</sup> Ibid.

*Detalhes de Construção*<sup>135</sup>, todas as do último ano desta reformulação farão parte do futuro curso de arquitetura do Instituto.

No ano seguinte, em 15 de abril de 1942, a ata da reunião do CTA registra que o diretor do Instituto “explicou as dificuldades que havia em manter o 4º ano do Curso Técnico da Arquitetura, em vista da despesa relativamente grande e o número pequeno de alunos”<sup>136</sup>. Apesar disso, decidem por sua manutenção. E convidam o prof. José Lutzenberger para as novas cadeiras. Decidem ainda que “se reformasse a seriação desse curso, igualando o seu segundo ano à segunda série do Curso de Artes Plásticas, e readaptando o programa das cadeiras do 4º ano”<sup>137</sup>. Todavia, não há referência às “readaptações” implantadas ou às “novas cadeiras”.

Em 1943, é realizada nova reorganização do currículo. Na reunião do CTA, de 2 de março, foi aprovada a “seguinte seriação para esse curso. 1ª e 2ª séries [ou anos] idênticas às do Curso das Artes Plásticas, 3ª série [ou ano] – 1ª cadeira[:] Arte decorativa, 1ª parte; 2ª cadeira – Materiais de construção. Terrenos e fundações. Elementos de construção. Noções de Topografia; 3ª cadeira. Teoria e Filosofia da Arquitetura. Composição de arquitetura”<sup>138</sup>.

Para perceber as alterações do curso técnico de arquitetura desde sua criação até a reorganização de 1943, é necessário estabelecer paralelo entre as três seriações – de 1939, 1941 e 1943. O Quadro 9 as coloca lado a lado.

Percebe-se que há, de 1939 para 1941, o aumento do número de cadeiras de “caráter técnico” e de composição – grande e pequena. Há ainda, além disso, uma que faz referência à cidade (*Higiene da habitação – saneamento das cidades*).

De 1941 para 1943, além da sobreposição dos cursos de artes e técnico em arquitetura nos dois primeiros anos, as disciplinas “técnicas” são agrupadas em apenas uma (*Materiais de construção – Terrenos e fundações – Elementos de construção – Noções de topografia*). As de composição, idem (*Teoria e Filosofia da Arquitetura – Composição da Arquitetura*). Estas aglutinações fizeram o curso voltar a ser de três anos. E a cadeira que fazia referência à cidade desaparece em 1943.

---

<sup>135</sup> A disciplina do curso de arquitetura que se refere à sistemas e que teria início em 1945 era *Sistemas Estruturais*, do 5º ano.

<sup>136</sup> INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 25ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 15 de abril de 1942.

<sup>137</sup> Ibid.

<sup>138</sup> INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 32ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 2 de março de 1943.



Quadro 9: Comparação entre as três seriações do curso técnico de arquitetura do IBA (1939 – 1941-1943).

<b>COMPARAÇÃO ENTRE AS TRÊS SERIAÇÕES DO CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA DO IBA (1939 – 1941-1943).</b>			
	<b>1939</b>	<b>1941</b>	<b>1943</b>
<b>1º ano</b>	1. Geometria descritiva. 2. Desenho figurado (1ª parte); 3. Modelagem (1ª parte); 4. História da Arte (1ª parte);	1. Geometria descritiva; 2. Desenho; 3. Desenho de modelo vivo e modelagem; 4. Arquitetura analítica (1ª parte); 5. Anatomia artística (1ª parte);	Idêntico ao curso de Artes Plásticas
<b>2º ano</b>	4. Perspectiva e Sombras; 5. História da Arte (2ª parte); 6. Arte decorativa (1ª parte); 7. Desenho figurado (2ª parte); 8. Modelagem (2ª parte); 9. Arquitetura Analítica (1ª parte)	6. Perspectiva e sombras – Estereotomia; 7. História da Arte (1ª parte); 8. Arte decorativa (1ª parte); 9. Desenho (molduras, ornatos, capiteis simples, máscaras, grifos e capiteis ricos).	Idêntico ao curso de Artes Plásticas
<b>3º ano</b>	10. Arquitetura analítica (2ª parte); 11. Estruturas de construção; 12. Composição clássica e moderna; 13. Arte decorativa (2ª parte).	10. Elementos de construção – topografia; 11. Pequenas composições de arquitetura; 12. História da Arte (2ª parte); 13. Arte decorativa (2ª parte).	1. Arte decorativa; 2. Materiais de construção – Terrenos e fundações – Elementos de construção – Noções de topografia; 3. Teoria e Filosofia da Arquitetura – Composição da Arquitetura.
<b>4º ano</b>		14. Materiais de construção – Terrenos e Fundações; 15. Sistemas e detalhes de construção; 16. Grandes composições de arquitetura; 17. Higiene de habitação – Saneamento de cidades.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

O curso técnico permaneceu funcionando mesmo após a criação do curso de arquitetura, na metade da década de 1940. E, finalmente, em 30 de janeiro de 1946, a ata do CTA menciona a transformação do curso técnico de arquitetura “em Curso Técnico de Desenho e Decoração, providenciando-se sua reorganização numa seriação de três anos”<sup>139</sup>.

<sup>139</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 30 de janeiro de 1946.

Sua importância para o IBA é destacada por Fiori (1992) e Simon (2003). Fiori salienta “o papel deste curso técnico como um passo significativo em direção à criação do curso superior de arquitetura” (FIORI, 1992: 5). Já Simon, afirma que o “Curso Técnico de Arquitetura, que funcionou no IBA-RS, se de um lado foi um estágio na área e um ensaio geral para o seu curso superior, também serviu como porta de entrada de profissionais qualificados de Arquitetura no Instituto” (SIMON, 2003: 375).

Superada a etapa de incorporação da arquitetura ao IBA, era hora de criar um curso de arquitetura. É o que será tratado a seguir.

### **2.3. O curso de arquitetura do IBA de 1945**

O início do processo que culminaria com a criação, em 1945, do curso de arquitetura do IBA se dá anos antes.

Na reunião do CTA, de 27 de maio de 1942, “por indicação do conselheiro Ernani Dias Corrêa, discutiu-se favoravelmente a criação do Curso de Arquitetura. Entretanto, ficou resolvido que se procedesse estudos mais demorados, antes de se decidir em definitivo”<sup>140</sup>.

Poucos anos após, em 1944, duas reuniões registram sua fundação. A ata da reunião extraordinária do CTA, de 21 de setembro, assinala que sua convocação foi feita “com a finalidade de propor a criação do Curso de Arquitetura, nos moldes do da Escola Nacional de Belas Artes”<sup>141</sup>. A aprovação da proposta foi unânime.

Dias depois, em 29 de setembro, a Congregação se reuniu em sessão extraordinária. Em pauta, “a criação do Curso de Arquitetura, a aprovação do Regimento Interno, nomeação dos professores do novo Curso, e demais providências a serem tomadas para a instalação desse curso”<sup>142</sup>. Novamente a sugestão de criação do curso de arquitetura é aprovada por todos.

Segundo Fiori (1992), o fato do IBA criar o curso de arquitetura nos moldes do da ENBA-RJ é significativo. Sem o mesmo prestígio da Escola de Engenharia era

---

<sup>140</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 26ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 27 de maio de 1942.

<sup>141</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião extraordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 21 de setembro de 1944.

<sup>142</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da sessão extraordinária da Congregação, realizada em 29 de setembro de 1944.

necessário ao IBA, para ter seu curso reconhecido, “proceder o mais de acordo possível com as normas”, já que “qualquer desvio poderia criar problemas para o Instituto e seu novo curso” (FIORI, 1992: 193).

Mais de um ano após as decisões do CTA e da Congregação, em 26 de novembro de 1945, é sancionado o Decreto Federal nº 19.991 que autorizou o funcionamento do curso de arquitetura no IBA (BRASIL, 1945).

Tasso Corrêa, no relatório de atividades de 1951 a 1955, se refere a essa lei como a que autorizou “o funcionamento do Curso de Arquitetura e *Urbanismo* [grifo nosso] do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul”<sup>143</sup>. O urbanismo é incorporado livremente por Corrêa. Ele inexistente no texto legal e nas atas que aprovam seu funcionamento. É utilizado, neste momento, como argumento retórico. Pretendia legitimar a iniciativa de criação do curso do IBA. Vejamos algumas evidências.

O jornal *Correio do Povo*, em 3 de outubro de 1944 – ou seja, publicado pouco após a aprovação do curso de arquitetura pelo CTA e antes da sanção do decreto 19.991 de 1945 –, noticiava que, para o diretor do IBA, o curso de arquitetura, quando criado, contribuiria “na solução de um importante problema da administração pública, qual seja o da falta que cada vez mais se faz sentir de engenheiros arquitetos e *principalmente urbanistas* [grifo nosso], quer nos municípios do interior, quer nas próprias capitais dos Estados do país”<sup>144</sup>.

A falta de urbanistas foi usada, aqui, como argumento para seduzir o poder público sobre a importância de um curso desta natureza.

Dias depois, em 11 de outubro, Tasso Corrêa falava novamente ao *Correio do Povo*. Para ele, o Rio Grande do Sul precisava de urbanistas familiarizados com o seu meio. Manifestava ainda sua compreensão sobre a relação entre arquitetura e urbanismo:

Por esse motivo [a falta de arquitetos e urbanistas], vamos assistindo o crescimento das cidades que, em muitos casos, se nos apresentam verdadeiras aberrações. E por que isso? Pela falta de profissionais

---

<sup>143</sup>INSTITUTO DE BELAS ARTES. Relatório correspondente aos anos de 1951 – 1952 – 1953 – 1954 – 1955 e projeto de reforma do ensino. Porto Alegre, 1956: 4.

<sup>144</sup>MEMORIAL do Interventor: criação do curso de Engenheiros Arquitetos do Estado. *Correio do Povo*, 03 out. 1944. In. SALVATORI, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – *Correio do Povo*/1944. Seleção fac-simili de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

técnicos em urbanismo, *que é uma das modalidades da arquitetura* [grifo nosso]<sup>145</sup>.

O urbanismo comparece, no discurso de Corrêa, como modalidade da arquitetura. E, além disso, como indispensável ao correto crescimento das cidades. Para o diretor do IBA – e possivelmente para seu corpo docente – a arquitetura e o urbanismo se relacionavam da seguinte forma: o segundo estava contido na primeira.

Noutra ocasião, Tasso Correa, em nova entrevista ao *Correio do Povo*, publicada em 31 de dezembro de 1944, expunha seu ponto de vista sobre as habilidades e conhecimentos requeridos por um arquiteto. Para ele:

Precisamos de muitos arquitetos, mas arquitetos que tenham bem formada sua educação artística. O arquiteto é metade um técnico, metade um artista. E artista de verdade. Sua formação, pois, deve ser feita num ambiente apropriado onde possa cultivar as qualidades vocacionais no sentido mais elevado das artes. Por isso as escolas de arquitetura funcionam, em todo o mundo, ou em organizações autônomas e especializadas ou como parte integrante das escolas de belas artes. Não sendo um curso puramente técnico, só deverá procurar ser arquiteto quem tiver decidida vocação, e essa vocação deve encontrar o meio próprio. Do contrário, nunca teríamos arquitetos na verdadeira acepção do termo e sim engenheiros construtores<sup>146</sup>.

Esta fala de Tasso Corrêa recupera e aprofunda a tese, defendida por ele desde 1936, da necessidade do preparo artístico ao exercício da arquitetura. Ou, ainda, a da vinculação entre arquitetura e belas artes.

Não obstante, a última frase do trecho em destaque se assemelha à concepção de Lúcio Costa sobre arquitetura, manifesta em 1940. Para ele, a diferença fundamental entre arquitetura concebida como arte e a simples construção residiria na intenção plástica buscada por quem a concebe<sup>147</sup> (COSTA, 1995). Sendo assim, o pensamento de Tasso Corrêa correspondia ao da vanguarda nacional.

---

<sup>145</sup> O INSTITUTO de Belas Artes não mais pleiteará sua reincorporação à universidade. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 out. 1944. In. SALVATORI, Elena. *Memória Arquitetura 1945-1962*. Anexo 1 – *Correio do Povo/1944*. Seleção fac-simili de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

<sup>146</sup> FRUTIFICA o exemplo do Inst. de Belas Artes: A Escola de Engenharia deseja também criar um curso de Arquitetura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31 dez. 1944. In. SALVATORI, Elena. *Memória Arquitetura 1945-1962*. Anexo 1 – *Correio do Povo/1944*. Seleção fac-simili de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

<sup>147</sup> Em “Considerações sobre a arte contemporânea”, texto de 1940, Lúcio Costa afirma: “Arquitetura é antes de mais nada construção, mas, construção concebida com o propósito primordial de ordenar e

Mas o elo entre os cursos carioca e gaúcho não se encerra na referência ao ensino da ENBA-RJ (na ata do CTA de 1944) ou à menção implícita à Lúcio Costa. O regime de ensino de arquitetura e de urbanismo da Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro<sup>148</sup> (FNA-RJ), criada em agosto de 1945, também serviu de referência ao IBA.

Por exemplo, o artigo 2º do regimento interno da instituição gaúcha, de 1946, indicava que “o Curso de Arquitetura e Urbanismo compreenderá as disciplinas que constarem do Regulamento da Faculdade Nacional de Arquitetura, nos termos do art. 5º, do decreto-lei federal nº 7.918, de 31 de agosto de 1945”<sup>149</sup>.

Noutro trecho, o art. 10º anotava que os cursos de arquitetura e urbanismo seriam feitos “respectivamente em cinco e dois anos, de acôrdo com o § único, do art. 3º, do decreto-lei federal nº 7918, de 31 de agosto de 1945, e terá seriações que forem estabelecidas pelo Governo Federal, nos termos desse mesmo decreto-lei” (Regimento interno, 1946).

Ainda segundo o art. 98 deste regimento interno, o IBA conferiria os diplomas de “c) Arquiteto; d) Urbanista”<sup>150</sup> como formações dissociadas.

Resta-nos, por fim, para compreender o ensino de arquitetura do IBA, estudar seu currículo. O Quadro 10 traz a seriação de cadeiras, ano a ano, e a lista de professores do ano de 1949.

Quadro 10: Disciplinas do curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, 1949.

<b>CURSO DE ARQUITETURA – 1949</b>	
<b>1º SÉRIE</b>	
Matemática Superior	Ary Nunes Tietbohl (engenheiro civil e bacharel em

organizar o espaço para determinada finalidade e visando a determinada intenção. E nesse processo fundamental de ordenar e expressar-se ela se revela igualmente arte plástica, porquanto nos inumeráveis problemas com que se defronta o arquiteto desde a germinação do projeto até a conclusão efetiva da obra, há sempre, para cada caso específico, certa margem final de opção entre os limites - máximo e mínimo - determinados pelo cálculo, preconizados pela técnica, condicionados pelo meio, reclamados pela função ou impostos pelo programa, - cabendo então ao sentimento individual do arquiteto, no que ele tem de artista, portanto, escolher na escala dos valores contidos entre dois valores extremos, a forma plástica apropriada a cada pormenor em função da unidade última da obra idealizada. (...) A intenção plástica que semelhante escolha subentende é precisamente o que distingue a arquitetura da simples construção”. COSTA, Lúcio. Considerações sobre arte contemporânea (1940). In. COSTA, Lúcio. Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

<sup>148</sup> A organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, contida na linha genealógica da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, foi estabelecida pelo Decreto Lei nº 7.918 de 31 de agosto de 1945.

<sup>149</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Regimento Interno. Porto Alegre, 1946.

<sup>150</sup> Ibid.

	matemática)
Geometria Descritiva	Ney Chrysostomo da Costa (engenheiro civil e de minas)
Arquitetura Analítica	Ernani Dias Corrêa (engenheiro arquiteto)
História da Arte – Estética	Ângelo Guido Gnocchi (artista plástico)
Modelagem	Fernando Corona (artista plástico)
Desenho [Artístico?]	Fernando Corona (artista plástico)
<b>2º SÉRIE</b>	
Mecânica Racional – Grafoestática	Frederico Werner Hugo Grundig (engenheiro civil)
Composições de Arquitetura	Catedrático Demétrio Ribeiro (arquiteto) e contratado Edgar Albuquerque Graeff (arquiteto).
Sombras – Perspectiva – Estereotomia	José Lutzenberger (engenheiro-arquiteto).
Teoria da Arquitetura	Demétrio Ribeiro (arquiteto) e contratado Edgar Albuquerque Graeff (arquiteto).
Arquitetura Analítica	Ernani Dias Corrêa (engenheiro arquiteto)
Materiais de Construção – Estudo do Solo	Ney Chrysostomo da Costa (engenheiro civil e de minas)
<b>3º SÉRIE</b>	
Composições de Arquitetura	Catedrático Demétrio Ribeiro (arquiteto) e contratado Edgar Albuquerque Graeff (arquiteto).
Composição Decorativa	José Lutzenberger (engenheiro-arquiteto).
Física Aplicada	Luiz Arthur Ubatuba de Faria (engenheiro civil e urbanista).
Técnica de Construção – Topografia	João Luderitz (engenheiro civil)
Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções	Frederico Werner Hugo Grundig (engenheiro civil)
<b>4ª SÉRIE</b>	
Legislação – Economia Política	Max Waldemar Lubke (bacharel em direito).
Concreto Armado	Adalberto Rodrigues de Carvalho (Engenheiro Civil)
Grandes Composições de Arquitetura	Demétrio Ribeiro (arquiteto)
Arquitetura no Brasil	Ernani Dias Corrêa (Engenheiro-Arquiteto).
Higiene da Habitação – Saneamento da Cidade	Luiz Arthur Ubatuba de Faria (engenheiro civil e urbanista).
<b>5ª SÉRIE</b>	
Grandes Composições de Arquitetura	Demétrio Ribeiro (arquiteto)
Urbanismo – Arquitetura Paisagista	Edvaldo Pereira Paiva (Engenheiro Civil e Urbanista).
Organização do Trabalho – Prática Profissional	Adalberto Rodrigues de Carvalho (engenheiro civil)
Sistemas Estruturais	Fernando de Azevedo Moura (engenheiro civil)

Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

Esta seriação correspondia, como já dito, à da FNA-RJ. A seguir, serão abordados os conteúdos de parte das cadeiras do curso.

### 2.3.1. Curso de arquitetura: cadeiras e conteúdos

Serão tratados agora os conteúdos de parte das cadeiras do curso de arquitetura do IBA conforme o currículo e a lista de professores expostos o quadro 10. Eles foram

extraídos dos programas das cadeiras e das questões formuladas para as provas conforme consta no relatório de 1949<sup>151</sup>.

As cadeiras aqui examinadas são as preocupadas com questões da cidade (*Higiene da habitação – saneamento da cidade e Urbanismo – Arquitetura Paisagista*) e, brevemente, as que se referem à composição-projeto-desenho (*Arquitetura Analítica, Modelagem, Teoria da Arquitetura, Composições de Arquitetura, Composição Decorativa, Composições de Arquitetura, Grandes Composições de Arquitetura*).

A exceção à regra é a cadeira *Legislação – Economia Política*, pois apresenta em seu programa questões vinculadas a urbanização.

Passemos aos conteúdos das cadeiras.

### **Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades**

Nesta cadeira, ministrada na 4ª série pelo professor Luiz Arthur Ubatuba de Faria, o programa traz os seguintes temas:

1- Drenagem. Esgôto pluvial. 2- Situação do prédio. Insolação. Dados meteorológicos. 3- Umidade do sub-solo e de condensação. 4- Isolamento. Ventilação. Iluminação natural. 5- Revestimentos. 6- Pisos e coberturas. 7- Encanamento domiciliar. 8- As peças fundamentais de uma residência. 9- Encanamento domiciliar. Tipos de canos e de juntas; vantagens e desvantagens de cada um deles. Peças especiais. 10- Sifões. 11- Depósito de água para W.C. 12- Baixantes de águas; regras e cuidados com sua ventilação. 13- Instalações com baixante único e cuidados contra a sifonagens. 14- Instalações em um quarto de banho e sua ligação com a canalização pública. 15- Água e esgôto numa casa de campo. 16- Tipos de captação. Número de Recalque. 17- Tratamento e distribuição. 18- Lixo. Transporte. Vasilhame apropriado. 19- Tratamento do lixo. Câmara Becari. 20- Traçados urbanos sanitários<sup>152</sup>.

Seu conteúdo demonstra que esta é uma disciplina que associa instalações prediais à infraestrutura urbana. Vai, assim, da higiene do edifício à da cidade. A distinção entre ambas está apenas na escala. Além disso, os temas de saneamento remetem à preocupação higienista-sanitarista do início do século, tributária de Saturnino de Brito e outros. A questão da higiene da habitação comparece desde uma perspectiva modernista, de preocupação com a insolação e ventilação.

---

<sup>151</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

<sup>152</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

Além do programa, há registro dos exames da cadeira. Para a prova escrita do 1º exame parcial, realizada no dia 15 de junho de 1949, a comissão examinadora<sup>153</sup> sorteou as seguintes questões: “a) Humidade – causas e remédios. B) Humidade por capilaridade e condensação. c) Humidade por higroscopia”<sup>154</sup>.

Já a prova escrita do 2º exame parcial, realizada em 21 de novembro de 1949, teve como pontos sorteados: “I B – Reservatórios, algibes e barragens. III B – Lixo – coleta, transporte e destino final. II C – Problema: Calcular a descarga, por segundo, de um conduto de esgoto tendo  $D=0,30$ , declividade  $I=0,010$  coeficiente  $p=0,13$  aplicando a fórmula de Bazin”.

Fica claro, a partir destas questões, que a cadeira trata do edifício e da cidade como artefatos de natureza similar, dando importância aos cálculos de sua infraestrutura. E, no que tange propriamente à cidade, remetem ao urbanismo higienista-sanitarista.

### **Urbanismo – Arquitetura Paisagista**

Nesta cadeira, ministrada na 5ª série pelo professor Edvaldo Pereira Paiva, o extenso programa (dividido em quatro partes mais arquitetura paisagista) traz os seguintes temas:

1ª PARTE – Princípios gerais. Escolas. Origem e evolução das cidades: 1º- Introdução. Definições. As tarefas do urbanista. 2º- Origem das cidades. As cidades na era primitiva e no mundo antigo. 3º- A cidade feudal e contemporânea. 4º- A cidade do futuro. Panorama histórico. As escolas urbanísticas. 2ª PARTE – Análise urbana. 5º- Traçados urbanos e rurais. Características através dos tempos. 6º- Elementos componentes das cidades. 7º- Espaços construídos. Loteamento. 8º- Espaços viários. Intersecções. 9º- Edifícios públicos e de interesse público. 10º- Agrupações de edifícios. Centros cívicos. Centros caracterizados. 11º- Espaços livres não viários. Relações com o espaço construído. 12º- O verde coletivo. Praças, parques, etc. 13º- Evolução do conceito de jardim. Resenha histórica e plásticas. 14º- Relações da vivenda com o verde coletivo. 15º- A vivenda. 16º- A vivenda proletária. Financiamento. 17º- Unidades vizinhas. Sua função. 18º- Edificações baixa e edificação alta. 19º- Saneamento, insolação, ventilação. 20º- Tipos de cidades modernas – jardins, satélites, lineares, diedlungs. 21º- Sistemas de parcelamento do solo. 22º- Saneamento dos setores urbanos insalubres. 3ª PARTE – Evolução urbana. 23º- As aglomerações na

---

<sup>153</sup> O presidente da comissão examinadora era Luiz Arthr Ubatuba de Faria, o 1º examinador, Demétrio Ribeiro Netto e o 2º examinador, Edvaldo Pereira Paiva.

<sup>154</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Op. cit.



pré-história. 24º- As cidades egípcias. 25º- As cidades assiro-caldenses. 26º- As cidades gregos e macedônicas. 27º- As cidades romanas. 28º- As cidades feudais. 29º- As cidades do Renascimento e do Barroco. 30º- As cidades contemporâneas. 4ª PARTE – Os Planos Diretores. Urbanização parcial e regional. 31º- Princípios diretores da urbanística moderna. Análise dos Planos Diretores. 32º- Trabalhos preparatórios. Levantamentos, censos, etc. 33º- O Expediente Urbano. 34º- O Zoneamento. Definições. Funções e alcance. 35º- As zonas residenciais, comerciais e industriais. Suas características. 36º- Aspectos do planejamento urbano. Aplicações práticas. 37º- Urbanização regional. 38º- Relações da urbanística com a administração municipal.

A parte da Arquitetura Paisagista será dada em 8 lições, assim discriminadas: 1. Florística brasileira. 2. Concepção de espacialidades. 3. Jardins antigos. 4. Jardins e parques modernos. 5. Jardins tropicais. 6. A vivenda e o verde. 7. A cidade e o verde. 8. Composição dos parques e jardins<sup>155</sup>.

O programa da disciplina aponta ainda que o trabalho prático teria “como finalidade desenvolver sua capacidade [do estudante] de concepção e composição”<sup>156</sup>.

Os atributos do urbanismo e as atividades a ele vinculadas são amplos. Já o paisagismo (a ele associado por também tratar do espaço externo/aberto) é significativamente menor.

Urbanismo, nesta cadeira, se refere à história das cidades, aos elementos necessários ao seu projeto, à habitação coletiva, à infraestrutura, aos planos diretores e seus instrumentos, à sua relação com a administração municipal, enfim, uma grande variedade de temas.

Além disso, como já referido, pretendia desenvolver a capacidade de “concepção e composição” – ou seja, de projetar. Nesta cadeira, Edvaldo Pereira Paiva oferecia aos estudantes do IBA toda formação necessária ao exercício do urbanismo.

Há ainda o registro dos exames da cadeira. Para a prova escrita do 1º exame parcial<sup>157</sup>, realizada no dia 15 de junho de 1949, foram sorteadas as seguintes questões: “a) Classificação dos elementos componentes das cidades; b) Vantagens do traçado rádio concêntrico; c) Desvantagens do traçado rádio concêntrico”<sup>158</sup>.

---

<sup>155</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

<sup>156</sup> Ibid.

<sup>157</sup> O presidente da comissão examinadora, Edvaldo Pereira Paiva, o 1º examinador, Luiz Arthur Ubatuba de Faria e o 2º examinador, Ernani Dias Correa.

<sup>158</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

Já a prova escrita do 2º exame parcial, realizada no dia 16 de novembro de 1949, teve como questões: “II – 2. O papel do palácio real no traçado urbano assiro-babilônico. II – 3. Babilônia, Nínive e Khersabad. III – 1. Origem e evolução da praça cívica”<sup>159</sup>.

As questões da prova confirmam esta pluralidade atributos vinculados ao urbanismo.

Pode-se afirmar, a partir dos dados coletados, que a preocupação com a cidade era, no ensino de arquitetura do IBA, pouco representativa – apenas duas cadeiras, o que representa apenas 7% do total do curso. O saber a ela associado era o da composição (análogo à arquitetura, diferindo apenas na escala), das técnicas higienistas-sanitaristas (diferindo em escala ao edifício), além de outros, como os relativos aos planos diretores e à administração municipal. Contudo, a capacitação para a composição é a norteadora da formação.

É necessário ainda, para melhor caracterizar o curso, abordar suas cadeiras que se referem à composição-projeto-desenho. Passemos a elas, brevemente.

Na cadeira de *Arquitetura Analítica*, ministrada na 1ª e 2ª séries por Ernani Dias Correa, o programa trazia os seguintes temas: Arquitetura egípcia, da antiguidade oriental, grega, romana, latino-bizantina, românica, gótica, muçulmana, renascentista, barroca, do século XVIII, seus elementos e monumentos. Trata, enfim, da história da arquitetura – suas edificações características, elementos, formas e processos construtivos.

As questões formuladas para as provas confirmam esta percepção. Para a prova gráfica do 2º exame da cadeira (1ª série), realizada no dia 18 de novembro de 1949, a comissão examinadora<sup>160</sup> organizou e sorteou as seguintes questões: “Arco Romano de triunfo. a) planta; b) fachada; c) detalhe do entablamento e do capitel”<sup>161</sup>.

Já para a prova oral do exame final de 1ª época da cadeira (2ª série), realizada em 6 de dezembro de 1949, a comissão examinadora organizou a seguinte relação de pontos: 1. Arquitetura Latina. 2. Arquitetura Bizantina. 3. Arquitetura Românica. 4. Arquitetura Gótica. 5. Arquitetura do Renascimento.

---

<sup>159</sup> Ibid.

<sup>160</sup> O presidente da comissão organizadora era Ernani Dias Corrêa, o 1º examinador, José Lutzenberger e o 2º examinador, Edgar Albuquerque Graeff.

<sup>161</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

Fica claro que é uma cadeira que requer dos estudantes, além do conhecimento histórico, a capacidade de representação dos elementos das épocas estudadas. Segundo Fiori (1992) *Arquitetura Analítica* tinha uma estrutura tradicional e era “herdeira da visão acadêmica de ensino da história da arquitetura” (FIORI, 1992: 208).

Na cadeira de *Modelagem*, ministrada na 1ª série por Fernando Corona, o programa trazia como temas: o estudo de formas arquitetônicas do passado (gregas, romanas, bizantinas, românicas, góticas, etc) através de execução de maquete em barro; estudo de formas da arquitetura contemporânea e de estruturas de concreto armado; interpretação de formas exteriores de edifícios destinados a escolas, teatros, fábricas, edifícios públicos, etc.; execução de pequenas maquetes em barro de residências de fim de semana; estudo de levantamentos topográficos por meio da execução de maquete de terreno e estudo, sem detalhe, de implantação de edifícios, de arruamento e ajardinamento; estudo de grandes formas estruturais em concreto armado da arquitetura contemporânea por meio da execução de maquetes em barro, gesso, madeira, celuloides, vidro, plástico; dentre outros.

Tratava-se de uma disciplina que pretendia ensinar, além de maquetes, os meios plásticos para a composição arquitetônica. Abordava a arquitetura do passado, as formas e a técnica construtiva contemporânea e, como consequência do estudo do lote e dos edifícios de grande porte, questões relativas às cidades e ao paisagismo – arruamento e ajardinamento, por exemplo.

Os exames desta cadeira trazem informações complementares a estas. Para a prova prática do 2º exame parcial, realizada em 16 de novembro de 1949, a comissão examinadora<sup>162</sup> sorteou o seguinte ponto:

Ponto nº 2 – Estação de água termais: Construir um plano topográfico em terreno acidentado de 300 x 150 metros e localizar e traçar a estrada geral. Determinar a vertente e o lago. Localizar o hotel com suas dependências e garages. Parque, jardins e casas particulares. O trabalho deverá ser executado em barro e deverão ser caracterizados os edifícios<sup>163</sup>.

---

<sup>162</sup> O presidente da comissão organizadora era Fernando Corona, o 1º examinador, Ernani Dias Corrêa e o 2º examinador, José Lutzenberger.

<sup>163</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

É uma questão que abarca muitas dimensões: topográfica/territorial, conexão viária, projeto dos espaços abertos, disposição de volumes com o programa de necessidades especificado. Percebe-se, a partir dela, que esta cadeira não pretendia apresentar ao estudante apenas as técnicas para construção de maquetes. Apontava também para a compreensão das relações entre terreno, programa de necessidades e espaços externos, enfim, os meios necessários ao projeto.

Na cadeira de *Teoria da Arquitetura*, ministrada na 2ª série por Demétrio Ribeiro (catedrático) e Edgar Albuquerque Graeff (contratado), o programa trazia uma lista extensa e complexa. Dava conta da arquitetura em suas variadas dimensões: compositiva, funcional, material, estrutural. E também de dimensões não propriamente arquitetônicas, como a questão social, geográfica. Abordava ainda questões históricas, já tratadas noutras cadeiras.

E, para apresentar por completo a relação entre arquitetura e arte, lidava com temas como pintura, escultura, cerâmica, música, poesia, balé, cinema. Por fim, tratava de uma grande variedade de programas de necessidades para projetos arquitetônicos. A noção de “teoria” desta disciplina é de reunião de princípios e conhecimentos fundamentais para a composição arquitetônica.

Os exames da cadeira faziam solicitações neste sentido. Para a prova escrita do 2º exame parcial, realizada em 16 de novembro de 1949, a comissão examinadora<sup>164</sup> sorteou as seguintes questões: “Arquitetura – relações com a Engenharia. Habitação – conceito moderno de habitação urbana. Escolas primárias – tipos mais comuns de partidos gerais”<sup>165</sup>.

São questões que, como o programa, tratam de temas variados – da relação entre arquitetura e engenharia, ao partido arquitetônico para escolas. Parece partir do pressuposto de relativa independência entre os campos – arquitetura e engenharia.

A cadeira de *Composições de Arquitetura* era ministrada nas 2ª e 3ª séries por Demétrio Ribeiro (catedrático) e Edgar Albuquerque Graeff (contratado). O programa da 2ª série trazia os seguintes temas: desenho de arquitetura; elementos de composição; organização do programa de necessidades; partido geral; desenvolvimento e desenho de planta baixa; estudo de áreas, espaços, volumes e circulação interna de uma habitação;

---

<sup>164</sup> O presidente da comissão examinadora era Demétrio Ribeiro, o 1º examinador, Edgar Albuquerque Graeff e o 2º examinador, Ernani Dias Corrêa.

<sup>165</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

elaboração de desenhos técnicos – cortes, fachadas, perspectivas; temas de projeto – habitação, restaurante rodoviário, escola primária<sup>166</sup>.

Já o programa da 3ª série era: temas de projeto – edifício de habitação coletiva, apartamentos, clubes, casa de veraneio, edifícios para trabalho (escritórios), para divertimento (cassino, salão de baile, teatro, auditório), para culto religioso. Em todos eles eram estudados o programa de necessidades, a relação com seu sítio, o estudo de circulações, áreas, volumes, dentre outros<sup>167</sup>.

Tratava-se de uma disciplina que pretendia capacitar o aluno para a composição/projeto – elaborar desenhos que coordenassem lote, programa de necessidades de temas variados e forma construída.

Os exames da cadeira também representavam as intenções da cadeira. Para a prova prática do 1º exame parcial, realizada em 25 de junho de 1949, a comissão examinadora sorteou a seguinte questão: “Tema: Residência Arquiteto”<sup>168</sup>. O terreno no qual o estudante deveria realizar o projeto era representado apenas como um retângulo acrescido de uma seta no centro, marcando o norte. Não havia qualquer referência ao entorno ou ao contexto. Era um trabalho de composição da obra por ela mesma, sem relação a externalidades.

Para a prova prática do 2º exame parcial, realizada em 18 de novembro de 1949, foi sorteada a seguinte questão:

Projetar uma capela para o culto católico, com capacidade para 200 fiéis. Terreno plano. [há um quadrado encimado pelo número 70, com uma seta indicando o norte]. Planta geral – 1:200; Planta – 1:100; Cortes – 1:100; Fachadas – 1:100 ou perspectiva geral; Detalhes elucidativos em perspectiva<sup>169</sup>.

Era, enfim, uma disciplina de composição de arquitetura.

Na cadeira de *Composição Decorativa*, ministrada na 3ª série por José Lutzenberger<sup>170</sup>, o programa trazia como temas: a conceituação e comentário histórico sobre arte e composição decorativa; o processo de estilização; a técnica: na arquitetura e

---

<sup>166</sup> Ibid.

<sup>167</sup> Ibid.

<sup>168</sup> Ibid.

<sup>169</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

<sup>170</sup> Como anota Fiori (1992) a cadeira começa a funcionar em 1947, com Ernani Dias Corrêa como professor. Em 1949, José Lutzenberger a assume.

no urbanismo; os motivos (geométricos, da flora, da fauna, a figura humana); a composição decorativa nos vários estilos arquitetônicos; as técnicas da composição decorativa com emprego de pedra, metais, madeira, cerâmica vitral, mosaicos, vidro e luz artificial; a composição decorativa de interiores residenciais (mobiliário, guarnições e tapeçarias) e de exteriores residenciais (fontes, bancos, pérgolas, portões, etc.); a composição decorativa de interiores de grandes estabelecimentos comerciais, de edifícios de diversões (teatros, cinemas, cassinos, “boites”, etc.), de hotéis, balneários e restaurantes, de edifícios públicos, religiosos; entre outros.

Tratava-se de uma disciplina que pretendia desenvolver no estudante a capacidade de compor decorativamente belos interiores de programas variados (como teatros, cinemas, cassinos, boates).

A prova prática do 2º exame parcial, realizada em 21 de novembro de 1949, teve como questão: “Canto de uma sala de música. Composição do conjunto – parte e de um detalhe – parte ornamental”<sup>171</sup>. Já os pontos a serem sorteados para a prova oral do exame final de 1ª época, de 13 de dezembro de 1949, foram os seguintes: “1. Sala com lareira. 2. Vestíbulo para escola superior. 3. Pequeno jardim murado. 4. Entrada para cinema. 5. Entrada de casa comercial (modas). 6. Pavilhões para exposição no interior”<sup>172</sup>.

Fica claro que é uma cadeira que pretendia desenvolver no estudante a habilidade para a composição arquitetônica da pequena escala interior. Era uma cadeira que, como anota Fiori (1992), “envolve projeção e concepções estéticas” (FIORI, 1992: 222).

A cadeira de *Grandes Composições de Arquitetura* era ministrada nas 4ª e 5ª séries. Segundo a documentação do IBA, ela deveria estar sob responsabilidade de Jorge Machado Moreira, arquiteto gaúcho radicado no Rio de Janeiro e que participou, em 1936, do projeto do Ministério da Educação e Saúde<sup>173</sup>, obra paradigmática da arquitetura moderna brasileira. Contudo, ele jamais a assume. Conforme Fiori (1992), Moreira encontra melhores oportunidades no Rio de Janeiro. Assim, “Demétrio Ribeiro acaba também assumindo *Grandes Composições*, quando a primeira turma do curso chega à 4ª série, em 1948” (FIORI, 1992: 233).

---

<sup>171</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Op. cit.

<sup>172</sup> Ibid.

<sup>173</sup> A equipe que elaborou o projeto do Ministério de Educação e Saúde foi composta por Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Ernani Vasconcellos, Jorge Machado Moreira e Oscar Niemeyer. Le Corbusier vem ao Brasil na qualidade de consultor do projeto.

O programa revela o seguinte: “Os trabalhos consistirão na execução de anteprojetos sobre temas concreto dados pelo Prof. e sob orientação direta deste”<sup>174</sup>. Estes temas seriam “escolhidos e desenvolvidos com a preocupação fundamental de exercitar o aluno na composição de conjuntos espaciais, com especial atenção para conjugação dos espaços exteriores com os esp. interiores”<sup>175</sup>.

As etapas de desenvolvimento de cada trabalho eram:

a) Preleção sobre o tema e discussão do mesmo. b) Elaboração do programa detalhado de necessidades, com sugestões dos alunos e discussão em aula. c) Análise dos espaços funcionais requeridos pelo programa. d) Análise das condições do terreno: acesso, orientação e topografia. e) Execução do esboço de conjunto. f) Exposição e crítica dos esboços, com discussão na aula. g) Execução do anteprojecto<sup>176</sup>.

Os temas sobre os quais os estudantes deveriam trabalhar eram:

1- Edifícios governamentais: 1) Palácios para Chefes de Nações; 2) Edifícios para representações diplomáticas; (...). 2- Edifícios para Educação Física: 1) Ginásios e recintos cobertos para exibições; 2) Praças para esportes atléticos; (...). 3- Edifícios para Educação Intelectual: 1) Edifícios para instrução primária; 2) Edifícios para instrução secundária; (...). 4- Edifícios religiosos: 1) Igrejas e catedrais; 2) Seminários; (...). 5- Edifícios funerários: 1) Túmulos; 2) Cemitérios; (...). 6- Edifícios Judiciários: 1) Palácios da Justiça; 2) Penitenciárias. 7- Edifícios destinados às Finanças: 1) Edifícios para bancos; 2) Edifícios para organizações financeiras. 8- Edifícios para meios de transporte: 1) Gares finais; 2) Gares de passagem. (...). 9- Edifícios para Assistência Social e Saúde Pública: 1) Creches; 2) Albergues; (...). 10- Edifícios para repouso e divertimento: 1) Edifícios para estação de férias, na montanha; 2) Edifícios para estação de férias, na praia; (...)<sup>177</sup>.

Percebe-se que esta era uma disciplina de elaboração de composições de arquitetura de grande porte e com programas complexos. As questões formuladas para os exames o confirmam. Veja-se apenas dois exemplos.

---

<sup>174</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

<sup>175</sup> Ibid.

<sup>176</sup> Ibid.

<sup>177</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

A prova prática para o 1º exame parcial da 4ª série<sup>178</sup>, realizada em 21 de junho de 1949, teve como ponto sorteado:

Tema: Sede de uma central sindical, compreendendo – Hall c/ suas dependências; Grande sala de reuniões (3.000 p); 4 salas de reuniões (411 p); 14 locais p. sede de sindicatos. 1 biblioteca. Terreno [retângulo de 70 x 130 metros, sem cidade ou entorno]. Planta principal 1/200; Outras plantas 1/500; Um croqui vista aérea<sup>179</sup>.

Já a prova prática do 1º exame parcial da 5ª série, realizada também em 21 de junho de 1949, teve como ponto sorteado:

Tema: Um conjunto de habitações para 100 famílias, compreendendo. Apartamentos em um ou mais blocos. Local coberto para jogos de crianças. Play-grounds, jardins e acesso veicular. Terreno [retângulo de 60x200, com 5% escrito no centro]. Apresentar planta térrea 1/500 e planta de 1 apartamento a 1/200. Um croquis perspectivo de conjunto<sup>180</sup>.

A exceção às cadeiras que se referem à cidade, mas que traz questões a ela vinculadas, é a de *Legislação – Economia Política*, ministrada por Max Waldemar Lubke. Dentre os diversos temas tratados em seu programa, constam dois pontos que merecem destaque. São eles: “18 – Alinhamentos, loteamentos, zoneamentos, planos diretores de urbanização. (...) 24 – Serviços de utilidade pública; execução e exploração. Impostos e taxas incidentes sobre as propriedades urbanas e rurais”<sup>181</sup>.

Não é possível identificar exatamente o enfoque dado pelo professor aos temas.

## 2.4. O curso de Urbanismo do IBA

A criação do curso de urbanismo do IBA foi proposta e aprovada na reunião do CTA de 28 de março de 1947. Nela, outras decisões importantes para o curso foram tomadas.

---

<sup>178</sup> O presidente da comissão examinadora era Demétrio Ribeiro Netto, o 1º examinador, José Lutzenberger e o 2º examinador, Edgar Albuquerque Graeff.

<sup>179</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Op. cit.

<sup>180</sup> Ibid.

<sup>181</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.



A ata desta reunião registra que, “pela nova organização dada aos cursos de arquitetura, no país, o Curso de Urbanismo passará a constituir um curso à parte, com uma seriação de dois anos”<sup>182</sup>.

Determinava-se que fosse “observada, para o novo curso, a organização dada ao seu congênera da Faculdade Nacional de Arquitetura, até que seja aprovado pelo Ministério da Educação um regimento próprio”<sup>183</sup>. Novamente o curso do Rio de Janeiro servia de referência ao ensino do Instituto gaúcho.

Estabeleceu-se ainda o número de 10 vagas (que não serão preenchidas quando o curso começar). Foram convidados “os professores Luiz Arthur Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva para emprestar o seu concurso à iniciativa”<sup>184</sup>.

Por fim, o diretor do Instituto esclarecia, nesta mesma reunião, os motivos de sua criação. Ele:

achava que se poderia abrir-se [o Curso de Urbanismo] ainda este ano, que havia alguns candidatos interessados nesse curso, sendo todos engenheiros do Governo, os quais, estando exercendo funções de urbanistas, solicitavam à Direção, com muito empenho, que se inaugurasse já o novo curso, como medida que viria beneficiar grandemente a própria administração pública<sup>185</sup>.

Cabe destacar que, como deixa claro o trecho da ata, quem exercia as “funções de urbanista” na administração pública eram os engenheiros. Não há referência ao interesse ou ao exercício do urbanismo por parte de arquitetos. Mesmo assim, o curso admitiria somente engenheiros e arquitetos diplomados em seu corpo discente<sup>186</sup>.

Além das razões já descritas – atendimento à demanda de profissionais locais e meio de beneficiar a administração pública – o texto *A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul. Iniciativa do Instituto de Belas Artes*, de Edvaldo Pereira Paiva, presumivelmente do ano de 1947, apresentava outras. Está ali referido:

---

<sup>182</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada no dia 28 de março de 1947.

<sup>183</sup> Ibid.

<sup>184</sup> Ibid.

<sup>185</sup> Ibid.

<sup>186</sup> Como comenta Edvaldo Pereira Paiva, o Curso de Urbanismo era “um curso de especialização onde só são admitidos engenheiros e arquitetos devidamente diplomados”. PAIVA, Edvaldo Pereira. *A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul. Iniciativa do Instituto de Belas Artes*. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. S.I. 1947-1948?]. 3f.

A etapa industrial em que vamos entrar aguçará sobremaneira os atuais problemas de algumas de nossas urbes e o primeiro passo para podermos fazer face a essa situação será a formação imediata de técnicos urbanistas nossos, de muitos técnicos, que se encarreguem de resolver esses problemas e orientar de uma maneira planejada o crescimento de nossas aglomerações<sup>187</sup>.

Por fim, Paiva conclui que a criação do curso de urbanismo preencheria “uma visível lacuna” e teria “ótimos efeitos sobre os futuros trabalhos de urbanização”<sup>188</sup>.

Em síntese, segundo a documentação pesquisada, se pode afirmar que o curso de urbanismo foi criado por pelo menos três razões: I- pelo interesse de engenheiros da administração pública em qualificar suas ações. II- como forma de contribuir com a administração municipal no enfrentamento dos desafios da urbanização do Estado – argumento já usado por Tasso Corrêa noutra ocasião; III- pela exigência de se enfrentar demandas advindas da industrialização e do crescimento urbano.

Quase um mês após sua aprovação, o curso de urbanismo voltou à pauta da reunião do CTA. Em 24 de abril de 1947, o diretor do Instituto comunicou que “já se encontrava aberta a inscrição no Concurso de Habilitação ao Curso de Urbanismo, havendo se apresentado quatro candidatos”<sup>189</sup>. O curso passou a funcionar neste ano.

O currículo, seriação e professores do curso estão descritos no Quadro 11. Para construí-la foram usadas suas cadernetas de frequência e o relato de Edvaldo Pereira Paiva.

Quadro 11: Seriação do Curso de Urbanismo do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

<b>SERIAÇÃO DO CURSO DE URBANISMO DO IBA<sup>190</sup>.</b>		
<b>Ano</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Professor</b>
1º ano	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades I; 2. Evolução Urbana I; 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística 4. Técnica Sanitária Urbana – Serviço de utilidade pública;	Edvaldo Pereira Paiva Edvaldo Pereira Paiva Luiz Arthur Ubatuba de Farias Luiz Arthur Ubatuba de Farias
2º ano	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II;	Edvaldo Pereira Paiva

<sup>187</sup> Ibid.

<sup>188</sup> Ibid.

<sup>189</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de abril de 1947.

<sup>190</sup> O nome das disciplinas, sua posição na seriação do curso e o nome de seus professores foram obtidos a partir do cruzamento de três documentos: A ata da sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 23 de maio de 1947; o texto-entrevista, “A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul. Iniciativa do Instituto de Belas Artes”, presumivelmente de 1947, de Edvaldo Pereira Paiva; e as cadernetas de frequência das disciplinas. Há, em alguns momentos, falta de correspondência entre os nomes das disciplinas apresentadas nestes textos. Optamos por usar os nomes que constam nas cadernetas de frequência.

	2. Evolução Urbana II; 3. Arquitetura Paisagista; 4. Organização social das cidades  5. Administração Municipal	Edvaldo Pereira Paiva Edvaldo Pereira Paiva Luiz Arthur Ubatuba de Farias Waldemar Lubke
--	---	---

Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada no dia 28 de março de 1947; PAIVA, Edvaldo Pereira. A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul. Iniciativa do Instituto de Belas Artes. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. S.I. 1947-1948?]. 3f; INSTITUTO DE BELAS ARTES. Cadernetas de Frequência.

Percebe-se que os professores Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Arthur Ubatuba de Faria, ambos engenheiros, ministravam quase a totalidade das cadeiras. Waldemar Lubke, bacharel em direito, ministrava apenas uma, vinculada à sua titulação. Cabe nota a total ausência de arquitetos na condição de professores do curso.

Sua orientação era, como afirmava Paiva, “eminentemente prática. Em nossas cadeiras procuramos fazer executar pelos alunos temas não só objetivos como também aplicação prática”<sup>191</sup>. A relação entre o ensino e o exercício profissional era bastante estreita.

Os alunos, além de “estudarem um tema interessante e objetivo, que inclui desde a escolha do terreno até o projeto final, terão um estímulo, o de estarem fazendo obra para a coletividade resolvendo problemas de nossa vida urbana, com a certeza de verem o seu trabalho executado”<sup>192</sup>. Buscava-se que o vínculo entre exercícios didáticos e problemas concretos auxiliasse os poderes públicos e inserisse os estudantes na vida profissional.

Os quatro primeiros estudantes do curso, listados nas cadernetas de frequência do ano de 1947, foram: Carlos Alberto de H. Mendonça, Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins, Sérgio Corrêa. Sobre eles, Edvaldo Pereira Paiva comenta que:

a criação do curso de urbanismo foi tomada em face do interesse demonstrado por alguns de nossos técnicos, os quais em número de quatro, estão atualmente matriculados. Entre êsses alunos se encontram três engenheiros formados pela nossa Escola de Engenharia e um arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes. Dessa

<sup>191</sup> PAIVA, Edvaldo Pereira. A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul. Iniciativa do Instituto de Belas Artes. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. S.I. 1947-1948?]. 3f.

<sup>192</sup> PAIVA, Edvaldo Pereira. A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul. Iniciativa do Instituto de Belas Artes. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. S.I. 1947-1948?]. 3f.

maneira o Instituto quiz satisfazer a atual necessidade presente de técnicos urbanistas<sup>193</sup>.

Desta primeira turma, Carlos Mendonça suspende o curso temporariamente, retomando-o no ano seguinte, 1948. Os outros três colam grau em 13 de abril de 1949<sup>194</sup>.

O paraninfo desta primeira turma de formandos foi Oscar Niemeyer. Aveso ao avião, veio a Porto Alegre de taxi desde o Rio de Janeiro<sup>195</sup>.

A cerimônia ocorreu no auditório Tasso Corrêa, no IBA. Participaram dela, além dos três estudantes e do paraninfo, os professores Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Arthur Ubatuba de Faria, o diretor do IBA, Tasso Corrêa, o representante do Estado, capitão Carlos Pandolfo, dentre outros.

O orador da turma, Francisco Riopardense de Macedo, “proferiu um discurso muito equilibrado e interessante, no qual salientou os principais trabalhos executados pela turma durante o curso”<sup>196</sup>.

O paraninfo, por sua vez, “deu então uma nota de absoluta originalidade no Estado”, fazendo conferência sobre a arquitetura brasileira. A revista Espaço fez a seguinte referência à passagem de Niemeyer pela cidade:

Fez duas conferências ilustradas com projeções. Uma mesa redonda na residência do prof. Corona. Mostrou muita coisa bonita e viu muita coisa feia. Deixou conselhos e recomendações aos futuros arquitetos de Porto Alegre, ditadas pela sua experiência de grande arquiteto e de conhecedor profundo de nossa realidade social. Contrastando com as suas ideias revolucionárias na arquitetura, prefere o taxi ao avião e volta ao Rio deixando a “Espaço” a sua amizade<sup>197</sup>.

A segunda turma de estudantes do curso de urbanismo foi composta por Carlos Alberto de H. Mendonça (retomando os estudos), Edgar de Albuquerque Graeff e José Júlio Wite Corrêa. A terceira, ainda menor, contou apenas com Alfredo Leboutte e Mário José Corrêa. Não foram encontrados registros de diplomação de uma segunda

---

<sup>193</sup> Ibid.

<sup>194</sup> COLOU grau, ontem, no IBA da Universidade, a 1ª turma de urbanistas do Brasil. Foi paraninfo o arquiteto Oscar Niemeyer. Diário de Notícias, Porto Alegre, ano XXIV, n.38, p.7, 14 abr. 1949. In. SIMON, Círio. Vestígios de Oscar Niemeyer em Porto Alegre. [s.l., 2004-2005?]. 33f.

<sup>195</sup> ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo- Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n° 3, jun., 1949: 11.

<sup>196</sup> COLOU, Op. cit.

<sup>197</sup> ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo- Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun., 1949: 11.

turma de urbanistas. A experiência do curso de urbanismo do IBA teve, assim, apenas oito estudantes.

A seguir (Figuras 2 a 5) são apresentadas fotografias de momentos da colação de grau da primeira turma de urbanistas do IBA.

#### 2.4.1. Cadeiras e conteúdos do curso de urbanismo

Serão tratados, agora, os conteúdos das disciplinas do curso de urbanismo do IBA. Eles foram obtidos, fundamentalmente, nas cadernetas de frequência das disciplinas onde, além do registro das presenças, eram anotados os conteúdos trabalhados em cada dia de aula. Não é possível abranger todas as disciplinas já que, em alguns casos, os professores não fizeram anotações em suas cadernetas. Além delas, foram buscadas informações complementares em documentos das pastas funcionais dos professores do curso. Eles estarão referenciados após as figuras.



Figura 2: Cerimônia de colação de grau da primeira turma de formandos do curso de urbanismo do IBA. Da esquerda para a direita: Edvaldo Pereira Paiva, Luiz Arthur Ubatuba de Faria, Francisco Riopardense de Macedo, desconhecido, Tasso Bolivar Dias Corrêa, Oscar Niemeyer, Capitão Carlos Pandolfo, Sérgio Corrêa, Nelly Peixoto Martins, desconhecido. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.



Figura 3: Cerimônia de colação de grau da primeira turma de formandos do curso de urbanismo do IBA. Francisco Riopardense de Macedo assina documento. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.



Figura 4: Cerimônia de colação de grau da primeira turma de formandos do curso de urbanismo do IBA. Oscar Niemeyer em sua conferência. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.



Figura 5: Encontro entre Oscar Niemeyer e a integrantes da primeira turma de urbanistas diplomados pelo curso do IBA. Da esquerda para a direita: Nelly Peixoto Martins, Sérgio Corrêa e Francisco Riopardense de Macedo. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

### **Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II.**

As duas cadeiras foram ministradas por Edvaldo Pereira Paiva. Contudo, o tema prático da 2ª série do ano de 1948 é assinado por ele e por Luiz Arthur Ubatuba de Faria.

Conforme a caderneta de frequência da 1ª série do ano de 1947 os conteúdos foram, resumidamente, os seguintes: origem do urbanismo e da urbanística, dinâmica das cidades, as escolas urbanísticas, a cidade do futuro, relação da urbanística com outras ciências, geografia urbana, forma urbana, determinantes do traçado urbano, traçado xadrez, elementos componentes da cidade, espaços construídos, quarteirões e sua especialização funcional, espaços viários, praças e espaços livres, verde coletivo, edificações públicas e de interesse público, unidades vicinais (bairros autônomos), tipos de cidades modernas (cidades jardim, satélites), dentre outros.



O tema do trabalho prático desenvolvido neste ano foi: “uma cidade satélite, para operários ferroviários junto às futuras oficinas centrais da V.F.R.G.S.” na cidade de Santa Maria. Edvaldo Pereira Paiva se refere a este trabalho, ao dizer que:

na cadeira de ‘Teoria e planos de cidades’ os alunos estão atualmente projetando a futura ‘Cidade Ferroviária’ de Santa Maria, a ser construída junto às oficinas do Km 7. Para isso, a direção do Instituto entrou em contato com o Dr. Manuel Pereira, diretor da Viação Férrea, o qual gentilmente nos forneceu as plantas e dados necessários. Terminado o trabalho será entregue á Viação Férrea, como contribuição do Instituto<sup>198</sup>.

Em linhas gerais, o trabalho consistia na escolha do lugar de implantação do núcleo, na reunião de dados necessários à proposta, e na preparação do projeto. O programa definido para o tema era o seguinte: “a) vivendas – unifamiliares e coletivas; b) edifícios públicos - Administração, abastecimento, centros de transporte, ensino, previdência social, divertimentos; c) espaços viários e livres diferenciados”.

Para este trabalho deveriam ser apresentados:

a) Planta geral, na escala 1:1000; b) Planta do zoneamento e circulação, na escala 1:1000; c) Detalhe do centro caracterizado, na escala 1:250 e perspectiva; d) Tipos de vivendas familiares e coletivas; e) Esboços dos principais edifícios públicos em planta e perspectiva; f) Perspectiva do conjunto; g) Dados do inquérito prévio; h) Memória descritiva<sup>199</sup>.

Os painéis elaborados por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea são apresentados nas Figuras 6 a 10.

---

<sup>198</sup> PAIVA, Edvaldo Pereira. A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul. Iniciativa do Instituto de Belas Artes. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. S.I. 1947-1948?]. 3f.

<sup>199</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. 1ª série. Porto Alegre, 1947. 1f.

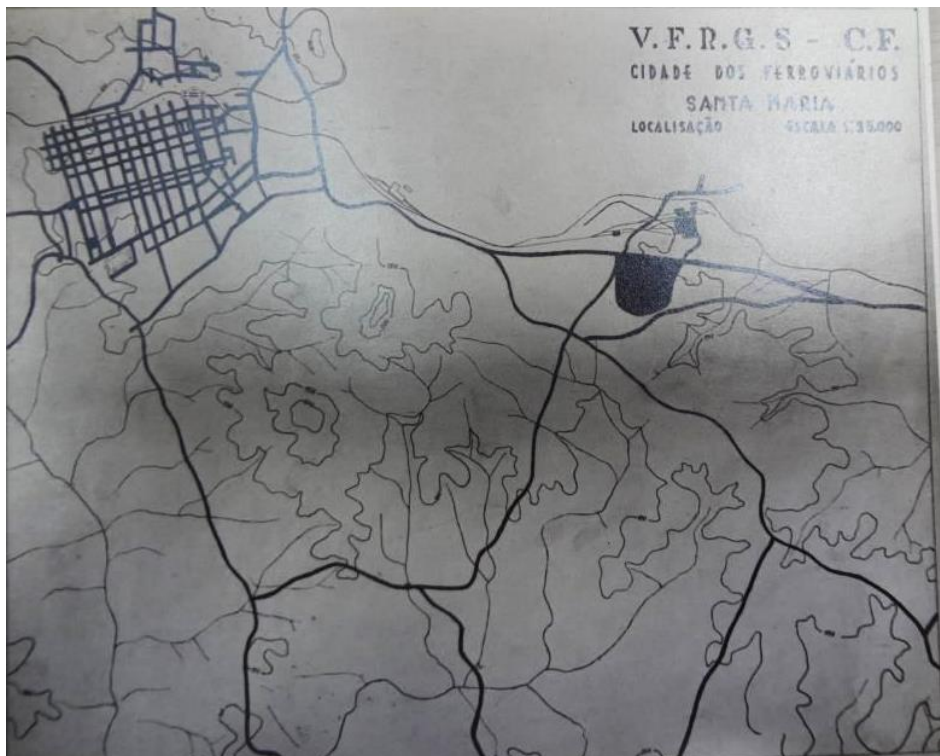


Figura 6: Exercício da cadeira *Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

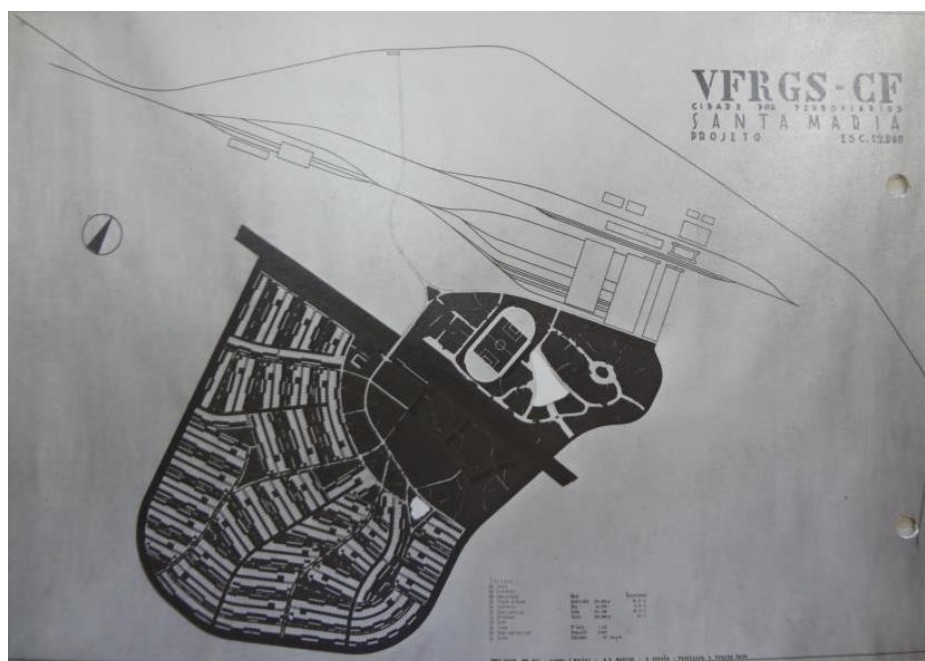


Figura 7: Exercício da cadeira *Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.



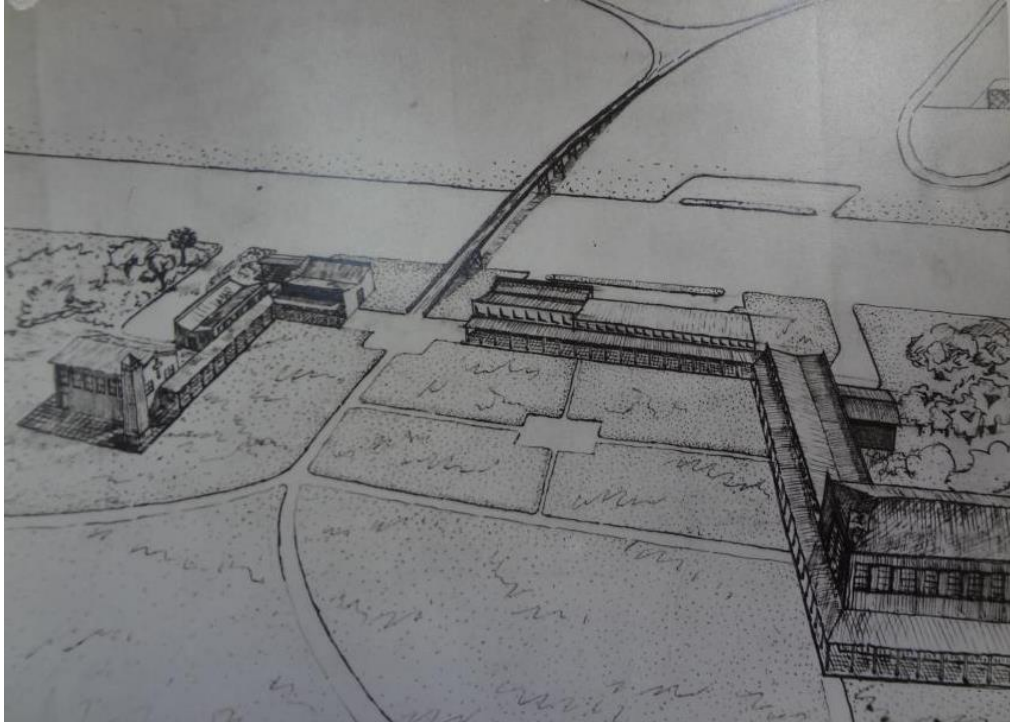


Figura 10: Exercício da cadeira *Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

No ano seguinte, 1948, a caderneta de frequência da 2ª série registra conteúdos assemelhados. As diferenças são, por exemplo: a cidade moderna (planos locais, regionais e nacionais), cidade moderna (regulamentos de construção), estudo de planos diretores, dentre outros. Boa parte dos encontros desta disciplina é ocupada pela atividade “tema prático”, que nos parece ser o desenvolvimento da atividade final da disciplina. Além disso, há aulas dirigidas à preparação do expediente urbano.

A caderneta de frequência fixava três exercícios. O primeiro tinha como tema a elaboração de uma colônia de trabalhadores agrícolas, caracteristicamente rural, com serviços comunais próprios e organização para o trabalho e o descanso, junto a uma linha férrea. Deveriam ser apresentados croquis da proposta.

O segundo exercício trazia o tema “projeto de um bairro residencial operário a ser construído em uma cidade existente, junto a um matadouro-frigorífico”<sup>200</sup>, próximo à cidade de Tupanciretã-RS. O projeto deveria prever “um núcleo residencial para 1.500

---

<sup>200</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. 2ª série. Porto Alegre, 1948.

operários e suas famílias, como todos os órgãos necessários a vida coletiva”<sup>201</sup>. Deveriam ser apresentados: “a) Planta do projeto geral (1:4.000); b) Os detalhes necessários; c) Exposição sobre o partido adotado”<sup>202</sup>.

O terceiro exercício anotado deveria ser elaborado ao longo dos dois anos da disciplina. Tinha como tema a organização de um pré-plano para a cidade de Rio Grande. Deveriam ser apresentadas “em lâminas pintadas de guaxe, os diferentes aspectos do Expediente prévio e PréPlano”.

As informações deveriam ser as seguintes: Situação geográfica e função da cidade; topografia e clima; evolução histórica; a cidade atual: órgãos, sistema viário, distribuição da população, organização econômica, social e administrativa; préplano: zoneamento, localização dos órgãos da cidade remodelada, circulação e verde, divertimento e repouso; detalhes: cais e saneamento; centros de interesse, com perspectivas; paisagismo; memória descritiva com a apresentação do material gráfico e fotográfico.

Percebe-se, pelos conteúdos ministrados e pelos trabalhos, que esta era uma disciplina atenta à forma da cidade e que tinha como produto desenhos técnicos. Nela, a cidade é artefato, objeto de composição-desenho-projeto.

## **Evolução Urbana I e II.**

As duas cadeiras de evolução urbana foram ministradas por Edvaldo Pereira Paiva. Na caderneta de frequência da 1ª série do ano de 1947 os conteúdos são, resumidamente, os seguintes: cidades na pré-história, egípcias, assíro-babilônicas, gregas, romanas, dentre outras.

O trabalho prático desenvolvido no segundo semestre de 1947 teve como tema o “estudo analítico da evolução das cidades, desde a pré-história, incluindo as aglomerações desta etapa e as cidades egípcias, assíro-babilônicas, gregas, romanas, feudais, do Renascimento e atuais e as previsões para o futuro”<sup>203</sup>. Ele deveria ser apresentado “em lâminas que conterão documentação, em forma gráfica, dos elementos, agentes, causas e fatores que atuam pra definir, formar e acentuar o caráter e a

---

<sup>201</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. 2ª série. Porto Alegre, 1948.

<sup>202</sup> Ibid.

<sup>203</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Evolução Urbana. 1ª série. Porto Alegre, 1947. 1f.



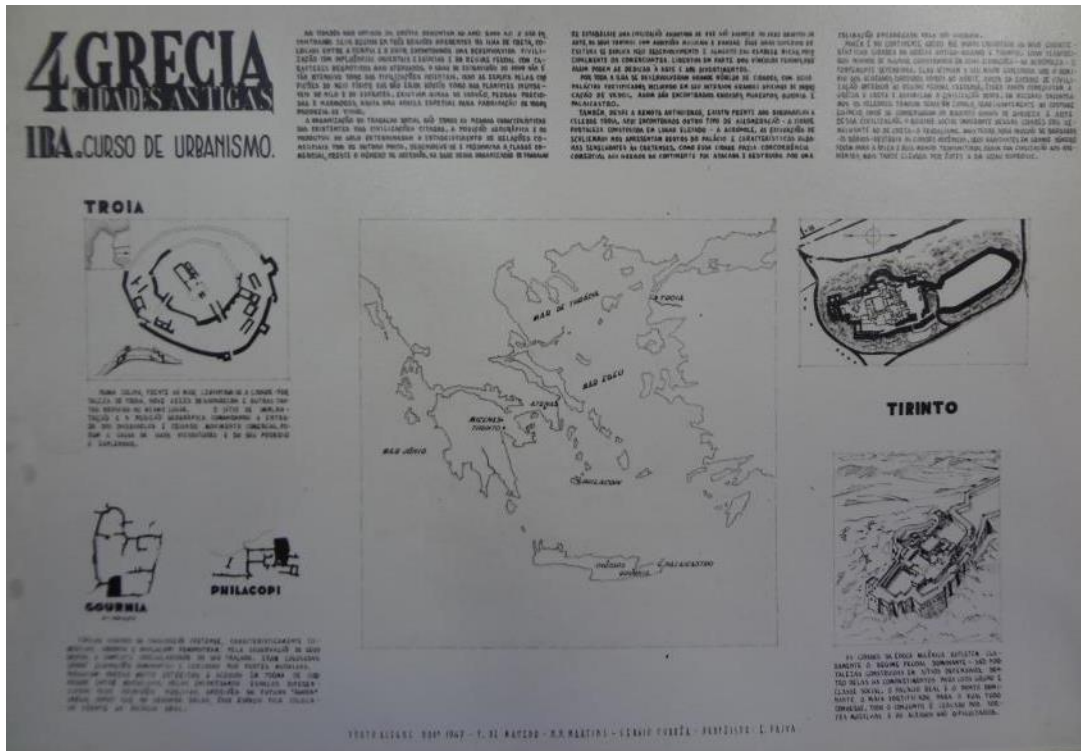


Figura 12: Exercício da cadeira *Evolução Urbana* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Córrea. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.



Figura 13: Exercício da cadeira *Evolução Urbana* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Córrea. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.



Figura 14: Exercício da cadeira *Evolução Urbana* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

## Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística.

Esta cadeira foi ministrada por Luiz Arthur Ubatuba de Faria. Em sua pasta funcional, há uma breve descrição dos conteúdos ministrados nela. São eles:

Fatores geográficos, topográficos, geológicos, fitológicos, meteorológicos, climáticos e demográficos na formação das cidades. Classificação arquitetônica. Estudo dos valores imobiliários. Estatística urbana. Plantas e documentação fotográfica para reconstituição dos diferentes períodos da história de uma cidade. Fenômenos sociais, políticos, econômicos e religiosos da cidade<sup>205</sup>.

As cadernetas de frequência trazem mais detalhes. A da 1ª série de 1947 descreve, resumidamente, o seguinte conteúdo: geografia humana (origem e evolução dos núcleos, o homem e o meio, expansão do homem sobre a terra, limites antropogeográficos), técnica sanitária e estatística, trânsito urbano (variação, densidade, previsão, rede viária), vias públicas, passagens em desnível, praças de trânsito,

<sup>205</sup> URBANOLOGIA – Documentação Urbanística. [Pasta Funcional de Luiz Arthur Ubatuba de Faria. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 1947-1948?]. 1f.



estacionamento, fórmulas e cálculos de trânsito, transportes coletivos (ônibus, bondes, metropolitanos, aéreos), subdivisão urbana do solo (quarteirões, lotes), zoneamento, nivelamento e fotografias do local, além de várias aulas de trabalho prático. Não foi encontrado o exercício final.

Já a caderneta da 1ª série de 1948 registra conteúdos assemelhados. Alguns poucos são diferentes como, por exemplo: valores imobiliários, estatística urbana.

Esta é uma cadeira que trata a cidade em aspectos variados – o trânsito, o parcelamento do solo, medidas técnicas de cálculo, zoneamento. Não lida com a forma urbana ou sua composição volumétrica. Ocupa-se, isto sim, de sistemas, redes, técnicas.

### **Técnica Sanitária Urbana – Serviço de utilidade pública.**

Esta disciplina foi ministrada por Luiz Arthur Ubatuba de Faria. Em sua pasta funcional, há uma breve descrição dos conteúdos ministrados nela. São eles:

Influência da situação geográfica. Fatores meteorológicos, geológicos e topográficos. escoamento das águas pluviais e de esgoto. Abastecimento d'água e de utilidades econômicas. Resíduos urbanos. Ruidos urbanos. Poluição atmosférica. Serviços de água e esgotos. Luz, força, gás e telefone. Transportes urbanos<sup>206</sup>.

As cadernetas de frequência trazem mais detalhes. As da 1ª série de 1947 e de 1949 descrevem, resumidamente, os seguintes conteúdos: climatologia, ventos reinantes, correntes marítimas, umidade, sistemas de drenagem, redes de esgoto pluvial, canais, sistemas de esgoto cloacal, tratamento de efluentes, abastecimento de água, decadência dos setores urbanos pela densidade excessiva de população, favelas, mucambos, vivenda insalubre, aspecto higiênico e moral, ordem social, segurança, dentre outros.

São conteúdos vinculados, por um lado, à infraestrutura urbana e, de outro, ao enfrentamento do processo de favelização. Destaca-se a perspectiva higienista-sanitarista e moral relacionada à reforma de áreas pobres proposta pela cadeira.

---

<sup>206</sup> TÉCNICA Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública. [Pasta Funcional de Luiz Arthur Ubatuba de Faria. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 1947-1948?]. 1f.

### **Arquitetura Paisagista.**

A caderneta de frequência desta cadeira não registra o nome do professor que a ministrou. Contudo, acreditamos que ela tenha sido ministrada por Edvaldo Pereira Paiva, já que a caligrafia das anotações se assemelha à de outras anotadas por ele.

A caderneta da 2ª série de 1948 assinala, resumidamente, o seguinte conteúdo: paisagística e sua importância nos planos urbanos, importância do verde nas condições sanitárias da cidade, distribuição e porcentagem dos espaços verdes nos centros urbanos, praças, jardins, parques, evolução do traçado dos jardins, decoração de parques e jardins (pérgolas, escadas, patamares, obras de arte, efeitos de luz e cor).

É uma disciplina de composição de áreas abertas.

### **Organização social das cidades.**

Esta cadeira foi ministrada por Luiz Arthur Ubatuba de Faria. A caderneta de frequência da 2ª série de 1948 registra, resumidamente, os seguintes conteúdos: organização social das cidades através da história, aspectos humanos da organização social, documentação e estatística, bairros industriais, comerciais, moradia individual e coletiva, urbanização de bairros de residência (casas coletivas e individuais), habitação (história, dependência do material local, adaptação ao clima, aspectos sociológicos).

É uma disciplina que aborda a dinâmica social da cidade, não sua forma.

### **Administração Municipal.**

Esta cadeira foi ministrada pelo professor Waldemar Lubke. Na caderneta de frequência desta cadeira não estão anotados os conteúdos ministrados. Apresenta somente lista de estudantes.

Pode-se dizer, resumidamente, a partir da leitura dos conteúdos das disciplinas, que o curso formava urbanistas capacitados para tratar aspectos variados da cidade. O programa oferecido era extenso e diverso. Lidava com o fenômeno urbano a partir de sua história, das infraestruturas, das relações sociais que encerra, de sua relação com a administração pública.

Esta pluralidade de temas incorporava à formação uma dimensão não apenas profissionalizante (capacitação de quadros técnicos), mas também social e política. O centro dessa formação residia na cadeira *Teoria e Prática dos Planos de Cidades*,

momento de articulação entre os diversos conteúdos ministrados nas demais cadeiras. Seu exercício final era, fundamentalmente, de elaboração de um “plano” na grande escala.

## **2.5. 12 dias que abalaram o urbanismo no RS? O curso de Cravotto no IBA**

A importância de Mauricio Cravotto (Figura 15), arquiteto-urbanista e professor uruguaio, na afirmação do campo<sup>207</sup> do urbanismo no Rio Grande do Sul é fato reconhecido pela literatura (Almeida, 1996; Rovati, 2007; Almeida, 2009; Almeida & Souza, 2010). Sua ligação com profissionais e estudantes gaúchos – seja recebendo-os em Montevideu ou a partir de sua estada em Porto Alegre – contribuiu com a orientação do modo de pensar e fazer urbanismo no sul do país.

Uma decisiva etapa desta relação é sua vinda à Porto Alegre para ministrar um curso de 12 dias aos estudantes dos cursos de arquitetura e de urbanismo do IBA. Todavia, a investigação sobre o período de permanência de Cravotto no sul do Brasil e os conteúdos que ministrou na capital gaúcha ainda merece dedicado olhar.

Como se deram os primeiros contatos e o convite para sua vinda? Que conteúdo efetivamente trabalhou no curso? Que abordagem apresentou aos estudantes sobre a cidade e o urbanismo?

O uruguaio Antonio Mauricio Rodrigo Cravotto Schiavon (1893-1962) diplomou-se arquiteto em 1917 na Faculdade de Arquitetura da Universidade da República do Uruguai, em Montevideu. Seu currículo<sup>208</sup> é extenso e recheado de

---

<sup>207</sup> Usamos aqui a noção de campo de Bourdieu (2004). Um mundo social relativamente autônomo onde estão inseridos agentes e instituições que produzem, reproduzem ou difundem princípios de verificação sobre o “real”, métodos comuns de validação de teses e hipóteses; espaço de reconhecimento de temas e problemas que fazem parte de seu universo de preocupação.

<sup>208</sup> O currículo de Cravotto é tratado por Almeida (1996; 2009), Rovati (2007), e Almeida & Souza (2010). Além disso, há nos arquivos do Instituto de Belas Artes o “Curriculum Vitae del Profesor Arquitecto Mauricio Cravotto” que, por estar escrito em espanhol, cremos ter sido redigido por ele próprio. Refere este documento: “Graduado em 1917; Medalla de oro de la Universidad; Exoneración de derechos de título; Beca Diplomática de la Universidad por dos años. 1917; Viajó varias veces pos Estados Unidos y Europa; Alumno de Urbanismo y Geografía Huana del Prof. Léon Jausseley. Paris, 1920; Professor de Arquitectura y de Urbanística em la Facultad de Arquitectura de Montevideo. Há cumplido 20 años de docencia em 1946; Director del curso de post graduados de arquitectura; Director del Instituto de Urbanismo de la Facultad de Arquitectura desde 1936; Varios años Consejero de la Facultad de Arquitectura; Ex miembro de la Comisión Nacional de Bellas Artes; Socio Honorario de la Sociedad de Arquitectos de Chile. 1940; Socio Correspondiente del Instituto C. de Arquitectos de Brasil. 1937; Distinción (hors concurs) em la Exposición de Urbanismo em Buenos Aires. 1935; Gran Premio de Honor em la Exposición Pan-americana de Arquitectura y Urbanística de Montevideo. 1940; Miembro

experiências importantes. Sua destacada trajetória acadêmica o fez receber importantes prêmios: a “Medalla de oro de la Universidad” da República como melhor aluno da instituição; o Grande Prêmio, como melhor aluno do curso de arquitetura; e a “Beca Diplomática de la Universidad por dos años”<sup>209</sup>, ou seja, bolsa para realizar viagem de estudos por dois anos.

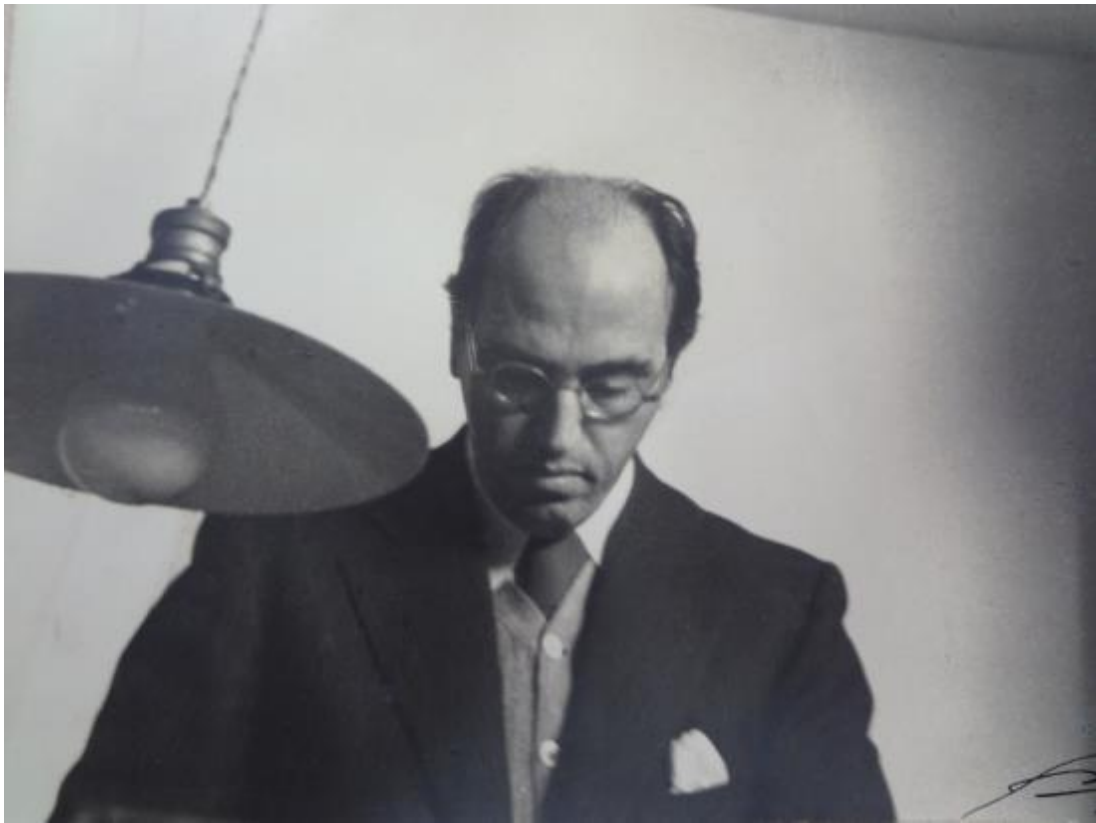


Figura 15: Mauricio Cravotto. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

No período em que realiza esta viagem, entre 1919-1921, Cravotto conhece diversos países – Argentina, Chile, Peru, Equador, Panamá, Estados Unidos, Inglaterra,

---

de número del Instituto de Investigaciones Geográficas de la Universidad; Realizó 24 edificios; Se presentó a 19 concursos públicos de arquitectura. Obtuvo 4 primeros premios, 5 segundos premios, 3 terceros premios y varias menciones; Uno de esos primeros premios es el Palacio Municipal de Montevideo actualmente em construcción; Entre las actividades urbanísticas públicas, colaboró em comisiones especializadas: es autor de un anteproyecto de Plan Regulador de Montevideo, 1930. Es autor de un estudio de urbanismo regional del litoral Sur del Uruguay; Consultor del Plan Regulador de la ciudad de Mendoza (Argentina), 1941-1942; Autor de una urbanización em el litoral Sur del Uruguay (em iniciación); Acaba de ser nombrado miembro de la Sociedad Francesa de Urbanistas (Paris) 1947; Es autor de varios escritos urbanísticos y publicaciones profesionales”.

<sup>209</sup> CURRICULUM Vitae del Profesor Arquitecto Mauricio Cravotto. [Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. s.l., 1948?]. 1f.

Espanha, Bélgica, Itália e França. Em Paris, além de acompanhar o ateliê de Léon Jaussely, arquiteto-urbanista que frequentou a Escola de Belas Artes de Toulouse e a Escola Nacional de Belas Artes de Paris, tem aulas com o historiador Marcel Poete, figura que participa de momentos intelectuais e institucionais relevantes do urbanismo francês como, por exemplo: a fundação do Instituto de História, Geografia e Economia Urbanas da Biblioteca Histórica da Cidade de Paris, em 1916; e a fundação da Escola de Altos Estudos Urbanos, que daria origem ao Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (ROVATI, 2007).

De volta a Montevideu, Cravotto inicia, em 1923, sua trajetória docente na Faculdade de Arquitetura. Até 1952 ministra diversas disciplinas. Foi professor adjunto de Composição Decorativa, encarregado do Curso de Traçado de Cidades e Arquitetura Paisagista, professor livre de Projetos de Arquitetura, professor titular de Projetos de Arquitetura - primeiro ao sexto semestre -, professor titular do Curso Superior de Composição Decorativa, professor titular de Projetos de Arquitetura – sétimo ao décimo semestre -, professor titular de Projetos de Arquitetura - quarto e quinto anos-, professor do Curso de Grandes Composições, professor diretor do concurso “Gran Premio de la Facultad” no ateliê de Grandes Composições. (ELARQA, 1995).

Além da atividade como professor, Cravotto tem importantes obras arquitetônicas no Uruguai. Dentre elas se pode citar os projetos do Motevidéo Rowing Club (1923), do Palácio Municipal (1929), do Hotel Rambla (1931) e da Biblioteca Nacional (1939).

Realizou também propostas de urbanismo, como o plano regulador de Montevideo (1940) e o plano da cidade de Mendoza (1941). É ainda fundador, nos anos 1930, de um Instituto de Urbanismo na Faculdade de Arquitetura.

Estas últimas atividades, vinculadas aos planos/projetos urbanos e pesquisa sobre as cidades, somadas ao seu contato com Jaussely e Poete, conferem a Cravotto, arquiteto, o “reconhecimento social” como urbanista. Referir-se a ele como arquiteto-urbanista é admitir que para além de sua titulação formal havia uma trajetória pessoal que o vinculava às questões do urbanismo. Por esta razão, ele é tratado aqui como arquiteto-urbanista<sup>210</sup>.

---

<sup>210</sup> A necessidade deste esclarecimento se evidencia quando nos aproximamos da literatura que trata da relação entre Cravotto e o Rio Grande do Sul. Por exemplo, nos textos de Almeida (1996; 2009); Rovati (2007); Almeida & Souza (2010) Cravotto é referido ora como Arquiteto, ora como Urbanista, ora como Arquiteto-Urbanista.

As razões que o fizeram se relacionar com o IBA são conhecidas. Edvaldo Pereira Paiva, funcionário da prefeitura de Porto Alegre, pretendia conceber e implantar, juntamente com Luiz Arthur Ubatuba de Faria, um plano para a capital gaúcha. Contudo, este objetivo foi barrado em 1938 quando o prefeito José Loureiro da Silva contratou Arnaldo Gladosh para elaborar o plano diretor da cidade (ALMEIDA, 1996; ROVATI, 2007; ALMEIDA, 2009).

Como afirma Rovati: “sentindo-se desvalorizado, Paiva parte, em 1941, para Montevideo, a fim de estudar ‘urbanismo’ (...). No Uruguai, conhece Mauricio Cravotto e Demétrio Ribeiro”. Este último, que a partir de 1945 seria professor do curso de arquitetura do IBA, realizava seu curso superior em arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade da República Oriental do Uruguai (MOHR, 2003).

Cravotto vem ao Rio Grande do Sul com status de eminente profissional do cone sul<sup>211</sup>. E, supõe-se, foi convidado por encarnar o modelo de profissional que o IBA se esforçava por formar e afirmar. Era arquiteto-urbanista que elaborava com desenvoltura o produto destas atividades. Tê-lo entre os gaúchos representava ser possível formar profissionais com perfil análogo ao seu, associando ambos os conhecimentos e, principalmente, desvinculando-os da engenharia.

As primeiras referências à vinda do arquiteto uruguaio ao Rio Grande do Sul estão registradas na ata do CTA do IBA, de 24 de fevereiro de 1948. Nesta reunião o conselho autorizou Tasso Corrêa a adotar providências para contratar professores eminentes, entre eles Mauricio Cravotto. Deixa-o livre ainda para, se necessário, viajar a Montevideu e tratar pessoalmente com ele sobre sua contratação e vinda à Porto Alegre<sup>212</sup>.

Semanas após esta autorização, em 16 de março de 1948, o diretor do IBA enviou ofício ao uruguaio. O documento formaliza contato já feito anteriormente por Edvaldo Pereira Paiva. É o que nos leva a crer trecho do documento: “Estou certo de que o presente convite terá a melhor acolhida, face a vossa manifestação favorável, que, nesse sentido fizeste ao Prof. Edvaldo Paiva”<sup>213</sup>. Rovati (2007), por sua vez, afirma que

---

<sup>211</sup> Sobre o arquiteto uruguaio, a Revista Espaço anota: “O prof. Cravotto, diretor do curso de pós-graduados da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Montevideo e eminente Urbanista continental” (ESPAÇO, 1949 b: 5).

<sup>212</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de fevereiro de 1948.

<sup>213</sup> CORREA, Tasso [Ofício] 16 de março de 1948, Porto Alegre [para] CRAVOTTO, Maurício, Montevideu. Faz primeiro contato oficial com Mauricio Cravotto com objetivo de convidá-lo a ministrar curso no Instituto de Belas Artes.

é Demétrio Ribeiro quem, em 1947, convida Cravotto a ministrar aulas a estudantes do curso de arquitetura e de urbanismo do IBA.

Seja como for, Tasso Corrêa convida “o ilustre professor para, no corrente ano, realizar uma série de conferências sôbre assuntos de vossa especialidade”<sup>214</sup>. Informa, por fim, que em breve viajaria ao Uruguai, “ocasião em que teremos oportunidade de assentar as condições em que será possível a realização dessas conferências”<sup>215</sup>.

Ele não tarda a responder. Em carta de 1 de abril de 1948 anota, aceitando o convite, que “en conocimiento de los deseos y objetivos que persigue su Instituto, me es grato manifestarle que me sento muy honrado por su invitación, que mucho agradezco”<sup>216</sup>. Diz ainda que esperava a visita de Corrêa “para concretar la forma de mi entercencion cultural en su Instituto”<sup>217</sup>. E esta visita efetivamente ocorre.

Não há detalhes do encontro no Uruguai, mas em 5 de junho de 1948, em carta, Cravotto registra a passagem de Corrêa por Montevidéu ao lamentar “mucho la víspera de su partida, no encontrarlo de tarde em el hotel y por eso le dejé uma esquela em el bureau, pensando siempre tener tempo para despedirlo a su partida en el avión”<sup>218</sup>. Esta carta registra ainda que Cravotto viria à Porto Alegre em julho. Deixa claro também que a ideia da “série de conferências” foi abandonada. Cravotto ministraria um curso de Grandes Composições.

Na mesma data desta carta – 5 de junho – o CTA aprovou a contratação de Mauricio Cravotto para ministrar o curso intensivo de “Grandes Composições” aos alunos da 3ª e 4ª e 1ª e 2ª séries, dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, respectivamente durante o mês de julho próximo”<sup>219</sup>. Nesta mesma reunião foi dada notícia da contratação de Ildefonso Aroztegui para ministrar o curso de Grandes Composições de Arquitetura para o curso de arquitetura.

Cabe notar que as cadeiras de Grandes Composições de Arquitetura estavam no 4º e 5º anos do curso de arquitetura, e não no 3º, conforme referido na ata. Desta forma, a inclusão do 3º ano seria uma excepcionalidade.

---

<sup>214</sup> Ibid.

<sup>215</sup> Ibid.

<sup>216</sup> CRAVOTTO, Maurício [carta] 01 de abril de 1948, Montevidéu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

<sup>217</sup> Ibid.

<sup>218</sup> CRAVOTTO, Maurício [carta] 05 de junho de 1948, Montevidéu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

<sup>219</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 5 de junho de 1948.

O uruguaio chega à cidade quase um mês depois, em 3 de julho de 1948. O jornal *Correio do Povo*, nesta data, dá notas da iniciativa do IBA em trazer “o eminente arquiteto professor Mauricio Cravotto para realizar, nesta capital, um curso intensivo de Grandes Composições de Arquitetura e Urbanismo”<sup>220</sup>. Conforme a notícia,

O Prof. Cravotto que chegará hoje às 10 horas pelo avião da ‘Varig’ pois fez a viagem de Montevidéu via Pelotas no proposito de melhor conhecer nossa terra e nossa gente dará início a seu trabalho no Instituto de Belas Artes segunda-feira, às 9 horas. O Curso será diário, das 8 às 12 horas, uma parte pela tarde e à noite o Prof. Cravotto fará palestras a que poderão comparecer os profissionais interessados, independente de qualquer formalidade, a não ser uma mera comunicação à Secretaria do Instituto<sup>221</sup>.

No dia seguinte, 4 de julho, o mesmo jornal noticia a chegada de Cravotto à Porto Alegre. Segundo a publicação, “logo após sua chegada, s. s. que foi recebida por professores e inúmeros alunos do Instituto, teve a cercá-lo carinhosa recepção e gentileza. Acompanhado de diversos professores realizou ontem à tarde um passeio pela capital”<sup>222</sup>. Ele “proporcionou doze dias de aulas intensivas”<sup>223</sup> e permaneceu em Porto Alegre até aproximadamente 17 de julho, quando o *Correio do Povo* registra a homenagem realizada “no bar daquele educandário”<sup>224</sup> no dia anterior.

Segundo a publicação, “a mencionada reunião transcorreu em ambiente de cordialidade entre alunos e professores, notando-se entre estes, o dr. Tasso Correa, diretor do Instituto”<sup>225</sup>. Ao fim do evento, Cravotto agradeceu a homenagem e alegou “o fato de não ser um literato, e, sim, um urbanista, um homem que fala com algarismos e de maneira diferente”<sup>226</sup>. Cabe destacar a auto referência, urbanista, que ele se faz.

---

<sup>220</sup> CHEGA hoje a Porto Alegre o ilustre arquiteto Mauricio Cravotto. Realizará um curso intensivo de arquitetura e urbanismo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>221</sup> Ibid.

<sup>222</sup> EM Pôrto Alegre o urbanista Maurício Cravotto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>223</sup> ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo- Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 2, nº 4, dez.,1949: 5.

<sup>224</sup> HOMENAGEADO o Professor M.Cravotto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>225</sup> Ibid.

<sup>226</sup> HOMENAGEADO o Professor M.Cravotto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].



A Figura 16, apresentada a seguir, arquivada no Instituto de Artes da UFRGS, sem referência ou data, pela cena que retrata, parece ser do evento de homenagem à Cravotto no bar do IBA.



Figura 16: Esta imagem, sem referência, parece ser do evento de homenagem final a Maurício Cravotto “no bar do educandário”. Cravotto, à direita, aperta a mão de Enilda Ribeiro. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Já em 20 de julho de 1948, em carta à Tasso Corrêa, Cravotto dá notícia de seu regresso a Montevidéu<sup>227</sup>. Comenta que:

He encontrado a mi regresso una verdadera montaña de trabajo, correspondência, libros. Ese es el motivo porque no escribi de inmediato como lo deseaba, pues mi impulso era decirle a Ud. y todos, cuanto es intenso mi agradecimiento por las incontables atencions y por la permanente fina compañía que Uds. dieran a mi emotividade<sup>228</sup>.

<sup>227</sup> Nos meses subsequentes a correspondência de Cravotto a Tasso Corrêa não cessa. É possível encontrar no arquivo do Instituto de Artes da UFRGS cartas manuscritas de 25 de julho, 4 de setembro e 21 de outubro de 1948, além de 15 de dezembro de 1949.

<sup>228</sup> CRAVOTTO, Maurício [carta] 20 de julho de 1948, Montevidéu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

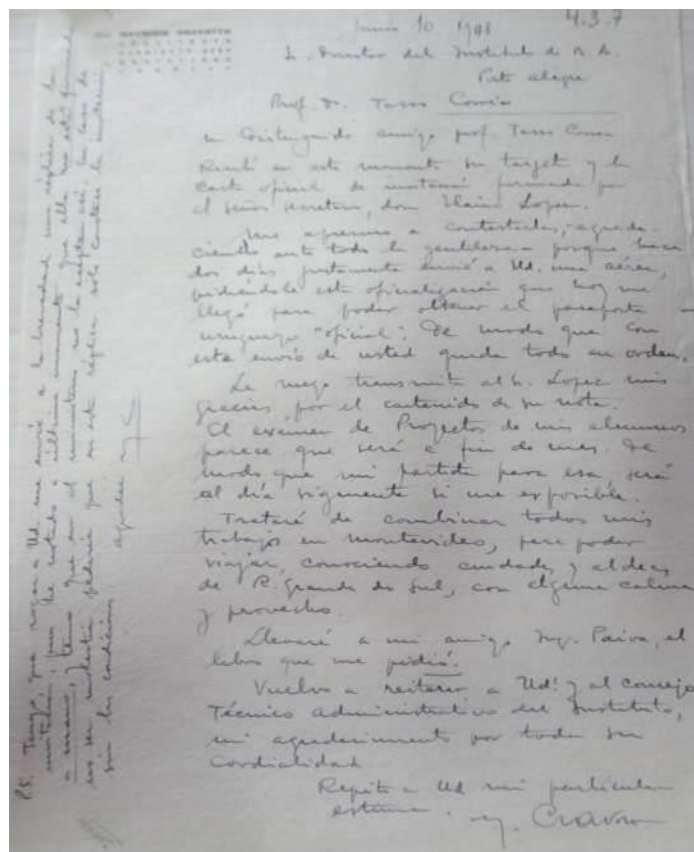


Figura 17: Carta manuscrita de Maurício Cravotto, datada de 10 de junho de 1948, endereçada a Tasso Correa, Diretor do Instituto de Belas Artes. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.



Figura 18: Mauricio Cravotto (ao centro) recepcionado em Porto Alegre. À esquerda de Cravotto, Tasso Correa (diretor do IBA) e à sua direita, Edvaldo Pereira Paiva (que foi aluno de Cravotto em Montevideú). Fonte: ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo- Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 2, nº 4, dez.,1949:7.

Mas é necessário tratar do conteúdo apresentado por Cravotto em seu curso intensivo. Necessário destacar, inicialmente, que tanto para o curso de arquitetura

quanto para o de urbanismo o nome da “cadeira” que ele ministraria era a mesma: “Grandes Composições”.

A caderneta de frequência da “cadeira” ministrada por ele no IBA (Figura 19) é a única das arquivadas no Instituto de Artes da UFRGS que registra no campo “curso” a designação “Arquitetura e Urbanismo”. Em todas as demais os “cursos” são ou de arquitetura ou de urbanismo. Não há, na capa desta caderneta, como é comum nas demais, referência à série ou ano letivo.

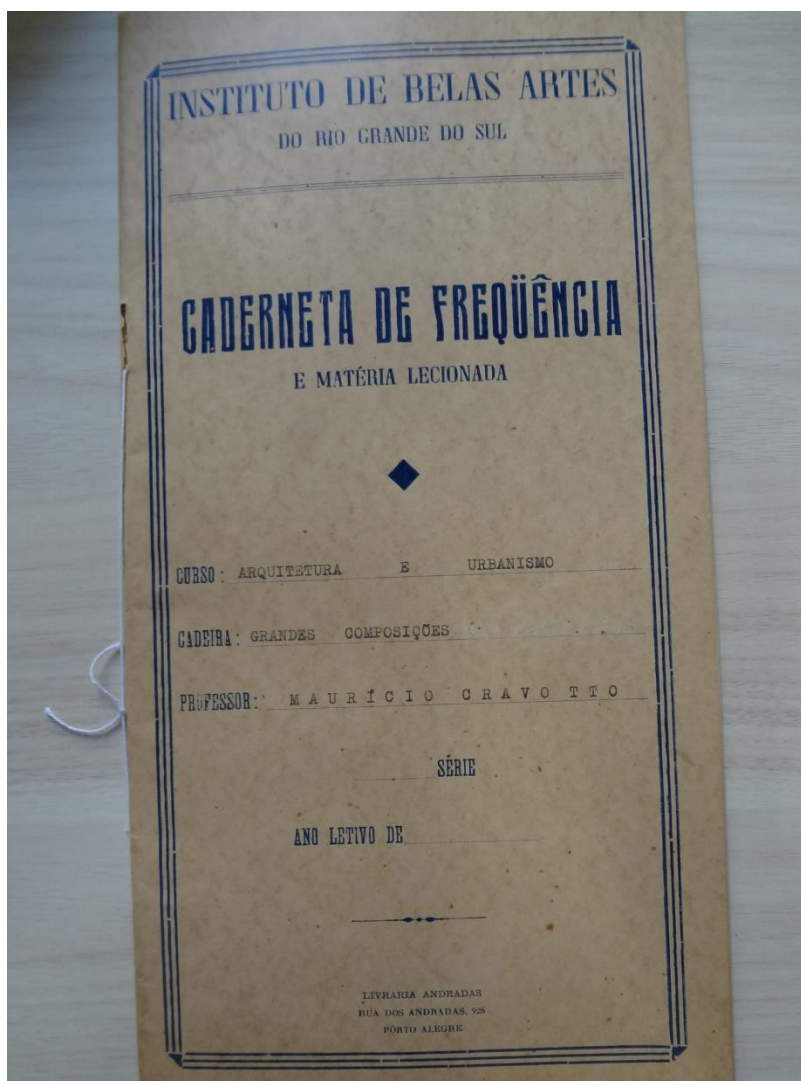


Figura 19: Capa da caderneta de frequência da cadeira ministrada por Maurício Cravotto no IBA. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Os alunos que constam na lista de presença da cadeira são divididos em “arquitetura” e “urbanismo”. Os alunos de arquitetura são divididos em 3º e 4º anos. Os

de urbanismo, em 1º e 2º anos. São 34 os alunos do curso de arquitetura e 5 do de urbanismo<sup>229</sup>.

Infelizmente não há, na caderneta, qualquer anotação em relação ao conteúdo apresentado nas aulas. Podemos supô-lo apenas a partir de seus dois exercícios<sup>230</sup>. E, apesar da cadeira ser a mesma – Grandes composições – os conteúdos dos exercícios finais são distintos para os estudantes dos cursos de arquitetura e de urbanismo.

O exercício dirigido aos estudantes do curso de arquitetura tinha como tema uma Estação Central Rodoviária. Fiori (1992) afirma, em sua dissertação, que “Cravotto desenvolve em aula um exercício em que deveria ser realizado o plano de um campus universitário” (1992: 269). Contudo, não encontramos evidências desta afirmação nos arquivos do Instituto de Artes da UFRGS.

Os três primeiros parágrafos do exercício apresentavam o tema em termos genéricos, afirmando a importância dos meios de comunicação e transporte “para tornar mais fecunda a atividade humana, mais fáceis os intercâmbios de toda a ordem, mais perfeita a associação entre os seres, mais simples e econômicos o aprovisionamento e consumo de produtos”<sup>231</sup>.

O programa de necessidades deste edifício era composto por: um museu permanente da história dos meios de comunicação, locomoção e transporte (com acesso, hall, zona de exposições, salas, saletas, serviços sanitários, vigilância); escritórios (com acesso próprio, 20 escritórios, serviços sanitários e pequena dependência); central do tráfego (com acesso próprio, grandes ambientes com guichês, vitrines, zona para público, funcionários, mapas, guias, locais fechados para comissão de turismo, zona de

---

<sup>229</sup> Constam na lista: Arquitetura: (3º ano) Antonio Magadan; Alfredo Leboutte; Claudio Silva T. de Freitas; Claudio Dytz; Charles René Hugaud; Dirceu Berclaz; Emílio Mabilde Ripoll; Enilda Ribeiro; Fernando Petersen Lunardi; Gino Máximo Pansiera; João Barbosa dos Santos Filho; Jaír Amaurí Koebe; Jaime Luna dos Santos; Jorge Siritto de Vives; Luiz Lampert Gaertner; Luiz Fernando Corona; Mário José Corrêa; Moacé Zamora; Paulo Vallandro; Tasso Olímpio Pufal. (4º ano) Bruno Felix Rossi; Emil Achutti Bered; Flávio Tarquínio Pufal; Francisco dos Santos Coutinho; Jasson Cavalcante de Albuquerque; João Schmidt Filho; José Lorenzoni Parreira; Kurt Gunther Schmeling; Léo Alfredo Preto de Oliveira; Mauro Guedes de Oliveira; Nelson Camargo Costa; Remo José Irace; Roberto Felix Veronese; Salomão Sibenberg Kruchin. Urbanismo: (1º ano) Carlos Alberto de H. Mandonça; Edgar Albuquerque Graeff; Francisco Riopardense de Macedo; (2º ano) Nelí Peixoto Martins; Sérgio Corrêa.

<sup>230</sup> Há ainda dois exercícios redigidos em espanhol que podem ter sido trazidos do Uruguai, muito provavelmente por Maurício Cravotto. Um deles, da disciplina “Proyectos de Arquitectura , 5 año”, tem como tema “El centro mundial para la intercomprensión de las culturas”. O outro, do curso de “Grandes Composiciones de Arquitectura para egresados, 1948”, tem como tema “Un centro para la Federacion Internacional de Urbanistas (F.I.U.)”. Acreditamos que estes exercícios não foram ministrados aos estudantes do curso de Arquitetura e de Urbanismo por uma série de características: nome da disciplina, data das entregas, ano do curso a que se destina, dentre outras.

<sup>231</sup> CURSO de Arquitetura. nº 1 – Ponto sorteado para o 1º Exame Parcial da cadeira de ‘Grandes Composições de Arquitetura’ na 4ª série [anotado à mão]. [s.l., 1948]. 3f.

estacionamento para ônibus, caminhões); e, por fim, um “jardim de descanso para turistas, mas que seja ao mesmo tempo, para uso público, para o habitante da cidade, para escolares” que podia incorporar “pequenas obras arquitetônicas complementares, como sejam, muros de contenção, pórticos, zonas cobertas de proteção e obras de arte”<sup>232</sup>, além de um estacionamento.

Os itens de entrega eram brevemente descritos. Para o esboço inicial, “planta, fachada e corte, a ½ mm p/metro, em um papel de tamanho igual ao do programa”. Para a entrega final, “Planta, fachada e corte, a 4mm p/metro”<sup>233</sup>.

Completa este exercício o desenho apresentado na Figura 20. Trata-se de um lote com cotas planialtimétricas sem referência precisa ao entorno imediato, a não ser as vias e notas sobre os usos próximos. Era, enfim, conteúdo suficiente para elaboração de um projeto de edificação.

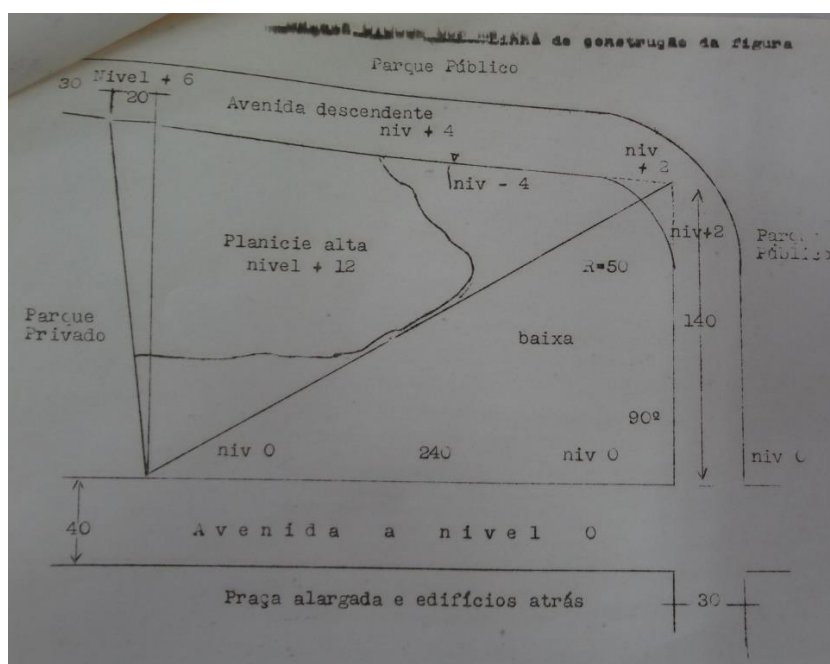


Figura 20: Desenho do exercício da cadeira de *Grandes Composições* ministrada por Mauricio Cravotto ao curso de arquitetura do IBA. Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES. Curso de Arquitetura. Nº 1 – Ponto sorteado para o 1º Exame Parcial da cadeira de ‘Grandes Composições de Arquitetura’ na 4ª série. 3 folhas avulsas. Porto Alegre, [1948].

Já o exercício dirigido aos estudantes do curso de urbanismo era dividido em dois: I- “Arquitetura Paisagista – Teórico Prático”, com o tema “Um Parque – Jardim de

<sup>232</sup> CURSO de Arquitetura. nº 1 – Ponto sorteado para o 1º Exame Parcial da cadeira de ‘Grandes Composições de Arquitetura’ na 4ª série [anotado à mão]. [s.l., 1948]. 3f.

<sup>233</sup> Ibid.

Recreio, a margem de um rio”; II- “Prático de Urbanística” com o tema “Uma unidade vecinal para carpinteiros de estaleiro e artesanias afins da navegação e vida costeira de um rio”<sup>234</sup>.

O detalhamento do exercício de Arquitetura Paisagista apontava que o “parque-jardim recreio, à margem de um rio, implicará num acondicionamento paisagístico e em certas instalações e edifícios, formando uma composição num terreno”<sup>235</sup>.

A proposta deveria contar com espelho d’água artificial, superfícies livres e plantadas, margens que facilitem o embarque em botes, zonas naturais arenosas para banhistas, local para jogos infantis, adolescentes e adultos, para picnics, sombreadas e ensolaradas, adequados para repouso, passeio, sesta, instalação de barracas, além de dois ou três edifícios para restaurante, depósito de barcos e administração.

O detalhamento do exercício de Prática de Urbanística, por sua vez, indicava que a proposta para unidade vecinal deveria acolher 5.000 habitantes e comportar “a composição de todos os elementos inerentes a uma vida estabilizada, na qual se desenvolve a indústria artesã da carpintaria de barcos e está diretamente vinculada a um parque-jardim de recreio, na margem um rio similar ou igual ao que é especificado no tema de A.P.”<sup>236</sup>.

A unidade vicinal responderia aos seguintes pressupostos: contemplar atividades artesanais relacionadas à metalurgia, confecção de velas para embarcações, instrumentos de pesca, fabricação de cestos e tapeçarias; ser acessível por terra e água, o primeiro terminando em um grande estacionamento e o segundo em um pequeno porto; restringir a circulação no interior da unidade à apenas veículos leves.

Seu programa de necessidades era composto por:

vivendas uni, bi e polifamiliares, como também alguma vivenda coletiva, alguns centros de abastecimento, um centro cívico ligado ao parque-jardim de recreio, o qual terá uma zona claramente evidenciada para as diversões quotidianas da população e cerca do qual se localizará a escola pública<sup>237</sup>.

---

<sup>234</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Trabalho para os alunos do curso de urbanismo a ser executado sob a direção do professor Maurício Cravotto. Porto Alegre, [1948]. 2f.

<sup>235</sup> Ibid.

<sup>236</sup> Ibid.

<sup>237</sup> INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Trabalho para os alunos do curso de urbanismo a ser executado sob a direção do professor Maurício Cravotto. Porto Alegre, [1948]. 2f.

A forma de elaboração do trabalho era brevemente relatada. Os estudantes deveriam apresentar “esboço individual de cada um dos temas, debaixo da direção do professor do curso prático, e, em seguida, poderão continua-lo, individualmente ou formando brigadas, de acordo com o mesmo professor”<sup>238</sup>.

Deveriam apresentar, ainda, os dados numéricos referentes à “superfície geográfica total, percentagem de espaços viários e livres, percentagem de sólo restante utilizável para a implantação de prédios coletivos ou particulares, devendo-se, além disso, expressar outras percentagens, a serem indicadas pelo professor”<sup>239</sup>.

Além destas informações, os estudantes deveriam expressar sua proposta “em planta, elevação e perspectiva a composição paisagística e U. com um detalhe e dados de algumas das vivendas”<sup>240</sup>.

Ambos os exercícios do curso de urbanismo – de Arquitetura Paisagista e de Prática de Urbanística – eram contíguos e complementares. Como indica o edital, os trabalhos “deverão formar uma unidade, de expressão simples, com a inclusão dos dados e resultados paisagísticos e urbanísticos nas mesmas lâminas em que se expressa a composição”<sup>241</sup>.

Comparando os exercícios do curso de Arquitetura e de Urbanismo é possível destacar algumas semelhanças. A estrutura dos exercícios é similar – breve descrição do tema, exposição do programa de necessidades, relato do sistema de trabalho e entregas. O método didático é o mesmo – ateliê com assessoramento do professor. A forma de expressão dos resultados, idem – conjunto de desenhos técnicos.

A diferença consiste nos temas. O exercício do curso de Arquitetura é, fundamentalmente, um projeto de edificação de grande porte: uma estação rodoviária. Os exercícios dirigidos aos estudantes do curso de Urbanismo são, por um lado, o projeto para espaços abertos – “parques-jardins” – que incorpora edifícios que devem participar desta “composição” (Arquitetura Paisagista); e de outro, o projeto de uma “unidade vecinal” que, por suas características, poderíamos chamar hoje de projeto para um bairro operário (Prática de Urbanística).

Cabe destacar que todos os exercícios de Cravotto estavam inscritos sob a mesma denominação: “Grandes Composições”. Desta forma, tanto o exercício da

---

<sup>238</sup> Ibid..

<sup>239</sup> Ibid.

<sup>240</sup> Ibid.

<sup>241</sup> Ibid.

estação rodoviária, do parque-jardim e da unidade vecinal tem algo em comum que os possibilita serem acolhidos sob o mesmo nome. Que fundamento é este?

Conforme revelam os documentos, edifício e cidade são abordadas por Cravotto como objetos pertencentes ao domínio do projeto/composição, que orienta de maneira precisa a construção. Para o uruguaio – e, provavelmente, para o corpo docente do IBA, que o convida – os profissionais arquitetos ou urbanistas deveriam desenvolver habilidades para dominar o desenho que conduz à produção da edificação ou da cidade a partir de uma concepção estética-geométrica do espaço.

É isto o que une arquitetura e urbanismo: a capacidade de desenhar-projetar-compor um objeto edificável. Ou, se pode dizer, o urbanismo ali apresentado é uma forma de intervenção sobre a cidade “arquiteticamente” conduzida, ou seja, concentrando sua atenção à articulação e harmonia entre as formas construídas.

Pode-se perceber que a concepção de urbanismo que o uruguaio manifestou em seu curso é muito semelhante a abordagem já contemplada em uma disciplina dos cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia (Composição Geral e Urbanismo) e do IBA (Urbanismo-Arquitetura Paisagista) e distante da concepção do urbanismo higienista-sanitarista.

Por fim, cabe breve nota sobre o ponto de vista dos estudantes sobre o curso. Ele está registrado na Revista Anteprojecto de agosto de 1948 da seguinte forma:

Entre o 6º e o 2º aconteceu o Curso de Férias do Prof. Cravotto. Ótimo curso, apesar dos choques entre os alunos (que buscam o futuro) e o mestre (que insiste em ver carruagens brilhantes sobre os trilhos da “Carris”). O Macedo deu pulos, quando o professor afirmou que a vida é a vida dos maloqueiros e o Corona (inho) bufava, quando vinham ataques a Niemeyer e Le Corbusier. Diz que o Kruchinsky desenhou um lago em forma de ameba; o mestre disse que “pode ser, por que no!” mas que aquilo parecia um “bidé”; o herói riscou um lago circular e o Sirito impugnou: “Parece um... vaso noturno.” De fato, Sirito não foi delicado; disse outra palavra e não “vaso noturno”<sup>242</sup>.

Percebe-se que a passagem de Cravotto pela cidade não se deu sem conflitos entre suas concepções e as dos alunos do IBA.

---

<sup>242</sup> NETTO, Biriba. Do 1º ao 7º. In. ANTE-PROJETO. Arquitetura, Urbanismo e Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do I.B.A., ano 1, n.1, ago., 1948: 11.



Pôde-se perceber, ao longo deste capítulo, como o urbanismo foi compreendido como uma “modalidade” da arquitetura, argumento “social” que justificaria a oferta do curso de arquitetura à comunidade.

Cabe sublinhar também relevância e pioneirismo do curso de urbanismo do IBA de 1947-1949. Este curso foi o iniciador de seu ensino no sul do Brasil.

Necessário destacar, ainda a propósito do curso de urbanismo, a extensão de seus conteúdos. O curso do IBA pretendia formar o profissional para o exercício do urbanismo apresentando-o uma ampla gama de conhecimentos – a história, as ferramentas necessárias à coleta de informações para a intervenção na cidade, a infraestrutura urbana, o projeto de paisagismo, os aspectos sociais da organização das cidades, a administração pública. Contudo, como já ressaltado, o centro da formação residia na teoria e na prática de elaboração de “planos” (palavra utilizada algumas vezes como sinônimo de projeto) para cidades.

O ensino do urbanismo na graduação em arquitetura, por sua vez, era pouco representativo no compito geral das cadeiras do currículo – apenas duas delas. Uma delas tratava o saneamento das cidades como uma alteração de escala do projeto de infraestrutura predial. A outra, que associava urbanismo e arquitetura paisagista, apresentava aos estudantes um programa bastante extenso e que pretendia dar conta, mesmo que brevemente, de toda a informação necessária ao exercício do urbanismo.

O curso de Cravotto, finalmente, reforçava a perspectiva já vigente na instituição: de que o projeto urbano difere do de edificação apenas em escala. São ambos, edifício e cidade, artefatos projetáveis.

O próximo capítulo trata do processo de fusão dos cursos de engenheiros arquitetos da Escola de Engenharia e do de arquitetura do IBA e para a conseqüente criação da Faculdade de Arquitetura.

## CAPÍTULO 3

### CHOQUE DE CONCEPÇÕES: FUNDIR PARA CRIAR

Este capítulo trata do choque de concepções surgido com o processo de fusão dos cursos de arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA para criação da Faculdade de Arquitetura. A polêmica fez emergir pressupostos subjacentes à formação de ambos os cursos. De um lado, os engenheiros sustentavam que a arquitetura era “ramo” da engenharia, domínio da técnica. De outro, os arquitetos argumentavam que arquitetura era “secção” da arte, domínio da composição – embora dela participasse a técnica, em menor proporção. Ao longo do capítulo são apresentados: as polêmicas surgidas a partir da promulgação da lei estadual nº 413, de 1948, que determinou a fusão dos cursos; as posições defendidas pelos membros da Escola de Engenharia e do IBA; o debate realizado além das fronteiras da universidade, principalmente na imprensa; os pressupostos que fundamentavam as propostas (criação de um instituto ou uma faculdade, por exemplo); e o fim da disputa com a conquista da autonomia do ensino de arquitetura, já no início da década de 1950.

### **3.1. Arquitetura e urbanismo na Escola de Engenharia e no IBA: breve balanço**

A Faculdade de Arquitetura, criada no início da década de 1950, é herdeira dos cursos da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes. Antes de passar ao seu processo de constituição, será realizado breve balanço sobre a formação oferecida pelas cadeiras dos cursos que a dão origem, ambos criados em 1945.

Para a Escola de Engenharia, a atividade do engenheiro era tão ampla que abarcava dimensões variadas de intervenção na construção civil. Tudo o que dizia respeito à construção, projeto, administração de obra, dizia respeito à sua profissão.

A arquitetura, na Escola de Engenharia, foi entendida, desde o início, como um “ramo”. Já o urbanismo acompanhou, inicialmente, o ideal higienista-sanitarista do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX.

O ensino de arquitetura do curso iniciado em 1945 tinha em Steinhof personagem crucial. Como já referimos, ele buscava, em seu atelier, dar conta de todos os problemas da formação em arquitetura como universo da arte. E, pelo que nos revela a documentação, sua compreensão de arquitetura e urbanismo é de que ambos são domínio da composição – de espaços, volumes, conhecimentos. Pelos dados levantados é possível dizer ainda que o urbanismo foi, na Escola de Engenharia, conteúdo marginal e pouco representativo.

No IBA, por sua vez, a arquitetura foi tomada como conteúdo atinente às artes. Era necessário, para a formação em arquitetura, o adequado preparo artístico. Já o urbanismo, na instituição, era reconhecido como modalidade da arquitetura.

As disciplinas do curso criado em 1945 buscavam preparar para a composição, sem obliterar a necessária formação técnica. Já o ensino sobre aspectos da cidade, presente em apenas duas disciplinas do curso, dava conta do saneamento das cidades (ou seja, da infraestrutura urbana, conhecimento vinculado à tradição higienista-sanitarista) e dividia espaço com a arquitetura paisagista. Foi possível perceber ainda que, na cadeira Urbanismo – Arquitetura Paisagista, se buscava apresentar um amplo conteúdo, que ia desde a história das cidades até a composição de amplos espaços, passando por loteamentos, planos diretores, traçados etc.

Sobre o ensino destes cursos, Fiori (1992) discute a concepção “de que o curso da Engenharia caracterizar-se-ia por uma visão tecnicista, enquanto o do IBA apresentaria uma visão artística da arquitetura” (FIORI, 1992: 416). Segundo ele, esta

perspectiva é, em parte, verdadeira. Na Escola de Engenharia, “os estudantes de arquitetura estudam em uma escola eminentemente técnica, convivendo com estudantes de ramos diferentes da engenharia” (FIORI, 1992: 416). Já no IBA, “o ambiente é precisamente uma escola de artes, onde os estudantes têm contato com cursos de música e artes plásticas” (FIORI, 1992: 416).

Contudo, afirma Fiori que “há também na Engenharia, através do trabalho de Steinhof, um importante enfoque artístico da arquitetura, com a valorização da criatividade e a capacidade de expressão” (FIORI, 1992: 417). Para ele, finalmente, a imagem de que o curso da Engenharia seria uma estrutura rígida, conservadora e tecnicista estava “um tanto distante da realidade, ou, pelo menos, da realidade do atelier de Steinhof, que se constitui no núcleo fundamental do curso” (FIORI, 1992: 417).

Contudo, em que pese as diferenças propostas por Fiori acerca do ensino de arquitetura oferecido pelas instituições, uma coisa é semelhante em ambos os cursos de graduação: o urbanismo é conhecimento secundário, desimportante e pouco representativo no conjunto de disciplinas.

### **3.2. A polêmica sobre a “fusão” dos cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA**

No início da década de 1950 os cursos de arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA deram origem a uma única instituição: a Faculdade de Arquitetura.

A perspectiva de fusão dos cursos, ocorrida a partir da promulgação, em 1948, da lei estadual nº 418, ensejou um enfrentamento que revelou as divergentes concepções de arquitetura e de urbanismo subjacentes à formação oferecida por eles. O embate transcendeu as fronteiras do ambiente acadêmico. A criação da Faculdade foi discutida na imprensa, envolveu entidades de classe e de estudantes, políticos, instituições de ensino do país.

Embora ocorrida nos anos 1950, a fusão dos cursos já era debatida em 13 de novembro de 1946, na reunião do CTA da Escola de Engenharia. À época, o IBA não fazia parte da universidade<sup>243</sup>. A Escola de Engenharia, por sua vez, sim.

---

<sup>243</sup> O processo de incorporação, exclusão e reincorporação do Instituto de Belas Artes à Universidade, cheio de idas e vindas, está bem caracterizado na tese de Simon (2003). Incorporado à Universidade de

Está anotado na ata desta reunião: “Eram [os membros do conselho] de opinião, caso venha a se realizar a re-incorporação [à universidade] do Instituto de Belas Artes, de se criar a Faculdade de Belas Artes com o deslocamento dos cursos de Arquitetura existentes naquele Instituto e na Escola de Engenharia”<sup>244</sup>. Buscavam, assim, se antecipar ao provável retorno do IBA à universidade, o que criaria uma situação peculiar: a existência de dois cursos de arquitetura sediados na mesma universidade.

Dois anos depois, em 3 de dezembro de 1948, a Lei Estadual nº 413 reincorporava o IBA à Universidade do Rio Grande do Sul e determinava, também, que ambos os cursos de arquitetura agora existentes na mesma universidade – o da Escola de Engenharia e o do IBA, reincorporado – deveriam ser “fundidos”. Está anotado na lei:

Art. 7º - Para evitar a coexistência de dois cursos de Arquitetura na Universidade, os cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes serão fundidos em um só, adotada a organização uniforme e observados os preceitos da legislação federal do ensino superior (RIO GRANDE DO SUL, 1948).

O texto legal é vago. A palavra “fundir” significa unir em um único curso os dois já existentes. Mas esta unificação se daria em que termos? Ambos os cursos desapareceriam para a criação de um terceiro, autônomo? Ou algum deles incorporaria o outro?

O parágrafo único deste artigo buscava, por sua vez, indicar solução a um dos problemas cruciais nesta questão: o que fazer com os professores. Refere ele:

§ único – Os atuais professores dos cursos de Arquitetura do Instituto de Belas Artes e da Escola de Engenharia serão aproveitados, em idênticas situações, no curso que resultar da fusão óra determinada (RIO GRANDE DO SUL, 1948).

---

Porto Alegre no ano de 1936, é dela excluída pela primeira vez em 1939. Em janeiro de 1944 o Conselho Universitário aprova o retorno do IBA à Universidade, mas a desvinculada pela segunda vez em dezembro de 1944, por meio do Decreto Estadual nº 736, de 30 de dezembro. Em dezembro do ano seguinte, 1945, o IBA é novamente reincorporado à universidade por meio do decreto estadual nº 976 de 03 de dezembro. Dias depois, em 21 de janeiro de 1946, é publicado o decreto estadual nº 1.058 desanexando novamente o IBA, pela terceira vez. Já a lei estadual nº 413 de 03 de novembro de 1948 reintegra o IBA à Universidade. Contudo, “o Governo do Estado recuou e o Instituto de Belas Artes foi desincorporada pela quarta vez da universidade” (SIMON, 2003: 468). Em 1950 houve a quinta inclusão do Instituto à Universidade. No entanto, houve ainda uma quinta e sexta exclusão, segundo Simon.

<sup>244</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 218ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 13 de novembro de 1946. In. Universidade de Porto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1946. Porto Alegre, [1947?]. p.255-256.

Novamente o texto é impreciso. O que significam “idênticas situações”? Igualdade no número de professores? Nos salários? Nas disciplinas que ministrariam? A lei é vaga e deixa margem à interpretação. Por este motivo, cada parte interessada no tema a julgará como lhe parecer melhor.

Criada a lei, era necessário oferecer as condições à sua realização. Logo, para estudar esta fusão, foi instituída, pelo reitor da universidade, Alexandre Martins da Rosa, uma comissão composta pelos seguintes professores: representando o IBA, os arquitetos Demétrio Ribeiro, Ernani Dias Corrêa e o engenheiro Fernando de Azevedo Moura; representando a Escola de Engenharia, os engenheiros João Baptista Pianca, Lelis Espartel e Duílio Bernardi. A comissão era presidida por Leovegildo Paiva, professor da Escola de Engenharia<sup>245</sup>.

Em 19 de abril de 1949, a comissão remete ao reitor seu parecer. Nele, sugere a “criação de uma Faculdade de Arquitetura na Universidade do Rio Grande do Sul”<sup>246</sup>. Apresentava ainda duas recomendações: I- que a fusão dos cursos fosse realizada mediatamente, enquanto se aguardava a criação da Faculdade; II- que o curso dela resultante fosse dirigido e administrado por órgãos provisórios criados e subordinados à reitoria.

Anexo a este documento, vinha um anteprojeto de decreto que disporia “sobre a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade do Rio Grande do Sul”<sup>247</sup>, indicando disciplinas, seriação, dentre outras disposições. Na proposta, a Faculdade de Arquitetura teria como finalidade: “a) ministrar o ensino superior de arquitetura e urbanismo, visando a preparação de profissionais devidamente habilitados; b) Realizar estudos e pesquisas nos vários domínios científicos, técnicos e artísticos, que constituem o objetivo do seu ensino.”<sup>248</sup>

---

<sup>245</sup> LANÇAM-SE os alunos do Instituto de Belas Artes na campanha “por uma Faculdade de Arquitetura”. Correio do Povo, Porto Alegre, p.5, 26 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>246</sup> 19 de abril de 1949. Ao Exmº Snr. Engº Alexandre da Rosa; D.D. Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul. [s.l.], 1949. 2f.

<sup>247</sup> Há, no arquivo do Instituto de Artes da UFRGS documento intitulado ANTE PROJETO (1949?), sem data e não diretamente vinculado ao parecer da comissão. Por outro lado, o jornal Correio do Povo publica, em 19 de novembro de 1949, anteprojeto “como complemento ao memorial entregue ao Reitor da Universidade” apresentado ao Reitor no dia anterior, 18 de novembro de 1948 (SUGERIDA, 1949). Existe, assim, um intervalo de tempo entre o parecer da comissão (abril) e o anteprojeto apresentado ao reitor (novembro). Ambos os documentos são praticamente os mesmos, com alguns acréscimos no segundo que já aparecem referidos no primeiro. Por esta razão, creio que o documento sem data seja a versão preliminar de decreto encaminhada ao reitor com o relatório da comissão.

<sup>248</sup> ANTE PROJETO. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade do Rio Grande do Sul. [s.l., 1949?]. 6f.

São fins semelhantes<sup>249</sup> aos que constam no Decreto Lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945, que dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro (BRASIL, 1945). A Faculdade Nacional de Arquitetura é, enfim, tomada novamente como referência ao ensino gaúcho.

O anteprojeto apontava ainda que a Faculdade manteria dois cursos: de arquitetura e de urbanismo. O primeiro de cinco anos de duração. O segundo, de dois. Apresentava ainda as cadeiras<sup>250</sup> e seriação<sup>251</sup> de cada curso, além da titulação que cada um conferiria: arquiteto, à conclusão do primeiro; urbanista, do segundo. Titulações, notadamente, dissociadas.

Por fim, propunha os termos da “fusão” no que se refere à transferência do quadro docente, técnico e administrativo. Mas a proposta não será tratada em detalhes. Os dados apresentados são suficientes para colocar, a seguir, os termos da polêmica criada. Analisaremos, posteriormente, a lei e o regimento interno que efetivamente vigorarão.

---

<sup>249</sup> As poucas diferenças são as seguintes. No item a, a palavra “devidamente” substitui “altamente”. E no item b, há inclusão da palavra “científicos”.

<sup>250</sup> ANTE PROJETO. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade do Rio Grande do Sul. [s.l., 1949?]. 6f avulsas. “Art. – Os cursos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo compreenderão as seguintes cadeiras: a) Curso de Arquitetura § 1. Matemática Superior; 2. Geometria Descritiva; 3. Desenho Artístico; 4. História da Arte-Estética; 5. Modelagem Composição Decorativa; 6. Arquitetura Analítica – Arquitetura no Brasil; 7. Sombras – Perspectivas – Estereotomia; 8. Mecânica Racional – Grafostática – Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções; 9. Teoria da Arquitetura – Composições de Arquitetura; 10. Materiais de Construção – Estudos do Solo; 11. Técnica da construção – Topografia; 12. Física Aplicada; 13. Concreto Armado; 14. Grandes Composições de Arquitetura; 15. Legislação – Economia Política; 16. Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades; 17. Sistemas Estruturais; 18. Urbanismo – Arquitetura Paisagista; 19. Organização do Trabalho – Prática Profissional. § b) Curso de Urbanismo § 1. Teoria e prática dos planos de cidades; 2. Evolução urbana; 3. Urbanologia – Estatística – Documentação urbanística; 4. Técnica sanitária urbana – Serviços de Utilidade Pública; 5. Organização social das cidades; 6. Arquitetura paisagista; 7. Administração municipal”.

<sup>251</sup> ANTE PROJETO. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade do Rio Grande do Sul. [s.l., 1949?]. 6f avulsas. “Art. – A seriação do Curso de Arquitetura será a seguinte: § 1º ano: Matemática Superior; Geometria Descritiva; História da Arte – Estética; Desenho Artístico; Arquitetura analítica; Modelagem; 2º ano: Mecânica Racional – Grafostática; Sombras – Perspectivas – Estereotomia; Materiais de Construção – Estudos do Solo; Teoria da Arquitetura e Composições de Arquitetura; Arquitetura Analítica; 3º ano: Resistência dos Materiais – Est. das Construções; Física Aplicada; Técnica da construção – Topografia; Composição Decorativa [disciplina que não consta na lista de 19 anteriores]; Composições de Arquitetura; 4º ano: Concreto Armado; Legislação – Economia Política; Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades; Arquitetura no Brasil; Grandes Composições de Arquitetura; 5º ano: Sistemas Estruturais; Organização do Trabalho – Prática Profissional; Urbanismo – Arquitetura Paisagista; Grandes Composições de Arquitetura. Art. – A seriação do Curso de Urbanismo será a seguinte: § 1º ano: Teoria e prática dos planos de cidades; Evolução urbana; Urbanologia – Estatística – Doc. Urbanística; Técnica sanitária urbana – Serviços de Utilidade Pública; 2º ano: Teoria e prática dos planos de cidades; Evolução urbana; Arquitetura paisagista; Organização social das cidades; Administração municipal.

A proposta da comissão sofreu oposição da Escola de Engenharia. Na ata de sua reunião da Congregação, de 03 de maio de 1949, consta que ela estava ciente que a comissão criada para estudar a fusão dos cursos propusera a “criação de uma Faculdade de Arquitetura e diversas modificações nas cadeiras dos Cursos”<sup>252</sup>.

Mesmo assim, desconsiderando as recomendações do parecer elaborado e pactuado pela comissão, a Congregação aprovou por unanimidade a proposta do Prof. Luiz Faria: criar um Instituto de Arquitetura vinculado à Escola de Engenharia. Segundo ele, era necessário reconhecer que o meio e os recursos do Estado não comportavam uma Faculdade de Arquitetura. Segundo ele, o mais indicado seria criar um Instituto, “no qual fossem ministradas apenas as cadeiras especializadas, com os necessários ateliers, oficinas, etc.”<sup>253</sup>.

A razão desta vinculação está expressa na mesma ata:

Sendo a Escola de Engenharia uma organização composta de diversos Institutos, com seus respectivos Departamentos, entre os quais o de Arquitetura, todos eles perfeitamente organizados, com um professorado dedicado – que ministra um ensino eficiente, timbrando no cumprimento de seus programas, pensamos que no Estado do Rio Grande do Sul não existe, no momento, organização capaz de ministrar o ensino de Arquitetura com mais eficiência que nossa Escola de Engenharia, razão pela qual opinamos que, enquanto não se modificarem as condições anteriormente enunciadas, a verdadeira posição do Instituto de Arquitetura deverá ser na Escola de Engenharia<sup>254</sup>.

Meses após, em 1º de novembro de 1949, o Conselho de Diretores da Universidade se reúne. Nessa reunião, conforme os estudantes do IBA, “foi ignorado o parecer da Comissão técnica para a criação da FACULDADE DE ARQUITETURA e aprovada a criação de um Instituto de Arquitetura anexo à Escola de Engenharia e a extinção sumária do Curso de Arquitetura do IBA”<sup>255</sup>. O Conselho de Diretores, assim, acompanhava a proposta surgida na Escola de Engenharia.

---

<sup>252</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 110ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, realizada em 03 de maio de 1949. In. Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.

<sup>253</sup> Ibid.

<sup>254</sup> Ibid.

<sup>255</sup> LANÇAM-SE os alunos do Instituto de Belas Artes na campanha “por uma Faculdade de Arquitetura”. Correio do Povo, Porto Alegre, p.5, 26 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].



Os professores do Belas Artes, dias depois, se manifestaram. Em 4 de novembro, encaminham ao reitor documento<sup>256</sup> expressando seu ponto de vista sobre o caso<sup>257</sup>. Segundo eles, a proposição do Conselho “fere de frente a Lei nº 413, de 3/12/1948, e contraria de modo inegável os altos interesses do ensino e da própria formação dos futuros profissionais”<sup>258</sup>. A argumentação dos professores estava organizada em três tópicos: I – Aspecto legal; II – Aspecto didático; III – Solução.

Sobre o aspecto legal, a argumentação se centra na interpretação da lei nº 413. Dela, “se infere *claramente* [grifo nosso] que: a) os dois cursos não de desaparecer; b) surgindo um terceiro; c) no qual serão aproveitados, em idêntica situação, os professores dos dois cursos de Arquitetura extintos”<sup>259</sup>. Como o texto legal é obscuro, os professores do IBA entendem “claramente” o que querem.

Passam, então, à crítica da proposta do Conselho Universitário. Ela “extingue somente o Curso de Arquitetos do Instituto de Belas Artes, pois que o da escola de Engenharia continuará a existir, embora sob uma denominação (“Instituto de Arquitetura”)”<sup>260</sup>, afirmava o corpo docente do IBA. Além disso, ao invés do surgimento de um terceiro curso a partir dos dois existentes, o que se propõe é “uma verdadeira absorção do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes pelo da Escola de Engenharia”<sup>261</sup>.

No que tange ao aproveitamento dos docentes em “idênticas situações”, os representantes do Instituto concluíam que “o aproveitamento dos professores catedráticos do Curso de Arquitetura do I.B.A. passará (...) ao inteiro arbítrio da Congregação da Escola de Engenharia, a qual, naturalmente, será atribuída a tarefa de

---

<sup>256</sup> COSTA, Ney Chrysostomo da; CORRÊA, Ernani Dias; LUTZENBERGER, José; TIETBOHL, Ary Nunes; FARIA, Luiz Arthur Ubatuba de; PAIVA, Edvaldo Pereira; NETTO, Demetrio Ribeiro; GRAEFF, Edgar Albuquerque; CORONA, Fernando; GNOCCHI, Angelo Guido; CARVALHO, Adalberto Rodrigues de; MOURA, Fernando de Azevedo; LUBKE, Max Waldemar [carta] 04 de novembro de 1949, Porto Alegre [para] Reitor, Porto Alegre. Manifestação dos professores do IBA sobre a fusão dos cursos de arquitetura. 5f.

<sup>257</sup> Assinam o documento os professores Ney Chrysostomo da Costa; Ernani Dias Corrêa; José Lutzenberger; Ary Nunes Tietbohl; Luiz Arthur Ubatuba de Faria; Edvaldo Pereira Paiva; Demetrio Ribeiro Netto; Edgar Albuquerque Graeff; Fernando Corona; Angelo Guido Gnocchi; Adalberto Rodrigues de Carvalho; Fernando de Azevedo Moura; Max Waldemar Lubke.

<sup>258</sup> COSTA et al, Op. cit.

<sup>259</sup> Ibid.

<sup>260</sup> Ibid.

<sup>261</sup> Ibid.

redistribuir as novas cadeiras”<sup>262</sup>. Haveria assim, na percepção deles, “em vez de tratamento igual – inteira submissão”<sup>263</sup>.

A propósito do aspecto didático, o documento apontava ainda que a orientação do Conselho “contraria os altos interesses do ensino e a própria formação dos futuros profissionais”<sup>264</sup>. Rejeitando-a, os professores do Belas Artes dizem que esta sugestão não levava em consideração um fato importante: “a orientação didática que se deve imprimir aos programas das ‘cadeiras técnicas’, é consideravelmente diversa, conforme se trate de estudantes de engenharia civil ou de arquitetura” e que “o mesmo acontece com relação aos estudantes de Artes Plásticas ou de Arquitetura”<sup>265</sup>. Logo, pela natureza dos cursos, o mesmo conteúdo deveria ser ministrado de formas diferentes, acolhendo as particularidades de cada formação.

Além disso, alicerçavam sua posição no “testemunho insuspeito de grandes estudiosos entendidos no assunto”<sup>266</sup>. Citam Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Gustavo Capanema. Assim, “não é apenas nossa assertiva de que o critério consagrado pela resolução do Egrégio Conselho Universitário não consulta aos melhores interesses do ensino e da formação profissional dos futuros arquitetos”<sup>267</sup>.

Sobre a menção a Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde até 1945, é necessário breve comentário. Os professores do IBA citam sua exposição de motivos anexa ao encaminhamento do decreto-lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945, que criava a Faculdade Nacional de Arquitetura. Nela o Ministro argumentava que a formação do arquiteto não poderia “resultar de uma soma de estudos independentes, uns de ordem técnica, outros de ordem artística”<sup>268</sup>. Além disso, deveria “toda ela consistir num

---

<sup>262</sup> COSTA, Ney Chrysostomo da; CORRÊA, Ernani Dias; LUTZENBERGER, José; TIETBOHL, Ary Nunes; FARIA, Luiz Arthur Ubatuba de; PAIVA, Edvaldo Pereira; NETTO, Demetrio Ribeiro; GRAEFF, Edgar Albuquerque; CORONA, Fernando; GNOCCHI, Angelo Guido; CARVALHO, Adalberto Rodrigues de; MOURA, Fernando de Azevedo; LUBKE, Max Waldemar [carta] 04 de novembro de 1949, Porto Alegre [para] Reitor, Porto Alegre. Manifestação dos professores do IBA sobre a fusão dos cursos de arquitetura. 5f.

<sup>263</sup> Ibid.

<sup>264</sup> Ibid.

<sup>265</sup> Ibid.

<sup>266</sup> Ibid.

<sup>267</sup> Ibid.

<sup>268</sup> Na manifestação dos professores, de 4 de novembro de 1949, a frase é completada com parágrafo do texto do ministro que não está diretamente ligada a ela. A completa exposição de motivos do Ministro pode ser lida no anexo III (Documentos relativos à criação da FNA-UB) da tese: FAVERO, Marcos. Dos mestres sem escola à escola sem mestre. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.

constante esforço que leve o aluno a conquistar um saber harmônico, em que a técnica e a arte formem uma natural unidade”<sup>269</sup>.

Na mesma exposição de motivos, Capanema cita o urbanismo. Afirmava ele que, à época, não existia ainda, “em nosso sistema educacional, a especial configuração do ensino de urbanismo, lacuna que não pode deixar de ser desde logo preenchida”<sup>270</sup>. A criação da FNA pretendia dar conta, também, da formação em urbanismo.

Ainda para Capanema, os diplomados em urbanismo deveriam fazer “da cidade um conjunto de valores plásticos e de serviços úteis, que tornem possível uma agradável convivência humana”<sup>271</sup>.

É necessário aludir à exposição de motivos de Capanema não só por sua citação no documento encaminhado ao reitor. É importante compreender também o que alicerçou a criação da FNA carioca, instituição que serviu de modelo aos professores sediados no Rio Grande do Sul.

Mas retomemos a linha de raciocínio dos representantes do IBA. A solução proposta por eles, que “não contraria a Lei 413, sob o aspecto de justiça” e “não trará um tratamento desigual para os professores e, principalmente, sob o aspecto didático”<sup>272</sup> é a criação de uma Faculdade de Arquitetura. Ao propô-la e baseá-la na autoridade de personagens da cena nacional, a criação da Faculdade de Arquitetura, autônoma, se alinha ao movimento nacional de tornar o ensino de arquitetura independente. Para o corpo docente do Belas Artes era incompreensível que, “no momento em que todos os ‘cursos’ de arquitetura do Brasil são transformados em faculdades, no Rio Grande se há de regredir, a ponto de contrariar a orientação geral”<sup>273</sup>.

A formação de cursos de arquitetura e de urbanismo autônomos no país – desvinculados das Escolas Politécnicas/de Engenharia e de Belas Artes – teve como primeira experiência a criação da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, em 1930

---

<sup>269</sup> Exposição de Motivos do Ministro Capanema, que Encaminha o Decreto-Lei n. 7.918, de 31 de agosto de 1945, relativo a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura. In. FÁVERO, Marcos Osmar. Dos mestres sem escola à escola sem mestres: ensino de arquitetura no Rio de Janeiro – 1816-1965. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2009. [Anexo III (Documentos relativos à criação da FNA-UB)].

<sup>270</sup> Ibid.

<sup>271</sup> Ibid.

<sup>272</sup> COSTA, Ney Chrysostomo da; CORRÊA, Ernani Dias; LUTZENBERGER, José; TIETBOHL, Ary Nunes; FARIA, Luiz Arthur Ubatuba de; PAIVA, Edvaldo Pereira; NETTO, Demetrio Ribeiro; GRAEFF, Edgar Albuquerque; CORONA, Fernando; GNOCCHI, Angelo Guido; CARVALHO, Adalberto Rodrigues de; MOURA, Fernando de Azevedo; LUBKE, Max Waldemar [carta] 04 de novembro de 1949, Porto Alegre [para] Reitor, Porto Alegre. Manifestação dos professores do IBA sobre a fusão dos cursos de arquitetura. 5f.

<sup>273</sup> Ibid.

(OLIVEIRA; PERPÉTUO, 2005). Mais de uma década depois, em 1945, é criada no Rio de Janeiro, a Faculdade Nacional de Arquitetura. Pouco depois, em 1947, foi criada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Mackenzie, desmembrada da Escola de Engenharia (STOCKLER E BREIA, 2007). No ano seguinte, 1948, era criada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, desmembrada do curso de engenheiros arquitetos da Escola Politécnica (FICHER, 2005).

Era a esse movimento de emancipação do ensino que a proposta do IBA se filiava. Mas, importante perceber, a proposta de criação da Faculdade de Arquitetura gaúcha é *sui generis*. Até então, as escolas de engenharia ou de belas artes davam origem a cursos de arquitetura autônomos. A trajetória local impunha uma dupla origem ao ensino independente da arquitetura. Como mediar esta situação?

Dias após a manifestação dos professores do IBA, na reunião da Congregação da Escola de Engenharia, de 18 de novembro de 1949, o reitor comunicou que tivera entendimento com o governador do Estado sobre a fusão dos cursos. Foram desprezadas as propostas de criação da Faculdade de Arquitetura – sob alegação de exiguidade das finanças do Estado – ou de um Instituto de Arquitetura ligado diretamente à reitoria. A proposta que defendeu, na ocasião, foi do funcionamento do Instituto de Arquitetura na Escola de Engenharia. E o fez com argumentos “justificativos da primazia que tem a Escola sobre esse funcionamento sob a sua jurisdição a quaesquer outros estabelecimentos de ensino”<sup>274</sup>.

Estava posta a polêmica. Criar um Instituto de Arquitetura, vinculado à Escola de Engenharia, ou uma Faculdade de Arquitetura, autônoma? Subjacente a estas propostas estavam concepções alicerçadas na história de cada instituição. A perspectiva de “fusão” dos cursos impôs, enfim, a delimitação de âmbitos entre engenharia e arquitetura, desde o ponto de vista acadêmico até o da atuação profissional.

Para a Escola de Engenharia, a arquitetura estava a ela ligada na condição de “ramo”, especialidade da profissão. Os engenheiros reivindicavam-na como domínio da técnica, sem obliterar sua dimensão artística – expressa na atuação docente de Steinhof. Não poderia se tornar autônoma, mas se manter submissa, como Instituto.

Para o IBA, a arquitetura era “secção” da arte. Os arquitetos reivindicavam-na como domínio da expressão plástica, sem obliterar a dimensão técnica. E aceitavam que

---

<sup>274</sup> ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 110ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, realizada em 03 de maio de 1949. In. Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.

sua autonomia se fizesse pelo desligamento da arte, jamais da engenharia. A arquitetura deveria formar uma Faculdade.

A seguir será apresentado o debate realizado publicamente, além das fronteiras da universidade. Os argumentos defendidos por cada parte aprofundam os já até aqui delineados.

### **3.3. O debate além das fronteiras da universidade**

Arquitetos e engenheiros se enfrentaram, também, fora das fronteiras da universidade. Entidades representativas de profissionais e de estudantes se expuseram sobre a fusão dos cursos através da imprensa e de periódicos. A seguir, serão expostos os argumentos usados de parte a parte na defesa de suas concepções.

Em 06 de novembro de 1949, o IAB-RS – cujo primeiro presidente foi Ernani Dias Correa e que tinha entre seus diretores, naquele ano, Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff e Edvaldo Pereira Paiva, todos professores do curso de Arquitetura do IBA – publicou, no jornal Correio do Povo, manifestação acerca da questão.

Sua posição não surpreende: o departamento gaúcho do Instituto de Arquitetos, “em defesa dos interesses da profissão e do desenvolvimento da arquitetura”<sup>275</sup>, era favorável à criação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul.

Para o IAB-RS a proposta da comissão responsável por estudar a fusão dos cursos concordava com princípios defendidos por: i- entidades que congregam arquitetos; ii- pelo 1º Congresso Brasileiro de ensino de engenharia e arquitetura; iii- pela exposição de motivos do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, para a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura; iv- e por profissionais de maior destaque no contexto nacional, como Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Inseriam, assim, como já referido, a sugestão da comissão num movimento nacional que tornava autônomo o ensino de arquitetura. Servia como referência o processo de criação da Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro, análogo ao que ocorria no Rio Grande do Sul.

---

<sup>275</sup> FUSÃO dos cursos de arquitetura. Manifesta-se a respeito o Instituto de Arquitetos do Brasil. Correio do Povo, Porto Alegre, p.5, 06 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

Ainda para o departamento gaúcho, a proposta de criação de um Instituto vinculado à Escola de Engenharia contrariava “princípios didáticos universalmente aceitos” e representava “um verdadeiro retrocesso no ensino da arquitetura em nosso Estado”<sup>276</sup>.

No mesmo, 1949, um dos militantes do IAB-RS, Edgar Graeff, expos sua opinião sobre o tema em encarte intitulado *Criação de uma Faculdade de Arquitetura*<sup>277</sup> (Figura 21). Nele, sua argumentação parafraseia, em momentos, o texto *Considerações sobre o ensino de Arquitetura*, de Lúcio Costa, também publicado em 1949, na Revista Espaço<sup>278</sup>.

Sua manifestação é importante, pois Graeff explicita os termos da disputa em pauta. Apresenta suas concepções sobre o significado e o método da arquitetura, bem como sua relação com a arte e a engenharia.

Graeff defendia, como o título revela, a criação da Faculdade de Arquitetura. Criticava os alunos do curso de engenheiros-arquitetos por insistirem no isolamento do ensino de arquitetura ao ambiente artístico e por julgarem-na um ramo da engenharia.

Tecia ainda considerações acerca da formação. Compreendia que “pode-se simplesmente *educar* o arquiteto, criar condições que incentivem o desenvolvimento de suas *faculdades criadoras*, isto é, de *sua capacidade inata de criar*, do seu *poder de fazer arte*”<sup>279</sup>.

Assim, para o professor, não era possível formar arquitetos. A profissão era uma vocação. Logo, o ensino teria por papel oferecer aos estudantes o pleno desenvolvimento de suas capacidades inatas, não de dá-las origem. Esta característica ligaria o ensino da arte ao da arquitetura. Logo, um “ambiente de arte” era fundamental à formação dos arquitetos.

---

<sup>276</sup> FUSÃO dos cursos de arquitetura. Manifesta-se a respeito o Instituto de Arquitetos do Brasil. Correio do Povo, Porto Alegre, p.5, 06 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>277</sup> GRAEFF, Edgar. Criação de uma Faculdade de Arquitetura. In. LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. Arquitetura UFRGS: 50 anos de história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p.15-22. As organizadoras da obra comemorativa aos 50 anos da UFRGS, sobre o texto de Graeff, anotam que o texto foi originalmente publicado como encarte da Revista Espaço de 1949. Não citam, no entanto, em que número o encarte saiu. Há, no ano de 1949, dois números da Revista Espaço: nº 3, de junho; nº 4, de dezembro.

<sup>278</sup> COSTA, Lucio. Considerações sobre o ensino da arquitetura. In. ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo- Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun., 1949. p. 14-15.

<sup>279</sup> GRAEFF, Edgar. Criação de uma Faculdade de Arquitetura. In. LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. Arquitetura UFRGS: 50 anos de história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.15-22, 2002: 17.

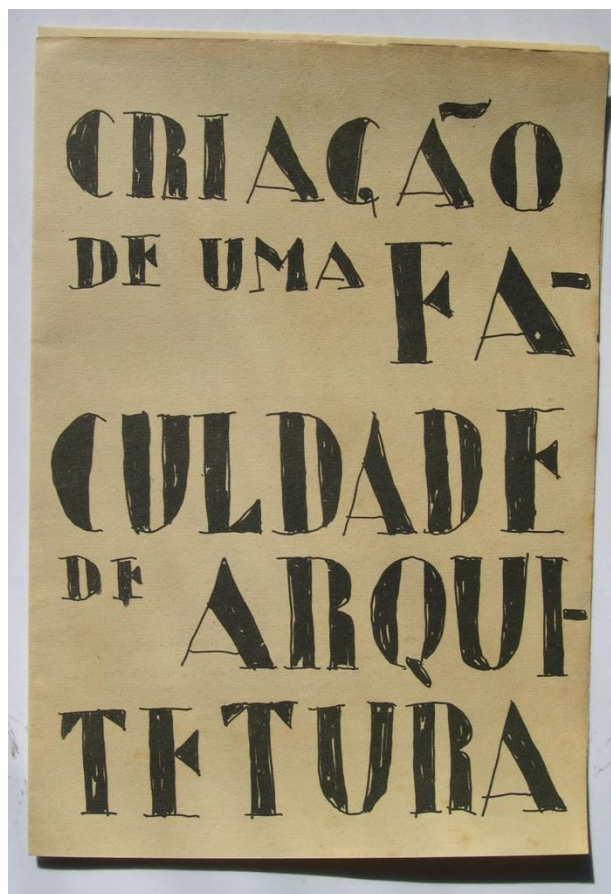


Figura 21: Capa do folheto de Edgar Graeff. Fonte: Simon (2003).

Defender o “ambiente de arte” como necessário à formação em arquitetura se assemelha à posição de Lúcio Costa, para quem “não é desejável, em princípio, a completa separação do ensino de arquitetura do ensino da pintura e da escultura”<sup>280</sup>.

Logo a seguir, Graeff citava explicitamente Lúcio Costa ao distinguir simples construção e construção arquitetônica: a primeira satisfaria apenas às exigências técnicas e funcionais; a segunda buscaria o valor plástico da obra, além de resolver seus problemas técnicos e funcionais.

Continuando em sua argumentação, dizia que o arquiteto deveria ter três características: 1. Faculdade criadora; 2. Compreensão humana e conhecimento das ciências; 3. Conhecimentos técnicos.

Os conhecimentos técnicos se baseariam nas ciências exatas, “reduzidos a fórmulas, tabelas e ábacos”<sup>281</sup>. Logo, poderiam ser ensinados num Instituto de Belas

---

<sup>280</sup> COSTA, Lucio. Considerações sobre o ensino da arquitetura. In. ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo- Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun., 1949. p.14-15.

Artes, numa Faculdade de Arquitetura ou numa Escola de Engenharia, indistintamente. E, como “*existe uma oposição fundamental* entre a estruturação do ensino da arquitetura e o da engenharia”<sup>282</sup>, estes conteúdos estariam adequadamente contidos numa instituição autônoma.

A oposição a que se refere é delineada quando compara os ensinamentos da engenharia e da arquitetura. O “biênio fundamental dos Cursos de Engenharia é constituído por inúmeras disciplinas teóricas que farão a base do triênio de aplicação”<sup>283</sup>, comenta. Esta estrutura seria “apresentada por linhas que *divergem* do biênio fundamental para o triênio da aplicação”<sup>284</sup>. Já no ensino de arquitetura, “os conhecimentos teóricos ministrados ao arquiteto *convergem* do primeiro ao quinto ano, para uma aplicação prática – *Composição de Arquitetura*”<sup>285</sup>. Enfim, conclui Graeff, “Arquitetura é composição”<sup>286</sup>.

Esta distinção entre o ensino de engenharia e de arquitetura é similar ao que faz Costa<sup>287</sup>. Para este,

Enquanto para os engenheiros o biênio fundamental se constitui logicamente de uma série de disciplinas teóricas indispensáveis e que vão ter a sua aplicação nos variados setores do conhecimento em que o curso se espraia, o que pode ser representado esquematicamente pela fig. 1; no caso dos arquitetos, visando o curso unicamente o planejamento e a construção de edifícios, todas as matérias, tanto as do biênio fundamental quanto as do triênio de aplicação, convergem para a disciplina tronco que é composição, o que se pode representar graficamente, pela fig. 2. (COSTA, 1949: 15).

O artigo e os esquemas gráficos referidos por Lúcio Costa e que acompanham o texto são expostos nas Figuras 22 e 23.

---

<sup>281</sup> GRAEFF, Edgar. Criação de uma Faculdade de Arquitetura. In. LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.15-22, 2002: 18.

<sup>282</sup> *Ibid.*, op.cit.

<sup>283</sup> *Ibid.*, op. cit.

<sup>284</sup> *Ibid.*, op. cit.

<sup>285</sup> *Ibid.*, op. cit.

<sup>286</sup> *Ibid.*, op. cit.

<sup>287</sup> COSTA, Lucio. Considerações sobre o ensino da arquitetura. In. ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo- Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun., 1949. p.14-15.



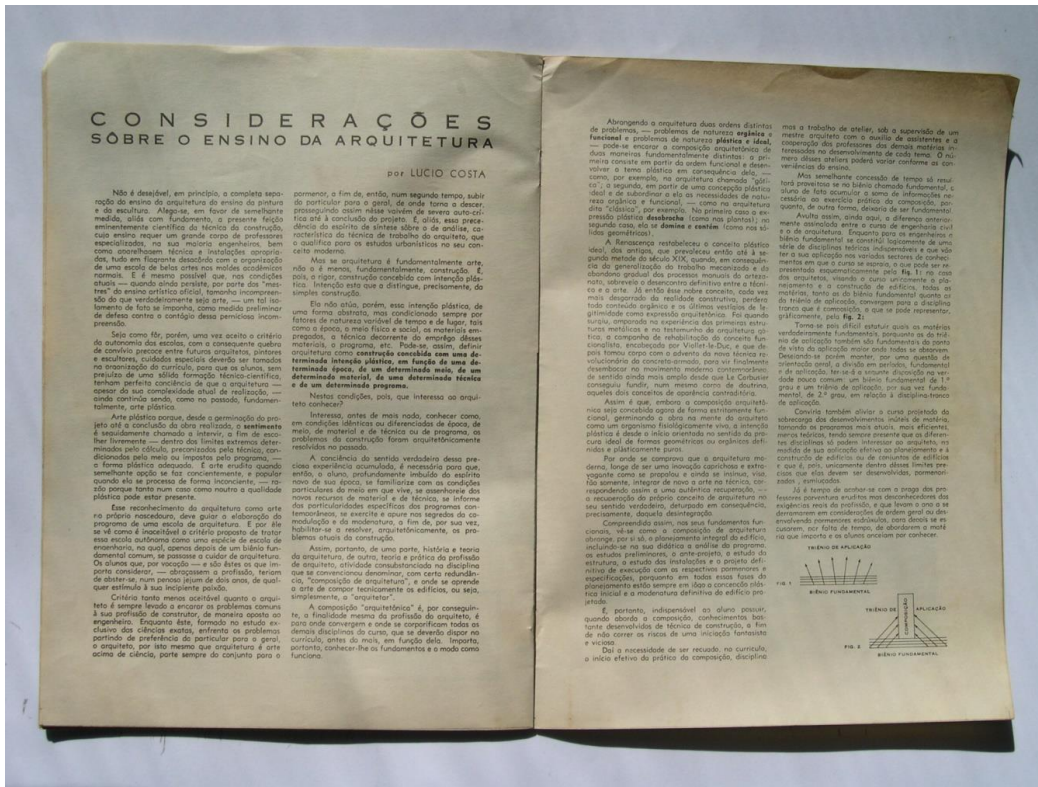


Figura 22: Texto de Lúcio Costa publicado na revista espaço, com diagrama que sintetiza sua concepção sobre as diferenças no ensino da arquitetura e da engenharia (abaixo à direita). Fonte: COSTA, Lucio. Considerações sobre o ensino da arquitetura. In. ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo- Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun., 1949. p.14-15.

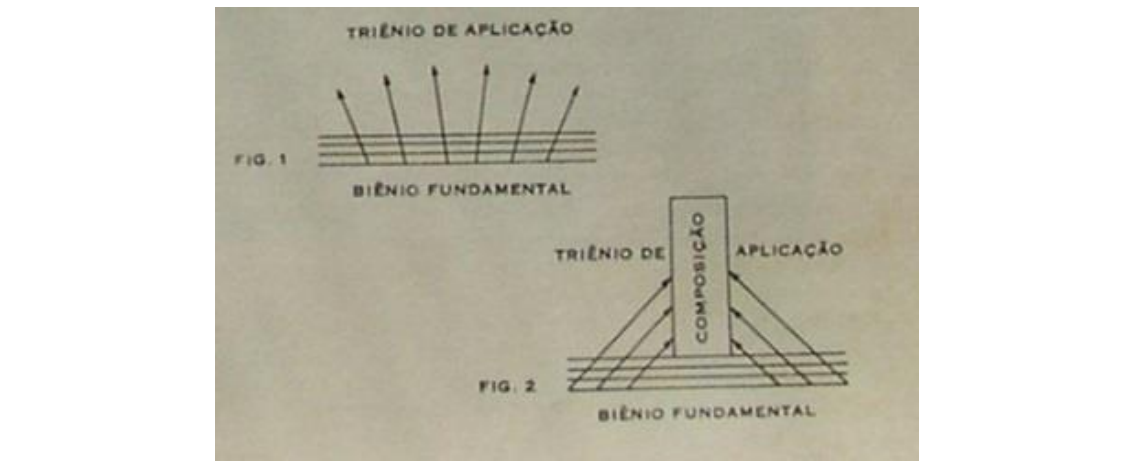


Figura 23: Detalhe dos diagramas que sintetizam exposição de Lucio Costa sobre as diferenças no ensino da arquitetura e da engenharia. Fonte: COSTA, Lucio. Considerações sobre o ensino da arquitetura. In. ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo- Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun., 1949. p.14-15.

A semelhança entre os argumentos de Graeff e de Costa é explícita: de um lado, a convergência dos conteúdos/conhecimentos da formação em arquitetura para a

“disciplina tronco”, composição; de outro, a divergência dos conteúdos/conhecimentos da formação em engenharia para os diversos “setores” em que o curso de “espraia”.

Os argumentos de Graeff e Costa reconhecem: I. a composição como núcleo da formação em arquitetura; II. a divisão da engenharia em setores. Contudo, como está manifesto na defesa de Graeff, dentre eles não se inclui a arquitetura.

Ainda segundo Graeff, a segunda característica necessária ao arquiteto (o conhecimento relativo ao ser humano), era fundamental à “organização dos programas de necessidades e nas questões de orientação filosófica da Arquitetura”<sup>288</sup>. Em sua concepção, a “solução ideal para a sua administração seria, então, numa Faculdade de Arquitetura”<sup>289</sup>.

Abordando, finalmente, a capacidade criadora, aquela que não pode ser ensinada e onde “se encontra a varinha mágica da obra arquitetônica”<sup>290</sup>, Graeff argumentava: só o contato com a arte possibilitará, ao arquiteto, “a plena floração da capacidade de emoção e expressão estéticas”<sup>291</sup>. Apesar de autônoma em relação ao ensino das artes, deve dela se alimentar.

Ao fim do encarte, este autor esclarece porque, em sua concepção, a arquitetura não é ramo da engenharia e, conseqüentemente, o ensino de ambas deve ser apartado: a formação mental do arquiteto seria oposta à do engenheiro. Para Graeff, o arquiteto “ataca os problemas do geral para o particular – síntese necessária à ordenação de fatores relativos: históricos, geográficos, materiais, técnicos, humanos e plásticos”<sup>292</sup>. O engenheiro, por sua vez, “ataca os problemas do particular para o geral – análise técnica baseada nas ciências exatas”<sup>293</sup>.

Esta concepção se assemelhava a apresentada por Lucio Costa no texto já parafraseado. Segundo Costa:

enquanto este [o engenheiro], formado no estudo exclusivo das ciências exatas, enfrenta os problemas partindo de preferência do particular para o geral, o arquiteto, por isto mesmo que a arquitetura é arte acima de ciência, parte sempre do conjunto para o pormenor, a fim de, então, num segundo tempo, subir do particular para o geral, de

---

<sup>288</sup> GRAEFF, Edgar. Criação de uma Faculdade de Arquitetura. In. LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.15-22, 2002: 19.

<sup>289</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>290</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>291</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>292</sup> Ibid.: 21.

<sup>293</sup> Ibid., loc. cit.

onde torna a descer, prosseguindo assim nesse vaivém de severa autocrítica até a conclusão do projeto (COSTA, 1949: 14).

Logo após, Costa fazia ainda a seguinte referência ao urbanismo: “É, aliás, essa precedência do espírito de síntese sobre o de análise, característica da técnica de trabalho do arquiteto, que o qualifica para os estudos urbanísticos no conceito moderno” (COSTA, 1949: 14).

Enfim, é a partir da síntese, expressa pelo eixo convergente dos saberes, a composição, habilidade particularmente requerida pela arte, que a arquitetura se define. É que o arquiteto reivindica o exercício do urbanismo. Arquitetura e urbanismo são objetos do mesmo processo mental: a capacidade de composição.

Este é o núcleo do argumento de Graeff, tomado de Lucio Costa: de um lado, a defesa da arquitetura como arte. De outro, a centralidade da composição (expressão da síntese artística, contraposta à análise, própria à ciência) seja no exercício da arquitetura ou do urbanismo.

### **3.4. A propósito das dicotomias arte-técnica, síntese-análise**

É notório o vínculo entre a formação oferecida pela Faculdade Nacional de Arquitetura – antiga Escola Nacional de Belas Artes carioca – e o modelo didático-pedagógico da *École des Beaux-Arts* parisiense. A perenidade do método de ensino da escola francesa, sistematizado por Julien Guadet, para além das fronteiras francesas, idem<sup>294</sup> (FAVERO, 2005; MACIEL, 2009).

Este programa, “padrão federal” e referência ao ensino da arquitetura do IBA, é o que subjaz à argumentação de Graeff. Todavia, para além das ressonâncias *Beaux-Arts* presentes na argumentação de Graeff, é necessário compreender o debate que ele propõe em seus próprios termos. Em resumo, os argumentos centrais colocados são: I- a defesa da arquitetura como arte; II- a oposição análise – síntese; III- a centralidade da composição.

---

<sup>294</sup> Favero (2005), cita, por exemplo, que é “incontestável a importância da *École des Beaux Arts*, cuja fundação ocorreu no ano de 1806, na produção arquitetônica do século XIX, e o caráter de modelo que assumiu frente ao ensino de arquitetura em todo o mundo ocidental” (FAVERO, 2005: 39).

## I- Defesa da arquitetura como arte

Um dos argumentos que sustentam a tese de que a arquitetura deveria participar de um “ambiente de arte”, fundamental à formação profissional, está na definição de arquitetura que Graeff toma emprestada de Costa: aquela que distingue simples construção, ordinária, e construção arquitetônica, que busca valores plásticos para além das soluções técnicas e funcionais.

Propõe, assim, uma polarização entre beleza e “simples” utilidade. É enunciado que se aproxima da afirmação de Le Corbusier, para quem a “arquitetura está além das coisas utilitárias” (CORBUSIER, 2000: XXXI).

A proposição do professor do IBA confunde um fenômeno genérico, a arquitetura, com apenas algumas manifestações particulares deste fenômeno, “especialmente aquelas nas quais se configuraria a excelência” (SILVA, 1994: 54). Nesta concepção, o vocábulo deixa de ser substantivo e passa a ser empregado como adjetivo.

Este é um tipo de definição que Silva (1994) chama de enunciado reducionista: “aqueles que visualizam o fenômeno arquitetônico exclusiva ou preferencialmente sob um único ângulo, desconhecendo a necessária complexidade ontológica apresentada pela arquitetura na condição de manifestação cultural” (SILVA, 1994: 48). Enunciados reducionistas são utilizados, segundo Silva (1994), por aqueles que tentam legitimar sua própria forma de interpretar o fenômeno arquitetônico; ou como forma persuasiva de atrair adeptos à sua concepção.

Para Graeff, apenas uma Faculdade autônoma, próxima ao ambiente da arte, que permitisse o pleno desenvolvimento das capacidades inatas de criação e expressão estética, poderia oferecer um ensino de arquitetura também de excelência.

## II – Oposição síntese – análise

Argumento complementar ao anterior, usado por Graeff, é o que afirma a existência de uma oposição entre o ensino de engenharia e de arquitetura: no primeiro, a formação seria “divergente” (linhas que se separam do biênio fundamental para o triênio de aplicação); no segundo, a formação seria “convergente” (os conhecimentos ministrados ao longo do curso convergiriam para sua aplicação prática na composição de arquitetura, disciplina tronco, núcleo da formação).

Por conta deste método pedagógico, o engenheiro seria formado mentalmente para realizar análises (enfrentando os problemas do particular para o geral), abordagem similar à da técnica e da ciência. O arquiteto, por sua vez, seria formado mentalmente para realizar sínteses (enfrentando os problemas do geral para o particular), abordagem similar à da arte.

Análise se vincula, etimologicamente, a desligar, separar (HOUAISS, 2001). Para Bunge (2012), análise é uma “quebra de um todo em seus componentes e suas mútuas relações” (BUNGE, 2012: 27). Para Japiassu (1996), “é uma decomposição de um todo ou de um objeto em suas partes” (JAPIASSU, 1996: 9), ou seja, se opõe à síntese.

Síntese se vincula, etimologicamente, à reunião, composição, justaposição (HOUAISS, 2001). Para Bunge (2012), é a “reunião ou combinação, natural ou artificial, de diferentes espécies” (BUNGE, 2012: 357). Para Japiassu (1996), é o “ato de reunir ou combinar em um todo elementos dados separadamente” (JAPIASSU, 1996: 249).

Percebe-se que Graeff define engenharia e arquitetura a partir de uma antítese precisa: de um lado, a capacidade de separar, decompor (a análise); de outro, a capacidade de reunir, compor (a síntese). A primeira aproxima engenharia à técnica e à ciência. A segunda aproxima arquitetura à arte. A propósito destas distinções – técnica, ciência, arte – é necessário um breve esclarecimento.

A ciência se refere a diferentes práticas ou disciplinas acadêmicas que abordam de maneira sistemática, objetiva, metódica e racional certos tipos de objetos em busca de (ou para a utilização de) padrões nas ideias, na natureza ou na sociedade (CUPANI, 2009; BUNGE, 2012). É básica (ou pura) quando tem por objetivo ampliar o conhecimento na respectiva área, sem um propósito de aplicação. Busca, assim, desinteressadamente o saber. Não a move outra razão que não seja enriquecer o conhecimento (CUPANI, 2009; BUNGE, 2012). E é aplicada quando busca novos conhecimentos científicos empregáveis de forma prática. Está à procura de uma utilidade (CUPANI, 2009; BUNGE, 2012).

A tecnologia (tomada aqui como sinônimo de técnica), por sua vez, consiste na busca de objetivos práticos utilizando o saber. Procura, esta forma, de maneira interessada, projetar artefatos e processos (CUPANI, 2009; BUNGE, 2012). O saber tecnológico se apoia na ciência (e em seus métodos) para buscar conhecimentos úteis e

resultados de aplicação prática. Como afirma Bunge, “a pesquisa científica se limita a conhecer; a técnica emprega parte do conhecimento científico somado a novo conhecimento para projetar artefatos e planejar linhas de ação que tenham algum valor prático para algum grupo social” (BUNGE, 1980: 32).

A arte, por sua vez, se vincula a outros pressupostos. Ela produz coisas reconhecidas como belas (JAPIASSU, 1996). Busca a obtenção de prazer estético, “um prazer diferente dos assim chamados prazeres da carne” (BUNGE, 2012: 34). Todavia, como afirma Gullar (2003), “qualquer objeto, artístico ou não, pode ser fonte de prazer estético e portanto sujeito à contemplação. Não obstante, a produção de objetos que se querem ‘obras de arte’ resulta de uma opção espiritual e prática, diferente da que produz outros objetos” (GULLAR, 2003: 22).

Definidos estes termos, é possível relacioná-los à proposição de Graeff.

A engenharia (próxima à técnica e à ciência) analisaria (ou seja, decomporia) com a finalidade de melhor compreender os fenômenos físicos. Se entendidos, seria possível prevê-los e aplicar este conhecimento a serviço da construção civil.

A arquitetura (próxima à arte), por sua vez, compõe com a finalidade de produzir coisas belas (não só construir, mas construir com beleza). Utiliza o conhecimento sobre os fenômenos físicos como recurso viabilizador do objeto composto. Sua finalidade é criar prazer estético. Distancia-se, neste sentido, da racionalidade técnico-científica. A arquitetura seria “um fato de arte, um fenômeno de emoção, fora das questões de construção, além delas” (CORBUSIER, 2000: 10).

Estas concepções podem ser resumidas num trecho de Corbusier, que diz: “a construção é para sustentar; a arquitetura é para emocionar” (CORBUSIER, 2000: 10).

Todavia, Graeff não coloca análise (técnica/ciência) e síntese (arte) apenas como termos contrários e inconciliáveis. Reconhece-os também como articulados, etapas de um processo em que uma dimensão (a síntese) submete outra (a análise).

### III – A centralidade da composição

“Arquitetura é composição”, afirmava Graeff categoricamente. É a partir da síntese, expressa pelo eixo convergente dos saberes, a composição, habilidade particularmente requerida pela arte, que a arquitetura se define.

Mas o que é composição? Segundo Favero (2009), a composição, “na tradição acadêmica, significa ordenar as partes como elementos de uma sintaxe, para, seguindo regras estabelecidas *a priori*, formar um todo” (FAVERO, 2009: 39).

A composição, afirma Silva (1986: 21), conforme definida por Julien Guadet (o célebre professor de teoria da arquitetura da *École*, autor de *Eléments et théorie de l'Architecture*), “consolidava-se num catálogo que englobava os instrumentos e técnicas da arte de desenhar, sistemas de proporções, paredes e suas aberturas, as ordens clássicas, as plantas-tipo, tetos, escadas, cornijas, etc.”. Desta forma, compor seria “combinar, em determinado projeto, elementos selecionados dentro de um *repertório finito* e em obediência a regras ou cânones homologados e explícitos, ainda que arbitrários ou convencionais” (SILVA, 1986: 21). Ela era, enfim, para Guadet, “o ‘artístico’ da arquitetura” (KRUFT, 1990: 507).

A composição, vinculada à tradição acadêmica, não foi superada integralmente pelo modernismo na arquitetura. Conforme Silva (1986: 21-22), este movimento não se “ocupou da renovação dos procedimentos projetuais, talvez por considerar a ideia da composição como algo permanente e inquestionável”. Logo, ela se mantém como diretriz didático-pedagógica em instituições de ensino do século XX, como, por exemplo, o IBA.

O tipo de definição de arquitetura proposto por Graeff na frase “arquitetura é composição”, se assemelha ao que Silva (1994) denomina definição pelo processo de concepção. Ela separa e hierarquiza as etapas de um processo que, na obra arquitetônica, é uno – concepção e construção. Dá, finalmente, relevância ao processo de concepção e não ao produto.

Todavia, a composição a que Graeff se refere não se reduz à seleção e articulação de elementos físicos. É também um processo mental de articulação de campos disciplinares variados que “convergiriam” para a concretização da obra arquitetônica – sejam eles de caráter tectônico, científico, social, espiritual. A composição, para Graeff, enfim, não é só de formas, volumes, planos, mas também um modo particular de articulação entre conhecimentos variados – técnicos, científicos, sociais, culturais, artísticos.

A cadeira composição – e não só o método compositivo – é, por consequência, o centro da formação em arquitetura. Ela representa o momento em que o estudante exercita as competências necessárias ao domínio operativo da síntese de conhecimentos

(não só da articulação de formas, ambientes, elementos). Por isso ela funcionaria com a “espinha dorsal” da formação em arquitetura<sup>295</sup>. Esta maneira de dar centralidade à composição (como método e como cadeira) perdurará nas décadas seguintes na Faculdade de Arquitetura.

Toda esta argumentação de Graeff (a defesa da arquitetura como arte, a oposição análise – síntese, a centralidade da composição), manifesta em meio a uma disputa pelo domínio do campo, aparenta ser explicativa, mas é, de fato, prescritiva.

Sua proposição não se baseia apenas num “espaço de experiências”, mas também num “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006). O presente, tenso e conflituoso, articulava, em Graeff, o passado (vinculado a uma herança) e o futuro (como antecipação de expectativas). Seu folheto queria, assim, não só descrever o ensino e a profissão, mas propor-lhes um programa futuro.

Cabe destacar, por fim, que a capacidade de síntese também é estendida às habilidades requeridas ao exercício do urbanismo. Como propõe Costa, é a aptidão para a síntese que qualificaria o arquiteto aos estudos urbanos. Esta é outra ideia que repercutirá futuramente na Faculdade de Arquitetura.

### 3.5. PUFA

Mas a polêmica sobre a criação da Faculdade de Arquitetura teve outros episódios. Novos argumentos são publicados na imprensa. Em 1950, o debate se acirrou. Em 26 de março, no *Correio do Povo*, estudantes<sup>296</sup> do curso de arquitetura do IBA lançam o movimento Por Uma Faculdade de Arquitetura (PUFA).

Esta manifestação<sup>297</sup> discutia a lei de 1948, o parecer da comissão nomeada pelo reitor, e questionava a proposta de criação do Instituto de Arquitetura ao invés da

---

<sup>295</sup> Favero (2009) demonstrou em sua tese que as principais instituições de ensino de arquitetura do Rio de Janeiro, no período 1826 a 1965 (a Academia Imperial de Belas Artes [1826-1889], a Escola Nacional de Belas Artes [1890-1945] e a Faculdade Nacional de Arquitetura [1945-1965]), tiveram sempre o atelier como a “espinha dorsal” da formação em arquitetura. Conseqüentemente, por ser o “padrão federal” que orientou o ensino gaúcho, acaba tendo centralidade também na formação local.

<sup>296</sup> A comissão era composta pelos seguintes estudantes do Instituto de Belas Artes: Paulo Vallandro, Luiz Radomsky, Ari Mazzini Canarim, Afranio Sanches Loureiro, Enilda Ribeiro, Vera Fabricio, Carlos Maximiliano Fayet, Jerson Hoyer, Adroaldo Guerra, Zeno Maraninchi da Silva.

<sup>297</sup> LANÇAM-SE os alunos do Instituto de Belas Artes na campanha “por uma Faculdade de Arquitetura”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 26 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].



Faculdade de Arquitetura. Além disso, rechaçava recente declaração do reitor, para quem não existia, no Estado, “clima cultural suficiente” à uma Faculdade de Arquitetura. Como justificar, então, a existência de dois cursos na mesma cidade, cada qual com cerca de 100 estudantes?, perguntavam os estudantes. Este é um dos argumentos finais do lançamento público da campanha.

O movimento PUFA participou combativamente da criação da Faculdade de Arquitetura. Organizou “passeatas, reuniões, distribuição de cartazes, notas para os jornais, ofícios a todas as faculdades de Arquitetura” (RIBEIRO; CARVALHO, 2002: 40). Enviou “representantes para atuarem juntos aos deputados e autoridades no Rio de Janeiro” (RIBEIRO; CARVALHO, 2002: 40). Recebeu também a solidariedade de diversas entidades, dando-a respaldo e credibilidade<sup>298</sup>.

Logo após, a reitoria publicou, em 30 de março de 1950, nos jornais Diário de Notícias, Jornal do Dia e Correio do Povo<sup>299</sup>, nota de esclarecimento sobre os temas expostos pelo PUFA. Sem trazer novos dados, apenas descreveu o que todos já sabiam: que fora montada uma comissão para propor os termos da fusão dos cursos de arquitetura; que a proposta de criação de uma Faculdade de Arquitetura não fora considerada “oportuna”; que fora sugerida, como alternativa, a criação de um Instituto de Arquitetura vinculado à Escola de Engenharia.

Aproveitava a oportunidade para, implicitamente, provocar (e, porque não, ameaçar) o IBA, “cuja incorporação definitiva à Universidade depende igualmente da aprovação, pelo Ministério da Educação e Saúde, de resoluções dos órgãos dirigentes da Universidade”.

---

<sup>298</sup> Dentre elas, cita Tasso Corrêa: “Rio de Janeiro - 1. Congregação dos Professores da Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade do Brasil; 2. Diretório Acadêmico, por todos os estudantes da mesma Faculdade; 3. Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia, representando a totalidade dos seus estudantes; 4. Instituto de Arquitetos do Brasil; 5. União Nacional de Estudantes; 6. Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes; 7. Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito. São Paulo - 8. Departamento do Instituto de Arquitetos; 9. Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura do ‘Mackenzie College’. Minas Gerais - 10. Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da Universidade; 11. Departamento do Instituto de Arquitetos. Rio Grande do Sul - 12. Congregação do Instituto de Belas Artes; 13. União Estadual dos Estudantes; 14. Departamento do Instituto de Arquitetos; 15. Centro Acadêmico do Instituto de Belas Artes”. CORREA, Tasso. [Ofício n.99/50] Porto Alegre [para] DORNELLES, Senador Ernesto, Rio de Janeiro. Trata do movimento pela criação da Faculdade de Arquitetura. 2f.

<sup>299</sup> A UNIVERSIDADE do Rio Grande do Sul e o I. de Belas Artes. Diário de Notícias, Porto Alegre, 30 mar 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].; ESCLARECIMENTOS da Reitoria sobre a fusão dos cursos de Agricultura (sic). Jornal do Dia, Porto Alegre, 30 mar 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].; A UNIVERSIDADE decidiu criar o Instituto de Arquitetura. Correio do Povo, Porto Alegre, p.18, 30 mar 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

Na mesma data, 30 de março, a Folha da Tarde<sup>300</sup> dá a voz ao IAB-RS. Em nome do Instituto, se manifesta Edgar Graeff, favorável ao movimento dos estudantes.

O membro do IAB e professor do IBA expos à imprensa o que, para ele, distinguia a engenharia – “caracteristicamente uma técnica”<sup>301</sup> – e a arquitetura – “fundamentalmente uma arte”<sup>302</sup>. Conforme Graeff, na construção, a técnica era “um instrumento a serviço de uma intenção plástica determinada pelo sentimento”<sup>303</sup>. Logo, a arquitetura submeteria a engenharia, e não o contrário.

Insistindo na distinção, citava que, enquanto a arquitetura tinha quatro mil anos, a engenharia, “filha da máquina”<sup>304</sup>, havia dado sua primeira contribuição “a arte milenar da construção (...) há menos de um século e meio”<sup>305</sup>. A arquitetura, aqui, ganha autoridade também pela precedência milenar.

A partir da era da máquina, continua Graeff, a “técnica empírica da construção foi substituída pela técnica científica”<sup>306</sup>. E, tacitamente, inverte novamente a relação entre arquitetura e engenharia quando, logo a seguir, afirma: “a arquitetura continuou sendo fundamentalmente a mesma: um velho tronco cujas raízes confundem-se com as raízes da história”<sup>307</sup>.

As “raízes” da arquitetura a ligam à história e a dão perenidade. Será que a engenharia, “filha da máquina”, por sua vez, poderia ser entendida como um de seus galhos (ou “ramos”) recentes? É, como se percebe, uma tentativa de inverter os pressupostos defendidos pela Escola de Engenharia acerca da relação engenharia-arquitetura.

Contudo, “a técnica científica lançou a arquitetura num verdadeiro caos”<sup>308</sup>. Para o representante do IAB, os arquitetos não souberam utilizá-la. Logo, os engenheiros “invadiram os domínios da construção, produzindo essas milhares de obras medíocres, frutos de um ‘tecnicismo’ expressivo. Foi um século de absoluta decadência”, conclui.

A engenharia, para Graeff, “prestou e presta uma inestimável contribuição à Arquitetura, mas um século de desastres demonstrou que por si só ela não resolve o

---

<sup>300</sup> DEFINE-SE o Instituto de Arquitetos do Brasil favoravelmente à campanha dos universitários. Folha da Tarde, Porto Alegre, 30 mar 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>301</sup> Ibid.

<sup>302</sup> Ibid.

<sup>303</sup> Ibid.

<sup>304</sup> Ibid.

<sup>305</sup> Ibid.

<sup>306</sup> Ibid.

<sup>307</sup> Ibid.

<sup>308</sup> Ibid.

problema da construção, que é um problema de síntese harmônica entre arte e técnica”<sup>309</sup>. Novamente o poder de síntese do arquiteto é exaltado.

Apontava ainda, na mesma entrevista, que a criação do Instituto de Arquitetura na Escola de Engenharia seria “uma afirmação oficial de que a Arquitetura é um ramo especializado da Engenharia”<sup>310</sup>, noção da qual, como já visto, ele discordava. E, finalmente, defendia: “A nossa autonomia profissional, de construtores por excelência, exige a autonomia do ensino da Arquitetura”<sup>311</sup>.

O ponto de vista de Graeff é, por vezes, confuso e contraditório. A arquitetura, arte, se distingue da engenharia, técnica. Além disso, a técnica se submete à intenção plástica. A arquitetura, tronco que se enraíza na história, precede a engenharia, filha da máquina. A técnica científica, vinculada à engenharia, causou “verdadeiro caos” e foi também responsável pelo “renascimento contemporâneo” da arquitetura. O problema da construção é, em sua perspectiva, problema da síntese entre arte e técnica. Contudo, defende a autonomia da arquitetura, que também é construção por excelência.

O representante do IAB defende a autonomia da arquitetura, exalta sua capacidade de síntese, identifica na composição o cerne de sua atividade, crê que ela é também arte. No entanto, não quer perder o domínio da construção, reconhecidamente campo da engenharia.

Mas o debate na imprensa não se encerrou na manifestação de Graeff. Em 02 de abril de 1950, era a vez dos estudantes do curso de arquitetura da Escola de Engenharia se exporem. Em seu manifesto, publicado no jornal Correio do Povo, vinham “cerrar fileiras em torno do Magnífico Reitor da nossa Universidade assim como de seu Conselho Universitário”<sup>312</sup>. Pretendiam, “desmascarar perante o público as verdadeiras intenções e objetivos daquele movimento”<sup>313</sup>.

---

<sup>309</sup> DEFINE-SE o Instituto de Arquitetos do Brasil favoravelmente à campanha dos universitários. Folha da Tarde, Porto Alegre, 30 mar 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>310</sup> Ibid.

<sup>311</sup> Ibid.

<sup>312</sup> A FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se contrário à criação do Instituto de Arquitetura o Instituto de Arquitetos do Brasil. Correio do Povo, Porto Alegre, 02 abr 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>313</sup> Ibid.

Atacavam a campanha PUFA, afirmando que ela “não é uma campanha de universitários, pois, oficialmente ainda não foi reconhecida pelo Ministério da Educação a incorporação do Instituto de Belas Artes à Universidade”<sup>314</sup>.

Este argumento, contudo, é incompleto. Se, por um lado, a reincorporação do IBA à Universidade do Rio Grande do Sul não havia sido reconhecida pelo Ministério da Educação e Saúde, a lei estadual nº 413, de 3 de dezembro de 1948 já a determinara. Este “reconhecimento” poderia se tratar apenas de formalidade.

Logo após, os estudantes da Escola de Engenharia afirmavam que os argumentos utilizados pelos defensores da criação de uma Faculdade de Arquitetura “demonstram a ignorância que aqueles senhores mantem sobre duas ordens de fatos”. O primeiro deles, de caráter histórico, era que “os cursos desta matéria [arquitetura] originaram-se e estiveram sempre ligados ao da Engenharia”<sup>315</sup> em países da Europa (exceção da Itália e da Beaux Arts parisiense) e nos Estados Unidos. O segundo, que o ensino de arquitetura da Escola de Engenharia “não é um simples apêndice do curso de Engenharia e sim um verdadeiro curso de Arquitetura com o necessário ambiente artístico, com o necessário preparo técnico e científico, com os seus ateliers e laboratórios”<sup>316</sup>.

Cabe notar como os estudantes da Escola de Engenharia associavam a “verdade” do ensino de arquitetura ao ambiente artístico, técnico e científico. E como reconheciam o ensino que preconizavam como desvinculado ao modelo Beaux-Arts.

Afirmavam ainda que, “o responsável pelo ensino artístico do nosso curso é pessoa com credenciais para tanto, possuidor de renome internacional”. A referência é a Eugenio Steinhof.

Os estudantes da Escola de Engenharia supunham que a aspiração dos membros do IBA era dominar 2/3 das vagas de professores, logo, a Congregação. Assim, “dominariam a nova Faculdade de Arquitetura”<sup>317</sup>. E completavam: “nós, que estamos perfeitamente satisfeitos com o nosso atual Curso e que não somos, em princípio, contra uma Faculdade de Arquitetura, nos batemos contra ‘aquela Faculdade’”<sup>318</sup>. Enfim, eles

---

<sup>314</sup> FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se contrário à criação do Instituto de Arquitetura o Instituto de Arquitetos do Brasil. Correio do Povo, Porto Alegre, 02 abr 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>315</sup> Ibid.

<sup>316</sup> Ibid.

<sup>317</sup> Ibid.

<sup>318</sup> Ibid.

se negavam a cursar “o curso do Instituto de Belas Artes com o rótulo de uma Faculdade”<sup>319</sup>.

Finalmente, declaravam que a decisão do Conselho Universitário “defende a economia do Estado e protege os altos interesses do ensino superior, não só do Rio Grande do Sul, como de todo o Brasil” e que “um Curso de Arquitetura pode ser ministrado eficientemente, tanto num Instituto como sob o rótulo de Faculdade”<sup>320</sup>.

Em 09 de abril de 1950, o movimento PUFA retoma o debate pela imprensa. Eles “desejam uma Faculdade de Arquitetura autônoma, cuja estruturação e orientação não sejam, em nada, inferiores às da Faculdade Nacional de Arquitetura (Rio de Janeiro) e das faculdades de Arquitetura de São Paulo e Minas”<sup>321</sup>. Mais uma vez se alinhavam ao movimento brasileiro.

A orientação do ensino que preconizavam vinculava autonomia à doutrina da escola modernista carioca, autorizada pelo destaque no cenário internacional. Desta maneira, como afirma Fiori, “a arquitetura moderna e a busca da autonomia profissional estão intimamente ligadas em nosso meio” (FIORI, 1992:418).

Cunham, nesta mesma publicação, termo até então inédito. Referem-se ao curso de engenheiro arquiteto da Escola de Engenharia como de “engenharia arquitetônica”. Ele merece um momento de atenção.

Este nome subverte a relação de complementaridade proposta pelos engenheiros. Nele a engenharia é uma realização particular da arquitetura. Realizam, assim, o mesmo movimento que Graeff em manifestação à Folha da Tarde, como porta voz do IAB – a inversão na relação de submissão. A seriação deste curso, agora rebatizado pelos membros do PUFA, não tomava

conhecimento de disciplinas fundamentais e indispensáveis para a formação do arquiteto, tais como: Arquitetura Analítica (I e II parte) – Teoria da Arquitetura – História da Arte – Arquitetura no Brasil – Prática Profissional e Organização do Trabalho – Arquitetura Paisagista – Legislação<sup>322</sup>.

---

<sup>319</sup> A FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se contrário à criação do Instituto de Arquitetura o Instituto de Arquitetos do Brasil. Correio do Povo, Porto Alegre, 02 abr 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>320</sup> Ibid.

<sup>321</sup> AINDA a criação da Faculdade de Arquitetura. Correio do Povo, Porto Alegre, p.3, 04 abr 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>322</sup> Ibid.

Destaca-se o rol de cadeiras elencado pelos estudantes do curso do IBA como indispensáveis à formação do arquiteto. Entre elas não consta referência ao urbanismo.

Por essa razão, complementam, a organização de “uma Faculdade de Arquitetura no Rio Grande do Sul necessariamente deverá obedecer, no mínimo, o currículo adotado pela Faculdade Nacional de Arquitetura que, como já vimos, é a Escola Padrão”<sup>323</sup>.

Esta última referência – a necessidade de se seguir um “padrão” – é recorrente na polêmica. Cabe, por isso, nota de esclarecimento.

Na exposição de motivos de Gustavo Capanema à criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, de 1945, o então ministro da Educação e Saúde aludia à organização da Faculdade Nacional de Arquitetura como padrão a ser seguido noutras faculdades. Menciona ele que, “para incentivar a organização de uma grande rede dessas faculdades, e ainda para proporcionar o justo padrão desses dois tipos de ensino universitário, a arquitetura e o urbanismo, é que se apresenta a imperiosa necessidade da organização da Faculdade Nacional de Arquitetura”<sup>324</sup>.

No anteprojeto de decreto, anexo ao parecer da comissão que estudou a fusão dos cursos de arquitetura, já havia referência ao “padrão federal”. Estava ali descrito que “a seriação do Curso de Arquitetura será a do padrão federal”<sup>325</sup>.

O Departamento gaúcho do IAB, em manifestação publicada no jornal *Correio do Povo*<sup>326</sup>, já buscava esclarecer a origem da necessidade de atendimento ao padrão federal. Segundo ele:

O 1º Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia e Arquitetura, reunido em Setembro de 1945, no salão nobre da Escola Nacional de Engenharia, aprovou a seguinte resolução: § ‘As escolas de arquitetura do país deverão obedecer imediatamente aos moldes que serão estabelecidos para a Faculdade Nacional de Arquitetura recém criada pelo ‘Decreto-Lei nº 7.918 de 31 de Agosto de 1945’<sup>327</sup>.

---

<sup>323</sup> AINDA a criação da Faculdade de Arquitetura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 04 abr 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>324</sup> Exposição de Motivos do Ministro Capanema, que Encaminha o Decreto-Lei n. 7.918, de 31 de agosto de 1945, relativo a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura. In. FÁVERO, Marcos Osmar. *Dos mestres sem escola à escola sem mestres: ensino de arquitetura no Rio de Janeiro – 1816-1965*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2009. [Anexo III (Documentos relativos à criação da FNA-UB)].

<sup>325</sup> SUGERIDA a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 19 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>326</sup> FUSÃO dos cursos de arquitetura. Manifesta-se a respeito o Instituto de Arquitetos do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 06 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>327</sup> Ibid.

Os estudantes do movimento PUFA revelavam outro dado, para além da resolução do Congresso referido pelo IAB, no Correio do Povo de 09 de abril de 1950. Afirmavam que:

Esse currículo [da Faculdade Nacional de Arquitetura] foi adotado como padrão federal pelas autoridades do ensino superior, como se pode ver no seguinte parecer: § “Nº 28 565-46 – Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul – Parecer Nº 236-46 do C.N.E., cuja conclusão é a seguinte: “Examinando o assunto, julga a comissão que bem andou a D.E.Su. facilitando às Escolas de Arquitetura os meios para a sua pronta adaptação ao novo padrão de ensino que lhes compete, cabendo a essas Escolas remeterem à D.E.Su., para virem ao Exame do Conselho, as modificações que deverão fazer nos seus regimentos a fim de ajustá-los ao regime estabelecido no Decreto-lei número 7.918 de ... 31-8-45. § Homologo, em 4-10-46 – Ernesto de Souza Campos”<sup>328</sup>.

Desta forma, o “padrão federal” de ensino de arquitetura no país se refere às disciplinas e seriação adotadas pela FNA da Universidade do Brasil. A princípio, uma citação feita pelo Ministro da Educação na exposição de motivos; após, uma limitada imposição definida no Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia e Arquitetura; depois, determinação do parecer homologado pelo Ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos.

O atendimento ao padrão federal de ensino e a criação de uma faculdade de arquitetura autônoma permitiria, enfim, o direito de “ombreamos com os colegas do Rio, São Paulo e Minas Gerais como iguais, como filhos legítimos da Arquitetura e não como filhos espúrios da Engenharia”<sup>329</sup>.

A polêmica entre engenheiros e arquitetos suscitada pela determinação da fusão dos cursos de arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA impôs uma série de definições sobre o ensino de arquitetura. Deve ser tratado como ramo da engenharia? Deve ser autônomo? Deve se vincular às artes? Às técnicas? Foi o delineamento dos limites de atuação – e ensino – entre ambas as profissões que movimentou os debates.

---

<sup>328</sup> AINDA a criação de uma Faculdade de Arquitetura. Correio do Povo, Porto Alegre, 09 abr 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

<sup>329</sup> Ibid.

### **3.6. Fim da contenda: a Faculdade de Arquitetura como pôde ser**

Em 1950, a lei 1.254 de 4 de dezembro federalizou a Universidade do Rio Grande do Sul<sup>330</sup>. O texto legal deixava claro: a Universidade “promoverá o desmembramento do curso de Arquitetura, existente na Escola de Engenharia, que passará a constituir, conjuntamente com o curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, a Faculdade de Arquitetura” (BRASIL, 1950).

A criação da Faculdade de Arquitetura foi ato extraordinário. Fruto de uma intensa disputa. Venceu a tese de criação de uma Faculdade de Arquitetura, defendida pelo IBA. Foi derrotada a proposta da Escola de Engenharia, de criar um Instituto de Arquitetura vinculado a ela.

Dois anos depois, em 1º de setembro de 1952 ocorria a primeira reunião da congregação da Faculdade de Arquitetura. Assina a ata desta reunião fundadora, João Baptista Pianca, responsável provisoriamente pelo expediente da direção.

No mesmo ano, o decreto nº 30.994, de 17 de junho de 1952, aprovava o Estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul. Nele constava a lista de seus estabelecimentos de ensino, dentre eles a Faculdade de Arquitetura. Pouco depois, em 1º de setembro, ocorria a primeira reunião da Congregação da Faculdade de Arquitetura, ocasião em que João Baptista Pianca é escolhido seu diretor. Em 5 de setembro acontece a primeira reunião do CTA da Faculdade (PADÃO; ROVATTI, 2002: 25). Estava concluído o processo de fusão dos cursos e a criação da Faculdade de Arquitetura.

No próximo capítulo serão tratadas as especificidades desta fusão: o início do funcionamento da Faculdade de Arquitetura, as disciplinas de seu currículo, que professores foram a ela incorporados. E, finalmente, o significado e posição ocupada pelo urbanismo nela.

---

<sup>330</sup> Sobre esta lei, Tasso Corrêa se referiu da seguinte forma na sessão solene em comemoração aos 30 anos do ensino de Arquitetura no Rio Grande do Sul: ” “Finalmente, não poderia deixar de lembrar nesta ocasião, a pessoa do saudoso senador Joaquim Pedro Salgado Filho, eminente homem público que, solicitado, apresentou no Senado Federal a memorável emenda à Lei nº 1.254, redigida por mim [Tasso Corrêa] em colaboração com o seu secretário jornalista Paulo Andrade Job, da qual resultou a fundação desta Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com a fusão dos dois cursos então existentes”. FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da sessão solene da Congregação da Faculdade de arquitetura, realizada em 2 de outubro de 1974. p.12-14.



## **CAPÍTULO 4**

### **A FACULDADE DE ARQUITETURA POSSÍVEL: NEM VITÓRIA, NEM DERROTA, UMA ACOMODAÇÃO**

Este capítulo trata das especificidades da fusão dos cursos da Escola de Engenharia e do IBA, bem como do início do funcionamento do curso de arquitetura autônomo. São revelados o difícil início da Faculdade de Arquitetura, as disciplinas de seu currículo, os professores que foram a ela incorporados, a experiência do curso de urbanismo e sua posição na instituição.

#### 4.1. O período de implantação da Faculdade de Arquitetura

Como referido no final do capítulo anterior, a primeira reunião da Congregação da Faculdade de Arquitetura foi realizada em 1º de janeiro de 1952. Seu primeiro diretor, João Baptista Pianca, oriundo da Escola de Engenharia, foi convidado pelo reitor Alexandre Martins da Rosa para ocupar o cargo até que uma lei criasse a função própria<sup>331</sup>. As aulas do curso de arquitetura foram iniciadas em 16 de março. O curso de urbanismo só iniciou 2 anos depois.

Em seus primeiros anos, a Faculdade enfrentou uma série de precariedades. Condições materiais básicas como salas de aula, equipamentos e quadro de funcionários administrativos disponíveis foram insuficiências iniciais a enfrentar.

Sem espaço físico, a Faculdade de Arquitetura. “foi instalada no prédio em que funcionou o antigo CIF da Escola de Engenharia e posteriormente o seu curso de Arquitetura, agora ampliado com a construção de mais um andar e cujas obras estavam sendo terminadas”<sup>332</sup>. A instalação improvisada, segundo Pianca, carecia de “diversos remates, entre outros, instalação de luz, lixamento de pisos, conclusão de instalação sanitária e parte da pintura”<sup>333</sup>.

Para adaptá-la às necessidades do ensino “foram construídas duas paredes de madeira com o que se conseguiu obter cinco salas, sendo quatro para preleções e uma para trabalhos de modelagem”<sup>334</sup>. Além destes espaços, a Escola de Engenharia cedeu “algumas de suas salas nos horários em que estavam disponíveis”<sup>335</sup>. E, mesmo assim, como afirma o primeiro diretor da Faculdade, “as salas de que dispomos são insuficientes”<sup>336</sup> para implantação do curso.

Sem pessoal, a Faculdade recebeu por empréstimo o “secretário da Faculdade de Ciências Econômicas”<sup>337</sup>. Contou ainda com o auxílio de funcionária “que já servia no antigo curso de arquitetura da Escola de Engenharia”, com “um velho contínuo cedido

---

<sup>331</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953: 1.

<sup>332</sup> Ibid., loc. cit..

<sup>333</sup> Ibid.: 2.

<sup>334</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>335</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>336</sup> Ibid., loc. cit..

<sup>337</sup> Ibid., loc. cit.

pela Escola de Engenharia”<sup>338</sup> como porteiro, além de um auxiliar que foi acrescido de mais dois no meio do ano.

Além disso, ao ser instalada, a Faculdade de Arquitetura não possuía “material escolar próprio, situação essa que perdurou durante todo o primeiro semestre”<sup>339</sup>. A Escola de Engenharia cedeu mesas e cadeiras. A Faculdade de Ciências Econômicas, carteiras escolares, “que embora um pouco acanhadas, foram aproveitadas”<sup>340</sup>. A situação era tão difícil que “alguns quadros negros nos foram emprestados pelos próprios professores”<sup>341</sup>.

Mesmo com a ajuda recebida, a Faculdade continuou em dificuldades nos anos seguintes. Em 1953, as aulas da 1ª série do curso de arquitetura continuaram sendo ministradas nas instalações da Escola de Engenharia. A Escola Técnica Parobé cedeu salas para aulas de modelagem<sup>342</sup>. Os funcionários continuaram em número insuficiente<sup>343</sup>.

Como o espaço físico era um grande problema, a partir de 1953 passou a ser debatida a construção de uma sede para a Faculdade de Arquitetura. Neste ano foi organizada uma comissão “constituída dos professores das cadeiras de Composição e de alunos, para elaborarem o anteprojeto do prédio da Faculdade”<sup>344</sup>.

Presidida por Demétrio Ribeiro, ela apresentou, em 1953, um primeiro estudo com maquete. Contudo, seu lote de implantação acabou substituído por outro, “mais amplo, no segundo quarteirão universitário, e decorrente da mudança do Instituto Tecnológico para outro local”<sup>345</sup>.

A congregação aprovou o projeto e resolveu encaminhá-lo à reitoria para que a divisão de obras da Universidade tomasse providências para sua execução<sup>346</sup>. Contudo, outra proposta foi apresentada, descontentando a comissão designada para elaborá-lo<sup>347</sup>.

---

<sup>338</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953: 2.

<sup>339</sup> Ibid.: 3.

<sup>340</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>341</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>342</sup> Ibid.: 1.

<sup>343</sup> Ibid.: 3-4.

<sup>344</sup> Ibid.: 2.

<sup>345</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>346</sup> Na ata da 21ª reunião da congregação da Faculdade de Arquitetura, realizada em 27 de maio de 1953, foi aprovada a seguinte resolução: “A Congregação aprova o desenvolvimento do Projeto para o edifício da Faculdade de Arquitetura, na base do Ante-projeto apresentado pela Comissão, com as modificações sugeridas e possíveis”. Em 24 de novembro de 1953, o projeto do prédio para a Faculdade de Arquitetura volta a pauta, na 24ª reunião da Congregação. Nela, após exposição das soluções da Comissão para o

Todo o processo se conclui em 1958, quando a Faculdade de Arquitetura se instalou, enfim, “em sua nova sede, dotada de todos os recursos e condições favoráveis ao seu labor docente”<sup>348</sup>, na esquina das Ruas Sarmento Leite e Oswaldo Aranha, em Porto Alegre.

Outra das medidas necessárias ao funcionamento da Faculdade dizia respeito aos corpos docente e discente. Em 1952, quase todas as disciplinas estavam providas de professores titulares. Contudo, nem todas contavam com professores catedráticos, interinos e contratados<sup>349</sup>.

Apenas duas disciplinas não tinham titulares: *Composição de Arquitetura*, cujo professor, Demétrio Ribeiro, achava-se em viagem pela Europa; e *Grandes Composições*, que tinha à frente Eugenio Steinhof, em férias nos Estados Unidos. Mais adiante, serão tratadas especificamente as disciplinas e os professores.

O corpo discente da Faculdade foi composto a partir da transferência de 76 alunos do IBA e de 71 da Escola de Engenharia<sup>350</sup>. Mas a Escola não transferiu todos seus estudantes. Os alunos da 5ª série preferiram concluir seus cursos no estabelecimento de ensino de origem. Todavia, a Faculdade de Arquitetura teve de oferecer a estes “o ensino das cadeiras que por força da fusão haviam sido extintas, isto é, Composição Decorativa-Modelagem e Composição geral de urbanismo”<sup>351</sup>.

A própria titulação oferecida pelo novo curso sofria contestação. Em 1953, alunos da 5ª série oriundos do IBA manifestaram desejo de receber o título de engenheiro-arquiteto, diferente do conferido pela Faculdade de Arquitetura, de

---

prédio, foi aprovada a seguinte resolução: “A Congregação aprova o projeto, em suas linhas gerais, e resolve que seja encaminhado à Reitoria para que a Divisão de Obras da U.R.G.S., sob a orientação da Comissão, promova as providências necessárias para a sua execução”.

<sup>347</sup> Na ata da 29ª sessão da Congregação da Faculdade de Arquitetura, realizada em 26 de maio de 1954, o projeto do edifício sede da Faculdade foi tratado novamente. Nela, o diretor da Faculdade apresenta “estudo feito espontaneamente, pelo Arquiteto Sergio Massinovich, juntamente com uma equipe do D.A.S.P, para a feitura do prédio da Faculdade de Arquitetura”. A Congregação resolve, por sua vez, “que o assunto é da competência da Comissão do Projeto do Edifício”. Demétrio Ribeiro, líder da Comissão responsável pelo projeto do edifício da Faculdade de Arquitetura, descontente com a nova proposta, “considera-se desobrigado das funções de Presidente da referida Comissão”.

<sup>348</sup> COSTA, Ney Chrysostomo da [Ofício s/nº] 17 de março de 1958, Porto Alegre [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. Dá informações sobre a Faculdade de Arquitetura. 2f.

<sup>349</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953: 3-4.

<sup>350</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953.

<sup>351</sup> Ibid.: 5.

arquiteto. Alegavam estar “encontrando dificuldades nas repartições públicas, onde só existe a categoria de Engenheiros-Arquitetos”<sup>352</sup>.

No mesmo ano, o CTA decidiu conceder a alunos vindos do curso da Escola de Engenharia o título de engenheiros-arquitetos. Todavia, ressaltavam: “é parecer deste Conselho que o título conferido, normalmente, numa Faculdade de Arquitetura é o de Arquiteto”<sup>353</sup>.

Apesar do esforço de professores do IBA em tornar o ensino de arquitetura autônomo em relação à engenharia, situações corriqueiras – como o reconhecimento da titulação por parte das repartições públicas – acabaram impondo, inclusive aos ex-estudantes do Belas Artes, a flexibilização desta posição. A titulação acabou, em alguns casos, como demonstram os exemplos referidos, recuperando a vinculação entre engenharia e arquitetura.

Outro tema necessário ao funcionamento da Faculdade era relativo às suas normas. O regulamento da Faculdade de Arquitetura começou a ser debatido na primeira reunião da Congregação, em 1º de setembro de 1952<sup>354</sup>. Nela é apresentado um projeto de regulamento, acompanhado de exposição de motivos, documento que discutiremos com detalhes mais adiante.

Ao longo do mês de setembro seus artigos foram lidos e debatidos, um a um. Ele foi “aprovado pela Congregação em 13 de outubro de 1952 e depois revisado por uma Comissão, especialmente designada para esse fim”<sup>355</sup>. Até que, finalmente, “foi encaminhado à Reitoria em 25 de novembro de 1952 a fim de ser submetido à apreciação e aprovação dos órgãos superiores de ensino”<sup>356</sup>.

No entanto, o regulamento não teve o encaminhamento esperado. A ata da 25ª reunião do CTA, de 24 de novembro de 1953, registra solicitação à reitoria de

---

<sup>352</sup> PIANCA, João Baptista, [ofício 371/53] 5 de outubro de 1953, Porto Alegre [para] SILVA, Pery Pinto Diniz, Porto Alegre. Solicita solução ao título profissional dirigido aos seus egressos oriundos da Escola de Engenharia. 1f.

<sup>353</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Conselho Técnico Administrativo. Processo 6418/53. Alunos da 5ª série solicitam que lhes seja conferido o título de Engenheiros Arquitetos. Porto Alegre, 1953. 1f..

<sup>354</sup> Consta na ata que entre os pontos em pauta estava a “apreciação do projeto de regulamento apresentado pela Comissão Designada”. FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 1ª reunião de congregação, realizada em 1º de setembro de 1952.

<sup>355</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953: 7.

<sup>356</sup> Ibid., loc. cit.

regulamento provisório para a Faculdade de Arquitetura<sup>357</sup>. No ano seguinte, o diretor da Faculdade apresentou trabalho realizado por outra comissão, designada pela congregação, para elaborar projeto de regulamento provisório. E sugeriu a nomeação de uma comissão (mais uma) para organizar o regulamento definitivo. Esta última foi composta pelos professores Ivo Wolf, Leovegildo Paiva, Luiz Leseigneur de Faria, Max Lubke e Ney Chrysostomo da Costa, “para reestudar o assunto coligindo e adotando normas regimentais de um regulamento já aprovado”<sup>358</sup>.

O regimento só foi definitivamente aprovado pelo Conselho Universitário em 9 de setembro de 1955, dando um ponto final nesta longa tramitação.

Os fatos até aqui descritos testemunham as dificuldades as dificuldades enfrentadas pela Faculdade de Arquitetura em seus primeiros anos de funcionamento. Só foi “superada essa primeira fase, que podemos chamar, de organização de nossa Faculdade de Arquitetura”<sup>359</sup> no ano de 1958, com a transferência para sua nova sede.

## **4.2. O Curso de Arquitetura**

### **4.2.1. A exposição de motivos de 1952**

Em 2 setembro de 1952, ocorreu a primeira reunião da congregação da Faculdade de Arquitetura. Nela, Egydio Hervé, professor oriundo da Escola de Engenharia, propôs a leitura da “exposição de motivos”, orientação à redação do projeto de regulamento. A congregação recusou a sugestão de Hervé. A “Exposição de Motivos” não foi lida.

Este documento revela as concepções de arquitetura e urbanismo subjacentes à formação que o curso pretendia oferecer. E, em alguma medida, recupera pontos já enunciados quando da polêmica sobre a fusão dos cursos de arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA. A seguir serão expostos e discutidos pontos deste texto.

Ele principia afirmando que o arquiteto é “um profissional habilitado para organizar o meio natural, onde atua e se desenvolve a sociedade”. Por esta razão,

---

<sup>357</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 25ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de novembro de 1953.

<sup>358</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 28ª reunião da Congregaçã, realizada em 22 de abril de 1954.

<sup>359</sup> COSTA, Ney Chrysostomo da [Ofício s/nº] 17 de março de 1958, Porto Alegre [para] PAGLIOLI, Elyseu, reitor da URGs, Porto Alegre. Dá informações sobre a Faculdade de Arquitetura. 2f.

deveria “dominar a *arte* de conceber e a *técnica* [grifos nossos] de construir, considerando os diversos problemas sociais, econômicos, técnicos e expressivos, inerentes à sua atribuição”<sup>360</sup>. Assim, seriam imprescindíveis ao arquiteto conhecimentos “que tenham por objeto o homem individual e social”, os de “ordem técnica, teórica e prática, para realização construtiva dos projetos” e, finalmente, os de “ordem artística, para concepção e expressão da obra arquitetônica”<sup>361</sup>.

Nota-se como esta concepção tenta contemporizar polos em oposição quando da polêmica da criação da Faculdade de Arquitetura. Neste momento de fusão os polos deveriam ser, mais do que nunca, conciliados.

Os conhecimentos referidos deveriam “se sintetizar, ao invés de se somarem, na obra arquitetônica, exigindo do Arquiteto a faculdade criadora que regerá, desde o início, todo o processo de concepção arquitetônica”<sup>362</sup>.

Conhecimentos basilares (sociais, técnicos, artísticos) deveriam ser articulados por meio da síntese (que não é uma mera soma de partes), processo semelhante a “outros processos de criação artística”<sup>363</sup>. Fica evidente que é outorgado à arquitetura o estatuto de arte. Percebe-se, também, que a capacidade de síntese, forma de expressão do potencial criador, dirige e submete os demais domínios.

Como afirma o texto, “a finalidade última do curso é a Composição de Arquitetura”<sup>364</sup>. Este argumento, já utilizado por Graeff quando do debate sobre a criação da Faculdade, resume os pressupostos que orientaram a estruturação do processo didático-pedagógico do curso. É ele que, esperavam os professores, “levará o estudante a uma formação mental especial, que é a formação característica e indispensável ao arquiteto”<sup>365</sup>.

O texto cita também a proposta de organização departamental do curso. Indica que as disciplinas deveriam ser distribuídas neles por afinidade. Este ordenamento acaba não só por organizar, mas também por hierarquizar os conhecimentos.

No departamento de composição estariam as disciplinas que “encerram a finalidade essencial do curso que são as de Composição de Arquitetura I e II”<sup>366</sup> tidas

---

<sup>360</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Comissão de Ensino. Exposição de Motivos. 6f. [s.l., 1952]: 1.

<sup>361</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>362</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>363</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>364</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>365</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>366</sup> Ibid.: 2.

como “disciplinas tronco do curso”<sup>367</sup>. E, reforçando o caráter acessório das demais disciplinas, o documento propunha que para este departamento convergissem todos os demais.

A leitura deste documento deixa claro que as concepções fundadoras do curso são: a) a necessidade de síntese entre conhecimentos sociais, técnicos e artísticos; b) a prevalência da composição (método e disciplina); c) a concepção de que as demais disciplinas do curso seriam complementares às de composição de arquitetura.

Havia ainda, no texto, a proposta de que o departamento de composição abrigasse duas disciplinas: *Arquitetura Paisagista* e *Urbanismo*. Posteriormente, elas foram unidas numa única: *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*.

A exposição de motivos recomendava que *Arquitetura Paisagista* fornecesse “uma base concreta e real ao estudo dos espaços exteriores nas composições de arquitetura”<sup>368</sup>. Já *Urbanismo*, deveria “dar a cultura necessária ao futuro arquiteto para compreender suas composições arquitetônicas dentro do conjunto urbano e de habilitá-lo a resolver os problemas urbanísticos”<sup>369</sup>.

A composição arquitetônica, assim, precederia e submeteria estes conteúdos. Eram subsídios à composição arquitetônica, seja como contribuição ao projeto de espaços exteriores ou para que as composições de arquitetura fossem pensadas como parte do conjunto urbano. Assim, conforme a Exposição de Motivos, o urbanismo também estava a serviço da composição arquitetônica.

A outra disciplina citada no documento que se refere à cidade é *Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades*. Mas sobre ela não há referências específicas.

A Exposição de Motivos conclui reafirmando que todos os esforços do ensino deveriam convergir ao mesmo fim: “o desenvolvimento da personalidade criadora do futuro arquiteto”<sup>370</sup>.

Mas, como foi dito anteriormente, este documento não recebeu atenção da congregação da Faculdade. Todavia, reúne a concepção de ensino que participou da fundação da instituição.

---

<sup>367</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Comissão de Ensino. Exposição de Motivos. 6f. [s.l., 1952]: 2.

<sup>368</sup> Ibid.: 3.

<sup>369</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>370</sup> Ibid.: 6.



#### 4.2.2. A estrutura do curso (cadeiras, seriação, departamentos) e os professores

O curso de arquitetura iniciou suas atividades em 1952 com a seriação, cadeiras e professores<sup>371</sup> indicados no Quadro 12. As disciplinas e seriação são as mesmas do “padrão federal”, representado pela FNA da Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro.

Quadro 12: seriação e professores do curso de arquitetura da Faculdade de Arquitetura em 1952.

ANO	CADEIRA	PROFESSOR
1º ano	Matemática Superior	Ary Nunes Tietboehl (catedrático); Francisco José San Martin (instrutor)
	Geometria Descritiva	Luiz Leseigneur de Faria (catedrático); Ney Chrysostomo da Costa (catedrático)
	Arquitetura Analítica I	Ernani Dias Corrêa (catedrático); Jayme Luna dos Santos (instrutores).
	Desenho Artístico	<del>Arlette Schneider</del> [riscado à mão]; Fernando Petersen Lunardi [anotado à mão] (catedrático interino)
	Modelagem	Júlio Ribeiro de Castilhos (catedrático interino)
	História da Arte – Estética	Ângelo Guido (contratado)
2º ano	Mecânica Racional-Grafostática	Carlos de Carvalho Schmitt (catedrático); Antônio Patrício de Mattos (instrutor)
	Arquitetura Analítica II	Ernani Dias Corrêa (catedrático); Jayme Luna dos Santos (instrutores).
	Sombras-Perspectiva-Estereotomia	Emilio Mabilde Ripoll (catedrático interino); Roberto H. Bins [anotado à mão] <sup>372</sup>
	Materiais de Construção – Estudo do Solo	Diego Gonzales Blanco (catedrático interino); Marcelo Casado de Azevedo (instrutor)
	Teoria da Arquitetura	Edgar Albuquerque Graeff (catedrático interino); Nelson Souza (instrutor)
	Composição de Arquitetura I	Demétrio Ribeiro (catedrático); Emil Bered (assistente)
3º ano	Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções	Frederico Werner Hugo Grundig (catedrático); Paulo Gomes de Freitas (instrutor)
	Técnica Construtiva <sup>373</sup> -Topografia	Lélis Espartel (catedrático)
	Física Aplicada	Ricardo Cauduro (catedrático)
	Composição de Arquitetura II	Demétrio Ribeiro (catedrático);

<sup>371</sup> O quadro foi montado a partir de dois documentos: 1. FACULDADE de Arquitetura. Porto Alegre. *Refere-se ao ano de 1952* [anotado à mão], 2f.; 2. FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953.

<sup>372</sup> Como este nome não consta em - RELAÇÃO dos professores da Faculdade de Arquitetura. Refere-se à 1952 [anotado à mão]. 2f., - não é possível estabelecer seu enquadramento.

<sup>373</sup> Há documentos que se referem a esta disciplina como *Técnica da Construção – Topografia*.

		Emil Bered (assistente)
	Composição Decorativa	Frederico Muller (contratado); Heinz Marquardt (assistente)
4º ano	Grandes Composições de Arquitetura I	Luiz Frederico Mentz (assistente); Plínio de Oliveira Almeida (assistente)
	Concreto Armado	Ivo Wolff (catedrático)
	Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades	Egydio Hervé (catedrático); Luiz Arthur Ubatuba de Faria (catedrático)
	Legislação – Economia Política	Alexandre Martins da Rosa (catedrático); Álvaro Gonçalves Soares (assistente)
	Arquitetura no Brasil	João Baptista Pianca (catedrático); João Caldeira Bastian (instrutor)
5º ano	Grandes Composições de Arquitetura II	Luiz Frederico Mentz (assistente); Plínio de Oliveira Almeida (assistente)
	Sistemas Estruturais	Fernando de Azevedo Moura (catedrático); Achylles Elias Legeren Melloni (instrutor)
	Urbanismo – Arquitetura Paisagista	Edvaldo Pereira Paiva (catedrático); Veronese [anotado à mão] <sup>374</sup>
	Organização do Trabalho – Prática Profissional	Leovegildo Paiva (catedrático)

Fonte: FACULDADE de Arquitetura. Porto Alegre. *Refere-se ao ano de 1952* [anotado à mão], 2f.; FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953.

Como já referido, a maior parte das disciplinas estava provida de professores catedráticos. Havia algumas com dois catedráticos, acomodação necessária, ao menos inicialmente, dada a dupla origem da Faculdade de Arquitetura. Uma delas é *Geometria Descritiva*, dirigidas por Luiz Leseigneur de Faria, vindo da Escola de Engenharia, e Ney Chrysostomo da Costa, do IBA. A outra era *Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades*. Os professores eram Egydio Hervé, oriundo da Escola de Engenharia e Luiz Arthur Ubatuba de Faria, do Belas Artes.

As disciplinas sem professores catedráticos (interinos ou não) eram: *História da Arte – Estética*, *Composição Decorativa* e *Grandes Composições de Arquitetura*.

As disciplinas de *Grandes Composições* não ocorreram em 1952, já que Demétrio Ribeiro estava em viagem. Outro professor contratado, Eugenio Steinhoff, é referido como professor do novo curso no relatório sobre o ano de 1952, mas seu nome não consta nas listas de professores da Faculdade. Steinhof morre neste mesmo ano, nos Estados Unidos, sem dar uma aula sequer na Faculdade de Arquitetura.

Max Waldemar Lubke, catedrático, e Adalberto Rodrigues de Carvalho, catedrático interino, por serem professores exclusivamente do curso de urbanismo,

<sup>374</sup> FACULDADE de Arquitetura. Porto Alegre. *Refere-se ao ano de 1952* [anotado à mão], 2f.

permanecem inativos até seu início. Por fim, para a disciplina de *Desenho Artístico*, foi nomeada como instrutora Arlette Schneider. Contudo, no relatório de 1953 consta que a “cadeira de Desenho Artístico, vaga com a morte do Prof. Sady Fernandes de Castro, foi provida com a nomeação interina do Prof. Fernando Petersen Lunardi”<sup>375</sup>, na condição de catedrático interino. E menciona ainda que para o cargo “de instrutor da cadeira de Desenho Artístico, vago com o pedido de exoneração da Arquiteta Arlette Schneider, foi indicado o Arquiteto Charles René Hugaud, nomeação essa que ainda não se verificou em virtude de formalidades administrativas”<sup>376</sup>.

Todas estas cadeiras estavam organizadas em quatro departamentos: I) de História e Cultura; II) de Estática das Construções; III) de Técnica das Construções e; IV) de Composição. Os departamentos e suas respectivas cadeiras estão apresentados no Quadro 13.

Quadro 13: departamentos e suas respectivas cadeiras, 1952.

<p>I – DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E CULTURA</p> <p>Teoria da Arquitetura</p> <p>História da Arte – Estética</p> <p>Arquitetura Analítica</p> <p>Arquitetura no Brasil</p> <p>Legislação – Economia Política</p> <p>Organização do Trabalho – Prática Profissional</p>
<p>II – DEPARTAMENTO DE ESTÁTICA DAS CONSTRUÇÕES</p> <p>Matemática Superior</p> <p>Mecânica Racional – Grafostática</p> <p>Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções</p> <p>Concreto Armado</p> <p>Sistemas Estruturais</p>
<p>III – DEPARTAMENTO DE TÉCNICA DAS CONSTRUÇÕES</p> <p>Técnica da Construção – Topografia</p> <p>Higiene das Habitações – Saneamento das Cidades</p> <p>Física Aplicada</p> <p>Materiais de Construção – Estudo do Solo</p>
<p>IV – DEPARTAMENTO DE COMPOSIÇÃO</p> <p>Composição de Arquitetura</p> <p>Urbanismo – Arquitetura Paisagista</p> <p>Geometria Descritiva</p> <p>Sombras – Perspectiva – Estereotomia</p> <p>Grandes Composições de Arquitetura</p> <p>Composição Decorativa</p> <p>Desenho Artístico</p> <p>Modelagem</p>

Fonte: FACULDADE de Arquitetura. Porto Alegre. *Refere-se ao ano de 1952* [anotado à mão], 2f.

<sup>375</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953: 4.

<sup>376</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953: 5.

Foi com esta estrutura didática e com estes professores que a Faculdade deu início ao seu processo de formação em arquitetura.

#### 4.2.3. Professores: titulação e origem

Cabe ainda nota sobre a titulação e a origem institucional dos professores do curso da Faculdade de Arquitetura. Em que se diplomaram? De que instituição vinham?

Ofício 266/53 encaminhado por João Baptista Pianca ao Diretor da Divisão de Pessoal da URGS, em 1º de julho de 1953<sup>377</sup>, descreve a titulação dos professores. O Quadro 14 apresenta esta informação conforme consta no ofício citado.

Do total de 39 professores, 23 (59%) são exclusivamente engenheiros, 6 (15,4%) exclusivamente arquitetos e 6 (15,4%) engenheiros e arquitetos (ou engenheiro-arquitetos). Além destes, 2 (10,2%) tem outra titulação: um é exclusivamente advogado – Max Waldemar Lubke – e outro advogado e engenheiro – Álvaro Gonçalves Soares. Há ainda dois professores que não tem titulação referida. Ary Nunes Tietboehl, matemático e Ângelo Guido, artista plástico.

É necessário saber, por fim, a origem institucional dos professores catedráticos. Só eles são usados nesta avaliação por duas razões: primeira, eles são os regentes principais das disciplinas; segunda, as demais modalidades de professores (catedráticos interinos, contratados, assistentes e instrutores) foram sendo contratados ao longo do ano. O Quadro 15 revela a origem dos professores.

---

<sup>377</sup> PIANCA, João Baptista [ofício 266/53] 1º de julho de 1953, Porto Alegre [para] Diretor da Divisão de Pessoal da U.R.G.S., Porto Alegre. Encaminha relação dos professores lotados na Faculdade de Arquitetura com seus respectivos títulos de engenheiro e arquiteto. A lista apresentada neste documento é diferente da relação de professores da Faculdade de Arquitetura do documento *FACULDADE de Arquitetura. Porto Alegre. Refere-se ao ano de 1952 [anotado à mão], 2f.* As duas únicas diferenças nas listas são seguintes: o nome de Fernando Petersen Lunardi, professor catedrático interino, consta na lista sem data, mas não na do ofício de julho de 1953; e o nome de Arlette Schneider, instrutora, consta na lista de julho de 1953, mas não no documento sem data. Como a diferença é mínima, tomaremos como referência a lista do ofício de julho de 1953. Ela revela qual é “a relação dos professores lotados nesta Faculdade, com títulos de Engenheiro e Arquiteto”.

Quadro 14: relação de professores da Faculdade de Arquitetura e suas respectivas titulações, 1953.

	Titulação	
	Eng.	Arq.
<b>PROFESSORES CATEDRÁTICOS</b>		
Alexandre Martins da Rosa	X	–
Ary Nunes Tietboehl	–	–
Carlos de Carvalho Schmitt	X	–
Demétrio Ribeiro	–	X
Edvaldo Pereira Paiva [junto ao título de arquiteto está anotado “Urbanismo e paisagismo”]	X	X
Egydio Hervé	X	–
Ernani Dias Corrêa	X	X
Fernando de Azevedo Moura	X	–
Frederico Werner Hugo Grundig	X	–
Ivo Wolff	X	–
João Baptista Pianca	X	–
Lelis Espartel	X	–
Leovegildo Paiva	X	–
Luiz Arthur Ubatuba de Faria	X	–
Luiz Leseigneur de Faria	X	–
Max Waldemar Lubke	– Direito	–
Ney Chrysostomo da Costa	X	–
Ricardo Cauduro	X	–
<b>PROFESSORES CATEDRÁTICOS INTERINOS</b>		
Adalberto Rodrigues de Carvalho	X	–
Diego Gonzales Blanco	X	–
Edgar Albuquerque Graeff	–	X
Emilio Mabilde Ripoll	–	X
Julio Ribeiro de Castilhos	X	–
<b>PROFESSORES CONTRATADOS</b>		
Angelo Guido	–	–
Frederico Muller	X	X
<b>ASSISTENTES</b>		
Alvaro Gonçalves Soares	X e Direito	–
Emil Bered	–	X
Heinz Marquardt	X	X
Luiz Frederico Mentz	X	X
Plínio de Oliveira Almeida	X	–
<b>INSTRUTORES</b>		
Antônio Patrício de Mattos	X	–
Arlette Schneider	X	X
Francisco José San Martin	X	–
Jayme Luna dos Santos	–	X
Paulo Gomes de Freitas	X	–
João Caldeira Bastian	X	–
Nelson Souza	–	X
Marcello Casado de Azevedo	X	–
Achylles Legeren Melloni	X	–

Fonte: PIANCA, João Baptista [ofício 266/53] 1º de julho de 1953, Porto Alegre [para] Diretor da Divisão de Pessoal da U.R.G.S., Porto Alegre. Encaminha relação dos professores lotados na Faculdade de Arquitetura com seus respectivos títulos de engenheiro e arquiteto.

Quadro 15: origem institucional dos professores catedráticos da Faculdade de Arquitetura.

<b>PROFESSORES CATEDRÁTICOS</b>	<b>ORIGEM</b>
Alexandre Martins da Rosa	Escola de Engenharia.
Ary Nunes Tietboehl	Escola de Engenharia e Instituto de Belas Artes
Carlos de Carvalho Schmitt	Escola de Engenharia.
Demétrio Ribeiro	Instituto de Belas Artes.
Edvaldo Pereira Paiva	Instituto de Belas Artes.
Egydio Hervé	Escola de Engenharia
Ernani Dias Corrêa	Instituto de Belas Artes
Fernando de Azevedo Moura	Instituto de Belas Artes
Frederico Werner Hugo Grundig	Escola de Engenharia e Instituto de Belas Artes
Ivo Wolff	Escola de Engenharia
João Baptista Pianca	Escola de Engenharia
Lelis Espartel	Escola de Engenharia
Leovegildo Paiva	Escola de Engenharia
Luiz Arthur Ubatuba de Faria	Instituto de Belas Artes
Luiz Leseigneur de Faria	Escola de Engenharia
Max Waldemar Lubke	Instituto de Belas Artes
Ney Chrysostomo da Costa	Instituto de Belas Artes
Ricardo Cauduro	Escola de Engenharia

Fonte: Elaborado pelo autor.

Do total de 18 professores, 9 (50%) são oriundos da Escola de Engenharia, 7 do Instituto de Belas Artes (39%) e 2 tem dupla origem, Escola de Engenharia e Belas Artes (11%). Estes dados – titulação de todos os professores e origem institucional dos catedráticos – revelam uma situação peculiar.

Como visto no capítulo anterior, a criação da Faculdade de Arquitetura foi fruto de intensa disputa. Sagrou-se vitoriosa a tese defendida pelo IBA, de que a arquitetura deveria ser ensinada em instituição autônoma e tomando como orientação o “padrão federal” representado pelo ensino da FNA da Universidade do Brasil. Foi derrotada a proposta da Escola de Engenharia, que sustentava que a arquitetura, por ser ramo da engenharia, deveria ser ministrada em Instituto de Arquitetura submisso a ela.

E, de fato, a seriação e disciplinas da nova Faculdade seguia o “padrão federal” na íntegra. Mas, na composição do corpo docente, a instituição foi preponderantemente ocupada por engenheiros. Além disso, seus professores catedráticos foram, na maioria, oriundos da Escola de Engenharia.

Logo, a Faculdade de Arquitetura surgiu a partir de uma acomodação entre propostas que, poucos anos antes, estiveram em oposição. E a conciliação possível entre os polos foi, de um lado, tornar a arquitetura autônoma em relação à engenharia tomando como referência de ensino o “padrão federal” e, de outro, ocupar a instituição

majoritariamente por professores engenheiros e pelos catedráticos oriundos da Escola de Engenharia.

Soma-se a isso, como visto anteriormente, o fato da Faculdade ter dependido da estrutura da Escola de Engenharia para funcionar em seus primeiros anos. Tudo isto demonstra que a autonomia da arquitetura, ao menos no que tange à sua estrutura (funcional, locacional, etc.), não foi plena.

#### 4.2.4. O regulamento de 1955

Em 1955, a aprovação definitiva do regulamento<sup>378</sup> da Faculdade de Arquitetura pelo Conselho Universitário, em 9 de setembro, explicitou os fundamentos que, oficialmente, passariam a reger a instituição<sup>379</sup>. Conforme este documento a Faculdade de Arquitetura passava a ter como finalidades:

a) ministrar o ensino superior da Arquitetura e Urbanismo, visando a preparação *científica, técnica, artística e social* [grifo nosso] de profissionais altamente habilitados<sup>380</sup>; b) realizar pesquisas de caráter científico, técnico, artístico e social, nos domínios que constituem o objeto do seu ensino<sup>381</sup>; c) desenvolver a alta cultura especializada no campo das ciências e das artes cujo ensino ministra<sup>382</sup>; d) concorrer para a obra administrativa da Universidade do Rio Grande do Sul, orientando-se no sentido do engrandecimento da Nação e em consonância com os interesses da Humanidade; e) cooperar na ação da Universidade do Rio Grande do Sul, no domínio da educação moral,

---

<sup>378</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Imprensa Universitária. Porto Alegre, 1955.

<sup>379</sup> Encontramos dois documentos com o texto do regulamento da Faculdade de Arquitetura. Um, datilografado, possivelmente a minuta encaminhada pela Faculdade de Arquitetura para o Conselho Universitário. E outro, impresso pela Imprensa Universitária, o texto aprovado pelo Conselho Universitário. Quando comparados eles apresentam pequenas diferenças, nada substancial. Como afirma o relatório sobre os anos de 1955-1956, “o Colendíssimo Conselho Universitário, em Sessão realizada em 9 de setembro de 1955, houve por bem aprovar, com ligeiras alterações, o projeto de Regimento desta Faculdade de Arquitetura”. Tomamos aqui como texto do regulamento o da Imprensa Oficial, já que é o definitivamente aprovado pelos órgãos superiores da Universidade. Apresentaremos, quando houver, as diferenças entre os textos nas citações apresentadas.

<sup>380</sup> O texto datilografado traz o seguinte texto: “a) ministrar o ensino superior das ciências da Arquitetura e Urbanismo, visando a preparação científica, técnica, artística e social de profissionais altamente habilitados”.

<sup>381</sup> O texto datilografado traz o texto: “b) realizar pesquisas científicas, artísticas e sociais, nos domínios que constituem o objeto do seu ensino”.

<sup>382</sup> O texto datilografado traz o texto: “c) desenvolver a alta cultura especializada no campo das ciências cujo ensino ministra”.

fundando-a no respeito à dignidade da pessoa humana e aos seus direitos essenciais.

Destaque-se a referência às dimensões científica, técnica, artística e social no que refere ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento da alta cultura especializada. São a estas dimensões, como já referido no texto “Exposição de Motivos”, que a arquitetura estava vinculada. São estas dimensões que o trabalho de composição deveria “sintetizar”.

O regulamento estabeleceu também as modalidades de cursos que a Faculdade de Arquitetura ofereceria: os cursos de graduação em arquitetura e em urbanismo, e os extraordinários de pós-graduação e extensão.

O curso de urbanismo era, como o de arquitetura, de graduação. Não surgiu na Faculdade como especialização ou pós-graduação. Tanto é assim que dentre as disciplinas definidas no art. 9º como sendo de graduação, constam todas as do curso de urbanismo. Elas serão tratadas mais pormenorizadamente adiante.

O curso de urbanismo era aberto a qualquer interessado. Os de especialização, por sua vez, eram destinados “aos Arquitetos, Engenheiros-Arquitetos, Urbanistas”, com a finalidade de aperfeiçoamento e especialização de conhecimentos. Note-se que o próprio regimento da Faculdade reconhecia o urbanismo como uma profissão autônoma.

A seriação e cadeiras do curso de arquitetura, conforme o art. 10 do regulamento, são as mesmas que já funcionavam provisoriamente, quando ainda estava sendo debatido o regulamento.

O número de departamentos, por outro lado, aumentou. Passou dos provisórios 4 (História e Cultura; Estática das construções; Técnica das construções; Composição) para 6 (História; Estática das construções; Técnica das construções; Expressão gráfica e modelagem; Composição; Legislação e organização). O Quadro 16 reúne os departamentos que constam no regulamento da Faculdade de Arquitetura e as respectivas cadeiras que deles fazem parte<sup>383</sup>.

Foi esta estrutura – seriação, cadeiras, departamentos, quadro docente – que vigorou no curso de Arquitetura da Faculdade em seus primeiros anos. Todavia, apesar de curto o seu tempo de vigência, ela logo foi contestada.

---

<sup>383</sup> Neste ponto, os regulamentos (datilografado e da Imprensa Universitária) trazem organização departamental ligeiramente diferente (tanto nos nomes quanto nas disciplinas abrigam). O datilografado traz o mesmo número de departamentos (6) com os seguintes nomes: História e Cultura; Estática das Construções; Técnica das Construções; Composição; Cultura; e Composição Urbanística.



Quadro 16: Departamentos da Faculdade de Arquitetura, 1955.

<p>I- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA</p> <p>Arquitetura Analítica; Arquitetura no Brasil; História da Arte – Estética; Evolução Urbana.</p>
<p>II- DEPARTAMENTO DE ESTÁTICA DAS CONSTRUÇÕES</p> <p>Matemática Superior; Mecânica Racional – Grafostática; Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções; Concreto Armado; Sistemas Estruturais.</p>
<p>III- DEPARTAMENTO DE TÉCNICA DAS CONSTRUÇÕES</p> <p>Técnica da Construção – Topografia; Materiais de Construção – Estudo do Solo; Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades; Física Aplicada; Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública.</p>
<p>IV- DEPARTAMENTO DE EXPRESSÃO GRÁFICA E MODELAGEM</p> <p>Geometria Descritiva; Desenho Artístico; Sombras – Perspectiva – Estereotomia; Modelagem.</p>
<p>V- DEPARTAMENTO DE COMPOSIÇÃO</p> <p>Teoria da Arquitetura; Composições de Arquitetura; Grandes Composições de Arquitetura; Urbanismo – Arquitetura Paisagista; Composição Decorativa; Teoria e Prática dos Planos de Cidades; Arquitetura Paisagista.</p>
<p>VI- DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO</p> <p>Legislação – Economia Política; Organização do Trabalho – Prática Profissional; Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana; Organização Social das Cidades; Administração Municipal.</p>

Fonte: FACULDADE DE ARQUITETURA. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Imprensa Universitária. Porto Alegre, 1955.

#### 4.2.5. Proposta de reforma no ensino (1957)

Em 25 de março de 1957, a congregação discutiu, em sua 52ª reunião, a proposta do centro acadêmico, dirigida ao CTA, de que fosse constituída uma comissão responsável por debater e propor reforma do ensino de arquitetura da Faculdade<sup>384</sup>.

<sup>384</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 52ª reunião da congregação, realizada em 25 de março de 1957: 8.

A comissão teria a seguinte composição: três professores (Ivo Wolff, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff <sup>385</sup>), um representante do IAB-RS e três estudantes eleitos pelo centro acadêmico.

Posteriormente, na 54<sup>a</sup> reunião da congregação, foram anunciados os nomes dos demais membros: indicado pelo IAB-RS, Irineu Breitman; eleitos pelos estudantes, José Américo Ferreira, Wladyr José Maggi e Miguel Alves Pereira<sup>386</sup>.

Meses após, em 1º de julho de 1957, a comissão encaminhou ao presidente da congregação, Ney Chrysostomo da Costa, as conclusões de seus trabalhos: um “plano de emergência” acompanhado de uma “exposição de motivos”.

Primeiramente será exposta e discutida a exposição de motivos. Posteriormente, a proposta de reforma emergencial do ensino. Adota-se esta ordem porque, como afirma a abertura da exposição de motivos, a “Comissão, antes de estudar a seriação e os Métodos do Curso, tratou de formular, à luz da experiência mundial o ensino da Arquitetura e tendo em vista as condições do nosso meio, princípios gerais para nortear seu trabalho”<sup>387</sup>.

Esta exposição de motivos é longa e, por vezes, confusa. Reproduz, em certa medida, argumentos já presentes na de 1952, que orientou a redação do projeto de regulamento provisório, anterior à aprovação do definitivo, em 1955. E, como já visto, a exposição de motivos do início da década reeditava parte dos argumentos já usados no debate sobre a criação da Faculdade de Arquitetura. Logo, como será exposto, essa proposta de reforma do ensino se alicerça em pressupostos que ela pretendia revisar.

O documento de 1957, parte do princípio de que a arquitetura teria “por fim organizar os ambientes necessários à vida humana, em todos os seus aspectos, utilizando para isso os recursos de técnica e da arte”<sup>388</sup>. Ela consistiria, portanto, numa “aplicação coordenada de conhecimentos dos mais diversos domínios da Ciência, aplicação que pressupõe uma profunda compreensão das necessidades humanas e que se

---

<sup>385</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 52ª reunião da congregação, realizada em 25 de março de 1957: 9.

<sup>386</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 54ª reunião da congregação, realizada em 16 de abril de 1957: 2-3.

<sup>387</sup> WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos. 20f. Porto Alegre, 1957: 1.

<sup>388</sup> Ibid., loc. cit.

consubstancia em obras de arte”<sup>389</sup>. A arquitetura, neste documento, “supera numerosas especializações” e representa uma forma de “humanização da técnica”<sup>390</sup>.

O arquiteto, conseqüentemente, conforme o texto, “não é um especialista, é, pelo contrário, (...) aquele que sintetiza e organiza”<sup>391</sup>.

Cabe notar a importância dada, novamente, à relação entre técnica, ciência, arte e humanidade. E a posição do arquiteto, não como especialista, mas como aquele que os “sintetiza e organiza”. Por isso, a comissão entendia que “o cunho essencialmente artístico e sintético da Arquitetura deve também ser o traço característico de seu ensino”<sup>392</sup>.

A exposição de motivos, após definir a arquitetura e o arquiteto, apresentava quatro princípios norteadores do ensino, vinculados às necessidades da profissão.

O primeiro deles era a composição. Cita o texto: “A natureza da profissão impõe que a formação do futuro arquiteto repouse principalmente no exercício da *composição de projetos* [grifo nosso]”<sup>393</sup>. Logo, seu exercício prático e orientado seria capaz de desenvolver “aptidões intelectuais da imaginação, da sensibilidade e do bom senso, disposição ao trabalho criador e à coordenação de todos os fatores que intervêm na realização da obra”<sup>394</sup>.

O segundo princípio era a cultura. Apontava o documento que as disciplinas culturais – meios e não fins do ensino – deveriam “proporcionar ao aluno os conhecimentos indispensáveis a uma interpretação justa das relações que existem entre a Arquitetura e as atividades vitais e culturais dos homens”<sup>395</sup>. Estes conteúdos dotariam o estudante da capacidade de agir sobre os problemas de seu tempo.

O terceiro era a técnica. As disciplinas técnicas – também meios e não fins do ensino – deveriam “habilitar o arquiteto a utilizar com acerto os recursos da técnica de aplicação corrente na construção e, quando necessário, ser um orientador eficaz dos

---

<sup>389</sup> WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos. 20f. Porto Alegre, 1957: 1.

<sup>390</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>391</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>392</sup> Ibid.: 2.

<sup>393</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>394</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>395</sup> Ibid.: 3.

especialistas de outros ramos”<sup>396</sup>. O arquiteto não seria “nem um praticista cego, nem um teórico de gabinete”, mas deve adquirir “o senso prático da utilização das técnicas, apoiado num conhecimento claro de seus fundamentos”<sup>397</sup>.

O quarto e último aspecto, o atelier. O regime escolar deveria ser liberto de “preconceitos acadêmicos e entraves burocráticos” para que predominasse a atividade criadora e um ambiente de debates e pesquisas no qual “o convívio de alunos e docentes em ATELIERES de trabalho, se constitua em meio principal de transmissão de conhecimentos”<sup>398</sup>.

Novamente a “composição de projetos” comparece como o cerne da formação do arquiteto. Composição esta que, por meio das aptidões intelectuais próprias da profissão (imaginação, sensibilidade estética, bom senso) representava a capacidade de síntese entre aspectos humanos/culturais, técnicos e artísticos (não apenas a composição de volumes, ambientes, elementos pré-definidos). E, para que estas capacidades se desenvolvessem, o atelier tinha papel capital como espaço de integração entre os conhecimentos.

Depois de apresentar as bases de sua argumentação, a exposição de motivos passava ao balanço da situação do ensino e da profissão de seu momento. Após contato com diplomados que “realmente conseguiram fazer-se arquitetos”<sup>399</sup>, a comissão observou que a maior parte deles revelou “verdadeira ojeriza por certos ramos do conhecimento técnico”<sup>400</sup>. E, para ela, a “contradição intrínseca entre o pensamento humanístico e artístico [, de um lado,] e o pensamento técnico [, de outro,] (...) não pode se transformar em conflito a não ser quando inexiste qualquer esforço no sentido de humanização da técnica”<sup>401</sup>.

O curso, ao longo de seus cinco anos, fazia com que “uma verdadeira luta íntima [ocorresse] na alma e na consciência do aluno”<sup>402</sup>. Se se diplomasse arquiteto, é porque

---

<sup>396</sup> WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos. 20f. Porto Alegre, 1957: 3.

<sup>397</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>398</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>399</sup> Ibid.: 4.

<sup>400</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>401</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>402</sup> Ibid.: 5.

vencia “sua vocação humanística ou artística, mas em prejuízo flagrante de sua formação técnica”<sup>403</sup>.

Tão logo concluía o curso, o egresso tratava “de varrer da sua cabeça tudo o que lembre número e fórmulas embora sabendo que isto representa uma distorção profissional”<sup>404</sup>. Fazia isso como quem “amputa um órgão de grande valia, mas que destila veneno em todo o organismo: corta-se um braço para salvar o corpo”<sup>405</sup>.

Essa argumentação revela que, para a comissão, havia uma distorção no curso: a “ausência de esforços no sentido da integração dos conhecimentos ministrados e da humanização da técnica”<sup>406</sup>. Conseqüentemente, o que a comissão pretendia com sua proposta era superá-la, conciliando ciência/técnica, homem/cultura, arte.

A comissão constatava ainda um desequilíbrio na distribuição do tempo destinado às aulas<sup>407</sup>. Às disciplinas vinculadas à cultura eram destinadas 17 horas; às vinculadas à técnica/estática, 63 horas; e aos projetos, 56 horas. Nota-se que o campo técnico/estática representa a maior carga horária do curso. Isto era, para a comissão, um problema.

Continuando sua argumentação, a exposição de motivos afirmava que as disciplinas do grupo composição só alcançariam seus objetivos por meio do “exercitamento” prático do aluno. Tratava-se “antes, de aprendizado do que de ensino”<sup>408</sup>. Esta separação entre aprendizado e ensino orientará, como veremos, a organização dos conteúdos do curso.

Nas disciplinas de composição o aluno deveria aprender a “dominar e conduzir o diálogo que se estabelece entre a sua consciência – sede do conhecimento, da

---

<sup>403</sup> WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos. 20f. Porto Alegre, 1957: 5.

<sup>404</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>405</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>406</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>407</sup> Segundo a exposição de motivos de 1957 a conta foi feita da seguinte forma: “As disciplinas de formação teórico-cultural dispõem aparentemente de 23 horas semanais de aulas. Na realidade, entretanto devem ser somente computadas 17 horas, pois que Arquitetura analítica é, atualmente, uma disciplina mixta – história e de exercitamento gráfico e Legislação- Economia Política é técnica na sua primeira parte. As disciplinas de exercitamento gráfico, plástico e de realização de projetos dispõem de 56 horas semanais, computando-se 4 horas de Arquitetura Analítica. As disciplinas técnicas e de estática dispõem de 63 horas semanais, computando-se de 2 de Legislação” (WOLFF et al, 1957: 5-6).

<sup>408</sup> WOLF et al, op. cit.: 6.

imaginação, da sensibilidade e da emoção – e a sua mão – instrumento que fixa e, ao mesmo tempo, condiciona as elaborações mentais”<sup>409</sup>.

Já as cadeiras do grupo cultural precisavam “associar ensino e aprendizado – aprendizado, porém, no sentido indutivo, isto é, no sentido inverso de aprendizado na Composição”<sup>410</sup>. Tratava-se de exercitar a capacidade de observação estética.

O estudante deveria aprender “a dominar o diálogo que se estabelece, através do órgão da visão, entre a obra de arte – como projeto – e a sua própria consciência como sujeito do fenômeno estático”<sup>411</sup>. As disciplinas do grupo cultural eram, por esta razão, preparatórias à “operação que se processa no exercício da composição”<sup>412</sup>.

As cadeiras do grupo técnica/estática, por sua vez, com exceção parcial de *Geometria Descritiva*, atingiam “plenamente seus objetivos no Curso sem exigirem longo e demorado aprendizado”<sup>413</sup>. Eram conhecimentos “perfeitamente assimiláveis num processo simples de aquisições intelectuais”<sup>414</sup>.

Os dois primeiros grupos – composição e cultura – mereciam, segundo a exposição de motivos, maior tempo “por unidade de conhecimento”. O terceiro grupo – técnica/estática – permitia “assimilação de grande ‘quantidade’ de conhecimento por unidade de tempo”<sup>415</sup>. Logo, a carga horária de composição e cultura deveria crescer e de técnica/estática diminuir.

Esta proposta buscava superar a o desequilíbrio na distribuição de tempo entre os conteúdos, destacado anteriormente. Reforçava ainda a personalidade da profissão buscada: vinculada à capacidade de compor projetos de arquitetura, processo de síntese de dimensões diversas (e não só de volumes, elementos).

Outro problema identificado no ensino da Faculdade de Arquitetura, segundo a exposição de motivos, era a desarticulação entre as cadeiras. Conforme argumentava a comissão, “em lugar de uma estruturação orgânica, tendente a superar as contradições

---

<sup>409</sup> WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos. 20f. Porto Alegre, 1957: 6.

<sup>410</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>411</sup> Ibid.: 7.

<sup>412</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>413</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>414</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>415</sup> Ibid., loc. cit.

entre os diferentes ramos de conhecimento, há somente um paralelismo improvisado”<sup>416</sup>. Não havia, enfim, uma “integração harmônica dos conhecimentos”<sup>417</sup>.

O plano para o ensino proposto buscava superar este problema a partir de duas atividades escolares: ensino, como “aula corrente”<sup>418</sup> e aprendizado, como atividade em atelier. A partir dessa divisão básica, (ensino e aprendizado) a reforma se desenvolveria em quatro sequências, da 1ª a 5ª série. São elas: I) exercícios de atelier; II) aulas de técnicas; III) de estática; IV) e de formação cultural. Note-se a nítida separação que é feita entre exercício (prática-aprendizagem) e aula (reflexão-ensino).

Esse esquema pedagógico do curso atacaria, segundo a comissão, um dos “problemas mais complexos que apresenta o ensino da Arquitetura [que] é o correto entrosamento dos diversos conhecimentos, tendo em vista o método específico de trabalho do arquiteto: o método de síntese”<sup>419</sup>. Por esta razão, no atelier ocorreriam, “sínteses de aplicação dos conhecimentos que o aluno adquire nas AULAS”, já que “sem isto elas correm o perigo de se verem reduzidas a disciplinas de aprendizado empírico”<sup>420</sup>.

Ao fim, são propostos “quatro ‘CURSOS’ paralelos cobrindo da 1ª a 5ª série”<sup>421</sup>. Um curso de composição, um de técnica, um de estática e um de formação cultural. O balanço final do aprendizado de cada “curso” seria feito ao final, no segundo semestre do 5º ano, quando da preparação dos trabalhos de diplomação<sup>422</sup>. Para a comissão, esta proposta asseguraria “autonomia interna a cada um dos ‘CURSOS’”<sup>423</sup> e deixaria a manifestação da síntese entre os conhecimentos para o último momento da formação.

Há, como é perceptível, uma contradição entre a proposta de integração dos conteúdos (que norteava o projeto de reforma do curso) e a de cursos paralelos, relativamente autônomos e com uma oportunidade de manifestação de síntese somente ao fim da formação. Ela é reconhecida pela comissão, ao afirmar que “a síntese final

---

<sup>416</sup> WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos. 20f. Porto Alegre, 1957: 7.

<sup>417</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>418</sup> Ibid.: 8.

<sup>419</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>420</sup> Ibid.: 9.

<sup>421</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>422</sup> “Estes trabalhos serão momentos de síntese final, nos quais o aluno, quase arquiteto, aplica tudo o que aprendeu nos cinco anos de estudo e é assistido por todos os professores do Curso de Arquitetura” (WOLFF et al, 1957: 10).

<sup>423</sup> WOLF et al, op.cit.: 10.

sobre o trabalho de Diplomação ainda é insuficiente como entrosamento dos conhecimentos”<sup>424</sup>. Por isso, seria “preciso assegurar esse entrosamento desde a 1ª à 5ª Série, sob pena dos exercícios de Composição adquirirem um indesejável caráter empírico”<sup>425</sup>. Para garantir este entrosamento, seria necessário que os cursos – técnica, estática e cultura – preparassem uma “SÍNTESE DE APLICAÇÃO dentro dos programas de trabalho de ‘ATELIER’”<sup>426</sup>.

Toda esta argumentação se referia ao plano básico. Havia ainda o plano de emergência, “capaz de ser posto em prática já no próximo ano letivo”<sup>427</sup>. Este segundo plano expunha fundamentalmente quatro mudanças: a) a redistribuição de horas entre as cadeiras; b) o reposicionamento das cadeiras pela seriação; c) o reagrupamento departamental; d) a sugestão de procedimentos didáticos.

A redistribuição de horas foi proposta a partir da verificação de uma distorção no curso – já exposta –, que “se prende não a um excesso de conhecimento técnico e de estática, mas à carência de maiores conhecimentos humanísticos e artísticos”<sup>428</sup>. Para revertê-la, a comissão propunha aumentar o número de horas-aula semanais de 27 para 30 e reduzir o número de aulas de “uma ou outra disciplina de ramos de TÉCNICA e de ESTÁTICA”<sup>429</sup>.

A solução encontrada era, enfim, como já referido, reduzir horas de técnica/estática e aumentar as de projeto/cultura. Esta decisão que reforçava a identidade do arquiteto como o profissional habilitado para elaboração de projetos.

Em relação ao reposicionamento das cadeiras dentro da seriação, a alteração foi mínima. Não houve exclusão de disciplinas. No máximo, remanejamento de conteúdo<sup>430</sup>.

---

<sup>424</sup> WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos. 20f. Porto Alegre, 1957: 10.

<sup>425</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>426</sup> Ibid.: 10-11.

<sup>427</sup> Ibid.: 13.

<sup>428</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>429</sup> Ibid.: 14

<sup>430</sup> “Nos ramos das disciplinas Culturais, História da Arte passou para a Terceira Série, assegurando-se assim, continuidade entre ela e a Arquitetura no Brasil, que permanece na Quarta Série. Teoria da Arquitetura (Teoria da Composição – Teoria dos Edifícios) que atualmente está na segunda série passa, como cadeira preparatória da Composição, a ser ministrada na primeira e na segunda séries. Teoria da Arquitetura (Filosofia da Arquitetura) surge na quinta série como fecho de síntese teórica do Curso todo, em correta continuidade com a História da Arte (História da Arquitetura) e Arquitetura no Brasil. Esta mais eficiente seriação das disciplinas Teóricas e Históricas permite que a Arquitetura Analítica, hoje



O plano de emergência previa ainda mudanças na organização departamental. Eles passariam de seis (História, Estática das Construções, Técnica das Construções, Expressão Gráfica e Modelagem, Composição, Legislação e Organização) para quatro (Cultura<sup>431</sup>, Projetos<sup>432</sup>, Ciências Aplicadas<sup>433</sup>, Estática das Construções<sup>434</sup>). Estes departamentos reproduzem, mas com outro nome, a organização do ensino em quatro cursos paralelos: o exercício de atelier e as aulas de cultura, técnica e estática.

E finalmente, sobre as sugestões de procedimentos didáticos o documento apontava que a síntese de conhecimentos se faria a partir dos seguintes critérios: as disciplinas deveriam realizar exercícios práticos baseados no trabalho de composição, quando possível; o departamento de projeto deveria estabelecer, em outubro de cada ano, planos de trabalho para o próximo ano letivo explicitando as propostas de síntese de aplicação; os professores estabeleceriam horários para consultas individuais e permaneceriam à disposição dos alunos; as palestras de síntese deveriam ser preparadas, impressas e distribuídas com antecedência; as salas de aula, especialmente de atelier, permaneceriam abertas à tarde e à noite; dentre outros procedimentos.

A proposta, após organizada, foi encaminhada aos departamentos. Todos o aprovaram. E na 57ª reunião da congregação, realizada em 24 de setembro de 1957, “foi iniciada a sessão especial, dividida em cinco séries”<sup>435</sup> para tratar dela.

Após estas cinco reuniões, a congregação, em 21 de outubro de 1957, encaminhou, “a quem de direito, as alterações, modificações e inserções que julgou bem entender serem uteis e proveitosos aos estudos do Curso de Arquitetura”<sup>436</sup>. Dentre elas estava a alteração de posição de disciplinas na seriação, departamentos, dentre outros.

---

sobrecarregada de aspectos históricos, se firme na justa orientação que já vem ensaiando e que consiste em limitar-se à análise gráfica dos elementos vivos e atuais da arquitetura. Esta sadia e eficiente simplificação possibilita que a Arquitetura Analítica seja reduzida a um ano de trabalho em ‘ATELIER’” (WOLFF et al, 1957: 14).

<sup>431</sup> Reunindo as cadeiras de: 8- Teria da Arquitetura; 21- História da Arte Estética; 11- Arquitetura no Brasil; 22- Legislação – Economia Política.

<sup>432</sup> Reunindo as cadeiras de: 7- Arquitetura Analítica; 20- Modelagem; 18- Desenho Artístico; 9- Composições de Arquitetura; 6- Técnica da Construção – Topografia; 19- Composição Decorativa; 10- Grandes Composições de Arquitetura; 12- Urbanismo – Arquitetura Paisagista.

<sup>433</sup> Reunindo as cadeiras de: 3- Geometria Descritiva; 4- Perspectiva – Sombras – Estereotomia; 5- Materiais de Construção – Estudo do Solo; 16- Física Aplicada; 17- Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades; 23- Organização do Trabalho – Prática Profissional.

<sup>434</sup> Reunindo as cadeiras de: 1- Matemática Superior; 2- Mecânica Racional Grafostática; 13- Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções; 14- Concreto Armado; 15- Sistemas Estruturais.

<sup>435</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 57ª reunião da congregação, realizada em 24 de setembro de 1957.

<sup>436</sup> COSTA, Ney Chrysostomo. Proposta de alteração, edificação e inserção de artigos de seu regimento que faz a colendíssima congregação da Faculdade de Arquitetura. 17f. Porto Alegre, 1957: 1.

Contudo, todo o esforço em debater uma nova orientação ao ensino da Faculdade não surtiu efeitos imediatos. A reforma realizada foi pequena. Alterações de maior proporção só se realizariam no início da década de 1960.

Em 1959 foi posto em vigor um “novo sistema didático para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo, conforme estudos realizados ainda no ano de 1958”<sup>437</sup>.

Segundo documento de 1961<sup>438</sup>, as alterações introduzidas no currículo do curso de Arquitetura a partir de 1957 foram: 1957 (1ª série) – Modelagem se divide em duas disciplinas: Modelagem e Maquetaria; 1958 (1ª série) – Foi incluída a Cadeira Teoria da Arquitetura; 1958 (2ª série) – Eliminada a Cadeira de Arquitetura Analítica; 1958 (2ª série) – Incluída a Cadeira de Técnica da Construção - Topografia I. Esta disciplina, que existia antes apenas no 3º ano, foi dividida em duas. Técnica... I no 2º ano, e Técnica... II no 3º; 1958 (3ª série) – Incluída a Cadeira de História da Arte – Estética II. Esta disciplina, que existia antes apenas no 1º ano, foi dividida em duas. História... I no 1º ano, e História... II no 3º ano; 1958 (4ª série) – Incluída a Cadeira de Urbanismo – Arquitetura Paisagista I. Esta disciplina, que existia antes apenas no 5º ano, foi dividida em duas. Urbanismo... I, no 4º ano, e Urbanismo... II, no 5º ano.

Estas disciplinas passam a vigorar juntas no ano de 1959. Percebe-se que são alterações de impacto menor, já que se referem a subdivisão de disciplinas em dois anos, alteração de nomes, eliminação ou inclusão de uma ou outra disciplina.

A reforma no ensino será tratada no capítulo que abordará a década de 1960.

#### **4.2.6. Curso de arquitetura: cadeiras e conteúdos**

Serão tratados agora os conteúdos das cadeiras do curso de arquitetura da Faculdade de Arquitetura. Foi tomado como referência o currículo inicial do curso de arquitetura da Faculdade. Não foram incluídas as alterações posteriores.

As cadeiras aqui examinadas são apenas as que lidam com a cidade (*Higiene da habitação – saneamento da cidade e Urbanismo – Arquitetura Paisagista*).

---

<sup>437</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1959. 21f. Porto Alegre, 1960: 7.

<sup>438</sup> DIRETOR da Faculdade de Arquitetura. [carta] 21 de janeiro de 1961, Porto Alegre [para] A. Leão Carvalho Silva, Porto Alegre. Em atenção a circular nº 3/60, de 12 de dezembro, encaminha relação da seriação e disciplinas dos cursos existentes na Faculdade. 4f.

Não serão abordadas, aqui, as cadeiras que se referem à desenho ou à composição arquitetônica. A atenção se concentrará exclusivamente nas disciplinas preocupadas com a cidade. Os conteúdos delas estão expostos abaixo.

### **Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades**

Nesta cadeira, ministrada no 4º ano por Egydio Hervé e Luiz Arthur Ubatuba de Faria, o programa era composto por três conjuntos: o primeiro, de noções gerais de higiene e organismos patogênicos; o segundo, de infraestrutura urbana; e o terceiro, de instalações prediais.

A primeira parte do programa trazia, resumidamente, os seguintes temas: noções de higiene e saneamento, saúde e doença; importância higiênica do ar, da água e do solo; bactérias, protozoários, cogumelos, parasitas e insetos; vida microbiana; moléstias.

Na segunda parte, os conteúdos relativos à infraestrutura urbana eram: abastecimento de água na cidade (fontes, propriedade físicas da água, composição química, etc.); águas pluviais, superficiais e subterrâneas; consumo e quantidade de água necessária ao abastecimento das cidades; reservatórios; tratamento; cálculos e dimensionamento da rede; esgotamento sanitário (redes, seções, cálculos, fórmulas, etc.); iluminação; arborização; espaços livres, áreas de recreio e parques.

E na terceira parte, os conteúdos sobre instalações prediais eram: instalação de água quente e fria na habitação; de combate à incêndios; tratamento domiciliário da água; esgotos domiciliares; coleta de lixo; iluminação natural e insolação na habitação.

É uma disciplina que abordava os sistemas de infraestrutura, desde o edifício até a cidade (ambos variando apenas em escala). Os temas relativos à cidade remetem a aceção higienista-sanitarista do início do século XX. Este conteúdo é análogo ao da disciplina de mesmo nome oferecida no curso de arquitetura do IBA e da Escola de Engenharia.

### **Urbanismo – Arquitetura Paisagista**

Nesta cadeira, ministrada no 5º ano por Edvaldo Pereira Paiva, o programa era composto por quatro conjuntos de conteúdos: o primeiro, de princípios gerais (definições e o lugar da cidade na história); o segundo, de “análise urbana”; o terceiro, de “Planos Diretores. Urbanização Regional”; e o quarto, de paisagismo.

O primeiro conjunto trazia, resumidamente, os seguintes temas: origem e evolução das cidades; as cidades na pré-história, no mundo antigo, feudal e contemporâneo; a cidade do futuro; as escolas urbanísticas; definição das tarefas do urbanista.

O segundo tratava de: traçados urbanos e rurais; sistemas de parcelamento do solo; elementos componentes das cidades e suas funções; unidades vicinais e industriais; tipos de cidades modernas; relação entre áreas construídas e espaços viários; alinhamentos; insolação, ventilação e saneamento; áreas para habitação, indústria, comércio, edifícios públicos, semi-públicos; caracterização de ruas e sua relação com as edificações; tratamento das ruas por meio de arborização e vegetação; cruzamentos e pontos de conflito; praças; transportes; unidades vicinais.

O terceiro trazia os seguintes temas: princípios diretores da urbanística; trabalhos preparatórios, levantamentos, censos e expediente urbano; zoneamento; aplicações práticas do planejamento urbano; urbanização regional; relações da urbanística com a administração municipal.

E, por fim, o quarto conjunto trazia os seguintes conteúdos: florística; jardins antigos e modernos; praças e parques; relações entre a vivenda, cidade e o verde; composição dos parques jardins.

Todo conteúdo é similar ao ministrado na disciplina de mesmo nome no curso de arquitetura do IBA. E, como na disciplina homônima do curso do Belas Artes, o “urbanismo”, tratado em  $\frac{3}{4}$  do semestre, era amplo e variado. Tratava de temas que iam da história das cidades e do urbanismo, passando por elementos de projeto urbano, traçados, parcelamento do solo, até zoneamento e cidade do futuro. É um curso expedito sobre o urbanismo que buscava dar conta da maior quantidade de aspectos possível.

O paisagismo, tratado no  $\frac{1}{4}$  restante do semestre, vai da florística à composição de parques e jardins.

Pode-se afirmar, a partir dos dados disponíveis, que a preocupação com a cidade era, no ensino da década de 1950 da Faculdade de Arquitetura, pouco representativa – apenas duas cadeiras do total de 26 do curso. O saber a ela associado era o da composição (análogo à arquitetura, diferindo apenas em escala), das técnicas higienistas-sanitaristas (sistemas de infraestrutura que diferiam dos do edifício apenas em escala), além de outros, como os planos diretores.

Contudo, a capacitação para a composição norteava a formação. Além disso, como foi possível perceber na exposição de motivos de 1952, a composição arquitetônica precederia e submeteria a arquitetura paisagista e o urbanismo. Ambos deveriam servir-lhe como auxiliares, seja contribuindo ao projeto de espaços exteriores ou fazendo com que as composições de arquitetura fossem pensadas como parte do conjunto urbano. O urbanismo estava, enfim, subordinado à composição arquitetônica.

### **4.3. O curso de urbanismo**

#### **4.3.1. O processo de instalação**

A primeira reunião da congregação da Faculdade de Arquitetura, ocorrida em 2 de setembro de 1952, aprovou a seguinte redação para o artigo 2º do projeto de regulamento: “A Faculdade manterá os seguintes cursos de graduação: a) de Arquitetura; b) de Urbanismo”.

Apesar de constar neste documento provisório, o curso de urbanismo não funcionou no ano de instalação da Faculdade. E não havia perspectivas de que ele entrasse em atividade. Como refere João Baptista Pianca no relatório sobre o ano de 1952, se “persistir porém a falta de acomodações não vejo possibilidade do seu funcionamento tão cedo, mesmo porque o corpo docente ainda está incompleto”<sup>439</sup>.

Neste primeiro ano da Faculdade, Edvaldo Pereira Paiva propôs, na 9ª reunião da congregação, de 17 de setembro de 1952, que se copiasse a seriação do curso de urbanismo da FNA. A proposta foi aprovada, mas o curso ainda tardou a se tornar realidade.

No ano seguinte, 1953, houve mais debates sobre sua criação. Em 25 de setembro, o Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura (CEUA) encaminha ao diretor da Faculdade proposta de criação do curso de urbanismo e lista de interessados. A solicitação não era só de estudantes de arquitetura, mas também de egressos<sup>440</sup>.

---

<sup>439</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953: 5.

<sup>440</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953: 6.

A proposta do CEUA foi encaminhada, inicialmente, ao CTA, que a aprecia em 14 de outubro de 1953. O conselho julga “oportuno e necessário o funcionamento do Curso para o próximo ano e encaminha à deliberação da Congregação”<sup>441</sup>.

A congregação, por sua vez, aprova a proposta, em 15 de dezembro do mesmo ano. Autorizado pelos dois órgãos, a sugestão foi encaminhada ao reitor juntamente com “um pedido do diretório acadêmico com 42 assinaturas”<sup>442</sup>.

Propunha-se que ele fosse noturno. Assim, atenderia “aos interesses, não somente dos alunos como também dos próprios formados os quais pelas suas atividades diurnas somente dispõem da noite”<sup>443</sup>.

No início do ano seguinte, 1954, o diretor da Faculdade realiza audiência com o reitor para debater o funcionamento e a organização do curso de urbanismo, de acordo com o regulamento da Faculdade. Em 24 de janeiro do mesmo, o reitor encaminha ofício ao diretor da Faculdade solicitando “examinar com os órgãos competentes dessa Faculdade a possibilidade e conveniência de funcionamento, este ano, do Curso de Urbanismo previsto na lei que instituiu a Faculdade Nacional de Arquitetura”<sup>444</sup>.

Com CTA, congregação e reitoria de acordo, o diretor da Faculdade passou às medidas necessárias à instalação do curso. Uma das primeiras iniciativas foi dirigir cartas aos diretores de Faculdades de Arquitetura<sup>445</sup> do país solicitando regulamentos e provas de habilitação. Solicitou também aos professores Ernani Dias Corrêa e Luiz Arthur Ubatuba de Faria que fossem a São Paulo participar do IVº Congresso Brasileiro de Arquitetos à busca de regulamentos, regimentos, programas, monografias e outros documentos que dissessem respeito ao curso.

Pianca buscou ainda informações e indicações de professores necessários ao funcionamento do curso com Adolfo Morales de Los Rios (professor da FNA), aos dois professores da casa encaminhados à São Paulo, ao diretor da FNA e, através do reitor da

---

<sup>441</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentada à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. 19f. Porto Alegre, 1954: 3.

<sup>442</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953: 6.

<sup>443</sup> Ibid.: 6-7.

<sup>444</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA, 1954, op. cit.: 4.

<sup>445</sup> Foram encaminhadas cartas aos diretores das seguintes instituições: a) – Faculdade Nacional de Arquitetura. b) Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes da Universidade de Bahia. c) Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes de Recife. d) Faculdade de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais. e) Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie. f) Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo.

URGS, ao reitor da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Nada foi solicitado à instituições estrangeiras.

Todas estas informações e indicações, fazia questão de salientar, foram pedidas sem compromisso. O diretor da Faculdade tinha em vista apenas colher dados que pudessem subsidiar futuras decisões da congregação.

O curso de urbanismo, de graduação, teria dois anos de duração. A seriação das cadeiras estava estabelecida conforme indicado no Quadro 17:

Quadro 17: Disciplinas do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, 1954.

<b>ANO (OU SÉRIE)</b>	<b>DISCIPLINAS</b>
1º	1- Teoria e Prática dos Planos de Cidades I 2. Evolução Urbana I 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística. 4. Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública.
2º	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II 2. Evolução Urbana II 3. Arquitetura Paisagista 4. Organização Social das Cidades 5. Administração Municipal

Fonte: FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentada à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. 19f. Porto Alegre, 1954: 7-8.

O curso contaria com sete disciplinas (duas delas que se repetiriam) distribuídas nos dois anos. O diretor da Faculdade supunha serem necessários sete professores – um por disciplina – para que o curso passasse a funcionar<sup>446</sup>.

Contudo, apenas dois estavam nomeados até o momento: Adalberto Rodrigues de Carvalho, para a disciplina de *Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública*; e Max Waldemar Lubke, para a cadeira de *Administração Municipal*. Restavam, então, outros cinco para completar o quadro docente.

Com o intuito de facilitar a instalação do curso, o diretor da Faculdade apresentou uma lista de possíveis professores. Mas, destacava o diretor, os nomes sugeridos

só foram considerados em condições de serem apresentados, depois de criteriosas e discretas palestras com cada um, respectivamente, nas quaes apenas foram focalizadas as atitudes que tomariam, si, na

<sup>446</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentada à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. 19f. Porto Alegre, 1954: 8-9.

colenda Congregação, os seus nomes viessem a ser objeto de cogitação e julgamento<sup>447</sup>.

Os nomes apresentados foram: a) Luiz Arthur Ubatuba de Faria; b) Edvaldo Pereira Paiva; c) Nelly Peixoto Martins; d) Demétrio Ribeiro. Faltava um nome para, juntamente com Adalberto Carvalho e Waldemar Lubke, completar os setes necessários.

Ubatuba de Faria já era professor catedrático de *Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades*. Esta disciplina contava com dois catedráticos – além dele, Egydio Hervé, oriundo da Escola de Engenharia – resultado da fusão dos cursos do Belas Artes e da Escola de Engenharia. Além disso, ele já fizera parte do corpo docente do curso de urbanismo do IBA.

Segundo o diretor da Faculdade, “consultado, o egrégio Professor [Ubatuba de Faria] (...) mostrou preferência pela cátedra de Teoria e Prática dos Planos de Cidades” e condicionou sua aceitação ao cargo à “possibilidade de ser sem prejuízo dos seus direitos de Professor catedrático efetivo da cadeira de Higiene da Habitação – Saneamento”<sup>448</sup> (Considerações apresentadas... fevereiro 1954: 12).

Outro professor proposto foi Edvaldo Pereira Paiva. Ele, por sua vez, já era professor catedrático de *Urbanismo – Arquitetura Paisagista* e também fora professor do curso de urbanismo do IBA. Paiva demonstrou interesse pela disciplina *Evolução Urbana*. E condicionou sua aceitação ao cargo à “possibilidade de ser sem prejuízo dos seus direitos de professor catedrático efetivo da cadeira de Urbanismo – Arquitetura Paisagista”.

Já Nelly Peixoto era egresso da primeira turma do curso de urbanismo do IBA. Era, na ocasião, “Engenheiro da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, na Diretoria de Saneamento e Urbanismo, Seção de Urbanismo, onde exerce o cargo de Engenheiro Urbanista” (Considerações apresentadas... fevereiro 1954: 13). Sua preferência era pela cátedra de *Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística*.

Por fim, Demétrio Ribeiro era referido pelo diretor da Faculdade como professor catedrático de *Composições de Arquitetura*. Não há referência a interesse por cadeiras, tampouco condições especiais para sua aceitação.

---

<sup>447</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentada à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. 19f. Porto Alegre, 1954: 10.

<sup>448</sup> Ibid.: 12.



Como os pedidos de envio de programas para concurso de habilitação – feitos às universidades – não foram atendidos, a direção entrou em contato, via telegrama, com o diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais. Pretendia, assim, obter pronto retorno.

E logo vieram, da instituição mineira, os programas e o material do concurso de habilitação. Foi encaminhado também, pela secretaria da FNA, o programa do curso de habilitação. Foram estes documentos que serviram de referência à montagem inicial do curso gaúcho.

Sobre o concurso de habilitação cabe ainda breve nota. A Faculdade de Arquitetura adotou o que era solicitado nos demais cursos de urbanismo do país: provas sobre “duas ciências: a- História da Arte; b- Sociologia”<sup>449</sup>. Esta referência é necessária, pois, no futuro, o curso de habilitação acolherá novo conteúdo que mudará o perfil dos ingressantes.

Em 18 de fevereiro de 1954, o trabalho da direção com vistas ao funcionamento do curso de urbanismo foi apresentado à congregação e aprovado. Nesta mesma 26ª reunião, a congregação decidiu que a direção tomasse “as providências necessárias para o começo imediato do curso de Urbanismo”<sup>450</sup>.

Pouco tempo depois, em 26 de maio, a congregação tratou novamente do curso. Na ata de sua 29ª reunião está anotado que “o Curso de Urbanismo está em pleno e eficiente funcionamento”<sup>451</sup>. Nela o diretor informou ainda que o curso de urbanismo estava, “provisoriamente, adotando os programas da Faculdade de Arquitetura de Belo Horizonte, até que esta colendíssima Congregação se manifeste sobre o assunto”<sup>452</sup>. A FNA, escola “padrão federal”, acabou não sendo a referência direta aos programas das disciplinas, por uma questão simples: apenas a faculdade mineira encaminhou os documentos.

---

<sup>449</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentada à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. 19f. Porto Alegre, 1954: 18.

<sup>450</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 26ª reunião da congregação, realizada em 18 de fevereiro de 1954: 3

<sup>451</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 29ª reunião da congregação, realizada em 26 de maio de 1954: 1.

<sup>452</sup> Ibid., loc. cit.

Neste primeiro ano de funcionamento, o curso teve 14 candidatos. Deles, apenas 1 foi reprovado<sup>453</sup>. No mesmo ano, o curso de arquitetura contou com 131 inscritos no processo seletivo. A diferença entre o número de interessados de ambos os cursos foi de quase 1 para 10<sup>454</sup>. O urbanismo não movimentou, ao menos inicialmente, um expressivo contingente de interessados.

#### **4.3.2. O curso de urbanismo a partir do regimento de 1955**

Em 1955, a aprovação do regimento interno – que já vinha sendo debatido durante os anos precedentes – passou a regradar definitivamente o funcionamento dos cursos da Faculdade de Arquitetura.

Como já referido, ele estabeleceu as modalidades de cursos que a Faculdade de Arquitetura ofereceria: os cursos de graduação em arquitetura e em urbanismo, e os extraordinários de pós-graduação e extensão.

As cadeiras e seriação do curso de urbanismo, definidas pelo art. 11 do regulamento, eram as mesmas já aceitas provisoriamente na Faculdade, quando o regulamento ainda estava sendo debatido.

O estatuto de 1955 não manteve a proposta feita na 7ª reunião da congregação, de 1952, de agrupar as cadeiras do curso de urbanismo em dois departamentos: cultural e de composição<sup>455</sup>. As disciplinas do curso se dispersaram pelos seis departamentos criados.

A cadeira da *Evolução Urbana* estava no departamento de história; a de *Técnica Sanitária Urbana – Serviço de Utilidade Pública*, no de técnica das construções; as de *Teoria e Prática dos Planos de Cidades e Arquitetura Paisagista*, no de composição; e

---

<sup>453</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao egrégio professor doutor Elyseu Paglioli, digníssimo reitor magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor Doutor Ney Chrysostomo da Costa, Diretor da Faculdade de Arquitetura. Relatório do ano letivo de 1955-1956. Porto Alegre, 1956: 4.

<sup>454</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>455</sup> No debate sobre o projeto de regulamento da Faculdade, realizado nas reuniões da Congregação, fora sugerida organização das disciplinas do curso de urbanismo em dois departamentos: Cultural e de Composição (FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 7ª reunião da congregação, realizada em 12 de setembro de 1952). A organização proposta era a seguinte: I- DEPARTAMENTO CULTURAL (1. *Evolução Urbana* [2 partes]; 2. *Organização Social das Cidades*; 3. *Urbanologia – Estatística – Documentação*; 4. *Administração Municipal*). II- DEPARTAMENTO DE COMPOSIÇÃO (5. *Teoria e Prática dos Planos de Cidades* [2 partes]; 6. *Arquitetura Paisagista*; 7. *Técnica Sanitária – Serviços de Utilidade pública*).

no departamento de legislação e organização estavam *Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana, Organização Social das Cidades e Administração Municipal*.

A falta de professores sempre foi um problema. No relatório sobre os anos de 1955-56, consta a afirmação de que no “Curso de Urbanismo, apesar de grande necessidade, ainda não foi possível a criação do corpo de ajudantes do Professor Catedrático”<sup>456</sup>. O Quadro 18 apresenta os professores e suas respectivas cadeiras em 1956.

Quadro 18: seriação e professores do curso de urbanismo, 1956.

<b>CURSO DE URBANISMO</b>	
<b>Primeira Série</b>	
1- Urbanologia – Estatística Documentação Urbanística	Nelly Peixoto Martins
2- Evolução Urbana	Demétrio Ribeiro
3- Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de utilidade Pública	Adalberto Pereira [ou Rodrigues?] de Carvalho
4- Teoria e Prática dos Planos de Cidades	Edvaldo Pereira Paiva
<b>Segunda Série</b>	
1- Evolução Urbana	Demétrio Ribeiro
2- Administração Municipal	Max Wlademar Lubke
3- Organização Social das Cidades	Laudelino Teixeira de Medeiros
4- Arquitetura Paisagista	Roberto Júlio Fabian
5- Teoria e Prática dos Planos das Cidades	Edvaldo Pereira Paiva

CORRÊA, Ernani Dias [carta] 30 de janeiro de 1956, Porto Alegre [para] TEIXEIRA, Anísio, Rio de Janeiro. 5f. O diretor substituto da Faculdade de Arquitetura encaminha ao secretário geral da CAPES relações de professores e cadeiras dos cursos de arquitetura e de urbanismo: 5.

Percebe-se que o regulamento de 1955 não alterou substancialmente a formação oferecida inicialmente pelo curso de urbanismo da Faculdade de Arquitetura.

#### **4.3.3. A extinção do curso de urbanismo**

Em 1956, dois anos após o curso de urbanismo passar a funcionar, aparece na ata da 49ª reunião da congregação, de 14 de novembro, uma referência à sua extinção. Luiz Leseigneur de Faria afirmou, à ocasião, que “o Curso de Urbanismo é de grande

<sup>456</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao egrégio professor doutor Elyseu Paglioli, digníssimo reitor magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor Doutor Ney Chrysostomo da Costa, Diretor da Faculdade de Arquitetura. Relatório do ano letivo de 1955-1956. Porto Alegre, 1956: 3.

eficiência e não deverá ser extinto”<sup>457</sup>. E, se havia defesa de sua permanência, é porque havia rumores de sua extinção.

No início do ano seguinte, em 25 de março de 1957, o tema voltou à pauta da 52ª reunião da congregação. Nela, Demétrio Ribeiro, preocupado com o andamento do curso de urbanismo, dizia que “um curso de tanta responsabilidade e importância (...) vem sofrendo todos os anos uma série de restrições que impedem o funcionamento normal do curso, que o mesmo não vem correspondendo em consequência dessas faltas”<sup>458</sup>. Na mesma reunião, ele sugeria ainda que a congregação designasse uma comissão para estudar e resolver os problemas do curso. Luiz Leseigneur de Faria, por sua vez, que a congregação aprovasse nomes indicados pelo CTA para compô-la. Todavia, a solução do empasse fica para depois.

No ano seguinte, 1958, o Grêmio de Urbanistas, “órgão que congrega todos os que se interessam pelos assuntos referentes ao urbanismo”<sup>459</sup>, encaminha, em 14 de fevereiro, documento ao reitor Elyseu Paglioli protestando “veementemente contra a lamentável iniciativa do ‘Conselho Técnico da Faculdade de Arquitetura da URGs’ que, em recente proposição, solicitou à Congregação da Faculdade de Arquitetura a SUSPENSÃO DO CURSO DE URBANISMO”<sup>460</sup>.

Sabiam que os motivos de suspensão do curso eram “a) dificuldades de constituição do corpo docente e b) frequência reduzida”<sup>461</sup>. Apesar disso, buscariam, na carta, “mostrar o lado oposto ao alegado”<sup>462</sup>. Argumentavam que a frequência do curso era muito boa e que as cadeiras tinham sido lecionadas com regularidade, mesmo que por professores de pouca bagagem.

Reconheciam que o curso de urbanismo, como o de arquitetura, necessitava de reformas. Mas afirmavam que “entre as correções e a suspensão, vai um enorme intervalo”<sup>463</sup>. Solicitavam, enfim, que fosse estudada “a formação de um ‘INSTITUTO DE URBANISMO’ com maior âmbito – o que pode ser precedido sem a injustificável

---

<sup>457</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 49ª reunião da congregação, realizada em 14 de novembro de 1956: 3.

<sup>458</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 52ª reunião da congregação, realizada em 25 de março de 1957: 3.

<sup>459</sup> GAY, Ruben da Silva; BONDER, Leo; TITONN, João Oly; HEIT, Tácito A.; BARCELLOS, Mozart Lopes; ANZANELO, Natalino; GERALDO, Cezar Coufal; GANDOLFI, Paulo José [carta] 14 de fevereiro de 1958, Porto Alegre [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. 3f. Manifestação do Grêmio de Urbanistas sobre a extinção do curso de urbanismo: 1.

<sup>460</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>461</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>462</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>463</sup> Ibid.: 2.

suspensão do curso que é de tal necessidade para o Rio Grande do Sul”<sup>464</sup>. O protesto do Grêmio de Urbanistas, apesar de forte, não mudou o destino do curso, como veremos.

No mês seguinte à carta do Grêmio, em 18 de março de 1958, a congregação retomou o debate sobre a suspensão do curso. Nesta reunião, Luiz Leseigneur de Faria, oriundo da Escola de Engenharia, manifestou sua contrariedade à suspensão do curso, argumentando que o conselho universitário faria de tudo para mantê-lo já que, por menor que fosse o número de urbanistas, seriam sempre aproveitados em todo o Estado<sup>465</sup>.

Demétrio Ribeiro, oriundo do IBA, via como consumada a suspensão do curso. E, como o tema suscitava polêmica, foi eleita comissão para estudar a situação. Foram eleitos Faria (que declarou que não abriria mão de seu ponto de vista), Edgar Graeff e Fernando de Azevedo Moura.

Pouco tempo depois, em 23 de maio de 1958, a congregação pôs o tema em pauta novamente. A comissão apresentou seu parecer sugerindo a manutenção do curso<sup>466</sup>. O centro acadêmico, presente na reunião, se opôs ao parecer. Queria sua suspensão temporária. Alguns professores se manifestaram, mas logo o parecer foi posto em votação e aprovado por unanimidade.

Dias após, em 1º de julho de 1958, a 70ª reunião da congregação retomou o debate. Nela, duas notícias são dadas: que havia sido publicado edital para contratação de professores; e que a comissão designada para estudar o programa de habilitação para o curso de urbanismo (composta por Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva e Fernando Lunardi) propôs “sua alteração e a inclusão de uma prova de planejamento urbano de caráter eliminatório”<sup>467</sup>.

Todavia, seu caráter eliminatório foi contestado. Demétrio Ribeiro e Edvaldo Paiva recuam em sua proposta, concordando com a retirada da condição eliminatória da prova de planejamento. O concurso de habilitação passaria a ter, então, três conteúdos: história da arte, sociologia e planejamento urbano.

---

<sup>464</sup> GAY, Ruben da Silva; BONDER, Leo; TITONN, João Oly; HEIT, Tácito A.; BARCELLOS, Mozart Lopes; ANZANELO, Natalino; GERALDO, Cezar Coufal; GANDOLFI, Paulo José [carta] 14 de fevereiro de 1958, Porto Alegre [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. 3f. Manifestação do Grêmio de Urbanistas sobre a extinção do curso de urbanismo: 2.

<sup>465</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 65ª reunião da congregação, realizada em 18 de março de 1958: 6.

<sup>466</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata 67ª reunião da congregação, realizada em 23 de maio de 1958: 3.

<sup>467</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 70ª reunião congregação, realizada em 1º de julho de 1958: 5.

Apesar dos debates, em dezembro de 1958, o diretor da Faculdade de Arquitetura, João Baptista Pianca, comunicou à reitoria que o curso de urbanismo estava suspenso. Esta informação é confirmada pelo relatório de atividades do curso do mesmo ano. Nele consta que, naquele ano, “funcionou somente o Curso de Arquitetura, tendo sido suspenso o Curso de Urbanismo em virtude de dificuldades em dotá-lo de um corpo docente mais eficiente e também pelo número reduzido de interessados”<sup>468</sup>.

O corpo docente do curso de urbanismo contava, naquela ocasião, “de um catedrático efetivo, um interino e cinco contratados”<sup>469</sup>. E, para pô-lo logo novamente em funcionamento, fora “aberto um concurso de títulos com a finalidade de obter uma seleção de valores para o ensino nas cadeiras providas por contrato”<sup>470</sup>.

No ano seguinte, 1959, em 16 de março, o diretor da Faculdade informou o reitor Elyseu Paglioli sobre a reestruturação sofrida pelo curso de urbanismo, “cujo estudo foi feito pelos Professores indicados para regerem as cadeiras do curso e esta Direção”<sup>471</sup>. Ela se baseou nos seguintes princípios, aprovados pelo corpo docente e direção da Faculdade:

- a) Redução dos programas teóricos aos elementos estritamente necessários para formação do aluno. Abolição de aspectos secundários, de mera erudição e não aplicáveis à nossa realidade sócio-econômica.
- b) Extinção das repetições dos mesmos assuntos, nas várias cadeiras do Curso. Estabelecimento de mais íntimas relações entre as cadeiras, mesmo no campo teórico.
- c) Estabelecimento de temas práticos que possam ser desenvolvidos com a intervenção de várias ou de todas as cadeiras<sup>472</sup>.

Mas, no que tange à seriação, a reestruturação se esgotou, neste momento, a posição de algumas disciplinas. As disciplinas e seriação do curso seriam os seguintes, conforme exposto no Quadro 19.

---

<sup>468</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1958. Porto Alegre, 1959: 7.

<sup>469</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>470</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>471</sup> PIANCA, João Baptista [ofício s/nº] 16 de março de 1959, Porto Alegre [para] PAGLIOLI, Elyseu, Reitor, Porto Alegre. 2f. Reestruturação do curso de urbanismo: 1.

<sup>472</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 12.

Quadro 19: currículo do curso de urbanismo, 1959.

ANO	DISCIPLINAS
1º	1- Teoria e Prática dos Planos de Cidades I; 2. Evolução Urbana I; 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana I; 4. Arquitetura Paisagista I; 5. Organização Social das Cidades.
2º	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II 2. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana II; 3. Arquitetura Paisagista II; 4. Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública. 5. Administração Municipal

Fonte: PIANCA, João Baptista [ofício s/nº] 16 de março de 1959, Porto Alegre [para] PAGLIOLI, Elyseu, Reitor, Porto Alegre. 2f. Reestruturação do curso de urbanismo.

Para perceber as alterações realizadas no curso entre os anos de 1954 e o ano de 1959, é necessário posicionar ambas as seriações de disciplinas lado a lado. O Quadro 20 apresenta esta informação.

Quadro 20: comparação entre os currículos do curso de urbanismo de 1954 e 1959.

ANO	CURRÍCULO DE 1954	CURRÍCULO REFORMULAÇÃO DE 1959
1º	1- Teoria e Prática dos Planos de Cidades I 2. Evolução Urbana I 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística. 4. Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública.	1- Teoria e Prática dos Planos de Cidades I; 2. Evolução Urbana I; 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana I; 4. Arquitetura Paisagista I; 5. Organização Social das Cidades.
2º	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II 2. Evolução Urbana II 3. Arquitetura Paisagista 4. Organização Social das Cidades 5. Administração Municipal	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II 2. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana II; 3. Arquitetura Paisagista II; 4. Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública. 5. Administração Municipal

Fonte: elaborado pelo autor.

A disciplina de *Organização Social das Cidades* sai do segundo ano para o primeiro. *Arquitetura Paisagista*, que era antes só no primeiro ano, passa a ser ministrada também no segundo. *Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana*, antes ministrada só no primeiro ano, passa também a ser ministrada no segundo ano. *Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública* vai do primeiro ano para o segundo.

Como é possível perceber, não há novas disciplinas. Apenas o desdobramento da mesma disciplina em dois anos, ou o remanejamento de algumas de um ano para outro.

Em 1959 o curso de urbanismo é reiniciado. Todos seus 16 matriculados foram arquitetos.

#### **4.3.4. Curso de urbanismo: cadeiras e conteúdos**

Serão tratados, agora, os conteúdos das disciplinas do curso de urbanismo da Faculdade de Arquitetura na década de 1950. Esta tarefa foi realizada a partir de documentos de 1955<sup>473</sup> que apresentam as disciplinas e seus programas.

As disciplinas, professores e conteúdos estão expostos a seguir.

#### **Teoria e Prática dos Planos de Cidades**

Esta cadeira foi ministrada no primeiro e segundo anos por Edvaldo Pereira Paiva. O primeiro ano trazia, inicialmente, “generalidades”: a natureza e objetivo do planejamento; seus aspectos físico, social e econômico; suas escalas nacional, regional e local; a relação entre a cidade e sua região; as três funções fundamentais do urbanismo: habitação, trabalho e recreação; seus principais objetivos: ocupação do solo, organização da circulação, legislação; a unidade residencial como unidade social autossuficiente.

Outro tema tratado era o uso da terra: agricultura, matas, minas, piscicultura e horticultura, paisagismo, recreação e esportes; espaços livres, áreas residenciais – densidade de população e construção; relação entre a habitação, os locais de trabalho, as áreas comerciais, industriais, as escolas e os campos de jogos, os locais de culto, os cemitérios, os hospitais e os serviços públicos.

Abordava, neste mesmo ano, o zoneamento: densidade, ocupação e altura em relação ao uso aos serviços públicos e a circulação.

Trabalhava também a circulação: classificação e função das velocidades; o passo humano, as velocidades mecânicas; a circulação de pedestres e de veículos motorizado; estradas de rodagem interestaduais, vias radiais, perimetrais, de distribuição, de circulação lenta (passeio); praças de estacionamento; cruzamentos; vias férreas, marítimas, fluviais e aéreas.

---

<sup>473</sup> São eles: a) 2141. *Universidade do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre. 9 páginas* [anotado a mão] Porto Alegre, 1955.; b) 2142. *Universidade do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre. 7 páginas* [anotado à mão] Porto Alegre, 1955.



Lidava ainda com a prática do planejamento: formulação de princípios, investigação, levantamento de informações e análise das condições existentes; escolha de local e organização dos elementos constitutivos de plano (cívico, comercial, residencial, educacional, recreativo, comunal, etc), sua locação e grupamento; projetos detalhados de conjunto residenciais, culturais, recreativos, administrativos e outros tipos de planejamento comunal.

No segundo ano a disciplina trazia maior diversidade de temas: tratava da cidade moderna (definição, exemplos); correção de erros no planejamento (exemplos); informações básicas para o planejamento (naturais, econômicos, populacionais, topográficos); estações férreas (localização); portos; sistema de transporte local (sistema elevado, metrô, custos); a rua modelo, planos retangular, radial, perimetral, parques, ruas, quarteirões, loteamento, zoneamento; estudo do tráfego; parques urbanos; princípios para localização dos edifícios públicos, centros cívicos e centros comerciais; composição das cidades; favelas (causa e efeitos, moradia econômica); problemas especiais no planejamento (aeroportos); garagens coletivas; descentralização da indústria, cidades industriais, jardins, novos subúrbios; e, por fim, as oportunidades e responsabilidades do engenheiro-urbanista no planejamento das cidades.

É uma disciplina que tratava de aspectos diversos. Buscava dar conta de um amplo conjunto de informações necessárias ao projeto moderno de cidades. E todas as informações tinham por objetivo preparar o profissional para elaborar projetos de cidades (ou trechos dela).

### **Evolução Urbana**

Disciplina ministrada no primeiro e segundo anos por Demétrio Ribeiro. O primeiro ano era dividido em seis temas: o primeiro, introdutório, tratava da relação entre história, geografia, sociologia e evolução urbana. O segundo tema, das aglomerações urbanas primitivas. O terceiro, da antiguidade: cidades na antiguidade, suas funções e distribuição geográfica, seus sítios e implantação, estrutura das cidades egípcia, grega e romana, as teorias sobre a forma urbana na antiguidade clássica. O quarto, da cidade medieval: sua função social, sua vida urbana, seus sítios de implantação, seu traçado, sua estrutura. O quinto, das cidades na renascença: função das cidades, suas transformações, as cidades ideais. E o sexto, da relação entre as

monarquias absolutistas e a cidade, introduzindo, por fim, os problemas da cidade industrial e as correntes urbanísticas do século XIX.

O segundo ano era dividido em apenas dois temas: o primeiro, tratava da cidade norte-americana: origens e colonização, sua função social, sua distribuição pelo território, sua economia, estrutura, problemas e contribuição para o urbanismo moderno. O segundo, abordava as cidades da América do sul: sua colonização, fatores geográficos, as etapas da evolução urbana da América Latina, a colonização espanhola, portuguesa, a estrutura urbana do Brasil colônia, a independência, as cidades do século XIX, comparação da cidade brasileira com a norte americana, a cidade brasileira atual, seus problemas, o urbanismo no Brasil e, finalmente, o alcance prático dos conhecimentos em evolução urbana.

Esta era, fundamentalmente, uma disciplina de história das cidades. Importante notar o último tema do segundo ano – “alcance prático dos conhecimentos de planejamento”. Parece ser a tentativa de relacionar os conhecimentos “teórico/históricos” da disciplina com os “práticos” de projeto.

### **Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística**

Esta disciplina foi ministrada por Nelly Peixoto Martins. Seu programa era extenso e dividido em três partes, como seu nome já refere: urbanologia, estatística e análise e documentação urbanística.

A parte de urbanologia tratava dos seguintes temas: sua conceituação, origem e evolução; estatísticas e sua relação com os fenômenos urbanos (censo, coleta, apuração, interpretação); o grupo humano, o nomadismo, a vida rural e urbana, os fatores que influem na formação das cidades, as formações espontâneas e dirigidas; o meio físico (geografia, topografia, fitologia, climatologia); a geografia urbana; a região (cidade e sua relação com a região, o conceito de unidade geográfica, de Lewis Mumford); a estruturação da cidade conforme o sítio, o determinismo geográfico, os fatores topográficos; a geologia (solo e subsolo, caracteres físicos, químicos, mineralógicos, econômicos, erosão, assoreamento, tremores de terra, camadas superficial e profunda e suas funções para agricultura, saneamento, fundações, serviços subterrâneos); o clima e a vida urbana; a vegetação, o verde regional, o cinturão verde, o verde urbano e suas funções higiênicas, sociais, estética, de abrigo; o elemento humano, o povo, a sociedade.

A segunda parte, de estatística, tratava dos seguintes temas: a estatística metodológica e sua aplicação ao urbanismo; a apreciação geral do levantamento dos dados (coleta, fixação, pesquisa e sistematização dos dados estatísticos); o inquérito estatístico; os questionários, sua organização, crítica dos dados, apuração dos dados; a apresentação gráfica; os números índices, percentuais, aproximações e arredondamentos; a amostragem, universo e amostra, seleção da amostra, erros de amostragem.

A última parte da disciplina, de análise e documentação urbana, lidava com os seguintes temas: demografia, recenseamentos e estatísticas demográficas, imigração e emigração, êxodo rural, migração interna de bairro a bairro; densidade demográfica, distribuição da população por zonas; divisão da cidade em zonas – residenciais, comerciais, industriais, portuárias, administrativas, rurais; fenômenos sociais urbanos – dados estatísticos necessários à orientação dos desenvolvimentos urbanísticos, serviços de assistência médica, social e sanitária, hospitais, creches, ambulatórios; fatores religiosos e sua influência sobre o desenvolvimento da cidade; estatísticas referentes à vida moral: crimes e contravenções, polícia; saneamento urbano, escoamento de águas pluviais, rede de esgotos, abastecimento de água; estatísticas culturais, estabelecimentos de ensino, bibliotecas, museus, teatros, estádios, arquivos, etc.; economia e finanças, apreciações dos fenômenos econômicos de uma cidade; padrão de vida na cidade, nível médio de salários, coeficientes de custo de vida, influência do padrão de vida sobre as condições urbanísticas; documentação relativa a uma cidade e sua estrutura física e social, planta cadastral, técnica da organização cadastral, registro dos valores imobiliários; documentação para a reconstituição das várias fases da vida de uma cidade, patrimônio artístico, histórico e paisagismo da cidade; etapas de uma cidade em crescimento.

A leitura deste programa, amplo e variado, demonstra que ela é uma disciplina que busca preparar o profissional a capturar, organizar e trabalhar com informações sobre a cidade. Busca fazer com que o estudante seja capaz de realizar um diagnóstico que abranja uma gama variada e completa de informações sobre a cidade.

## **Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública**

Esta disciplina foi ministrada por Adalberto Rodrigues de Carvalho. Seu programa era dividido em duas etapas (Técnica sanitária urbana e serviços de utilidade pública) que, por sua vez, eram organizadas em temas diversos.

A primeira parte, de técnica sanitária e urbana, era dividida em sete temas: conhecimentos gerais; abastecimento de utilidade econômica; abastecimento de água; esgotos; ruídos urbanos; poluição da atmosfera; resíduos urbanos. A segunda parte, de serviços de utilidade pública, era dividida em seis temas: conhecimentos gerais; serviço de água; serviço e esgotos; serviço de luz e força; serviços de transportes coletivos; serviços de gás.

Vejamos o conteúdo dos temas de cada uma das duas etapas.

Na primeira etapa (Técnica Sanitária e Urbana), o tema conhecimentos gerais tratava de: relações do urbanismo com a técnica sanitária e os serviços de utilidade pública; subordinação do desenvolvimento das cidades aos fatores da natureza e ao elemento humano; o determinismo geográfico e sua influência no desenvolvimento das cidades; a relação da geologia com a técnica sanitária; o estudo da formação das rochas, sua divisão e classificação do ponto de vista higiênico, construtivo e agrônomico; o solo e sua influência no estado sanitário das cidades (propriedade, porosidade, permeabilidade, capacidade de saturação); a proteção dos solos nas cidades, o enxugo e a drenagem, o revestimento e o calçamento em geral, conservação, irrigação, varredura e limpeza; os fatores topográficos e a importância do relevo do solo no planejamento das cidades; os fatores meteorológicos (a atmosfera e o ar, composição do ar, ação do vento e da chuva, relação das condições da atmosfera com o clima, ventilação natural e artificial, insolação, etc).

O tema abastecimento de utilidade econômica abordava: necessidade do “cinturão verde” para o abastecimento das cidades; armazenamento e distribuição; mercados; entrepostos de pasteurização do leite; matadouro; entrepostos frigoríficos para conservação dos alimentos.

O tema abastecimento de água lidava com: órgãos constitutivos de abastecimento de água; quantidade de água necessária ao abastecimento; diferenças de consumo (público, particular e industrial); composição e caracteres das águas naturais, águas potáveis, qualidade e composição, padrões de potabilidade; fontes de abastecimento (meteóricas, superficiais, subterrâneas); métodos usados na potabilização

das águas (aeração, sedimentação simples ou com auxílio de coagulantes, filtração lenta ou rápida, redução da dureza, desferrização, desinfecção, esterilização, oxigenação, iodação, etc); fórmulas usadas para o cálculo dos canais e condutos forçados; acumulação de água e reservatórios; distribuição e tipos de redes.

O tema esgotos tratava de: escoamento das águas e sua influência no traçado da cidade; trabalhos preliminares necessários; estudos topográficos e estatísticos; escolha do local de lançamento; sistemas de esgotos; deflúvio pela ação da gravidade; sistemas (unitário, separador parcial e absoluto); diferentes sistemas de traçados de redes; esgotamento por elevação mecânica; altura, intensidade, duração e frequência das chuvas; cálculo das redes de canalização (descarga, velocidade, declividade de decção, secções, diagramas); destino final dos despejos; purificação artificial das águas residuais.

O tema ruídos urbanos lidava com: as vibrações e os ruídos urbanos; a medida de intensidade; os efeitos sobre o organismo; os meios usados para reduzir os ruídos; a defesa das habitações; o zoneamento.

O tema poluição da atmosfera abordava: poeiras das ruas e domiciliares; poeiras e odores industriais; fumaças, ácidos e gases de combustão; gases e vapores tóxicos; métodos usados para evitar ou diminuir a poluição.

O tema resíduos urbanos tratava de: lixo e sua composição; resíduos de moradias e varredura das ruas; coleta e afastamento; paredes e câmaras de coleta; separação dos materiais; transportes e veículos apropriados; tratamento de lixo e processos usados (lançamento no mar ou nos rios, enchimento ou aterro, enterramento, lançamento nos esgotos, utilização agrícola, alimentação dos animais, redução, incineração, fermentação).

Na segunda etapa (Serviços de Utilidade Pública), o tema conhecimentos gerais tratava dos seguintes conteúdos: funções econômica, públicas e privadas dos serviços de utilidade pública; seus aspectos econômicos, jurídicos, administrativos e técnicos; regimes de prestação dos serviços de utilidade pública: administração direta e socialização, concessão e regulamentação por meio de “comissões de serviços de utilidade pública”; distinção entre os pontos de vista político e técnico sobre os serviços de utilidade pública; condições que deveriam satisfazer uma concessão moderna; flexibilidade administrativa; regulamentação pelas comissões e fins de regulamentação: serviço adequado, tarifas razoáveis e estabilidade financeira; avaliação; custo histórico e

custo de reprodução; remuneração do capital; as “holding companies” e sua regulamentação.

O tema serviços de água lidava com: modos de distribuição; serviço contínuo e intermitente, alta e baixa pressão; separação dos serviços higiênicos e da indústria; fontes, chafarizes etc.; distribuição domiciliária, torneira livre, pena d’água, hidrômetros; instalações complementares de rede; registros de parada de descarga de ar, de incêndio, de irrigação; assentamento das canalizações e de peças especiais; preocupações que devem ser tomadas em planta e perfil; conservação, manutenção e custeio de serviço de abastecimento d’água.

O tema serviço e esgoto abordava: construções das canalizações, materiais empregados, bocas de lobo, caixas de areia, poços de inspeção e ventilação, concordância das canalizações de grande diâmetro, pontes, sifões; saneamento da rede; organização do serviço, conservação e manutenção, custeio, fixação das taxas a cobrar, etc.

O tema serviço de luz e força tratava de: geração, transmissão e distribuição da energia elétrica; iluminação pública e particular; calefação; fornecimento de energia elétrica às indústrias e aos serviços de transporte coletivos; organização, conservação, manutenção e custeio do serviço.

O tema serviços de transportes coletivos lidava com: distribuição e crescimento da população; índice de distribuição: carro quilômetro, hábito de viajar; curvas características do transporte urbano; demanda, ciclos anuais, mensais, semanais e diários, etc.; coordenação dos transportes (bondes, ônibus, trolei-bus, metropolitano, fixação de tarifas).

O tema serviços de gás tratava de: produção, distribuição e armazenamento do gás; o aproveitamento dos gases provenientes do tratamento das águas residuais e do lixo; organização do serviço; conservação, manutenção e custeio do serviço de gás; fixação das tarifas.

Era uma disciplina que pretendia abordar, na sua totalidade, os sistemas e serviços de infraestrutura urbana.

### **Arquitetura Paisagista**

Esta disciplina foi ministrada por Roberto Júlio Fabian. Seu programa trazia os seguintes conteúdos: conceito de cor (primárias, secundárias e complementares);

relações entre cores e suas combinações; conceito de forma como valor estético; relações e composições de formas e cores; valor cromático da paisagem; espaço interior e exterior e sua relação; espaços abertos e fechados; o verde como integrante do espaço na vivenda e na cidade; elementos do jardim, florística, arborização; história do jardim (Egito, Babilônia, Pérsia, Grécia, Roma, Renascimento, jardim italiano, árabe, francês, inglês, moderno, realizações no Brasil); fitogeografia brasileira; patrimônio florístico, hileia amazônica, flora extra amazônica, diferentes zonas das palmeiras, das caatingas, das florestas orientais, dos pinheiros, dos campos e faixa marítima; paisagismo urbanístico; relação entre o verde e a vivenda, entre o verde e o conjunto urbano; arborização das avenidas: praças, parques, jardins privados obrigatórios; o cinturão verde; a paisagem como elemento artístico; sua composição por: forma, cor, espaço, luz e época do ano, visuais, perspectivas.

O programa da disciplina referia ainda que, no primeiro semestre do curso, seriam efetuados trabalhos práticos (um por semana) e, no segundo, duas grandes composições de urbanismo. Por fim, havia a seguinte referência no programa: “todo curso se desenvolverá em forma prática, tendo o mínimo indispensável de aulas teóricas”.

Isto significa que os conteúdos descritos no programa seriam tratados, preferencialmente, no âmbito prático, ou seja, em aula de atelier de projeto. Desta forma, esta disciplina pretendia formar um profissional capacitado para realizar projetos.

### **Organização Social das Cidades**

Esta disciplina foi ministrada por Laudelino Teixeira de Medeiros. Seu programa trazia, ao fim, riscado, a referência a “Belo Horizonte, março de 1954” e ao professor e engenheiro Francisco de Assis da Silva Brandão. Fica explícito, aqui, que o programa utilizado era o da Universidade de Minas Gerais.

Os conteúdos da disciplina eram os seguintes: a cidade, suas partes distintas e as diferentes atividades que nelas se exercitam; o planejamento indispensável; gênese da cidade; civilizações ruralistas e urbanistas; vila medieval; o maquinismo e as cidades; a volta ao campo e influência metropolitana; conceito moderno da cidade (o espírito de vizinhança, a unidade de vizinhança); planejamento urbano, regional e nacional; a tendência para a descentralização; trânsito, serviços públicos, saúde e segurança

pública, a indústria; a descentralização e as lições da guerra; a descentralização e a zona rural; a cidade-organismo vivo; as dimensões e a estrutura social de uma cidade, conforme relatório do “National Council of Social Service” (N.C.S.S.); a função urbana e o zoneamento; ecologia da cidade; as bases sociais da vida urbana; as classes urbanas (mobilidade social, aristocracia, capitalismo, burguesia, classe média, o proletariado, o sistema norte-americano de classes); núcleos e edifícios industriais, comerciais; habitações individuais e coletivas (a casa moderna, popular, mínima, composição da casa, soluções populares, financiamento e execução); a situação dos alojamentos no Brasil (bairros residenciais, cidade Jardim, núcleos rurais e semi-rurais); distribuição demográfica rural e urbana; migração rural e urbana, a estatística; fatores do desenvolvimento das cidades; a higiene doméstica e seus fundamentos: aeração, água, radiações, os raios ultravioleta, insolação, iluminação natural, isolamento térmico, isolamento acústico; os problemas do lixo, dos esgotos, instalações contra incêndio, etc.; organização da vida urbana (família, bem estar social, assistência social); creches, lactários, jardins de infância e escolas, policlínicas, maternidades, hospitais, etc.; atividades culturais, religiosas, recreativas, filantrópicas e de assistência social.

É uma disciplina que tratava de temas diversos, boa parte deles abordados noutras disciplinas. Todavia, incorpora questões sociais sobre a cidade.

### **Administração Municipal**

Esta disciplina foi ministrada por Max Waldemar Lubke. Seu programa trazia o seguinte conteúdo: origens do município; o município como instituição primária dos povos; municípios romano e medieval; origens do município no Brasil; as câmaras no período colonial, o município na proclamação da República e nas constituições federais de 1891 e 1937; modernas fontes do direito municipal; o município brasileiro nas constituições federal e estaduais vigentes; regimes de administração municipal em outros países; sistemas de eficiência; organização municipal no Brasil; lei orgânica dos municípios; sistemas adotados nos diversos estados; criação de municípios; personalidade jurídica; criação de distritos; sua situação jurídica; da competência do município; o que a ele compete prover e o que lhe é vedado; da organização político-administrativa das municipalidades; órgãos da administração municipal; elegibilidade, inelegibilidade, perda de mandatos; da câmara municipal, instalação e funcionamento; das atribuições e das deliberações da câmara; iniciativa e elaboração das leis; comissão



representativa; as atribuições do prefeito e sua substituição; da receita municipal (tributos que ao município compete criar e arrecadar, impostos que ao Município é vedado lançar, sua participação em tributos arrecadados pelo Estado pela União); das taxas (conceito, distinção entre taxas e impostos, pedágio, taxas de melhoramento, de rodagem, contribuição de melhoria); das despesas, orçamento e contabilidade municipais; programa de administração; o urbanista na administração do município; intervenção nos municípios; execução de obras públicas; serviços de utilidade pública (enumeração, exploração direta, concessão, municipalização); assistência social e o município; a desapropriação por utilidade pública, no direito brasileiro; poder de polícia; posturas municipais; código de posturas; código de obras; fiscalização de obras públicas e particulares; centralização administrativa e centralização política (vantagem e desvantagens da centralização e da descentralização administrativa); o urbanismo na legislação brasileira e na legislação de outros países; o ensino do urbanismo no país e no estrangeiro.

É uma disciplina que trata da administração pública. Não lida com projeto, mas com a cidade como *locus* político-administrativo. E, ainda, com o papel dos urbanistas neste contexto.

Pode-se dizer, resumidamente, a partir da leitura dos conteúdos das disciplinas, que o curso formava urbanistas capacitados para tratar aspectos variados da cidade: o saneamento e a infraestrutura urbana, seus sistemas e redes, sua história e administração. No entanto o centro da formação residia na cidade abordada como artefato, manipulável a partir da composição, momento de síntese de dimensões variadas vinculadas à cidade – política, administrativa, econômica, estrutural, histórica, etc. Contudo, não desconhece que a cidade está para além de sua forma.

Ao longo deste capítulo pôde-se perceber que o urbanismo, na graduação em arquitetura, se manteve como conteúdo pouco representativo no currículo, contemplado por apenas duas disciplinas (*Higiene da habitação – saneamento das cidades* e *Urbanismo – Arquitetura paisagista*) que, em seu programa, se assemelhavam bastante às já ministradas no curso de arquitetura do IBA. Além disso, o projeto se manteve também como o centro da formação, momento de síntese de conhecimentos variados (científicos, técnicos, artísticos, sociais).

O curso de urbanismo também seguiu, nas suas linhas gerais, o ensino do curso do IBA extinto em 1947. O currículo abordava aspectos variados da cidade, mas a prática de “planos” de cidade permaneceu como o momento de articulação dos conhecimentos ministrados nas demais cadeiras. Neste sentido, o ensino de arquitetura e de urbanismo se manteve como extensão dos cursos do IBA.

## **CAPÍTULO 5**

### **MUDAR PARA FICAR IGUAL**

Este capítulo demonstra que a década de 1960 foi momento de intensos e recorrentes debates sobre o ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Apesar disso, as alterações sugeridas na formação em arquitetura e em urbanismo não alteraram premissas presentes em décadas anteriores: a centralidade do projeto, a submissão dos demais conhecimentos apresentados na formação a ele, a capacidade de síntese como a habilidade requerida pelo arquiteto e pelo urbanista, a composição como o elo de identificação e estreita proximidade entre a arquitetura e o urbanismo. Ao longo do capítulo são apresentados: alterações e propostas de alteração curricular do curso de arquitetura (1962, 1966, 1968); o manifesto nosso ensino é uma farsa e seus desdobramentos; o curso de urbanismo – a alteração de seu concurso de admissão, seu currículo, cadeiras e conteúdos.

## 5.1. A década de 1960 – tempos difíceis

Esta foi uma década cheia tensões. A inauguração de Brasília, em 1960, coroou o processo de repercussão internacional da arquitetura moderna brasileira. Marcou também o fim da associação entre ela e o Brasil desenvolvimentista, iniciada no período getulista e finda no governo de Juscelino Kubistchek.

Em 1961, Jânio Quadros assumiu a presidência. Poucos meses após, renunciou. Ministros militares tentaram impedir a condução de seu vice, João Goulart. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, organiza o movimento pela legalidade e, com o apoio do III Exército, impede o golpe.

Pouco depois, em 1964, a dicotomia esquerda-direita se acirra. Em comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro, Jango reuniu 300 mil pessoas e propôs reformas de base. Em São Paulo, a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade percorreu as ruas da cidade em resposta à “ameaça comunista”. E, finalmente, em 31 de março, foi deflagrado o golpe midiático-civil-militar que depôs o presidente da república. Ele lançou o país em 21 anos de regime ditatorial (FAUSTO, 2004).

Esta radicalização política também repercute na Faculdade de Arquitetura. Um exemplo que a prenuncia ocorre em 1963. O relatório sobre aquele ano cita que deveria ser paraninfo da turma “o Presidente dos Estados Unidos John Kennedy, porém em virtude de sua morte foi enviado um representante do governo”<sup>474</sup>. Mas, “uma parte da turma, que discordou de seus colegas quanto ao paraninfo, colocou grau posteriormente, nesta Faculdade, na forma regimental”<sup>475</sup>, em clara manifestação de desagravo à escolha de parte da turma.

Ainda no ano de 1963, um grupo de estudantes viajou à Havana, Cuba, para participar do Encontro Internacional de Professores e Estudantes de Arquitetura e do VII Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA). Lá veem de perto os primeiros resultados da revolução liderada por Fidel Castro, assistem discursos de Ernesto “Che” Guevara, interagem com estudantes de todo mundo.

---

<sup>474</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1964. Porto Alegre, 1965: 11.

<sup>475</sup> Ibid., loc. cit.

De volta à Porto Alegre alguns são presos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) por suas atividades “subversivas” e por seu alinhamento político-ideológico (DORFMAN, 2013).

No mesmo ano, 1964, a lei 4.464/64 (lei Suplicy de Lacerda), definiu como órgãos de representação estudantil, dentre outros, os Diretórios Acadêmicos. E proibiu que estas entidades realizassem ações, manifestações ou propaganda de caráter político-partidário (BRASIL, lei 4.464/64, 1964).

Neste contexto o Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura (CEUA) mudou de nome. A congregação, em 9 de dezembro de 1963, aprovou sugestão da direção da Faculdade de alterar o regimento interno<sup>476</sup>. Seu art. 188, parágrafo 1º, passou a apontar que a partir de então “a associação [estudantil] (...) deverá eleger um Diretório Acadêmico, que será reconhecido pela Congregação como órgão legítimo de representação (...) do corpo discente da Faculdade”<sup>477</sup>. Foi nesse momento que o CEUA passou a ser Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura (DAFA).

Esta foi a primeira intervenção nos órgãos estudantis. A partir daí houve outras. Ainda em 1964, a portaria nº 950 do reitor autorizou diretores das faculdades a nomear e expulsar dirigentes dos centros acadêmicos (PADÃO; ROVATI, 2002: 27). A direção da Faculdade de Arquitetura, por exemplo, “manteve todos os membros da Diretoria do Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura por lhe merecerem confiança”<sup>478</sup>. E se eles não fossem “merecedores” de confiança, o que seria feito?

Neste mesmo ano do golpe, em abril, foi criada a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) da universidade (PADÃO; ROVATI, 2002: 27). Como resultado das “investigações” foram exonerados diversos professores. O relatório de atividades da Faculdade de Arquitetura cita, sobre 1964, o afastamento de professores “atingidos pelo Ato Institucional”<sup>479</sup>. Os primeiros expulsos foram Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva, Edgar Graeff, Enilda Ribeiro, Nelson Souza e Luiz Fernando Corona (PADÃO; ROVATI, 2002; AVERBUCK et al, 2008). A partir daí o autoritarismo se aprofunda.

---

<sup>476</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo n.29. [s.l.], 1964: 2.

<sup>477</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963: 53.

<sup>478</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1964. Porto Alegre, 1965: 9.

<sup>479</sup> Ibid.: 2.

Em 1965, mais uma mudança foi feita no regimento da Faculdade de Arquitetura. Passou a constar nele a seguinte redação: “é vedado ao D.A.F.A. qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político, bem como suscitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares, não podendo tais atividades se desenvolver dentro de área universitária”<sup>480</sup>. Limitava-se assim, cada vez mais, a ação da entidade estudantil.

Em 1966, a secretaria da Faculdade encaminhou ao DAFA cópia de resolução remetida pela reitoria. Este documento citava que o reitor e diretores de escolas e faculdade da universidade:

reprovam energicamente a conduta provocadora de uma pequena minoria de estudantes que, contrariando determinações expressas das autoridades universitárias e de dispositivos legais vigentes, procuram a qualquer preço dificultar a atividade normal da Universidade, criando ambiente de agitação e de desordem, inclusive mediante a introdução no recinto da Universidade de pessoas a ela totalmente estranhas e de conduta reconhecidamente subversiva”<sup>481</sup>.

Os “desordeiros” e “subversivos” deveriam ser afastados da vida universitária.

Pouco depois, em 1968, foi debatida a exigência de atestado ideológico aos candidatos a ingresso no corpo docente. Na reunião da congregação de 5 de julho o presidente esclarecia, à ocasião, “que se trata de uma iniciativa da Universidade, em seguimento a orientação aprovada pelo Conselho Universitário com relação ao princípio de cooptação que deverá constar do Estatuto da Universidade”<sup>482</sup>.

Este foi também o ano da promulgação do ato institucional nº 5. O AI-5 não tinha prazo de vigência. Durou até 1979. Ele dava poderes ao presidente da República para fechar o Congresso Nacional, intervir em Estados e municípios, cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar servidores públicos. Por meio dele ficou suspensa ainda a garantia de *habeas corpus* aos acusados de crimes contra a segurança nacional. Radicalizava-se a arbitrariedade.

---

<sup>480</sup> CORRÊA, Ernani Dias [processo 1243/64] 13 de julho de 1965, Porto Alegre [para] MILANO, José Carlos Fonseca. 5f. Adaptação de Regimento às disposições da Lei 4464 na parte relativa à associação dos alunos: 3.

<sup>481</sup> ROCHA, Sely de Quadros [ofício s/nº] 24 de março de 1966, Porto Alegre [para] MAGALHÃES, Sérgio Ferraz, Porto Alegre. Encaminha cópia de resolução. 2f.

<sup>482</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação, realizada em 5 de julho de 1968.

No ano seguinte, 1969, foi sancionado o decreto lei nº 477. Ele definiu as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Eram, resumidamente, incitar ou participar de paralisação de atividade escolar, organizar ou participar de movimentos “subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados” (BRASIL, 1969), distribuir material “subversivo” de qualquer natureza ou usar o recinto escolar para “ato contrário à moral ou à ordem pública” (BRASIL, 1969).

Neste ano, um segundo ciclo repressivo “expurga” mais professores da instituição. É a vez de serem vítimas da expulsão os professores Emilio Mabilde Ripoll, Ernesto Antônio Paganelli, Ari Mazzini Canarin e Carlos Maximiliano Fayet (PADÃO; ROVATI, 2002; AVERBUCK et al, 2008). Os anos de 1960 foram tempos difíceis para o país e para a Faculdade de Arquitetura.

## **5.2. O curso de Arquitetura – propostas de reforma que não reformam e o ensino como farsa**

No que tange ao ensino de Arquitetura da Faculdade, seu novo currículo vigorava desde o ano de 1959 com poucas mudanças em relação ao anterior. A nova seriação e disciplinas estão apresentadas no Quadro 21.

Ainda no ano de 1960, o sistema de “promoção” (ou seja, aprovação) nas cadeiras de preparação para o projeto – *Grandes Composições de Arquitetura I e II, Urbanismo-Arquitetura Paisagista, Composição de Arquitetura I e II, Composição Decorativa, Modelagem, Arquitetura Analítica e Desenho Artístico* – é alterado. As provas parciais são eliminadas. A promoção se daria a partir dos trabalhos executados durante todo o ano, julgados no fim de cada semestre por uma comissão especial<sup>483</sup>.

Esta alteração foi realizada para adequar as avaliações à características particulares dos trabalhos práticos de composição. Como refere o relatório sobre o ano de 1960, “as provas parciais, como eram executadas, absorviam grande número de dias e não permitiam que se apurasse devidamente o aproveitamento do aluno”<sup>484</sup>. A

---

<sup>483</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao professor Elyseu Paglioli, reitor magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1960. Porto Alegre, 1961.

<sup>484</sup> Ibid.: 10.

composição, por sua vez, “exige calma, serenidade, concentração, inspiração, qualidades essas quase sempre comprometidas pela tensão nervosa de uma prova onde o espírito criador tem que se manifestar sob ameaça de prazo”<sup>485</sup>.

Quadro 21: currículo do curso de arquitetura da Faculdade de Arquitetura, 1959.

<b>1ª SÉRIE</b>
Arquitetura Analítica, Desenho Artístico, Geometria Descritiva, História da Arte-Estética, Matemática Superior, Modelagem e Teoria da Arquitetura I;
<b>2ª SÉRIE</b>
Composição de Arquitetura I, Materiais de Construção-Estudo do Solo, Mecânica Racional-Grafostática, Perspectiva-Sombras-Estereotomia, Técnica da Construção-Topografia I e Teoria da Arquitetura II;
<b>3ª SÉRIE</b>
Composição de Arquitetura II, Composição Decorativa, Física Aplicada, História da Arte-Estética II, Resistência dos Materiais-Estabilidade das Construções e Técnica da Construção-Topografia II;
<b>4ª SÉRIE</b>
Arquitetura no Brasil, Concreto Armado, Grandes Composições de Arquitetura I, Higiene da Habitação-Saneamento das Cidades, Legislação-Economia Política e Urbanismo-Arquitetura Paisagista I;
<b>5ª SÉRIE</b>
Grandes Composições de Arquitetura II, Organização do Trabalho-Prática Profissional, Sistemas Estruturais, Teoria da Arquitetura III e Urbanismo-Arquitetura Paisagista II.

Fonte: PIANCA, João Baptista [carta] 5 de janeiro de 1960, Porto Alegre [para] FILHO, Celso Ramos, Florianópolis. Diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha ao presidente do CREA da 10ª região informações sobre os cursos de arquitetura e urbanismo. 3f.

No mesmo ano de 1960, continuaram as revisões nos programas das cadeiras. Dentre elas estava a redistribuição semanal das aulas. A ideia era concentrar

<sup>485</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao professor Elyseu Paglioli, reitor magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1960. Porto Alegre, 1961: 10.



o ensino das cadeiras técnicas e culturais nos primeiros dias da semana, de modo a deixar o aluno completamente livre nos demais dias, para assim poder dedicar-se exclusivamente à Composição, com calma, com serenidade, e sem a preocupação de obrigação ou compromissos para com outras cadeiras<sup>486</sup>.

Assim, o aluno poderia se concentrar, durante a segunda metade da semana, exclusivamente “numa ideia, num pensamento, que poderá traduzir com maior possibilidade de êxito”<sup>487</sup> seu trabalho de composição.

A organização didática, enfim, se organizaria a partir do pressuposto – aqui não declarado – da primazia hierárquica da composição em relação aos demais conteúdos. É ela que dirige a estrutura do curso. Os outros conteúdos deveriam, por isso, ser trabalhados de maneira a interferir o menos possível no tempo, dedicação e concentração requeridos pela composição. O relatório revela que esta ideia, ainda não implantada, deveria ser posta em prática no ano seguinte.

No início dos anos 1960, a instituição contava com cinco departamentos – quatro do curso de arquitetura e um do de urbanismo. De arquitetura eram: departamento de Cultura, de Estática das Construções, de Ciências Aplicadas e de Projetos. De urbanismo, o departamento de mesmo nome<sup>488</sup>.

Estes departamentos não correspondiam aos definidos pelo regulamento da Faculdade de Arquitetura, aprovado em 1955. Nele, os departamentos eram seis – de história, de estática das construções, de técnica das construções, de expressão gráfica e modelagem, de composição e de legislação e organização. E não havia departamentos do curso de arquitetura e de urbanismo. As disciplinas de ambos estavam dispersas por estes seis departamentos. Esta alteração contrariava o regimento.

Em 1961 foi sancionada a lei 4.024/61 (BRASIL, 1961), que fixou as diretrizes e bases da educação nacional. Ela não impactou o currículo da Faculdade. Contudo, neste início de década, o currículo que servia de referência às instituições de ensino do país desde 1945 – o “padrão federal” da Faculdade Nacional de Arquitetura, do Rio de Janeiro – passou a ser questionado.

---

<sup>486</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao professor Elyseu Paglioli, reitor magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1960. Porto Alegre, 1961: 10-11.

<sup>487</sup> Ibid.: 11.

<sup>488</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Dr. Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1962. Porto Alegre, 1963.

### 5.2.1. Proposta de novo currículo (1962): conservar e reorganizar

No ano seguinte, 1962, foi estudado novo currículo para a Faculdade. No mesmo período, foi aprovado parecer nº 336 do Conselho Federal de Educação, que estabeleceu o currículo mínimo dos cursos de arquitetura e urbanismo.

Será avaliado, inicialmente, o projeto de currículo aprovado na reunião da congregação, de 22 de maio de 1962. Ele é cronologicamente anterior à aprovação do currículo mínimo. O parecer do Conselho Federal, depois.

A proposta foi publicada em livro pelo CEUA<sup>489</sup> e assinado por Demétrio Ribeiro, Emilio Mabilde Ripoll e Edvaldo Pereira Paiva, integrantes da comissão que a formulou. O novo modelo de ensino deveria dirigir o ensino já no ano seguinte.

O projeto foi “fruto de incansável trabalho que o Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura vem desenvolvendo há vários anos com a colaboração da Direção da Escola e de alguns professores”<sup>490</sup>. Nas diversas “oportunidades, congressos, reuniões e encontros promovidos para esse fim, professores, alunos e ex-alunos de nossa Faculdade debateram os problemas do ensino e da sua reforma necessária”<sup>491</sup>.

Se aprovado pelo Conselho Federal de Educação, o currículo eliminaria “grande parte de entraves que até o presente momento impossibilitavam uma maior integração dos diferentes processos de ensino postos em prática nas faculdades”<sup>492</sup>. As referências ao Conselho Federal de Educação e às faculdades denotam que esta proposta era extensível, ao menos nas diretrizes, a outros cursos de arquitetura e de urbanismo do país.

A sugestão se alicerçava na compreensão de que a graduação em arquitetura era “de formação profissional e não (...) científico voltado à pesquisa desinteressada”<sup>493</sup>. Por esta razão, “todas as parcelas componentes do currículo, terão, necessariamente, um sentido instrumental, serão meios de atingir um objetivo comum, e não finalidades em si”<sup>494</sup>.

---

<sup>489</sup> CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962.

<sup>490</sup> Ibid.

<sup>491</sup> Ibid.: 1-2.

<sup>492</sup> Ibid.

<sup>493</sup> Ibid.: 2.

<sup>494</sup> Ibid.: 2-3.

Importante notar que, ao se contrapor à ciência pura – desinteressada, que tem por objetivo apenas a ampliação do conhecimento numa respectiva área –, a arquitetura reforça sua personalidade de atividade não científica, aplicada – ou seja, comprometida com uma utilidade. Por esta razão, seus conteúdos seriam “instrumentais”, ou seja, ferramentas úteis.

Um dos temas fundamentais desta proposta era a necessidade de integrar “conhecimentos pertencentes as mais diversas esferas”<sup>495</sup>. E esta integração só se daria “através da realização prática de projetos que abranjam o conjunto dos problemas a resolver, pragmáticos, funcionais, técnicos e estéticos, nunca um ou outro separadamente”<sup>496</sup>. Novamente comparece a ideia do projeto como síntese integradora de conhecimentos. E mais, a arquitetura como atividade “prática”, não especulativa. Projeto é algo que se aprende fazendo, e não refletindo. E que tem uma aplicação concreta, útil, nunca é desinteressada.

Por esta razão, o ensino de arquitetura requereria “um ciclo de preparação básico, que proporcione ao aluno a bagagem teórica necessária para situar-se corretamente em face da realidade estrutural e lhe permita, daí em diante, atingir a uma formação propriamente profissional”<sup>497</sup>. Esse ciclo básico preencheria o hiato existente entre o ensino médio e a formação profissional. E corresponderia à fase “de evolução mental do aluno”<sup>498</sup>; indispensável à prática da composição. A adoção desta etapa preparatória se legitimava “pelos mais autorizados pronunciamentos”<sup>499</sup>, como de Walter Gropius, Lúcio Costa e pelo plano de ensino estudado por professores da Faculdade de São Paulo<sup>500</sup>.

Além desta etapa – ciclo básico – o currículo pleno deveria ser organizado em outras duas: o ciclo de formação profissional e o trabalho de tese.

O ciclo de preparação profissional convergiria “para a maior capacidade de abrangência e de síntese do estudante o qual deverá como arquiteto, fazer constante uso dessa capacidade para desempenhar o papel que dele espera a sociedade”<sup>501</sup>. E, por fim,

---

<sup>495</sup> CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962: 3.

<sup>496</sup> Ibid.: 4-5.

<sup>497</sup> Ibid.: 6.

<sup>498</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>499</sup> Ibid.: 7.

<sup>500</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>501</sup> Ibid.: 11-12.

o trabalho de tese teria “sentido de síntese final e de transição entre a universidade e a vida prática”<sup>502</sup>.

Estes seriam os três ciclos do ensino de arquitetura da Faculdade. Vejamos um pouco mais pormenorizadamente cada um deles.

O ciclo de preparação básica, correspondente aos quatro primeiros semestres do curso, estaria organizado em quatro setores: I) introdução à arquitetura, II) expressão e representação, III) tecnologia básica e IV) mecânica das estruturas. Cada um deles acolhia um conjunto de disciplinas e/ou conteúdos. Mas tratemos apenas dos ciclos e setores.

O primeiro setor, de introdução à arquitetura, teria como finalidade a “orientação básica e preparação metodológica relativa a Composição de Projetos, com vistas ao Setor de Prática de Projetos”<sup>503</sup>. Sua carga horária total era de 480 horas.

O segundo setor, de expressão e representação, teria como finalidade “dotar o estudante, pelo domínio do conhecimento e técnicas adequadas, da capacidade de empregar os meios usuais de representação e expressão no exercício da Arquitetura”<sup>504</sup>. Sua carga horária total era de 780 horas.

O terceiro setor, de tecnologia básica, teria como finalidade construir uma “base teórica e informações práticas fundamentais concernentes à construção de edifícios e às suas instalações complementares correntes, com o sentido de preparação ao Setor de Prática de Projetos e ao Setor de Formação Técnica Complementar”<sup>505</sup>. Sua carga horária total neste era de 360 horas.

O quarto setor, de mecânica das estruturas, teria como finalidade dar a conhecer “o cálculo das estruturas correntes, fornecido no grau adequado ao caráter instrumental do mesmo para o arquiteto e orientado no sentido das aplicações no Setor da Prática de Projetos”<sup>506</sup>. Sua carga horária total era de 480 horas.

Note-se que, com exceção do setor de expressão gráfica, todos os demais se referem à preparação para (ou submissão à) prática de projetos ou à composição arquitetônica. São todos instrumentos/ferramentas para o exercício da composição. Destaca-se também que o setor de representação gráfica correspondia à maior carga

---

<sup>502</sup> CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962: 12.

<sup>503</sup> Ibid.: 21.

<sup>504</sup> Ibid.: 21-22.

<sup>505</sup> Ibid.: 22.

<sup>506</sup> Ibid.: 23.

horária (aproximadamente 37% do total) deste momento, provavelmente por ser atividade mais próxima à composição arquitetônica.

O segundo ciclo, de preparação básica, ocorreria entre o quinto e o nono semestres e teria dois setores: I) prática de projetos e II) formação complementar. Este último se dividiria ainda em quatro subsetores: II-a) teoria da arquitetura e do planejamento, II-b) formação histórica, II-c) ciências sociais aplicadas e II-d) formação técnica complementar.

O primeiro setor, de prática de projetos, teria como finalidade realizar o “aprendizado prático do estudo, composição e detalhamento de projetos, abrangendo todos os setores da competência do Arquiteto”<sup>507</sup>. Seriam eles: “edificação, planejamento urbano, arquitetura paisagista, arquitetura de interiores e desenho de formas para produção industrial”<sup>508</sup>. Note-se que estas cinco atividades são tratadas como expressões da composição e detalhamento de projetos – seja do objeto industrial, passando pelas edificações e seus interiores, até o paisagismo e o “planejamento” da cidade. Além disso, seu aprendizado deveria ser prático. Sua carga horária total era de 1800 horas.

O segundo setor, de formação complementar, era, como dito, compartimentado em quatro subsetores. O primeiro deles, de teoria de projeto, teria como finalidade realizar a “informação teórica complementar necessária à Prática de projetos e à formação de uma base cultural do profissional, compatível com sua condição de universitário, com especial atenção às condições do meio brasileiro”<sup>509</sup>. A carga horária total deste subsetor era de 225 horas.

O segundo subsetor, de formação histórica, teria como finalidade formar o profissional “no campo de dimensão histórica da arquitetura, com especial preocupação de habilitá-lo intelectualmente a interpretar, por si mesmo, todo o significado de sua participação na cultura nacional”<sup>510</sup>. A carga horária total deste subsetor era de 225 horas.

O terceiro subsetor, de ciências sociais aplicadas, teria como finalidade realizar a “complementação cultural e informação prática fundamental concernentes às relações

---

<sup>507</sup> CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962: 23-24.

<sup>508</sup> Ibid.: 24.

<sup>509</sup> Ibid.: 25.

<sup>510</sup> Ibid.: 26.

da atividade dos arquitetos, com disciplinas do campo das ciências sociais”<sup>511</sup>. A carga horária total deste subsetor era de 150 horas.

O quarto subsetor, de formação técnica complementar, teria como finalidade a “complementação teórica da base técnica do aluno, com sentido de informação atualizada e adaptada às necessidades específicas do Arquiteto”<sup>512</sup>. A carga horária total deste subsetor era de 225 horas.

A carga horária total do setor de prática de projetos – somadas as cargas horárias de seus subsetores – era de 825 horas. Percebe-se que, no ciclo de formação profissional, o setor de prática de projetos reunia a maior carga horária (aproximadamente 70% do total). Se no ciclo anterior o projeto era o norteador dos conteúdos dos setores, agora ele é o centro da formação.

Por fim, o último ciclo, de trabalho de tese, tinha por finalidade fazer com que se realizasse a “síntese individual, final, do preparo adquirido pelo aluno e transição entre a vida universitária e a prática independente”<sup>513</sup>. A carga horária total deste ciclo era de 525 horas.

Somadas as cargas horárias dos três ciclos, chega-se ao total de 5250 horas/aula.

A mesma publicação do CEUA fazia ainda uma defesa do currículo mínimo para todo o país e apresentava sua proposta.

O currículo mínimo, segundo ela, deveria existir para “assegurar a formação de profissionais com um nível de qualificação nunca inferior àquele que é considerado compatível com os fins da Universidade”<sup>514</sup>. Um currículo que simplesmente enumerasse disciplinas obrigatórias, “à par de não cumprir a finalidade de fixar um limite inferior de eficiência, viria entravar os esforços das escolas no sentido de elevar constantemente o nível de qualificação dos profissionais que preparam”<sup>515</sup>.

Ele deveria se pautar no reconhecimento de que “a natureza e o caráter específico do curso reside fundamentalmente no estudo prático da composição, como momento de aplicação dos conhecimentos adquiridos”<sup>516</sup>. Por esta razão, deveria “exigir-se que nos currículos das diversas escolas, mesmo quando ultrapassado o tempo

---

<sup>511</sup> CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962: 26-27.

<sup>512</sup> Ibid.: 27.

<sup>513</sup> Ibid.: 28.

<sup>514</sup> Ibid.: 35.

<sup>515</sup> Ibid.: 37-38.

<sup>516</sup> Ibid.: 40.

mínimo estabelecido, dedique-se 50% do tempo total (mínimo + excedente) ao estudo prático da composição”<sup>517</sup>.

Fica claro que o conteúdo hierarquicamente superior dos currículos do país deveria ser, segundo a proposta, a composição. Ela é constitutiva da identidade da profissão. É o tronco para onde convergem outros conhecimentos. Nela, os conhecimentos são “aplicados”. Ela os submete à sua lógica. A ela deve ser oferecido o maior tempo de dedicação.

Ainda segundo este documento, o currículo mínimo deveria compreender ao menos seis grandes grupos. São eles:

- 1- Estudo prático da composição, através da elaboração individual, pelo aluno, de ante-projeto, projetos e detalhes, abrangendo programas relativos a edificações, conjuntos de edificações, planejamento urbano, arquitetura paisagista, arquiteturas de interiores, elementos do mobiliário e equipamento urbano; Com tempo mínimo de 1500 (mil e quinhentas) horas.
- 2- Estudo e prática dos meios de representação e são indispensáveis ao exercício da arquitetura, abrangendo desenho, geometria descritiva, perspectiva e expressão tri-dimensional; Com tempo mínimo de 400 (quatrocentas) horas.
- 3- Estudo teórico das disciplinas científicas de aplicação direta nos projetos de estruturas, orientado em sentido instrumental com vistas à aplicações prática da composição, abrangendo matéria concernente à estabilidade das construções e as que lhes são fundamentais; Com tempo mínimo de 400 (quatrocentas) horas.
- 4- Estudo dos sistemas e métodos de construção, incluídas as instalações técnicas complementares, abrangendo técnica construtiva, física aplicada, topografia higiene das habitações e materiais de construção; Com tempo mínimo de 300 (trezentas) horas.
- 5- Estudo das matérias indispensáveis à Interpretação da Arquitetura como fenômeno sócio-cultural e à compreensão das necessidades humanas que informam os programas arquitetônicos, abrangendo economia-política e sociologia aplicadas, história da arquitetura, teoria da arquitetura; Com tempo mínimo de 300 (trezentas) horas.
- 6- Introdução à atividade profissional e orientação de estágios e atividades extra-escolares, abrangendo legislação, organização do trabalho e ética profissional; Com tempo mínimo de 100 (cem) horas<sup>518</sup>.

Assim formulado, o currículo mínimo permitiria que cada curso, ao estabelecer seu sistema de ensino, métodos e orientações, adquirisse “personalidade própria, refletindo as particularidades do meio onde se encontra e o pensamento dos seus

---

<sup>517</sup> CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962: 41.

<sup>518</sup> Ibid.: 42-44.

professores e alunos”<sup>519</sup>. A proposta era de que o currículo, correspondendo a cinco anos de formação, tivesse três mil horas, o que deixaria “considerável margem de iniciativa a cada escola, na disposição das horas adicionais”, o que possibilitaria “a diferenciação no ensino, em benefício do enriquecimento da cultura”<sup>520</sup>.

E, ainda sobre o currículo mínimo, finalizava a publicação:

Ao abrir perspectivas para uma *completa renovação do ensino* [grifo nosso] da arquitetura, o Currículo Mínimo, nos termos propostos não gera qualquer espécie de conflitos com direitos adquiridos, já que nenhuma escola fica obrigada a modificar sua estrutura didática: as modificações estruturais são facultadas pelo novo Currículo, mas não impostas. Cada Congregação fará as modificações de sistema, métodos e orientação como e quando julgar conveniente. (UFRGS, 1962: 46).

O destaque à “completa renovação do ensino” é necessário. Não parece haver, na ideia, uma radical transformação nos alicerces do ensino. A composição se manteria como o centro da formação. A perspectiva da arquitetura como saber prático/aplicado, *idem*. Bem como a centralidade da composição, seja na superioridade da carga horária, seja na submissão às outras dimensões do ensino. Esta é uma proposta que, ao menos em relação ao ensino praticado na instituição, não mudava muito o que já estava ocorrendo.

No quadro que sintetiza a proposta (Figura 24), a organização do currículo mínimo é bastante semelhante ao da proposta de novo currículo para o ensino de arquitetura da Faculdade.

Como se pode perceber, são definidos três ciclos com seus respectivos números de semestres: preparação básica (quatro semestres), preparação profissional (cinco semestres) e tese (um semestre). No primeiro ciclo, como no projeto de novo currículo, a carga horária de expressão gráfica é a maior entre os campos de conhecimento. No segundo, a carga horária destinada à prática de projetos é muito superior aos dos demais campos. Ou seja, o que a Faculdade de Arquitetura propunha para o país era seu próprio sistema de ensino.

---

<sup>519</sup> CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962: 45.

<sup>520</sup> *Ibid.*: 46.



CICLO DE PREPARAÇÃO BÁSICA				CICLO DE PREPARAÇÃO PROFISSIONAL					TESE
1ª Sem.	2ª Sem.	3ª Sem.	4ª Sem.	5ª Sem.	6ª Sem.	7ª Sem.	8ª Sem.	9ª Sem.	10ª Sem.
INTRODUÇÃO A ARQUITETURA 8 HORAS SEMANAIS									
EXPRESSION E REPRESENTAÇÃO 13 HORAS SEMANAIS				PRÁTICA DE PROJETOS 24 HORAS SEMANAIS					TRABALHO T E S E 35 HORAS SEMANAIS
TECNOLOGIAS BÁSICAS 6 HORAS SEMANAIS				TEORIA DA ARQUITETURA E DO PLANEJAMENTO 3 HORAS SEMANAIS					
MECÂNICA DAS ESTRUTURAS 8 HORAS SEMANAIS				FORMAÇÃO HISTÓRICA 3 HORAS SEMANAIS					
				CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2 HORAS SEMANAIS					
				FORMAÇÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 3 HORAS SEMANAIS					

Figura 24: organização do currículo em três ciclos. Fonte: CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962.

### 5.2.2. O currículo mínimo de 1962

Passemos agora a outro fato ocorrido em 1962 e que também se refere à definição de um currículo mínimo para os cursos de arquitetura: a aprovação do parecer nº 336 do Conselho Federal de Educação. Mas é preciso, antes, contextualizá-lo.

Foi necessária uma campanha de quase uma década até que se formulasse um currículo mínimo nacional, “formalmente apresentado durante o III Encontro de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura – realizado em São Paulo em 1962” (CONFEA, 2010: 65). Este currículo buscava “impedir a ‘fragmentação’ da formação profissional em áreas especializadas e defendeu o aprimoramento e o preparo do arquiteto em setores específicos por meio de atividades complementares” (CONFEA, 2010: 65).

O currículo foi definido pelo parecer nº 336 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 17 de novembro de 1962<sup>521</sup>. A comissão responsável por elaborá-lo manteve os cinco anos letivos. Neles estariam inclusas as “disciplinas de urbanismo, de tal sorte que o arquiteto continuará apto a exercer atividades nesse campo”<sup>522</sup>. Não pareceu vantajoso à comissão, “nas condições atuais, destacar um curso especial de urbanismo”<sup>523</sup>. Todavia, não vedava a possibilidade das escolas criarem sua pós-graduação neste campo.

As matérias definidas como o mínimo curricular eram as seguintes: *Cálculo; Física Aplicada; Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções; Desenho e Plástica; Geometria Descritiva; Materiais de Construção; Técnica de Construção; História da Arquitetura e da Arte; Teoria da Arquitetura; Estudos Sociais e Econômicos; Evolução Urbana; Legislação, Prática Profissional e Deontologia; Composição (Arquitetônica, de Interiores e de Exteriores); Planejamento.*

O parecer expunha ainda que a formação profissional deveria se centrar

na Composição Arquitetônica, da Composição de Interiores, da Composição de exteriores e do Planejamento, com o objetivo de desenvolver as aptidões de imaginação, de sensibilidade, de bom senso e a coordenação de todos os fatores chamados a intervir na realização de obra, recomendando-se que o tempo destinado a essa prática compreenda parte substancial da duração do Curso<sup>524</sup>.

Os demais conteúdos teriam finalidades específicas. As disciplinas “culturais” (história da arte, da arquitetura, sociologia, organização social, evolução urbana, economia e política, estudos brasileiros) deveriam ser consideradas “como meios e não fins de ensino”<sup>525</sup>. As técnicas-científicas de aplicação direta (cálculo, mecânica, resistência dos materiais e estabilidade das construções, sistemas estruturais), os sistemas e métodos de construção (técnicas e materiais de construção, física, higiene e saneamento) e os meios de expressão (desenho, plástica, geometria descritiva,

---

<sup>521</sup> O parecer era assinado por Clóvis Salgado (relator) e Newton Sacupira F. J. Maffei.

<sup>522</sup> CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Currículo mínimo do curso de arquitetura e urbanismo. Parecer nº 336. Aprov. em 17-11-1962. [s.l.], 1962. 2f.

<sup>523</sup> Ibid.

<sup>524</sup> Ibid.

<sup>525</sup> CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Currículo mínimo do curso de arquitetura e urbanismo. Parecer nº 336. Aprov. em 17-11-1962. [s.l.], 1962. 2f.

perspectiva, topografia) deveriam ser “orientadas em sentido instrumental com vistas à aplicação da prática das composições e dos planejamentos”<sup>526</sup>.

Por fim, o parecer indicava que as instituições de ensino poderiam acrescentar outras disciplinas ao currículo. Assim, além de manter a unidade de habilitação da profissão, abria oportunidade para “a incorporação de tradições culturais regionais, adequando os cursos às dimensões e ao desenvolvimento sociocultural do país” (CONFEA, 2010: 66). O currículo mínimo deveria vigorar a partir de 1963.

Percebe-se que a concepção de ensino que vinha sendo construída desde a década de 1940 é reafirmada neste currículo. Nada de substancial muda na proposta em relação ao ensino que a Faculdade já praticava. Mantém-se os cinco anos de duração, a centralidade da composição, a submissão dos demais conteúdos – como “meios, não fins” ou com “sentindo instrumental” – orientados à aplicação na prática de composição e planejamento, a nomenclatura das disciplinas.

Não há, todavia, além da já citada, menção mais detalhada sobre o urbanismo.

### **5.2.3. O novo regimento interno (1963)**

Já em 1963, um ano após a publicação do estudo de novo currículo e da aprovação do parecer do currículo mínimo, uma comissão composta pelos professores Emilio Mabilde Ripoll, Demétrio Ribeiro, Max Waldemar Lubke, Álvaro Gonçalves Soares, Manoel José de Carvalho Meira e pelo estudante Erico Weidel apresentou proposta de alteração no regimento interno da Faculdade. Pretendiam incorporar às regras de funcionamento da Faculdade as alterações no ensino acima referidas.

Na reunião da congregação, de 18 de setembro, foi dado início ao seu debate e votação. O regimento foi definitivamente aprovado<sup>527</sup> na 23ª reunião da congregação ocorrida em 23 de dezembro daquele ano<sup>528</sup>. A redação final do documento “coube aos

---

<sup>526</sup> CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Currículo mínimo do curso de arquitetura e urbanismo. Parecer nº 336. Aprov. em 17-11-1962. [s.l.], 1962. 2f.

<sup>527</sup> O regimento já havia sido aprovado na 22ª reunião da congregação, realizada em 28 de novembro de 1963. Todavia sua redação volta a ser debatida e após correções, aprovada, na 23ª reunião da congregação, realizada em 23 de dezembro de 1963.

<sup>528</sup> Mesmo tendo sido aprovado em 1963, o regimento precisava ser remetido ao Conselho Federal de Educação para ser aprovado. E no relatório sobre o ano de 1964, encaminhado ao reitor em janeiro de 1965, consta menção de que a Faculdade ainda aguardava sua aprovação pelo Conselho Federal de Ensino.

Professores Ernani Dias Corrêa, Amadeu Fagundes da Rocha Freitas e Fernando de Azevedo Moura”<sup>529</sup>.

O novo regimento <sup>530</sup> incorporou as alterações curriculares apresentadas na proposta publicada pelo CEUA em 1962, com sutis alterações, já em vigor antes da aprovação do documento<sup>531</sup>.

Os cursos oferecidos pela Faculdade passaram a ser: de graduação, “destinado à formação de arquitetos, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o Ciclo Colegial ou equivalente”<sup>532</sup>; de pós-graduação, “destinado à formação de urbanista, aberto à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação em arquitetura ou engenharia civil”<sup>533</sup>; e de especialização.

A formação em urbanismo passou a ser, oficialmente, de pós-graduação<sup>534</sup>. Esta modalidade já vinha sendo praticada extraoficialmente. Mas agora estava gravada de maneira inapelável nas regras da instituição. Trataremos dele em mais detalhes adiante.

As cadeiras listadas no novo regimento, de 1963, são as mesmas do regimento de 1955. Mas a forma de apresentação delas é diferente. Em 1955, o artigo 9º expunha as cadeiras dos cursos de arquitetura e de urbanismo em lista única, uma após a outra. No novo, de 1963, elas aparecem organizadas em dois grupos: um para cada curso. A quantidade e seus nomes são os mesmos. Por esta razão, elas não serão reapresentadas.

O ensino passaria a ser semestral, mantendo-se a totalidade de cinco anos de formação. A diferença mais marcante em relação ao programa de ensino anterior é a organização por ciclos: o primeiro, “Ciclo de Preparação Básica, proporcionando a

---

<sup>529</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Luiz Leseigneur de Faria, Reitor Magnífico, em exercício, da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1963. Porto Alegre, 1964: 6.

<sup>530</sup> O novo regimento interno não mudou as finalidades da Faculdade de Arquitetura, já presentes no de 1955: ministrar ensino de arquitetura e de urbanismo com vista à formação científica, técnica, artística e social de profissionais altamente qualificados; realizar pesquisas técnicas, artísticas e sociais nos domínios que constituem objeto de seu ensino; dentre outros.

<sup>531</sup> Mesmo antes do começo dos debates de elaboração do novo regimento, o diretor da Faculdade de Arquitetura, João Baptista Pianca, informava ao reitor, Elyseu Paglioli, em julho de 1963, a adoção de três ciclos – básico, formação profissional e trabalho de diplomação – com seus desdobramentos. PIANCA, João Baptista [processo 806/63] 19 de julho de 1963, Porto Alegre [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. Informa sobre a adoção do currículo mínimo e da nova organização curricular em setores. 4f.

<sup>532</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963: 10.

<sup>533</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>534</sup> O curso, em 1960, era citado como sendo de “post-graduação”. No relatório sobre o ano de 1962, extraoficialmente como sendo de pós-graduação. Mas só em 1963, com a aprovação do novo regimento da Faculdade de Arquitetura, ele passa a ser oficialmente de pós-graduação.

fundação teórica e adaptação instrumental”<sup>535</sup>; o segundo, “Ciclo de Formação Profissional, suplementando os informes de caráter científico, artístico e cultural e correlacionando-os na prática da composição e do planejamento”<sup>536</sup>; e o terceiro, “Ciclo de Trabalho para Diplomação, consistindo na síntese final de conhecimentos, verificada através da elaboração individual de projeto completo”<sup>537</sup>.

A lista abaixo sintetiza o currículo apresentado no regimento interno de 1963.

- *Ciclo de preparação básica* (do 1º ao 4º semestre)
  - *Setor 1*: Introdução à Arquitetura (8 horas semanais) – “cadeiras de Teoria da Arquitetura e Composição de Arquitetura” (regulamento, 1963: 11-12).
  - *Setor 2*: Expressão e representação (13 horas semanais) – “cadeiras de Geometria Descritiva, Perspectiva-Sombras-Estereotomia, Desenho Artístico e Modelagem” (regulamento, 1963: 12).
  - *Setor 3*: Tecnologias básicas (6 horas semanais) – “cadeiras de Técnica da Construção-Topografia, Higiene da Habitação-Saneamento das Cidades, Física Aplicada e Materiais de Construção-Estudo do Solo” (regulamento, 1963: 12).
  - *Setor 4*: Mecânica das estruturas (4 horas semanais no 1º e 2º semestres e 8 horas semanais nos demais) – cadeiras de Matemática Superior, Mecânica Racional-Grafostática, Resistência dos Materiais-Estabilidade das Construções e Concreto Armado.
- *Ciclo de formação profissional* (do 5º ao 9º semestre)
  - *Setor 1*: Prática de projetos (19 horas semanais no 5º semestre e 24 horas semanais nos demais) – “cadeiras de Composição de Arquitetura, Grandes Composições de Arquitetura, Composição Decorativa e Urbanismo-Arquitetura Paisagista” (regulamento, 1963: 12).
  - *Setor 2*: Teoria da Arquitetura e Planejamento (3 horas semanais) – “cadeiras de Teoria da Arquitetura, Urbanismo-Arquitetura Paisagista e Composição Decorativa” (regulamento, 1963: 12).

---

<sup>535</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963: 11.

<sup>536</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>537</sup> Ibid., loc. cit.

- *Setor 3: Formação histórica* (3 horas semanais) – “cadeiras de História da Arte-Estética, Arquitetura Analítica e Arquitetura no Brasil” (regulamento, 1963: 12-13).
- *Setor 4: Ciências sociais aplicadas* (2 horas semanais) – “cadeiras de Legislação-Economia Política e Organização do Trabalho-Prática Profissional” (regulamento, 1963: 13).
- *Setor 5: Formação técnica complementar* (8 horas semanais no 5º semestre e 3 horas semanais nos demais) – “cadeiras de higiene da Habitação-Saneamento das Cidades, Física Aplicada, Técnica da Construção-Topografia, Resistência dos Materiais-Estabilidade das Construções, Concreto Armado e Sistemas Estruturais” (regulamento, 1963: 13).
- *Ciclo de trabalho de diplomação* (10º semestre).
  - “cadeiras que forem designadas pelo Conselho Departamental”<sup>538</sup>. (35 horas).

Esta lista reproduz o quadro da proposta publicada pelo CEUA, em 1962. E, como já referido, ela mantém, no geral, o ensino vigente desde a década de 1950, com poucas alterações. O tempo de duração do curso foi mantido, mas sua periodicidade foi alterada – antes anual, agora semestral. A lista de disciplinas se mantém a mesma, mas agora elas estão organizadas distintamente e em ciclos. Mantem-se também os fundamentos que norteiam o ensino, como já citado: a centralidade do projeto na formação e na identidade da profissão; a submissão dos demais conteúdos à composição.

Outra mudança que o currículo introduz é o da organização dos departamentos e das disciplinas que os compõem. Anteriormente, no regulamento de 1955, eram seis – departamentos de história, de estática das construções, de técnica das construções, de expressão gráfica e modelagem, de composição e de legislação e organização. Passam a ser, agora, cinco. São eles: 1) Departamento de cultura<sup>539</sup>; 2) de técnicas<sup>540</sup>; 3) de expressão<sup>541</sup>; 4) de projetos<sup>542</sup>; 5) de urbanismo<sup>543</sup>.

---

<sup>538</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963: 13.

<sup>539</sup> Que contém as seguintes disciplinas: *Arquitetura Analítica; Arquitetura no Brasil; História da Arte-Estética; Legislação-Economia Política; Organização do Trabalho – Prática Profissional*.

<sup>540</sup> Que contém as disciplinas: *Matemática Superior; Mecânica Racional – Grafostática; Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções; Concreto Armado; Sistemas Estruturais; Materiais de*

Passa a existir oficialmente o departamento de urbanismo, até então inexistente, embora já proposto noutros momentos. No ano seguinte à aprovação do novo regimento interno, 1964, o quadro de professores<sup>544</sup> era o seguinte (Quadro 22):

Quadro 22: disciplinas e professores do curso de arquitetura da Faculdade de Arquitetura, 1964.

<b>CADEIRAS</b>	<b>PROFESSORES</b>
Matemática Superior	Ary Nunes Tietbohl (catedrático) Francisco José San Martin (assistente)
Mecânica Racional – Grafostática	Carlos de Carvalho Schmitt (catedrático) Antônio Patrício de Mattos (instrutor)
Geometria Descritiva	Ney Chrysostomo da Costa (catedrático) Vera Fabrício de Carvalho (instrutor)
Perspectiva – Sombras – Estereotomia	Emílio Mabilde Ripoll (catedrático) Luiz Fernando Corona (instrutor) Roberto Heraldo Dias (instrutor)
Materiais de Construção – Estudo do Solo	Diego Gonzales Blanco (catedrático) Marcello Casado de Azevedo (instrutor)
Técnica da Construção - Topografia	Celso Carneiro (instrutor) Fernando Campos de Souza (instrutor) João Carlos Caldeira Bastian (instrutor)
Arquitetura Analítica	Ernani Dias Correa (catedrático)
Teoria da Arquitetura	Nelson Souza (instrutor) Udo Silvio Mohr (instrutor)
Composições de Arquitetura	Demétrio Ribeiro (catedrático) Emil Achutti Bered (assistente) Ari Mazzini Canarim (instrutor) Enilda Ribeiro (instrutora) Miguel Alves Pereira (instrutor)
Grandes Composições de Arquitetura	Luiz Frederico Mentz (assistente) Plínio Oliveira Almeida (assistente) Lincoln Ganzo de Castro (instrutor) Nelson Ivan Petzold (instrutor)
Arquitetura no Brasil	Júlio Nicolau Barros de Curtis (instrutor)
Resistências dos Materiais – Estabilidade das Construções	Frederico W. H. Grundig (catedrático) Paulo Gomes de Freitas (assistente) Walter Strussmann (instrutor)
Urbanismo – Arquitetura Paisagista	Cyrillo Severo Crestani (instrutor) Marcos David Heckman (instrutor) Moacyr Moojen Marques (instrutor)

*Construção – Estudo do Solo; Física Aplicada; Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades; Técnica da Construção – Topografia.*

<sup>541</sup> Que contém as seguintes disciplinas: *Geometria Descritiva; Perspectiva – Sombra – Estereotomia; Desenho Artístico; Modelagem.*

<sup>542</sup> Que contém as seguintes disciplinas: *Teoria da Arquitetura; Composições de Arquitetura; Grandes Composições de Arquitetura; Urbanismo – Arquitetura Paisagista; Composição Decorativa.*

<sup>543</sup> Que contém as seguintes disciplinas: *Teoria e Prática dos Planos de Cidades; Evolução Urbana; Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana; Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública; Organização Social das Cidades; Arquitetura Paisagista; Administração Municipal.*

<sup>544</sup> Segundo o artigo 80 do regimento interno de 1963, os graus de atividades do magistério, definido de acordo com a natureza do ensino, eram: a) instrutor de ensino superior; b) assistentes de ensino superior; c) professor adjunto; d) catedrático de ensino superior. Poderiam ainda fazer parte do corpo docente os professores livres, contratados e os graduados que colaborassem no ensino. Estes eram os “níveis” de progressão funcional na carreira docente.

	Roberto Felix Veronese (instrutor)
Concreto Armado	Ivo Wolff (catedrático) Paulo Bastos da Silva (instrutor)
Sistemas Estruturais	Fernando de Azevedo Moura (catedrático) Achyllles Elias L. Melloni (instrutor)
Física Aplicada	Ricardo Cauduro (catedrático) Enio Cruz da Costa (instrutor)
Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades	Amadeu Fagundes da R. Freitas (professor [sem constar se é adjunto ou contratado]) Alfredo Cestari (instrutor)
Desenho Artístico	Fernando Petersen Lunardi (catedrático) Alberto Gomes Pereira Filho (instrutor) Joao José Vallandro (instrutor)
Composição Decorativa	Frederico Michel Muller (professor [sem constar se é adjunto ou contratado]) Jayme Luna dos Santos (assistente) Cláudio Luiz Araújo (instrutor) Erardo Barger (instrutor)
Modelagem	Júlio Ribeiro de Castilhos (catedráticos) Arlete Schneider Sauer (instrutora) Ruben Cassal Pilla (instrutor)
História da Arte – Estética	Ângelo Guido Gnocchi (professor [sem constar se é adjunto ou contratado]) Carlos Antônio Mancuso (instrutor)
Legislação – Economia Política	Álvaro Gonçalves Soares (assistente)
Organização do Trabalho – Prática Profissional	Leovegildo Paiva (catedrático) Manoel José de Carvalho Meira (instrutor)

Fonte: PIANCA, João Baptista [processo 311/64] 9 de abril de 1964, Porto Alegre [para] CROCHEMORE, Paulo, Porto Alegre. Diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha ao presidente da União Estadual de Estudantes respostas aos quesitos contidos na circular de nº 33/12.2. 8f.

Cabe destacar os professores que ministravam as disciplinas vinculadas ao urbanismo. Os professores responsáveis pela cadeira de Urbanismo – Arquitetura Paisagista eram: Cyrillo Severo Crestani (instrutor), Marcos David Heckman (instrutor), Moacyr Moojen Marques (instrutor) e Roberto Felix Veronese (instrutor). Os da cadeira de Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades eram: Amadeu Fagundes da R. Freitas (professor [sem constar se é adjunto ou contratado]) e Alfredo Cestari (instrutor)

Apesar de bem recente, a nova estrutura passou a ser criticada ainda em 1963. Como refere o relatório de atividades daquele ano, “o setor de ensino [foi o] que mais preocupou, pois a implantação do novo regime, criou uma série de problemas que exigiram muito estudo e deram lugar a muitos debates”<sup>545</sup>.

O novo programa também foi criticado em 1964. O relatório deste ano cita especialmente o regime de semestralidade. Para o diretor da Faculdade, ele se “afigura

<sup>545</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Luiz Leseigneur de Faria, Reitor Magnífico, em exercício, da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1963. Porto Alegre, 1964: 7.



complexo e pouco didático” já que “não permite que os conhecimentos adquiridos em aula possam sedimentar-se e ser assimilados convenientemente”<sup>546</sup>. A anualidade do curso “parece-me que permite obter melhores resultados”<sup>547</sup>, refere João Baptista Pianca.

Ele dirigia críticas também à divisão em ciclos. Sem ela, o aluno poderia se mover entre os setores, “livre de restrição criada para a passagem de um para o outro ciclo, mantidas apenas as prioridades criadas pela seriação”<sup>548</sup>.

Sugeria ainda que se mantivesse apenas o trabalho de diplomação. Ele permitiria ao aluno “enfrentar um trabalho completo em seus vários aspectos e mergulhar assim na realidade da vida profissional”<sup>549</sup>. A “reforma” curricular já sofria pressões que pretendiam descaracterizá-la.

Elas acabam impondo uma avaliação sobre o ensino: a primeira semana de estudos.

#### **5.2.4. Primeira semana de estudos (1966)**

Em resposta a esta situação foi realizada, em 1966, a primeira semana de estudos sobre o currículo da Faculdade<sup>550</sup>. Nela, os departamentos da instituição apresentaram balanço das alterações introduzidas pelo novo regime de ensino e sugestões.

Será deixado de fora, neste momento, o departamento de urbanismo. Ele será tratado mais adiante. As impressões sobre a implantação do novo currículo aqui tratadas serão dos departamentos de projetos, expressão e representação, cultura e técnicas.

Duas críticas são recorrentes na avaliação de todos eles. A primeira, em relação às condições de trabalho oferecidas aos professores; e a segunda, quanto à integração entre os setores e departamentos.

---

<sup>546</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1964. Porto Alegre, 1965: 5.

<sup>547</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>548</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>549</sup> Ibid.: 6.

<sup>550</sup> O ano da primeira semana de estudos do currículo é também o da promulgação da lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regulamentou o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo (BRASIL, 1966).

Sobre a primeira, o departamento de projetos citava que o exíguo número de professores em atelier, insuficiente para atender todos os trabalhos, inviabilizava o diálogo interdepartamental<sup>551</sup>. Havia críticas também à baixa remuneração, o que impossibilitava a dedicação integral dos professores à graduação<sup>552</sup>. O de expressão e representação também censurava a falta de professores e a carga horária<sup>553</sup>. O de cultura apontava que a Faculdade não dispunha de materiais necessários às atividades docentes<sup>554</sup>. E o de técnicas reclamava do regime semestral e da indisponibilidade de tempo para pesquisa, consequência da sobrecarga de atividades didáticas ocorrida com a redução do quadro docente<sup>555</sup>.

Quanto à segunda crítica, os departamentos unanimemente identificavam falta de integração entre os setores e departamentos. Por isso, alguns propunham ação do conselho departamental para suprir essa necessidade<sup>556</sup>.

---

<sup>551</sup> O departamento de projetos cita que apesar de um início positivo, a reforma regredia “numa tendência, quase obrigatória de isolamento [dos departamentos], pelo evidente e exíguo número de professores para atender os trabalhos de atelier” (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1966 (a)]: 5-6). Para este departamento, a “origem de todas as falhas reside na absorção quase total dos docentes pelo trabalho de atelier, impossibilitando a realização de reuniões frequentes e indispensáveis para o planejamento dos setores do Departamento” (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1966 (a)]: 6).

<sup>552</sup> O departamento de projetos referia que “o tempo necessário ao desenvolvimento de uma programação adequada, em contraste com as condições de equipamento para esse fim, além da má remuneração, levam o profissional, naturalmente, a uma dedicação maior ao seu campo específico de trabalho” (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1966 (a)]: 8), deixando assim a sala de aula em segundo plano. Esse tema é particularmente impactante para os “professores das cadeiras que desenvolvem seus temas em atelier, onde a natureza do trabalho exige maior tempo de dedicação aos alunos, aproximando-se muitas vezes do tempo integral, sem que a isso corresponda uma compensação de vencimentos” (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1966 (a)]: 8).

<sup>553</sup> Segundo o departamento de expressão “a atividade curricular na atual conjuntura, devido a existência de poucos professores e devido ao caráter prático das cadeiras do setor, não tem sido satisfatória” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b): 3). Argumenta ainda que “as cadeiras do Departamento de Expressão e Representação lutam com dificuldades pelo insuficiente número de pessoal docente que tem prejudicado sensivelmente o rendimento do professor e o aproveitamento do aluno” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b): 3). Além destes pontos, destacam que “a carga horária é inadequada, mal distribuída e ineficiente para o cumprimento satisfatório das atividades docentes” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b): 2).

<sup>554</sup> Argumenta que “faltam livros, espaços, material didático, funcionários, verbas para publicações, etc., de maneira que o próprio professor interessado perde todo o estímulo inicial caindo na rotina dum ensino acadêmico e sem conteúdo profissional” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b): 4).

<sup>555</sup> O departamento de técnicas cita que “a atividade docente curricular foi bastante intensificada pela adoção de dois Cursos de Arquitetura em 1963” (RELATÓRIO do departamento de técnicas..., 1966: 2) com o regime semestral. Desta maneira, “com a carga horária duplicada, o Professor dispõe de menos tempo para estudos, pesquisas e consultas bibliográficas” (departamento técnicas, 1966: 2). Além disso, os professores se sentiam “sobrecarregados com toda a atividade didática em consequência da aposentadoria ou afastamento dos Senhores Professores Catedráticos” (RELATÓRIO do departamento de técnicas..., 1966: 3).

<sup>556</sup> O departamento de projeto citava que o relacionamento entre setores “não se tem verificado apesar dos esforços isolados” (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1966 (a)]: 6). Relatava ainda que o “relacionamento entre os Departamentos (...) praticamente inexistente, ou se processa de maneira isolada e superficial, quando professores de outros Departamentos são solicitados em atelier” (FACULDADE DE

Havia ainda impressões variadas. O departamento de projetos, por exemplo, aplaudia o regime semestral, o sistema de aprovação e via o ensino progredir com o novo currículo<sup>557</sup>. Era, assim, um defensor da reforma e dos princípios que a fundamentaram. Apesar disso, reconhecia “a considerável distância que nos separa da adequada concretização [da reforma] em nível satisfatório”<sup>558</sup>. Admitia ainda que as cadeiras não se haviam reestruturado “no espírito proposto pela reforma”<sup>559</sup>.

Para o departamento de cultura, o curso carecia de “maior cultura humanística”<sup>560</sup> e o ensino deveria ter sentido mais prático, maior preocupação pela formação artística do arquiteto, dentre outras sugestões.

Dois anos após, em 1968, a situação do ensino fica insustentável e uma revisão se tornou inadiável quando os estudantes publicaram o manifesto “Nosso ensino é uma farsa”.

### 5.2.5. Nosso ensino é uma farsa

O manifesto “Nosso ensino é uma farsa”, publicado em 12 de agosto de 1968, relata uma situação de grande precarização no ensino. Critica também duramente o curso. Vamos aos seus argumentos.

Ele afirmava, inicialmente, que fora concluído “um dos piores semestres da história de nossa escola”<sup>561</sup>. No primeiro semestre, “metade da escola [esteve] sem aulas

---

ARQUITETURA, [1966 (a)]: 6). Por esta razão, propunham que “essa vinculação se efetive através do órgão de coordenação e planejamento do ensino” (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1966 (a)]: 6). O de expressão citava que “o real enquadramento dos Setores no Curso se verifica rara e precariamente” (d FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b): 1). Relatava ainda que “não tem havido relacionamento entre o nosso e os demais departamentos do curso, fato motivado pela falta já anteriormente apontada do Conselho Departamental a quem caberia coordenar a quem caberia coordenar este relacionamento” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b): 1). O de cultura expunha não ter havido a integração desejada e que os departamentos “continuaram em atividades estanques” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b): 2). E o de técnicas que “o relacionamento entre os diversos Departamentos somente poderá ser realizado com eficiência sob a supervisão do Conselho Departamental. A falta deste torna praticamente inexistente tal relacionamento” (RELATÓRIO do departamento de técnicas..., 1966: 1).

<sup>557</sup> O departamento de projeto citava que “apesar das deficiências adiante apontadas neste trabalho [seu relatório], houve no ensino da Faculdade em geral e nas disciplinas de projeto em particular, saldo positivo e evidente progresso, após a implantação do novo currículo” (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1966 (a)]: 1).

<sup>558</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. 1ª semana de estudos proposta pela comissão especial. Relatório do departamento de projetos. 8f. [s.l., 1966 (a)]: 2.

<sup>559</sup> Ibid.: 6.

<sup>560</sup> Ibid.: 4.

por mais de uma mês”<sup>562</sup>. Após promessas de solução, vieram “a programação impossível de cumprir, o primeiro semestre sem professores, as cadeiras e os setores desconstruídos do primeiro ao último semestre, as frustrações surgindo nas salas de aula”<sup>563</sup>.

A desaprovação ao ensino se estendia a vários aspectos: a relação de um professor para cada sessenta alunos; os exercícios que finalizavam com a apresentação de apenas uma planta baixa; a exigência de zoneamento de uma cidade após pesquisas “amadorísticas e sem as bases da mais elementar teoria”<sup>564</sup>; os estudantes que não entregavam trabalhos; a diplomação, iniciada “sem que se tivesse conhecimento das normas que o regem, só conseguidas com a intervenção de advogado”<sup>565</sup>; dentre outros problemas.

Os estudantes, no início do ano, ao reivindicarem mudanças, achavam que a crise era “passageira ou acidental”<sup>566</sup>. Mas não. Era hora, então, de expor “um estudo inaproveitável para o exercício da Arquitetura no Brasil, um estudo que não nos permitirá nem criar nem mudar nada”<sup>567</sup>.

As mudanças pleiteadas seriam alcançadas, segundo os estudantes:

exigindo um currículo novo, verbas suficientes e bons professores, (...) negando os atestados ideológicos, filtro instituído pelos que querem manter as coisas como estão (...) [e] recusando os professores nomeados por tal critério e denunciando os que, por omissão, garantem sua continuidade<sup>568</sup>.

Os estudantes afirmavam, duramente, que “a nossa universidade é inútil (...) e, poderia ser fechada sem prejuízo para a produção nacional”<sup>569</sup>.

Na Faculdade, segundo os estudantes, o processo criador era preterido, depreciado, em detrimento ao pragmatismo<sup>570</sup>. Desta forma, comentam: “aprendemos os dimensionamentos específicos de vigas, e parafusos e não recebemos uma informação

---

<sup>561</sup> NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968: 1.

<sup>562</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>563</sup> NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968: 1.

<sup>564</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>565</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>566</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>567</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>568</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>569</sup> Ibid.: 2.

<sup>570</sup> Como cita o manifesto, não “mais se valoriza o processo criador, mas pragmatiza-se nossa formação” (NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968: 2).

estrutural das proposições arquitetônicas”<sup>571</sup>. Atacavam o ensino mais “técnico” e reivindicam-no mais “criador”.

Criticam, enfim, a universidade como um instrumento de classe, meio de ascensão social. E propunham uma universidade aberta, acessível a todos, baseadas nos conhecimentos tecnológicos.

O texto é, em muitos momentos, dúbio e impreciso. Ora criticam o ensino técnico, ora o exaltam. Não definem o que entendem por cultura humanística, à contrapõem à atividade criadora. Mesclam crítica social, pedagógica, política, ao Brasil, à Faculdade, sem definição dos limites entre estas dimensões.

Ao fim, faziam cinco exigências. Eram elas:

1º - Paralisação das atividades da Faculdade de Arquitetura, e a efetivação de um seminário de ensino; 2º - Participação dos alunos na reformulação do ensino na Faculdade de Arquitetura, em comissões formadas por alunos e professores em número igual; 3º - Criação de uma comissão de alto nível, formada por arquitetos de reconhecida capacidade, a serem convidados nos centros maiores do país, para colaborarem junto aos alunos e professores no estudo das questões de nosso ensino; 4º - Condições físicas para realização dos debates, mesas-redondas e seminários entre alunos, professores e profissionais convidados; 5º - Anulação imediata e automática do ingresso dos novos professores, mediante atestado ideológico<sup>572</sup>.

O texto fazia também comentários específicos sobre os diversos setores – de expressão e representação, de formação histórica, de prática de projetos, por exemplo. As críticas abordam os conteúdos das cadeiras, processos didáticos, etc.

Uma das críticas é dirigida à cadeira de urbanismo. O manifesto citava que ela “se fossiliza em mãos incapazes”<sup>573</sup>. Necessário esclarecer que, desde 1964, a cadeira de *Urbanismo – Arquitetura Paisagista* estava sob a tutela dos professores instrutores Cyrillo Severo Crestani, Marcos David Heckman, Moacyr Moojen Marques e Roberto Felix Veronese.

Este julgamento é rebatido pouco depois. Na reunião do Conselho Departamental, de 28 de agosto de 1968, os professores “repudiam os conceitos

---

<sup>571</sup> NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968: 2.

<sup>572</sup> Ibid.: 5.

<sup>573</sup> Ibid.: 2.

emitidos contra docentes integrantes da Cadeira de Urbanismo”<sup>574</sup>. A defesa aos professores citava seu “exemplar desempenho (...) nas atividades inerentes ao Departamento de Projetos, (...) [à] sua eficiente e dedicada atuação em todo o Setor de Prática de Projetos”<sup>575</sup>, bem como em sua valiosa contribuição nos órgãos colegiados e comissões, nas homenagens, premiações e reconhecimento público de que gozam por suas realizações profissionais.

Todavia, apesar da contestação aos argumentos do manifesto, o impacto das críticas fez com que Roberto Felix Veronese, líder da cadeira, pedisse demissão. Moacyr Moojen Marques, “o segundo na responsabilidade da cadeira, ou a assumia, desprestigiando o Veronese, como se o assunto não fosse comigo, ou também me demitia” (MARQUES, 2002: 102). Demitiu-se também. E foi acompanhado por seus colegas de disciplina Cláudio Araújo e Cyrillo Crestani que, em solidariedade, também abandonaram a universidade (MARQUES, 2002).

O manifesto impôs, enfim, um momento de parada para exame do ensino.

#### **5.2.6. Seminário de Estudos para uma Nova Estrutura de Ensino (1968)**

Quatro dias após a publicação do manifesto, a proposta de realização do seminário de ensino foi debatida na 34ª reunião do Conselho Departamental<sup>576</sup>. O presidente do Conselho ponderava, sobre a reivindicação, que já havia sido iniciado estudo de revisão do ensino em maio daquele ano. E que desde 1965 já vinham sendo tomadas providências neste sentido.

Após amplo debate, foi aprovada a seguinte proposta, de Carlos Fayet: “dedicar as atividades escolares até o dia 31 de agosto para reuniões de estudo sobre o ensino da Faculdade de Arquitetura”<sup>577</sup>. Fayet propôs ainda que fosse designada uma comissão de redação e outra de coordenação. Elas deveriam iniciar os trabalhos imediatamente.

---

<sup>574</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 36ª reunião do conselho departamental, realizada em 28 de agosto de 1968: 1.

<sup>575</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>576</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 34ª reunião do conselho departamental, realizada em 16 de agosto de 1968: 2.

<sup>577</sup> Ibid.: 3.

O professor Paulo Gomes de Freitas sugeriu, por fim, que se levasse a decisão ao conhecimento da reitoria, “a fim de esclarecer que a intensão do Conselho é encontrar um clima de harmonia, para que a Faculdade retorne a sua vida normal”<sup>578</sup>.

Em 19 de agosto de 1968, poucos dias após essa visita, é realizada reunião extraordinária do Conselho Departamental. Em pauta, a resposta do reitor, desalentadora. A realização do seminário fora julgada “ilegal pelos assessores e pelo próprio Senhor Reitor, em face da legislação atual”<sup>579</sup>. Foi então sugerida a revisão da decisão.

O que fazer? Fayet acreditava haver duas alternativas: “uma, seria a realização do Seminário, à tarde, paralelamente com as aulas e, a outra, seria interromper as atividades didáticas e prorrogar o início das aulas para após o término do Seminário”<sup>580</sup>.

O debate esquentou quando o mesmo Fayet, notando o risco de cancelamento da resolução anterior, ameaçou abandonar o Conselho. Em solidariedade, Cláudio Araújo declarou que renunciaria à presidência do Departamento. E Julio Ribeiro Castilhos, que acompanharia ambos, deixando o Departamento de Expressão e Representação.

O presidente tentou mediar o impasse, apelando “aos Senhores Conselheiros para que reconsiderem suas atitudes e faz ver ao Conselho à necessidade de ser tomada uma nova resolução, em face do embasamento legal citado na Reitoria”<sup>581</sup>.

Apesar disso, alguns professores<sup>582</sup> mantiveram a vontade de revogar a decisão. Fayet, percebendo a derrota iminente, sugeriu, como última alternativa, “o encaminhamento do expediente à consideração da Congregação, cujo órgão, tem certeza, saberá encontrar a fórmula adequada”<sup>583</sup>. Assim, transferiu a responsabilidade sobre aquela decisão.

Na reunião da congregação de 30 de agosto de 1968, foi discutida a viabilidade de realização do seminário. O professor Daniel Monteiro fez a seguinte proposição:

1. Que seja acolhida a ideia da realização de um Seminário, desde que sejam atendidas as seguintes condições: a – aprovação prévia do

---

<sup>578</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 34ª reunião do conselho departamental, realizada em 16 de agosto de 1968: 3.

<sup>579</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 35ª reunião do conselho departamental, realizada em 19 de agosto de 1968: 1

<sup>580</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>581</sup> Ibid.: 2.

<sup>582</sup> São eles: Paulo Gomes de Freitas, Julio Ribeiro de Castilhos, Carlos Antônio Mancuso e Julio Rubbo.

<sup>583</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 35ª reunião do conselho departamental, realizada em 19 de agosto de 1968: 2.

temário pela Congregação. b – retorno imediato dos alunos as aulas. 2. Que seja nomeada uma Comissão de Professores e alunos para organizar o temário e apresenta-lo a consideração da Congregação dentro de 7 dias. 3. Que seja fixado o dia de 6 de setembro próximo vindouro para a reunião da Congregação a fim de: a – discutir e aprovar o temário. b – decidir sobre a data, duração e forma da sua realização. c – resolver sobre a prorrogação do ano letivo pelo tempo que durar o seminário, no caso de ser adotada a forma de realização com suspensão das aulas. Sala da Congregação, 30 de agosto de 1968<sup>584</sup>.

A proposta foi aprovada com uma única alteração – a retirada da letra c do item 3, sobre a prorrogação do ano letivo<sup>585</sup>. Na sequência foi aprovada a constituição do Conselho Departamental como a comissão responsável pela organização do seminário.

Na 37ª reunião do Conselho Departamental, de 30 de agosto de 1968, foi revelada a decisão da Congregação. Fica-se sabendo ainda que a congregação designara o Conselho Departamental para, “em comissão, organizar o temário do Seminário”<sup>586</sup>. Ela foi composta por: “Professor Julio Ribeiro de Castilhos – Presidente, Professores Daniel Monteiro e Marcello Casado d’Azevedo e dos Acadêmicos Newton Paulo Baggio e José Antônio Pinheiro Machado”<sup>587</sup>.

Em 06 de setembro, foi divulgado documento da congregação intitulado “Seminário de Estudos para uma Nova Estrutura de Ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS”<sup>588</sup>. Ele apresenta objetivos, temário, regimento, enfim, a estrutura do seminário.

Seus objetivos eram: elaborar sugestões “para a reestruturação da Faculdade de Arquitetura, tendo em vista a adequação de seus padrões de ensino às exigências do país e às leis que determinam a reorganização das Universidades Brasileiras”<sup>589</sup>; e apresentar “sugestões para a estruturação de um processo dinâmico de transmissão de

---

<sup>584</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação, realizada em 30 de agosto de 1968: 1.

<sup>585</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>586</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 37ª reunião do Conselho Departamental, realizada em 30 de agosto de 1968: 2.

<sup>587</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo n.53. [s.l.], 1968: 6.

<sup>588</sup> CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA. Seminário de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Porto Alegre, 1968. 6f.

<sup>589</sup> Ibid.: 1.



conhecimentos, capaz de possibilitar periodicamente a avaliação científica dos resultados alcançados”<sup>590</sup>.

O “temário” foi organizado em cinco “faixas”: 1) o projeto, 2) a tecnologia, 3) a história e a cultura, 4) a programação, 5) a legislação.

O projeto, deixava claro o documento, era “entendido como o instrumento básico de criação”<sup>591</sup>. Por meio dele, seria possível abordar as diversas escalas de atuação do arquiteto: o desenho industrial, a edificação e a cidade.

A tecnologia, por sua vez, era entendida “como instrumento que encaminhe a formação do Arquiteto a uma apropriação global de sua aplicação na Arquitetura”<sup>592</sup>. Os tópicos estudados aqui seriam: a ciência, a tecnologia, a técnica da edificação e a estrutura.

A história e a cultura se caracterizavam como “suportes fundamentais para o Projeto e uso da Tecnologia”<sup>593</sup>. Eram, por isso, “*instrumentos* [grifo nosso] teóricos e críticos”<sup>594</sup> que permitiriam o profissional compreender em que contexto exerceria sua profissão. Os tópicos estudados aqui seriam: a teoria e formação histórica, a estética, a filosofia da arquitetura.

A programação seria abordada “segundo critérios que (...) objetivem a aplicação das conclusões do seminário, transformando-as em atividades curriculares”<sup>595</sup>. Nesta quarta faixa, não seriam tratados conteúdos propriamente ditos, mas os seguintes tópicos: as atividades interdepartamentais, a programação curricular e cultural, a implantação da proposta, os recursos materiais e humanos, os sistemas de avaliações periódicas.

A quinta e última faixa, de legislação, compareceria no seminário para “adequar as conclusões e proposições às leis que consubstanciam a Reforma Universitária Brasileira, tendo em vista a elaboração do Estatuto e Regimento da UFRGS, e do Regimento da Faculdade de Arquitetura”<sup>596</sup>.

O seminário funcionaria, numa primeira fase, com cinco grupos de trabalho – um para cada faixa. Eles seriam constituídos paritariamente por professores e alunos. Na

---

<sup>590</sup> CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA. Seminário de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. 6f. Porto Alegre, 1968: 2.

<sup>591</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>592</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>593</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>594</sup> Ibid.: 3.

<sup>595</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>596</sup> Ibid., loc. cit.

segunda fase, os grupos seriam tantos quantos fossem necessários “para desenvolver os assuntos dominantes verificados na primeira”<sup>597</sup>. Contudo, pela leitura dos relatórios, parece que não houve segunda etapa e que cada um deles não se restringiu ao seu tema. O seminário ocorreria entre 9 e 23 de setembro.

Os grupos de trabalho se reuniram e apresentaram seus relatórios parciais. O relatório final, datado de 20 de setembro de 1968, foi redigido pelos professores Carlos Maximiliano Fayet (relator geral), Carlos Max Moreira Maia, Miguel Alves Pereira e pelos acadêmicos Claudio Augusto de Rosa Ferlauto e Pedro Mohr.

Os resultados do seminário serão tratados a partir do relatório final. Entretanto, cabe breve nota sobre os relatórios parciais.

Há neles defesa de aspectos variados: de uma íntima relação entre universidade e indústria<sup>598</sup>; do arquiteto como um profissional de projeto/design<sup>599</sup>; de uma postura crítica sobre necessidades técnicas, econômicas e políticas do povo brasileiro<sup>600</sup>; dentre outros.

Todavia, há perspectivas defendidas por todos. Uma delas é a de que o projeto é atividade de síntese de conhecimentos variados e, como tal, deveria submetê-los à sua lógica<sup>601</sup>. Outra é a das três escalas de trabalho do arquiteto: o projeto do objeto, do edifício e da cidade<sup>602</sup>.

---

<sup>597</sup> CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA. Seminário de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. 6f. Porto Alegre, 1968: 5.

<sup>598</sup> “Interação contínua do saber e da técnica com as atividades produtivas” (SEMINÁRIO, 1968[a]: 1).

<sup>599</sup> “Considerar o profissional que se pretende formar como profissional do projeto/design” (SEMINÁRIO, 1968[b]: 1).

<sup>600</sup> “O curso deve incluir necessariamente, a visão lúcida e crítica de todos os problemas (técnicos, econômicos, políticos) que resultam na atual situação de sub-atendimento das necessidades da população brasileira” (SEMINÁRIO, 1968[e]: 2).

<sup>601</sup> O relatório do grupo de trabalho 1 cita que “os conhecimentos adquiridos [pelo arquiteto], próprios de sua formação, incidem no Projeto, como momento de aplicação” (SEMINÁRIO, 1968[a]: 3). O relatório do grupo de trabalho 2 argumenta que a “atividade de criação do arquiteto é um “processo científico de análise e síntese nesta realidade [realidades sociais/culturais/tecnológicas] para a qual é necessário o conhecimento científico dos dados adequados e o processo operacional dos mesmos” (SEMINÁRIO, 1968[b]: 2). O relatório do grupo de trabalho 3 refere que “o projeto criação decorre de uma síntese de conhecimentos, [e] exige para si a convergência de todo o ensinamento” (SEMINÁRIO, 1968[c]: 2). Neste sentido, a “programação deverá ser toda orientada no sentido do projeto que constituirá a espinha dorsal do curso e para o qual se orientará todo o ensino” (SEMINÁRIO, 1968[c]: 2). O relatório do grupo de trabalho 4 aponta que o processo de ensino deve “enfocar o projeto como síntese do conhecimento do arquiteto, relacionando-o estreitamente com as áreas de História e Antropologia e de Tecnologia, tendo estas como um meio integrador e não como fim específico para a criação” (SEMINÁRIO, 1968[d]: 3).

<sup>602</sup> O relatório do grupo de trabalho 1 cita que “o campo do conhecimento abrangido pelo Projeto define-se em diferentes escalas, desde o Desenho do Objeto, Projeto do Edifício, até ao Planejamento Urbano” (SEMINÁRIO, 1968[a]: 5). O relatório do grupo de trabalho 2 argumenta que “o projeto seria abordado em quatro níveis “desenho da mensagem – desenho do objeto – desenho da edificação – desenho urbano” (SEMINÁRIO, 1968[b]: 3). O relatório do grupo de trabalho 3 refere que “estas atividades [de organização do espaço] fixam-se essencialmente no ato de criar seja o objeto, a edificação ou o

O primeiro argumento é reproduzido recorrentemente pela instituição como delimitador do campo, desde a defesa de Edgar Graeff pela “Criação de uma Faculdade de Arquitetura”, em 1949. O segundo, novo, coloca objeto, edifício e cidade como temas próprios do universo de preocupação dos arquitetos por serem compreendidos como artefatos projetáveis.

Cabe notar também a presença da palavra design, associada à projeto. Esta palavra é incorporada ao léxico do campo junto à escala do objeto como própria a seu domínio.

Mas passemos ao relatório final. Nele, o arquiteto é “admitido como o profissional cuja missão social, cultural e humana é, precipuamente, organizar o meio físico, tendo presente o homem e suas múltiplas e complexas necessidades materiais e espirituais”<sup>603</sup>.

O relatório fazia ainda considerações muito gerais sobre a formação do arquiteto – que deveria compreender e atuar na realidade contemporânea brasileira, por exemplo – e sobre a universidade – que deveria integrar o homem em sua circunstância histórica e contribuir com seu desenvolvimento total, por exemplo.

Os fundamentos e a estrutura de ensino que apresentava são muito semelhantes aos já vigentes na instituição. Mais uma vez, a Faculdade se reúne para um amplo debate de mudança do ensino, mas acaba alterando-o bem pouco.

O ensino mantém-se compartilhado em três ciclos: formação básica, formação profissional e trabalho de diplomação.

O primeiro, de formação básica, caracterizava-se pela “integração de três áreas – criação, tecnologia e ciências sociais”<sup>604</sup>. Mais uma vez são repetidas, com outros

---

urbanismo” (SEMINÁRIO, 1968[c]: 1). E o relatório do grupo de trabalho 5 aponta que o arquiteto deve “saber projetar a edificação, de nível ainda artesanal, sem ignorar os métodos da indústria; (...)Desenhar o objeto, imaculavelmente industrial, sem esquecer sua circulação em ambientes de filiação artesanal; (...) Planejar a cidade, com a consciência de que se ela não é apenas a projeção amplificada de tudo isto” (SEMINÁRIO, 1968[e]: 2-3).

<sup>603</sup> SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da U.F.R.G.S. – 09 a 23 set. 68. Relatório final. 8f. [s.l.], 1968 (f): 2.

<sup>604</sup> A criação se vincularia ao “desenvolvimento da percepção visual e do estudo dos materiais e as técnicas de sua utilização na pesquisa da forma, ao nível sintático [ou seria, sintético?]” (SEMINÁRIO, 1968[f]: 4). A tecnologia, por sua vez, deveria “contribuir para o ato criador” (SEMINÁRIO, 1968[f]: 5). Seu ensino é organizado em dois estágios. Inicialmente, são oferecidos conhecimentos sobre os fenômenos físicos e o uso da matemática. Posteriormente, “a matemática, a física técnica, o estudo dos materiais e do seu comportamento, e a construção deverão formar uma unidade didática integrada” (SEMINÁRIO, 1968[f]: 5) proporcionando as bases para a passagem ao ciclo de formação básica. As ciências sociais introduziriam o estudante nos problemas do desenvolvimento brasileiro, “fornecendo os fundamentos de sociologia, economia, política, antropologia cultural, história e arte através da própria análise desta problemática” (SEMINÁRIO, 1968[f]: 5).

nomes, as dimensões referidas por Graeff, em 1949<sup>605</sup>, e na “Exposição de Motivos” que orientou a redação do projeto de regulamento, apresentado em 1952<sup>606</sup>.

O segundo ciclo, de formação profissional, também estava organizado nas mesmas três áreas – projeto (outro nome para criação), tecnologia e ciências sociais.

A área de projeto deveria proporcionar cadeiras “optativas que atentem para tendências no campo do desenho do objeto, no campo da edificação ou do urbanismo, mas que incluam, cada uma, necessariamente, aspectos básicos das demais”<sup>607</sup>.

Assim, apesar da ênfase em alguma das “escalas” do ato de projetar, o estudante de arquitetura não perderia o vínculo entre elas. E nesta área, ressaltava o relatório, deveria ser garantido também “o desenvolvimento da capacidade de criação para a construção, através do domínio dos fatores (funcionais, estruturais, construtivos e estéticos) que condicionam a definição da forma”<sup>608</sup>.

A área de tecnologia introduziria os estudantes “no domínio dos aspectos estruturais, construtivos e de condicionamento que implicam no projeto” (relatório final, 1968: 6). As ciências sociais, por fim, realizariam o aprofundamento cultural.

O terceiro e último ciclo, de trabalho de diplomação, deveria ser retirado da programação didática, de modo a se caracterizar como instrumento de verificação da capacidade de exercício profissional dos estudantes.

A Figura 25, exposta a seguir, que finaliza o relatório final, representa a proposta de ensino exposta acima.

Nele ficam evidentes: o estabelecimento de níveis/escalas de abordagem: o desenho do objeto, da edificação e da cidade, todos entendidos como artefatos passíveis de projeto; a prevalência dos exercícios de projeto, em atelier, no ciclo de formação profissional.

---

<sup>605</sup> Em sua defesa pela “Criação de uma Faculdade de Arquitetura” Graeff afirmava que arquiteto deveria ter: capacidade criadora, compreensão humana e conhecimento das ciências, conhecimentos técnicos.

<sup>606</sup> Como já referido no capítulo anterior, há a declaração na “Exposição de Motivos” de que são conhecimentos imprescindíveis ao arquiteto “os que tenham por objeto o homem individual e social”, os de “ordem técnica, teórica e prática, para realização construtiva dos projetos” e, finalmente, os de “ordem artística, para concepção e expressão da obra arquitetônica. FACULDADE DE ARQUITETURA. Comissão de Ensino. Exposição de Motivos. 6f. [s.l., 1952].

<sup>607</sup> SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da U.F.R.G.S. – 09 a 23 set. 68. Relatório final. 8f. [s.l.], 1968 (f): 6.

<sup>608</sup> Ibid., loc. cit.

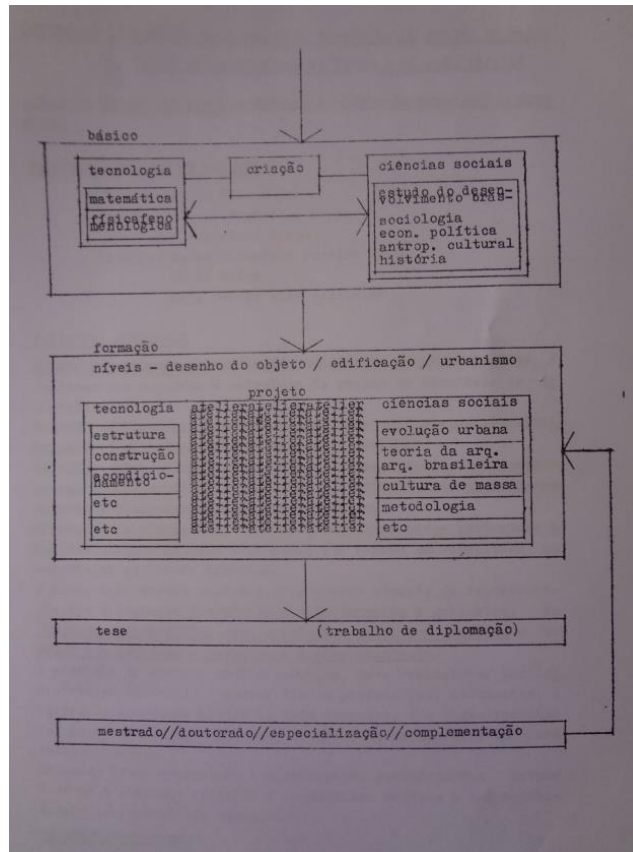


Figura 25: Esquema síntese do modelo de ensino proposto. Fonte: SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da U.F.R.G.S. – 09 a 23 set. 68. Relatório final. 8f. [s.l.], 1968 (f)

Mais uma vez – e repetindo experiências anteriores – a capacidade de projetar é a habilidade central da formação; a tecnologia e as ciências sociais são conteúdos instrumentais (meios de ação, e não fins). A novidade é a concepção de que objetos, edifícios e cidades são artefatos que diferem apenas na escala, todos manipuláveis por meio do mesmo processo mental – o de síntese.

No mês seguinte ao seminário, em 23 de outubro, o conselho departamental designou comissão – composta pelos professores Carlos Maximiliano Fayet, Luiz Frederico Mentz, Marcelo Casado de Azevedo e de um representante do diretório acadêmico – para “apresentar um parecer estruturando o Plano de Trabalho da Faculdade, para o curso de Arquitetura e de Urbanismo, a ser desenvolvido no primeiro período letivo de 1969”<sup>609</sup>. Ele deveria ser apreciado pelo conselho departamental e pela congregação.

<sup>609</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo n.54. [s.l.], 1968 (b): 7.

Pouco depois, em 27 de dezembro de 1968, a reestruturação do ensino voltou à pauta da reunião da congregação. “Após demorados debates a respeito, os Senhores presentes, aprovaram o Esquema da Programação do Ensino para 1969 e os programas das disciplinas”<sup>610</sup>, com algumas pequenas alterações.

Contudo, a proposta de nova estrutura de ensino não passou a vigorar logo. Ela voltou a ser debatida noutras vezes no ano seguinte, 1969. Por exemplo, ela é aprovada pela congregação em 30 de dezembro<sup>611</sup>; e volta a ser debatida em reunião do conselho departamental, ocorrida em 29 de dezembro<sup>612</sup>.

Alterações significativas no ensino da instituição só passariam a valer na década seguinte, 1970. As discutidas nos anos 1960 não culminam numa transformação efetiva dos pressupostos subjacentes e das práticas da formação.

### **5.2.7. O (novo?) currículo mínimo de 1969**

O ano de 1969 foi também, necessário dizer, o da definição do novo currículo mínimo de arquitetura do país. Ele substituiria o de 1962, já visto anteriormente.

Foi o parecer nº 384/69, da Comissão Especial do Conselho Federal de Educação, que opinou sobre o currículo mínimo, aprovado em 6 de maio de 1969. Ele se fundamentou no princípio de que a forma “é antecedente e consequente: preside à formulação em atendimento aos requisitos funcionais e aos elementos construtivos” (ABEA, 1977: 71-72). A forma era primordial. “Tudo se funde na forma, a qual, porém, continua a ser a preocupação do arquiteto, tão simples e natural como se não existisse em sim mesma” (ABEA, 1977: 72), afirmava o parecer.

---

<sup>610</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação, realizada em 27 de dezembro de 1968: 2.

<sup>611</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação, realizada em 30 de dezembro de 1969: 1.

<sup>612</sup> Sua proposta tinha o seguinte teor: “consolidação da unidade do ateliê básico, reunindo os 4 primeiros semestres, com integração ao nível dos semestres, e coordenação vertical, por um coordenador responsável. – ao nível do ciclo profissional, a estrutura passará a ser a seguinte: definição de dois campos de atuação com dois coordenadores – teoria e prática de projetos. O primeiro aspecto, seria o responsável pela atuação dos assuntos teóricos da própria arquitetura, de urbanismo e das áreas da técnica e da cultura; - o segundo aspecto, desenvolveria os trabalhos de prática de projetos p. dita, com 5 coordenadores ao nível dos respectivos semestres, coordenados verticalmente pelo coordenador responsável. Será mantida a diversificação de perspectivas com unidade apenas dos temas propostas, e serão ainda particularmente cultivados: os concursos periódicos, já previstos pelo Seminário, e aprovados em dezembro de 1968; e a utilização da faixa de estudos complementares, igualmente prevista e definida na estrutura de ensino já aprovada”. FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 81ª reunião do conselho departamental, realizada em 29 de dezembro de 1969: 1.

Mais uma vez a forma (revelada por meio do projeto) deveria presidir a formação do arquiteto e submeter as demais dimensões de sua definição. Este pressuposto em nada alterava os já manifestos em 1962 e os já expressos no ensino praticado na Faculdade.

A comissão especial definiu ainda, nas observações, que, no currículo mínimo, o planejamento

constituirá a atividade criativa aplicada, quer quanto à arquitetura das habitações e edifícios em geral, quer quanto a projetos de objetos (arquitetura interior), quer quanto a cidades e regiões (planejamento urbano e regional). Programas específicos objetivarão problemas de maior interesse social: escolas e hospitais, estádios e teatros, clubes e parques recreativos, residências populares, subúrbios, cidades industriais e cidades satélites, e outros reclamados pela comunidade e pelo desenvolvimento, atendendo-se às preferências dos alunos e às possibilidades das escolas (ABEA, 1977: 74).

Como ocorria no debate do fim dos 1960, sobre reforma do ensino da Faculdade de Arquitetura, o objeto comparece como uma das escalas de trabalho do arquiteto (assim como cidades e regiões). São, todas, domínio do projeto.

O Conselho Federal de Educação fixava ainda os conteúdos mínimos a serem observados na organização dos cursos. Os currículos deveriam compreender dois grupos de matérias: básicas e profissionais.

As básicas eram seis: 1. Estética, História das Artes e, especialmente da Arquitetura; 2. Matemática; 3. Física; 4. Estudos Sociais; 5. Desenho e outros meios de expressão; 6. Plástica.

As profissionais, sete: 1. Teoria da Arquitetura; Arquitetura Brasileira; 2. Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções; 3. Materiais de construção, detalhes e técnicas de construção; 4. Sistemas estruturais; 5. Instalações e Equipamentos; 6. Higiene da Habitação; 7. Planejamento Arquitetônico.

A organização é similar ao do currículo vigente na Faculdade de Arquitetura desde 1962/63 – os ciclos básicos e profissionais, bem como seus respectivos conteúdos.

O currículo mínimo de 1969 não alterava nada de substancial nos pressupostos da formação em arquitetura.

### 5.2.8. A cadeira de urbanismo no curso de arquitetura

A cadeira que ministrava o conteúdo de urbanismo no curso de arquitetura era *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*. A de *Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades* era uma disciplina “técnica”. Lidava com o cálculo da infraestrutura urbana. A de *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*, por sua vez, apresentava a concepção de urbanismo conforme já referido – como exercício de síntese, domínio do projeto, complementação da formação do arquiteto. Por isso, apenas ela será tratada aqui.

Ela foi ministrada, em 1964, pelos professores instrutores Cyrillo Severo Crestani, Marcos David Heckman, Moacyr Moojen Marques, Roberto Felix Veronese. Seu programa do nono semestre de 1968 tinha como tema “o projeto de uma cidade industrial (satélite), situada em uma região metropolitana conhecida”<sup>613</sup>. O trabalho seria realizado alternando exercícios individuais e em equipe, “atendendo às reais condições de projetos desta espécie dentro da solicitação profissional”<sup>614</sup>.

Os trabalhos individuais teriam como temas:

Planejamento de um pequeno núcleo residencial de reduzida complexidade, perfeitamente situado no tema central. Tema destinado ao contacto com a Composição em escala urbana. (...) Projeto de um núcleo de maior complexidade, que constará de uma “unidade vicinal” situada no tema central, e que será o trabalho preparatório para o planejamento de cidades<sup>615</sup>.

O trabalho em equipe teria como temas:

Desenvolvimento dos zoneamentos das equipes até o nível de ante projeto da cidade industrial. Aplicação e síntese dos conhecimentos adquiridos. Nesta fase do projeto, cada aluno adotará seu trabalho individual (unidade vicinal) ao projeto de equipe, sendo que os setores comunitários serão projetados por todos os seus componentes; Elaboração da minuta de legislação urbana, aplicável ao acaso<sup>616</sup>.

---

<sup>613</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Programa da cadeira de Urbanismo – Arquitetura Paisagista. IXº semestre do Curso de Arquitetura. Ano letivo de 1968 (IIº período). Porto Alegre, 1968: 1.

<sup>614</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>615</sup> Ibid.: 2.

<sup>616</sup> Ibid., loc. cit.



Ao longo do período, seriam prestadas “as informações relativas à pesquisa, coleta de dados, graficação, interpretação, análise e formação de expedientes urbanos”<sup>617</sup>. Ocorreriam também palestras sobre:

o problema metropolitano – conturbações – Região e sítio. As mais características regiões metropolitanas europeias e americanas. A metropolização de Porto Alegre – As modernas tendências do planejamento – Os diversos conceitos quanto a estrutura formal urbana. Zoneamentos – unidades vicinais (conceituação e exemplos)<sup>618</sup>.

Percebe-se, pela leitura do programa, que esta era uma disciplina de síntese de conhecimentos, que tinha como produto final um projeto. Segundo Marques, um de seus professores (que pede demissão após Veronese abandonar o curso), esta cadeira tinha como objetivo se contrapor ao “falso dilema planejamento *versus* projetos urbanos” (MARQUES, 2002: 97), em pauta ao final da década de 1960.

Havia, segundo Marques, à época, “uma supervalorização no enfoque dos temas integrantes do conceito ‘planejamento’, tais como a Economia, Sociologia, Estatística, História e mais adiante a Ecologia”, o que implicava “um atitude tendente à minimização do projeto urbano” (MARQUES, 2002: 96). Para ele, pejorativamente, “era a arquitetura e o urbanismo datilografados” (MARQUES, 2002: 96).

Esta disciplina, para Marques, buscava conciliar ambas as dimensões – a projetual e a multidisciplinar – integrando-as, mas “ênfatizando a prática arquitetônica na escala urbana” (MARQUES, 2002: 97). Estes esclarecimentos confirmam a centralidade do projeto no ensino da cadeira *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*. E testemunham também que neste momento as palavras planejamento e projeto (composição) já denotavam campos distintos.

### 5.3. O Curso de Urbanismo

Alterações introduzidas em 1959 marcaram a 2ª fase do curso de urbanismo. Elas visavam “proporcionar uma formação complementar do arquiteto especialmente

---

<sup>617</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Programa da cadeira de Urbanismo – Arquitetura Paisagista. IXº semestre do Curso de Arquitetura. Ano letivo de 1968 (IIº período). Porto Alegre, 1968: 2.

<sup>618</sup> Ibid., loc. cit.

dirigida para a elaboração de Planos Diretores. As cadeiras práticas tinham uma preocupação acentuada com a composição urbana em si”<sup>619</sup>. Nesta nova etapa, o estudo do urbanismo era declarado explicitamente como uma formação complementar à do arquiteto (e só dele). Este ponto de vista acaba derrotado com a redação final do regimento de 1963. Além disso, os planos diretores e a composição urbana eram admitidos como atividades de natureza similar.

### **5.3.1. Novo exame de admissão: planejamento**

Em 1960 passou a vigorar novo exame de admissão. Além de alterações nas disciplinas de história da arte e sociologia, foi incorporada a prova de “planejamento”.

A inclusão deste último conteúdo havia sido sugerida dois anos antes, em 1958, como já referido, por comissão composta pelos professores Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva e Fernando Lunardi. Eles, à ocasião, recomendaram que a prova tivesse caráter eliminatório, mas recuaram ante a oposição da congregação.

Da prova de sociologia foram retirados conteúdos compreendidos como desnecessários. Conseqüentemente, ela foi reduzida a “pontos específicos de Sociologia Urbana”<sup>620</sup>. Já em história da arte, os “extensos pontos referentes à pintura” foram excluídos e “se procurou calcar o novo programa nos aspectos relacionados com a construção urbana”<sup>621</sup>.

Contudo, a modificação mais expressiva foi a inclusão de “planejamento”. Com ela, se pretendia “preencher uma sentida lacuna, de uma disciplina que permitisse observar a capacidade de cada candidato no terreno da composição e planejamento dos espaços”<sup>622</sup>. Esta aptidão, “primordial para formação dos futuros urbanistas (...) não pode ser adquirida durante o Curso, onde, quando muito, poderá ser aperfeiçoada”<sup>623</sup>.

---

<sup>619</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. 1ª semana de estudos. Relatório do Departamento de urbanismo. 4f. Porto Alegre, 1966 (c): 1.

<sup>620</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 13.

<sup>621</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>622</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>623</sup> Ibid., loc. cit.

Percebe-se que a palavra “planejamento” não se refere a condução de processos sociais, políticos e governamentais de transformações da cidade. Trata-se, isto sim, de uma prova de projeto/composição.

Temos certeza disso quando observamos os pontos organizados pela banca examinadora para a prova<sup>624</sup>. Ela tinha como tema: “Planejar o aproveitamento de um terreno de 3 ha [hectares] localizado frente a uma radial importante e no interior de uma zona densamente habitada”<sup>625</sup>. E, para uma população de 600 habitantes, deveriam ser previstos: “a) habitação coletiva (blocos); b) um centro de zona, que também servirá às áreas próximas, com: 1. Cinema: 1.500m<sup>2</sup>; 2. Mercado: 1.000 m<sup>2</sup>; 3. 60 m.l. de frente comercial; 4. Praça, com espaço cívico; 5. Esportes: 3.000 m<sup>2</sup>; 6. Estacionamentos”<sup>626</sup>. Pedia-se que fosse estudada a “composição do conjunto, circulação de veículos e pedestres, e relação plásticas do conjunto com os logradouros adjacentes”<sup>627</sup>.

Junto a este texto vinha um terreno sobre o qual deveria ser realizado o trabalho. Ele está exposto na Figura 26.

O resultado deveria ser apresentado à lápis, em plantas, elevações, perspectivas, um detalhe (escolhido pela banca) e memória descritiva. Seus fundamentos e produto revelam que ele era um exercício de projeto.

Esta prova buscava restringir o acesso ao curso apenas aos arquitetos. Era uma forma tácita de afastar os engenheiros. E não surpreende que os propositores dela tenham sido Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, defensores da autonomia da arquitetura em relação à engenharia. Mesmo não sendo de caráter eliminatório, como ambos propuseram, o fato de constar como uma das provas de admissão já criava imensa dificuldade aos engenheiros.

Descrito o processo de seleção e seus pressupostos, tratar-se-á, a seguir, do currículo do curso de urbanismo, sutilmente alterado no final da década de 1950 e em funcionamento no início da década seguinte.

---

<sup>624</sup> A banca examinadora era composta por Edvaldo Pereira Paiva, Demétrio Ribeiro, Roberto Felix Veronese e Carlos Maximiliano Fayet.

<sup>625</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Edital nº 33. Concurso de habilitação. 22f. Porto Alegre, 1960: 20.

<sup>626</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>627</sup> Ibid., loc. cit.

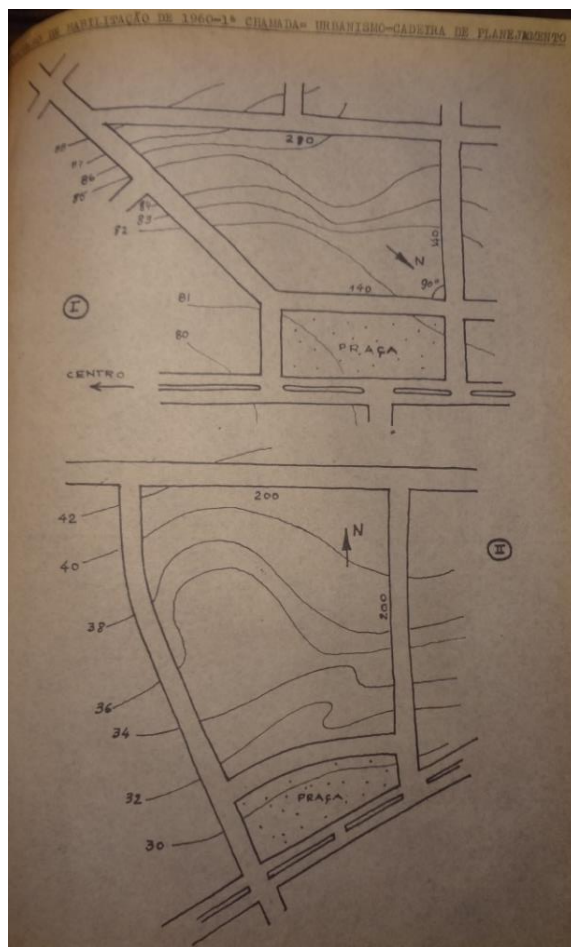


Figura 26: Lote da prova de “planejamento” do concurso de habilitação ao curso de urbanismo, 1960.  
 Fonte: FACULDADE DE ARQUITETURA. Edital nº 33. Concurso de habilitação. 22f. Porto Alegre, 1960.

### 5.3.2. O currículo no início da década de 1960 como superação do “padrão federal”

Em 1961 foi publicada obra que apresenta o curso de urbanismo<sup>628</sup>. Ela trazia disciplinas, professores, programas e alterações adotadas em relação ao que funcionou até 1958. Revelava ainda, em sua primeira parte, os preceitos que o “recriaram”. Trataremos inicialmente deles. A apresentação e debate sobre os programas das disciplinas – suas críticas e alterações – ficará para depois.

Sua primeira crítica era dirigida ao padrão federal de ensino de arquitetura – o currículo da FNA, do Rio de Janeiro. Segundo o texto, ele refletia “as precárias

<sup>628</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961.

condições de um exercício profissional ambíguo e se reportam a programas acadêmicos superados”<sup>629</sup>.

Por esta razão, só mesmo “uma orientação nova, o mais possível desligada do chamado ‘padrão federal’”<sup>630</sup> faria o curso de urbanismo gaúcho funcionar adequadamente.

O “total fracasso”<sup>631</sup> do padrão federal se devia, em alguma medida, às alterações pelas quais passava o papel do urbanista. Ele já não era mais aquele profissional “compelido a palmilhar sozinho o campo das ciências que intervêm na análise e interpretação dos fenômenos que interessam à urbanística”<sup>632</sup>. Substituíam-o “uma equipe de sociólogos, economistas, sanitaristas, engenheiros, etc., onde a tarefa de coordenação, síntese e planejamento cabe, via de regra, a um profissional cuja necessária formação coincide, em sua natureza com a do arquiteto”<sup>633</sup>.

O urbanista, aqui, como o arquiteto, noutros momentos da história da Faculdade, deveria ser o profissional que realizaria a síntese de conhecimentos variados. Por esta capacidade peculiar, adquirida em sua formação, caberia a ele liderar o processo de elaboração de “planos” urbanos.

Percebe-se claramente, agora, o que noutros momentos estava oculto: a perspectiva de que o urbanismo era “coisa de arquiteto”. Ela se alicerça na crença de que a habilidade por ambos compartilhada (e que as vinculava) era a de síntese de conhecimentos, manifesta na elaboração de projetos. O labor de arquitetos e de urbanistas teriam, por esta razão, a mesma essência. Ela se referia à capacidade de sintetizar, no projeto, dimensões/conhecimentos variados; estes, acessórios e hierarquicamente submissos ao processo de projetar, deveriam se submeter à arquitetura e ao arquiteto, líder por formação mental.

Este pressuposto orientou a proposta de incorporação da prova de planejamento ao exame de habilitação para o curso. Ela, naturalmente, deveria impedir o acesso àqueles que não eram arquitetos.

---

<sup>629</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 7.

<sup>630</sup> Ibid.: 12

<sup>631</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>632</sup> Ibid.: 7

<sup>633</sup> Ibid., loc. cit.

A correspondência entre ambas identidades era destacada noutra momento, quando se afirmava ser necessário eliminar “a distinção entre o arquiteto e urbanista, que tende a se transformar em fosso profundo separando atividades idênticas: planificação e a composição de urbanismo”<sup>634</sup>. Ou seja, planejar e compor eram sinônimos. Logo, deveriam ser realizadas por um profissional específico: o arquiteto-urbanista.

O curso, continuava a publicação, buscava “completar e tornar eficiente a formação do arquiteto preparando-o para assumir suas responsabilidades na equipe de urbanismo”<sup>635</sup>. Procuraria ainda superar a inadequação do ensino vigente, que diferenciava “a atividade idêntica do arquiteto e do urbanista”<sup>636</sup>.

A partir de toda argumentação precedente se percebe que a profissão de arquiteto-urbanista estava em construção. Havia, como se vê, um elaborado argumento que aproximava ambas as profissões. Este documento não se limitava a propor um modelo de ensino a partir de uma descrição da realidade. Ele prescrevia: o arquiteto é urbanista. Planejar e compor são a mesma atividade. A capacidade de síntese os aproxima e dirige suas ações. Vejamos a seriação, disciplinas e professores vigentes em 1960/61. Eles estão expostos no Quadro 23.

Quadro 23: currículo e professores do curso de urbanismo da Faculdade de Arquitetura, 1960/61.

<b>CURSO DE URBANISMO</b>	
<b>1ª SÉRIE</b>	
Teoria e Prática dos Planos de Cidades I, Evolução Urbana, Urbanologia-Estatística-Documentação Urbana I, Organização Social das Cidades e Arquitetura Paisagista I;	Edvaldo Pereira Paiva Demétrio Ribeiro Nely Martins Roberto Veronese Francisco Riopardense de Macedo
<b>2ª SÉRIE</b>	
Teoria e Prática dos Planos de Cidades II, Urbanologia-Estatística-Documentação Urbana II, Técnica Sanitária e Urbana-Serviços de Utilidade Pública, Arquitetura Paisagista II e Administração Municipal.	Edvaldo Pereira Paiva Nely Martins Adalberto Carvalho  Francisco Riopardense de Macedo Waldemar Lubke

Fonte: INFORMAÇÃO da secção de ensino – proc.nº 945/60 da reitoria. Porto Alegre, 1961. 3f.; DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961

<sup>634</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 7

<sup>635</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>636</sup> Ibid., loc. cit.

Em 1961, apenas dois candidatos se inscreveram. No mesmo ano, na época regulamentar (excetuando-se demais chamadas extras) o curso de arquitetura teve 172 inscritos<sup>637</sup>. Quando comparados, os números demonstram que a adesão ao urbanismo era inexpressiva.

No ano seguinte, 1962, publicação do CEUA – que apresentava o projeto de reforma curricular do curso de arquitetura e a proposta de currículo mínimo, já descrita – também fazia sugestões para um novo currículo de urbanismo. E isso um ano após à publicação da proposta descrita acima. Em alguma medida, a alteração sugerida seguia diretrizes semelhantes às do curso de arquitetura, já tratado. Vejamos.

Inicialmente o documento (re)definía seu caráter. O curso de urbanismo passaria a ser de “post-graduação” do de arquitetura, logo, acessível somente a arquitetos. E, para cursá-lo, não seria mais necessário “concurso de habilitação, podendo os arquitetos nele se inscrever sem qualquer outra exigência além da apresentação do diploma ou da carteira profissional”<sup>638</sup>. Facilitava-se assim a que qualquer arquiteto fosse também urbanista.

O ensino seria uma “preparação especializada”<sup>639</sup> num ramo da atividade profissional dos arquitetos. E só não ocorria durante graduação em arquitetura “porque resultaria em aumento do tempo necessário a preparação dos arquitetos como, ademais, obrigaria a determinados estudos que não seriam utilizados pela maioria dos profissionais”<sup>640</sup>.

A proposta se alicerçava na intenção de “preparar profissionais capazes de colaborar devidamente com equipes compostas dos técnicos de várias especialidades que intervém no planejamento, tais como: sociólogos, economistas, estatísticos, legisladores, engenheiros, sanitaristas, etc.”<sup>641</sup>. Este ponto de vista repetia o já apresentado em 1960.

Mesmo restringindo o acesso, o texto reconhecia que o arquiteto, no exercício do urbanismo/planejamento, participava de equipes compostas por outros profissionais. E afirmava ainda que estes outros “deverão receber ensino correspondente e específico,

---

<sup>637</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Dr. Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1961. Porto Alegre, 1962: 8.

<sup>638</sup> CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962: 47.

<sup>639</sup> Ibid.: 48.

<sup>640</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>641</sup> Ibid., loc. cit.

em suas respectivas Faculdades”<sup>642</sup>. Só não esclarecia: se o curso era reservado à arquitetura, como estas outras “especialidades” interviriam no planejamento? O que elas deveriam aprender em suas instituições que diferiria do conteúdo ensinado na Faculdade?

O ensino de urbanismo deveria se organizar, continua a publicação do CEUA, de maneira análoga ao de arquitetura, em três momentos: a) formação científico profissional; b) planejamento; c) técnicas complementares.

No primeiro estavam incluídas “todas as disciplinas básicas”<sup>643</sup>: *Sociologia – aplicada* (Organização Social Urbana); *Geografia Humana* (em especial Geografia Urbana); *Economia Política*; *História das Cidades*; *Estatística* (noções); *Teoria do Planejamento Urbano*; *Teoria do Paisagismo*.

No segundo, estavam as cadeiras: *Expediente Urbano e Composição*. Aqui, os estudantes deveriam aplicar “os conhecimentos adquiridos, de caráter científico-cultural, no planejamento urbano e rural, através do exercício da Composição”<sup>644</sup>. Ao mesmo tempo, deveriam exercitar as “tarefas de análises de estruturas urbanas, de seus aspectos econômicos, sociais e humanos, organizando e interpretando os denominados Expedientes Urbanos”<sup>645</sup>. Enfim, neste momento se exercitaria a elaboração de um diagnóstico e de uma proposta de intervenção.

E no terceiro momento, as disciplinas: *Serviços Públicos e Administração Municipal*. Elas seriam ministradas em paralelo às do segundo. Aqui, os estudantes entrariam em “contato com a técnica dos serviços públicos e adquirirão conhecimento sobre aspectos legais e administrativos das municipalidades”<sup>646</sup> e com a legislação pertinente aos planos diretores.

O curso de urbanismo duraria dois anos (quatro semestres). No primeiro, seriam “ministradas somente as cadeiras do Grupo I, não havendo temas práticos (projetos)”<sup>647</sup>. No segundo, seriam “reservadas horas para as cadeiras de Teoria do Planejamento e Teoria do Paisagismo, que serão ministradas concomitantemente com a composição

---

<sup>642</sup> CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962: 48.

<sup>643</sup> Ibid.: 52.

<sup>644</sup> Ibid.: 53.

<sup>645</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>646</sup> Ibid.: 54.

<sup>647</sup> Ibid.: 57.



(projetos) que ocupará a quase totalidade do tempo de aulas”<sup>648</sup>. Nos dois finais, as aulas seriam destinadas, em sua maioria, aos exercícios de projeto havendo, em paralelo, aulas teóricas das cadeiras complementares.

O currículo pleno teria um total máximo de 1080 horas<sup>649</sup>. Delas, 330 seriam do primeiro momento, 630 para o segundo e 120 para o terceiro. Destas, como refere a proposta, “à cadeira de Composição, considerada como a fundamental do Curso, é reservado mais de 50% do número total de horas”<sup>650</sup>.

Lógica semelhante à da proposta de novo currículo para a arquitetura dirigiu a revisão curricular do curso de urbanismo. Ambos foram divididos em três momentos (ou ciclos). O primeiro era de fundamentos básicos e o segundo centrava sua atenção ao projeto (ou planejamento).

A maior diferença estava no terceiro grupo. Na formação em arquitetura, o último ciclo era destinado à simulação da atividade profissional – elaboração da tese de conclusão. Na de urbanismo, a simulação era realizada ao longo dos semestres e o conteúdo extraordinário à formação do arquiteto – referente à serviços públicos e administração municipal – era nele reunido. Destaque-se a centralidade da composição na formação – em ambos correspondendo à metade do tempo de formação.

Como refere o relatório sobre o ano de 1962, “o aprendizado [oferecido pelo curso de urbanismo] se faria tendo por base uma série de disciplinas básicas preparatórias ao exercício da Composição”<sup>651</sup>. O que reforça a relevância da composição nesta formação.

O ano de 1962 é também o da instituição do currículo mínimo para os cursos de arquitetura e de urbanismo do país. Ele foi instituído, como já dito, pelo parecer nº 336 do Conselho Federal de Educação. Segundo este documento, a formação do arquiteto deveria manter as disciplinas de urbanismo para que ele se mantivesse apto a atuar neste campo.

---

<sup>648</sup> CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962: 57.

<sup>649</sup> O documento de 1962 faz referência a 1030 horas, mas é um equívoco, pois quando somamos as cargas horárias parciais – 330, 630 e 120 – o resultado correto é de 1080 horas.

<sup>650</sup> CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Op. cit., loc. cit.

<sup>651</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Dr. Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1962. Porto Alegre, 1963: 8.

### 5.3.3. O novo regimento interno (1963) e sua repercussão no curso de urbanismo

No ano seguinte, 1963, o novo regimento interno foi aprovado. Até aquele ano, a instituição tinha formado ao todo 408 arquitetos e 38 urbanistas<sup>652</sup>. São quase onze vezes mais arquitetos formados do que urbanistas. A formação “complementar” era secundária na vida da instituição.

O novo regimento interno regrou também, além do curso de arquitetura, o de urbanismo. Ele era, agora, regulamentarmente de pós-graduação, “destinado à formação de urbanista, aberto à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação em arquitetura ou engenharia civil”<sup>653</sup>.

Importante notar que a intenção em limitar seu acesso aos arquitetos<sup>654</sup> era, neste documento, derrotada. Ele permaneceu acessível aos arquitetos e engenheiros civis. A disputa pelo domínio do urbanismo não fora resolvida definitivamente neste momento.

Apesar de gravado no regulamento como de pós-graduação, o curso ainda levaria algum tempo para ser reconhecido como tal. Documento assinado pelo diretor em exercício da Faculdade, Ernani Dias Corrêa, informava que, ainda em março de 1965, ele não era considerado como de pós<sup>655</sup>. Esta indefinição se devia ao atraso do Conselho Federal de Educação em aprovar o novo regimento.

O regimento de 1963 definia ainda que o curso de urbanismo seria ministrado não mais anualmente, mas “em quatro períodos semestrais consecutivos”<sup>656</sup>. Apesar da nova periodicidade, ele se manteve com dois anos de duração.

Baseado na proposta de novo currículo de 1962, o regimento interno de 1963 definia sua organização da seguinte sequência: 1. Ciclo de Preparação Básica; 2. Ciclo de Formação Profissional; 3. Ciclo de Formação Complementar. A lista abaixo sintetiza o currículo.

---

<sup>652</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Luiz Leseigneur de Faria, Reitor Magnífico, em exercício, da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1963. Porto Alegre, 1964: 12.

<sup>653</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963: 10.

<sup>654</sup> Há exemplos diversos acerca disso: i) a perspectiva de identidade entre arquitetura e urbanismo expressa em 1960, ii) a incorporação da prova de “planejamento” no processo seletivo do curso, no mesmo ano, iii) e a proposta de restrição do acesso apenas à arquitetos, de 1962.

<sup>655</sup> CORRÊA, Ernani Dias [processo 360/65] 23 de março de 1965, Porto Alegre [para] SILVA, Álvaro Leão Carvalho, Porto Alegre. Informa ao diretor do departamento de Educação e Ensino da URGs que a Faculdade de Arquitetura mantém o curso de urbanismo. 2f.

<sup>656</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Op. cit.: 13.

- Ciclo de Preparação Básica (1º semestre)
  - Setor I: Formação Básica (9 horas semanais) – “cadeiras de Teoria e Prática dos Planos de Cidades, Arquitetura Paisagista e Urbanologia-Estatística-Documentação Urbana” (regulamento, 1963: 13).
  - Setor II: Formação Cultural (6 horas semanais) – “cadeira de Organização Social das Cidades e Evolução Urbana” (regulamento, 1963: 13).
- O Ciclo de Formação Profissional (2º, 3º e 4º semestres)
  - Setor III: Prática de Projetos (15 horas semanais) – “cadeiras de Teoria e Prática dos Planos de Cidades, Arquitetura Paisagista e Urbanologia-Estatística-Documentação Urbanística” (regulamento, 1963: 14).
- Ciclo de Formação Complementar (3º e 4º semestres)
  - Setor IV – Formação Complementar (3 horas semanais) – “cadeiras de Administração Municipal e Técnica Sanitária-Serviços de Utilidade Pública”<sup>657</sup>.

Os professores das disciplinas eram, em 1964, estão listados no Quadro 24.

Quadro 24: disciplinas e professores, curso de urbanismo da Faculdade de Arquitetura, 1964.

<b>CURSO DE URBANISMO</b>	
<b>CADEIRAS</b>	<b>PROFESSORES</b>
Teoria e Prática dos Planos de Cidades	Edvaldo Pereira Paiva (catedrático) Carlos Maximiliano Fayet (instrutor)
Evolução Urbana	Demétrio Ribeiro (catedrático)
Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana	Nelly Peixoto Martins (professor [sem constar se é adjunto ou contratado])
Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública	Adalberto Rodrigues de Carvalho (catedrático)
Organização Social das Cidades	xxxxx
Arquitetura Paisagista	Francisco Riopardense de Macedo (professor [sem constar se é adjunto ou contratado])
Administração Municipal	Max Waldemar Lubke (catedrático)

Fonte: PIANCA, João Baptista [processo 311/64] 9 de abril de 1964, Porto Alegre [para] CROCHEMORE, Paulo, Porto Alegre. Diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha ao presidente da União Estadual de Estudantes respostas aos quesitos contidos na circular de nº 33/12.2. 8f.

O relatório sobre o ano de 1966 apresentava alterações neste corpo docente. Expulsos da universidade, Edvaldo Pereira Paiva e Demétrio Ribeiro deixaram suas

<sup>657</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963: 14.

disciplinas. *Teoria e Prática de Planos de Cidades*, ministrada por Paiva, foi assumida por Carlos Fayet. *Evolução Urbana*, ministrada por Ribeiro, ficou vaga. Max Lubke deixa *Administração Municipal*, que foi assumida por Álvaro Gonçalves Soares, engenheiro mecânico e bacharel em direito. E a de *Organização Social das Cidades*, vaga, foi assumida por Roberto Felix Veronese.

#### 5.3.4. O GAPUR

Ainda no ano de 1965 o departamento de urbanismo sugeriu a criação do Instituto de Urbanismo. Essa estrutura assessoraria os demais departamentos da Faculdade no sentido de “relacionar o edifício com a cidade, as funções do prédio com o bairro, as necessidades urbanas com os programas de equipamento comunitário”<sup>658</sup>. Além disso, deveria permitir “pesquisar a essência dos problemas da cidade e assessorar os órgãos públicos para o mais vivo contato com a realidade local e regional”<sup>659</sup>. A partir de então, sua criação passou a ser debatida.

No ano seguinte, 1966, o CTA aprovou, em 17 de junho, parecer propondo a criação do Instituto. Ele se apoiava na orientação do “Escritório de Planejamento da UFRGS quanto à criação de Institutos, como elementos fundamentais na implantação da nova estruturação universitária”<sup>660</sup>.

É necessário referir, retrospectivamente, que a ideia de instituto já fora usada pela Escola de Engenharia quando pretendiam submeter a arquitetura à engenharia – em contraposição à ideia dos professores do IBA, que buscavam a criação de uma Faculdade. Parece que a relação proposta aqui entre arquitetura e urbanismo é semelhante – e a forma institucional de expressá-la, a mesma.

Meses após, em novembro de 1966, o mesmo departamento substituiu a ideia de criar um Instituto pela proposta de um Gabinete de Planejamento Urbano e Regional (GAPUR). O “Departamento espontaneamente comunicou ao Professor Pilla [gestor do

---

<sup>658</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Proc. 1410/65. Departamento de Urbanismo. Respostas aos quesitos da Circular nº 19. Porto Alegre, 1965: 4.

<sup>659</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>660</sup> GRUNDIG, Werner [proc. 1405/65] 25 de julho de 1965, Porto Alegre [para] FAYET, Carlos Maximiliano, Porto Alegre. Comunica que o conselho técnico administrativo aprovou parecer sobre o anteprojeto de criação do Instituto de urbanismo.

Escritório de Planejamento da UFRGS] que desistiria da forma de Instituto para voltar-se a ideia de Gabinete evitando-se assim a criação de um novo órgão”<sup>661</sup>.

O projeto de regimento interno do GAPUR<sup>662</sup> foi então submetido à apreciação de uma comissão – composta por Carlos de C. Schimitt, Ary Nunes Tietbohl, Julio R. de Castilhos e Julio Rubbo. Este grupo, responsável por apresentar parecer sobre a proposta, fez as seguintes considerações.

Afirmavam que “a amplitude emprestada pelo projeto de regimento ao “GAPUR”, acarreta diversas medidas que deverão ser tomadas, com as consequentes implicações de ordem orçamentária”<sup>663</sup>. Por esta razão, acreditavam ser “inoportuna a instituição do GAPUR neste fim de exercício, às pressas, e em paralelo com alterações profundas no que tange a reestruturação [dos cursos da Faculdade]”.<sup>664</sup> Sugeriam que o projeto fosse reapresentado no ano seguinte<sup>665</sup>.

Carlos Maximiliano Fayet, presidente do departamento de urbanismo, contestou o parecer em documento de 2 de dezembro do mesmo ano. Para ele, o curso de urbanismo “não tem podido suprir-se dos elementos informativos necessários aos seus trabalhos, nem atender às solicitações da sociedade, cada vez mais frequentes”<sup>666</sup>.

Eram cada vez mais “frequentes as solicitações de outros profissionais, que não arquitetos ou engenheiros, para ingresso no Curso”<sup>667</sup>. Ele era também “procurado para

---

<sup>661</sup> FAYET, Carlos Maximiliano. Senhores Conselheiros. No momento em que o Conselho Técnico Administrativo... 5f. Porto Alegre, 1966: 3.

<sup>662</sup> O projeto de regimento interno do GAPUR colocava como suas finalidades: “a) efetuar pesquisas, análises e estudos, em alto nível, de natureza teórica e aplicada, relacionados com a ciência urbanística e afins; b) assessorar o ensino de urbanismo no Curso de Urbanismo e em outros cursos da Faculdade ou nos de outras unidades da Universidade; c) colaborar com outras instituições oficiais da Universidade ou, através de convênios, com órgãos públicos e privados, no que concerne às finalidades do GAPUR; d) manter intercâmbio científico e cultural, com Universidades e outras instituições congêneres, nacionais e estrangeiras; e) organizar, manter e divulgar material documentário e de expressão gráfica de urbanismo; f) promover e colaborar em cursos regulares e extraordinários de aperfeiçoamento, especialização e extensão a alunos da Universidade, a diplomados da mesma ou de outras instituições nacionais ou estrangeiras, seja sob as condições comuns ou como estagiários, bolsistas, etc.; g) preparar pessoal capacitado para a pesquisa, a investigação, o ensino, a divulgação e outras atividades relativas ao Urbanismo”. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Ante-projeto de Regimento Interno do Gabinete de Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura. 7f. [s.l., 1966]: 1-2.

<sup>663</sup> SCHIMITT, Carlos de C.; TIETBOHL, Ary Nunes; CASTILHOS, Júlio R. de; RUBBO, Júlio. Parecer. As Comissões de Educação e Ensino... Porto Alegre, 1966. 3f.

<sup>664</sup> Ibid.

<sup>665</sup> Ibid.

<sup>666</sup> FAYET, op. cit.: 1.

<sup>667</sup> Ibid., loc. cit.

prestar assessoramento ou para participação em pesquisa, no campo de suas atividades”<sup>668</sup>.

A insuficiência de tempo disponível à pesquisa e treinamento, os recorrentes pedidos de ingresso e a necessidade de prestação de serviços às administrações públicas eram motivos suficientes para criação do GAPUR. Por outro lado, a exiguidade de recursos não era um problema para sua constituição. Como refere Fayet, “imagina-se o Gabinete instalado no próximo ano, a trabalhar com a estrutura de espaço, equipamento e funcionários que já forma postos a disposição do Departamento para o atendimento dos alunos – bolsistas”<sup>669</sup>.

O GAPUR foi logo posto em funcionamento. O relatório sobre as atividades do ano de 1966 revela que “a capacidade didática do Curso de Urbanismo (...) foi grandemente ampliada mediante a criação do Gabinete de Planejamento Urbano e Regional (GAPUR)”<sup>670</sup>, o que nos leva a crer que ele tenha sido instalado no fim do ano.

Para seu funcionamento, “foram adquiridos equipamentos indispensáveis e tomadas as devidas medidas administrativas para dar início às atividades preliminares”<sup>671</sup>. Os responsáveis pelo gabinete tinham a esperança de que a CAPES ampliasse o número de bolsas concedidas ao GAPUR. Se isto ocorresse, ele poderia “realizar trabalhos de planejamento para municípios do Estado e para o próprio poder estadual integrando, assim, cada vez melhor, a Faculdade no meio a que ela deve servir e dando incentivo à pesquisa aliada à realização e ao ensino”<sup>672</sup>.

Em 1969 Marcos David Hekman e Doris Muller relatavam os contratos firmados entre o Gapur e a prefeitura de Porto Alegre para o “desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa de anatomia dos Bairros Menino Deus e Navegantes e outro com a Sudesul e a Universidade, o qual possibilitará pesquisar o campo do desenvolvimento econômico do Estado”<sup>673</sup>.

---

<sup>668</sup> FAYET, Carlos Maximiliano. Senhores Conselheiros. No momento em que o Conselho Técnico Administrativo... 5f. Porto Alegre, 1966: 1.

<sup>669</sup> Ibid.: 4.

<sup>670</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Exmo. Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor Werner Grundig, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1966. Porto Alegre, 1967: 1

<sup>671</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>672</sup> Ibid.: 2

<sup>673</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação, realizada em 30 de dezembro de 1969: 4.

Ainda em 1970, um “Acordo de Cooperação SUDESUL [Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul], Governo do Estado/SERFHAU [Serviço Federal de Habitação e Urbanismo] contratou a Universidade para realizar Estudos Básicos para uma ‘Política de Desenvolvimento Urbano’ na qual trabalharam cinco unidades da UFRGS sob a coordenação do GAPUR”<sup>674</sup>.

Percebe-se que, ao menos em parte, o GAPUR alcançou o objetivo a que se propôs: oferecer serviço de urbanismo ao poder público e, em paralelo, inserir os estudantes em processos “reais” de trabalho.

Por outro lado, uma das críticas dirigidas pelos estudantes no manifesto “Nosso Ensino é uma Farsa” se referia ao GAPUR. Afirmava o documento que, o “GAPUR não funciona”<sup>675</sup>. Mas, como não há considerações complementares, é impossível saber o que não funcionava no gabinete desde o ponto de vista dos estudantes.

O GAPUR foi extinto em 1971. Com isso, suas funções de pesquisa “foram reassumidas pelo Departamento de Urbanismo”<sup>676</sup>. Sua interrupção parece ter sido fruto de uma banalidade. “Por um lapso, o GAPUR deixou de ser citado como órgão Auxiliar da Faculdade de Arquitetura, quando da Elaboração do Estatuto da Universidade, em 1970. Em consequência foi extinto por Portaria do Reitor em março de 1971”<sup>677</sup>.

### **5.3.5. Primeira semana de estudos (1966): parecer do departamento de urbanismo**

O ano de 1966 foi também o da realização da 1ª semana de estudos da Faculdade de Arquitetura, já relatada anteriormente. Será apresentado, aqui, o relatório do departamento de urbanismo.

Ele traz suas impressões sobre as reformas no ensino gravadas no regimento da Faculdade, de 1963. Este relatório, assinado por Carlos Maximiliano Fayet e Doris Maria Muller, vai além de um balanço de sua condição presente. Revela pressupostos subjacentes ao ensino, atividades didáticas e também cita a criação do GAPUR.

---

<sup>674</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Exposição à Comissão Especial do Conselho Universitário p/ Revisão do estatuto da UFRGS e de seu RGU. 3f. Porto Alegre, 1973: 1.

<sup>675</sup> NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968: 4.

<sup>676</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 16.

<sup>677</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO, op. cit.: 2

A formação oferecida pelo curso de urbanismo não permitia trabalhos hipotéticos, distante de dados concretos, citava o relatório. “Por isso o Curso procurava trazer temas objetivos das repartições estaduais e municipais, pela iniciativa de alguns professores e alunos”<sup>678</sup>. Contudo, os trabalhos de campo, de coleta e apuração de dados eram impossíveis, dada a indisponibilidade de tempo dos alunos, em geral, profissionais com seus compromissos.

O departamento procurou superar esta dificuldade criando o Instituto e solicitando bolsas de estudos à CAPES. Ambas as iniciativas buscavam “proporcionar treinamento efetivo aos futuros urbanistas, inclusive de trabalho em equipe com outras categorias profissionais”<sup>679</sup>.

O Instituto, como já visto, “encontrou dificuldades para aprovação face às ponderações do chefe do Escritório de Planejamento da Universidade.”<sup>680</sup>. Por esta razão, em 1966, o “Departamento de Urbanismo se dedicou ainda à preparação e ao amadurecimento da ideia do GAPUR (...) tendo a possibilidade de testar embrionariamente o seu funcionamento através dos alunos bolsistas da CAPES”<sup>681</sup>.

Sobre a estrutura do curso de urbanismo, o departamento verificava que “a divisão em ciclo de preparação básica, de formação e complementar, própria de um curso de formação profissional, não era adequada”<sup>682</sup>.

Relatava ainda que o departamento passou a organizar o currículo “dentro de um sistema de troncais de Teoria e Prática dos Planos de Cidades, de Paisagismo e de Assessoria Técnica Municipal, que, em seu conjunto integralizam o ‘Curso de Urbanismo’”<sup>683</sup>. Este sistema “possibilitou atendimento de profissionais que buscavam no Curso de Urbanismo formação complementar numa destas faixas”<sup>684</sup>. Além disso, a “existência dos troncais e a eliminação do exame de habilitação ampliou grandemente o quadro discente do Curso e, portanto, o aproveitamento mais racional de algumas cadeiras, elevando o fator aluno-professor”<sup>685</sup>.

---

<sup>678</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. 1ª semana de estudos. Relatório do Departamento de urbanismo. 4f. Porto Alegre, 1966 (c): 2.

<sup>679</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>680</sup> Ibid.: 2-3.

<sup>681</sup> Ibid.: 3

<sup>682</sup> Ibid.: 2.

<sup>683</sup> Ibid.: 4.

<sup>684</sup> Ibid., loc. cit

<sup>685</sup> Ibid., loc. cit.



Sobre o “sistema de troncais” é necessário esclarecimento. Ele funcionou como linhas de especialização dentro da pós-graduação. Os três troncais em que o curso de urbanismo ficou dividido foram: a) de Planos; b) de Paisagismo; c) de Engenharia Municipal<sup>686</sup>.

Os estudantes poderiam complementar sua formação em um ou dois troncais, sem necessariamente se diplomar urbanista. Ou ainda, se diplomar urbanista após ter cursado todos eles. A formação tinha um período mínimo de quatro semestres (um dos troncais) ou nove semestres (os três)<sup>687</sup>.

O esquema de troncais e suas respectivas disciplinas estavam estabelecidos conforme demonstra o Quadro 25:

Quadro 25: disciplinas do curso de urbanismo da Faculdade de Arquitetura em seus respectivos troncais, 1973.

PLANOS DE CIDADES	PAISAGISMO	ENG. MUNICIPAL
<b>1º semestre</b>		
Teoria e Prática dos Planos de Cidades I; Evolução Urbana e Economia Política; Organização Social das Cidades; Urbanologia, Estatística I;	Teoria do Paisagismo I; Evolução Urbana e Economia Política;	Evolução Urbana e Economia Política; Organização Social das Cidades; Urbanologia, Estatística I;
<b>2º semestre</b>		
Teoria e Prática dos Planos de Cidades II; Urbanologia, Estatística II;	Paisagismo (prático) II; Organização Social das Cidades; Urbanologia, Estatística I;	Urbanologia, Estatística II;
<b>3º semestre</b>		
Teoria e Prática dos Planos de Cidades III; Administração Municipal;	Paisagismo (prático) III;	Administração Municipal;
<b>4º semestre</b>		
Teoria e Prática dos Planos de Cidades IV.	Paisagismo (prático) IV.	Técnica Sanitária e Serviços de Utilidade Pública.

Fonte: DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Parecer sobre a categoria do Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura. [Porto Alegre], 1973. 2f.

Percebe-se, enfim, que desde o ponto de vista do departamento de urbanismo, o GAPUR, mesmo que de forma incipiente, funcionava bem; que para ele, o currículo apresentava falhas estruturais; e que o sistema de troncais permitia que profissionais se especializassem em uma das atividades próprias ao urbanismo, sem necessariamente se comprometerem com sua diplomação como urbanistas.

<sup>686</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Parecer sobre a categoria do Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura. [Porto Alegre], 1973. 2f.

<sup>687</sup> Ibid.

### 5.3.6. Da primeira semana ao final da década

Em 1966, houve um acréscimo importante no número de ingressantes do curso de urbanismo – “(18 estudantes em fins de 1965 para 41 em fins de 1966)”<sup>688</sup>. Ele teve esse crescimento, “graças à abolição da supérflua exigência de prestação de um ‘Concurso de Habilitação’ para portadores de diploma universitário” (relatório, 1967: 11). Essa supressão foi “determinada pelo Conselho Técnico Administrativo e por todos acolhida da melhor forma”<sup>689</sup>.

Em dezembro de 1967 o presidente do departamento de urbanismo, Nelly Peixoto Martins, solicitou ao diretor da instituição, Werner Grundig, que dirigisse um conjunto de resoluções referentes ao curso de urbanismo ao Conselho Departamental para possível aprovação. Eram elas: a extensão da cadeira de *Evolução Urbana* para o primeiro e segundo semestres, antes ministrada apenas no primeiro; a transferência das cadeiras de *Administração Municipal* e *Serviços de Utilidade Pública* do terceiro e quarto semestre para o segundo e terceiro; e a exclusão das cadeiras de *Arquitetura Paisagista* e *Teoria e Prática de Planos e Cidades* do primeiro semestre, se mantendo nos segundo, terceiro e quarto semestres.

Percebe-se que as alterações foram poucas, limitadas a posição e extensão das disciplinas na grade curricular.

### 5.4. O Curso de Urbanismo (1961) da Faculdade: cadeiras e conteúdos

Como já referido, em 1961 foi publicada obra que apresentava o curso de urbanismo<sup>690</sup>. Ela trazia disciplinas, professores, programas e alterações adotadas em relação ao que funcionou até 1958. Revelava, em sua primeira parte, os pressupostos

---

<sup>688</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Exmo. Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor Werner Grundig, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1966. Porto Alegre, 1967: 11.

<sup>689</sup> Ibid.: 13.

<sup>690</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961.

que o “recriaram”. Eles já foram tratados. É hora de apresentar e debater as disciplinas, seus programas novos e a crítica aos antigos. Passemos a eles.

### **Teoria e Prática dos Planos de Cidades**

Esta disciplina foi ministrada por Edvaldo Pereira Paiva. Seu programa anterior era criticado por sua “exagerada extensão, resultante de suas intromissões no campo de outras cadeiras do Curso”<sup>691</sup>. Outro aspecto negativo do antigo programa era “seu forte caráter tecnicista, sempre focalizando ângulos relacionados com atividades da Engenharia”<sup>692</sup>.

A reestruturação do ensino buscava “uma sucessiva ampliação dos conhecimentos, porém relacionando-os, cada vez mais, com os trabalhos práticos”<sup>693</sup>. Pretendia partir “do particular para o geral, da análise dos elementos componentes das aglomerações urbanas para sua reestruturação e planificação integral”<sup>694</sup>. Por esta razão, “o volume de material teórico vai sendo reduzido à proporção que avança o Curso, de tal maneira que no último semestre não mais existem aulas teóricas”<sup>695</sup>.

Esta disciplina funcionaria como “cadeira tronco” ao longo de seus quatro semestres, já que parte da análise à síntese. E, como está anotado no material de apresentação, “esse papel somente pode ser exercido através dos sucessivos trabalhos práticos, até chegar ao momento no qual todo o Curso passe a funcionar em torno de seu tema prático”<sup>696</sup>.

Assim, todas as demais disciplinas do curso deveriam funcionar a partir e em torno desta, capital para o exercício da profissão de urbanista.

Conforme o documento de 1961, seu programa, no primeiro semestre era: o papel do urbanista e suas relações com outras profissões; alcance da ação do urbanista no meio social; estrutura das cidades: a) tipos de traçados urbanos e suas origens, b) elementos componentes (quarteirões, vias, espaços públicos, verdes, órgãos públicos e de uso público), c) a “unidade funcional” (residencial, industrial, comercial, cívica), suas características, dimensionamento, relações com outros elementos urbanos;

---

<sup>691</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 17.

<sup>692</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>693</sup> Ibid.: 18.

<sup>694</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>695</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>696</sup> Ibid., loc. cit.

estruturação geral do conjunto urbano (traçado geral, zoneamento espontâneo, localização dos órgãos); princípios teórico-práticos de organização das “unidades funcionais”.

O programa referia ainda que, no primeiro semestre, seria “feita, além da exposição teórica, uma análise de um tema comum (um núcleo urbano existente, ou parte dele) onde serão aplicados os princípios apreendidos na parte teórica”<sup>697</sup>. Além disso, seria “executado o projeto de uma pequena unidade residencial”<sup>698</sup>.

No segundo semestre, o programa era o seguinte: o planejamento urbano, sua natureza, objetivo e tipos; elementos do planejamento: a diferenciação dos usos; a estruturação dos elementos diferenciados; dentre outros. Segundo o programa, haveria ainda dois temas práticos: “o primeiro constante de projeto de uma ‘unidade funcional’, em terreno livre e, o segundo, (...) o tema comum a todas as cadeiras, a reestruturação de uma ‘unidade’ funcional existente”<sup>699</sup>.

No terceiro, o programa era: planos diretores (conceitos gerais, estruturação, reforma de núcleos existentes e planificação de novas cidades); zoneamento de uso, altura e ocupação; plano viário (sua estrutura e relação com os outros elementos das cidades); localização dos órgãos comuns (centros cívicos); planejamento regional; legislação do planejamento das cidades. Neste semestre o “estudo da planificação” deveria ser “aprofundado através da crítica a exemplos existentes”<sup>700</sup>. Haveria “dois temas práticos [ou seja, projetos], referentes à planificação de núcleos satélites”<sup>701</sup>.

No quarto semestre, não haveria aulas teóricas. Os alunos elaborariam o “pré-plano” de uma cidade.

Esta era uma disciplina de projeto, em torno do qual as demais do curso deveriam orbitar.

## **Evolução Urbana**

Esta disciplina foi ministrada por Demétrio Ribeiro. O documento de 1961 cita que o estudo da evolução urbana “tem por finalidade ressaltar a historicidade dos

---

<sup>697</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 18.

<sup>698</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>699</sup> Ibid.: 19.

<sup>700</sup> Ibid.: 19.

<sup>701</sup> Ibid.: 19.

fenômenos urbanos”<sup>702</sup>. Contudo, a “documentação pura e simples ou a erudição histórica não correspondem ao papel da matéria num Curso voltado essencialmente ao proposito de armar o urbanista para o trato de problemas novos”<sup>703</sup>.

A compreensão profunda da historicidade do fenômeno urbano seria “a melhor defesa contra a adoção de formulas ou soluções mecânicas que, pelo prestígio de sua novidade ameaçam o livre desenvolvimento da inteligência e dos futuros profissionais”<sup>704</sup>.

O programa da disciplina foi, enfim, mantido em sua cronologia. “Nessa seqüência, porém, é dada a preferéncia às épocas cuja história geral é mais conhecida do estudante e principalmente aquelas que se relacionam mais vivamente com a formação de nossa cultura”<sup>705</sup>. Esta disciplina pretendia, assim, “fornecer ao estudante uma visão ampla e segura do essencial da evolução contribuindo a finalidade principal do Curso que há de ser formar profissionais conscientes de sua participação na história de seu tempo”<sup>706</sup>.

As aulas práticas das disciplinas seriam dedicadas “a debates orientados pelo professor e as sabatinas de aferição do aproveitamento”<sup>707</sup>. Os conteúdos propriamente ditos obedeceriam a duas seqüências, “uma relativa a evolução da vida urbana e ao desenvolvimento do urbanismo nas diversas épocas da história universal, e outra relativa ao processo de povoamento e de urbanização do Rio Grande”<sup>708</sup>. Esta segunda parte, referente ao Estado, serviria de “preparação da parte histórica do Expediente Urbano realizado pelos alunos na Cadeira de Urbanologia-Estatística”<sup>709</sup>.

### **Urbanologia, Estatística e Documentação Urbana**

Esta disciplina foi ministrada por Nelly Martins Peixoto. Uma das alterações em relação ao programa do curso anterior foi a “redução do número de pontos, que baixou de 30 para 20; vantagem que não foi só quantitativa como poderia parecer à primeira

---

<sup>702</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 19.

<sup>703</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1960 [1961],p.19.

<sup>704</sup> Ibid.: 20.

<sup>705</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>706</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>707</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>708</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>709</sup> Ibid., loc. cit.

vista, porque os pontos eliminados são lecionados em outras cadeiras e até com mais profundidade”<sup>710</sup>.

Como refere o documento de 1961, nesta disciplina “não há propriamente aulas teóricas e formais, onde o professor faça dissertações; o que há são aulas teórico-práticas em que o assunto do ponto é de imediato aplicado no tema prático na mesma aula ou logo na seguinte”<sup>711</sup>.

No primeiro semestre, o programa era o seguinte: urbanologia (conceituação, relação com as outras cadeiras do curso); fatores na estruturação urbana (geográficos, topográficos, fitológicos, climatológicos: influência sobre o aglomerado urbano); a região (a cidade e a região envolvente, esfera de influência, os caminhos regionais influenciando na estruturação da cidade, conurbação); o sítio (fatores topográficos, progresso técnico permitindo o aproveitamento de sítios topograficamente maus); a geologia (solo e subsolo, mutações lentas e bruscas, camada superficial e sua função na agricultura e no saneamento, camada profunda e sua função para saneamento, fundações e serviços subterrâneos); o clima (conceito, elementos do clima - temperatura, pressão, umidade -, clima e vida urbana, microclima); a vegetação (verde regional e urbano, índices urbanos de sua existência e utilização, distribuição e continuidade).

No segundo semestre, o programa era: estatística, sua correlação com a urbanologia e sua aplicação ao urbanismo como elemento para a pesquisa urbanística; coleta (levantamento estatístico, fixação, pesquisa e sistematização dos dados estatísticos, questionários e monografias, amostragem); apuração (manual e mecânica, crítica dos dados obtidos e sua filtragem, aproximações e arredondamentos); apresentação estatística (tabelas, gráficos - geométricos e polares -, cartograma e sua importância nos estudos urbanos); interpretação (análise e conclusões, índices comparativos: números índices e percentuais); demografia urbana (dados quantitativos e distributivos, densidades demográficas das diferentes cidades, por zonas, bairros ou setores, escalão populacional); fenômenos sociais urbanos (estatísticas relativas aos fatos sociais, sanitários, de salubridade física e moral); saneamento urbano (estudo estatístico e índices dos serviços de água e esgotos, cemitérios e órgãos de saúde); a vida cultural; economia e finanças (estudo estatístico dos fenômenos econômicos urbanos, padrão de

---

<sup>710</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 21.

<sup>711</sup> Ibid., loc. cit.

vida na cidade, recursos públicos e particulares disponíveis para as realizações urbanísticas); serviços públicos (orçamento municipal e tributações); documentação urbana (cadastro: planta cadastral, cadastro imobiliário fiscal, documentação fotográfica, monografias, planos e projetos técnicos parciais existentes); documentação da evolução do aglomerado (comparativos dos documentos dos principais períodos de crescimento, idades de crescimento, patrimônio histórico, paisagístico e artístico da cidade, museu de urbanismo).

No terceiro semestre seriam realizadas “aulas teórico-práticas ligadas ao trabalho prático de Expediente Urbano relativo ao tema comum a todas as cadeiras; as aulas práticas serão as de preparo do Expediente Urbano”<sup>712</sup>.

No quarto semestre, seriam realizadas as mesmas aulas teórico-práticas. Contudo, as aulas práticas se refeririam às “tarefas de acabamento do Expediente Urbano do semestre anterior”<sup>713</sup>.

Esta era uma disciplina que buscava capacitar o estudante a construir dados necessários à intervenção na cidade.

### **Técnica Sanitária e Serviços de Utilidade Pública**

Esta disciplina foi ministrada por Adalberto de Carvalho. O programa da disciplina era dividido em duas partes. A primeira, “que trata da Técnica Sanitária, é um resumo das cadeiras afins lecionadas nos cursos de engenharia e de arquitetura”<sup>714</sup>. A segunda, “trata dos Serviços de Utilidade Pública”<sup>715</sup>. Esta última parte acompanharia “o trabalho geral de composição a ser executado de acordo com o programa de trabalho fixado pelo Departamento de Urbanismo”<sup>716</sup>.

O programa da primeira parte era: i) conhecimentos gerais (relações do urbanismo com a técnica sanitária e os serviços de utilidade pública; o solo e sua influência no estado sanitário das cidades; proteção dos solos nas cidades; diferentes tipos de calçamento, suas vantagens e desvantagens e técnica de execução; o relevo do solo e sua importância no planejamento das cidades; fatores meteorológicos); ii)

---

<sup>712</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 24.

<sup>24</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>714</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>715</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>716</sup> Ibid., loc. cit.

abastecimento de utilidades econômicas (necessidade do “cinturão verde” para o abastecimento das cidades; armazenamento e distribuição; mercados; entreposto de pasteurização do leite; matadouros; entrepostos frigoríficos para a conservação dos alimentos); iii) abastecimento de água (histórico; quantidade de água necessária ao abastecimento; diferentes espécies de consumo: público, particular e industrial; fugas e desperdícios; flutuações de consumo; composição e caracteres das águas naturais; águas potáveis; qualidade e composição; captação das águas meteóricas; cisternas. captação de águas subterrâneas; fontes; lençóis; potabilização das águas; adução; condução por gravidade; canais; aquedutos; condutos forçados; acumulação; reservatório; iv) esgotos (generalidades; escoamento das águas e sua influência no traçado das cidades; trabalhos preliminares necessários; estudos topográficos e estatísticos, natureza do solo; zoneamento; sistemas de esgotos; deflúvio pela ação da gravidade; sistema separador; volumes de água potável; águas meteóricas; altura, intensidade, duração e frequência das chuvas; destino final dos despejos; causas da poluição dos cursos d’água e purificação natural); v) ruídos urbanos (as vibrações e os ruídos urbanos; medição de intensidade; os efeitos sobre o organismo; meios usados para reduzir os ruídos; regulamentos especiais; defesa das habitações: zoneamento); vi) poluição da atmosfera (poeira das ruas e domiciliares; poeira e odores industriais; fumaça, ácidos e gases de combustão; gases e vapores tóxicos); vii) resíduos urbanos (lixo e sua composição; resíduos de moradias e varredura das ruas; coleta e afastamento; tratamento do lixo; processos usados; lançamento nos mares e nos rios; enchimento ou aterro).

A segunda parte da disciplina, que abordava os serviços de utilidade pública, apresentava o seguinte programa: i) conhecimentos gerais (generalidades; funções econômicas; funções públicas e privadas; funções quase públicas ou serviços de utilidade pública; regimes de prestação de serviços de utilidade pública; administração direta e socialização, concessão e regulamentação por meio de comissões de serviços de utilidade pública; distinção entre os pontos de vista político e técnico; regulamentação pelas comissões; fins de regulamentação; avaliação; custo histórico e custo de reprodução; remuneração do capital; regulamentação para a instalação de serviços de utilidade pública nos loteamentos); ii) serviços de água (modos de distribuição; serviço contínuo e serviço intermitente; indústria; serviço público; fontes, chafarizes, etc.; instalações complementares da rede; registro de parada, de descarga do ar, de incêndio, de irrigação; organização do serviço; conservação, manutenção e custeio dos serviços de



abastecimento de água; fixação de taxas); iii) serviços de esgoto (construções das canalizações; materiais empregados; órgãos acessórios da rede; bocas de lobo, caixas de areia; saneamento de rede; ventilação; feixes hidráulicos; organização do serviço; conservação e manutenção; custeio dos serviços de esgoto; fixação das taxas a cobrar); iv) serviços de luz e força (geração; transmissão e distribuição da energia elétrica; iluminação pública e particular; calefação; fornecimento de energia elétrica às indústrias e aos serviços de transporte coletivo; organização do serviço; conservação; manutenção e custeio dos serviços de luz e força); v) serviços de transportes coletivos (dados estatísticos; distribuição e crescimento da população; índice de distribuição; curvas características do transporte urbano; coordenação dos transportes; bondes; ônibus, trolei-bus; metropolitano; fixação das tarifas; vantagens e desvantagens de cada um dos meios de transporte; escolha do meio mais adequado); vi) serviço de gás (produção, distribuição e armazenamento do gás; materiais empregados; aproveitamento dos gases provenientes do tratamento das águas residuais e do lixo; organização do serviço).

Esta era uma disciplina que buscava capacitar o estudante para abordar as questões de infraestrutura urbana.

### **Arquitetura Paisagista**

Esta disciplina foi ministrada por Francisco Riopardense de Macedo. O documento de 1961 criticava o programa do “padrão-federal” argumentando que ele não se referia, em nenhum momento, “à composição urbana no seu mais amplo aspecto, isto é, como organização de todos os elementos componentes da cidade nas realizações da arte urbana ou arte cívica”<sup>717</sup>. E continuava:

ao contrário disto, insiste na exclusiva referência ao verde urbano, ao jardim, à flora, à fitogeografia, esquematizando toda a cadeira à aplicação da jardinagem na arquitetura urbana e, afora isto, faz rápidas referências ao conceito de cor, às cores primárias, secundárias e complementares (item 1), como o faria um programa de Física do 2º ciclo do Curso Ginásial, o se demora no enunciado de títulos de interesse botânico tais como Hileia Amazônica, Hileia Extra-Amazônica, Pinheiros, Caatingas, Faixa Marítima, etc.<sup>718</sup>.

---

<sup>717</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 28.

<sup>718</sup> Ibid., loc. cit.

Esta concepção acabou por dissociar esta disciplina da cidade, tratando-a apenas como “técnica de arborização da área urbana e efeitos que desta arborização podem ser obtidos numa cidade existente através de um projeto feito por agrônomo ou botânico”<sup>719</sup>. Este programa, concluía, “seria razoável numa escola de agronomia; é inconsistente numa Faculdade de Arquitetura”<sup>720</sup>.

Como forma de superar estas limitações, a revisão curricular fez com que ela passasse a “acompanhar o desenvolvimento da cadeira de Teoria e Prática dos Planos de Cidades visto que tem o maior peso de responsabilidades na composição do espaço aberto”<sup>721</sup>. O “espaço verde” seria tratado junto aos espaços abertos da composição de urbanismo na cadeira de *Teoria e Prática dos Planos de Cidades*.

O programa da disciplina, em seu primeiro semestre, trazia o seguinte programa: conceito de arquitetura paisagista, suas relações com a arquitetura e com o urbanismo; categoria da paisagem; espaços livres e verdes; circulação; centros urbanos; estacionamento; estradas; belvederes; cemitérios; escolas; classificação dos espaços verdes de uso coletivos; qualidades plásticas da vegetação; cor e forma; luz e sombra; materiais de composição; vegetação, terra, céu, pedra, água; materiais da indústria; escultura; murais; elementos fundamentais da composição (matéria, proporção, ritmo).

No segundo semestre, o programa era o seguinte: as escolas consagradas (jardim oriental, italiano, do renascimento e parque inglês); os grandes clássicos (Sitte, Gibberd); espaços simples, complexos e de relação; arquitetura e paisagem; visuais e perspectivas; movimentação da paisagem; vegetação (estrutura, porte, cor, matéria, variação com as estações do ano, permanência do equilíbrio plástico); jardim privado, público e semi público, playlot e playground.

O terceiro semestre trazia: estudo e análise crítica de grandes composições paisagísticas (centros urbanos, avenidas, parkways e parques); reserva de espaços públicos e sua dinâmica; loteamento e os espaços de uso coletivo; estímulo ao jardim particular e semi-público participantes da paisagem urbana; previsão da arquitetura paisagista num plano diretor; espaços verdes; fixação de visuais; perspectiva; espaços de interesse especial; problema dos loteamentos particulares; legislação atual; permuta de áreas para garantir a unidade paisagística prevista no plano diretor.

---

<sup>719</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 28.

<sup>720</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>721</sup> Ibid.: 29.

No quarto semestre não seriam ministradas aulas teóricas. Todos os estudantes deveriam trabalhar no tema “Pré Plano de uma cidade”<sup>722</sup>.

Esta era uma disciplina que buscava capacitar o estudante a elaborar projetos de espaços abertos, aproximando-os do projeto arquitetônico e urbanístico.

### **Administração Municipal**

Esta disciplina foi ministrada pelo professor Waldemar Lubke. Seu programa estava organizado em quatro capítulos.

No primeiro, de introdução, eram apresentados: o urbanismo na legislação brasileira e na de outros países; o ensino de urbanismo no país e no estrangeiro.

No segundo, de história e organização, eram tratados: origens do município; o município como instituição primária dos povos; municípios romano e medieval; origem do município no Brasil; as câmaras no período colonial; o município na proclamação da República; o município nas constituições federais de 1891, 1934 e 1937; modernas fontes do direito municipal; o município brasileiro, nas constituições federal e estaduais vigentes; regimes de administração municipal em outros países; organização municipal no Brasil; lei orgânica dos municípios; sistemas adotados; competência do município (que a ele compete prover e o que lhe é vedado); poder de polícia dos municípios; organização politico-administrativa das municipalidades; órgãos da administração municipal; elegibilidade; câmara municipal; instalação e funcionamento; das atribuições e das deliberações da câmara; iniciativa e elaboração das leis; sobre as atribuições, substituições e anulação dos atos do prefeito.

No terceiro, de administração, eram tratados: receita municipal; tributos que ao município compete criar e arrecadar; impostos que ao município é vedado lançar; das taxas; distinção entre taxa e imposto; pedágio; taxa de melhoramentos e de rodagem; contribuição de melhoria; das empresas municipais; a assistência social e o município; seguro social e serviço social; o município e a instrução pública; do orçamento municipal; características essenciais e técnicas do orçamento; conceito; prorrogação; contabilidade municipal; ano financeiro e exercício financeiro; programa de administração; a técnica na administração municipal; continuidade administrativa; órgãos de assistência técnica aos municípios; o urbanista na administração do

---

<sup>722</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961: 30.

município; centralização administrativa e centralização política; desvantagens da centralização administrativa; descentralização administrativa.

No quarto capítulo, das obras públicas e serviços de utilidade pública, foram tratados: a desapropriação por utilidade pública, no direito brasileiro; concursos públicos de projetos; execução de obras públicas; administração direta e centrada; serviços de utilidade pública; enumeração; exploração direta; relações da união e do Estado com o município, no planejamento e execução de obras públicas de interesse municipal; Legislação sobre o Urbanismo; loteamento; posturas municipais; código de posturas e de obras; legislação sobre a proteção às árvores e florestas; reflorestamento.

Era uma disciplina que pretendia capacitar o estudante a compreender e trabalhar junto à administração pública.

Pôde-se perceber, ao longo deste capítulo, que apesar do discurso indicar uma vontade de alteração nos moldes do ensino de arquitetura e urbanismo vigentes na instituição, as propostas de reforma só fizeram reforçar os pressupostos de sempre: a centralidade do projeto, a capacidade de síntese, a marginalidade do urbanismo. Sobre este último, o currículo do curso de urbanismo não se assemelha ao do curso de urbanismo do IBA da década de 1940. Por outro lado, o sistema de troncais permitia que profissionais se especializassem em uma das atividades próprias ao urbanismo (Planos de Cidades, Paisagismo, Engenharia Municipal), sem necessariamente se comprometerem com sua diplomação como urbanistas.

## CAPÍTULO 6

### EXTINGUIR, CRIAR, MIGRAR

Este capítulo apresenta três processos que ocorreram paralelamente e que, posteriormente, se revelariam capitais para o programa de ensino da Faculdade de Arquitetura: a extinção do curso de urbanismo, a criação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) e a “migração” dos conteúdos do curso desaparecido ao PROPUR e à graduação em arquitetura. A década de 1970 encerrou, assim, as alterações mais significativas da genealogia do urbanismo na formação do arquiteto da Faculdade. A partir de então, o departamento de urbanismo passou a fazer parte significativamente do curso de arquitetura. Há, nas décadas seguintes, outras alterações no que tange ao urbanismo do curso de arquitetura. Mas a estrutura geral das relações entre arquitetura e urbanismo se dá nestes anos.

## 6.1. A década de 1970

O início da década de 1970 foi período de endurecimento do governo ditatorial. O General Emílio Garrastazu Médici, empossado em 1969, esteve à frente da série de violações aos direitos humanos – censura, prisões, tortura, assassinatos. Esta também é a década da intensificação da guerrilha armada, do exílio, mas também do início da abertura política (FAUSTO, 2004).

No ano de 1970, Pelé conduziu a seleção canarinho de futebol ao tricampeonato mundial. O êxito em campo, embalado pelo hino “Pra frente Brasil”, foi utilizado pela campanha ufanista em favor do regime.

Em dezembro de 1970, o embaixador suíço Giovanni Bucher foi sequestrado. Como condição para sua libertação, os guerrilheiros exigiram a soltura de 70 presos políticos. Em setembro de 1971, Carlos Lamarca foi assassinado na Bahia. O movimento guerrilheiro no campo e na cidade começava a ser desarticulado (FAUSTO, 2004).

Em 1974, Ernesto Geisel assumiu a presidência. No final de seu “mandato” foi iniciada a abertura política de forma lenta, gradual e segura. No final da década já havia o prenúncio de novos tempos. Em 1977, ganham corpo os movimentos da sociedade civil pela recuperação dos direitos democráticos. Nos anos seguintes, de 1978 aos primeiros anos da década de 1980, ocorreram as primeiras grandes greves operárias do ABC paulista (FAUSTO, 2004). Todos estes movimentos antecipavam a abertura política, que ocorreria ao longo dos anos 1980.

A década de 1970 foi período de grande importância para a Faculdade de Arquitetura. Nela ocorrem três fatos que marcaram a trajetória do ensino de urbanismo na instituição: a extinção do curso de urbanismo, a criação Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) e a “migração” dos conteúdos do curso desaparecido ao PROPUR e à graduação em arquitetura.

É também nesta década que, em 1974, num ato de Emílio Garrastazu Médici, foi nomeado pela primeira vez um diretor arquiteto: Flávio Figueira Soares<sup>723</sup>. Até então a Faculdade de Arquitetura só havia sido dirigida por engenheiros (SOARES, 2002).

---

<sup>723</sup> Diplomado arquiteto pela Faculdade de Arquitetura em 1953, iniciou sua graduação no final da década de 1940 no curso de engenheiro arquitetos da Escola de Engenharia.

Foram mais de 20 anos de funcionamento sem que um arquiteto estivesse à frente de sua administração.

Estes eventos assinalaram o momento em que o urbanismo dos arquitetos ganhou seus contornos finais, vigentes, em boa medida, até hoje na Faculdade. A partir de então, em que pese a alteração na nomenclatura de disciplinas, a fusão de outras, a incorporação de novos conteúdos, a estrutura do ensino de urbanismo na formação do arquiteto é, hoje, uma continuidade das decisões tomadas àquela década.

O final da década é marcado pela realização dos seminários de 1978 e 1979. Mas, seus resultados só repercutiriam na década seguinte.

## **6.2. A extinção do curso de urbanismo**

O curso de urbanismo da Faculdade de Arquitetura foi extinto no início da década de 1970. Ele vinha sendo oferecido na instituição desde 1954. Contudo, sofreu breve interrupção em 1958. Retomado e reestruturado em 1959, passou a adotar novo processo de admissão a partir de 1960.

O curso se reconhecia como continuador da experiência de formação em urbanismo ocorrida no IBA entre 1947 e 1948<sup>724</sup>. Assim sendo, seu fim encerrou uma experiência de quase duas décadas.

Seu término esteve também, em certa medida, vinculado à criação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) que, na percepção da instituição, o substituiu<sup>725</sup>.

Em 16 de junho de 1971, a direção da Faculdade solicitou manifestação da superintendência acadêmica da UFRGS sobre a proposta de extinção do curso de

---

<sup>724</sup> O “Curso de Urbanismo encerra suas atividades com bom acervo de serviços prestados ao planejamento urbano no Rio Grande do Sul, de quem se constituiu apoio de 1954, quando substituiu o Curso de 1947 e 1948 do extinto Instituto de Belas Artes (hoje Escola de Artes)”. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura da UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [s.l., 1972]: 4.

<sup>725</sup> Anota o relatório sobre o ano de 1972 que o curso de urbanismo é, “em parte, substituído pelo PROPUR (...), de pós-graduação sensu-strictu e já em funcionando no Departamento de Urbanismo desde 1971”. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura da UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [s.l., 1972]: 4.

urbanismo “em face do pedido de credenciamento para o curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional”<sup>726</sup>.

Neste mesmo ano, a instituição reconhecia que ele estava sendo extinto gradativamente, “passando disciplinas para o curso de graduação em arquitetura e dando lugar ao atendimento da Reforma Universitária no que concerne à pós-graduação ‘sensu strictu’”<sup>727</sup>.

O próprio estatuto da Faculdade de Arquitetura, aprovado pela congregação em agosto de 1971, não citava mais sua existência<sup>728</sup>.

Em 1972, o curso de urbanismo “continuou em funcionamento nos dois períodos letivos (março-julho e agosto-dezembro), sob o mesmo regime em que funcionou nos últimos anos anteriores à reforma da Universidade”<sup>729</sup>. A partir de então, não foram acolhidos novos alunos. O curso atendeu apenas os que já vinham o frequentando.

O relatório sobre o ano de 1972 refere ainda que o fim do segundo semestre letivo representou “também o encerramento do Curso de Urbanismo”<sup>730</sup>. As disciplinas ministradas no primeiro e segundo semestres de 1972, seu último ano de funcionamento, estão expostas no Quadro 26.

Quando comparadas com as disciplinas vigentes no curso de urbanismo a partir da reforma de 1959, se percebe que há inúmeras novas. O curso se resumia, antes, às seguintes disciplinas: *Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II, Evolução Urbana, Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana I e II, Organização Social das Cidades, Arquitetura Paisagista I e II, Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública* e, finalmente, *Administração Municipal*.

---

<sup>726</sup> CASTILHOS, Júlio R. de [carta nº 436] 16 de junho de 1971, Porto Alegre [para] FURTADO, Jorge Alberto, Porto Alegre. Solicita manifestação acerca do pedido de extinção do curso de urbanismo em face do pedido de credenciamento para o curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 1f..

<sup>727</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 13.

<sup>728</sup> O art. 21 do regimento aprovado pela Congregação e pelo Conselho Universitário em 1971 gravava que a Faculdade de Arquitetura manteria “como Órgão Auxiliar com atribuições supletivas, o Centro de Estudos e Pesquisas de Arquitetura e Urbanismo”. A ele caberia a “função de ensino de pós-graduação, pesquisa, extensão e serviços no campo da arquitetura e do planejamento urbano e regional”. O Gapur e o Propur, antes integrantes do Departamento de Urbanismo, passam a integrar o órgão auxiliar.

<sup>729</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. 7f. [Porto Alegre, 1973]: 1-2.

<sup>730</sup> Ibid.: 3-4.



Quadro 26: Disciplinas ministradas do primeiro e segundo semestre de 1972 do curso de urbanismo da Faculdade de Arquitetura.

<b>CURSO DE URBANISMO</b>
<b>Primeiro semestre de 1972</b>
Teoria do Urbanismo Estudo do Desenvolvimento Sócio-Econômico Tráfego Paisagismo II Análise de Arquitetura II Atelier III (os temas foram de “estudo de setores urbanos de Porto Alegre: Recreação no ‘Conjunto Habitacional Castelo Branco’; Gazômetro – bairro ou setor do centro; Centro – renovação de um setor” <sup>731</sup>
<b>Segundo Semestre de 1972</b>
Geografia da População Estudo do Desenvolvimento Sócio-Econômico Geografia Econômica (incluída no I semestre) Administração Pública Legislação II Serviços e Equipamentos Urbano e Regional III Paisagismo III Estudos dos Problemas Brasileiros Atelier IV (os temas práticos “foram abordados, sob etapas de leitura e estudo e síntese e relato individual por aluno em seminário em aula” (relatório, 1973: 3). Os temas foram: “Planejamento Territorial (...); Grande Santa Rosa; CEASA – Central de Abastecimento de Porto Alegre” <sup>732</sup> .

Fonte: DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. 7f. [Porto Alegre, 1973].

Disciplinas como *Estudo do Desenvolvimento Sócio Econômico*, *Tráfego*, *Análise de Arquitetura*, *Geografia da População*, *Geografia Econômica*, *Estudos dos Problemas Brasileiros*, dentre outras, vão sendo incorporadas ao curso ao longo da década de 1960. Estas inserções aproximam, em parte, o curso de urbanismo do planejamento urbano. Mas, sem fazer com que ele perca sua vinculação à arquitetura (como processo de projeto/composição).

O número de titulados pelo curso de urbanismo ao longo de seus 18 anos de funcionamento não foi grande. Ele “diplomou de 1954 a 1972, 79 urbanistas”<sup>733</sup>. Com seu encerramento, parte de suas disciplinas “migraram” à graduação em arquitetura<sup>734</sup> e parte ao PROPUR.

<sup>731</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. 7f. [Porto Alegre, 1973]: 2.

<sup>732</sup> Ibid.: 3.

<sup>733</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Departamento de Urbanismo. 1. No intuito de uma apreciação sobre... 9f. [s.l., 1973]: 9.

<sup>734</sup> Em 1971 o projeto de criação do PROPUR refere que o curso de urbanismo estava “sendo extinto gradativamente, passando disciplinas para o curso de graduação em arquitetura e dando lugar ao atendimento da Reforma Universitária no que concerne à pós-graduação ‘sensu strictu’”. PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 13.

Todavia, seu fim não o fez sair da pauta do departamento de urbanismo. Uma questão surgida com sua extinção e com a criação do PROPUR vinha, em 1973, “preocupando aos membros deste Departamento [de urbanismo], sendo de interesse também dos urbanistas, egressos do mencionado curso”<sup>735</sup>.

A pergunta que perturbava o departamento à época era a seguinte: o título conferido pelo curso de urbanismo entre os anos de 1954 e 1972 poderia ser equiparado ao de mestre, oferecido aos egressos do PROPUR?

Sobre este tema, foi aprovado, em 12 de setembro de 1973, parecer cintando que “recentemente (...) a Reitoria, a pedido de diplomados pronunciou parecer caracterizando o Curso de Urbanismo como pós-graduação ‘Sensu latu’”<sup>736</sup>. Por esta razão, os professores julgavam que “por isonomia deva ser estendida esta forma legal a todos os diplomados do curso de 1954 a 1972”<sup>737</sup>.

Assim sendo, o título de urbanista, no entender do departamento era, no passado, o mesmo conferido no presente pelo PROPUR: o de mestre. Esta é uma anacronia, já que transfere ao passado uma concepção do presente.

Passaremos, a seguir, a tratar da trajetória do PROPUR.

## 6.3. O PROPUR

### 6.3.1 A criação do PROPUR

A ideia de criação do PROPUR se deveu à “adaptação do Curso de Urbanismo às intenções e possibilidades da lei”<sup>738</sup>. Este trecho se referia, tudo leva a crer, ao art. 17 da lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Ele definia que as universidades ministrariam, a partir de então, as seguintes modalidades de ensino: graduação, pós-graduação, especialização e extensão<sup>739</sup>. Era necessário, assim, criar um curso que se adaptasse às

---

<sup>735</sup> MULLER, Doris Maria [ofício 217/73] 14 de novembro de 1973, Porto Alegre [para] PETZOLD, Nelson Ivan, Porto Alegre. Encaminha assuntos relativos ao curso de Urbanismo, que vinha preocupando aos membros do departamento de urbanismo. 2f.

<sup>736</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Parecer sobre a categoria do Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura. 2f. [Porto Alegre], 1973: 1.

<sup>737</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>738</sup> EXPOSIÇÃO de motivos. 10f. [Porto Alegre, 1970]: 9.

<sup>739</sup> Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam

novas determinações legais. Por convite do departamento de urbanismo, o professor Jorge Guilherme Francisconi<sup>740</sup> e a monitora Waldilea da Rosa<sup>741</sup>, coordenaram “os estudos necessários para sua possível efetivação”<sup>742</sup>.

As formas de se referir ao PROPUR foram, inicialmente, variadas. Nominavam-no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo<sup>743</sup>, programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional<sup>744</sup>, ou ainda de planejamento integrado<sup>745</sup>. Os primeiros professores que fizeram parte dele foram Jorge Guilherme Francisconi, Doris Maria Muller, Osmar Lengler (titulares), Lineu Castello (assistente) e Waldilea da Rosa (monitora)<sup>746</sup>.

Em janeiro de 1970, o departamento de urbanismo procurava instalá-lo<sup>747</sup>. Previa-se que as atividades do programa seriam iniciadas no segundo semestre de 1970. Mas, para que o departamento de urbanismo abrigasse, além do GAPUR, um programa de pós-graduação, teria que “ampliar suas dependências e seus quadros”<sup>748</sup>. Eram necessárias, ao menos, a constituição de uma biblioteca e a contratação de um funcionário responsável por ela<sup>749</sup>.

---

concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular; b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso; c) de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes; d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.

<sup>740</sup> Indicado para a tarefa ainda em 1969, Francisconi é referido como “professor que recentemente terminou seu mestrado e programa de cursos para Doutorado (PhD nos EE.UU.” EXPOSIÇÃO de motivos. 10f. [Porto Alegre, 1970]: 7.

<sup>741</sup> Rosa é referida como “uma arquiteta, estudante de urbanismo, presentemente contratada como monitora”. EXPOSIÇÃO de motivos. 10f. [Porto Alegre, 1970]: 7.

<sup>742</sup> HEKMAN, Marcos David [ofício DU-01/70] 21 de janeiro de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. O departamento de Urbanismo indica Jorge Guilherme Francisconi e Waldilea da Rosa para coordenarem os estudos necessários à implantação do programa de mestrado e doutorado em Urbanismo. 1f.

<sup>743</sup> HEKMAN, Marcos David [ofício U-02/70] 12 de março de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Relaciona os professores que fazem parte da implantação do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. 1f.

<sup>744</sup> EXPOSIÇÃO de motivos. 10f. [Porto Alegre, 1970]: 1.

<sup>745</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 85ª reunião do Conselho Departamental, realizada em 18 de março de 1970: 2.

<sup>746</sup> HEKMAN, Marcos David [ofício U-02/70] 12 de março de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Relaciona os professores que fazem parte da implantação do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. 1f.

<sup>747</sup> EXPOSIÇÃO, op. cit.

<sup>748</sup> Ibid.: 9.

<sup>749</sup> Ibid.

Em 18 de março de 1970, na 85ª reunião do Conselho Departamental, foi aprovada a implantação do PROPUR<sup>750</sup>. Sua defesa foi feita pelo presidente do departamento de urbanismo, Marcos David Heckmann. O projeto seria submetido ainda à consideração da congregação, após complementos “julgados necessários”<sup>751</sup>.

Na reunião seguinte, de 01 de abril de 1970, o conselho aprovou a documentação completa da proposta do departamento de urbanismo e a remeteu à Congregação<sup>752</sup>. Em 4 de maio, o departamento de urbanismo indicou Jorge Guilherme Francisconi como coordenador do PROPUR<sup>753</sup>. No início de julho, o departamento de urbanismo informou à CAPES que contava “com o atual curso de Urbanismo, com o ‘PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo’ e com o GAPUR, Gabinete que já é conhecido desse órgão”<sup>754</sup>.

Contudo, isso não significa que o curso de pós-graduação passou a funcionar prontamente. Em 29 de julho de 1970, seu coordenador sugeria “medidas administrativas para a implantação do Programa de Especialização em Planejamento Urbano e Regional”<sup>755</sup>.

O número de matriculas foi fixado, inicialmente, em quatorze<sup>756</sup>. O programa começou a funcionar sem seus cursos de mestrado e doutorado, mas, provisória e experimentalmente, como especialização<sup>757</sup>.

O início das atividades estava previsto para o dia 3 de agosto de 1970, com a “realização de um ‘Seminário de Planejamento Local Integrado’”<sup>758</sup>. Outro seminário o

---

<sup>750</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 85ª reunião do conselho departamental, realizada em 18 de março de 1970: 2.

<sup>751</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>752</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 86ª reunião do conselho departamental, realizada em 01 de abril de 1970: 2.

<sup>753</sup> HEKMAN, Marcos David [ofício DU-13/70] 4 de maio de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Departamento de urbanismo indica Jorge Guilherme Francisconi como coordenador do PROPUR. 1f.

<sup>754</sup> FACULDADE de Arquitetura [proc. 554/69] 7 de julho de 1970, Porto Alegre [para] LEITE, Celso Barroso, Porto Alegre. Ofício enviado ao diretor executivo da CAPES informando sobre os cursos de urbanismo/planejamento urbano. 1f.

<sup>755</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 92ª reunião do conselho departamental, realizada em 29 de julho de 1970: 1.

<sup>756</sup> Ibid.

<sup>757</sup> Há referências ao curso de especialização, que dá início ao funcionamento do Propur, como de “aperfeiçoamento”. O projeto de criação do PROPUR, encaminhado ao Conselho Federal de Educação, refere que, em 1971, havia um “Curso de Aperfeiçoamento ora em realização com 14 alunos” PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 48.

<sup>758</sup> LUNARDI, Fernando Petersen [carta] 3 de agosto de 1970, Porto Alegre [para] MOREIRA, Rafael Cezar, Porto Alegre. Comunica ao secretário de coordenação e planejamento o processo de implantação do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional. 1f..

sucedeu, o de estatística<sup>759</sup>. Seu processo de entrada em vigor foi, como é possível perceber, lento e gradual. A expectativa era de que o programa de mestrado tivesse início no ano seguinte, 1971.

O PROPUR, desde o início, foi pensado como um programa de pós-graduação aberto a qualquer profissional diplomado. Para a primeira seleção se candidataram 30 profissionais “das seguintes categorias profissionais: Arquitetura; Engenharia; Economia; Geografia; Sociologia”<sup>760</sup>. Poderiam acessá-lo “todos os portadores de diploma de Nível Superior”<sup>761</sup>.

Alegava-se, à época, que o curso de urbanismo estaria se “transformando” no PROPUR<sup>762</sup>. Em 1971, por exemplo, há relato de que o “Curso [de mestrado em Planejamento Urbano e Regional] substitui e reforma, com vantagens, o Curso de Urbanismo para Graduados anteriormente existente na Faculdade de Arquitetura”<sup>763</sup>.

Não parece haver a transformação de um em outro. Mas a extinção de um e a criação de outro, com incorporação de parte de suas disciplinas e do corpo docente pelo PROPUR.

Mas passemos a uma descrição mais detalhada do curso oferecido pelo programa. Em 1971, o departamento de urbanismo encaminhou à direção da Faculdade documento que o apresentava em suas linhas gerais. Consta nele que o programa teria como objetivos “a. Promover o aprimoramento técnico e científico; b. Cultivar a investigação científica; c. Elevar a qualidade de ensino”<sup>764</sup>.

As disciplinas oferecidas pelo curso (e seu respectivo número de créditos) estão expostas no Quadro 27.

---

<sup>759</sup> LUNARDI, Fernando Petersen [carta] 1 de setembro de 1970, Porto Alegre [para] LEITE, Celso Barroso, Rio de Janeiro. 4f. Confirma ao assessor chefe da CAPES a consulta verbal feita em 30 de julho pela professora Dóris Maria Muller, sobre a possibilidade de prever auxílios ao PROPUR: 1.

<sup>760</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>761</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 5f. Porto Alegre, [1971]: 2.

<sup>762</sup> Por exemplo, “procurando ainda a transformação do atual curso [de urbanismo] num Programa de Pós Graduação em nível de Mestrado e Doutorado” EXPOSIÇÃO de motivos. 10f. [Porto Alegre, 1970?]: 7. Ou ainda, “o Programa foi criado pelo Departamento de Urbanismo, que se propôs esta transformação do atual Curso de Urbanismo” LUNARDI, Fernando Petersen [carta] 1 de setembro de 1970, Porto Alegre [para] LEITE, Celso Barroso, Rio de Janeiro. 4f. Confirma ao assessor chefe da CAPES a consulta verbal feita em 30 de julho pela professora Dóris Maria Muller, sobre a possibilidade de prever auxílios ao PROPUR: 1.

<sup>763</sup> MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme de M. [ofício DU-07/71] 4 de março de 1971, Porto Alegre [para] OTEIZA, Enrique, [s.l.]. 2f. Comunica ao secretário executivo da Comisión de Desarrollo Urbano y Regional a existência do GAPUR e do PROPUR na FA-UFRGS: 1.

<sup>764</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, op. cit.: 1.

Quadro 27: Disciplinas do PROPUR, 1971.

<b>Disciplinas básicas obrigatórias:</b>
Urb. 01 – Introdução ao Planejamento – 2 cr. Urb. 02 – Análise do Espaço Urbano e Regional – 2 cr. Urb. 03 – Equipamento Básico da Comunidade – 2 cr. Urb. 04 – Economia Urbana e Regional – 2 cr.
<b>Disciplinas obrigatórias para Planejamento Urbano:</b>
Urb. 05 – Atelier em Planejamento Urbano I – 3 cr. Urb. 06 – Atelier em Planejamento Urbano II – 3 cr. Urb. 07 – Seminário sobre Planejamento Municipal Integrado – 3 cr.
<b>Disciplinas obrigatórias para planejamento Regional:</b>
Urb. 08 – Atelier em Planejamento Regional I – 3 cr. Urb. 09 – Atelier em Planejamento Regional II – 3 cr. Urb. 10 – Seminário sobre Planejamento Regional Integrado – 3 cr.
<b>Disciplinas Optativas:</b>
Urb. 11 – Planejamento e Desenvolvimento – 2 cr. Urb. 12 – Habitação e Uso do Solo – 2 cr. Urb. 13 – Teoria da Localização e Sistemas Regionais -3 cr. Urb. 14 – Planejamento Urbano nos EE.UU. e Europa – 3 cr. Urb. 15 – Planejamento Regional nos EE.UU. e Europa – 3 cr. Urb. 16 – História da Cidade e do Urbanismo – 3 cr. Urb. 17 – Seminário sobre Áreas Metropolitanas e Micro-Região – 3 cr. Urb. 18 – Sistemas Políticos Administrativos Urbanos – 3 cr. Urb. 19 – Paisagismo e Espaço Urbano – 3 cr. Urb. 20 – Pesquisas e Conhecimento em Planejamento – 3 cr.
<b>Disciplinas Suplementares Obrigatórias:</b>
Urb. 100 – Estatística Aplicada ao Planejamento Urb. 101 – Metodologia de Pesquisa Urb. 102 – Demografia

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 5f. Porto Alegre, [1971].

O curso, afirma finalmente o documento, poderia transcorrer em 18 meses, se cursado em tempo integral. Se a dedicação do aluno fosse de tempo parcial, o curso poderia ser concluído em até 4 anos.

O início de seu funcionamento, sem preparação prévia, criou algumas dificuldades. Uma das mais importantes, a de estrutura física.

### **6.3.2. As dependências do PROPUR (e do departamento de urbanismo)**

As dependências do departamento de urbanismo – e dos cursos a ele vinculados – foram um grande problema enfrentado no início da década. Ele crescia em atribuições

e atividades (GAPUR, curso de urbanismo, bolsistas, PROPUR, projetos variados, etc.), mas suas instalações não acompanhavam este crescimento.

Em março de 1971, o departamento solicitava à direção da Faculdade remodelações<sup>765</sup>. Meses após, em junho, comunicava as más condições enfrentadas pelo PROPUR “a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias à sua implantação adequada e definitiva, ou suspensão temporária de suas atividades”<sup>766</sup>.

O PROPUR, neste ano, funcionou “nas dependências do Departamento de Urbanismo em pavilhão dotado de quatro salas interligadas, sem condições para estudo individual ou para ministrar ensino”<sup>767</sup>. Seus espaços não permitiam privacidade, não havia lugar para uma biblioteca.

Uma comissão do departamento de urbanismo, após estudos, considerou serem necessários mais 600 m<sup>2</sup> de área para um bom funcionamento da pós-graduação. A divisão de obras da universidade, por sua vez, estimava em 1.876 m<sup>2</sup> suas necessidades.

Outro problema se referia aos recursos didáticos. Como constatava o departamento, sem recursos para compra de livros e sem biblioteca própria, o programa não conseguia oferecer aos estudantes obras para serem consultadas, “senão aqueles [livros] fornecidos pelos próprios professores”<sup>768</sup>. Além disso, “planos e estatísticas recebidas pelos professores ou doados ao Departamento ‘empilham-se’ pela carência de recursos materiais e humanos para organizar a biblioteca”<sup>769</sup>. Era, enfim, um quadro de bastante precariedade.

Por isso, o ensino do curso não vinha atingindo “os padrões mínimos desejados”<sup>770</sup>. Se se mantinha a qualidade, isto se dava “graças a uma especial dedicação e abnegação do corpo docente e discente, os quais não têm condições de

---

<sup>765</sup> HEKMAN, Marcos David [ofício DU-08/71] 5 de março de 1971, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. 2f. Solicita remodelação das dependências do departamento de urbanismo: 1.

<sup>766</sup> MACEDO, Francisco Riopardense; MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; LENGLER, Jorge Osmar [ofício DU-81/71] 15 de junho de 1971, Porto Alegre [para] FURTADO, Jorge Alberto, Porto Alegre. 6f. Descreve ao superintendente da UFRGS as dificuldades enfrentadas pelo departamento de urbanismo e pelo PROPUR: 1.

<sup>767</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>768</sup> Ibid.: 2.

<sup>769</sup> Ibid., loc. cit..

<sup>770</sup> Ibid.: 3.

manter por mais tempo um esforço neste nível”<sup>771</sup>. O momento era tão difícil que o PROPUR se sentia, por vezes, “moralmente” impedido de aceitar candidatos<sup>772</sup>.

Tudo isso fazia com que os estudantes, insatisfeitos, solicitassem “dos responsáveis pelo Programa medidas e soluções que mantenham o ensino em condições adequadas a pós-graduação”<sup>773</sup>.

Mas os problemas estruturais do departamento – e conseqüentemente do PROPUR – não atingiam apenas o moral de seus componentes. O mais importante era que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), apesar do interesse em indicar o PROPUR “como centro nacional de Mestrado nesta área do saber”<sup>774</sup>, não o faria em suas condições de funcionamento. Sem este reconhecimento, seria impossível pleitear “recursos junto ao FUNTEC [Fundo Tecnológico] do BNDE [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico] (...) [e à] OEA [Organização dos Estados Americanos] e outros órgãos financiadores nacionais e internacionais”<sup>775</sup>.

Cogitava-se, inclusive, à ocasião, a “construção de um pavilhão desmontável, em terreno nas proximidades do Edifício da Faculdade de biblioteconomia e Comunicação, com a área aproximada de 350 m<sup>2</sup>, para instalação do Departamento de Urbanismo”<sup>776</sup>. Imaginava-se que, em breve, seriam iniciados os trabalhos da avenida primeira perimetral, o que arrasaria o atual campus central da UFRGS e, conseqüentemente, demoliria o pavilhão de madeira onde estava instalado o programa.

E esta proposta por pouco não se realizou. Na reunião do conselho departamental de 25 de junho de 1971 são citadas as providências tomadas junto à reitoria para construção do pavilhão desmontável “em terreno da Universidade, nas

---

<sup>771</sup> MACEDO, Francisco Riopardense; MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; LENGLER, Jorge Osmar [ofício DU-81/71] 15 de junho de 1971, Porto Alegre [para] FURTADO, Jorge Alberto, Porto Alegre. 6f. Descreve ao superintendente da UFRGS as dificuldades enfrentadas pelo departamento de urbanismo e pelo PROPUR: 3.

<sup>772</sup> Ibid., loc. cit. “Sendo o único brasileiro nesta área, temos recebido solicitações de candidatos com os melhores currículos possíveis. Por exemplo, são candidatos ao Programa os professores da UFRGS: Gervásio Neves, Gisela Copstein, Renato Saul, Hans Thofern. Nas condições atualmente existentes, não serão respondidas as expectativas de candidatos, deste nível, sentindo-se o CPG do PROPUR “moralmente” impedido de aceita-los”.

<sup>773</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>774</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>775</sup> Ibid.: 4.

<sup>776</sup> CASTILHOS, Júlio Ribeiro de [carta] 22 de junho de 1971, Porto Alegre [para] WOLFF, Ivo, Porto Alegre. 2f. Solicita ao vice reitor da UFRGS autorização para imediata construção de pavilhão desmontável em terreno próximo ao edifício da Faculdade de Biblioteconomia e comunicação: 1.



proximidades do Planetário, afim de que possa ser instalado o Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional”<sup>777</sup>.

Todavia, outras soluções foram imaginadas. Outra hipótese seria alugar “um imóvel de aproximadamente 400 m<sup>2</sup>, situado preferencialmente na zona central de Porto Alegre, por tempo indefinido, enquanto aguarda-se a solução dada pela UFRGS”<sup>778</sup>.

Supunha-se ainda que a construção da nova “Cidade Universitária” – o campus do vale – iria “propiciar um amplo local para instalação das funções universitárias em local afastado 15km do centro da cidade”<sup>779</sup>.

Mas, como eram exatamente as dependências do departamento e do PROPUR? Em 12 de outubro de 1971, o departamento de urbanismo expunha detalhadamente como era o “pavilhão de madeira, existente à Rua Sarmento Leite, fundos da Rádio da Universidade e ao lado da Faculdade de Arquitetura”<sup>780</sup>, em que estava acomodado. A Figura 27, abaixo, representa a disposição de seus ambientes.

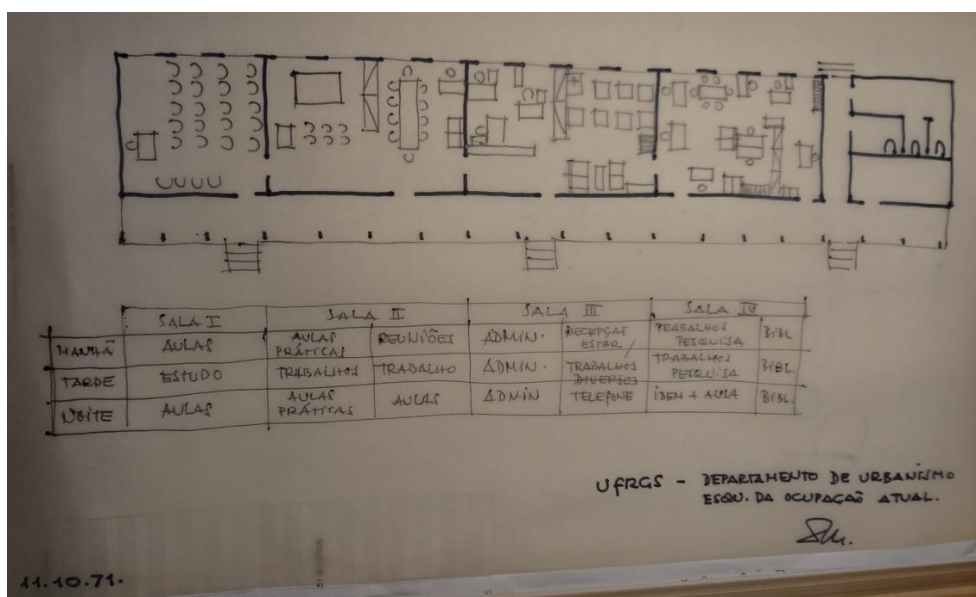


Figura 27: Croqui das dependências do departamento de urbanismo da Faculdade de Arquitetura. Fonte: MULLER, Dóris Maria [ofício 172-71] 12 de outubro de 1971, Porto Alegre [para] VIANNA, Luiz Duarte, Porto Alegre. 5f. Encaminhado ao diretor do Setor Físico Territorial (SEFIT) da UFRGS descrição do pavilhão onde estava instalado o departamento de urbanismo: 1.

<sup>777</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 3ª reunião do conselho departamental, realizada em 25 de junho de 1971: 2.

<sup>778</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 51.

<sup>779</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>780</sup> MULLER, Dóris Maria [ofício 172-71] 12 de outubro de 1971, Porto Alegre [para] VIANNA, Luiz Duarte, Porto Alegre. 5f. Encaminhado ao diretor do Setor Físico Territorial (SEFIT) da UFRGS descrição do pavilhão onde estava instalado o departamento de urbanismo: 1.

É, como se nota, uma sucessão de quatro salas dispostas lado a lado e, na extrema direita, sanitários. No inverno, o alpendre à frente de todos os ambientes era pouco usado, “funcionando o pavilhão como um corredor da primeira à última sala”<sup>781</sup>.

A sala 1 (de aula), na extrema esquerda, era ocupada “no período da manhã por uma turma do PROPUR (...) ou ambas, em disciplinas conjuntas (...); à noite por turma do curso de Urbanismo”<sup>782</sup>. Além disso, ela era usada como sala para cursos e, de tarde, como local de estudo dos alunos.

A sala 2 (de aulas e do departamento) era “repartida por dois armários de professores, significando-se um canto para aulas de ateliê e outro, para reuniões do Departamento”<sup>783</sup>.

A sala 3 (de administração, desenho e recepção) era a entrada principal do Departamento. Estava “separada por armários da parte administrativa do Departamento (...). A outra parte com um conjunto de poltronas serve para receber pessoas além de abrigar mesas de desenho que são ocupadas pelo pessoal auxiliar de pesquisas”<sup>784</sup>.

A sala 4 (de professores, pesquisadores, bolsistas e biblioteca) era a da “produção intelectual”<sup>785</sup>. Havia nela “escrivatinhas que servem a 8 professores de ocupação diária no Departamento (...) e aos 5 bolsistas do PROPUR. (...) A sala é ocupada nos três turnos para trabalhos de professores e bolsistas, além de nela serem dadas aulas do curso de Urbanismo, à noite”<sup>786</sup>.

A situação permaneceu a mesma em 1972. Neste ano, Francisco Riopardense de Macedo, Antônio Chaves Barcellos e Doris Maria Muller ressaltavam “as deficientes condições de espaço físico do local onde funcionam aquele Departamento [de urbanismo] e o Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional”<sup>787</sup>.

Só em 1973 o galpão foi abandonado. A partir daí, o departamento passou a dispor de “excelentes condições físicas de trabalho, no 4º andar da Faculdade de

---

<sup>781</sup> MULLER, Dóris Maria [ofício 172-71] 12 de outubro de 1971, Porto Alegre [para] VIANNA, Luiz Duarte, Porto Alegre. 5f. Encaminhado ao diretor do Setor Físico Territorial (SEFIT) da UFRGS descrição do pavilhão onde estava instalado o departamento de urbanismo: 3.

<sup>782</sup> Ibid.: 1.

<sup>783</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>784</sup> Ibid.: 2.

<sup>785</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>786</sup> Ibid., loc. cit..

<sup>787</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação, realizada em 28 de junho de 1972: 3.

Arquitetura”<sup>788</sup>. Com a transferência para o prédio da Faculdade de Arquitetura, “o PROPUR concretizou etapa básica para sua implantação qual seja, o de instalações físicas adequadas ao desenvolvimento de suas atividades”<sup>789</sup>.

### 6.3.3. O processo de reconhecimento

Apesar de vigorar, em 1971, “em caráter definitivo e integral”<sup>790</sup>, o PROPUR tardou a ser reconhecido.

Jorge Guilherme Francisconi, responsável pelo programa, esteve no Rio de Janeiro entre os dias 24 e 26 de maio daquele ano, por determinação da direção da Faculdade, para “tratar de assuntos relativos ao reconhecimento do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional”<sup>791</sup>. Lá fez contatos com o CNPq, com o Conselho Federal de Educação, dentre outros.

O relatório que Francisconi encaminhou ao departamento de urbanismo sobre esta viagem revela detalhes sobre o tortuoso caminho percorrido para a aprovação do programa junto aos órgãos federais – CNPq e Conselho Federal de Educação.

Afirmava ele que, “durante o segundo semestre de 1970 foram encaminhadas ao CNPq duas cópias do Projeto do PROPUR visando obter o seu reconhecimento como Centro de Ensino de Pós-Graduação”<sup>792</sup>. A primeira delas, entregue pelo próprio reitor.

Tempos depois, Ivan Gonçalves de Freitas, “Diretor Técnico do CNPq solicitou a reformulação do Projeto, o qual deveria ser estruturado segundo as normas específicas da instituição”<sup>793</sup>. Sua reelaboração foi concluída em 16 de abril de 1971. Francisconi leva-o pessoalmente ao CNPq e entrega-o em mãos a Ivan Gonçalves.

Ele reconhecia a importância do parecer positivo do CNPq. Afirmava ele:

---

<sup>788</sup> MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; LENGLER, Osmar Jorge; VERONESE, Roberto Felix [ofício 183/73] 17 de setembro de 1973, Porto Alegre [para] GONÇALVES, Suzana, Rio de Janeiro. 4f. Encaminha à chefe de assessoria de programas da CAPES o relatório da aplicação de recursos da CAPES no PROPUR: 2.

<sup>789</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório das atividades de maio a agosto de 1973. 7f. [s.l., 1974?]: 3.

<sup>790</sup> Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 5f. Porto Alegre, [1971]: 1.

<sup>791</sup> FRANCISCONI, Jorge Guilherme [ofício 78-71] 8 de junho de 1971, Porto Alegre [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. 3f. Encaminha ao chefe do departamento de urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS relatório das atividades desenvolvidas entre 24 e 26 de maio no Rio de Janeiro: 1.

<sup>792</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>793</sup> Ibid., loc. cit.

O veredito deste Conselho é da mais alta importância para o PROPUR, pois que deste reconhecimento depende o prosseguimento (ou não) do Programa de Pós-Graduação, bem como a obtenção de recursos junto ao CAPES, ao FUNTEC do BNDE, bem como de outros órgãos financeiros nacionais e internacionais<sup>794</sup>.

Sobre a tramitação no Conselho Federal de Educação (CFE), Francisconi cita que o projeto havia sido encaminhado pela reitoria no final do ano de 1970. Pouco depois, foram feitas buscas para obtenção do número com que foi protocolado e de seu andamento. Contudo, nenhuma informação foi encontrada. A ida de Francisconi ao Conselho Federal era, dentre outras coisas, para sanar este problema.

Lá descobriu que o projeto do PROPUR havia sido protocolado junto com outros da UFRGS. Ou seja, não foi um processo numerado à parte, mas junto com diversos outros. Por esta razão não havia sido encontrado.

No Rio, descobriu também que o professor Lauro Bastos Birkholz, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, era o relator do processo. E que o reitor da UFRGS havia solicitado envio de passagem aérea para que Birkholz visitasse as instalações do Propur, passo necessário à sua aprovação.

Francisconi achava prematura a visita do professor da FAU-USP, “tendo em vista a situação atual do Programa, que ainda deve melhorar suas condições de atuação antes de receber a honrosa visita”<sup>795</sup>.

Em julho de 1971, o relator do processo de criação do PROPUR, Lauro Bastos Birkholz, visitou a Faculdade de Arquitetura. O representante do CFE comunicou que aprovaria condicionalmente o projeto. Via ainda como necessárias a criação de “melhores condições materiais para trabalho dos alunos”, bem como “uma biblioteca adequada, estrutural e funcionalmente, à um programa em nível de pós-graduação e de manter um número maior de professores em tempo integral”<sup>796</sup>.

Pouco depois, em 11 de agosto, o diretor técnico do CNPq chegou a Porto Alegre para verificar as condições existentes para o programa. E, conforme documento

---

<sup>794</sup> FRANCISCONI, Jorge Guilherme [ofício 78-71] 8 de junho de 1971, Porto Alegre [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. 3f. Encaminha ao chefe do departamento de urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS relatório das atividades desenvolvidas entre 24 e 26 de maio no Rio de Janeiro: 2.

<sup>795</sup> Ibid.: 3.

<sup>796</sup> LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme [ofício DU-127/71] 18 de agosto de 1971, Porto Alegre [para] WOLF, Ivo, Porto Alegre. 2f. Informa sobre o processo de reconhecimento do PROPUR: 1.

do departamento de urbanismo, “as observações e restrições feitas pelo Professor Ivan foram, em tudo, semelhantes àquelas manifestadas pelo Professor Birkholz”<sup>797</sup>.

Em 19 dezembro de 1971, foi encaminhado a Birkholz novo projeto do PROPUR, “revisto agora de acordo com as recomendações de Vossa Senhoria, por ocasião de sua estada em Porto Alegre, no mês de julho”<sup>798</sup>. As revisões se referiam à estrutura curricular<sup>799</sup>, ao corpo docente<sup>800</sup>, à biblioteca e ao espaço físico<sup>801</sup>.

Mas os obstáculos ao funcionamento do PROPUR se mantinham. Os professores do departamento de urbanismo, em 1972, se queixavam ao superintendente acadêmico da UFRGS. Segundo eles, recursos da CAPES “para contratação de professores, compra de livros, de móveis e de equipamentos permanecem desde janeiro (...) depositados na Reitoria porque aguardamos: 1) Nomeação de Coordenador; 2) Espaço físico onde colocar o mobiliário a ser adquirido”<sup>802</sup>.

Por todas as dificuldades encontradas, “o entusiasmo inicial de criação do PROPUR não mais persiste entre os alunos, e entre muitos professores”, referiam Francisconi, Muller e Veronese no mesmo ano<sup>803</sup>.

Contudo, meses após, em 06 de junho, Jorge Guilherme Francisconi encaminhou ao chefe do departamento de urbanismo, Francisco Riopardense de Macedo, a seguinte notícia: a “comissão de Pós-Graduação do PROPUR tem o prazer de comunicar a Vossa Senhoria que o reconhecimento deste Programa junto ao Conselho Federal de Educação (CFE) recebeu parecer favorável do Relator Lauro Bastos Birkholz”<sup>804</sup>.

Havia ainda restrições a respeito dos currículos dos professores. Isto resolvido, o PROPUR obteria seu reconhecimento definitivo.

---

<sup>797</sup> LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme [ofício DU-127/71] 18 de agosto de 1971, Porto Alegre [para] WOLF, Ivo, Porto Alegre. 2f. Informa sobre o processo de reconhecimento do PROPUR: 2.

<sup>798</sup> MACEDO, Francisco Riopardense de; MULLER, Doris Maria [carta] 1º de dezembro de 1971, Porto Alegre [para] BIRKHOLZ, Lauro Bastos, [s.l.]. Encaminha via do projeto do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS revisto de acordo com as recomendações de Birkholz. 3f.

<sup>799</sup> Sobreposição e lacuna de conteúdos, denominação de disciplinas, inclusão de disciplinas.

<sup>800</sup> Contratação de professores, processo ainda em andamento.

<sup>801</sup> Situação ainda pendente.

<sup>802</sup> LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme de M.; MULLER, Dóris Maria; VERONESE, Roberto Felix [ofício 103/72] 13 de junho de 1972, Porto Alegre [para] CIBYS, Walter Otto, Porto Alegre. Coordenação do PROPUR expõe ao superintendente acadêmico da UFRGS a evolução do programa desde 1970 e solicita medidas por parte da reitoria: 3.

<sup>803</sup> Ibid.: 4.

<sup>804</sup> FRANCISCONI, Jorge Guilherme [circular nº002/72] 6 de junho de 1972, Porto Alegre [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. 1f. Comunica que o reconhecimento do PROPUR junto ao CFE recebeu parecer favorável do relator Lauro Bastos Birkholz.

#### 6.3.4. O Projeto do PROPUR

O “projeto do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS”, encaminhado em dezembro de 1971, a Lauro Bastos Birkholz, estabelecia três critérios para sua aprovação: a importância para a educação, para o desenvolvimento nacional e para a formação profissional.

A importância para a educação residia na inexistência de tradição de mestrado e doutorado na área de planejamento no país. Na América latina, por exemplo, existia “apenas o PIAPUR (Projeto Interamericano de Planejamento Urbano y Regional) sediado em Lima, Peru”<sup>805</sup>. Assim, seria necessário preencher esta lacuna.

Por outro lado, “estando o Brasil inteiro a concentrar seus esforços no aceleramento do processo desenvolvimentista, o Planejamento Territorial a qualquer nível”<sup>806</sup> era meta prioritária. A importância desde o ponto de vista do desenvolvimento nacional se associava a este contexto: as áreas metropolitanas deveriam ser planejadas, dada sua importância para o desenvolvimento do país. Logo, era “do alto interesse nacional a existência de técnicos altamente capacitados no setor do Planejamento”<sup>807</sup>.

Por fim, a carência de profissionais na área de planejamento vinha “restringindo a expansão do processo, determinando, por vezes, retardamento aos planejamentos ou implantações incorretas atrasando e prejudicando o processo como um todo”<sup>808</sup>. Por esta razão, sua importância desde a formação profissional residia na necessidade de “formação de técnicos que possam atuar de forma devida, criando ainda, através da pesquisa uma independência das tecnologias importadas, nem sempre apropriadas ao caso nacional”<sup>809</sup>.

Na pós-graduação em planejamento urbano e regional seriam:

---

<sup>805</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 8.

<sup>806</sup> Ibid.: 10.

<sup>807</sup> Ibid.: 11.

<sup>808</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>809</sup> Ibid.: 11-12.

por um lado, preparados recursos humanos com ampla capacitação para as atividades de pesquisa, de ensino e de compreensão dos fenômenos urbanos, regionais e locais, e para atuação individual ou em equipes multi-profissionais; por outro lado, poderá ser buscada, através de instrumentos apropriados e adaptados às condições brasileiras, a compreensão global do nosso ambiente para fixação de meios e processos para sua melhora<sup>810</sup>.

No processo de admissão no curso, os candidatos deveriam demonstrar conhecimentos mínimos em: a) Urbanismo; b) Economia; c) Sociologia; d) Administração; e) Geografia; f) Política; g) Inglês<sup>811</sup>.

O programa estava organizado em “quatro áreas ou categorias principais de disciplinas”<sup>812</sup>: 1. Disciplinas instrumentais; 2. Disciplinas básicas; 3. Disciplinas profissionais; 4. Disciplinas complementares.

As disciplinas instrumentais seriam “aquelas que propiciam conhecimentos técnicos de caráter instrumental, permitindo maior compreensão e desenvolvimento das disciplinas básicas e profissionais do currículo”<sup>813</sup>. Seriam elas: *Matemática* (2 cred.), *Estatística Aplicada* (2 cred.), *Metodologia de Pesquisa* (2 cred.), *Estudos de Sistemas e Programação Linear* (2 cred.). O aluno deveria cumprir obrigatoriamente no mínimo 4 créditos.

As disciplinas básicas forneceriam “as bases científicas, necessárias às atividades interprofissionais do planejamento, sendo de caráter obrigatório”<sup>814</sup>. Seriam elas: *Teoria do Planejamento* (2 cred.); *Análise do Espaço Urbano e Regional* (2 cred.); *Economia Urbana e Regional* (2 cred.); *Análise Sociológica Urbana e Rural* (2 cred.); *Estrutura Financeira e Administrativa Municipal* (2 cred.); *Estudos de Problemas Brasileiros* (2 cred.); *Equipamento básico da comunidade* (4 cred.). O aluno deveria cumprir obrigatoriamente todas as disciplinas.

As disciplinas profissionais visavam desenvolver no estudante a “capacidade analítica e criadora dos alunos em áreas específicas de sua atividade profissional, através da aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos e do desenvolvimento de

---

<sup>810</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 11-12.

<sup>811</sup> Ibid.

<sup>812</sup> Ibid.: 19-20.

<sup>813</sup> Ibid.: 20.

<sup>814</sup> Ibid., loc. cit.

processos metodológicos”<sup>815</sup>. Elas refletiriam “a opção dos alunos quanto à área específica de sua atuação profissional”<sup>816</sup>. Seriam duas: formação em planejamento local e em planejamento regional.

Se o estudante pretendesse se formar em planejamento local, ele deveria cursar as seguintes disciplinas: *Pesquisa e Análise Municipal e Urbana* (3 cred.), *Planejamento e Programação Municipal e Urbano* (3 cred.) e *Seminário em Planejamento Local* (3 cred.).

Se fosse atuar no planejamento regional deveria cursar: *Pesquisa e Análise Regional* (3 cred.), *Planejamento e Programação Regional* (3 cred.) e *Seminário em Planejamento Regional* (3 cred.).

Havia ainda disciplinas complementares, oferecidas pelo próprio programa e por outros programas de pós-graduação<sup>817</sup>. As ministradas pelo PROPUR seriam: *Habitação* (2 cred.), *Teoria da Localização e Sistemas Regionais* (3 cred.), *Seminário em Planejamento Comparado* (3 cred.), *Seminário em Áreas Metropolitanas e Micro-Regiões* (2 cred.), *Sistema Político-Administrativo* (2 cred.), *Paisagismo e Espaço Urbano* (2 cred.), *Evolução Urbana* (3 cred.) e *Leitura e Pesquisa em Planejamento* (2 a 3 cred.).

Outras disciplinas complementares poderiam ser cursadas nos seguintes programas: de pós-graduação do Centro de Estudo e Pesquisa em Economia da UFRGS, nas áreas de economia rural, sociologia rural e economia; de pós-graduação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas; de pós-graduação em Administração.

As complementares da economia eram: *Metodologia de Pesquisas*, *Técnica de Comunicação*, *Psicologia Social*, *Sociologia do Desenvolvimento*, *Desenvolvimento das Comunidades*, *Teoria Sociológica*, *Teoria Econômica – Macro*, *Administração Rural*. As da hidráulica eram: *Planejamento de Recursos Hídricos*, *Análise de Sistemas e Simulação*. As disciplinas da administração estavam sendo implantadas. Por esta razão não são listadas no projeto do PROPUR.

---

<sup>815</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 21.

<sup>816</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>817</sup> As disciplinas complementares do curso compreendiam “tanto aquelas ministradas neste programa como aquelas ministradas em outros Centros de Pós-Graduação desta Universidade, cabendo à Comissão de Pós-Graduação determinar quanto à sua aceitação pelo Programa”. Ibid.: 21-22.



Os alunos deveriam cumprir, obrigatoriamente, 7 créditos de disciplinas complementares. O Quadro 28 resume a seriação, disciplinas e indica os professores de algumas disciplinas. Adiante serão tratados os conteúdos de parte destas disciplinas.

Quadro 28: disciplinas e professores conforme o projeto de criação do PROPUR, 1971.

<b>DISCIPLINAS INSTRUMENTAIS</b>	<b>PROFESSORES</b>
Matemática	X
Estatística Aplicada [ao Planejamento]	Hebert Q. Calhau (sem titulação)
Metodologia de Pesquisa	X
Estudo de Sistemas e Programação Linear	X
<b>DISCIPLINAS BÁSICAS</b>	<b>PROFESSORES</b>
Teoria do Planejamento	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)
Análise do Espaço Urbano e Regional	Osmar Jorge Lengler (urbanista)
Economia Urbana e Regional	Hamilton Tolosa (economista, professor convidado) e Celsus Lodder (economista)
Análise Sociológica Urbana e Rural	X
Estrutura Financeira e Administrativa Municipal	X
Estudos de Problemas Brasileiros	X
Equipamento básico da comunidade	Francisco Riopardense de Macedo (engenheiro urbanista) e Antônio Chaves Barcellos (arquiteto, urbanista)
<b>DISCIPLINAS PROFISSIONAIS</b>	<b>PROFESSORES</b>
<b>EM PLANEJAMENTO LOCAL<sup>818</sup></b>	
Pesquisa e Análise Municipal e Urbana	Osmar Jorge Lengler (urbanista) e Roberto Felix Veronese (arquiteto, urbanista)
Planejamento e Programação Municipal e Urbana	Osmar Jorge Lengler (urbanista) e Roberto Felix Veronese (arquiteto, urbanista)
Seminário em Planejamento Local <sup>819</sup> [Seminário Planejamento Municipal Integrado]	Mario Laranjeira (engenheiro) Jorge Wilhelm (arquiteto) Adina Nera (urbanista) Eduardo Novais (sociólogo)
<b>EM PLANEJAMENTO REGIONAL</b>	
Pesquisa e Análise Regional	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)
Planejamento e Programação Regional [Planos e Programas Regionais]	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)
Seminário em Planejamento Regional <sup>820</sup> [Seminário em Planejamento Regional Integrado]	X
<b>DISCIPLINAS COMPLEMENTARES</b>	<b>PROFESSORES</b>
<b>Ministradas pelo Propur</b>	
Habitação	Marcos David Heckman (arquiteto)
Teoria da Localização e Sistemas Regionais	Hamilton Tolosa (economista)
Seminário em Planejamento Comparado	Doris Maria Muller (arquiteta, urbanista)
Seminário em Áreas Metropolitanas e Micro-Regiões	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)

<sup>818</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 4f. Porto Alegre, [1972]: 2.

<sup>819</sup> Esta disciplina, em 1972, era denominada “Seminário em Planejamento Urbano” e fazia parte das disciplinas complementares. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 4f. Porto Alegre, [1972]: 3.

<sup>820</sup> Esta disciplina, em 1972, fazia parte das disciplinas complementares. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 4f. Porto Alegre, [1972]: 3.

Sistema Político-Administrativo [Sistemas Político-Administrativos Urbanos]	Francisco Ferraz (sem titulação)
Paisagismo e Espaço Urbano	Francisco Riopardense de Macedo (engenheiro urbanista)
Evolução Urbana	Doris Maria Muller (arquiteta, urbanista)
Leitura e Pesquisa em Planejamento	X
<b>Centro de Estudo e Pesquisa em Economia</b> <sup>821</sup>	
Metodologia de Pesquisas [Pesquisa Aplicada ao Planejamento]	X
Técnica de Comunicação	X
Psicologia Social	X
Sociologia do Desenvolvimento	X
Desenvolvimento das Comunidades	X
Teoria Sociológica	X
Teoria Econômica – Macro	X
Administração Rural	X
<b>Instituto de Pesquisas Hidráulicas</b>	
Planejamento de Recursos Hídricos	X
Análise de Sistemas e Simulação	X

Fonte: PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971].

Delas, as que em alguma medida continuaram às do extinto curso de urbanismo são: *Teoria do Planejamento* (similar, em parte, à de *Teoria e Prática dos Planos de Cidades*); *Evolução Urbana* (como à de mesmo nome); *Estatística Aplicada ao Planejamento* (análoga, em parte, à de *Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana I*); *Paisagismo e Espaço Urbano* (semelhante à de *Arquitetura Paisagista*); e *Estrutura Financeira e Administração Municipal* (similar, em parte, à de *Administração Municipal*).

Em seu projeto, o PROPUR reconhecia não atender plenamente a composição do corpo docente. Argumentava que, “sabida é a dificuldade de atender imediatamente, no Brasil, de forma integral as exigências feitas neste particular, pelo Conselho Federal de Educação”<sup>822</sup>. Entretanto, a Faculdade de Arquitetura considerava “que os professores designados para o curso, reúnem excelentes condições para levar a bom termo o empreendimento”<sup>823</sup>.

Mesmo incompleto, o corpo docente era composto por “professores com longa experiência no magistério Superior, inclusive alguns com larga vivência

<sup>821</sup> As disciplinas complementares oferecidas pelo Centro de Estudos e Pesquisa em Economia não constavam na lista de 1972.

<sup>822</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 42.

<sup>823</sup> Ibid., loc. cit.

profissional”<sup>824</sup>. Apesar de poucos terem “titulação de Mestre ou PhD (...), observa-se em seus Currículos uma larga experiência e um renome profissional que os capacita a coordenarem a implantação do Programa”<sup>825</sup>.

Eles eram, como o corpo discente, de origens profissionais variadas (arquitetos, urbanistas, economistas, geógrafos, educadores, sociólogos, dentre outros) e viriam do Brasil e do exterior. Além do mais, a vinda de professores “de outros países e dos centros mais avançados do país permitem dotar o Curso de um alto nível qualitativo, de acordo com o que os órgãos superiores de Ensino exigem dos Programas de Pós-Graduação”<sup>826</sup>. Os professores e seu regime de contratação estão expostos no Quadro 29.

O PROPUR, segundo Jorge Guilherme Francisconi (2002: 74) reuniu “o pensamento dos antigos professores do curso de Urbanismo – formados no urbanismo francês – com aqueles mais recentemente chegados do exterior, alguns com a formação de *urban planner* saxônico”. Percebe-se, a partir dos dados expostos e desta afirmação de Francisconi, que as origens teóricas, profissionais e geográficas dos professores eram de fato variadas.

Mas, ainda segundo o mesmo autor, “o Atelier tinha como função ser o lócus de integração do saber e da experiência de alunos e dos professores” (FRANCISCONI, 2002: 79). Apesar da diversidade, o atelier (nesse caso, não voltado somente para a composição na escala urbana) foi o centro da formação, momento articulador da pluralidade de conhecimentos envolvidos na elaboração de “planos”.

É necessário, para completar a compreensão sobre o início do funcionamento do PROPUR, que passemos aos programas das disciplinas do programa. É o que faremos no próximo sub-capítulo.

---

<sup>824</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 42.

<sup>825</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>826</sup> Ibid., loc. cit.

Quadro 29: Professores do PROPUR e seu regime de contratação conforme projeto do PROPUR, 1971.

<b>Solicitando aproveitamento em Regime de Tempo Integral</b>
Prof. Doris Maria Muller; Prof. Francisco Riopardense de Macedo; Prof. Jorge Guilherme de M. Francisconi; Prof. Osmar Jorge Lengler.
<b>Em Regime de Dedicção Parcial</b>
Prof. Antônio Chaves Barcellos; Prof. Marcos David Hakmann; Prof. Roberto Felix Veronese.
<b>Professores de outros Departamentos da UFRGS.</b>
Prof. Francisco Ferraz; Prof. Herbert Q. Calhau; Prof. Carlos Veríssimo do Amaral; Profa. Edi Madalena Fracasso; Prof. Rudi Braatz.
<b>Professores locais a serem contratados</b>
Prof. Danilo Francisco M. Landó; profa. Maria Elizabeth Pereira Lago.
<b>Professores nacionais contratados</b>
Economista Hamilton Tolosa (Rio de Janeiro); Economista Celso Lodder (Rio de Janeiro); Geografa Maria Adelia de Souza (Rio de Janeiro).
<b>Professores a serem contratado, contando o projeto com carta de aquiescência</b>
Engenheira Adina Mera (Rio de Janeiro); Engenheiro Mario Laranjeira de Mendonça (São Paulo); Arq. Jorge Wilhelm (São Paulo); Arq. Brian Thompson (Argentina).
<b>Professor estrangeiro contratado</b>
David Hansen (Estados Unidos da América).
<b>Professores estrangeiros a serem contratados</b>
Prof. John Donohne, USA; Corpo de Pesquisa e Docência da Fundação; Torquatto di Tella, Buenos Aires (Convênio aprovado no Conselho Universitário); Jorge Villagran T.

Fonte: PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971].

### 6.3.5. Os programas das disciplinas

Passaremos agora aos programas das disciplinas do PROPUR. O projeto não citava o programa de todas as disciplinas. Das 35, apresenta os conteúdos de apenas 19. E, mesmo assim, de maneira breve. Eles serão expostos como constavam no projeto de criação do programa.

No projeto do PROPUR, a nomenclatura das disciplinas é apresentada, por vezes, de maneira diferente<sup>827</sup>. Adotamos, aqui, a nomenclatura da lista, mas

<sup>827</sup> A nomenclatura da lista das disciplinas é diferente da apresentada na especificação de seus conteúdos.

referiremos, após, o nome, entre colchetes, quando necessário, conforme exposto no momento da referência aos programas.

Passemos às disciplinas e seus conteúdos.

### **Teoria do Planejamento**

Esta disciplina teria como responsável, Jorge Guilherme Francisconi. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Conceitos e Origens do Planejamento. Planejamento Socialista e Planejamento Indicativo. Teorias do Planejamento Físico, Econômico e Social. Planejamento Integrado. Funções do Planejamento. Experiência Brasileira em Planejamento Nacional, Planejamento Setorial, Regional e Planejamento Municipal<sup>828</sup>.

### **Análise do Espaço Urbano e Regional**

Esta disciplina teria como responsável, Osmar Jorge Lengler. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Conceito de Região e Cidade: Funções e características espaciais. Geografia Urbana. Teoria da Evolução Urbana. Funções das Diferentes Áreas da Cidade. Transportes e Sistema Viário. Localização e Integração das diferentes Funções Urbanas e Regionais<sup>829</sup>.

### **Equipamento Básico da Comunidade**

Esta disciplina teria como responsáveis, Francisco Riopardense de Macedo e Antônio Chaves Barcellos. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Caracteriza, analisa e estuda os elementos essenciais ao funcionamento dos diversos setores públicos fundamentais para a comunidade, tais como educação, saúde, lazer, saneamento, limpeza pública e poluição<sup>830</sup>.

---

<sup>828</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 23.

<sup>829</sup> Ibid.: 24.

<sup>830</sup> Ibid.: 25.

## **Economia Urbana e Regional**

Para esta disciplina foi convidado Hamilton Tolosa. Como responsável está anotado o professor Celsus Lodder. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

### Economia Intra-Urbana.

Estrutura Espacial Urbana: Estrutura da Cidade; Teoria do Mercado de Terra Urbano; Crescimento Urbano: Teoria dos lugares centrais; Teoria da Base Econômica; Abordagem ecológica do crescimento urbano; Teoria das comunicações e crescimento urbano; Problemas de Emprego da M/O urbana: Estrutura do emprego urbano; Fatores que determinam a capacidade de absorção de M/O urbana; Subemprego e desemprego nas cidades; Urbanização e formação de capital; Estrutura de investimentos.

### Economia Inter-Urbana

Teoria do Planejamento Econômico; O conceito de otimização; Estágio Regional e Dimensão Espacial; Sistemas de Cidades e localização terciária; Política Nacional do Desenvolvimento Urbano<sup>831</sup>.

## **Pesquisa e Análise Municipal e Urbana**

Esta disciplina teria como responsáveis, Osmar Jorge Lengler e Roberto Felix Veronese. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Trabalho prático de pesquisa, análise e diagnóstico aplicando os conhecimentos teóricos e técnicos aprendidos nos diferentes cursos. Sua função é a de preparar e aperfeiçoar o aluno para a prática profissional<sup>832</sup>.

## **Planejamento e Programação Municipal Urbana**

Esta disciplina teria como responsáveis, Osmar Jorge Lengler e Roberto Felix Veronese. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Trabalho prático de atelier aplicando os elementos colhidos na disciplina anterior, contribuindo os alunos nas áreas específicas de sua formação profissional objetivando um trabalho integrado<sup>833</sup>.

---

<sup>831</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 26.

<sup>832</sup> Ibid.: 28.

<sup>833</sup> Ibid., loc. cit.

### **Seminário em Planejamento Local [Seminário em Planejamento Municipal Integrado]**

Para esta disciplina, cuja responsabilidade recaia sobre a Comissão de Coordenação do PROPUR, haviam sido convidados Mario Laranjeira, Jorge Wilhelm, Adina Nera, Eduardo Novais. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Programa: O problema de integração interdisciplinar existente no projeto de Pesquisa “Estudos Básicos para uma política de Desenvolvimento Urbano no Rio Grande do Sul” (...) será o tema de estudo, pesquisa e debate para esse Seminário<sup>834</sup>.

### **Pesquisa e Análise Regional**

Esta disciplina teria como responsável, Jorge Guilherme Francisconi. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Estudo em atelier de exemplo do mundo real, onde serão efetuadas pesquisas, análises e diagnósticos, sintetizando as técnicas e os conhecimentos adquiridos em outras disciplinas<sup>835</sup>.

### **Planejamento e Programação Regional [Planos e Programas Regionais]**

Esta disciplina teria como responsável, sJorge Guilherme Francisconi. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Estudo em atelier [de] aspectos regionais, utilizando os dados colhidos na disciplina anterior para o Planejamento contribuindo os alunos nas áreas específicas de sua formação profissional, visando um trabalho integrado e multi-disciplinar<sup>836</sup>.

### **Seminário Planejamento Regional [Seminário em Planejamento Regional Integrado]**

Esta disciplina estava sob a responsabilidade da Comissão Coordenadora PROPUR. Não havia professores indicados ou convidados. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

---

<sup>834</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 29.

<sup>835</sup> Ibid.: 32.

<sup>836</sup> Ibid., loc. cit.

Integração interdisciplinar, utilizando um “estudo de caso” com participação de professores e conferencistas com formação profissional distintas<sup>837</sup>.

### **Habitação**

Esta disciplina teria como responsável, Marcos David Hekman. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Teorias e Modelos de Uso do Solo Urbano; Parks, Burgess, Von Thunen e outros. Economia do Solo Urbano. O Problema da Habitação. Teorias Econômicas, Sociais e Espaciais. Habitação e Desenvolvimento. Planejamento da habitação. Pré-Fabricação. Modelos e experiências na América Latina<sup>838</sup>.

### **Teoria da Localização e Sistemas Regionais**

Esta disciplina teria como responsável, Hamilton Tolosa. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

A teoria da localização: von Thunen, Weber, Isaard e outros. Modelos de Análise Gravitacional, Isotrópico, Gráficos e Polos de Desenvolvimento. Sistemas Regionais<sup>839</sup>.

### **Seminário em Planejamento Comparado [Planejamento Comparado]**

Esta disciplina teria como responsável, Doris Maria Muller. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Análise dos trabalhos práticos e teóricos em planejamento regional. Condições de implantação de planos. Análise comparativa<sup>840</sup>.

### **Evolução Urbana**

Esta disciplina teria como responsável, Doris Maria Muller. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

---

<sup>837</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 33.

<sup>838</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>839</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>840</sup> Ibid.: 34.



Análise histórica da evolução das cidades nas diferentes civilizações. Características funcionais e espaciais, através dos tempos. Evolução urbana no Brasil<sup>841</sup>.

### **Seminário sobre Áreas Metropolitanas e Micro-Regiões**

Esta disciplina teria como responsável, Jorge Guilherme Francisconi. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Conceitos de áreas metropolitanas. Origens e Causas. Funções Regionais. Análise social, cultural, econômica e Administrativa de Área Metropolitana. Estudo Comparativo Experiência Brasileira e Política Governamental<sup>842</sup>.

### **Sistemas Político-Administrativos [Sistemas Político-Administrativos Urbanos]**

Esta disciplina teria como responsável, Francisco Ferraz. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Análise das Estruturas de decisão administrativas e políticas do meio urbano. Sistemas decisórios formais e informais de decisões. Tecnologia e Estruturas Políticas<sup>843</sup>.

### **Paisagismo e Espaço Urbano**

Esta disciplina teria como responsável, Francisco Riopardense de Macedo. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Análise da Evolução dos Espaços Urbanos. Relação entre Cultura, Sociedade e Estrutura das Cidades. Evolução das Formas: Fatores causais de ordem social, econômica e tecnológica. Metodologia de Análise. A cidade moderna: características espaciais e inter-relação funcional<sup>844</sup>.

### **Leitura e Pesquisa em Planejamento [Pesquisa e Leitura em Planejamento]**

Esta disciplina não tinha professor responsável. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

---

<sup>841</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 36.

<sup>842</sup> Ibid.: 38.

<sup>843</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>844</sup> Ibid.: 38-39.

Leitura orientada em área restrita do setor de Planejamento dirigida e fiscalizada por Professor escolhido pelo aluno e com aprovação do Professor auxiliar<sup>845</sup>.

### **Estatística Aplicada [Estatística Aplicada ao Planejamento]**

Esta disciplina, complementar, teria como responsável, Hebert Q. Calhau. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Estatística: Indutiva e Dedutiva, Noções Básicas, Variável Aleatória, Modelos Probabilísticos, Distribuições Empíricas; Amostragem: Ideias Fundamentais, Inferência Estatística, Teste de Significância, Distribuições Bivariadas e Multivariadas, Projeção<sup>846</sup>.

Percebe-se que os temas tratados nas disciplinas eram variados. Iam desde aspectos como a infraestrutura urbana, equipamentos públicos, história da cidade, até questões geográficas, econômicas, administrativas, dentre outros. Havia ainda, importante destacar, a liberdade para que cada estudante contribuísse, em trabalhos práticos, a partir de sua formação – que agora não era só de arquiteto-urbanista, mas acolhia profissionais de áreas diversas.

É, como se nota, uma formação efetivamente em planejamento urbano, se o compreendemos como um campo multidisciplinar, que aborda a cidade não apenas como artefato ou como objeto “projetável”, mas, isto sim, a partir de uma miríade de fenômenos sociais-econômicos-políticos-administrativos. Sua razão final seria, enfim, a possibilidade de predição e orientação destes processos de maneira completa.

### **6.4. O curso de paisagismo, fugaz, e o de especialização em planejamento urbano, só proposto.**

O fugaz curso de paisagismo e o apenas proposto de especialização em planejamento foram experiências ocorridas na década de 1970 que merecem nota.

---

<sup>845</sup> PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). 55f. [s.l., 1971]: 39.

<sup>846</sup> Ibid., loc. cit.

O curso especial de paisagismo foi criado pelo departamento de urbanismo em atendimento à demanda que vinha recebendo desde 1971.

A condição para sua permissão foi seu caráter experimental. Seu programa era similar ao da cadeira de paisagismo do curso de urbanismo.

Matricularam-se nele oito estudantes, “todos agrônomos diplomados”<sup>847</sup>. Mas houve estudantes recusados, por terem se apresentados tardiamente. Eles eram de formações diversas: agrônomos, artistas, arquitetos.

Concomitantemente ao seu funcionamento experimental, foi elaborado um novo programa para o curso de paisagismo, com duração aproximada de 400 horas. Ele deveria ser aberto a egressos de qualquer curso superior.

Contudo, dificuldades inviabilizaram seu funcionamento. Como cita o relatório sobre as atividades de 1972, “a dificuldade do Departamento [de urbanismo] em atender as sete disciplinas criadas no Curso de Arquitetura, pela carência de professores, não permitiu o prosseguimento dos trabalhos”<sup>848</sup>.

Logo, não foram mais abertas matrículas para os candidatos no segundo semestre de 1972. Enfim, “restou a experiência realizada”<sup>849</sup>.

Importante destacar que, como veremos adiante, dentre as disciplinas do curso de urbanismo que são incorporadas à graduação em arquitetura, não há nenhuma que se refira explicitamente a paisagismo. Só passaria a haver, no currículo do curso de arquitetura, a disciplina de *Arquitetura Paisagista*, a partir de 1976. Contudo, este conteúdo seria ministrado antes na graduação em arquitetura na disciplina de *Prática de Projetos – Urbanismo II*.

O departamento de urbanismo propôs ainda a criação do Programa de Especialização em Planejamento Urbano – PROURB. Não encontramos informações que demonstrem que ele tenha ocorrido. Tudo leva a crer que não passou de um projeto.

A proposta de seu funcionamento foi apresentada por Doris Maria Muller na 55ª reunião do conselho departamental da Faculdade de Arquitetura, em 27 de janeiro de 1977. Ela havia sido aprovada, anteriormente, pelo colegiado do departamento de urbanismo, em 23 de dezembro de 1976. Dentro desta proposta “estava o Arquiteto

---

<sup>847</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura da UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [s.l., 1972]: 4.

<sup>848</sup> Ibid.: 5.

<sup>849</sup> Ibid., loc. cit.

como candidato em potencial ao Curso, embora a matrícula pudesse ser aberta, também, a engenheiros, mas que a intenção primordial é que seja dirigido a arquitetos”<sup>850</sup>.

O “programa de montagem do Curso” foi apresentado na íntegra por Muller. Ele seria um “Curso especializado na área de conhecimento do urbanismo, compreendendo um conjunto de disciplinas dessa área e de outras que interdependem e se unificam frente aos objetivos do desenvolvimento urbano”<sup>851</sup>. Funcionaria em caráter experimental, “possibilitando assim, a curto prazo, a formação de quadros técnicos municipais especializados, capazes de dar suporte à formulação e implementação do processo de planejamento urbano”<sup>852</sup>.

Boa parte do corpo docente seria do departamento de urbanismo. Ele seria acrescido de professores selecionados preferencialmente da UFRGS e de contratados temporariamente. Haveria ainda conferencistas “selecionados entre especialistas de renome das diferentes áreas e contratados especialmente para o Programa”<sup>853</sup>.

Poderiam se inscrever nele “técnicos de nível superior (arquitetos ou engenheiros civis) atuando no setor de planejamento urbano de prefeituras ou em órgãos estaduais ou regionais de assistência técnica a municípios”<sup>854</sup>. Além destes, “Arquitetos e engenheiros civis interessados no campo de implementação do planejamento urbano”<sup>855</sup>.

O curso teria duração de 26 semanas corridas, em tempo integral, correspondendo a 596 horas de aula e 460 de horas de trabalho, pesquisa, estudo dirigido e coleta de informações. O início das atividades deste curso estava previsto para abril de 1977.

O programa do curso estava organizado em três partes:

Parte I – Fundamentação teórica e bases conceituais do processo de urbanização contemporânea, evidenciando a necessidade de intervenção através de uma ação planejada, viabilizada por uma estrutura administrativa e por um instrumental legal adequado.

Parte II – Instrumentação técnica e capacitação analítica, através do estudo comparativo e interpretação de planos e projetos já realizados para diversas cidades brasileiras. Esta análise enfocará tanto o

---

<sup>850</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 55ª reunião do conselho departamental, realizada em 27 de janeiro de 1977: 1.

<sup>851</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>852</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>853</sup> Ibid.: 5.

<sup>854</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>855</sup> Ibid., loc. cit.

conteúdo técnico-científico como os aspectos metodológicos e os instrumentos utilizados na elaboração, implementação, avaliação e controle do Planejamento urbano.

Parte III – Prática em elaboração de planos de organização físico-territorial de áreas urbanas, como parte de programas de ação municipal. Esta parte terá caráter teórico-prático, já que os projetos desenvolvidos em ateliê serão apoiados por um corpo de disciplinas teóricas, dirigidas à obtenção dos objetivos do trabalho prático<sup>856</sup>.

As disciplinas/conteúdos do curso estão expostas no Quadro 30:

Quadro 30: currículo do curso de especialização em planejamento urbano, 1977.

<b>Parte I – Teórica – 100 horas, 6 créditos</b>	
Introdução ao Planejamento Urbano	16 horas, 1 crédito
O Fenômeno Urbano	46 horas, 3 créditos
Introdução à Administração Pública	15 horas, 1 crédito
Planejamento e Desenvolvimento Urbano	15 horas, 1 crédito
Seminário de integração	15 horas, 1 crédito
<b>Parte II – Analítica e instrumental – 100 horas, 3 créditos</b>	
Análise de Planos e Projetos	46 horas, 1 ½ créditos
Técnica de Análise Urbana	30 horas, 1 crédito
Noções de Cartografia	16 horas, ½ crédito
Seminário de Avaliação	8 horas
<b>Parte III – Teórico-prática – 296 horas, 15 créditos</b>	
Organização do Espaço Urbano	46 horas, 3 créditos
Serviços e Infraestrutura urbana	46 horas, 3 créditos
Administração do Desenvolvimento Municipal	30 horas, 2 créditos
Instrumental Técnico	30 horas, 2 créditos
Noções de estatística para o planejamento	15 horas
Noções de demografia	15 horas
Instrumentação da ação	16 horas, 1 crédito
Ação indicativa, normativa e executiva	
Legislação urbanística e municipal	
Técnicas de elaboração de documentos legais	
Entidades oficiais de planejamento urbano ou municipal	
Fontes de financiamento de programas e projetos	
Atelier (programa de desenvolvimento urbano para uma cidade do Rio Grande do Sul)	220 horas, 4 créditos
Seminário de avaliação	8 horas

Fonte: FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 55ª reunião do conselho departamental, realizada em 27 de janeiro de 1977.

Após esta apresentação, se passou ao debate da proposta. O conselho departamental aprovou-o, mas com algumas poucas ressalvas. Dentre elas, a destinação

<sup>856</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 55ª reunião do conselho departamental, realizada em 27 de janeiro de 1977: 5.

do curso, que deveria ser apenas para graduados em arquitetura, excluindo assim os engenheiros civis.

Após sua aprovação no conselho, não há mais notícias deste curso.

## 6.5. A migração do curso de urbanismo para a graduação em arquitetura

### 6.5.1. O início do processo

O processo de “migração” de parte das disciplinas do extinto curso de urbanismo para a graduação em arquitetura principia em 1970.

Em 17 de julho, o chefe do departamento de urbanismo, Marcos David Heckmann, sugeriu ao diretor da Faculdade de Arquitetura um “elenco de disciplinas obrigatórias e optativas, ligadas ao Planejamento Urbano e Regional”<sup>857</sup> que deveriam passar a fazer parte do curso de arquitetura. O que motivou esta comunicação foi a aprovação, no ano anterior, do currículo mínimo de arquitetura pelo CFE.

O departamento propôs a criação de novas disciplinas; a incorporação de novos conteúdos às já correntes; que as disciplinas optativas proporcionassem aos alunos maior flexibilidade em sua formação, manifestando “suas tendências dentro de ‘áreas de estudo’”<sup>858</sup>; dentre outras coisas.

Para o ciclo básico da graduação em arquitetura, indicava que na disciplina de *Estudo do Desenvolvimento Brasileiro IV*, deveriam ser incorporados os tópicos conceituação de urbanismo, processo de urbanização, urbanização e desenvolvimento. Em *Estudos de Arte IV* deveriam constar “estudos das manifestações artísticas aos diferentes períodos da civilização humana e sua interrelação com o espaço urbano; Características das cidades em sua época; Urbanismo nas diversas épocas”<sup>859</sup>.

No ciclo profissional, sem apontar um semestre em específico, sugeria que fossem incorporadas à graduação em arquitetura as disciplinas *Evolução Urbana*<sup>860</sup>,

---

<sup>857</sup> HEKMAN, Marcos D. [ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de urbanismo no curso de graduação em arquitetura. 5f.: 2.

<sup>858</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>859</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>860</sup> Com os seguintes conteúdos: origem, funções e estruturas das cidades; o crescimento urbano.

*Introdução ao Urbanismo* (ou seu conteúdo como parte de *Evolução Urbana* ou no início de *Projeto I*)<sup>861</sup> e *Projeto de Urbanismo* (no lugar de *Projeto III*).

No mesmo ciclo, indicava ainda que o conteúdo paisagismo fosse incluído “ao Projeto IV ou V, em comum acordo com o Departamento de Projetos”<sup>862</sup>; que o conteúdo *Administração Pública* constasse da disciplina *Organização e Trabalho*; e que legislação para o planejamento urbano fizesse parte da disciplina *Legislação Profissional Correlata*<sup>863</sup>.

Para as optativas foram sugeridas a inclusão da disciplina *Serviços e Equipamentos Urbanos*, no VII semestre, com os conteúdos equipamento urbano, microclima urbano, tráfego e transportes coletivos; a criação de *Teoria do Urbanismo*, no IX semestre; *Projeto de Urbanismo*, no VIII e IX semestres; *Projeto de Paisagismo*, no IX; *Sociologia Urbana*, por meio de créditos na Faculdade de Filosofia; *Geografia Urbana e Econômica*, por meio de créditos no Departamento de Geociências.

Propôs ainda acrescer às disciplinas optativas *Condicionamento I* (higiene) os conteúdos: noções de abastecimento de água e de redes de esgoto, lixo e poluição; à de *Condicionamento II* (física) os conteúdos: energia, comunicações, som e ruído; à de *Construção/Estudo do Solo*, o conteúdo: noções de construção e pavimentação de vias e logradouros públicos. E que o programa da disciplina *Estatística* fosse ampliado<sup>864</sup>. O Quadro 31 sintetiza a proposta.

O Conselho Departamental aprovou a proposta em 28 de agosto de 1970. Percebe-se que são poucas as disciplinas obrigatórias vinculadas ao “planejamento urbano e regional” que passariam a fazer parte da graduação em arquitetura – apenas três. Além delas, o que houve foi a incorporação de conteúdos às disciplinas já existentes. E, mais significativo ainda, a oferta de um amplo rol de disciplinas optativas.

Esta opção do departamento de urbanismo se fundamentava, ao menos em parte, na ideia das “áreas de estudo”, citada acima. Ela foi retirada do item 10 do parecer nº

---

<sup>861</sup> Com os seguintes conteúdos: planejamento urbano, noções de estrutura urbana, circulação, zoneamento e equipamentos urbanos.

<sup>862</sup> HEKMAN, Marcos D. [ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de urbanismo no curso de graduação em arquitetura. 5f.: 3.

<sup>863</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>864</sup> HEKMAN, Marcos D. [ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de urbanismo no curso de graduação em arquitetura. 5f.

384/69 da Comissão Especial do CFE<sup>865</sup>. Oferecer um bom número de disciplinas optativas permitiria que o arquiteto, sem perder a unidade de sua formação, buscasse uma ênfase no urbanismo – uma “tendência” ou manifestação de um interesse do egresso nesta atividade profissional.

Quadro 31: proposta de disciplinas do extinto curso de urbanismo que deveriam “migrar” para o de graduação em arquitetura da Faculdade de Arquitetura, 1970.

<b>NO CICLO BÁSICO</b>
<p><b>Inclusão de novos conteúdos nas disciplinas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo do Desenvolvimento Brasileiro IV: conteúdos - conceituação de urbanismo, processo de urbanização, urbanização e desenvolvimento.</li> <li>• Estudos de Arte IV: conteúdos - estudos das manifestações artísticas aos diferentes períodos da civilização humana e sua interrelação com o espaço urbano; Características das cidades em sua época; Urbanismo nas diversas épocas.</li> </ul>
<b>NO CICLO PROFISSIONAL</b>
<p><b>Novas disciplinas (sem especificação de semestre)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolução Urbana.</li> <li>• Introdução ao Planejamento (ou seu conteúdo como parte de Evolução Urbana ou no início de Projeto I).</li> <li>• Projeto de Urbanismo (no lugar de Projeto III).</li> </ul> <p><b>Inclusão de novos conteúdos nas disciplinas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto IV ou V: conteúdo - paisagismo.</li> <li>• Organização e Trabalho: conteúdo - administração pública.</li> <li>• Legislação Profissional Correlata: conteúdo - legislação para o planejamento urbano.</li> </ul>
<b>OPTATIVAS</b>
<p><b>Novas disciplinas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços e equipamentos urbanos (VII semestre): conteúdos - equipamento urbano, microclima urbano, tráfego e transportes coletivos.</li> <li>• Teoria do Urbanismo (IX semestre).</li> <li>• Projeto de Urbanismo (VIII e IX semestres).</li> <li>• Projeto de Paisagismo (IX semestre).</li> <li>• Sociologia Urbana (créditos na Faculdade de Filosofia).</li> <li>• Geografia Urbana e Econômica (créditos no Departamento de Geociências).</li> </ul> <p><b>Inclusão de novos conteúdos nas disciplinas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Condicionamento I (higiene): conteúdos - noções de abastecimento de água e de redes de esgoto, lixo e poluição.</li> <li>• Condicionamento II (física): conteúdos - energia, comunicações, som e ruído.</li> <li>• Construção/Estudo do Solo: conteúdos - noções de construção e pavimentação de vias e logradouros públicos.</li> <li>• Estatística (que seu programa fosse ampliado).</li> </ul>

Fonte: organizado pelo autor a partir de: HEKMAN, Marcos D. [ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de urbanismo no curso de graduação em arquitetura. 5f.

<sup>865</sup> O ofício do departamento de urbanismo cita explicitamente o seguinte trecho do parecer 384/69: “O currículo mínimo, cujo desenvolvimento fica a critério das escolas, deve condensar o essencial, em associações de áreas de estudo, que virão a ser atendidas, globalmente ou desdobradas, segundo a organização adotada em cada escola”. HEKMAN, Marcos D. [ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de urbanismo no curso de graduação em arquitetura. 5f.: 1.



No ano seguinte, em 26 de agosto de 1970, foi aprovado o regimento da Faculdade de Arquitetura. Ele estabelecia que, a partir de então, a Faculdade de Arquitetura integrava a área de Ciências Exatas e Tecnologia. E definia, também, que ela seria constituída de três departamentos: de arquitetura, de urbanismo e de expressão gráfica.

Uma das missões da instituição, gravada no art. 1º do regimento, apontava que ela deveria “realizar o ensino especial correspondente às profissões de arquitetura, de urbanismo e de outras”<sup>866</sup>. Percebe-se que o urbanismo é entendido, neste trecho, como uma profissão dissociada, apesar de relacionada, à arquitetura.

O mesmo capítulo citava ainda que a instituição deveria “realizar o ensino de pós-graduação no campo da arquitetura, do urbanismo, do planejamento urbano, do planejamento regional, associando-o à pesquisa geral aplicada”<sup>867</sup>. A criação do PROPUR, também no início da década, atendia em parte esta missão da Faculdade de Arquitetura.

No ano seguinte, 1972, as novas disciplinas do departamento de urbanismo passaram a ser ministradas no curso de arquitetura já no primeiro semestre. O relatório do departamento de urbanismo relativo àquele ano revela que ele ofereceu as seguintes disciplinas (Quadro 32):

Quadro 32: Disciplinas do departamento de urbanismo ministradas no curso de graduação em arquitetura da Faculdade de Arquitetura, 1972.

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>PROFESSORES</b>
Arq. 201 - Evolução Urbana	Célia Ferraz de Souza
Arq. 202 - Teoria do Planejamento e do Urbanismo	Marcos David Hekman e Paul Dieter Nygaard
Arq. 203 - Análise Urbana Comparada	Paul Dieter Nygaard e Marcos David Hekman
Arq. 204 - Serviços e Equipamentos Urbanos	Antônio Chaves Barcellos
Arq. 205 - Prática de Projetos – Urbanismo I	Militão de Moraes Ricardo e João Paulo Umpierre Pohlmann
Arq. 206 - Prática de Projeto – Urbanismo II A Arq. 207 - Prática de Projeto – Urbanismo II B	Edson Waldir de Medeiros Krebs

Fonte: DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [Porto Alegre, 1972]. 7f.

Estas são as primeiras disciplinas ministradas no curso de arquitetura. Os professores do departamento de urbanismo, neste ano, eram os listados no Quadro 33.

<sup>866</sup> FACULDADE DE ARQUITETURA. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela Congregação em 26 de agosto de 1971. Aprovado pelo Conselho Universitário em 04 de novembro de 1971. Porto Alegre, 1971: 1.

<sup>867</sup> Ibid., loc. cit.

Quadro 33: lista de professores do departamento de urbanismo da Faculdade de Arquitetura, 1972.

<b>PROFESSORES DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO</b>
1. Antonio Chaves Barcellos
2. Doris Maria Muller
3. Edson Waldir Krebs
4. Francisco R. de Macedo
5. Jorge Guilherme Francisconi
6. João Paulo U. Pohlmann
7. Lineu Castello
8. Marcos David Hekman
9. Militão de Moraes Ricardo
10. Osmar Jorge Lengler
11. Paul Dieter Nygaard
12. Roberto Felix Veronese
13. Nelly Peixoto Martins
14. Célia Ferraz de Souza

Fonte: MACEDO, Francisco Riopardense de [ofício 023/72] 28 de fevereiro de 1972, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Encaminha ao diretor da FA-UFRGS lista de professores do departamento de urbanismo. 1f

### 6.5.2. O “Plano Geral”

Em 8 de março de 1973, o departamento de urbanismo aprovou o “Plano Geral de Ensino das Disciplinas do Departamento de Urbanismo a serem ministradas no Curso de Arquitetura”<sup>868</sup>. Isto ocorreu um ano após as disciplinas do departamento já estarem sendo ministradas no curso de arquitetura. Segundo o plano, elas deveriam ser distribuídas na graduação em arquitetura da seguinte maneira (quadro 34):

Quadro 34: disciplinas do departamento de urbanismo no curso de graduação conforme o Plano Geral..., 1973.

<b>SEM.</b>	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>PROF. RESPONSÁVEL</b>
6º	Evolução Urbana (ARQ. 201)	Dóris Maria Muller
7º	Teoria do Planejamento e Urbanismo (ARQ. 202)	Marcos David Hekman
	Análise Urbana Comparada (ARQ. 203)	Paul Dieter Nygaard
	Serviços e Equipamentos da Comunidade (ARQ. 204)	Antônio C. Barcellos
8º	Prática de Urbanismo I (ARQ. 205)	Militão de M. Ricardo João Paulo U. Pohlmann
9º	Prática de Urbanismo II (ARQ.206 e ARQ. 207)	Edison Wladir Krebs

Fonte: DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Iº período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973.

<sup>868</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Iº período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1973. 14f.

Era um plano inicial, reconhecia o departamento, passível de correções e mudanças. Mas, necessário destacar, as disciplinas eram exatamente as que passaram a vigorar em 1972, antes do plano.

O documento principia com uma “conceituação necessária”. Argumenta sobre a distribuição da estrutura espacial das cidades e de suas transformações. Cita que nada disso ocorre ao acaso, mas como resultado de processos mais ou menos identificáveis que pretendem satisfazer interesses e funções específicas. Eles – interesses e funções – são traduzíveis em exigências funcionais de sentido espacial, ou seja, como “um conjunto de condições que o espaço de uma cidade deve apresentar para satisfazer, no mesmo tempo, todas as funções ali em desenvolvimento”<sup>869</sup>.

O objetivo do “planejamento espacial” seria, enfim, “maximizar continuamente a satisfação de todas as exigências espaciais de todas as funções ao menor nível de investimento”<sup>870</sup>. Para realiza-lo, não atuaria apenas “sobre a estrutura espacial de uma cidade”<sup>871</sup>. Atuaria “específica e continuamente sobre os processos de distribuição espacial, no sentido de coordená-los, através de medidas financeiras, legais e espaciais”<sup>872</sup>.

São estes os pressupostos “conceituais” que permitiram ao departamento de urbanismo “estabelecer os objetivos gerais das disciplinas, que tentam racionalizar um pouco a criatividade do arquiteto na atividade do planejamento espacial”<sup>873</sup>.

Percebe-se que, nesta argumentação inicial, o foco do planejamento se dá nas estruturas físico-espaciais. Ele organiza as funções para satisfazer interesses. Maximiza o uso de recursos. Coordena processos financeiros e legais. Mas o que importa, ao fim, é a melhor distribuição espacial. É a cidade como um artefato. Um objeto. Note-se também que a criatividade do arquiteto deve ser “racionalizada” para que ele atue no planejamento especial. O urbanismo é, assim, mais racional (científico, talvez) do que a arquitetura (mais artística, talvez).

Mas sigamos na exposição do plano. O objetivo das disciplinas do departamento de urbanismo no curso de graduação em arquitetura seria

---

<sup>869</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Iº período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973: 2.

<sup>870</sup> Ibid.: 3.

<sup>871</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>872</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>873</sup> Ibid., loc. cit.

fornecer aos estudantes uma base de reflexão e análise para poderem determinar, em um espaço socialmente organizado, conflitos e contradições entre interesses e objetivos das atividades (funções) desenvolvidas neste espaço a estabelecerem medidas e ações capazes de, reduzindo ou eliminando estes conflitos e contradições, aumentar a eficiência geral do espaço analisado<sup>874</sup>.

O plano de ensino passava, a partir daí, a ser descrito. Sua exposição é iniciada, estranhamente, pelo 7º semestre, e não pelo 6º, quando inicia a participação do departamento de urbanismo na graduação em arquitetura. Isto ocorre porque, segundo o plano, no 7º atuavam três das seis disciplinas de urbanismo e porque ele era o semestre de preparação básica do estudante para as disciplinas práticas (projetuais) de urbanismo – do 8º e 9º semestres. Observa-se que a sequência das disciplinas do departamento de urbanismo seguia a lógica de “preparatórias” e “práticas”, sucessivamente.

Segue-se, a partir daí, uma extensa exposição sobre os moldes do ensino.

Na primeira etapa do 7º semestre (correspondente a 2/5 do período) a seguinte tese deveria se discutida e verificada:

Estruturas físicas, como fábricas, ruas, habitações, escolas, lotes urbanos, etc, são unidade funcionais de atividade (funções) sociais e econômicas localizadas no espaço urbano de forma livre e não coordenada, através de determinados processos que não consideram a convivência geral de localização do conjunto destas atividades, movendo-se apenas por interesses próprios<sup>875</sup>

A análise desta tese submeteria o processo de ensino das três disciplinas de urbanismo do semestre. Na de *Teoria do Planejamento e Urbanismo*, se realizaria a “à fixação dos conceitos de estrutura espacial, sistema espacial e espaço (condição funcional de atividades sociais e econômicas)”<sup>876</sup>.

Na de *Serviços e Equipamentos Urbanos*, se realizaria a “fixação dos conceitos de infraestrutura social, técnica, de transportes, associados às respectivas relações de oferta e procura, nos seus aspectos qualitativos e quantitativos”<sup>877</sup>.

---

<sup>874</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Iº período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973: 4.

<sup>875</sup> Ibid.: 5.

<sup>876</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>877</sup> Ibid.: 6.

A de *Análise Urbana Comparada* discutiria um conjunto de perguntas. Algumas delas eram, por exemplo, as seguintes: Como ocorre a localização de estabelecimentos industriais, escolas, supermercados, ambulatórios, praças, favelas, conjuntos residenciais, etc. em determinado espaço? Como ocorre a transformação de glebas de terra em lotes urbanos?

A primeira etapa deste semestre seria concluída com a apresentação de um relatório que, dentre outros aspectos, deveria aceitar ou não a tese formulada.

A segunda etapa do 7º semestre (correspondente a 3/5 do período) discutiria outra tese. Dizia ela:

A satisfação de exigências espaciais de atividades sociais e econômicas em um espaço (condições espaciais que devem existir para ser possível o adequado desenvolvimento destas atividades ou funções) são prejudicados ou impedidas, quando processos de estruturação do espaço agem de forma independente e não coordenada, gerando os problemas de uso do solo, ou melhor, de distribuição espacial<sup>878</sup>.

Para o estudo desta tese deveria ser definido o espaço de análise e organizados grupos de estudantes. O espaço de análise conteria “um conjunto de atividades heterogêneas e problemas típicos, como elevado índice de renovação urbana, atividades industriais misturadas com atividades residenciais cortadas por vias de tráfego intenso, etc.”<sup>879</sup>. Estes espaços seriam definidos pelos professores e respeitariam os setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste momento, como refere o plano, “não se pretende realizar um planejamento espacial, mas apenas ‘fornecer aos estudantes uma base de reflexão e análise’ sobre um espaço socialmente organizado”<sup>880</sup>.

Sobre a organização dos alunos, cada grupo abordaria um dos espaços e cada estudante, dentro dele, uma atividade (habitação, recreação, indústria, etc.).

Nesta segunda etapa do 7º semestre as disciplinas teriam funções distintas. A de *Teoria de Planejamento e Urbanismo* realizaria a “fixação dos conceitos e significados de conflitos entre atividades localizadas no espaço (...) e de processos de planejamento,

---

<sup>878</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Iº período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973: 7-8.

<sup>879</sup> Ibid.: 8.

<sup>880</sup> Ibid., loc. cit.

com ênfase ao planejamento espacial, seus objetivos, seus instrumentos, suas restrições e pré-condições”<sup>881</sup>.

A de *Serviços e Equipamentos Urbanos* lidaria com os “conceitos, significados e interrelações dos ‘déficit’ em cada uma das infraestruturas estudadas; caracterização e interpretação da política de urbanização e sua relação com o processo de planejamento”<sup>882</sup>.

A disciplina de *Análise Urbana Comparada* buscaria “promover, com os diferentes grupos de alunos, as discussões e atividades necessárias que culminem com a identificação dos diferentes problemas para as várias atividades nos diferentes espaços de estudo”<sup>883</sup>.

O exercício final do 7º semestre consistiria num relatório e numa explanação oral. “No relatório”, refere o plano, seria “descrita a metodologia utilizada, os critérios empregados e os problemas constatados em cada área de estudo, de forma clara e precisa, com caracterização dos conceitos discutidos na disciplina”<sup>884</sup>.

O 7º semestre era momento chave do curso. Foi a partir dele que os demais foram pensados. Sendo ele o momento de “estudo das causas e dos problemas que ocorrem na utilização de espaços por um determinado conjunto de atividades” o semestre que o antecedia, o 6º, deveria trabalhar: a) “o surgimento e modificação, no tempo, de atividades ou funções sociais e econômicas desempenhadas por uma sociedade”<sup>885</sup>; b) “o surgimento e modificação, no tempo, de fatores estruturais que influenciaram a distribuição destas atividades no espaço de domínio desta sociedade”<sup>886</sup>; c) “o surgimento e modificação, no tempo, de estruturas espaciais e de seus problemas ou conflitos, como decorrência desta distribuição de atividades”<sup>887</sup>.

Já no 8º semestre os graduandos passariam a estudar “a modificação e a evolução histórica de conflitos entre atividades localizadas no espaço de domínio de

---

<sup>881</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Iº período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973: 10.

<sup>882</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>883</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>884</sup> Ibid.: 10-11.

<sup>885</sup> Ibid.: 11.

<sup>886</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>887</sup> Ibid.: 11-12.

uma sociedade e de forma específica, a existência de conflitos (problemas) em espaços atuais especialmente dimensionados”<sup>888</sup>.

Por esta razão, a disciplina do 8º semestre – *Prática de Urbanismo I* – deveria discutir e trabalhar: a) “conceitos e importância de medidas acionáveis que tendam minimizar, eliminar ou impedir conflitos entre as exigências espaciais de atividades, determinados no 7º semestre. Estas mediadas poderão ser legais, financeiras e espaciais”<sup>889</sup>; b) “estudo das pré-condições necessárias e restrições existentes para cada tipo de medida julgada adequada”<sup>890</sup>; c) “sobre propostas gerais que se referem a medidas do tipo físico”<sup>891</sup>.

E, finalmente, para a disciplina do 9º semestre havia duas possibilidades simultâneas: a) o detalhamento das medidas físicas realizadas no 8º semestre e o estudo de sua viabilidade desde o ponto de vista legal, financeiro e de informações; b) a análise de todas as medidas físicas, “tentando determinar os conflitos internos deste conjunto de medidas [legais e financeiras] e provar alternativas para minimizá-los, afastando as medidas o mínimo indispensável dos objetivos para os quais foram elaboradas”<sup>892</sup>.

É necessário discutir, mesmo que brevemente, o plano de ensino apresentado. As disciplinas do curso de urbanismo – sua sequência, a interlocução entre os conteúdos, a sucessão de exercícios de comprovação e refutação de uma “tese” – parecem dar ao conteúdo urbanismo um espaço de formação paralelo, dentro da própria graduação em arquitetura. Assumido pela arquitetura, o urbanismo mantém a mesma quantidade de semestres – quatro – já vigente no curso interrompido em 1972 e substituído pelo PROPUR. O primeiro ano, como no curso de urbanismo, era o de “preparação” e o segundo de “aplicação”. Além disso, cabe notar a importância da dimensão física da cidade que a sequência de disciplinas focaliza.

Das disciplinas que “migraram” para a graduação em arquitetura, se pode traçar o seguinte paralelo: a de *Evolução Urbana* (6º semestre) é uma manutenção da de mesmo nome do extinto curso de urbanismo; as de *Teoria do Planejamento e do Urbanismo* (7º semestre) e as de *Prática de Urbanismo I e II* (do 8º e 9º semestres) são

---

<sup>888</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Iº período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973: 11-12.

<sup>889</sup> Ibid.: 12.

<sup>890</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>891</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>892</sup> Ibid.: 13.

uma partição da disciplina de *Teoria e Prática dos Planos de Cidades* do curso de urbanismo; as de *Análise Urbana Comparada* (7º semestre) e de *Serviços e Equipamentos da Comunidade* (7º semestre) são, respectivamente, a continuação, em parte, de *Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana e Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública*.

Das disciplinas do antigo curso de urbanismo, apenas três não tiveram continuidade. São elas: *Organização Social das Cidades, Arquitetura Paisagista e Administração Municipal*.

No mesmo ano de 1973, em 12 de novembro, o departamento de urbanismo esclarecia ao superintendente acadêmico da UFRGS que as disciplinas de urbanismo no curso de graduação em arquitetura estavam divididas em dois setores: 1. Setor de Teoria do Planejamento Urbano; 2. Setor de Prática do Planejamento Urbano. As disciplinas do setor de teoria eram: *Evolução Urbana, Teoria do Urbanismo e Planejamento Urbano, Análise Urbana Comparada*. As disciplinas do setor de prática eram: *Serviços e Equipamentos da Comunidade, Prática de Projetos – Urbanismo I, Prática de Projetos – Urbanismo II, Prática de Projetos – Paisagismo*.

Tanto as disciplinas quanto a sua divisão em setores não existiam no plano de ensino do departamento de urbanismo. E o que as unia era uma particularidade: “os setores de conhecimento do Curso de Graduação estão organizados de forma a que disciplinas nelas se localizam em função do tipo de procedimento didático que necessitam adotar nas salas de aula”<sup>893</sup>.

### **6.5.3. As disciplinas, os professores e os conteúdos do departamento de urbanismo ano a ano na década de 1970**

Em 1972, as disciplinas do departamento de urbanismo no curso de arquitetura foram as seguintes: Arq. 201 – *Evolução Urbana*; Arq. 202 – *Teoria do Planejamento e do Urbanismo*; Arq. 203 – *Análise Urbana Comparada*; Arq. 204 – *Serviços e Equipamentos Urbanos*; Arq. 205 – *Práticas de Projetos – Urbanismo I*; Arq. 206 –

---

<sup>893</sup> MULLER, Doris Maria [ofício 219/73] 12 de novembro de 1973, Porto Alegre [para] CYBIS, Walter Otto, Porto Alegre. 4f. Encaminha ao superintendente acadêmico da UFRGS informações sobre o departamento de urbanismo: 2.



*Prática de Projetos – Urbanismo II A*; Arq. 207 – *Prática de Projetos – Urbanismo II B*.

Até o segundo semestre de 1973 elas permaneceram as mesmas. Em 1974, houve três alterações: 1) as disciplinas Arq. 202 – *Teoria do Planejamento e do Urbanismo* e Arq. 203 – *Análise Urbana Comparada* se fundem dando origem à disciplina Arq. 208 – *Introdução ao Planejamento Urbano*; 2) As disciplinas Arq. 204 – *Serviços e Equipamentos Urbanos* e Arq. 205 *Prática de Projetos – Urbanismo I* se fundem dando origem à disciplina Arq. 209 – *Prática de Projetos e Urbanismo I*; 3) As disciplinas Arq. 206 – *Prática de Projetos – Urbanismo II A* e Arq. 207 – *Prática de Projetos – Urbanismo II B* se fundem dando origem à disciplina *Prática de Projetos de Urbanismo II A e B*.

Esta situação se manteria até o primeiro semestre de 1976, quando a disciplina Arq 210 – *Prática de Projetos e Urbanismo II A e B* se desmembra em duas: Se mantém a Arq 210 – *Prática de Projetos e Urbanismo II A* e é criada a disciplina Arq. 211 – *Arquitetura Paisagista*<sup>894</sup>.

A disciplina de *Evolução Urbana* foi a única que se manteve ao longo de todo este período. O Quadro 35 representa as alterações citadas acima:

Cabe referência também aos professores destas disciplinas neste mesmo período. Em 1972<sup>895</sup>, a disciplina Arq. 201 – *Evolução Urbana*, foi ministrada por Célia Ferraz de Souza; Arq. 202 – *Teoria do Planejamento e do Urbanismo*, por Marcos David Hekman e Paul Dieter Nygaard<sup>896</sup>; Arq. 203 – *Análise Urbana Comparada*, por Paul Dieter Nygaard e Marcos David Hekman; Arq. 204 – *Serviços e Equipamentos Urbanos*, por Antônio Chaves Barcellos; Arq. 205 – *Prática de Projetos – Urbanismo I*,

---

<sup>894</sup> Em 09 de janeiro de 1976 o departamento de urbanismo comunica ao de arquitetura que a partir daquele ano passaria a ser “ministrada a disciplina ‘ARQ.211 – Arquitetura Paisagista’ no Curso de Graduação desta Faculdade”. Estava responsável por ela, no primeiro semestre letivo, o professor Francisco Riopardense de Macedo. Mas, como ele se afastaria logo em seguida, era solicitado que outro professor o acompanhasse para, posteriormente, substituí-lo em sua ausência. E o departamento solicitava que Glenda Pereira da Cruz o acompanha-se. CASTELLO, Lineu [ofício 01/76] 09 de janeiro de 1976, Porto Alegre [para] OBINO, Newton Silveira, Porto Alegre. Comunica ao chefe do departamento de arquitetura que a partir daquele ano seria ministrada a disciplina Arquitetura Paisagista. 1f.

<sup>895</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [Porto Alegre, 1972]. 7f.

<sup>896</sup> Em 1973 Paul Dieter Nygaard deixa a disciplina e entra em seu lugar Lais de Pinho Salengue. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório das atividades de maio a agosto de 1973. [s.l., 1974?]. 7f.

por Militão de Moraes Ricardo e João Paulo Umpierre Pohlmann<sup>897</sup>; Arq. 206 – *Prática de Projetos – Urbanismo II A e B*, por Edson Waldir de Medeiros Krebs<sup>898</sup>.

Quadro 35: quadro comparativo entre as disciplinas do departamento de urbanismo ministradas na graduação em arquitetura da Faculdade de Arquitetura, de 1972 a 1976.

De 1972/1 a 1973/2	De 1974/1 a 1975/2	1976/1
ARQ 201 - Evolução Urbana	ARQ 201 - Evolução Urbana	ARQ 201 - Evolução Urbana
ARQ 202 - Teoria do Planejamento e do Urbanismo	ARQ 208 - Introdução ao Planejamento Urbano	ARQ 208 - Introdução ao Planejamento Urbano
ARQ 203 - Análise Urbana Comparada		
ARQ 204 - Serviços e Equipamentos Urbanos	ARQ 209 - Prática de Projetos e Urbanismo 1	ARQ 209- Prática de Projetos e Urbanismo 1
ARQ 205 - Práticas de Projetos – Urbanismo 1		
ARQ 206 - Prática de Projeto – Urbanismo II A	ARQ 210 - Prática de Projetos e Urbanismo 2 A e B	ARQ 210 - Prática de Projetos e Urbanismo 2 A
ARQ 207 - Prática de Projeto – Urbanismo II B		ARQ 211 - Arquitetura Paisagista

Fonte: Elaborado pelo autor.

No ano de 1974, quando da alteração do quadro de disciplinas, os professores das disciplinas criadas foram os seguintes<sup>899</sup>: em Arq. 208 – *Introdução ao Planejamento Urbano*, o professor responsável é Paul Dieter Nygaard, o assistente é Marcos David Hekman e a auxiliar de ensino é Laís Guimarães de Pinto Salengue; em Arq. 209 – *Prática de Projetos de Urbanismo I*, o professor responsável é Militão de Moraes Ricardo, o titular é Antônio Chaves Barcellos e a auxiliar de ensino é Moema de Castro Debiagi; em Arq 210 – *Prática de Projetos de Urbanismo II A e B*, o professor responsável é Osmar Jorge Lengler, o adjunto é Nelly Peixoto Martins, o assistente é Edson Waldir Medeiros Krebs e a auxiliar de ensino é Maria Soares de Almeida.

No ano de 1976, a disciplina Arq. 211 – *Arquitetura Paisagista* foi ministrada por Francisco Riopardense de Macedo e Glenda Pereira da Cruz.

O Quadro 36 apresenta as disciplinas e seus professores:

<sup>897</sup> Em 1973 passam a fazer parte desta disciplina, além dos dois já citados, Nelly Peixoto e Moema Castro Debiagi. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório das atividades de maio a agosto de 1973. [s.l., 1974?]. 7f.

<sup>898</sup> Em 1973 esta disciplina passa a ser ministrada por Osmar Jorge Lengler e Maria Soares de Almeida. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório das atividades de maio a agosto de 1973. [s.l., 1974?]. 7f.

<sup>899</sup> DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório das atividades didáticas e administrativas, durante o ano de 1974. [s.l., 1975]. 12f.

Quadro 36: quadro comparativo entre as disciplinas do departamento de urbanismo ministradas na graduação em arquitetura da Faculdade de Arquitetura e seus respectivos professores, de 1972 a 1976.

<b>Disciplinas</b>	<b>Professores 1972</b>	<b>Professores 1974</b>	<b>Professores 1976</b>
Arq. 201 – Evolução Urbana	Célia Ferraz de Souza	Doris Maria Muller, Célia Ferraz de Souza	X
Arq. 202 – Teoria do Planejamento e do Urbanismo	Marcos David Hekman e Paul Dieter Nygaard	X	X
Arq. 203 – Análise Urbana Comparada	Paul Dieter Nygaard e Marcos David Hekman	X	X
Arq. 204 – Serviços e Equipamentos Urbanos	Antônio Chaves Barcellos	X	X
Arq. 205 – Prática de Projetos – Urbanismo I	Militão de Moraes Ricardo e João Paulo Umpierre Pohlmann	X	X
Arq. 206 – Prática de Projeto – Urbanismo II A	Edson Waldir de Medeiros Krebs	X	X
Arq. 207 – Prática de Projeto – Urbanismo II B	Edson Waldir de Medeiros Krebs	X	X
Arq. 208 – Introdução ao Planejamento Urbano	X	Paul Dieter Nygaard, Marcos David Hekman, Laís Guimarães de Pinto Salengue	X
Arq. 209 – Prática de Projetos e Urbanismo 1	X	Militão de Moraes Ricardo, Antônio Chaves Barcellos, Moema de Castro Debiagi	X
Arq. 210 – Prática de Projetos e Urbanismo 2	X	Osmar Jorge Lengler, Nelly Peixoto Martins, Edson Waldir Medeiros Krebs, Maria Soares de Almeida	X
Arq. 211 – Arquitetura Paisagista	X	X	Francisco Riopardense de Macedo, Glenda Pereira da Cruz

Fonte: elaborado pelo autor.

Mas é necessário compreender a posição das disciplinas do departamento de urbanismo no conjunto de disciplinas da graduação em arquitetura. Toma-se, para isso, o quadro de disciplinas de 1977<sup>900</sup>, um ano após o processo de fusão e inclusão de disciplinas cessar. As disciplinas do curso de arquitetura estão expostas no Quadro 37:

<sup>900</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977.

Quadro 37: currículo do curso de arquitetura da Faculdade de Arquitetura, 1977.

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C/H</b>	<b>CRE</b>	<b>Caráter</b>
<b><u>MATRÍCULA 01</u></b>				
	ARQ318 – Desenho Técnico I - A	04	03	Obrig.
	ARQ317 – Geometria Descritiva II - A	02	02	Obrig.
	FIS101 – Física	06	06	Obrig.
	HUM460 – Introdução à Sociologia	04	04	Obrig.
	LET180 – Língua Portuguesa	06	06	Obrig.
	LET208 – Alemão Instrumental	02	02	Eletiv.
	HUM464 – Estudos de Problemas Brasileiros I	02	02	Obrig.
	MAT157 – Geometria Analítica	04	04	Obrig.
<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C/H</b>	<b>CRE</b>	<b>Caráter</b>
<b><u>MATRÍCULA 02</u></b>				
	ARQ321 – Desenho Técnico I - C	04	03	Obrig.
	ARQ320 – Geometria Descritiva III	02	02	Obrig.
	ARQ304 – Estudo da Forma I	08	05	Obrig.
	ARQ305 – Desenho de Observação I	04	03	Obrig.
	ART201 – Estudos de Arte I	04	04	Obrig.
	ART204 – Fotografia I	03	02	Eletiv.
	EFI010 – Prática Desportiva I	02	02	Obrig.
	LET268 – Inglês Instrumental I	02	02	Eletiv.
	MAT102 – Cálculo I - B	06	06	Obrig.
<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>C/H</b>	<b>CRE</b>	<b>Caráter</b>
<b><u>MATRÍCULA 03</u></b>				
	ARQ306 – Estudo da Forma II	08	05	Obrig.
	ARQ307 – Desenho de Observação II	04	03	Obrig.
	ARQ308 – Desenho Técnico para Arquiteto	06	04	Obrig.
	ARQ104 – Teoria da Arquitetura I	02	02	Obrig.
	ART202 – Estudo de Arte II	04	04	Obrig.
	EFI020 – Prática Desportiva II	02	02	Obrig.
	ENG139 – Mecânica para Arquitetos	06	06	Obrig.
	HUM406 – Sociologia I	04	04	Eletiv.
<b><u>MATRÍCULA 04</u></b>				
	ARQ103 – Introdução à Arquitetura	08	06	Obrig.
	ARQ105 – Teoria da Arquitetura II	02	02	Obrig.
	ART203 – Estudos da Arte III	04	04	Obrig.
	ENG127 – Resistência dos Materiais	04	04	Obrig.
	GEO501 – Topografia I	04	03	Obrig.
	CPD101 – Computação Básica FORTRAN	04	04	Altern.
	CPD106 – Computação Básica ALGOL	04	04	Altern.
	IPH208 – Condicionamento I	04	04	Obrig.
	LET248 – Francês Instrumental I	02	02	Eletiv.
	LET269 – Inglês Instrumental II	02	02	Eletiv.
<b><u>MATRÍCULA 05</u></b>				
	ARQ108 – Prática de Projetos – Arquitetura I	12	09	Obrig.
	BIO417 – Introdução à Ecologia	02	02	Eletiv.
	ECO133 – Pesquisa Operacional - B	04	04	Obrig.
	ENG128 – Estabil. Da Constr. B	04	04	Obrig.
	ENG129 – Análise de Sist. Estruturais	04	04	Obrig.
	ENG130 – Técnicas de Edificação I	04	04	Obrig.
	ENG339 – Condicionamento II	04	04	Obrig.
	HUM101 - Estética	02	02	Obrig.
<b><u>MATRÍCULA 06</u></b>				
	ARQ109 – Prática de Projetos – ARQ II	12	09	Obrig.
	ARQ115 – Condiç. Adm. Ao Planej. Arquitetônico	02	02	Obrig.
	<b>ARQ201 – Evolução Urbana</b>	06	04	Obrig.
	BIO224 – Estudo da Vegetação	03	02	Eletiv.
	ENG131 – Estrut. de Concreto Armado III	04	04	Obrig.

ENG132 – Formas Estrut. em aço e madeira	04	04	Obrig.
ENG133 – Técnicas de Edificação II	04	04	Obrig.
<b>GEO517 – Foto Interpretação Aplicada ao Urbanismo</b>	04	03	Eletiv.
LET 249 – Francês Instrumental II	02	02	Eletiv.
<b>MATRÍCULA 07</b>			
ARQ110 – Prática de Projetos-Arquit. III	12	09	Obrig.
<b>ARQ.208 – Introdução ao Planejamento Urb.</b>	08	06	Obrig.
<b>ARQ211 – Arquitetura Paisagista</b>	04	04	Obrig.
ECO119 – Org. Mat. De Trabalho Profissional	02	02	Obrig.
ENG 134 – Estrut. em Concreto Armado IV	04	04	Obrig.
ENG135 – Edificação Industrializada	02	02	Obrig.
<b>GEO110 – Geografia Urbana I</b>	04	04	Eletiv.
LET209 – Alemão Instrumental II	02	02	Eletiv.
<b>MATRÍCULA 08</b>			
ARQ106 – Arquitetura Brasileira	04	04	Obrig.
ARQ112 – Prát. de Projetos – Arquitetura IV-B	08	06	Obrig.
<b>ARQ209 – Urbanismo I – Prát. de Projetos</b>	12	09	Obrig.
ECO122 – Governo Local Brasileiro	04	04	Obrig.
ENG137 – Especificação e Custos	02	02	Obrig.
<b>GEO122 – Introdução à Geografia Regional</b>	04	04	Eletiv.
ARQ123 – Introd. ao Desenho Industrial	04	03	Eletiv.
<b>MATRÍCULA 09</b>			
ARQ107 – Probl. da Arq. Brasil. Contemporânea	02	02	Eletiv.
ARQ113 – Prática de Projetos – Arq. V	16	12	Obrig.
<b>ARQ210 – Urbanismo II – Prática Projetos</b>	08	06	Obrig.
DIR202 – Legisl. Prof. p/ Arquitetos	02	02	Obrig.
HUM401 – Est. Probl. Brasileiros II	02	02	Obrig.
<b>MATRÍCULA 10</b>			
ARQ114 – Trabalho Final de Graduação	32	29	Obrig.

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977.

No quadro acima estão destacadas as cinco disciplinas do departamento de urbanismo ministradas na graduação em arquitetura, todas obrigatórias. São elas: *Evolução Urbana*, *Introdução ao Planejamento Urbano*, *Arquitetura Paisagista*, *Urbanismo I*, *Urbanismo II*. Elas são poucas em relação ao total de disciplinas obrigatórias (56). Representam aproximadamente 9% dele.

Além destas, destacamos também as disciplinas vinculadas ao urbanismo/planejamento urbano e regional ministradas por outros departamentos. Elas eram todas eletivas. São as seguintes: *Foto interpretação aplicada ao urbanismo* (departamento de geografia), *Geografia Urbana* (departamento de geografia), *Introdução à Geografia Regional* (departamento de geografia).

Passemos, a seguir, aos seus conteúdos.

#### **6.5.4. Conteúdos das disciplinas vinculados ao urbanismo/planejamento urbano**

As ementas das disciplinas obrigatórias à graduação em arquitetura oferecidas pelo departamento de urbanismo em 1977 estão apresentadas a seguir. São informações bastante resumidas. Por isso, só é possível uma visão aproximada quanto ao seu conteúdo e objeto.

##### **Arq 201 – Evolução Urbana**

Interpretação do processo de crescimento das cidades e das prováveis consequências de uma intervenção do mesmo. Introdução à teoria da evolução urbana. História da cidade. História do Urbanismo.

Percebe-se que, neste caso, o conteúdo se mantém em relação ao do curso de urbanismo – uma disciplina que apresenta a história da forma urbana e suas teorias.

##### **Arq 208 – Introdução ao Planejamento Urbano**

Conceitos básicos de planejamento e desenvolvimento, suas interrelações, características do processo de planejamento, tipos e níveis. Planejamento aplicado ao espaço urbano, objetivos e metodologia. Variáveis de organização do espaço físico. Aspectos intra e interurbanos do planejamento. Identificação de instrumentos de análise e controle do desenvolvimento urbano. Inventário das condições físico-ambientais de uma determinada unidade espacial urbana<sup>901</sup>.

Nota-se que é uma disciplina que pretende apresentar ao estudante instrumentos básicos fundamentais de abordagem do fenômeno urbano.

##### **Arq 211 – Arquitetura Paisagista**

Conceituação teórica com vistas aos conhecimentos básicos necessários à intervenção no espaço aberto de uso da comunidade: ecologia. Espaço urbano: paisagem urbana; diagnose do espaço urbano; espaços abertos e espaços fechados; categorias dos espaços abertos: equipamento comunitário; espaços especiais, evolução do espaço

---

<sup>901</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977: 17.

aberto e espaço verde. Recreação, lazer e patrimônio cultural. Estudo plástico da vegetação<sup>902</sup>.

Compreende-se que esta é uma disciplina que pretende capacitar o estudante a realizar projetos de paisagismo.

### **Arq 209 – Urbanismo I – Prática de projetos**

Detalhamento de propostas gerais e de medidas físicas quanto à intervenção em determinado espaço urbano. Identificação de problemas decorrentes destas medidas e da possibilidade de aplicação de instrumentos legais e financeiros vinculados<sup>903</sup>.

Fica evidente que esta é uma disciplina de projeto da cidade (ou de trecho dela), mas que busca vinculá-lo a sua viabilidade legal e financeira.

### **Arq 210 – Urbanismo II – Prática de projetos**

Detalhamento de propostas gerais e de medidas físicas quanto a intervenção de um determinado espaço urbano. Identificação de problemas decorrentes destas medidas e da possibilidade de aplicação de instrumentos legais e financeiros vinculados<sup>904</sup>.

Fica evidente que esta é, como a anterior, uma disciplina de projeto da cidade (ou de trecho dela), mas que busca vinculá-lo a sua viabilidade legal e financeira.

E as ementas das disciplinas eletivas à graduação em arquitetura, oferecidas pelo departamento de geografia eram as seguintes:

### **Geo 517 – Foto-Interpretação aplicada ao Urbanismo**

Tipos de fotografias aéreas. Geometria das fotos. Esteroscopia. Operações sobre fotos aéreas verticais. Mosaicos. Fatores-guia da foto-interpretação. Características físicas e urbanísticas do espaço urbano. Desenho Urbano. Noções de cadastro através de fotografia aérea. Outras aplicações da foto aérea no estudo do espaço urbano<sup>905</sup>.

### **Geo 110 – Geografia urbana**

---

<sup>902</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977: 17-18.

<sup>903</sup> Ibid.: 20.

<sup>904</sup> Ibid.: 22.

<sup>905</sup> Ibid.: 16.

Conceitos de cidade; a urbanização; funções urbanas; centralidade; posição e sítio urbano; o planejamento e a extensão das cidades; a estrutura urbana; a população urbana; os serviços urbanos; os problemas espaciais do crescimento urbano<sup>906</sup>.

### **Geo 122 – Introdução à geografia regional**

Conceito de região. Técnicas de levantamento nos estudos regionais. Teorias de delimitação e qualificação de regiões<sup>907</sup>.

### **6.6. O seminário de ensino de 1978, seus desdobramentos e breve nota sobre os anos seguintes**

Em 1978 ocorreu na Faculdade de Arquitetura mais um seminário de debate, avaliação e superação de dificuldades encontradas no ensino de arquitetura da instituição. Contudo, o antecede um debate nacional sobre a formação do arquiteto.

Entre os dias 7 e 9 de setembro de 1977, representantes das Comissões de Avaliação de Ensino das Escolas de Arquitetura do país se reuniram em Ouro Preto – MG em encontro organizado pela Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA). Lá buscavam encontrar um consenso sobre um novo currículo mínimo.

Neste evento foram definidas recomendações que deveriam orientar a formação em arquitetura. Dentre elas, destacamos: preservar “a unidade na formação profissional”<sup>908</sup>; que deveria “ser evitada a tendência a formação de especializações”<sup>909</sup>; e que o currículo mínimo deveria abranger três áreas do conhecimento: “planejamento e projeto”, “tecnologia e instrumentação” e “teoria e história”<sup>910</sup>.

Havia ainda a recomendação que se incluísse o paisagismo no currículo. E que se procurasse “diluir as fronteiras interpostas entre o projeto do edifício e o desenho urbano, uma vez que a organização do Espaço Urbano é atribuição do Arquiteto”<sup>911</sup>.

---

<sup>906</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977: 19.

<sup>907</sup> Ibid.: 20.

<sup>908</sup> CARTA de Ouro Preto. 4f. Ouro Preto, 1977: 3.

<sup>909</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>910</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>911</sup> Ibid.: 4.



No ano seguinte, entre 3 e 7 de abril de 1978, ocorreu na Faculdade de Arquitetura o “Seminário de Ensino de Arquitetura da UFRGS”.

A motivação para sua realização surgiu “das reivindicações surgidas no processo de debate gerado pela greve realizada pelos alunos do Curso de Arquitetura, em solidariedade aos colegas presos por ocasião do III Encontro Nacional de Estudante em fins de 1977”<sup>912</sup>.

Sua comissão coordenadora foi “formada a partir de reivindicação e alunos e professores e posteriormente oficializada pela Comissão de Carreira de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”<sup>913</sup>.

Ela era composta pelos professores Plínio Oliveira Almeida (comissão de carreira), Luiz Carlos Macchi Silva (departamento de arquitetura), Paul Dieter Nygaard (departamento de urbanismo), Ivan Mizoguchi (departamento de expressão gráfica) e pelos estudantes Darel Logueiro da Silva e Luís Alberto Rodrigues.

Após reuniões, esse grupo constatou que era “indispensável enfrentar as dificuldades existentes no ensino de graduação para a formação profissional”; que a “reforma do ensino da Universidade trouxe problemas atinentes a atuação dos 21 (...) departamentos que participam da formação do Arquiteto visto à forma inadequada como passaram a relacionar-se, através de suas disciplinas”; e que “as 57 (...) disciplinas obrigatórias e as 15 (...) opcionais estão estruturadas de forma a dar uma formação não específica ao ensino de Arquitetura, que é por demais imediatista”<sup>914</sup>.

Sendo assim, o seminário pretendia avaliar o ensino de arquitetura reunindo professores e estudantes da Faculdade da UFRGS, de outras do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como de representantes do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS), do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul (IAB-RS) e do diretório nacional do IAB. A partir daí, encaminhariam recomendações à Comissão de Carreira da UFRGS e à ABEA “para que o ensino universitário nessa área possa ser conduzido de forma que o preparo profissional seja voltado aos reclamos da sociedade e da verdadeira Arquitetura”<sup>915</sup>.

---

<sup>912</sup> AS CONCLUSÕES do seminário na UFRGS, [1978?]. p.4-6. In. 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?]: 4.

<sup>913</sup> ESTRUTUTURA e regimento do seminário de arquitetura da UFRGS/abril-78. 8f. Porto Alegre, 1978: 1.

<sup>914</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>915</sup> Ibid., loc. cit.

O temário estava organizado em três: 1. A realidade brasileira e o papel do arquiteto; 2. Formação profissional do arquiteto; 3. Avaliação das áreas de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

O documento que encerra suas recomendações aborda de maneira genérica assuntos variados<sup>916</sup>. Mas é necessário destacar as referências ao perfil profissional e ao ensino.

Sobre o perfil do arquiteto, o seminário concluiu que sua formação deveria ser integrada, o que permitiria “o perfeito desempenho de todas as atribuições profissionais, como também que lhe permita encarar os problemas de espaço, atendo-se às especificidades, sem deixar de relacioná-las entre si e com o geral”<sup>917</sup>. Combatiam a especialização que afastaria o profissional “mais e mais dos problemas maiores da nossa sociedade, elitizando-o em grande escala”<sup>918</sup>.

Sobre o modelo de ensino desejado, o seminário propunha, dentre outras coisas, “a recondução do atelier à posição de espinha dorsal do curso, com conseqüente aumento do número de horas para as disciplinas de projeto e conforme mínimos já recomendados pela ABEA (...) e não atingidos pelo atual currículo”<sup>919</sup>. Sugeria ainda a “ligação das disciplinas, horizontal e verticalmente caracterizando por um lado uma situação de interdepartamentalização, com disciplinas das áreas de teoria, história, técnica, etc., participando de atelier, além de seu estudo particular sistematizado”<sup>920</sup>, e também, “o atelier vertical propiciando maior integração do curso, maior troca de informações e economia de esforços pela concentração de pesquisa e informações em torno de uma temática integrada”<sup>921</sup>.

---

<sup>916</sup> Sobre a realidade brasileira afirma, dentre outras coisas, que “cabe ao arquiteto manifestar-se como cidadão, ao nível dos problemas, e como profissional, ao nível específico de suas atribuições, segundo sua capacitação profissional reforçando a participação nas entidades de classe”. Sobre a política urbana, cita que “uma política urbana conseqüente deve necessariamente considerar a questão agrária (fixação do homem ao campo), a contradição entre a organização do espaço urbano e os interesses particulares da especulação e a participação objetiva das populações interessadas no equacionamento dos problemas”. Há referências ainda sobre a política habitacional, a reforma universitária, dentre outros tópicos tratados. AS CONCLUSÕES do seminário na UFRGS, [1978?]. p.4-6. In. 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?]: 4.

<sup>917</sup> AS CONCLUSÕES do seminário na UFRGS, [1978?]. p.4-6. In. 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?]: 5.

<sup>918</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>919</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>920</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>921</sup> Ibid., loc. cit.

Ao fim, o documento organizava uma série de proposições, “condições básicas para o aprimoramento do nível do curso”<sup>922</sup>. Dentre elas, destacamos:

4. Que se crie o atelier integrado, de forma que as disciplinas, voltadas para a prática de projeto, estejam interligadas verticalmente a partir do primeiro semestre do curso, através de seus conteúdos e objetivos e com temática integrada.

Torna-se também necessário que se estabeleça uma relação interdisciplinar horizontal, colocando o atelier como eixo central do curso, fazendo com que as disciplinas das áreas de expressão gráfica, tecnologia e estrutura, conforto ambiental, estudos teóricos e analíticos da Arquitetura se inter-relacionem com a prática de projeto;

5. Que as disciplinas da área de projeto devam ter carga horária ampliada e concentrada num período da semana, criando condições de desenvolvimento de tarefas didáticas, do corpo docente e do corpo discente, nas dependências da faculdade<sup>923</sup>.

Percebe-se que as propostas são todas no sentido de dar (ou retomar) a centralidade do projeto no processo de ensino (ou, como dito noutros momentos, como tronco ou espinha dorsal do curso); de criar maior relação (“horizontal e verticalmente”) entre as disciplinas no atelier; a necessidade de síntese (ou integração) entre os variados conhecimentos (técnicos, teóricos, expressivos, etc.) que participam da formação.

São todos temas revisitados. Já presentes em momentos anteriores da história da instituição.

Sobre o urbanismo, a recomendação era a seguintes:

7. Que as disciplinas das áreas de Urbanismo se integrem efetivamente com o atelier de projeto, com conteúdos e temática que relacionem o processo de desenvolvimento urbano, com o processo de elaboração do projeto da edificação no atelier; que a estrutura do curso de pós-graduação em planejamento urbano seja reavaliada, no sentido de proporcionar suporte teórico-prático ao curso de graduação que dá ao profissional arquiteto atribuições para uma atuação em planejamento urbano, de tal forma que as prioridades ao curso de pós graduação não esvaziem as prioridades de uma formação graduada de maior profundidade técnico-instrumental e teórica.

Esta necessidade de integração, referida no trecho acima, parece reforçar a posição manifesta anteriormente, de que as disciplinas do departamento de urbanismo

---

<sup>922</sup> AS CONCLUSÕES do seminário na UFRGS, [1978?]. p.4-6. In. 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?]: 5.

<sup>923</sup> Ibid.: 6.

foram incorporadas à graduação em arquitetura como curso paralelo dentro da formação do arquiteto.

O urbanismo, por outro lado, como já acontecia noutros momentos da trajetória do ensino da instituição, deveria se submeter à lógica do projeto de edificação, sendo dela mais um de seus suportes. O curso de pós-graduação, por sua vez, deveria contribuir com a formação do arquiteto-urbanista.

Um dos desdobramentos deste seminário foi a criação de uma estrutura de acompanhamento e avaliação permanente do ensino da Faculdade. A comissão de carreira propôs a criação da Comissão de Ensino, a ela ligada, com “funções de assessorar a COMCAR/ARQ [Comissão de Carreira do curso de Arquitetura] na análise, planejamento e avaliação do Ensino na Faculdade de Arquitetura da UFRGS”<sup>924</sup>.

Esta comissão passou a se reunir e, “após as reuniões já efetuadas, estabeleceu (...) as datas de 11, 12 e 13 de Setembro [de 1979] para a realização do IIº Seminário na Faculdade de Arquitetura da UFRGS”<sup>925</sup>.

Este novo seminário teria como objetivo “discutir o ensino em nossa Faculdade e sobre o currículo mínimo à ser proposto, discussões estas que deverão resultar em subsídios a serem considerados pela Comissão de Ensino”<sup>926</sup>.

Ele se organizaria em quatro temas: a) Proposta de currículo mínimo a ser encaminhado à Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU); b) Diagnóstico do ensino atual na Faculdade de Arquitetura da UFRGS; c) Proposições decorrentes do diagnóstico; d) Complementação para o currículo pleno da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

A comissão coordenadora do seminário era composta por professores do departamento de arquitetura, urbanismo, expressão gráfica e comissão de carreira de arquitetura<sup>927</sup>.

---

<sup>924</sup> SEMINÁRIO de ensino e currículo mínimo. Estrutura e regimento interno. [s.l.1978?]. p.1-3. In. 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?]: 1.

<sup>925</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>926</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>927</sup> “1) Departamento de Arquitetura: Prof. Carlos Eduardo Dias Comas; Prof. Sérgio Antônio Volkmer; Acad. Carlos Eduardo Mesquita Pedone; Acad. Genoveva Maia Fruet. 2) Departamento de Urbanismo: Prof. Paul Dieter Nygaard; Prof. Marcos Hekmann; Acad. Hilda Maria Amaral; Acad. Jaime Pretto. 3) Departamento de Expressão Gráfica: Prof. Ivan Mizogucchi; Prof. Ana Maria Py Daniel Busko; Acad. Cláudia da Costa Cabral; Acad. Renata Galbinski. 4) Comissão de Carreira de Arquitetura –

Não há repercussão deste seminário no ensino em 1979. Mas sabemos, contudo, que suas consequências se dão nos anos 1980 quando, “após esse [segundo] seminário e com seus resultados, a Comissão Paritária estabeleceu programa de trabalho para elaboração e reestruturação dos planos de ensino da FAUFRGS visando seu aperfeiçoamento, sua qualificação e adaptação à novos parâmetros”<sup>928</sup>.

A comissão paritária, instituída nos seminários, apresentava em agosto de 1980 seu “Estudo para reestruturação do currículo pleno da Faculdade de Arquitetura da UFRGS”, documento de cento e onze páginas contendo propostas para o ensino.

Contudo, só no ano seguinte, 1981, o coordenador da Comissão de Carreira da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, Roberto Py Gomes da Silveira, comunicou que a “Comissão de Carreira de Arquitetura propôs, e a I Câmara do COCEP [Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa da UFRGS] aprovou, uma série de modificações no Currículo do Curso de Arquitetura, a vigorar a partir de [19]82/1 e atingindo a todos os alunos matriculados no curso”<sup>929</sup>.

Ao longo da década de 1980, outras disciplinas do departamento de urbanismo foram incorporadas à graduação em arquitetura. Em 1982, a disciplina Arq. 212 – *Teoria do Espaço Urbano* passou a integrar as disciplinas da graduação em arquitetura<sup>930</sup>. Em 1988 o curso de arquitetura foi acrescido das disciplinas *Morfologia e Infraestrutura Urbana* e *Administração do Planejamento Urbano*<sup>931</sup>. Passaram, assim, a ser oito as disciplinas ministradas pelo departamento de urbanismo na graduação em arquitetura.

Há, evidentemente, nas décadas seguintes, alterações nas disciplinas, nos conteúdos. Há ainda novos debates sobre o ensino da instituição, novas diretrizes

---

COMCAR/ARQ: Prof. Roberto Py Gomes da Silveira”. SEMINÁRIO de ensino e currículo mínimo. Estrutura e regimento interno. [s.l.1978?]. p.1-3. In. 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?]: 3.

<sup>928</sup> CURRÍCULO Pleno. Estudo para reestruturação do currículo pleno da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Comissão paritária. Agosto de 80. 111p. Porto Alegre, 1980: 3.

<sup>929</sup> SILVEIRA, Roberto Py Gomes [carta] 5 de novembro de 1981, Porto Alegre [para] GARCIA, Eloy Julius, Porto Alegre. Encaminha ao pró-reitor de graduação da UFRGS solicitação de que o currículo do curso seja impresso não só para distribuição aos alunos que ingressam pelo vestibular, mas também aos alunos e professores do curso de arquitetura. 1f.

<sup>930</sup> HEKMAN, Marcos David [ofício 27/82] 14 de abril de 1982, Porto Alegre [para] CARMONA, Ernani da Costa, Porto Alegre. Encaminha ao chefe de seção de programas do Decordi, UFRGS, as disciplinas do departamento de urbanismo. 1f.

<sup>931</sup> MALINSKY, Rogério [ofício nº 51/88] 22 de agosto de 1988, Porto Alegre [para] SILVEIRA, Roberto Py Gomes da, Porto Alegre. Encaminha lista de disciplinas e professores do departamento de urbanismo. 1f.

curriculares. Mas não nos referiremos a nada disso. Para o propósito deste trabalho, a genealogia do ensino de urbanismo dos arquitetos diplomados pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS se encerra aqui. Questões sobre as décadas subsequentes ficarão em aberto para pesquisas futuras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos princípios orientadores deste trabalho foi de que um conceito – como urbanismo – só pode ser plenamente compreendido no contexto de sua formulação. E o ensino foi escolhido como o momento chave deste processo de conceptualização. Nele os iniciantes são transformados em praticantes do ofício por meio da apresentação e incorporação de um repertório de práticas e saberes.

Ao longo dos capítulos o urbanismo foi tratado sincronicamente, ou seja, no contexto próprio em que atributos, significados e métodos foram a ele atribuídos. Cabe aqui, nas considerações finais, tratá-lo diacronicamente, ou seja, o considerando em temporalidades diversas.

Como preconiza a abordagem teórico-metodológica da história dos conceitos, orientadora desta pesquisa, é necessário buscar as alterações de sentido dos conceitos ao longo do tempo. E foi possível perceber, como os capítulos precedentes demonstraram, muito mais repetições, permanências do que alterações.

Para identificar o que se manteve e o que mudou ao longo do tempo, a trajetória do ensino do urbanismo dos arquitetos será retomada brevemente. Logo após, serão apresentadas reflexões de caráter mais geral acerca do urbanismo, do planejamento urbano, da restrição do exercício do urbanismo pelos arquitetos, entre outras. A escrita desta história suscitou interrogações e debates para além de seus limites, fazendo refletir também sobre o presente.

Passemos à abordagem diacrônica. Este trabalho teve por objetivo compreender e identificar, no plano conceitual e epistêmico, os sentidos do urbanismo subjacentes ao ensino oferecido pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Para isso, construiu uma genealogia que recuperou a trajetória do ensino da arquitetura e do urbanismo nas instituições que a deram origem – a Escola de Engenharia e o Instituto de Belas Artes – e percorreu suas três primeiras décadas de existência.

As questões dirigidas ao *corpus* da pesquisa e que buscaram orientá-la foram: Que urbanismo foi ensinado aos arquitetos ao longo do tempo? Que repertório de saberes e práticas foram a ele atribuídos? Que habilidades a formação em urbanismo pretendeu desenvolver nos arquitetos? Como se justificou, no ensino, a relação entre arquitetura e urbanismo?

O trabalho dialogou com a pesquisa historiográfica sobre o campo do urbanismo brasileiro, participando, assim, do esforço em compreendê-lo mais profundamente. Todavia, elegeu como fontes documentos pouco usuais, ligados à formação acadêmica. Distanciou-se, assim, dos projetos, planos, biografias, recorrentemente utilizados.

No início do século XX a Escola de Engenharia tomava a arquitetura como um de seus “ramos”. Ao longo de suas primeiras décadas de funcionamento, o trato com a cidade seguia, de um lado, a tradição higienista-sanitarista e, de outro, a preocupação com seu traçado, arruamento e melhoramentos (seja nas disciplinas dos cursos ou em suas publicações). A palavra urbanismo sequer era utilizada.

No Instituto de Belas Artes, por sua vez, a arquitetura foi, no mesmo período, tomada como uma “secção” da arte. Todavia, seu ensino só teve início na década de 1930, quando o curso técnico de arquitetura foi criado. Esta foi uma etapa capital para incorporação deste conteúdo ao ensino da instituição. Nele, o trato com a cidade apareceu de maneira breve no currículo de 1941, também como seguidor da tradição higienista-sanitarista.

Em 1945, ambas as instituições passaram a oferecer ensino de arquitetura: o curso de arquitetura do IBA e o de engenheiros arquitetos da Escola de Engenharia. O curso do IBA seguiu o “padrão federal” representado pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro. O da Escola de Engenharia, a politécnica de São Paulo.

Todavia, em ambas, os conteúdos comprometidos com as questões da cidade – seja do ponto de vista compositivo ou de sua infraestrutura – estavam presentes em apenas duas disciplinas do total do currículo. Eram, assim, igualmente pouco representativas.

As disciplinas de *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*, do IBA, e a de *Composição Geral e Urbanismo*, da Escola de Engenharia, em especial, pretendiam oferecer todo o conteúdo disponível sobre o projeto na escala urbana.

Houve, contudo, experiências de destaque no que tange ao ensino de urbanismo. Na Escola de Engenharia, se pode citar as tentativas de incorporação do “planejamento” (vinculado à relação entre fenômenos sociais e o seu lugar no território) aos cursos de graduação; e a sugestão de criação de um curso de extensão em urbanismo, com apenas três cadeiras – *História do Urbanismo; Arquitetura Paisagista; Composição Urbana*. E



no IBA, o curso de urbanismo, oferecido entre 1947 e 1949, que teve apenas oito estudantes, quase todos engenheiros.

Este último pretendia diplomar urbanistas capacitados a tratar de aspectos variados da cidade: o saneamento e a infraestrutura urbana, seus sistemas e redes, o problema da favelização, a forma da cidade na história, sua administração. No entanto, o centro de sua formação residia na cidade abordada como artefato, manipulável a partir da composição, momento de síntese de conhecimentos variados.

Importante destacar também a passagem do arquiteto-urbanista uruguaio Maurício Cravotto pelo IBA para ministrar um curso de 12 dias aos estudantes dos cursos de arquitetura e de urbanismo. A literatura que abordou sua passagem pelo Estado reconhece sua importância na afirmação do campo do urbanismo no Rio Grande do Sul.

Todavia, seu de *Grandes Composições de Arquitetura* tratou cidade e edifício como objetos pertencentes ao domínio do projeto (orientador preciso da construção). Para o uruguaio – e, provavelmente, para o corpo docente do IBA, que o convidou – os profissionais arquitetos ou urbanistas deveriam desenvolver habilidades para dominar o desenho que conduz à produção da edificação ou da cidade.

Em 1948, a promulgação da lei estadual nº 418, determinou a “fusão” dos cursos de arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA. Ela ensejou um enfrentamento revelador das divergentes concepções sobre arquitetura e urbanismo subjacentes à formação oferecida por ambas as instituições.

De um lado, os engenheiros sustentavam que a arquitetura era, como visto, “ramo” da engenharia, domínio da técnica. De outro, os arquitetos argumentavam que arquitetura era “secção” da arte, domínio da composição.

A defesa realizada por Edgar Graeff em favor da criação da Faculdade de Arquitetura, autônoma, em contraposição à proposta da Escola de Engenharia, de um Instituto de Arquitetura, a ela submetido, é reveladora.

O argumento de Graeff, impresso no encarte *Criação de uma Faculdade de Arquitetura* pode ser resumido em três linhas: i) a defesa da arquitetura como arte; ii) a oposição análise – síntese; iii) a centralidade da composição.

Na primeira delas, Graeff sustentava que um ambiente de arte era fundamental à formação em arquitetura. Só ele permitiria o desenvolvimento das capacidades inatas de criação e expressão estética dos estudantes.

Na segunda, expressava que havia uma oposição entre a formação oferecida pela engenharia e pela arquitetura. A engenharia (próxima à técnica e à ciência), por um lado, analisaria e *decomporia* com a finalidade de melhor compreender os fenômenos físicos. Se entendidos, eles poderiam ser previstos e aplicados à serviço da construção civil.

A arquitetura (próxima à arte), de outro, sintetizaria e *comporia* com a finalidade de produzir coisas belas (não só construir, mas construir com beleza). Utilizaria o conhecimento sobre os fenômenos físicos como recurso viabilizador do objeto projetado. Sua finalidade seria criar prazer estético, o que a distanciava da racionalidade técnico-científica.

Na terceira linha, Graeff definia arquitetura a partir da composição. Esta última (o eixo convergente dos saberes) representaria a capacidade de síntese particularmente requerida pela arte. Era, por assim dizer, o artístico da arquitetura.

Graeff separava e hierarquizava etapas de um processo que, na obra arquitetônica, é uno – concepção e construção. Dava, finalmente, relevância ao processo de concepção e não ao produto.

Além disso, a composição a que Graeff se referia não se reduzia à seleção e articulação de elementos físicos (a composição acadêmica do modelo *Beaux-Arts*). Era, fundamentalmente, um processo mental de articulação entre campos disciplinares variados que “convergiriam” para a concretização da obra arquitetônica – sejam eles de caráter tectônico, científico, social, espiritual.

A composição – disciplina e método – deveria, enfim, organizar o processo didático-pedagógico da Faculdade de Arquitetura, colocando-se como centro da formação. E esta capacidade de síntese, representada pela composição, foi também estendida como uma competência requerida ao exercício do urbanismo.

A exposição de Graeff não era só interpretativa. Não buscava revelar a verdade sobre a formação em arquitetura. Sua manifestação, inserida num momento de conflito pela delimitação e domínio do campo, era, como visto, prescritiva.

Sua argumentação não se baseava apenas num “espaço de experiências”, mas representava também um “horizonte de expectativas” em relação ao ensino e ao futuro da profissão. Estes argumentos foram revisitados em vários outros momentos da formação em arquitetura e urbanismo oferecida pela Faculdade de Arquitetura.

Importante notar, finalmente, sobre a disputa motivada pela sanção da lei estadual nº 418, que, no momento do embate pela criação ou não da Faculdade de Arquitetura, o urbanismo não foi disputado.

Apesar de todo o conflito, a Faculdade de Arquitetura foi instalada em 1952. Sagrou-se vitoriosa a tese de criação de uma Faculdade de Arquitetura, defendida pelo IBA. Foi derrotada a proposta da Escola de Engenharia, de criar um Instituto de Arquitetura vinculado e a ela submetido.

Neste sentido, a Faculdade de Arquitetura surgiu a partir de uma acomodação entre opostos, conciliados a partir da seguinte solução: de um lado, tornar a arquitetura autônoma em relação à engenharia tomando como referência de ensino o “padrão federal” e, de outro, ocupar a instituição majoritariamente por professores engenheiros e pelos catedráticos oriundos da Escola de Engenharia.

A exposição de motivos do projeto de regimento interno da Faculdade, de 1952, reproduziu, em parte, os argumentos expressos por Graeff. E isto ocorreu, depois, em outros momentos – relatórios de debate sobre o ensino, propostas de reforma da instrução.

A preocupação com a cidade permaneceu, nos anos 1950, similar à já vigente nos cursos de arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA. Manteve-se com apenas duas cadeiras – *Higiene da Habitação-Saneamento das Cidades e Urbanismo – Arquitetura Paisagista* – quantidade pouco representativa no compito total do currículo. E o saber vinculado ao urbanismo continuou sendo o da composição (análogo à arquitetura, diferindo dela apenas em escala), das técnicas higienistas-sanitaristas (sistemas de infraestrutura que diferiam dos do edifício apenas em escala), acrescido de outros, como os planos diretores, por exemplo.

Esta década, contudo, também teve sua experiência de ensino de urbanismo fora da graduação em arquitetura. O curso foi, conforme o projeto de regulamento de 1952, de graduação. Esta definição é muito importante. Ela indica que, na época, pensava-se que um arquiteto ou engenheiro, para exercer a profissão de urbanista, deveria completar sua formação – isto é, supunha que o ensino ministrado na graduação do arquiteto e engenheiro não contemplava tal formação.

Mas o curso de urbanismo só passou a funcionar em 1954. Seu currículo era similar ao do curso de urbanismo do IBA. Esta experiência, como a ocorrida no IBA, também foi breve. O curso foi interrompido em 1958.

O centro de sua formação residia, mais uma vez, na abordagem da cidade como artefato manipulável a partir da composição, momento de síntese de dimensões variadas vinculadas à cidade – política, administrativa, econômica, estrutural, histórica, etc. Contudo, não desconhecia que a cidade está além de sua forma. Incorporava também a compreensão de aspectos administrativos, políticos, sociais, dentre outros.

Sua suspensão foi breve. No ano seguinte, 1959, o curso de urbanismo da Faculdade de Arquitetura foi retomado. E, em 1960, seu concurso de ingresso passou a contar com mais uma prova (além das de história da arte e sociologia): de “planejamento”. Mas a palavra *planejamento*, neste momento, foi usada como *sinônimo* de projeto. A prova de planejamento consistia na elaboração de uma composição em escala grande. Ela foi incorporada ao exame de admissão do curso como forma de restringir seu acesso apenas aos arquitetos.

Passava-se assim, da experiência do curso de urbanismo do IBA, ocorrida na década de 1940, hegemônico pelos engenheiros (tanto na docência quanto no corpo de estudantes), à tentativa de dificultar o acesso deles ao curso e, conseqüentemente, de controlar privativamente o exercício deste campo profissional.

Os anos 1960 foram também de inúmeros debates sobre o ensino da Faculdade de Arquitetura (1962, 1966, 1968). Todavia, as propostas de reforma não alteraram substancialmente o ensino.

A proposta de revisão de 1962, por exemplo, organizou o currículo do curso em três ciclos: básico, de preparação profissional, de tese. Entretanto, o currículo se manteve o mesmo. Não houve transformação nos alicerces do ensino. A composição se manteve como o centro da formação (superior em sua carga horária em relação às demais disciplinas e submetendo-as a sua lógica). A perspectiva da arquitetura como saber prático ou aplicado, também.

Na primeira semana de estudos, de 1966, foi realizado balanço acerca da estrutura alterada a partir da proposta de 1962. Foram feitas ainda uma série de sugestões. Mas nada ocorreu até que, em 1968, os estudantes lançaram o manifesto *Nosso Ensino é uma Farsa*. Sua publicação impôs uma parada crítica.

O seminário de estudos para uma nova estrutura de ensino, do mesmo ano, representou esse momento de reflexão sobre os rumos do ensino. Todavia, mais uma vez, como se pôde perceber a partir da documentação consultada, as mudanças sugeridas foram pequenas. Houve uma continuidade: a capacidade de projetar se

manteve como a habilidade central da formação; e a tecnologia e as ciências sociais como conteúdos instrumentais (meios de ação, e não fins). A novidade foi a incorporação da escala do objeto que, assim como o edifício e a cidade, seria projetável por meio do mesmo processo mental – o de síntese.

O curso de urbanismo não esteve distante deste processo de debate sobre novos rumos no ensino. Sua reorganização se deu, a partir das propostas de 1962, também pela definição de três ciclos: de preparação básica, de formação profissional e de formação complementar. Esta organização curricular foi um espelho da do curso de arquitetura. O urbanismo seguiu, assim, a mesma lógica que dirigiu as reformas de ensino da graduação em arquitetura.

Importante notar como em 1966 foi referida a organização do curso de urbanismo em três troncais: de planos, de paisagismo e de engenharia municipal. Os profissionais poderiam se “especializar” num destes eixos, complementando assim sua formação. E só se diplomaria urbanista aquele que cursasse os três troncais do curso.

Esta condição é análoga à oferecida pela Escola de Engenharia no início do século XX, para quem a conclusão, concomitantemente, dos cursos de estradas, hidráulica e arquitetura diplomava em engenharia civil. Neste sentido, planos, paisagismo e engenharia municipal poderiam ser compreendidos como (utilizando um termo da Escola de Engenharia) “ramos” da formação em urbanismo.

Na década de 1970, três processos que se revelariam capitais para o programa de ensino da Faculdade de Arquitetura ocorrem paralelamente: a extinção do curso de urbanismo, a criação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) e a “migração” dos conteúdos do curso desaparecido ao PROPUR e à graduação em arquitetura.

A extinção do curso de urbanismo da Faculdade de Arquitetura, reconhecido como continuador da experiência de formação em urbanismo ocorrida no IBA entre 1947 e 1948, encerrou uma trajetória de quase duas décadas. Sua extinção e a “migração” de seus conteúdos à graduação em arquitetura e ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) foi situação análoga, também, ao que ocorreu na Escola de Engenharia no início do século XX. Nela, os cursos de estradas, hidráulica e arquitetura foram extintos e, em parte, incorporados ao ensino de engenharia civil.

O fim do curso de urbanismo esteve ligado também, em certa medida, à criação do PROPUR. Ele foi pensado, desde o início, como um programa de pós-graduação aberto a qualquer profissional diplomado.

Percebe-se, neste sentido, que o urbanismo do curso extinto era efetivamente “coisa de arquiteto” por ser dominado pela lógica do projeto. As tentativas de restrição do acesso de engenheiros a ele – por exemplo, por meio da prova de “planejamento” (projeto) – comprovam. O planejamento urbano, por sua vez, não. Foi, desde o início, reconhecido como campo multidisciplinar.

A incorporação de mais disciplinas de urbanismo na graduação em arquitetura, migradas do extinto curso de urbanismo, se deu a partir de 1972. Todavia, as primeiras disciplinas não se mantiveram as mesmas por muito tempo. Elas foram desmembradas, reagrupadas.

Ao fim da década de 1970, as disciplinas sob responsabilidade do departamento de urbanismo eram as seguintes: i) *Evolução Urbana*, ii) *Introdução ao Planejamento Urbano*, iii) *Prática de Projetos e Urbanismo I*, iv) *Prática de Projetos e Urbanismo 2-A* e v) *Arquitetura Paisagista*.

Em relação ao quadro geral de disciplinas obrigatórias do currículo, elas permaneceram presentes de forma pouco representativa. Se, na década de 1940, elas representavam, tanto no IBA quanto na Escola de Engenharia, apenas 7% do total de disciplinas, agora, ao fim da década de 1970, elas representavam quase 9%.

Ou seja, ao longo de todo o período analisado, a formação em urbanismo oferecida pela graduação em arquitetura permaneceu similar: seja na quantidade percentual de disciplinas, seja nos pressupostos a ele subjacentes.

Segundo as evidências, buscadas no *corpus* documental relacionado ao ensino, pode-se afirmar que a tese aqui sustentada se confirmou: na FA-UFRGS, o urbanismo se vinculou a saberes e práticas análogos aos da arquitetura; que ali a formação em urbanismo buscou desenvolver competências para a elaboração de projetos, momento de síntese de conhecimentos diretores da produção de artefatos (em ponto grande ou pequeno); que a composição (ou projeto) foi o eixo central do ensino da instituição; e, finalmente, que o urbanismo compareceu como extensão (marginal) da arquitetura.

De alguma maneira, ao longo do período abordado, a pergunta de Alberti, que inicia este trabalho, foi tomada como uma afirmação tácita.

Contudo, cabem algumas ressalvas. Em que pese sua posição marginal na instituição – ao menos no que tange a sua presença no currículo da graduação – o urbanismo (seus conteúdos, personagens, história institucional) foi de extrema importância para a Faculdade de Arquitetura.

Sua presença na formação incorporou um sentido social e público ao exercício profissional. Seus professores foram personagens destacados da vida político-administrativa local. Os cursos de urbanismo, pioneiros no país, formaram técnicos que trabalharam nos poderes municipais e estadual projetando cidades, mas contribuindo também com a política urbana em nível local.

Além disso, a instituição participou de um movimento mais amplo de oferta da formação em urbanismo e da busca de seu domínio por parte dos arquitetos. Neste sentido, embora esta questão não tenha sido aprofundada nesta tese, pode-se dizer que a trajetória da FA-UFRGS acompanha e se confunde com a das demais instituições de ensino de arquitetura e de urbanismo do país. O estudo de suas polêmicas, posições e concepções não circunscreve a pesquisa à experiência gaúcha: retrata, em certa medida, a trajetória brasileira com relação ao tema.

Outra ressalva necessária é que o planejamento urbano – entendido como conjunto de medidas sócio-políticas de predição e condução da cidade, não tomada somente como artefato construído, mas como *locus* de interações sociais, econômicas, político-administrativas – esteve presente na formação oferecida na Faculdade de Arquitetura em momentos do período analisado. E, na década de 1970, ele se afirmou na instituição como um conhecimento que não era somente “coisa de arquiteto”, mas campo de práticas e saberes compartilhado por formações variadas.

Como já referido, nos anos 1980, outras disciplinas do departamento de urbanismo foram incorporadas à graduação em arquitetura: em 1982, *Teoria do Espaço Urbano*; em 1988, *Morfologia e Infraestrutura Urbana* e *Administração do Planejamento Urbano*.

E, nas décadas seguintes, novas alterações, novos conteúdos foram incorporados ao urbanismo dos arquitetos da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Novos debates sobre o ensino da instituição foram propostos, novas diretrizes curriculares foram aprovadas. Mas não nos referiremos a nada disso. Estas e outras questões ficarão em aberto para pesquisas futuras.

Entretanto, toda esta trajetória, vislumbrada e escrita a partir do presente, suscita algumas reflexões sobre o momento atual do ensino e do exercício profissional do urbanismo.

Uma delas, jamais tratada diretamente na extensa documentação consultada, diz respeito às semelhanças ou diferenças (como conhecimento e no plano epistêmico) entre o projeto do edifício e da cidade. Será a lógica do projeto urbano a mesma da do projeto do edifício? A cidade, reconhecidamente, é uma segunda natureza criada pelo homem para adaptar o meio às suas necessidades (físicas, sociais, espirituais). A cidade, como um “organismo vivo”, nunca está pronta, diferentemente de um artefato finito.

O urbanismo, neste sentido, não pode tratar seu objeto, a cidade, a partir das mesmas ferramentas empregadas para o projeto de um artefato. Sua pretensão científica de abordagem deste processo social (que a cidade encerra) já indica o reconhecimento desta natureza diferente entre os fenômenos objeto-edifício-cidade.

Todavia, a história do ensino do urbanismo na FA-UFRGS demonstra que o projeto (o processo mental) foi tomado como o método diretor da abordagem sobre a cidade. E isto nos parece ser uma forma incompleta de tratar da questão urbana.

Outra meditação que a pesquisa provoca é acerca do exercício profissional. A resolução 51 do CAU, aprovada em 12 de julho de 2013, definiu uma série de áreas de atuação privativa aos arquitetos e urbanistas. Dentre elas, estão o projeto urbanístico e a coordenação de equipe multidisciplinares de planejamento urbano (planos diretores, planos de requalificação urbana, planos setoriais de urbanismo, etc.).

Como se pôde perceber ao longo do trabalho, o projeto urbanístico – a partir de princípios análogos aos da arquitetura – foi ensinado e incorporado como conteúdo próprio ao arquiteto-urbanista. Contudo, o planejamento urbano – campo multidisciplinar, atividade profissional que não é somente “coisa de arquiteto”, que busca coordenar ou realizar a condução de processos sócio-político-econômicos – quando passou a ser ensinado num curso de pós-graduação, foi instalado na FA-UFRGS e dominado pelos arquitetos.

Qual a razão disso? A cidade foi sendo abordada, ao longo do tempo, como objeto próprio às preocupações (artísticas? técnicas? científicas?) dos arquitetos. A base desta captura do urbanismo pela arquitetura foi a superficial transposição da “capacidade de síntese” do âmbito do projeto para o âmbito do planejamento. No plano histórico, também contribuiu para isso o fato de a afirmação da arquitetura como



domínio profissional autônomo se realizar sob a hegemonia de arquitetos tributários do Movimento Moderno no mesmo momento em que essas ideais ganhavam força e visibilidade no país e no exterior.

Como visto ao longo do trabalho, a habilidade mental necessária ao exercício da arquitetura foi representada como a capacidade de síntese de conhecimentos variados (tecnológicos, sociais, etc.). E a expressão desta capacidade mediadora era a sensibilidade plástica.

O planejamento urbano, por sua vez, também se pretendeu, no discurso da Faculdade, como um processo de mediação de conhecimentos variados (históricos, sociológicos, econômicos, etc.). Todavia, para os arquitetos, a cidade é, finalmente, um artefato construído, como o é um objeto ou um edifício. Estes outros conhecimentos são subsídios instrumentais, submetidos também à forma.

A isto se associa a maneira ambígua, polissêmica e imprecisa com que o termo “planejamento” foi empregado na FA-UFRGS ao longo do tempo. Ele foi tomado, não na acepção de um conjunto de ações para condução de processos sócio-político-econômicos, mas, na maior parte das vezes, como sinônimo de projeto. Sendo assim, a resolução do CAU compreende que apenas o arquiteto é capaz de liderar equipes de elaboração de planos urbanos por sua capacidade de síntese de conhecimentos variados (ou pelo seu caráter multidisciplinar). Esta liderança “natural” (seja pela capacidade de síntese, pela formação humanista, ou por outra razão) já comparecia na experiência de ensino da Faculdade. Contudo, como vimos, a formação do arquiteto pressupõe a cidade como um artefato (como um objeto e edificação).

Um sociólogo não seria capaz de liderar uma equipe de planejamento urbano? Um político, sem este caráter “técnico” (como foi o caso de Haussmann, em Paris, apenas para citar um único e célebre exemplo), não teria habilidades para produzir acordos, mediar conflitos, encontrar soluções pactuadas sobre os rumos futuros da cidade?

Ocorre que o curso de arquitetura forma o profissional para elaborar projetos, instrumento este que lida com a cidade como forma, artefato, diferente do objeto e da edificação apenas em escala. A instrução acadêmica não apresenta aos aprendizes as ferramentas para lidar com processos políticos, sociais, econômicos, administrativos da cidade. Supõe, enfim, que o todo (artefato e processo social) deve se submeter à

“forma”. Confunde-se aí a habilidade para projetar o artefato como um todo com a suposta capacidade do arquiteto, ilusória e autoritária, de conhecer e controlar tudo.

Partindo dos pressupostos delineados anteriormente, o arquiteto e urbanista deve mesmo exercer privativamente o planejamento urbano? Ele tem mesmo esta capacidade? Se sim, outros profissionais não poderiam desenvolver estas mesmas habilidades? Não pretendo responder a nenhuma destas questões, mas apenas apresentá-las a partir da história aqui apresentada.

Por fim, cabe referir sobre os limites enfrentados pela pesquisa ao longo de sua elaboração. Um deles foi o acesso aos relatórios da Escola de Engenharia, dificuldade superada pela generosidade de Inês Martina Lersch, que gentilmente cedeu imagens destes documentos.

Outro limite, que se reflete na escrita e na apresentação de dados da tese, foi a pouca profundidade das informações acerca da segunda metade da década de 1960 e principalmente sobre a década de 1970. A documentação disponível anterior à década de 1960 é mais detalhada, o que permitiu a apresentação de dados mais intrigantes.

Possivelmente, o regime ditatorial, vigente nos anos 1960 e 1970, impediu (ou constrangeu) o detalhamento maior sobre as atividades e eventos da instituição. Por esta razão, muitos detalhes do cotidiano da escola ficaram sem registro. A democracia faz bem também à historiografia.

## CORPUS DOCUMENTAL

### ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo da direção da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Arquivo da Coordenação do curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UFRGS

Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS.

Arquivo pessoal de Cícero Alvarez.

### ARTIGOS

BARBEDO, Sylvio. Projecto de Villa. EGATEA, Porto Alegre, v.III., n.2, set.-out., 1916.

\_\_\_\_\_. Construções econômicas: casa para veranear. EGATEA, Porto Alegre, v.III, n.2, p.97-100, set.-out. 1915.

\_\_\_\_\_. Projecto de Construção. EGATEA, Porto Alegre, v.I, n.6, p.290-291, maio-jun. 1915.

BRITO, Saturnino Rodrigues de. Saneamento de Rio Grande. EGATEA, Porto Alegre, v.V, n.1, junho, 1919.

COARACY, V. de Vivaldi. A Energia no Rio Grande do Sul. EGATEA, Porto Alegre, v.III, n.6, p.249-256, maio-jun., 1917.

ELEJALDE, Benito. Saneamento de cidades. EGATEA, Porto Alegre, v.2, n.1, p.1-4, jul-ago. 1915.

HERVÉ, Egydio. Municipalização dos serviços: empréstimos municipais. EGATEA, Porto Alegre, v.III., n.3, p.144-147, nov.-dez. 1916.

HOFMANN, Benno. Considerações geraes sobre a agua, suas propriedades e sua utilização para o abastecimento de cidades. EGATEA, Porto Alegre, v. IV, n.1, p.34-40jul.-ago., 1917.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o arruamento das cidades. EGATEA, Porto Alegre, v.X, n.1, p.1-7, jan.-fev., 1925.

HOOGENSTRAATEN, Chrétien. Projecto de um “Bungalow”. EGATEA, Porto Alegre, v.XII, n.1/6, p.246-249, jan.-dez. 1927.

\_\_\_\_\_. Projecto de um villino. EGATEA, Porto Alegre, v.XII, n.1/6, p.6-9, jan.-dez. 1927.

\_\_\_\_\_. Projecto de Villa. EGATEA, Porto Alegre, v.VI, n.3, p. 122-123, maio-jun. 1921.

LEIVAS, Florisbello. Saneamento do Rio Grande: Instrucções para locação dos collectores de exgottos. EGATEA, Porto Alegre, v. III, n.4, p.276-277, jan.-fev., 1917.

MACIEL, João Moreira. Melhoramentos de Porto Alegre. EGATEA, Porto Alegre, v.I, n.3, p.124-128, nov-dez. 1914.

MELLO, J. Fagundes de. Edificação do Rio Grande e sua regulamentação. EGATEA, Porto Alegre, v. IV, n.1, p.254-261, jul.-ago., 1917.

NETTO, Biriba. Do 1º ao 7º. In. ANTE-PROJETO. Arquitetura, Urbanismo e Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do I.B.A., ano 1, n.1, p.11, ago., 1948.

RIBEIRO, Ivo Pinto. Construcções pitorescas. EGATEA, Porto Alegre, v.II, n.3, p.123-126, nov-dez. 1915.

SILVA, Ennio P. da. Projecto de um theatro para a cidade de Santa Maria. EGATEA, Porto Alegre, v.VI, n.5, p. 256-257, set.-out. 1921.

WADELL & HARRINGTON. A engenharia como profissão. EGATEA, Porto Alegre, v.II, n.3, p.141-143, nov-dez, 1915.

## ATAS

ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 110ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, realizada em 03 de maio de 1949. In. Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.

\_\_\_\_\_. Ata da reunião da 88ª Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 19 de junho de 1947. In. Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1947. Porto Alegre, 1951.

\_\_\_\_\_. Ata da 87ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 13 de junho de 1947. In. Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1947. Porto Alegre, 1951.

\_\_\_\_\_. Ata da 218ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 13 de novembro de 1946. In. Universidade de Porto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1946. Porto Alegre, [1947?].

\_\_\_\_\_. Ata da 79ª reunião da Congregação, realizada em 22 de janeiro de 1945. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre, [1946?]. p.196.

\_\_\_\_\_. Ata da 78ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre, realizada em 04 de janeiro de 1945. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre, [1946?]. p185-195.

\_\_\_\_\_. Ata da 77ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 28 de dezembro de 1944. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre, [1945?]. p.195-202.

\_\_\_\_\_. Ata da 180ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 7 de dezembro de 1944. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre, [1945?]. p.183-185.

\_\_\_\_\_. Ata da 179ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 23 de novembro de 1944. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre, [1945?]. p.180-182.

\_\_\_\_\_ . Ata da 178ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 09 de novembro de 1944. In. Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre, [1945?]. p.177-179.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 55ª reunião do conselho departamental, realizada em 27 de janeiro de 1977.

\_\_\_\_\_ . Ata da sessão solene da Congregação da Faculdade de Arquitetura, realizada em 2 de outubro de 1974.

\_\_\_\_\_ . Ata da reunião da congregação, realizada em 28 de junho de 1972.

\_\_\_\_\_ . Ata da 3ª reunião do conselho departamental, realizada em 25 de junho de 1971.

\_\_\_\_\_ . Ata da 92ª reunião do conselho departamental, realizada em 29 de julho de 1970.

\_\_\_\_\_ . Ata da 86ª reunião do conselho departamental, realizada em 01 de abril de 1970.

\_\_\_\_\_ . Ata da 85ª reunião do conselho departamental, realizada em 18 de março de 1970.

\_\_\_\_\_ . Ata da reunião da congregação, realizada em 30 de dezembro de 1969.

\_\_\_\_\_ . Ata da 81ª reunião do conselho departamental, realizada em 29 de dezembro de 1969.

\_\_\_\_\_ . Ata da reunião da congregação, realizada em 27 de dezembro de 1968.

\_\_\_\_\_ . Ata da reunião da congregação, realizada em 30 de agosto de 1968.rrrrrr

\_\_\_\_\_ . Ata da 37ª reunião do Conselho Departamental, realizada em 30 de agosto de 1968.

\_\_\_\_\_ . Ata da 36ª reunião do conselho departamental, realizada em 28 de agosto de 1968.

\_\_\_\_\_ . Ata da 35ª reunião do conselho departamental, realizada em 19 de agosto de 1968.

\_\_\_\_\_ . Ata da 34ª reunião do conselho departamental, realizada em 16 de agosto de 1968.

- \_\_\_\_\_ . Ata da reunião da congregação, realizada em 5 de julho de 1968.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 23ª reunião da congregação, realizada em 23 de dezembro de 1963.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 22ª reunião da congregação, realizada em 28 de novembro de 1963.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 70ª reunião congregação, realizada em 1º de julho de 1958.
- rrrrrr\_\_\_\_\_ . Ata da 67ª reunião da congregação, realizada em 23 de maio de 1958.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 65ª reunião da congregação, realizada em 18 de março de 1958.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 57ª reunião da Congregação, realizada em 24 de setembro de 1957.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 54ª reunião da Congregação, realizada em 16 de abril de 1957.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 52ª reunião da Congregação, realizada em 25 de março de 1957.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 49ª reunião da Congregação, realizada em 14 de novembro de 1956.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 29ª sessão da Congregação, ocorrida em 26 de maio de 1954.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 26ª reunião da Congregação, realizada em 18 de fevereiro de 1954.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 25ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de novembro de 1953.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 24ª reunião da Congregação, realizada em 24 de novembro de 1953.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 21ª reunião da Congregação, realizada em 27 de maio de 1953.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 7ª reunião da congregação, realizada em 12 de setembro de 1952.
- \_\_\_\_\_ . Ata da 1ª reunião de Congregação, realizada em 1º de setembro de 1952.
- INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 5 de junho de 1948.
- \_\_\_\_\_ . Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de fevereiro de 1948.
- \_\_\_\_\_ . Ata da sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de abril de 1947.
- \_\_\_\_\_ . Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada no dia 28 de março de 1947.

\_\_\_\_\_ . Ata da sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 30 de janeiro de 1946.

\_\_\_\_\_ . Ata da sessão extraordinária da Congregação, realizada em 29 de setembro de 1944.

\_\_\_\_\_ . Ata da reunião extraordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 21 de setembro de 1944.

\_\_\_\_\_ . Ata da 32ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 2 de março de 1943.

\_\_\_\_\_ . Ata da 26ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 27 de maio de 1942.

\_\_\_\_\_ . Ata da 25ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 15 de abril de 1942.

\_\_\_\_\_ . Ata da 18ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 14 de março de 1941.

\_\_\_\_\_ . Ata da 1ª sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Belas Artes, realizada em 16 de janeiro de 1939.

INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 5ª sessão ordinária da Comissão Central, realizada em 10 de fevereiro de 1910.

## **CARTAS, OFÍCIOS E ASSEMELHADOS**

19 de abril de 1949. Ao Exmº Snr. Engº Alexandre da Rosa; D.D. Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul. [s.l.], 1949. 2f.

CASTELLO, Lineu [ofício 01/76] 09 de janeiro de 1976, Porto Alegre [para] OBINO, Newton Silveira, Porto Alegre. Comunica ao chefe do departamento de arquitetura que a partir daquele ano seria ministrada a disciplina Arquitetura Paisagista. 1f.

CASTILHOS, Júlio Ribeiro de [carta] 22 de junho de 1971, Porto Alegre [para] WOLFF, Ivo, Porto Alegre. Solicita ao vice reitor da UFRGS autorização para imediata construção de pavilhão desmontável em terreno próximo ao edifício da Faculdade de Biblioteconomia e comunicação.2f.



\_\_\_\_\_. [carta nº 436] 16 de junho de 1971, Porto Alegre [para] FURTADO, Jorge Alberto, Porto Alegre. Solicita manifestação acerca do pedido de extinção do curso de urbanismo em face do pedido de credenciamento para o curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 1f.

\_\_\_\_\_. [carta] 29 de janeiro de 1970, Porto Alegre [para] FARACO, Eduardo Zaccaro, Porto Alegre. 1f. Encaminha em anexo pedido de auxílio dirigido à CAPES

CORRÊA, Ernani Dias [processo 1243/64] 13 de julho de 1965, Porto Alegre [para] MILANO, José Carlos Fonseca, Porto Alegre. Adaptação de Regimento às disposições da Lei 4464 na parte relativa à associação dos alunos. 5f.

\_\_\_\_\_. [processo 360/65] 23 de março de 1965, Porto Alegre [para] SILVA, Álvaro Leão Carvalho, Porto Alegre. Informa ao diretor do departamento de Educação e Ensino da URGs que a Faculdade de Arquitetura mantém o curso de urbanismo. 2f.

\_\_\_\_\_. [carta] 30 de janeiro de 1956, Porto Alegre [para] TEIXEIRA, Anísio, Rio de Janeiro. O diretor substituto da Faculdade de Arquitetura encaminha ao secretário geral da CAPES relações de professores e cadeiras dos cursos de arquitetura e de urbanismo. 5f.

\_\_\_\_\_. [carta] 23 de agosto de 1946, Porto Alegre [para] ESPARTEL, Lelis, Porto Alegre. Responde ofício do CREA que solicitava informações sobre o Instituto de Belas Artes. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

CORRÊA, Tasso [Ofício n.99/50] [1950?], Porto Alegre [para] DORNELLES, Senador Ernesto, Rio de Janeiro. Trata do movimento pela criação da Faculdade de Arquitetura. 2f.

\_\_\_\_\_. [ofício s/nº] 16 de março de 1948, Porto Alegre [para] CRAVOTTO, Maurício, Montevideu. Faz primeiro contato oficial com Mauricio Cravotto com objetivo de convidá-lo a ministrar curso no Instituto de Belas Artes.

CRAVOTTO, Maurício [carta] 20 de julho de 1948, Montevideu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

\_\_\_\_\_. [carta] 05 de junho de 1948, Montevideu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

\_\_\_\_\_. [carta] 01 de abril de 1948, Montevidéu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

COSTA, Ney Chrysostomo da [ofício s/nº] 17 de março de 1958, Porto Alegre [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. Informações sobre a Faculdade de Arquitetura. 2f.

DIRETOR da Faculdade de Arquitetura. [ofício s/nº] 21 de janeiro de 1961, Porto Alegre [para] A. Leão Carvalho Silva, Porto Alegre. Em atenção a circular nº 3/60, de 12 de dezembro, encaminha relação da seriação e disciplinas dos cursos existentes na Faculdade. 4f.

COSTA, Ney Chrysostomo da; CORRÊA, Ernani Dias; LUTZENBERGER, José; TIETBOHL, Ary Nunes; FARIA, Luiz Arthur Ubatuba de; PAIVA, Edvaldo Pereira; NETTO, Demetrio Ribeiro; GRAEFF, Edgar Albuquerque; CORONA, Fernando; GNOCCHI, Angelo Guido; CARVALHO, Adalberto Rodrigues de; MOURA, Fernando de Azevedo; LUBKE, Max Waldemar [carta] 04 de novembro de 1949, Porto Alegre [para] Reitor, Porto Alegre. Manifestação dos professores do IBA sobre a fusão dos cursos de arquitetura. 5f.

FACULDADE de Arquitetura [proc. 554/69] 7 de julho de 1970, Porto Alegre [para] LEITE, Celso Barroso, Porto Alegre. Ofício enviado ao diretor executivo da CAPES informando sobre os cursos de urbanismo/planejamento urbano. 1f.

FRANCISCONI, Jorge Guilherme [circular nº002/72] 6 de junho de 1972, Porto Alegre [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. 1f. Comunica que o reconhecimento do PROPUR junto ao CFE recebeu parecer favorável do relator Lauro Bastos Birkholz.

\_\_\_\_\_. [ofício 78-71] 8 de junho de 1971, Porto Alegre [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. Encaminha ao chefe do departamento de urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS relatório das atividades desenvolvidas entre 24 e 26 de maio no Rio de Janeiro. 3f.

GAY, Ruben da Silva; BONDER, Leo; TITONN, João Oly; HEIT, Tácito A.; BARCELLOS, Mozart Lopes; ANZANELO, Natalino; GERALDO, Cezar Coufal; GANDOLFI, Paulo José [carta] 14 de fevereiro de 1958, Porto Alegre [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. Manifestação do Grêmio de Urbanistas sobre a extinção do curso de urbanismo. 3f.

GRUNDIG, Werner [proc. 1405/65] 25 de julho de 1965, Porto Alegre [para] FAYET, Carlos Maximiliano, Porto Alegre. Comunica que o conselho técnico administrativo aprovou parecer sobre o anteprojeto de criação do Instituto de urbanismo.

HEKMAN, Marcos David [ofício 27/82] 14 de abril de 1982, Porto Alegre [para] CARMONA, Ernani da Costa, Porto Alegre. Encaminha ao chefe de seção de programas do Decordi, UFRGS, as disciplinas do departamento de urbanismo. 1f.

\_\_\_\_\_. [ofício DU-08/71] 5 de março de 1971, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Solicita remodelação das dependências do departamento de urbanismo. 2f.

\_\_\_\_\_. [ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de urbanismo no curso de graduação em arquitetura. 5f.

\_\_\_\_\_. [ofício DU-13/70] 4 de maio de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Departamento de urbanismo indica Jorge Guilherme Francisconi como coordenador do PROPUR. 1f.

\_\_\_\_\_. [ofício U-02/70] 12 de março de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Relaciona os professores que fazem parte da implantação do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. 1f.

\_\_\_\_\_. [ofício DU-01/70] 21 de janeiro de 1970, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. O departamento de Urbanismo indica Jorge Guilherme Francisconi e Waldilea da Rosa para coordenarem os estudos necessários à implantação do programa de mestrado e doutorado em Urbanismo. 1f.

LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme [ofício DU-127/71] 18 de agosto de 1971, Porto Alegre [para] WOLF, Ivo, Porto Alegre. Informa sobre o processo de reconhecimento do PROPUR. 2f.

LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme de M.; MULLER, Dóris Maria; VERONESE, Roberto Felix [ofício 103/72] 13 de junho de 1972, Porto Alegre [para] CIBYS, Walter Otto, Porto Alegre. Coordenação do PROPUR expõe ao superintendente acadêmico da UFRGS a evolução do programa desde 1970 e solicita medidas por parte da reitoria.

LUNARDI, Fernando Petersen [carta] 3 de agosto de 1970, Porto Alegre [para] MOREIRA, Rafael Cezar, Porto Alegre. Comunica ao secretário de coordenação e planejamento o processo de implantação do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional. 1f.

\_\_\_\_\_. [carta] 1 de setembro de 1970, Porto Alegre [para] LEITE, Celso Barroso, Rio de Janeiro. Confirma ao assessor chefe da CAPES a consulta verbal feita em 30 de julho pela professora Dóris Maria Muller, sobre a possibilidade de prever auxílios ao PROPUR. 4f.

MACEDO, Francisco Riopardense de [ofício 023/72] 28 de fevereiro de 1972, Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Encaminha ao diretor da FA-UFRGS lista de professores do departamento de urbanismo. 1f.

MACEDO, Francisco Riopardense de; MULLER, Dóris Maria [carta] 1º de dezembro de 1971, Porto Alegre [para] BIRKHOLZ, Lauro Bastos, [s.l.]. Encaminha via do projeto do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS revisto de acordo com as recomendações de Birkholz. 3f.

MACEDO, Francisco Riopardense; MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; LENGLER, Jorge Osmar [ofício DU-81/71] 15 de junho de 1971, Porto Alegre [para] FURTADO, Jorge Alberto, Porto Alegre. Descreve ao superintendente da UFRGS as dificuldades enfrentadas pelo departamento de urbanismo e pelo PROPUR. 6f.

MALINSKY, Rogério [ofício nº 51/88] 22 de agosto de 1988, Porto Alegre [para] SILVEIRA, Roberto Py Gomes da, Porto Alegre. Encaminha lista de disciplinas e professores do departamento de urbanismo. 1f.

MULLER, Dóris Maria [ofício 217/73] 14 de novembro de 1973, Porto Alegre [para] PETZOLD, Nelson Ivan, Porto Alegre. Encaminha assuntos relativos ao curso de Urbanismo, que vinha preocupando aos membros do departamento de urbanismo. 2f.

\_\_\_\_\_. [ofício 219/73] 12 de novembro de 1973, Porto Alegre [para] CYBIS, Walter Otto, Porto Alegre. Encaminha ao superintendente acadêmico da UFRGS informações sobre o departamento de urbanismo. 4f.

\_\_\_\_\_. [ofício 172-71] 12 de outubro de 1971, Porto Alegre [para] VIANNA, Luiz Duarte, Porto Alegre. Encaminhado ao diretor do Setor Físico Territorial (SEFIT) da UFRGS descrição do pavilhão onde estava instalado o departamento de urbanismo. 5f.

MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme de M. [ofício DU-07/71] 4 de março de 1971, Porto Alegre [para] OTEIZA, Enrique, [s.l.]. Comunica ao secretário executivo da Comision de Desarrollo Urbano y Regional a existência do GAPUR e do PROPUR na FA-UFRGS. 2f.

MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; LENGLER, Osmar Jorge; VERONESE, Roberto Felix [ofício 183/73] 17 de setembro de 1973, Porto Alegre [para] GONÇALVES, Suzana, Rio de Janeiro. Encaminha à chefe de assessoria de programas da CAPES o relatório da aplicação de recursos da CAPES no PROPUR. 4f.

PIANCA, João Baptista [processo 311/64] 9 de abril de 1964, Porto Alegre [para] CROCHEMORE, Paulo, Porto Alegre. Diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha ao presidente da União Estadual de Estudantes respostas aos quesitos contidos na circular de nº 33/12.2. 8f.

\_\_\_\_\_. [processo 806/63] 19 de julho de 1963, Porto Alegre [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. Informa sobre a adoção do currículo mínimo e da nova organização curricular em setores. 4f.

\_\_\_\_\_. [carta] 5 de janeiro de 1960, Porto Alegre [para] FILHO, Celso Ramos, Florianópolis. Diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha ao presidente do CREA da 10ª região informações sobre os cursos de arquitetura e urbanismo. 3f.

\_\_\_\_\_. [ofício s/nº] 16 de março de 1959, Porto Alegre [para] PAGLIOLI, Elyseu, Reitor, Porto Alegre. Reestruturação do curso de urbanismo. 2f.

\_\_\_\_\_. [ofício 371/53] 5 de outubro de 1953, Porto Alegre [para] SILVA, Pery Pinto Diniz, vice reitor da UFRGS, Porto Alegre. Solicita solução ao título profissional dirigido aos seus egressos oriundos da Escola de Engenharia. 1f.

\_\_\_\_\_. [ofício 266/53] 1º de julho de 1953, Porto Alegre [para] Diretor da Divisão de Pessoal da UFRGS, Porto Alegre. Encaminha relação dos professores lotados na Faculdade de Arquitetura com seus respectivos títulos de engenheiro e arquiteto.

ROCHA, Sely de Quadros [ofício s/nº] 24 de março de 1966, Porto Alegre [para] MAGALHÃES, Sérgio Ferraz, Porto Alegre, Porto Alegre. Encaminha cópia de resolução. 2f.

SILVEIRA, Roberto Py Gomes [carta] 5 de novembro de 1981, Porto Alegre [para] GARCIA, Eloy Julius, Porto Alegre. Encaminha ao pró-reitor de graduação da UFRGS solicitação de que o currículo do curso seja impresso não só para distribuição aos alunos que ingressam pelo vestibular, mas também aos alunos e professores do curso de arquitetura. 1f.

## **ESTATUTOS E REGULAMENTOS**

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Anteprojeto de Regimento Interno do Gabinete de Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura. [s.l., 1966]. 7f.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela Congregação em 26 de agosto de 1971. Aprovado pelo Conselho Universitário em 04 de novembro de 1971. Porto Alegre, 1971.

\_\_\_\_\_. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Imprensa Universitária. Porto Alegre, 1955.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. Estatutos do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil organizados e aprovados pelo Conselho Diretor em sessão realizada aos 7 dias do mês de Abril de 1948. Porto Alegre, 1948.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Regimento Interno. Porto Alegre, 1946.

INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Regulamento. Aprovado em sessão da Congregação realizada em 24 de março de 1939. Porto Alegre, 1939.

\_\_\_\_\_. Estatutos. Aprovados em sessão da Congregação realizada em 23 de janeiro de 1939. Porto Alegre, 1939.

\_\_\_\_\_. Estatutos aprovados em sessão de 18 de dezembro de 1927. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Livraria do Globo. Santa Maria e Pelotas: Barcellos, Bertaso & Cia Filiaes, 1927.

\_\_\_\_\_. Regulamento aprovado em sessão de 28 de março de 1922. Porto Alegre, 1922.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63.. Porto Alegre, 1963. 46f.

### **LEIS, DECRETOS E OUTROS ATOS LEGAIS**

BRASIL. Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/L12378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12378.htm)>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 714/90, de 13 de setembro de 1990 do Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação. Arquivo do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5194.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5194.htm)>. Acessado em: .

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 21.221, de 30 de maio de 1946, autoriza o funcionamento dos cursos de Arquitetura e de Minas, da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940->

1949/decreto-21221-30-maio-1946-324713-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto Federal nº 19.991 de 26 de novembro de 1945. Autoriza o funcionamento do Curso de Arquitetura no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=1098&norma=2407>>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945. Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7918-31-agosto-1945-417265-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 22.897, de 6 de julho de 1933. Altera as disposições do decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, na parte referente à organização do ensino artístico ministrado pela Escola Nacional de Belas Artes, e da outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22897-6-julho-1933-522000-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 20.272, de 3 de agosto de 1931. Autoriza a mudança da Escola de Engenharia de Porto Alegre pra Universidade Técnica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20272-3-agosto-1931-515618-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU). Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013. Dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES51-2013ATRIB-PRIVATIVAS20-RPO-1.pdf>>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.



CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Currículo mínimo do curso de arquitetura e urbanismo. Parecer nº 336. Aprov. em 17-11-1962. [s.l.], 1962. 2f.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CONFEA). Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005. Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=550>>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CONFEA). Resolução nº 218, de 09 de junho de 1973. Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=266>>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 413, de 3 de dezembro de 1948. Reincorpora à Universidade de Porto Alegre o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 2.027, de 25 de julho de 1946. Dispõe sobre a organização didática da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.758, de 20 de novembro de 1934. Crea a Universidade de Porto Alegre. Acessado em 01 de outubro de 2016.

## **NOTÍCIAS NA IMPRENSA**

A FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se contrário à criação do Instituto de Arquitetura o Instituto de Arquitetos do Brasil. Correio do Povo, Porto Alegre, 02 abr 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS]. Emeroteca.

A UNIVERSIDADE do Rio Grande do Sul e o I. de Belas Artes. Diário de Notícias, Porto Alegre, 30 mar 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

AINDA a criação da Faculdade de Arquitetura. Correio do Povo, Porto Alegre, p.3, 04 abr 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

AINDA a criação de uma Faculdade de Arquitetura. Correio do Povo, Porto Alegre, 09 abr 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

CHEGA hoje a Porto Alegre o ilustre arquiteto Mauricio Cravotto. Realizará um curso intensivo de arquitetura e urbanismo. Correio do Povo, Porto Alegre, 03 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

COLOU grau, ontem, no IBA da Universidade, a 1ª turma de urbanistas do Brasil. Foi paraninfo o arquiteto Oscar Niemeyer. Diário de Notícias, Porto Alegre, ano XXIV, n.38, p.7, 14 abr. 1949. In. SIMON, Círio. Vestígios de Oscar Niemeyer em Porto Alegre. [s.l., 2004-2005?].33f.

DEFINE-SE o Instituto de Arquitetos do Brasil favoravelmente à campanha dos universitários. Folha da Tarde, Porto Alegre, 30 mar 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

EM Pôrto Alegre o urbanista Maurício Cravotto. Correio do Povo, Porto Alegre, 04 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

ESCLARECIMENTOS da Reitoria sobre a fusão dos cursos de Agricultura (sic). Jornal do Dia, Porto Alegre, 30 mar 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

ESTATUTOS do Instituto Livre de Bellas Artes do Rio Grande do Sul. A Federação, Porto Alegre, p.2, 22 ago. 1908.

FRUTIFICA o exemplo do Inst. de Belas Artes: A Escola de Engenharia deseja também criar um curso de Arquitetura. Correio do Povo, Porto Alegre, 31 dez. 1944. In. Salvatori, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – Correio do Povo/1944. Seleção fac-simili de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

FUSÃO dos cursos de arquitetura. Manifesta-se a respeito o Instituto de Arquitetos do Brasil. Correio do Povo, Porto Alegre, p.5, 06 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

HOMENAGEADO o Professor M.Cravotto. Correio do Povo, Porto Alegre, 17 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

LANÇAM-SE os alunos do Instituto de Belas Artes na campanha “por uma Faculdade de Arquitetura”. Correio do Povo, Porto Alegre, p.5, 26 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

MEMORIAL do Interventor: criação do curso de Engenheiros Arquitetos do Estado. Correio do Povo, Porto Alegre, 03 out. 1944. In. Salvatori, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – Correio do Povo/1944. Seleção fac-simili de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

O INSTITUTO de Belas Artes não mais pleiteará sua reincorporação à universidade. Correio do Povo, Porto Alegre, 11 out. 1944. In. Salvatori, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – Correio do Povo/1944. Seleção fac-simili de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

SUGERIDA a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade. Correio do Povo, Porto Alegre, p.3, 19 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

UNIVERSIDADE decidiu criar o Instituto de Arquitetura. Correio do Povo, Porto Alegre, p.18, 30 mar 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

## **OUTROS**

11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. [s.l., 1978?]. 38p.

2141. Universidade do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre. 9 páginas [anotado a mão]. Porto Alegre, 1955. 11f.

2142. Universidade do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre. 7 páginas [anotado à mão]. Porto Alegre, 1955. 9f.

ANTE PROJETO. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade do Rio Grande do Sul. [s.l., 1949?]. 6f avulsas.

AS CONCLUSÕES do seminário na UFRGS, [1978?]. p.4-6. In. 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. [s.l., 1978?]. 38p.

CARTA de Ouro Preto. Ouro Preto, 1977. 4f.

CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962.

CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA. Seminário de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Porto Alegre, 1968. 6f.

CONTRIBUIÇÃO do setor formação histórica para debates no seminário – 1ª fase (proposição de discussão do grupo 3). Trabalho apresentado pelo departamento de cultura – setor de formação histórica. [s.l., 1968]. 4f.

COSTA, Ney Chrysostomo. Proposta de alteração, edificação e inserção de artigos de seu regimento que faz a colendíssima congregação da Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, 1957. 17f.

CURRÍCULO Pleno. Estudo para reestruturação do currículo pleno da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Comissão paritária. Agosto de 80. Porto Alegre, 1980. 111p.

CURRICULUM Vitae del Profesor Arquitecto Mauricio Cravotto. [Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. s.l., 1948?]. 1f avulsa.

CURSO de Arquitetura. nº 1 – Ponto sorteado para o 1º Exame Parcial da cadeira de ‘Grandes Composições de Arquitetura’ na 4ª série [anotado à mão]. [s.l., 1948]. 3f avulsas.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Exposição à Comissão Especial do Conselho Universitário p/ Revisão do estatuto da UFRGS e de seu RGU. Porto Alegre, 1973. 3f.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Parecer sobre a categoria do Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura. [Porto Alegre], 1973. 2f.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Iº período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1973. 14f.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961.

ESTRUTUTURA e regimento do seminário de arquitetura da UFRGS/abril-78. Porto Alegre, 1978. 8f.

ERNANI Dias Corrêa, nascido em... [Pasta Funcional de Ernani Dias Corrêa. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 196-?]. 22f.

EXPOSIÇÃO de motivos. [Porto Alegre, 1970?]. 10f.

EXPOSIÇÃO de Motivos do Ministro Capanema, que Encaminha o Decreto-Lei n. 7.918, de 31 de agosto de 1945, relativo a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura. In. FÁVERO, Marcos Osmar. Dos mestres sem escola à escola sem mestres: ensino de arquitetura no Rio de Janeiro – 1816-1965. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2009. [Anexo III (Documentos relativos à criação da FNA-UB)].

FACULDADE DE ARQUITETURA. Departamento de Urbanismo. 1. No intuito de uma apreciação sobre... [s.l., 1973]. 9f.

\_\_\_\_\_. Programa da cadeira de Urbanismo – Arquitetura Paisagista. IXº semestre do Curso de Arquitetura. Ano letivo de 1968 (IIº período). Porto Alegre, 1968.

\_\_\_\_\_. 1ª semana de estudos proposta pela comissão especial. Relatório do departamento de projetos. [s.l., 1966 (a)]. 8f.

\_\_\_\_\_. 1ª semana de estudos. Departamento de expressão. Porto Alegre, 1966 (b). 3f.

\_\_\_\_\_. 1ª semana de estudos. Relatório do Departamento de urbanismo. Porto Alegre, 1966 (c). 4f.

\_\_\_\_\_. Edital nº 33. Concurso de habilitação. Porto Alegre, 1960. 22f.

\_\_\_\_\_. Curso de Urbanismo. Considerações apresentada à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1954. 19f.

\_\_\_\_\_. Conselho Técnico Administrativo. Processo 6418/53. Alunos da 5ª série solicitam que lhes seja conferido o título de Engenheiros Arquitetos. Porto Alegre, 1953. 1f.

\_\_\_\_\_. Comissão de Ensino. Exposição de Motivos. [s.l., 1952]. 6f.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre. Refere-se ao ano de 1952 [anotado à mão], 2f.

FAYET, Carlos Maximiliano. Senhores Conselheiros. No momento em que o Conselho Técnico Administrativo... Porto Alegre, 1966. 5f.

INFORMAÇÃO da secção de ensino – proc.nº 945/60 da reitoria. Porto Alegre, 1961. 3f.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. 2ª série. Porto Alegre, 1948.

\_\_\_\_\_. Trabalho para os alunos do curso de urbanismo a ser executado sob a direção do professor Maurício Cravotto. Porto Alegre, [1948]. 2f avulsas.

\_\_\_\_\_. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. 1ª série. Porto Alegre, 1947. 1f avulsa.

\_\_\_\_\_. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Evolução Urbana. 1ª série. Porto Alegre, 1947. 1f avulsa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo n.53. [s.l.], 1968 (a).

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo n.54. [s.l.], 1968 (b).

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo n.29. [s.l.], 1964.

NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968. 5f.

PAIVA, Edvaldo Pereira. A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul. Iniciativa do Instituto de Belas Artes. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. s.l. 1947-1948?]. 3f avulsas.

PROJETO do curso de mestrado em Planejamento urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (revisão). [s.l., 1971]. 55f.

RELAÇÃO dos professores da Faculdade de Arquitetura. Refere-se à 1952 [anotado à mão]. 2f.

RELATÓRIO do departamento de técnicas sobre a 1ª jornada de estudos proposta pela comissão especial, no período de 28/11 a 2/12/ de 1966. [s.l., 1966]. 4f.

SALVATORI, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – Correio do Povo/1944. Seleção fac-simili de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

SCHIMITT, Carlos de C.; TIETBOHL, Ary Nunes; CASTILHOS, Júlio R. de; RUBBO, Júlio. Parecer. As Comissões de Educação e Ensino... Porto Alegre, 1966. 3f.

SEMINÁRIO de ensino e currículo mínimo. Estrutura e regimento interno. [s.l.1978?]. p.1-3. In. 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. [s.l., 1978?]. 38p.

SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS – 09 a 23 set 68. Relatório do grupo de trabalho 1. [s.l.], 1968 (a). 10f.

SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS – (09 a 23 de setembro de 1968). Relatório/grupo de trabalho 2. [s.l.], 1968 (b). 5f.

SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS – 09 a 23 set. 68. Relatório do grupo de trabalho 3. [s.l.], 1968 (c). 4f.

\_\_\_\_\_. Relatório do grupo de trabalho 4. [s.l.], 1968 (d). 6f.

\_\_\_\_\_. Relatório do grupo de trabalho 5. [s.l.], 1968 (e). 8f.

SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da U.F.R.G.S. – 09 a 23 set. 68. Relatório final. [s.l.], 1968 (f). 8f.

TÉCNICA Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública. [Pasta Funcional de Luiz Arthur Ubatuba de Faria. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 1947-1948?]. 1f avulsa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977.

\_\_\_\_\_. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, [1972]. 4f.

\_\_\_\_\_. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, [1971]. 5f.

URBANOLOGIA – Documentação Urbanística. [Pasta Funcional de Luiz Arthur Ubatuba de Faria. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 1947-1948?]. 1f avulsa.

WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos. Porto Alegre, 1957. 20f.

## **RELATÓRIOS**

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório das atividades didáticas e administrativas, durante o ano de 1974. [s.l., 1975]. 12f.

\_\_\_\_\_. Relatório das atividades de maio a agosto de 1973. [s.l., 1974?]. 7f.

\_\_\_\_\_. Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [Porto Alegre, 1972]. 7f.

ESCOLA DE ENGENHARIA. Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.

\_\_\_\_\_. Relatório referente ao ano de 1947. Porto Alegre, 1951.

\_\_\_\_\_. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre. 1929 (extractos). Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1930

\_\_\_\_\_. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre referente ao ano de 1915. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1916.



\_\_\_\_\_ . Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1914. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1915.

\_\_\_\_\_ . Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1913. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1914.

\_\_\_\_\_ . Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1912. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913.

\_\_\_\_\_ . Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1911. Porto Alegre: Oficinas Graphicas do Instituto de Electro-Technica da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1912.

\_\_\_\_\_ . Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1909. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1910.

\_\_\_\_\_ . Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1908. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1909.

\_\_\_\_\_ . Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1907. Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1908.

\_\_\_\_\_ . Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1901. Porto Alegre: Oficinas a vapor da Livraria do Commercio, 1902.

\_\_\_\_\_ . Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1898. Porto Alegre: Typographia e Livraria de Franco & Irmão, 1899.

\_\_\_\_\_ . Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1887. Porto Alegre: Typographia de Cesar Reinhardt, 1898.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Exmo. Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor Werner Grundig, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1966. Porto Alegre, 1967.

\_\_\_\_\_ . Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1964. Porto Alegre, 1965.

\_\_\_\_\_ . Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Luiz Leseigneur de Faria, Reitor Magnífico, em exercício, da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1963. Porto Alegre, 1964.

\_\_\_\_\_ . Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Dr. Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1962. Porto Alegre, 1963.

\_\_\_\_\_ . Relatório. Apresentado ao Sr. Professor Dr. Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1961. Porto Alegre, 1962.

\_\_\_\_\_ . Relatório. Apresentado ao professor Elyseu Paglioli, reitor magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1960. Porto Alegre, 1961.

\_\_\_\_\_ . Relatório. Apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1959. Porto Alegre, 1960.

\_\_\_\_\_ . Relatório. Apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1958. Porto Alegre, 1959.

\_\_\_\_\_ . Relatório. Apresentado ao egrégio professor doutor Elyseu Paglioli, digníssimo reitor magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo professor doutor Ney Chrysostomo da Costa, diretor da Faculdade de Arquitetura. Relatório do ano letivo de 1955-1956. Porto Alegre, 1956.

\_\_\_\_\_ . Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953.

\_\_\_\_\_. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953.

INSTITUTO DE BELAS ARTES. Relatório correspondente aos anos de 1951 – 1952 – 1953 – 1954 – 1955 e projeto de reforma do ensino. Porto Alegre, 1956.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

INSTITUTO DE BELLAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE. Relatório de 1936 apresentado pelo Director Dr. Tasso Corrêa. Porto Alegre, 1937.

\_\_\_\_\_. Relatórios de 1909 e 1912 do Instituto de Bellas Artes do Rio Grande do Sul apresentados pelo presidente Dr. Olinto de Oliveira. Porto Alegre: Officinas Graphics da Livraria do Globo, 1912.

UNIVERSIDADE de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre, [1946?].

UNIVERSIDADE de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre, [1945?].

## **REVISTAS**

ANTE-PROJETO. Arquitetura, Urbanismo e Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do I.B.A., ano 1, n.1, ago., 1948.

EGATEA. Porto Alegre, v.XII, n.1/6, jan.-dez. 1927.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, v.X, n.1, jan.-fev., 1925.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, v.VI, n.5, set.-out. 1921.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, v.VI, n.3, maio-jun., 1921.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, v.V, n.1, junho, 1919.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, v. IV, n.1, jul.-ago. 1917.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, v.III, n.6, maio-jun., 1917.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, v. III, n.4, jan.-fev., 1917.

\_\_\_\_\_ . Porto Alegre, v.III., n.3, nov.-dez. 1916.

\_\_\_\_\_ . Porto Alegre, v.II, n.3, nov-dez. 1915.

\_\_\_\_\_ . Porto Alegre, v.III, n.2, set.-out. 1915.

\_\_\_\_\_ . Porto Alegre, v.2, n.1, jul-ago. 1915.

\_\_\_\_\_ . Porto Alegre, v.I, n.6, maio-jun. 1915.

\_\_\_\_\_ . Porto Alegre, v.I, n.3, nov-dez. 1914.

\_\_\_\_\_ . Porto Alegre, v.I, n.1, jul-ago. 1914.

ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo- Arte. Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 2, n.4, dez.,1949 (b).

\_\_\_\_\_ . Porto Alegre: Organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun., 1949 (a).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEA. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. Sobre a história do ensino de Arquitetura no Brasil. São Paulo: Abea, 1977.

ABREU, Sílvio Belmonte de. Porto Alegre como Cidade Ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, 2006.

ALBERTI, Leon Battista. Da Arte Edificatória. Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ALMEIDA, Maria Soares de. Urbanismo no Sul do continente – transferências e intercâmbios 1930/1950. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2009, Florianópolis-SC. Planejamento e Gestão do Território - Escalas, Conflitos e Incertezas. Florianópolis- SC: ANPUR - UFSC, 2009. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3037/2972>>. Disponível em: 10 de março de 2015.

ALMEIDA, Maria Soares de. Transformações Urbanas: atas, normas, decretos, leis na administração da cidade – Porto Alegre 1937-1961. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2004.

ALMEIDA, Maria Soares de. O Urbanismo em Porto Alegre no Início do Século - do Ensino e das Práticas. In: IV Seminário História da Cidade e do Urbanismo, 1996, Rio de Janeiro. Herança, Identidade e Tendências da Cidade Latino-Americana.. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU-PROURB, 1996. v. 1. p. 98-106. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/433/409>> Acessado em: 10 de março de 2015.

ALMEIDA, Maria Soares de. SOUZA, Célia Ferraz de. Dois urbanistas no planejamento de Porto Alegre – 1930/1950. In: I ENANPARQ- Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e prospectivas, 2010, Rio de Janeiro. Simpósio temático: percursos profissionais: arquitetos e urbanistas e a contribuição para a teoria e a prática no Brasil 1920-1960, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Sobre o ensino do projeto. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, 2001.

ALQUATI, Paula Mello Oliveira. A vanguarda europeia e o ensino no Rio Grande do Sul: repercussões de escolas centro-europeias de arquitetura no sul do país entre 1945 e 1951. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pelotas, 2014.

ANDRADE, Leandro. *Construção e abertura: diálogos Alexander-Piaget*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, PROPUR, 2011.

ARAÚJO, Mônica de Queiroz Fernando. A cor incorporada ao ensino de projeto. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2007.

ARCIPRESTE, Cláudia Maria, Entre o discurso e o fazer arquitetônico: reflexões sobre o ensino de arquitetura e urbanismo e seus referenciais a partir do trabalho final de graduação. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2012.

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARDET, Gaston. O urbanismo. São Paulo: Papyrus, 1990.

BAROSSO, Antônio Carlos. Ensino de projeto na FAUUSP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2005.

BARROS, Amélia de Farias Panet. Permanências e perspectivas no ensino de projeto de arquitetura no Brasil: uma análise a partir da produção científica dos Seminários UFRGS (1985) e Projetar (2003-2011). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2013.

BIRKHOLZ, Lauro Bastos. O ensino do planejamento territorial. Tese (concurso para provimento de cátedra) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1967.

BLOCH, Marc. Apologia da história - ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BUNGE, Mario. Dicionário de filosofia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BUNGE, Mario. Ciência e desenvolvimento. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.

CAFRUNI, Salma. Arquitetura UFRGS: 50 anos de história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002 (p.15-22).

CARSALADE, Flavio de Lemos. Ensino de projeto de arquitetura: uma visão construtivista. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Minas Gerais, 1997.

CHOAY, Françoise. O urbanismo. Utopias e realidades: uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CONFEEA. Trajetória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia: Volume X – Arquitetura e Urbanismo. Brasília, DF: CONFEEA, INEP, 2010.

COSTA, Fernando José de Medeiros. Do modelo geométrico ao modelo físico: o tridimensional na educação do arquiteto e urbanista. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2013.

COSTA, Lúcio. Considerações sobre arte contemporânea (1940). In: Lúcio Costa, Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CUPANI, Alberto Oscar. Filosofia da ciência. Florianópolis: Filosofia/EAD/UFSC, 2009.

DOMSCHKE, Vera Lúcia, O ensino da arquitetura e a construção da modernidade. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2007.

DORFMAN, Cesar. Havana 63. Porto Alegre: Ed. Movimento, 2013.

ELARQA. Mauricio Cravotto. Coleção Monografia Elarqa Montevideo: Dos pontos, 1995.

FARAH, Ana Paula. *Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado – o caso das escolas do Estado de São Paulo*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2012.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.

FÁVERO, Marcos Osmar. *Dos mestres sem escola à escola sem mestres: ensino de arquitetura no Rio de Janeiro – 1816-1965*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2009.

FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FIORI, Renato Holmer. *Arquitetura moderna e ensino de arquitetura: os cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pós-Graduação em História do Brasil, Porto Alegre, 1992.

GANDELSONAS, Mario. *eXurbanismo*. Buenos Aires, Ediciones Infinito, 2009.

GÓES, Marilze Barcellos Góes. *A educação no projeto e o projeto na educação: um estudo sobre o ensino e a aprendizagem de projeto de arquitetura*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2010.

GONÇALVES, Tiago Cargni; LENZI, Maria Helena. *O ensino de planejamento urbano e regional: uma revisão de literatura no âmbito da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)*. Anais do XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Porto Alegre, RS, 2012.

GRAEFF, Edgar. *Criação de uma Faculdade de Arquitetura*. In LICHT, Flavia Boni;

GULLAR, Ferreira. *Argumentação contra a morte da arte*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (org). *A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo*. Brasília: ABEA, 2013.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Ed. Objetiva, 2001.

JAPIASSU, Hilton. *Dicionário Básico de filosofia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.



KOLLN, Elke Berenice. Aprendendo a compartilhar: uma experiência de projeto em equipe. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p.134-146.

KRUFT, Hanno-Walter. História de la teoria de la arquitectura. Vol.2. Desde el siglo XIX hasta nuestros dias. Madrid, Espanha: Alianza Editorial, 1990.

LE CORBUSIER. Por uma arquitetura. 6. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2000.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). Urbanismo no Brasil: 1895-1965: coletânea de artigos e um guia de fontes de oito cidades brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Port. São Paulo, SP: Studio Nobel; FUPAM - Fundação para a pesquisa ambiental, 1999.

LERSCH, Inês Martina. A Busca de um Ideário Urbanístico no início do século XX: der Städtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre. (Tese de doutorado) PROPUR-UFRGS. Porto Alegre, 2014.

LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. Arquitetura UFRGS: 50 anos de história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

MACIEL, Ângela Becker. Iniciação ao ensino do projeto arquitetônico: paradigmas e reducionismos. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, 2009.

MARQUES, Moacyr Moojen. Nove e meio. In. LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma (org). Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias. p.95-102. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

MARQUES, Ricardo Barros. A Relação professor-aluno e a afirmação do discente como sujeito do processo projetual: um estudo exploratório sobre a produção do trabalho final de graduação em arquitetura e urbanismo na UFC e na UFRN. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2010.

MARQUES, Sônia. Les professions de l'urbanisme au Brésil. Tese (doutorado) – EHESS, Paris, 1996.

MOHR, Udo Silvio. Demétrio Ribeiro, 1916-2003. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 041.00, Vitruvius, outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.041/643>>. Acessado em 03 de maio de 2015.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. O ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: a expansão dos cursos no estado de São Paulo no período de 1995 a 2005. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, 2007.

MONTEIRO, Charles. Breve História de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Cidade; Letra & Vida, 2012.

NARUTO, Minoru. Repensar a formação do arquiteto. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2006.

NETO, João de Paula Lima. O ensino de arquitetura como agente transformador da prática profissional. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2007.

NOGUEIRA, Maria de Lourdes. Ensino de projeto no primeiro ano e suas abordagens. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de; PERPÉTUO, Maini de Oliveira. O ensino na primeira escola de arquitetura do Brasil. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 066.04, Vitruvius, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/408>>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

PEREIRA, Ligia Maria Leite. Sistema Confea-Creas – 75 anos construindo uma nação. Brasília: Confea, 2008.

PESAVENTO, Sandra J. Um dia, um outro tempo... in OLIVEIRA, Carmen Regina de; LICHT, Flavia Boni. UFRGS 70 anos. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 9-73.

PESAVENTO, Sandra J. Historia do Rio Grande do Sul. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PESAVENTO, Sandra J. Um discurso científico sobre a cidade: a revista EGATEA, da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1914-1930). In Anais do Encontro Nacional da ANPUR – Porto Alegre. V.8 (1999). Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1973/1936>> . Acessado em: 06 de fevereiro de 2015.

PIQUET, Rosélia Périssé da Silva; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tempos, ideias e lugares. O Ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V.10, n.1 / maio, 2008, p.49-59.

PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. Para quem e com quem: ensino de Arquitetura e Urbanismo. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O ensino do planejamento urbano e regional: propostas à ANPUR. In: Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, Vol.4, n.1/2 (maio/nov.2002), p. 63-72

RIBEIRO, Demétrio. Um depoimento sobre a criação, por Tasso Corrêa, do ensino da Arquitetura no Rio Grande do Sul. In LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002. (p.23-27).

RIBEIRO, Enilda; CARVALHO, Vera Fabrício. Por Uma Faculdade de Arquitetura – PUFA. In LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p.39-41.

RODRIGUEZ, Virgínia Laise da Silva. É ensinando que se aprende: as práticas atuais de ensino de projeto no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2008.

ROVATI, João Farias. Urbanismo, concepção arquitetônica da cidade e protagonismo. In: Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014, 11 p.

ROVATI, João Farias. Urbanismo versus Planejamento Urbano? In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V.15, n.1 / maio, 2013. p.33-58.

ROVATI, João Farias. Caminhos da evolução urbana. In: XII ENA - Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Belém. XII ENA - Encontro Nacional da ANPUR: Integração Sul-Americana, Fronteira e Desenvolvimento Urbano e Regional. Belém: Anpur, 2007. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3395/3325>> Acessado em: 10 de março de 2015.

ROVATTI, João Farias; PADÃO, Fabiano Mesquita (orgs). Faculdade de Arquitetura: 1952 – 2002. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2002.

ROVATI, João Farias. La modernité est Ailleurs: “ordre et progrès” dans l’urbanisme D’Edvaldo Pereira Paiva (1911-1981). Tese (doutorado) – Université de Paris 8, Vincennes-Saint-Denis, Paris, 2001.

SÁ, Flávia Carvalho de. Profissão: Arquiteta. Formação profissional, mercado de trabalho e projeto arquitetônico na perspectiva das relações de gênero. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2010.

SALVATORI, Elena. De la Originalidad a la Competencia: la enseñanza de Arquitectura em la UFRGS, Porto Alegre, Brazil – 1962 a 1994. Tese (doutorado) – Universidad Politécnica de Cataluña, Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Barcelona, 2005.

SANTOS, Roberto Eustaaquio dos. Atrás das grades curriculares: da fragmentação do currículo de graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2002.

SARAMAGO, Rita de Cássia Pereira. Ensino de estruturas nas escolas de arquitetura do Brasil. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2011.

SILVA, Deise Cristina Moreira da, Arquitetura sem matemática? Formação e atuação do arquiteto na contemporaneidade. Dissertação (mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, São Paulo, 2013.

SILVA, Elvan. Matéria, idéia e forma: uma definição de arquitetura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

SILVA, Elvan. Sobre a renovação do conceito de projeto arquitetônico e sua didática. In, COMAS, Carlos Eduardo Dias (org.). Projeto arquitetônico disciplina em crise, disciplina em renovação. São Paulo, Projeto, 1986.

SIMON, Círio. Origens do Instituto de Artes da UFRGS: etapas entre 1908-1962 e contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema das artes visuais do Rio Grande do Sul. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2003.

SOARES, Flávio Figueira. Faculdade de Arquitetura/UFRGS: 1974-1978. In. LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma (org.). Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias. p.63-66. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

SOUZA, Célia Ferraz; MULLER, Dóris Maria. Porto Alegre e sua evolução urbana. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SOUZA, Célia Ferraz de. O Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: da concepção às permanências. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2004.

STOCKLER E BREIA, Maria Teresa de. O ensino de arquitetura na faculdade de arquitetura do Mackenzie: Do beaux-arts ao moderno (1947-1965). In, Tempo, cidade e arquitetura. São Paulo: Annablume: FAUUSP: FUPAM, 2007.

TEIXEIRA, Katia Azevedo. Ensino de projeto: integração de conteúdos. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2005.

VIDIGAL, Emerson José. Ensino de projeto arquitetônico: um estudo sobre as práticas didáticas no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Paraná. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2010.

VIDOTTO, Taiana Car. A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948-1962.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, 2014.

VILLELA, Dianna Santiago. A sustentabilidade na formação atual do arquiteto e urbanista. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2007.

WEIMER, Gunter. Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1989.

WEIMER, Gunter. Origem e evolução das cidades rio-grandenses. Porto Alegre: UFRGS/PMPA, 2004.

WEIMER, Gunter. Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2004.

